Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa

Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
5-6 de Novembro de 2003

Organização

Ana Maria Brito
Olívia Figueiredo
Clara Barros

Secção de Linguística do Departamento de
Estudos Portugueses e de Estudos Românicos da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ORGANIZAÇÃO: Ana Maria Brito
Olívia Figueiredo
Clara Barros

SEDE E REDACÇÃO - FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
VIA PANORÂMICA, S/N
4150-564 PORTO
PORTUGAL

TIRAGEM - 300 EXEMPLARES

EXECUÇÃO GRÁFICA - TIP. NUNES, LDA - PORTO • MAIA
R. NOVO HORIZONTE, 313
4475-839 MAIA

DEPÓSITO LEGAL N.º 220572/04

ISBN - 972-9350-93-0

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

ÍNDICE

Abertura - As razões de um Encontro 5

A estrutura textual de documentos notariais da Idade Média 9
Maria Luísa Almeida

O nome na historiografia linguística portuguesa. Do primeiro período da Linguística Portuguesa até ao séc. XIX 29
Carlos Assunção

Entre lei e 'ensinamento': o discurso legislativo na *Primeyra Partida* 51
Clara Barros

O estudo da palavra na gramática portuguesa nos séculos XVI-XVII 73
Simão Cardoso

Historiografia linguística portuguesa: o contributo do século XVII 89
Maria do Céu Fonseca

"Historiografia menor" da questão ortográfica em Setecentos: *Proposta que fez o Pe. João Bautista de Castro aos eruditos da Corte de Lisboa* 107
Maria Filomena Gonçalves

Uma comparação dos verbetes referentes a palavras portuguesas em dois dos primeiros dicionários de Português-Latim 129
Brian F. Head

Naceo e Amperidónia: traços linguísticos duma novela sentimental 153
Aida Sampaio Lemos

Diacronía da formación do plural dos nomes oxítonos galegos terminados em /l/ no singular 169
Ramón Mariño Paz

Ambiguidade estrutural e mudança linguística: a emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento de verbos causativos e perceptivos 197
Ana Maria Martins

Enunciados metalinguísticos e consciência linguística nas primeiras traduções em *lingoage* 227
Fernanda Miranda Menéndez

Martín Sarmiento (1695-1772) perante a linguística e a língua portuguesa 239
Henrique Monteagudo

Juízos explícitos e norma linguística nos gramáticos portugueses quinhentitas ... 275
Maria Helena Paiva

História linguística de um nome: *Maria Helena Pinto Novais Paiva* 301
António Pereira

Infinitus lusitanus: considerações sobre o infinitivo flexionado nas gramáticas latino-portuguesas renascentistas 315
Rogelio Ponce de León Romeo

Edição e estudo estatístico-lexical da documentação foraleira transmontana: um projecto em curso 329
Maria Olinda Rodrigues Santana

A transição scriptográfica na produção documental portuguesa de 1257 a 1269..... 361
José António Souto Cabo

A Gramática Philosophica de Melo Bacelar na Historiografia Linguística Portuguesa 385
Amadeu Torres

Filologia, Linguística e Informática. Trabalhos em tempo de mudança 397
Evelina Verdelho

Dicionários: testemunhos da memória linguística 413
Telmo Verdelho

As razões de um Encontro

O presente volume contém grande parte das comunicações apresentadas no Encontro "Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa", que se realizou nos dias 5 e 6 de Novembro de 2003 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em homenagem à Professora Doutora Maria Helena Novais Paiva.

O Encontro, organizado pela Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos da Faculdade de Letras, quis assinalar de modo especial a jubilação de Helena Paiva, ocorrida em Novembro de 2002.

A jubilação é um momento especial na vida de uma instituição universitária, pois se é verdade que deixamos de poder contar com um professor para as actividades de docência regular e de gestão também é certo que esse alguém continua a ser a pessoa a quem pedimos conselho sobre um problema científico que nos preocupa, a quem recorremos para esclarecer uma dúvida. E é também a alegria por o termos connosco depois de um longo caminho partilhado, uma oportunidade para lhe mostrarmos o nosso afecto e a nossa admiração. Foi com esse espírito que o Encontro foi organizado.

Tendo estudado na Faculdade de Letras de Lisboa na década de 50, Helena Paiva aprendeu com Jacinto do Prado Coelho e com Lindley Cintra o amor pelas pesquisas literária e filológica e com Delfim Santos o respeito pelo aluno e a nobreza do acto de educar. Mais tarde, já como assistente dessa Faculdade, trabalha com Mattoso Câmara e essa colaboração permite aliar à formação filológica as aquisições do Estruturalismo Europeu e Norte-Americano. Dessa época, fica um especial interesse pela variação linguística nas suas múltiplas facetas, a variação no tempo, no espaço, na sociedade e no indivíduo. Da atenção à multiplicidade de registos, ao trabalho sobre a língua e seus efeitos retóricos e estilísticos, é prova a dissertação de licenciatura intitulada "Contribuição para uma estilística da ironia", que publicou em 1961.

O ensino da língua, da literatura e da linguística portuguesas a estrangeiros, que vai exercer na Sorbonne durante sete anos, e onde teve contacto com as investigações sobre o século XVI, de Paul Teyssier, reforçaram a sua paixão por esse século e pela história da língua portuguesa em geral.

A trabalhar num dos centros do Estruturalismo Europeu, Helena Paiva poder-se-ia ter entusiasmado pelas concepções sincrónicas então muito em moda na escola linguística francesa. A célebre frase de Ducrot, escrita em 1968[1], "Enfin Saussure vint" e que pretende, de modo crítico, marcar alguns excessos estruturalistas e as difíceis relações entre a linguística descritiva, os historiadores das línguas e os filólogos, sentidas até sensivelmente à década de setenta do séc. XX, não a afectou, porque era forte a sua concepção socio-cultural e histórica das línguas humanas, porque se mantinha sólida a formação comparatista e historicista que tinha recebido dos seus mestres lisboetas, porque soube aproveitar o que de melhor tinha o Estruturalismo de Martinet e porque a atenção aos múltiplos usos do português não abalaram, pelo contrário, aumentaram o seu gosto em compreender e explicar a variação linguística.

Em final dos anos setenta, dá-se o regresso a Portugal, a que não foi alheia a abertura da Universidade do Porto proporcionada pelo 25 de Abril, pelo qual tanto tinha esperado. Para além de outras disciplinas, aceita então a docência de *Linguística Portuguesa V e VI*, já com um programa muito próximo do de *História da Língua Portuguesa*, que herda de Óscar Lopes em 1978-1979. A partir dessa data, vai forjando um programa muito pessoal, com uma elevada carga explicativa sobre os mecanismos da mudança, e que marca decisivamente várias gerações de estudantes da FLUP.

O contacto com a história da língua portuguesa fá-la ter uma atitude extremamente aberta em relação à mudança, embora muito crítica face a modas passageiras. Leiamos uma frase que escreveu num texto destinado a professores do Ensino Básico e Secundário: "Quando se observa a língua ao longo do tempo, constata-se que a variação é inerente à actividade linguística, que é variando que a língua flui, vai sendo plasmada e se transforma." [2]

---

[1] Ducrot, O. 1968 *Le Structuralisme en Linguistique*, Points, Seuil, Paris, p. 43.

[2] Paiva, H. 2001 "Para perceber a língua na sua plasticidade: o contributo da *História da Língua Portuguesa*" in Fonseca, F.I., Duarte, I. M. & Figueiredo, O. (orgs.) 2001 *A Linguística na Formação do Professor de Português*, Centro de Linguística da Universidade do Porto, Porto, p. 162.

Na sua dissertação de doutoramento "Os Gramáticos Portugueses Quinhentistas e a Fixação do Padrão Linguístico. Contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança", Helena Paiva faz a síntese das concepções e preocupações de muitos anos de investigação. Tenta compreender como se vai fixando a norma do português, sobretudo nos planos fonético e lexical, num século marcado pela descoberta do mundo e de novas línguas e atravessado por debates intensos sobre a inovação ou a fidelidade ao latim; a admiração que nutre pela modernidade de Fernão de Oliveira e da sua gramática é notória. Tendo que, inevitavelmente, analisar textos escritos, como acontece com qualquer historiador da língua de épocas pretéritas, Helena Paiva vai confrontar-se com as difíceis questões da relação entre a escrita e o oral, com o impacto da invenção da imprensa, com a variação inerente aos próprios autores; para o tratamento dos textos dos vários gramáticos analisados, serve-se da Informática, elaborando então um volumoso índice de vocábulos, que constitui uma ferramenta utilíssima para todos quantos quiserem estudar a língua e a escrita quinhentistas; e para compreender os mecanismos da mudança, serve-se sobretudo da Sociolinguística laboviana, convicta de que a variação no espaço, na sociedade e no próprio indivíduo são quase sempre sinais de mudanças em curso. Linguística descritiva, método histórico-comparativo, Sociolinguística e Informática casam-se assim, de modo feliz, na sua dissertação de doutoramento, dissertação que realizou, de forma exigente e meticulosa, como faz tudo na vida, durante longos e difíceis anos, e que terminou com êxito em 2002.

Pensamos, pois, que a melhor forma de homenagear Helena Paiva foi reunir, na Faculdade que foi sua durante vinte e seis anos, colegas e amigos, e publicar, no volume de *Actas*, as comunicações apresentadas a esse Encontro. Pelo facto de as áreas tratadas - a Linguística Histórica, a História das línguas portuguesa e galega e a História do pensamento gramatical - estarem intimamente relacionadas, optámos pela apresentação dos textos por ordem alfabética do apelido dos seus autores.

Estamos certos que o presente volume contribuirá decisivamente para o diálogo entre os especialistas destas áreas, para uma melhor compreensão do funcionamento e do uso das línguas humanas e para a preservação e defesa de um património cultural que muito prezamos, a língua portuguesa e outras línguas com as quais o português tem afinidades profundas.

Recordamos a este propósito e para terminar algumas palavras de Helena Paiva: "A consciência da maleabilidade linguística, também no plano de cada aluno, apela ao aperfeiçoamento de um instrumento de comunicação suficien-

temente diversificado e preciso para apoiar capacidades cognitivas, para se ajustar às necessidades de uma comunicação extremamente variáveis e nunca plenamente satisfeitas, para permitir a fruição da língua nas suas manifestações passadas mas também neste presente que o fluir do tempo e a actividade dos homens tornaram mais denso, e mais saboroso." [3]

Porto, Julho de 2004

Ana Maria Brito
Olívia Figueiredo
Clara Barros

Agradecimentos
Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto[4]
Conselho Directivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos da FLUP
Reitoria da Universidade do Porto
João Veloso

[3] *Id., ibidem.*

[4] Os trabalhos de Clara Barros, Simão Cardoso e Helena Paiva foram elaborados no âmbito da actividade do CLUP, financiada pelo FEDER/POCTI.

A Estrutura Textual de Documentos Notariais da Idade Média*

Maria Luísa Almeida
Universidade Católica Portuguesa - Viseu

Neste estudo pretendo analisar a estrutura textual de algumas cartas, redigidas em língua portuguesa, de um cartulário particular de um dos dois homens mais importantes do reinado de D. Afonso III – D. João Peres de Aboim, ou D. João de Portel.

Este códice, habitualmente citado como "Livro dos Bens de D. João de Portel", é constituído por mais de 250 cartas, sendo três as línguas utilizadas: uma carta está escrita em castelhano; 28 em português; 2 começam e terminam em latim, transcrevendo, cada uma delas, uma carta em português; as restantes são escritas em latim. Os originais das cartas copiadas neste códice foram escritos entre 1249 e 1284; a mais recente foi escrita em português. A carta em português escrita em data mais recuada é de 1257. O documento mais extenso foi redigido em português e contém o foral concedido por D. João Peres de Aboim, sua mulher e filho, aos moradores do castelo de Portel e de seus termos, em 1 de Dezembro da era de 1300 (ano de 1262). Os outros documentos registam diversos actos: são cartas de venda, de permuta, de doação, de herança, de arrendamento, cartas sobre demarcações, composições, etc.

Concretamente, o estudo consiste numa análise do texto no sentido de delinear uma estrutura das cartas de venda deste códice, salientando as sequências que preenchem cada uma das partes que constituem essa mesma estrutura.

---

* Este estudo, com o título ALGUNS ASPECTOS DA ESTRUTURA TEXTUAL DAS CARTAS EM PORTUGUÊS, constitui parte de um capítulo da dissertação de doutoramento apresentada em 2001 à Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa. É aqui retomado com algumas alterações que actualizam esta proposta de classificação da estrutura das cartas.

Um dado que hoje não se pode ignorar é que, tal como referem os autores de *L'Atelier du Médiéviste 2* (Guyotjeannin, Pycke e Tock, 1993: 71 e segs.), relativamente às partes do discurso diplomático, «Ces parties ne sont pas une création à posteriori des diplomatistes modernes. Déjà les diplomatistes médiévaux, certains d'entre eux du moins, avaient recours à ces divisions. Chacune de ces parties a une fonction bien précise». E propõem uma divisão das cartas em três partes: LE PROTOCOLE, LE TEXTE, e L'ESCHATOCOLE, que, por sua vez, se subdividem, no conjunto, em doze partes menores.

Também Pilar Díez de Revenga (1999: 11) lembra que os notários medievais conheciam umas fórmulas que haviam herdado do latim, que apresentavam determinadas variações. Esta autora estudou um *corpus* de cinquenta documentos do Reino de Castela, do século XIII, editados por Menéndez Pidal, e propõe uma divisão das cartas em seis partes: EXORDIUM, NOTIFICATIO, NARRATIO, DISPOSITIO, SANCTIO e CORROBORATIO[1].

Entre as duas propostas referidas há grande divergência. A análise apresentada pelos primeiros três autores está mais de acordo com a classificação diplomática adoptada por autores portugueses, por exemplo, Oliveira Marques (1981); há, no entanto, algumas diferenças. E nenhuma dessas propostas se ajusta completamente aos textos que estudei.

Procurei aproveitar desses autores e de outros[2] os elementos que me pareceram adequar-se às cartas em português do "Livro dos Bens de D. João de Portel", e considero que todas elas apresentam três partes fundamentais: PROTOCOLO, TEXTO-OBJECTO e ESCATOCOLO. Mas, para as subdivisões

---

[1] A autora apresenta a definição de cada uma das partes (1999: 24):

«EXORDIUM: expresado por "In nomine Domini[...]" y expresiones semejantes. Puede faltar y falta con frecuencia en nuestros documentos y es una especie de "captatio benevolentiae". (E)

NOTIFICATIO: en él se encuadra el complejo emisor, sea el sujeto único o múltiple. (NO)

NARRATIO: recoge el objeto de la transacción y su descripción (características, situación y límite) y es de diversa extensión según el asunto tratado. (N)

DISPOSITIO: Se expresan las condiciones y disfrute y plazo de pagos de la transacción llevada a cabo. (D)

SANCTIO: En ella, y como su nombre indica, se recogen las sanciones que se derivarían del incumplimiento de los pactos.Dichas sanciones puedem ser espirituales, corporales y pecuniarias. Por tanto es frecuente encontrar dispositio y sanctio en el mismo texto. (S)

CORROBORATIO: Se expresa la veracidad y la ratificación del hecho narrado, así como la presencia de testigos, la legalización del documento, el escriba o notario y la fecha, así como las firmas. (C)».

[2] A título de exemplo, Metzeltin, M (1982); Cumbreño, F. (1946: 261-268 e 555-566); Murphy, J. (1986, cap. V, intitulado: "Ars Dictaminis: el Arte Epistolar", particularmente as pp. 268 e segs. onde são feitas algumas considerações acerca da *ars notaria*. Na p. 271 é feita referência aos cinco livros que compõem a obra *Formularium tabellionum* de Bolonia).

das cartas, proponho um esquema de análise mais adequado para uma interpretação do cartulário, valorizando especialmente o núcleo informativo da carta e implicando tanto a estrutura formal como o seu conteúdo semântico.[3]

Começo pela carta 152.[4] É uma carta de venda escrita em 1279.

PROTOCOLO:

INVOCAÇÃO: "En nome de Deus. Amen."

NOTIFICAÇÃO: "Esta é a carta de uendiçõ e de perdurauil firmidõe que"

SUBSCRIÇÃO: "eu, Ffernam Tocho, e mha molher, Maria Migueliz, e eu, Johã Martijz, filho dessa Maria Migueliz,"

TEXTO-OBJECTO:

DISPOSIÇÃO: "mandámos e outorgámos a fazer a uós, don Johã Perez d' Avoym, e a uossa molher, dõna Maria Affonso, de quanta herdade nós auemos in termho de Portel, en logo que chamã «Odiuelas». E eu, Ffernam Tocho, e mha molher, Maria Migueliz, e eu, Johã Martijz, uendemos essa herdade sobredicta a uós, don Johã Perez d' Avoym, e a uossa molher, dona Maria Affonso,"

CONSTATAÇÃO: "por preço que de uós recebemos, cõuen a saber: por XIII marauedis e V soldos. E do preço nenhũa rẽ nõ remaeceu pera pagar."

CONCLUSÃO: "Onde outorgamos e damos a uós essa herdade pera senpre."

SANÇÃO: "E se algũẽ uẽer da nossa parte ou da straya, que esta nossa carta que mandámos fazer, derõper quiser, peitẽ a uós essa herdade dobrada e quanta for melhorada, e ao senor da terra, C marauedis."

ESCATOCOLO:

DATA: "Ffacta a carta, XXII dias do mes de Joyo, era MCCCXVII."

VALIDAÇÃO:

RÓBORA: "Q<u>e presentes forõ e uirõ e ouuirõ outorgar e reuorar esta carta:"

---

[3] Este esquema está ainda em elaboração e constitui já uma alteração relativamente ao que apresento na tese de doutoramento.

[4] A numeração das cartas corresponde à ordem por que se apresentam no códice.

TESTEMUNHAS: "Johã Solteiro e Domĩgos Domĩguiz Calastõ e Domĩgos Soarez do Almaze e Martĩ Beiçudo e Martĩ Eanes Cotjm de Seda e Domĩgos Paez e Migueel Paez, filhos de Marinela."

ESCRIBA: "Eu, Johã Clerico, publico screuã de Portel, a prazer das partes, a screuj"

SINAL: "e este meu sinal y pusi, que tal é, en testemoya."

A esta carta corresponde a seguinte estrutura:

<table>
<tr><th></th><th colspan="2">Carta CLII</th></tr>
<tr><td rowspan="3">PROTOCOLO</td><td colspan="2">Invocação</td></tr>
<tr><td colspan="2">Notificação</td></tr>
<tr><td colspan="2">Subscrição</td></tr>
<tr><td rowspan="4">TEXTO-
-OBJECTO</td><td colspan="2">Disposição</td></tr>
<tr><td colspan="2">Constatação</td></tr>
<tr><td colspan="2">Conclusão</td></tr>
<tr><td colspan="2">Sanção</td></tr>
<tr><td rowspan="5">ESCATOCOLO</td><td colspan="2">Data</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Validação</td><td>Róbora</td></tr>
<tr><td>Testemunhas</td></tr>
<tr><td>Escriba</td></tr>
<tr><td>Sinal</td></tr>
</table>

Estudei a estrutura de todas as cartas do "Livro dos Bens de D. João de Portel", redigidas em português, com excepção da que contém o Foral de Portel, e verifiquei que algumas apresentam ainda outras partes ausentes nesta.

Compilei os dados que recolhi da análise das 29 cartas e, com eles, elaborei o quadro que apresento de seguida:

<table>
<tr><td colspan="3">RUBRICA</td></tr>
<tr><td rowspan="5">PROTOCOLO</td><td colspan="2">Invocação</td></tr>
<tr><td colspan="2">Notificação</td></tr>
<tr><td colspan="2">Subscrição</td></tr>
<tr><td colspan="2">Destinatário</td></tr>
<tr><td colspan="2">Saudação</td></tr>
<tr><td rowspan="8">TEXTO-
-OBJECTO</td><td colspan="2">Disposição</td></tr>
<tr><td colspan="2">Motivação</td></tr>
<tr><td colspan="2">Condições</td></tr>
<tr><td colspan="2">Pedido</td></tr>
<tr><td colspan="2">Promessa</td></tr>
<tr><td colspan="2">Constatação</td></tr>
<tr><td colspan="2">Conclusão</td></tr>
<tr><td colspan="2">Sanção</td></tr>
<tr><td rowspan="8">ESCATOCOLO</td><td rowspan="5">Validação</td><td>Róbora</td></tr>
<tr><td>Testemunhas</td></tr>
<tr><td>Escriba</td></tr>
<tr><td>Selo</td></tr>
<tr><td>Sinal</td></tr>
<tr><td colspan="2">Local</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data</td></tr>
<tr><td colspan="3">Informação complementar *</td></tr>
</table>

* A INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR aparece apenas numa carta (a 148) e corresponde a uma informação que, pelo conteúdo, não se enquadra no ESCATOCOLO.

É, pois, esta a estrutura que me parece adequar-se às cartas do "Livro dos Bens de D. João de Portel".

Entre as cartas deste códice redigidas em língua portuguesa, 10 são cartas de venda. Deixo de parte duas delas, por apresentarem características especiais.[5]

A partir da análise das restantes oito, foi possível organizar o quadro seguinte:

[5] São os documentos 243 e 248, que apresentam estruturas diferentes: ambos contêm, no seu interior, a transcrição de uma carta em português; a carta 243 começa e termina em latim.

Partes das cartas			Cartas de VENDA							
			148	151	152	153	155	198	251	253
PRO-TO-COL O		Invocação	x	x	x	x		x	x	x
		Notificação	x	x	x	x	x	x	x	x
		Subscrição	x	x	x	x	x	x	x	x
TEXTO-OBJECTO		Disposição	x	x	x	x	x	x	x	x
		Motivação					x		x	
		Constat.	x	x	x	x	x	x	x	x
		Conclusão	x	x	x	x	x	x	x	x
		Sanção	x	x	x			x	x	
ESCATOCOLO	Validação	Róbora	x	x	x	x			x	x
		Test.	x	x	x		x	x	x	x
		Escriba	x	x	x	x	x	x	x	x
		Selo					x		x	
		Sinal	x	x	x	x	x	x	x	x
	Local					x	x		x	x
	Data		x	x	x	x	x	x	x	x
Infor. complementar			x							

Observando este quadro, podemos concluir que algumas subdivisões são dispensáveis: a MOTIVAÇÃO e a referência ao SELO ocorrem apenas em duas cartas. Outros elementos estão sempre presentes.[6]

Analisando cada uma das diversas partes em que se dividem as cartas, pude verificar que, na maior parte dos casos, elas são constituídas por fórmulas que se repetem com ligeiras variações. Jean Roudil denomina essas fórmulas de *lexias complexas*, esclarecendo que, «Fonctionnellement, l'ensemble du type "cognocida cosa Sea a quantos esta carta ujren como" (...) est une seule lexie, dont le dernier élement *como* établit plus particulièrement la liaison avec le contrat proprement dit" ou "*Yo don García*: ce syntagme nominal, nous le considérons comme étant une lexie complexe"».[7] Assim, será, por exemplo,

[6] Percorrendo todas as cartas em português do "Livro dos Bens de D. João de Portel", verifica-se que apenas três partes da carta são indispensáveis: a SUBSCRIÇÃO, a DISPOSIÇÃO e a DATA.

[7] Citado em REVENGA, P. D., 1999: 24-25. J. Roudil toma a nomenclatura de B. Pottier, para quem a lexia «es la unidad lexical memorizada», resultado «de un lento proceso de lexicalización de uma secuencia» (POTTIER, B, 1976, p. 324), sendo, portanto, «une unité lexicale de langue que s'oppose à ce qu'il appelle une *réunion fortuite de discours*», quer se trate de lexia simples, composta ou complexa (1973: 251). Outros autores propõem denominações diferentes. I. MELČUK, por exemplo, fala de «phrasème ou semi-phrasème» (citado em Clas, 1999: 1). Jean Roudil adopta a denominação «lexie complexe» para designar sequências que os escribas medievais tinham memorizadas e que repetiam regularmente nas cartas, admitindo, no entanto, ligeiras variações.

uma *lexia complexa* a sequência "Esta é a carta de uendiçõ e de perdurauil firmidõe a qual".

Começo pelo PROTOCOLO:

A INVOCAÇÃO, ausente apenas numa das cartas, consiste em uma frase que, invariavelmente, se repete. A alteração está unicamente na alternância entre *En* e *Jn*.

Carta 148: «En nome de Deus. Amen.»
Carta 151: «En nome de Deus. Amen.»
Carta 152: «En nome de Deus. Amen.»
Carta 153: «En nome de Deus. Amen.»
Carta 155: —
Carta 198: «En nome de Deus. Amen.»
Carta 251: «Jn nome de Deus. Amen.»
Carta 253: «Jn nome de Deus. Amen.»

Segundo Pilar Díez de Revenga (1999: 78), esta parte da carta, que ela denomina de EXORDIUM, embora tendo a sua origem no mundo pagão, terá tido em S. Paulo o seu primeiro teórico, já que, na sua *Epístola aos Colossenses* (3, 17), recomenda: «E tudo quanto fizerdes, por palavra ou por obra, fazei-o em nome do Senhor Jesus, dando por Ele graças a Deus Pai.»

A NOTIFICAÇÃO realiza-se através de uma das duas fórmulas que se seguem:

148: «Esta é a carta de uendiçõ e de perdurauil firmidõe que»
151: «Esta é a carta de uendiçõ e, pera senpre, de firmidõe que»
152: «Esta é a carta de uendiçõ e de perdurauil firmidõe que»
153: «Esta é a carta de uendiçõ e de perdurauil firmidõe a qual»
198: «Esta é a carta de uendiçõ e de perdurauel firmidõe a qual»
251: «Aquesta é carta de uendiçõ e de perdurauil firmidõ a qual»
253: «Aquesta é carta de uẽdiçõ e de perdurauil firmidõy a qual»

155: «A todos aqueles que esta carta uirẽ fazemos a saber como dante»

Como se vê, a carta é identificada como *carta de uendiçõ* e a sua validade é reforçada pelo adjectivo *perdurauil* com que se qualifica *firmidõe*. É

interessante verificar que a transacção assinalada nestas cartas é sempre perspectivada do ângulo da venda - e nunca do ângulo da compra. O verbo comprar tem apenas uma ocorrência nos documentos redigidos em português e é usado para indicar a proveniência de determinados bens numa carta de permuta:

> «cõuen a saber que el deu aa dicta egreia hũa casaria que conprou de dõ Bartholameu e de ssa molher.» (Carta 154)

Por seu lado, do verbo vender, há 21 ocorrências.

A SUBSCRIÇÃO é uma das partes essenciais da carta. É nela que o autor da carta se apresenta. Nas cartas de venda em estudo, a SUBSCRIÇÃO é sistematicamente introduzida pelos pronomes pessoais *eu* ou *nós* que têm como aposto os nomes do(s) vendedor(es), seguidos ou não do cargo respectivo. Tenha-se presente a carta 152.

A autoria da carta cabe ao(s) vendedor(es). Na maioria das cartas essa autoria é explicitamente referida:

> Carta 152: «Esta é a carta de uendiçõ e de perdurauil firmidõe que eu, Ffernam Tocho, e mha molher, Maria Migueliz, e eu, Johã Martijz, filho dessa Maria Migueliz, mandámos e outorgámos a fazer a uós, don Johã Perez d' Avoym, e a uossa molher, dõna Maria Affõñso,»

Essa autoria socorre-se, para efeitos de validação, de uma instituição credenciada, o tabelião, que vai dar valor formal ao contrato.

A informação a respeito da autoria é frequentemente reforçada na parte final da carta. Na carta 253 fica registada a venda de quatro tendas por João Eanes Cavaleiro a D. João Peres de Aboim e sua mulher. Na parte final pode ler-se:

> «E eu, Steuã Pasqual, publico tabelliõ de Monte Moor o Nouo, a rogo do dicto Johane Eanes, eenstas cousas todas presente fui e esta carta cõ mha mão screui»

Não deixa de ser interessante o facto de a autoria corresponder sempre a quem vende. À primeira vista, esse facto parece assinalar uma qualidade de honestidade da parte do vendedor, já que o maior interessado no registo do acto

seria o comprador. Poderá ser simplesmente uma questão de norma. Ou será que o valor da transacção só era recebido contra a entrega do documento? São questões que deixo em aberto.

Se considerarmos estes documentos enquanto fontes para o conhecimento da sociedade da época em que foram escritos, esta parte da carta pode fornecer-nos dados importantes, já que normalmente, como se disse, aparece em aposto ao(s) nome(s) do(s) autor(es) da carta o respectivo título ou cargo; em certos casos, explicitam-se relações de parentesco.[8] A carta 155 oferece-nos as seguintes informações:

> «nós, Johã Clerigo, alcaide, e Ffernã Rodriguiz e Pay Migueez, joizes de Mõte Moor o Nouo, Domĩgos Durãez, tabelliõ da dicta villa, e Migel Eanes, mellur ca semella, tutures e executores da mãda de dõna Maria Reinaldiz, que é iá morta, a qual foy moller de Johan Eanes Caualeiro»

Do TEXTO-OBJECTO fazem parte várias subdivisões, três das quais ocorrem com absoluta regularidade: são a DISPOSIÇÃO, a CONSTATAÇÃO e a CONCLUSÃO. Podem ainda estar presentes a MOTIVAÇÃO e a SANÇÃO.

Na parte da carta denominada DISPOSIÇÃO ganham um certo relevo dois verbos: o primeiro é mandar ou encomendar, frequentemente acompanhado de outorgar, seguido do verbo fazer precedido ou não da preposição a e, quase sempre, seguido de a uós. Este verbo fazer tem como complemento directo um pronome relativo – que ou qual - com que termina a NOTIFICAÇÃO, pronome que, por sua vez, tem como antecedente a *lexia complexa* "a carta de uendiçõ e de perdurauil firmidõe".

> 148: «Esta é a carta... que // eu, Domĩgos Paiz, e...mandámos e outorgámos **a fazer** a uós, don Johã Perez d' Avoym, e...»
> 151: «Esta é a carta...que // eu, Domĩgos Meendiz, e...mãdámos e outorgámos **a fazer** a uós, don Johã Perez d' Avoym, e...»
> 152: «Esta é a carta... que // eu, Ffernam Tocho, e... mandámos e outorgámos **a fazer** a uós, don Johã Perez d' Avoym, e...»
> 251: «Aquesta é carta...a qual // nós mandámos **fazer**, nós, Domĩgos Durãez...a uós, dõ Johã Periz d' Avoym ...»

[8] O mesmo tipo de informações ocorre também relativamente às testemunhas, de que mais à frente se falará.

253: «Aquesta é carta...a qual // eu, Johãne Eanes Caualeyro, mãdei **fazer** a uós, dũ Johã Periz d' Avoym, e...»

153: «Esta é a carta a qual // eu, Johã Conlaço, ... e ...encomẽdámos **a fazer** a uós, don Oan Perez d' Avoym, e...»
198: «Esta é a carta...a qual // eu, Ffernã Fernandiz, e ...encomendámos **a fazer** a uós, don Johã Perez d' Avoym, e...»

Como foi referido, as fórmulas que constituem as diversas partes das cartas são herdadas da diplomática latina, mas frequentemente encontram-se variantes que acusam hábitos individuais dos diversos escribas. Das oito cartas em estudo, as três primeiras (a 148, a 151 e a 152) foram escritas por João Clérigo, tabelião de Portel; as cartas 251 e 253 foram escritas por Stevão Pasqual, tabelião de Montemor-o-Novo; e três outros tabeliães redigiram as restantes três cartas. Ora, se prestarmos atenção, verificaremos que nas cartas escritas por João Clérigo, ocorre uma mesma sequência: mandámos e outorgámos **a** fazer. Por sua vez, nas cartas 251 e 253, ambas redigidas por Stevão Pasqual, aparecem as lexias mandámos fazer e mãdei fazer. Assim, o primeiro tabelião usa os dois verbos mandar e outorgar e faz preceder o verbo fazer da preposição a, enquanto que o segundo usa apenas o verbo mandar seguido imediatamente de fazer. Nas cartas 153 e 198, o verbo mandar é substituído por encomendar.

O segundo verbo que se destaca é vender e pode ocorrer em dois lugares diferentes: no meio do período ou no início.

148: «E nós, sobredictos Domingos Paez e eu... **vendemos** essa herdade sobredicta a uós, don Johã Perez d' Avoym, e...»
151: «E eu, Domĩgos Meendiz, e...**uendemos** essa herdade sobredicta a uós, don Johã Perez d' Avoym, e...»
152: «E eu, Ffernam Tocho, e...**uendemos** essa herdade sobredicta a uós, don Johã Perez d' Avoym, e...»
155: «E eu, Domĩgos Meendiz, e mha molher...**uendemos** essa herdade sobredicta a uós, don Johã Perez d' Avoym, e a uossa molher»
251: «**Vendemos** a uós e outorgamos essa almoỹa»
253: «**Vendo** a uós e outorgo essas quatro tendas»
153: «**Vendemos** a uós a dicta adega,»
198: «**Uendemos** a uós essa casa»

Mais uma vez, é a mesma a fórmula usada nas três primeiras cartas, escritas por João Clérigo (neste caso, também na carta 155). E há também semelhanças entre as cartas escritas por Stevão Pasqual, onde o verbo vender é seguido de outorgar.

Em trabalhos anteriores, tratei já da importância que o verbo vender ganha nestas cartas.[9]

Ainda nesta parte da carta, denominada DISPOSIÇÃO, é possível encontrar outras *lexias complexas*: uma, nem sempre presente, introduz o estabelecimento das confinações dos bens transaccionados:

153: «da qual adega estes som os termhos: ... E da vĩa estes som os termhos:»
155: «Que os termhos das dictas tendas so[m] estas:»
198: «da qual estes som os termhos:»
251: «da qual os termhos estes som:»
253: «os termhos das quaes som estes:»

A outra *lexia* ocorre no final desta parte da carta:

153: «a dicta adega, cõ sas cubas e cõ sas tĩas, e a dicta vĩa, cõ sas entradas e cũ sas saidas e cũ todas sas perteenças»
155: «cõ sas entradas e cõ sas s[ai]das e cõ todos seus dereitos e cõ todas sas pertenças»
198: «essa casa cõ sas entradas e cõ sas saidas e cõ seus dereitos e cõ sas pertẽeças»
251: «essa almoỹa cõ seu campo, cõ sas entradas e cõ sas saydas e cõ todos seus dereytos e con todas sas perteenças»
253: «essas quatro tendas, cõ sas entradas e cõ sas saydas e cõ todos seus dereytos e cõ todas sas pertenças»

Em duas cartas dá-se a conhecer o motivo da venda; designei essa subdivisão de MOTIVAÇÃO:

155: «pera pagar a mãda e as deuidas da dicta Maria Reinaldiz,»
251: «pera pagar a manda da dicta dona Maria Reinaldiz.»

---

[9] Cf. Almeida, M.L., 2001, e um outro estudo intitulado *Alguns aspectos da estrutura textual das cartas de venda no LIVRO DOS BENS DE D. JOÃO DE PORTEL,* ainda no prelo.

Na parte denominada CONSTATAÇÃO são dadas várias informações, utilizando-se, por via de regra, quatro *lexias complexas*. Através dessas *lexias*, informa-se que (i) o preço da venda já foi recebido, referindo-se (ii) o respectivo valor, declarando-se ainda que (iii) a operação se fez a contento das partes e, finalmente, (iv) que nada ficou por pagar.

(i) 148: «por precio que de uós recebemos,»
151: «por preço que de uós recebemos,»
152: «por preço que de uós recebemos,»
153: «por preço que de uós recebemos,»
155: «por preço o qual de uós recebemos,»
198: «por preço que de uós recebemos,»
251: «por preço que de uós recebemos,»
253: «por preço que de uós recebi,»

(ii) 148: «cõuen a ssaber: por LXVII marauedis.»
151: «cõuen a saber: por X marauedis e X soldos.»
152: «cõuen a saber: por XIII marauedis e V soldos.»
153: «conuẽ a saber: DCCCL libras da moeda uelha usada de Portugal,»
155: «cõue[n] a saber: DCXX libras da usada moeda uella de Portugal,»
198: «conuẽ a saber: LX marauedis,»
251: «cõuen a ssaber: CD libras da usada moeda uelha de Portugal,»
253: «cõuẽ a ssaber: DXXVI libras da usada moeda uelha de Portugal,»

(iii) 153: «por que a nós e a uós tãto bẽ prougue.»
155: «ca a tãto a nós e a uós bẽ prougue.»
198: «ca tanto a nós e a uós bẽ prougue.»
251: «ca a tanto a nós e a uós bẽ prougue.»
253: «ca a tãto a mj̃ e a uós bẽ prougue.»

(iv) 148: «E de preço nõ remẽeceu nenhũa rẽ pera pagar.»
151: «E de preço nõ remaeceu nenhũa rẽ pera pagar.»
152: «E do preço nenhũa rẽ nõ remaeceu pera pagar.»
153: «E de preço apres de uós nõ ficou nulha rẽ por dar.»
155: «E de preço apres de uós nemigalha nõ remãece por dar.»
198: «E de preço apres de uós nemigalha nõ ficou por dar.»
251: «E de preço en uós non fica rẽ en deuida por dar.»
253: «E de preço apres de uós nimigalha fica por dar.»

A parte considerada CONCLUSÃO apresenta as variantes que se seguem:

148: «Onde outorgamos e damos a uós essa herdade pera senpre.»
151: «Onde outorgamos e damos a uós essa herdade pera senpre.»
152: «Onde outorgamos e damos a uós essa herdade pera senpre.»
153: «Haiades uós et cetera.»
155: «Aiades essas sobredictas tẽdas et [cetera.]»
198: «Des aqui auãte aiades uós e possoiades essa casa, e quem quer que despos uẽna, que uossa bõa aia de leuar perdurauilmẽte por senpre. E façades dela que quer que a uós proug<u>er.»
251: «E aiades essa sobredicta almoyã cõ seu cãpo firmemente por sempre, uós e toda uossa geenraçõ que depos uós uẽer. E ffaçades ela e despõades ela e quem quer que uos prouguer dela ende toda uossa uoontade.»
253: «Aiades porẽ essas quatro tendas por sempre et cetera.»

Esta parte da carta constitui um convite para que o comprador entre efectivamente na posse do que agora é, de direito, seu. Este convite é mais vincado nas fórmulas em que ocorre a forma ou as formas de presente do conjuntivo. Nas primeiras três cartas, as formas "outorgamos e damos" parecem ter mais um valor de reforço daquilo que é expresso pelo verbo vender.

Em cinco das cartas de venda está prevista SANÇÃO para o desrespeito pelo que fica estabelecido. As frases em que as mesmas se expressam começam invariavelmente por uma oração condicional. Na carta 198, uma parte da frase é substituída por "et cetera":

148: «E se alguẽ uẽer da nossa parte ou da straya, que esta nossa carta mãdámos fazer, derõper quiser, peitẽ a uós essa herdade dobrada e quanto for melhorada e, ao senor da terra, C marauedis.»
151: «E se alguẽ uẽer da nossa parte ou da straya, que esta nossa carta que mandámos fazer, deronper quiser, peitẽ...»
152: «E se alguẽ uẽer da nossa parte ou da straya, que esta nossa carta que mandámos fazer, derõper quiser, peitẽ...»
198: «E se alguẽ uẽer et cetera.»
251: «E sse alguẽ da nossa parte ou de strãya que este nosso feyto quiser uijnr britar ou tentar ou enbargar, nõ lles seia outorgado...»

Em outras cartas do códice escritas em português está, de igual modo, contemplada a SANÇÃO, mas, tal como nestas, somente estão previstas penas de natureza material. Apenas na carta 259, que, como se disse, contém o foral de Portel, se prevêem também penas de ordem espiritual. É com a previsão dessas penas, dispostas em termos de forte ameaça, que termina este foral:

> «E quem quer que contra este nosso feito queira uijr ou esta carta queira cõtradizer seia maldito de Deus e de Sancta Maria, Sa Madre, e de toda a Corte celestial e aiã galardõ que Deus deu a Judas Scarioth, e sobre tod' esto aiã a nossa maldiçõ.»

Em algumas cartas do códice em língua latina a SANÇÃO contém penas espirituais, como mostra o exemplo que se segue:

> (fól.29v): «Siquis aut*em* ta*m* de -m*e*is p*r*opinq*uis* q*uam* de ex*tra*neis uen*er*it qui *contra* iſta*m*/[15] m*e*am donat*ion*em ue*n*ire p*re*ſ*um*pſerit: no*n* ſit ei -licit*um* ſ*et* pro ſola te*m*ptat*ion*e q*ua*n-/[16] tu*m* q*ui*ſ-ierit: tantu*m* s*ibi* u*el* ſucceſſoribu*s* ſuis i*n* duplo co*m*ponat. & -d*om*ino t*er*re aliud/[17] tantu*m*. & Jnſup*er* qua*n*tu*m* ip*se* dom*us* fu*er*int meliorate. & -habeat maledict*ion*em/[18] d*ei* pat*ris* omnipotentis & -meam i*n* eternu*m*. & -cu*m* Juda traditore ſepult*us* iaceat/[19] i*n* infernu*m*.»[10]

Encontrei a referência a "Judas traidor" e "Judas Escariote" em várias cartas do códice. A referência a este discípulo de Cristo, que ficou para a História como o símbolo da traição é, aliás, relativamente frequente na diplomática medieval.

O ESCATOCOLO é constituído por três partes: VALIDAÇÃO, LOCAL e DATA.

Da VALIDAÇÃO fazem parte as subdivisões: RÓBORA, TESTEMUNHAS, ESCRIBÀ, SELO e SINAL.

A RÓBORA, nem sempre presente, quando existe, é constituída por uma frase onde ocorre o verbo roborar. Nas cartas 148 e 151, além dessa frase, aparece uma outra incompleta:

---

[10] Mantenho a transcrição paleográfica, a única que utilizei para os textos escritos em latim, no trabalho antes referido (2001).

148: «E nós, sobredictos, et cetera.
Que presentes forõ e uirõ e ouuirõ (e) outorgar e reuorar esta carta:...»
151: «E eu, sobredicto Domĩgos Meendiz, et cetera.
Que presentes forõ e uirõ e ouuirõ outorgar e reuorar esta carta:...»
152: «Q<u>e presentes forõ e uirõ e ouuirõ outorgar e reuorar esta carta:...»
153: «E nós, de suso dictos, que esta carta encomẽdámos a fazer, ela ante bõos homees reuorámos.»
155: —
198: —
251: «E nós, sobredictos, que aquesta carta mandámos fazer, reuorámos ela dante homees boons. E rogámos Affons' Eanes que ficou en logo d' alcayde de mão de Johã Clerigo, seu padre, e Simhõ Martijz e Johã Periz do Siso, juyzes da dicta vila de Monte Moor o Nouo, que fezessem eensta carta põer o seelo do concelho da dicta vila.»
253: «E eu, sobredicto, que aquesta carta mandei fazer, reuorej ela dant[e] homeens boons.»

As TESTEMUNHAS desempenham também, como ainda hoje, um papel importante na validação destes documentos. Em grande parte das cartas constituem uma lista considerável de nomes, muitas das vezes, acompanhados de informações relativas ao cargo ou à profissão que desempenham, ou ainda a parentesco.

O ESCRIBA, que normalmente se auto-intitula "publico tabelliõ", escreve por prazer das partes ou a rogo de alguém e, em alguns casos, também a mandado de alguém, conforme ele próprio declara. É um outro elemento de validação, pelo poder simbólico que detém.

148: «E eu, Johã Clerigo, publico scriuam de Portel, a prazer das partes, esta carta screuj»
151: «E eu, Johã Clerigo, publico screuã de Portel, a prazer das partes, a screuj»
152: «Eu, Johã Clerico, publico screuã de Portel, a prazer das partes, a screuj»
153: «E eu, Martĩ Migueliz, publico tabellio da cidade d' Evora, eestas cousas presente fuj, e esta carta, cõ mha mão propria, screuj»
155: «E eu, sobredicto tabelliõ, a rogo de sobredictos Domingos Durãez, tabelliõ, e de Migel Eanes, e a mãdad[o] dos dictos alcaide, joizes, esta carta, cõ mha mão propria, escreuj»

198: «E eu, Nicholao Iohanis, publico tabelliõ de Monte Moor o Nouo, ẽestas cousas presente foj e esta carta, cõ mha mão propria, screuj»
251: «Eu, sobredicto tabelliõ, a mãdado dos dictos alcayde e juyzes, e a rogo dos sobredictos, ẽestas cousas todas presente fuy e est<a> carta, cõ mha mão, screui»
253: «E eu, Steuã Pasqual, publico tabelliõ de Monte Moor o Nouo, a rogo do dicto Johane Eanes, eenstas cousas todas presente fui e esta carta cõ mha mão screui»

Outro elemento de validação é o SINAL do tabelião[11], que é referido nas oito cartas. Em duas delas faz-se também referência explícita ao SELO.

148: «e este meu sinal ẽela pos, que tal é, in testemoya.»
151: «e este meu sinal ẽela pusi, que tal é, en testemoyo.»
152: «e este meu sinal y pusi, que tal é, en testemoya.»
153: «e este meu sinal in ela pusi, in testemoyo.»
155: «e seeley, e en ela este me[u] [sinal] puiz, que tal é:»
198: «e este meu sinal y puiz, que tal é, in testemoyo.»
251: «e sseeley, e enla este meu sinal pugi, que tal é:»
253: «e eenla este meu sinal pugi, que tal é:»

A importância dada ao SINAL do tabelião, ao SELO, ao facto de a carta não estar rasurada ou, de qualquer modo, viciada, está bem presente no início da carta 35, redigida em língua latina:

«Jn -d*e*i n*omi*ne Nou*er*int vniu*er*ſi preſentis ſc*ri*pti ſeri*em* inſpe*c*turi q*uod* Ego D*omi*nic*us* du-/22 randi public*us* Tabellio Mo*n*tis maio*r*is nouj uidi & inſpexi lict*er*am d*omi*ni/23 regis no*n* cancellata*m* no*n* raſ*am* n*ec* abolita*m* n*ec* *in* aliq*ua* par*te* ſui uiciata*m* u*ero* ſigillo/24 d*omi*nj regis pendente ſigillata*m*.»[12]

Em algumas cartas refere-se uma outra forma de validação: explicita-se que estamos perante um *quirógrafo*, isto é, uma «charte rédigée en double expédition sur un même morceau de parchemin» (Stiennon, 1991: 336).

[11] Uma cópia dos vários *sinais* encontrados no "Livro dos Bens de D. João de Portel" é fornecida em Almeida, M. L., 2001: Tomo I, 93-97.
[12] Como já fiz antes, mantenho a transcrição paleográfica (cf. nota 9).

Encontrei algumas cartas deste tipo, denominadas "cartas partidas por abc" ou "cartas partidas por abece", que são, afinal, cartas escritas em duplicado, no mesmo pergaminho; entre os dois exemplares era deixado um espaço onde se escrevia o maior número possível das letras do *abecedarium*[13]. O pergaminho era depois cortado pelo meio dessas letras e cada uma das partes ficava com seu exemplar que, para valer como documento probatório, teria de juntar-se ao outro, sendo necessário que as letras coincidissem.

A carta 38 é um documento desse tipo como mostra o excerto seguinte:

> «E no testemoyo da qual cousa fezemos fazer duas cartas partidas per «abece», per mão de Fernã Eanes, publico tabelliõ d' Avis. E nas quaes cartas nós, maestre e conuẽto d' Avis, fezemos põer os nossos seelos. E nós, dõ Johane e dõna Maria, fezemos hy põer os nossos seelos. Das quaes cartas nós, maestre e conuẽto d' Avis, teemos una e dõ Johane e dõna Maria, sa moller, a outra.»

Por último, fazem parte do ESCATOCOLO o LOCAL e a DATA.

As oito cartas de venda escritas em português contêm a indicação do dia (dia do mês), mês e era. Na indicação do dia do mês usam-se nas cartas 148 e 151 duas construções de passiva: na primeira, a passiva resultativa; na segunda, a passiva pré-resultativa. Na carta 198 a localização do dia no mês é feita através do adjectivo "postrumeiro" ('último'). Em todas as outras, essa localização é expressa por uma sequência com valor adverbial de tempo, introduzida por um numeral cardinal[14], não precedido de preposição[15].

> 148: «Ffacta a carta XX dias andados do mes de Joyo, era MCCCXVII.»
> 151: «Ffacta a carta, VI dias por andar de Joyo, era MCCCXVII.»
> 152: «Ffacta a carta, XXII dias do mes de Joyo, era MCCCXVII.»
> 153: «Ffeita a carta in Evora, XVI dias de Joyo, era MCCCXVIII.»
> 155: «Feita a carta en Mõte Moor o Nouo, IV dias de Feuereiro, na era de mil e CCC e XIV anos.»

---

[13] Abecedarium: "Alphabet figurant sur la partie médiane d'un chirographe" (STIENNON, J., 1991: 335).

[14] No manuscrito, os numerais, quando não ocorrem por extenso, são sempre representados por símbolos romanos, quer tenham valor de cardinal, quer de ordinal; os símbolos árabes nunca são usados.

[15] Hoje escrever-se-ia "aos ... dias do mês de..."

198: «Ffacta a carta, postrumeiro dia de Março, na era de mill e CCC e XXII.»
251: «Ffeyta carta en Monte Moor o Nouo, XII dias de Ffebereiro, era MCCCXV.»
253: «Feyta carta en Mõte Moor o Nouo, XII dias de Ffeuereyro, era MCCCXV anos.»

Como mostram as frases anteriores, o LOCAL apenas é identificado em quatro cartas. Quando ocorre precede a data.

Termino, repetindo que as cartas notariais são, no essencial, constituídas por fórmulas mais ou menos estereotipadas, a que poderemos chamar "lexias complexas" - seguindo a terminologia do Prof. Jean Roudil - que se repetem com algumas variações. São fórmulas notariais que têm as suas origens na diplomática latina.

Trabalhos como o que realizei permitem-nos identificar, numa perspectiva transversal, o conjunto dos dispositivos da escrita utilizados nestes documentos. Todos esses dispositivos, repetidos com grande regularidade, podem ser observados como formulários de tipo jurídico ou para-jurídico que condicionavam as relações económico-sociais daquele tempo. Por outro lado, permitem-nos, de certo modo, compreender o exercício dessa longa tradição da escrita notarial, marcada certamente por uma inevitável elementaridade escolar e pela transferência dos modelos latinos para o vernáculo.

Referências bibliográficas

Almeida, M. L. 2001. *Livro do Registo das Cartas dos Bens e Heranças que D. João de Portel teve nestes Reinos: edição, estudo linguístico e glossário*. Tomo I: Estudo do manuscrito e texto, Tomo II: Estudo linguístico e glossário, Tomo III: Apêndice. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa, em Viseu (Inédito).

Clas, A., 1999. "Benson, Morton, Evelyn Benson and Robert Ilson (1997): The BBI Dictionary of English Word Combinations, Amsterdam/Philadephia, John Benjamins Publishing Company, Revised edition, XL + 386p., *Meta*, XLIV, 2. Recuperado em 04-02-2004, de <http://www.erudit.org/revue/meta/1999/v44/n2/002319ar.html>

Cumbreño, A. F., 1946. *Curso General de Paleografia y Diplomática Españolas* (con un Apéndice de Diplomática Pontificia), Oviedo.

Guyotjannin, O; Pycke, J.; Tock, B.-M., 1993. *L'Atelier du Médiéviste 2. Diplomatique Médiévale*. Brepols.

Marques, O., 1981. "Diplomárica", in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas.

Metzeltin, M., 1982. "Segmentation sémantique d'un acte de vente médiévale", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 7-bis, Paris, Klincksieck, 141-155.

Murphy, J., 1986. *La Retórica en la Edad Media. História de la teoría de la retórica desde San Agustín hasta el Renacimiento* (Tradução de Guillermo Hirata Vaquera), México, Fondo de Cultura Económica.

Pottier, B., 1973. *Le langage*, Paris, CEPL.

Pottier, B., 1977. *Lingüística General: Teoría y Descripción*, (Versión Española de María Victoria Catalina), Madrid, Editorial Gredos.

Stiennon, J., 1991. *Paléographie du Moyen Âge*, Paria, Armand Colin.

Revenga, P. D., 1999. *Lengua y estructura textual de documentos notariales de la Edad Media*, Murcia, Real Academia de Legislación y Jurisprudencia de Murcia.

O Nome na historiografia linguística portuguesa

Do primeiro período da linguística portuguesa ao final do séc. XIX

Carlos Assunção
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

1. De forma um tanto assistemática, Oliveira, o primeiro gramático da língua portuguesa, ocupa-se muito pouco com as classes de palavras. O nome ainda é, mesmo assim, a classe mais desenvolvida. É de assinalar, segundo Coseriu, que "mesmo nesse tratamento tão sucinto, pode notar-se o seu esforço no sentido de se libertar dos esquemas da gramática latina e de delimitar como tais as categorias gramaticais que funcionam em português. E devemos dizer que consegue traçar em poucas páginas uma gramática portuguesa em grande parte independente dos modelos latinos" (Oliveira, 2000, 50). Nesta linha de independência, Oliveira prescinde da definição de nome e restringe-se a identificar e a descrever o género e o número do nome.

João de Barros, quatro anos mais tarde, em 1540, retoma a tradição e, servindo-se de critérios morfológicos e semânticos, apresenta a seguinte definição de nome:

"NOME (segundo a difinçám dos gramáticos) é aquele que se declina per cásos sem tempo, significando sempre algũa que tenha corpo ou sem corpo: que tenha corpo, como hómem, páu, pédra; sem corpo, Gramática, çiênçia, doutrina" (Barros, 1971, 299).

Nas subclasses segue Prisciano (através de Nebrija). Desta forma, quanto à qualidade o nome é próprio ou comum e quanto à espécie o nome é primitivo ou derivado (Cf. Barros, 1971, 301-303). Os critérios utilizados são no primeiro caso semânticos e no segundo morfológicos. Ainda relativamente à qualidade divide o nome em nome substantivo e nome adjectivo.

Roboredo, no *Methodo Grammatical para todas as linguas*, com o objectivo de desenvolver um método gramatical generalizável, antecipando-se quarenta e um anos a Port-Royal e quatro séculos a Chomsky - aspecto que tem passado despercebido aos estudiosos da historiografia linguística - apresenta a seguinte definição de nome:

"Nome he palavra participante de Numero casual com Genero" (Roboredo, 1619, 65).

Esta concepção de nome assenta apenas em critérios morfológicos ficando os semânticos para as subclasses:

"O Substantivo se divide em Commum, & Proprio, ou Singular. Commum he o que significa hũa cousa commum a muitas singulares: como, *Cidade, Civitas*: *Rio, Fluvius*. Proprio, ou Singular he o que significa hũa sô cousa: como, *Lisboa, Olyssiponis: Tejo, Tagus*." (Roboredo, 1619, 66).

Divide o nome em substantivo e adjectivo, como já tinha feito João de Barros, divisão essa que, como veremos, vai perdurar até princípios do séc.XIX.

Para sistematizar, apresentamos o quadro:

	CRITÉRIO SEMÂNTICO	CRITÉRIO MORFOLÓGICO
OLIVEIRA, 1536	-	-
BARROS, 1540	+	+
ROBOREDO, 1619	-	+

No séc. XVIII o estudo desta classe gramatical foi desenvolvido por cerca de uma meia centena de gramáticos. Do confronto das várias definições avançadas, que muito têm em comum com as da antiguidade greco-latina, decidimos seleccionar os autores já referidos na primeira parte desta lição.

A definição de nome assenta essencialmente no critério semântico e no critério semântico e morfológico seguindo Dionísio, Donato, Carísio, Diomedes (critérios semântico e morfológico), Consêncio e Prisciano (semântico). Os gramáticos setecentistas não se afastam muito. Para Contador de Argote "Nome he huma palavra, que significa alguma cousa; tem números; e se declina por casos" (1725, 2). Esta definição é semântica e morfológica. Casimiro, ao definir o nome como " huma voz cujos casos, e declinações se conhecem por meio do artigo e da prepozição" (1792, 2) segue o critério morfológico. Reis Lobato, Fonseca e Figueiredo inserem as suas definições na linha semântica:

"Nome he huma voz, com que se nomeão as cousas, e suas qualidades, assim como *Esmeralda*, que significa huma cousa; e *Verde*, que desta cousa, ou de outra semelhante significa a qualidade de ter a cor verde." (Lobato, 1770, 9)

"Nome he huma voz, ou dicção, que se apropria a cada pessoa, ou cousa para a dar a conhecer, e differençar de outra." (Fonseca, 1799, 3)

"O Nome he a palavra, com que significamos alguma cousa, ou sua qualidade, como: *Homem, Prudente*". (Figueiredo, 1779, 6)

Estes dados permitem-nos concluir que os gramáticos setecentistas não dão atenção de maior às definições e às suas classificações. As suas obras têm uma visão eminentemente assente no *usus*, na prática. Por isso há falta de coerência interna concernentemente às definições e às suas classificações. Sistematizando, temos:

	CRITÉRIO SEMÂNTICO	CRITÉRIO MORFOLÓGICO
ARGOTE, 1725	+	+
LOBATO, 1771	+	-
CASIMIRO, 1792	-	+
FONSECA, 1799	+	-
FIGUEIREDO, 1799	+	-

Em relação aos autores do séc. XIX que seleccionámos, a metodologia utilizada será muito idêntica à que utilizámos para os gramáticos do século anterior. Desta forma procedeu-se, numa primeira fase, ao levantamento de todas as definições de Nome/ Substantivo, procurando, posteriormente, anotar algumas das conclusões a que é possível chegar:

"Chamão-se Nomes aquelas palavras com que se nomeão as coizas que existem, ou que se supõem existir." (Souza, 1804, 31);

"Nomes são palavras, com que indicamos as coisas, que existem por si, (...) ou as qualidades, que representamos como existindo sobre si." (Silva, 1806, 18);

"O Nome Substantivo he huma palavra que exprime hum objecto físico, ou metafísico." (Ferreira, 1819, 10);

"O Substantivo é o nome das pessoas ou das coisas." (Aulete, 1874, 16);

"Os substantivos são pois os nomes das substancias, isto é, os nomes adoptados para designarem as substancias, e por substancias entendem-se as pessoas, os animaes, os seres, e geralmente todos os objectos existentes no universo ou na imaginação, e que podemos ver, tocar, provar, cheirar, ouvir ou comprehender.(...) Todo o nome antes do qual se póde empregar *um, uma, o, a, os, as*, é substantivo. (...) Conhece-se tambem que uma palavra é substantivo, quando se lhe póde attribuir uma bôa ou má qualidade." (Azevedo, 1880, 21);

"Chamão-se nomes substantivos (ou simplesmente substantivos): as palavras com que se nomeião os seres (...)as palavras com que se nomeião as acções, qualidades e estados, quando se considerão separados dos objectos a que pertencem." (Epiphanio, 1888, 12);

"Substantivo é uma palavra variavel com que se nomeam as substancias reaes ou fictícias." (Leite, 1882, 12);

"Chama-se SUBSTANTIVO ou NOME SUBSTANTIVO toda a palavra que empregamos como nome (proprio ou commum) de pessoa ou coisa." (Coelho, 1891, 6).

Os critérios utilizados foram:

	Critério Semântico	Critério Morfológico	Critério Sintáctico
SOUZA, 1804	+	-	-
SILVA, 1806	+	-	-
FERREIRA, 1819	+	-	-
AULETE, 1874	+	-	-
AZEVEDO, 1880	+	-	+
EPIPHANIO, 1881	+	-	-
LEITE, 1882	+	+	-
COELHO, 1891	+	+	-

Como pode verificar-se, os autores oitocentistas utilizam um critério semântico na definição de Nome, não obstante, observarmos que dois dos gramáticos estudados apresentam também um critério morfológico ao definir o conceito de nome ou substantivo (Leite, 1882 e Adolfo Coelho, 1891), o que já tinha sido apresentado por Contador de Argote e Casimiro. Esta tradição é retomada na década de 70 do séc. XIX.

Verifica-se, igualmente, que em Azevedo, 1880, foram, pela primeira vez, utilizados critérios sintácticos na definição de Nome, situação que só um século mais tarde se verificou novamente. Constata-se também, que Leite, 1882, e Coelho, 1891, utilizam simultaneamente os critérios semânticos e morfológicos na sua definição.

1.1. Subclasses do Nome na linguística portuguesa de setecentos e de oitocentos

Apresentaremos, agora, as diversas subclasses da classe *Nome*. Gostaríamos de fazer uma análise da forma como cada uma dessas subclasses é tratada nas gramáticas em análise, com especial incidência na evolução das várias classificações apresentadas; no entanto tal não é possível num estudo desta natureza. Limitar-nos-emos a abordar, numa perspectiva diacrónica, as classificações elaboradas por estes treze gramáticos. Em seguida, e a propósito dessas classificações, faremos algumas observações procurando realçar os aspectos que nos parecem mais pertinentes.

ARGOTE, 1725:

O Nome pode ser:

1. Nome Proprio
2. Nome Appellativo
3. Nome Collectivo
4. Nome Substantivo
5. Nome Adjectivo
6. Nome Relativo
7. Nome Infinito
8. Nome Patrio
9. Nome Nacional
10. Nomes Partitivos
11. Nomes Numerais: 11.1. Cardinais
    11.2. Ordinais
12. Nomes Positivos
13. Nomes Comparativos
14. Nomes superlativos

As várias subclasses vão sendo, ao longo do diálogo entre o mestre e o discípulo, enunciadas por agrupamentos tal como aqui surgem, sem, no entanto, se estabelecerem relações e interdependências entre as mesmas. Era outro

certamente o objectivo deste gramático, o que acontece também com os seguintes. Repare-se que, na apresentação das várias subclasses do Nome, Contador de Argote não divide as que dependem do Nome Substantivo das que se inserem no Nome Adjectivo. Quando, por exemplo, fala dos Nomes Positivos, Comparativos e Superlativos, refere-se apenas aos Nomes Adjectivos, não estabelecendo explicitamente uma classificação que faça depender aqueles nomes destes (Argote, 1725, 30-33). Por outro lado, verifica-se a utilização um pouco indiscriminada de critérios de classificação. Em 1, 2 e 3, 8 e 9, 10 e 11, 12, 13 e 14 recorre-se ao critério semântico (com a particularidade de em 13 ocorrer o critério semântico de finalidade); em 4 e 5, 6 e 7 o gramático utiliza o critério morfológico.

Tal como refere Gómez Asencio (1985, 14), parece-nos que não há propriamente a preocupação de construir uma classificação no sentido em que hoje entendemos este termo, mas apenas uma enumeração das subclasses do Nome. Isto é, a elaboração de uma lista não sistematizada em que cada subclasse não tem nenhuma relação com as demais subclasses (não havendo, por isso, oposição entre elas). Cada subclasse apenas se relaciona com a classe geral na qual aparece integrada.

LOBATO, 1770:

1. Nomes Substantivos
2. Nomes Adjectivos

1. Os Nomes substantivos dividem-se em:
    - 1.1 Proprios
    - 1.2.Appellativos: 1.2.1. Collectivos
        - 1.2.2. Augmentativos
        - 1.2.3. Diminutivos

2. Os Nomes Adjectivos dividem-se em:
    - 2.1. Pronome
    - 2.2. Particípio
    - 2.3. Partitivo
    - 2.4. Numeral: 2.4.1. Cardeal
        - 2.4.2. Ordinal
    - 2.5. Pátrio

2.6. Gentílico
2.7. Positivo
2.8. Comparativo
2.9. Superlativo

Contra (ou aparentemente contra) a nossa anterior interpretação, segundo a qual estes gramáticos não estavam a pensar em classificações tal como nós hoje as entendemos, mas em enumerações, surge o facto de cada um deles (e neste ponto Reis Lobato é um primeiro exemplo) apresentar um novo modelo classificatório em que depara com novos elementos (como, neste caso, Pronome, Particípio e Gentílico) e/ou os mesmos elementos colocados em diferentes posições, criando novas organizações.

Ainda segundo Gómez Asencio:

"Esto podría ser síntoma de la preocupación por corregir las clasificaciones anteriores y por elaborar una clasificación (en sentido actual) nueva, más adecuada, no una enumeración en la que el lugar ocupado por los elementos no es pertinente" (1985, 14).

Há, porém, princípios básicos de elaboração de uma classificação que nem sempre são respeitados. Por exemplo, na subdivisão dos Substantivos Appellativos, Reis Lobato recorre ao critério semântico para definir os Collectivos; e para a definição dos Augmentativos e Diminutivos, além desse critério, serve-se também do formal (Lobato, 1770, 10-11). Para além da já esperada divisão em Substantivos e Adjectivos, apresenta uma dos Substantivos em Próprios e Appellativos, que, por sua vez, se subdividem em Collectivos, Augmentativos e Diminutivos. A propósito da subclasse dos Collectivos, temos que realçar a actualidade da classificação.

Como vimos, Contador de Argote não se importa com as subclasses do Adjectivo; para ele as subclasses Pátrio, Partitivo, Numeral, Positivo, Comparativo e Superlativo pertenciam directamente à classe dos Nomes. Lobato reestrutura esta classificação e faz com que estas subclasses dependam do Adjectivo (que é, ele próprio, uma subclasse do Nome).

CASIMIRO, 1792:

1. Nomes Substantivos
2. Nomes Adjectivos

1. Os Nomes substantivos dividem-se em:
   1.1. Proprio
   1.2. Appellativo
   1.3. Collectivo

2. Os Nomes Adjectivos dividem-se em:
   2.1. Gentílico
   2.2. Pátrio
   2.3. Pronome
   2.4. Positivo
   2.5. Comparativo
   2.6. Superlativo

Casimiro mantém, de um modo geral, a estrutura de Lobato; numa primeira classificação distingue Nomes Substantivos de Nomes Adjectivos e posteriormente enumera algumas subclasses de cada um deles. Constatamos, pois, que, em relação ao gramático precedente, as subclasses propostas são praticamente as mesmas, mas aparecem redistribuídas como se, efectivamente, Casimiro fosse movido por uma vontade de melhorar a(s) classificação(ões) anterior(es). Uma dessas redistribuições refere-se precisamente à subclasse dos Colectivos. Em relação à classificação de Reis Lobato, os colectivos deixam de ser uma subclasse dos apelativos (comuns) e passam a depender directamente dos nomes substantivos (Casimiro, 1792, 2). Quanto às subclasses do nome adjectivo, Casimiro não considera o particípio, o partitivo e o numeral (Casimiro, 1792, 2).

FONSECA, 1799:

1. Nome Substantivo: Commum (ou Appellativo)
   Proprio
2. Nome Adjectivo
   (Adjectivo substantivado)
3. Nomes Numeraes.

1.1. Nomes Primitivos
1.2. Nomes Derivados:
Gentilicos ou Nacionais
Patronimicos
Aumentativos
Diminutivos
1.3. Nomes Collectivos:
Gerais
Partitivos
1.4. Nomes Verbais
1.5. Nomes Compostos
2.1. Três espécies de Adjectivos:
Positivo
Comparativo:
Superioridade
Inferioridade
Igualdade
Superlativo:
Absoluto
Relativo
3.1. Nomes Numeraes.
3.1.1. Se Adjectivos:
Absolutos ou Cardeaes
Ordinaes
3.1.2. Se substantivos:
Collectivos
Partitivos ou Distributivos
3.1.3. Se Substantivos ou Adjectivos:
Proporcionais ou Aumentativos.
3.1.4. Nomes Numerais de Repetição

Trata-se de uma classificação extensa que apresenta várias subclasses do Nome. Além das já habituais subclasses Nome Substantivo e Nome Adjectivo, faz depender directamente da classe geral – Nome – as subclasses Primitivos, Derivados, Colectivos, Verbais, Compostos e Numerais. Estas subclasses estão totalmente afastadas ou separadas do Nome Substantivo e do Nome Adjectivo. Pode dizer-se que um determinado vocábulo é um Nome Primitivo ou um Nome

Verbal sem se saber se é um Nome Adjectivo ou Substantivo. Estas subclasses são, assim, concebidas sem que entre elas se estabeleça qualquer relação. Por exemplo, os Colectivos, que em Lobato eram uma subclasse dos Substantivos Apelativos e em Casimiro uma subclasse dos Nomes Substantivos, passam a ser considerados uma subclasse directa do Nome (Fonseca, 1799, 4), alterando-se, assim, as relações estabelecidas nas classificações anteriores.

Utiliza diferentes critérios dentro da mesma classificação, o que revela independentismo relativamente aos gramáticos antecessores. A título de exemplo: na classificação, Nomes Primitivos e Derivados são definidos de acordo com um critério morfológico; Gentilicos e Patronimicos segundo um critério semântico e, por fim, na definição de Aumentativos e Diminutivos ocorrem, em simultâneo, ambos os critérios – o semântico e o morfológico (Fonseca, 1799, 21-23).

Os Verbais são definidos do seguinte modo: "os que se derivam dos verbos." (Fonseca, 1799, 27). Constituem uma outra subclasse independente dos Nomes Derivados, dos quais é dada a seguinte definição: "Derivados são os que se formam dos primitivos." (Fonseca, 1799, 22).

Como méritos essenciais desta classificação há a referir o facto de desenvolver muito bem os sentidos correntes no uso dos Nomes Aumentativos e Diminutivos e a descrição, bastante pormenorizada, das "três espécies de Adjectivos" (Fonseca, 1799, 29). Além disso, apresenta, entre outros, um aspecto inovador, pois é o único gramático a referir, na sua classificação de Nomes, os Nomes Compostos, definindo-os como:

"os nomes, que se compõem de duas palavras Portuguezas, inteiras, ou com alguma mudança." (Fonseca, 1799, 27).

FIGUEIREDO, 1799

1. Nome Substantivo:
    - 1.1. Proprio
    - 1.2. Appellativo:
        - 1.2.1. Collectivo
        - 1.2.2. Augmentativo
        - 1.2.3. Diminutivo

2. Nome Adjectivo:
    - 2.1. Adjectivo (propriamente dito):
        - 2.1.1. Partitivos
        - 2.1.2. Possessivos
        - 2.1.3. Numeraes:
            - 2.1.3.1. Cardinal
            - 2.1.3.2. Ordinal
        - 2.1.4. Patrios
        - 2.1.5. Gentilicos
        - 2.1.6. Positivos
        - 2.1.7. Comparativos
        - 2.1.8. Superlativos
    - 2.2. Pronome
    - 2.3. Participio

A propósito das subclasses do Substantivo, Figueiredo retoma na íntegra a classificação apresentada por Reis Lobato. Quando subdivide os Nomes Adjectivos em "Adjectivo" (propriamente dito), "Pronome" e "Participio", Figueiredo afirma que "estas são as tres propriedades da substancia, que vem a ser: qualidade, pessoa e acção" (Figueiredo, 1799, 12). Acrescenta ainda que dos participios tratará depois dos verbos, argumentando para o efeito que esse é "o lugar proprio" e baseia-se na tradição ao afirmar: "[...] que lhe assignam quasi todos os Grammaticos." (Figueiredo, 1799, 4). Numa leitura mais atenta, podemos ver aqui, mais uma vez, a influência clara de Reis Lobato que já seguira este método - colocar o pronome e o participio como subclasses do nome adjectivo.

Vejamos, agora, as diversas subclasses ou "castas" da classe *Nome* nos diversos autores oitocentistas.

SOUZA, 1804:

1. Nome
    - 1.1 Nomes Proprios;
    - 1.2 Nomes Appellativos;
        - 1.2.1 Coletivos;
        - 1.2.2 Augmentativos;
        - 1.2.3 Diminutivos;
    - 1.3 - Nomes Abstractos

SILVA, 1806

1. Nome
    1.1 Abstractos;
    1.2 Individuaes;
    1.3 Communs (geraes);

FERREIRA, 1819:

1. Nome:
    1.1 Nome Substantivo:

        1.1.1 Proprio
        1.1.2 Commum ou appellativo
        1.1.3 Diminutivo
        1.1.4 Augmentativo
        1.1.5 Collectivo
        1.1.6 Partitivo

Além destas subclasses, o autor ainda apresenta uma subdivisão em: *especie, genero e genero supremo.*

    1.2 Nome Adjectivo:

        1.2.1 Fisicos;
        1.2.2 Metafisicos;
        Estes subdividem-se em:
        - Nominaes;
        - Verbaes;
        - Possessivos;

- Demonstrativos

- Numeraes
  - Cardinaes
  - Ordinaes
  - Collectivos
  - Destributivos
  - Proporcionaes

AULETE, 1874:

1. Substantivo:
   - 1.1 Proprios;
   - 1.2 Communs;
     - 1.2.1 Collectivos.

AZEVEDO, 1880:

1. Nome/ substantivo
   - 1.1 Proprios
   - 1.2 Communs ou Appellativos;
     - 1.2.1 Universais ou Analogicos;
       Estes subdividem-se:
     - Physicos;
     - Moraes;
     - 1.2.2 Parciaes ou Abstractos;
     - 1.2.3 Collectivos
       Estes subdividem-se:
     - Geraes;
     - Proporcionaes;
     - Partitivos
       - Definidos;
       - Indefinidos

2. Substantivos Primitivos;
3. Substantivos Derivados;
    3.1 Gentilicos ou Nacionaes;
    3.2 Patronymicos
    3.3 Augmentativos;
    3.4 Diminutivos;
    3.5 Verbaes;
    3.6 Compostos.

EPIPHANIO, 1881:

1. Substantivos

    1.1 Concretos
        1.1.1 Proprios
        1.1.2 Appellativos ou communs
        1.1.3 Collectivos
    1.2 Abstractos

LEITE, 1882:

1. Substantivos

    1.1 Proprios
    1.2 Communs

Quanto à origem, forma e significação
1. Collectivos
    1.1 Geraes
        1.1.1 Indeterminados
        1.1.2 Determinados

    1.2 Partitivos
        1.2.1 Distributivos
        1.2.2 Proporcionais

2. Abstractos

3. Primitivos

4. Derivados
    4.1 Augmentativos
    4.2 Diminutivos
    4.3 Appellativos Verbaes
5. Compostos

COELHO, 1891:

1. Substantivos / Nomes substantivos:

    1.1 Proprios
    1.2 Communs

    1.3 "... nomes de acções, estados, qualidades das pessoas ou das coisas que subsistem por si..." (Abstractos)

Assim, podemos afirmar que, embora estas propostas sejam diferentes, é possível encontrar pontos comuns entre as mesmas, sendo a semelhança entre algumas inegável. Atenda-se, contudo, a que a similitude entre determinadas classificações propostas não obedeceu a uma ordem cronológica, pelo que a classificações mais simples se seguiram, muitas vezes, classificações eminentemente mais complexas.

Por esta razão, e atendendo às características de cada proposta apresentada, optámos por nos ocupar, inicialmente, das classificações menos complexas, dado serem estas que mais têm em comum, formando um grupo mais homogéneo; e, num segundo momento, trataremos aquelas que se nos afiguram mais complexas e, consequentemente, detentoras de um maior número de particularidades/ especificidades.

Deste modo, o primeiro grupo será constituído pelas classificações propostas por: Souza, 1804; Silva, 1806; Aulete, 1874; Epiphanio, 1881 e Coelho 1891. Enquanto que num segundo grupo integraremos as propostas de: Ferreira, 1819; Azevedo, 1880 e Leite, 1882.

Se atendermos cuidadosamente aos esquemas das divisões classificatórias do Nome integradas naquele que denominámos grupo um, facilmente concluímos que estas são as que mais se aproximam da proposta de Celso Cunha e Lindley Cintra, isto é, são classificações mais próximas das propostas pelos gramáticos modernos. Fundamentamos esta afirmação com base numa citação de José Gómez Asencio, segundo o qual "En una clasificación propriamente dicha: (i) debe usarse un solo criterio clasificatorio; (ii) los términos incluidos en ella, definidos por un mismo criterio, deben ser mutuamente excluyentes; (iii) dichos términos deben entrar, en algún sentido, en oposición entre sí." (Asencio, 1985, 14).

Efectivamente, todas estas propostas contemplam uma só classificação, sendo cada uma das subclasses apresentadas definida mediante um único critério (neste caso, o critério semântico) e estabelecendo-se entre as mesmas uma relação de exclusão ou oposição.

Ainda que estas propostas sejam bastante semelhantes é possível encontrar entre elas diferenças significativas; assim, verificamos que nem todos os gramáticos reconhecem a existência de Nomes / Substantivos Colectivos, como é o caso de Silva, 1806 e Coelho, 1891; Aulete, 1874, não contempla na sua proposta os Substantivos Abstractos. Paralelamente, é frequente que os mesmos elementos sejam considerados por alguns gramáticos subclasses autónomas, enquanto em outras propostas serão tratados como subdivisões de uma determinada subclasse. Esta situação verifica-se, por exemplo, no tratamento dado aos Nomes / Substantivos Colectivos, que só em Sousa, 1804, e Aulete, 1874, surgem como elementos integrados nos Nomes / Substantivos Apellativos ou Communs. Este facto aproxima estes dois gramáticos de Cunha e Cintra, 1984, cuja proposta contempla a mesma subdivisão.

Importantes também parecem-nos outras duas situações: o facto de apenas Sousa, o primeiro gramático oitocentista seleccionado, incluir na sua classificação os Nomes Aumentativos e Diminutivos, hoje considerados graus dos Substantivos; bem como o de Epiphanio, 1881, ser o único gramático a proceder à distinção entre Substantivos Concretos e Abstractos, algo que só verificámos na proposta de Cunha e Cintra, 1984.

No que concerne ao segundo grupo, ocupar-nos-emos individualmente de cada uma das propostas destes gramáticos, dado que as diferenças entre as mesmas são significativas. Não deixaremos, contudo, de estabelecer paralelos entre estas classificações, sempre que tal seja possível e nos pareça necessário.

Deste modo, começaremos pela classificação proposta por Ferreira, 1819. Esta resulta particularmente interessante na medida em que é a única que

subdivide a classe do Nome em Nome Substantivo e Nome Adjectivo, sendo, por isso, a que mais de perto segue a tradição. Para além desta subdivisão, o gramático apresenta ainda uma outra, de influência aristotélica, em *especie, genero e genero supremo*. Dada a especificidade desta proposta, que surge quase que deslocada cronologicamente, revela-se extremamente difícil compará-la com as restantes propostas. No entanto, é inegável que no que concerne aos elementos contemplados dentro da subclasse Nome Substantivo não detectamos, neste ponto, diferenças substanciais em relação aos outros gramáticos.

Ocupando-nos agora das propostas de Azevedo, 1880, e Leite, 1882, verificamos que cada um destes gramáticos apresenta não uma, mas duas classificações, afastando-se, assim, da noção de classificação, tal como ela é entendida actualmente. Segundo Asencio, "lo más probable es que estos autores no pensaran propiamente [como já atrás aludimos] en *clasificaciones*, (...) sino más bien en *enumeraciones* de las subclases, listas no sistematizadas en las cuales cada subclase no tiene ninguna relación con las demás subclases y sí solo con la clase en que está integrada" (Asencio, 1985,14).

Efectivamente, a inconsistência das classificações propostas por Azevedo e Leite resulta da utilização conjunta de diferentes critérios classificatórios na definição das subclasses apresentadas, neste caso do critério semântico e do critério morfológico. Permite-se, deste modo, a integração de cada uma das subclasses na classe geral, mas inviabiliza-se, em alguns casos, a necessária relação de exclusão ou oposição entre alguns dos elementos contemplados nestas classificações.

1.1. Nomes substantivos e adjectivos e sua separação

Desde a primeira gramática da civilização ocidental até ao início do séc.XIX, o nome subdividia-se em substantivo e adjectivo. Para não nos alongarmos em demasia, abordaremos de forma muito sucinta, a classe do Nome na sua subdivisão em Nomes Substantivos e Nomes Adjectivos em cinco gramáticos setecentistas.

ARGOTE, 1725:

Contador de Argote, ao enunciar as "castas" de palavras da língua portuguesa, não distingue, como nós o fazemos hoje, o substantivo do adjectivo. Pelo contrário, respeitando a tradição, inclui o substantivo e o adjectivo na mesma "casta" de palavras – o Nome. Além disso quando aborda as "castas, e diversidades dos nomes" (Capítulo II), só depois de referir a classificação dos nomes

em "Proprios", "appellativos" e " collectivos", faz a distinção entre Nome Substantivo e Nome Adjectivo, definindo-os do seguinte modo:

"Nome Substantivo he aquelle, que per si só sem ajuda de outrem pode estar na Oração." (Argote, 1725, 21).

"Nome Adjectivo he aquelle, que não pode estar na Oração sem outro nome, ou clara, ou occultamente." (Argote, 1725, 21).

Depois da apresentação de exemplos, conclui:

"o Adjectivo tem claro o Substantivo, de quem depende, e necessita." (Argote, 1725, 22).

Repare-se que a distinção entre estas duas Classes de Nome é feita tendo em conta um critério sintáctico (intra-oracional). Pensamos também que já se encontra nas palavras de Contador de Argote, ainda que de forma implícita, a noção de regência.

LOBATO, 1770.

Embora acrescente uma classe de palavras em relação a Argote, Reis Lobato também inclui o substantivo e o adjectivo na mesma classe, isto é, fá-los depender directamente do nome. Deste modo, o Nome também se divide em duas subclasses: o Substantivo e o Adjectivo.

"Substantivo he aquelle, que por si só, isto he, sem dependencia do Adjectivo, significa completamente huma cousa, assim como *Ceo*, *Terra*." (Lobato, 1770, 10).

"O Nome Adjectivo he aquelle, que significa a qualidade da cousa, que significa o Nome substantivo; pelo que delle depende para fazer sentido completo." (Lobato, 1770, 11).

Reis Lobato conjuga nesta distinção entre Nome substantivo e Nome adjectivo os critérios semântico (quando afirma que o Substantivo tem significado por si só, ao contrário do Adjectivo) e sintáctico (na medida em que realça a dependência do Adjectivo em relação ao Substantivo).

CASIMIRO, 1792.

Para este gramático do final do século também o Substantivo e o Adjectivo não são considerados classes autónomas. Eles pertencem à classe dos Nomes:

"Todo o nome ou he Substantivo, ou Adjectivo." (Casimiro, 1792, 2).

Casimiro ao definir Substantivo e Adjectivo serve-se apenas do critério semântico:

"Substantivo he aquelle, que significa completamente huma cousa, ou pessoa." (Casimiro, 1792, 2).

"Adjectivo he aquelle, que significa a qualidade das cousas." (Casimiro, 1792, 2).

FONSECA, 1799.

É de forma peremptória que este gramático inclui o substantivo e o adjectivo na classe dos nomes, ao afirmar:

"[Nome] divide-se em Substantivo, e Adjectivo." (Fonseca, 1799, 5).

Fonseca serve-se, para distinguir estas duas subclasses do Nome, dos critérios semântico e sintáctico. As definições, que apresenta de Nome Substantivo e de Nome Adjectivo, são muito completas:

"Nome Substantivo he o que significa alguma substancia corporea, ou espiritual, e que por si só póde subsistir na oração sem dependencia de outra palavra, que o qualifique." (Fonseca, 1799, 5).

"Nome Adjectivo he o que se ajunta ao substantivo para denotar a sua qualidade." (Fonseca, 1799, 5).

FIGUEIREDO, 1799.

Pedro José de Figueiredo mantém a inclusão do Substantivo e do Adjectivo na classe do Nome. Deste modo, afirma,

"O Nome ou he Substantivo, ou Adjectivo." (Figueiredo, 1799, 6).

Apresenta de imediato a definição de cada uma destas subclasses, dizendo:

"Substantivo he o que mostra, ou representa a cousa em si, isto he, a substancia, e por isso póde estar na Oração sem o Adjectivo, como: *Homem, Leão.* (Figueiredo, 1799, 6).

"O Adjectivo he o que descobre as circumstancias da cousa, isto he, as propriedades annexas á substancia, ou que se lhe podem attribuir, e por isso não póde estar sem o Substantivo claro, ou occulto, como: *Robusto, Feróz,;* e assim faremos unindo lhes os Substantivos: *Homem robusto, Leão feróz.*" (Figueiredo, 1799, 6-7).

Mantém-se, nestas definições, o uso dos dois critérios já anteriormente referidos, isto é, o critério semântico e o sintáctico.

Em síntese, podemos dizer que substantivos e adjectivos são para estes gramáticos subclasses de uma classe de palavras superior que as integra: o nome. Os substantivos são preferentemente definidos por critérios semânticos (extra-oracionais) enquanto que os adjectivos por critérios semântico-sintácticos (intra-oracionais). Em 1804, Manuel Dias de Sousa opera, definitivamente, a separação nome/adjectivo.

2. Conclusões

Numa leitura reportada ao conjunto das classificações expostas, podemos concluir que, ao lado das classificações consistentes, as que seguem um só critério classificatório, se encontram algumas que podemos apelidar de inconsistentes, por recorrerem a diferentes critérios de classificação. Neste último caso, a busca de coerência interna não constitui o escopo dos gramáticos, já que o desejo de agrupar os fenómenos gramaticais se sobrepõe à preocupação de construir verdadeiros sistemas classificatórios. Em relação à dimensão dos modelos de classificação, predominam os sistemas alargados, o que equivale a dizer que a maioria dos gramáticos assimila a tradição gramatical latina, preterindo a herança filosófica grega. Outra ilação que sobressai do cotejo das classificações é que existe um elo de ligação entre si, pois cada um dos gramáticos implicado recorre a elementos ou subclasses que figuravam na classificação do seu predecessor, o que se traduz por uma aceitação da herança gramatical. No entanto, a redistribuição das várias subclasses, levada a cabo por cada um dos autores que constituem objecto deste estudo, revela-nos que não se trata de uma aceitação acrítica, mas sim de uma reformulação constante no sentido de aperfeiçoar as classificações anteriores. Como resultado desta recolocação dos diferentes elementos e do acréscimo ou supressão de outros, vão surgindo novas relações entre as várias subclasses, o que, por vezes, dá origem ao nascimento de novas redes de oposições.

A classe do Nome, para quase metade dos gramáticos, aparece subdividida em duas subclasses principais, o nome Substantivo e o nome Adjectivo, pois a sua separação só ocorreu na primeira década do século XIX. As várias subcategorias dependentes do nome Substantivo e do nome Adjectivo são estabelecidas com base no critério semântico e no critério formal, mas, por sobre as classificações formais, vislumbra-se um recurso ao significado. Neste contexto, o critério semântico, embora coexista ao lado de outros critérios, é o pilar fundamental em que assentam as diversas classificações da categoria nominal, constituindo um indicador de que a língua é um reflexo imediato da

realidade, isto é, a grande maioria dos gramáticos estabelece uma relação directa entre a palavra e o referente real.

Hoje, a classe do nome, ao reproduzir o mundo extra-linguístico, corporiza esta interrelação e assume-se, inquestionavelmente, como um elemento linguístico, enquadrando-se na corrente convencionalista e logicista que preexiste ao sistema das partes do discurso. A sua inserção em todos os modelos classificatórios, associada ao seu considerável espaço textual e ao facto de ser o elemento inaugurativo do *continuum* formado pelo sistema das *partes orationis*, sinaliza o seu representacionalismo: a situação privilegiada que mantém no quadro das classes de palavras. No entanto, a relevância apontada é proporcional à sua complexidade, que se enraíza na divisão do nome em várias subclasses e na dificuldade que preside à sua delimitação.

Em jeito de conclusão, podemos referir que, no concernente às definições da classe nominal, embora se verifiquem mudanças terminológicas e se introduzam novas subclasses, as principais marcas definitórias da categoria em apreço permanecem imutáveis. Esta constância vem confirmar a tese, já indiciada, de que a linha diacrónica da classe do nome, apesar de acusar ligeiras oscilações, não apresenta diferenças acentuadas, ou seja, as características distintivas desta categoria resistiram ao desgaste cronológico.

A classe do Nome apresentou no decurso dos séculos algumas vicissitudes como vimos; no entanto, não pode fazer-se uma leitura hodierna desta classe esquecendo os cinco séculos da sua história linguística, pois algumas das marcas definitórias da classe do Nome continuam inalteradas passado todo este tempo.

Referências bibliográficas:

Argote, Jeronymo Contador de.1725. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza.*.Lisboa, Officina de Mathias Pereira da Silva & João Antunes Pedroso [1ª edição 1721].

Asencio, José J. Gomes. 1985. Subclasses de palabras en la tradición española 1771-1847. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

Aulete, F. Júlio Caldas.1874. *Grammatica Nacional.* Lisboa, Livraria de A. M. Pereira - Editor, 8ª edição [1ªed.1860].

Azevedo, Domingos de. 1880. *Grammatica Nacional.* Lisboa , (s. Ed.)

Barros, João de. 1971. *Grammatica da Lingua Portugueza.* [Introdução e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu]. Lisboa, Publicações da Faculdade de Letras.

Bechara, Evanildo. 1999. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Lucerna.

Brozas, Franciso Sánchez de las. 1976. *Minerva.* Madrid, Cátedra.

Casimiro, João Joaquim, 1792. *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza.* Porto, Officina de Antonio Alvares Ribeiro.

Coelho, Adolpho.1891. *Noções Elementares de Grammatica Portugueza.* Porto, Lemos & C.ª - Editores.

Dias, A. Epiphanio da Silva. 1881. *Grammatica Portugueza Elementar.*Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz - editores, 4ª Edição Revista [1ªed.1876].

Ferreira, Francisco Soares. 1819. *Elementos de Grammatica Portugueza.* Lisboa, Impressão Régia.

Figueiredo, Pedro José de. 1799.*Arte da Grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro, offerecido a sua alteza real o ser.mo sr. D. Antonio, principe da Beira..* Lisboa, Regia Oficina Tipographica.

Fonseca, Pedro José da. 1799. *Rudimentos da Grammatica portugueza, commodos á instrucção da mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons auctores.* Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Leite, Francisco José Monteiro. 1882. *Nova Grammatica Portugueza.* Porto, Livraria Portuense de Clavel & C.ª.

Lobato, Antonio Jose dos Reis. 1770. *Arte da Grammatica da lingua portugueza. - composta e offerecida ao II.mo sr. Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquez de Pombal.* Lisboa, Reg. Officina Typografica.

Oliveira, Fernão de. 2000. *Grammatica da linguagem portugueza.* [Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção] Lisboa, Academia das Ciências.

Roboredo, Amaro de. 1619. Methodo grammatical para todas as linguas. Consta de tres partes: 1ª Grammatica exemplificada na portugueza e latina; 2ª. Copia de palavras exemplificadas na latina; 3ª. Phrase exemplificada na latina. Lisboa, Pedro Craesbeek.

Silva, Antonio de Moraes.1806. *Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa.* Lisboa, Off. de Simão Thadeo Ferreira.

Souza, Manoel Dias de. 1804. *Gramatica Portugueza.* Coimbra, Real Imprensa

Vaquera, Maria Luisa Calero. 1986. *História de la Gramática Española (1847—1920), de A.Bello a P. Lenz.* Madrid, Editorial Gredos.

Entre lei e 'ensinamento': o discurso legislativo na *Primeyra Partida*

Clara Barros
Universidade do Porto

1. O objectivo deste estudo é a análise de alguns aspectos característicos de um texto jurídico medieval em português, o texto da *Primeyra Partida*, da legislação de Afonso X, integrando essa análise no âmbito da tentativa de elaboração de uma tipologia dos actos de discurso em textos jurídicos medievais. Verifiquei a frequência nesses textos de actos directivos e de actos assertivos correspondendo à presença simultânea de dois tipos de discurso: um discurso legislativo propriamente dito, constituído por actos ilocutórios directivos dirigidos a um alocutário em princípio coincidente com o futuro aplicador da lei, e um outro discurso que o enquadra, fundamentando a sua legitimidade e que se exprime regularmente em actos assertivos com valor de justificação.[1] No texto da *Primeyra Partida* quer o discurso justificativo, quer o discurso legislativo expositivo são marcados por uma estruturação e organização textual e sequencial que se torna difícil aproximar de outros textos do mesmo tipo.

A análise deste texto revela portanto uma configuração particular de actos discursivos; com efeito, se apresenta estruturas características do discurso jurídico medieval, com manifesta ocorrência de actos directivos com valor de prescrição, que tipicamente traduzem a configuração discursiva nuclear do discurso legislativo expositivo, enquadrados por actos assertivos com valor de justi[illegible]ção, apresenta também características específicas, que o individualizam no quadro dos textos jurídicos deste período.[2] Na verdade, uma análise detalhada

[1] Cf. Barros, 1996; 2003.
[2] Cf. Barros, 1994.

permite detectar a presença de actos assertivos declarativos que o aproximam de um discurso pedagógico e lhe conferem um cariz doutrinal; trata-se da asserção de "verdades" indiscutíveis, definitórias, sustentadas pelo estatuto de autoridade do Locutor. Em conformidade com essa característica, o discurso justificativo apresenta neste texto uma maior extensão, nomeadamente no que respeita ao carácter elaborado da construção de legitimidade do discurso por recurso a argumentos de autoridade, e há razões para afirmar que, globalmente, se verifica na *Primeyra Partida* uma preocupação de explicitude e uma acrescida subtileza no enquadramento justificativo dos actos directivos.

2. A análise centrar-se-á no discurso legislativo expositivo, que neste texto apresenta formas muito específicas.

2.1. Por um lado, os enunciados introduzidos por verbos ilocutórios jussivos não têm como sujeito uma autoridade coincidente com o eu-enunciador rei Afonso X, como é típico de textos congéneres. As formas de verbos jussivos como *mandar, ordenar, estabelecer, vedar e defender*, que são relativamente frequentes neste texto, apresentam sempre como sujeito uma autoridade de natureza diferente e estatuto superior: a Santa Igreja. Vejam-se os seguintes exemplos:

> "E por ende manda a Santa Igreia que os prelados seiã sleudos cõ mui grã femença..." (VI, 471-472)

> "Pea estabeleçeu a Santa Igreja que recebe aquel que descobrisse a confissom /.../ en que fezesse forte pẽedença e dandolhy maa prisom e mal que comha e que leva e mal en que iasca de maneyra que lhy pesse cona vida... (VI, 1049-1054)

> "Stabeleçeu a Santa Igreia que os abades e os mõges nõ reçebessem en seus moesteyros clerigos sagraes pera darlhys hy rraçõ..." (X, 533-535)

> "Manda a Santa Iygreia que todo o homẽ que seia tẽedor d'erdade que seia dizemeyra /.../ que seia teudo de dar o dizemo dela..." (XXIII, 183-189)

> "Ordinhou a Santa Igreia que nõ ouvesse outrẽ poder de fazer a crisma que he o seu ũguẽto senõ os prelados mayores..." (IIII, 99-101)

> "Veda e deffende a Santa Eygreia que eno cimiterio dela nõ ssoterẽ pessoans çertas que hy ha." (XVI, 254-255)

2.2. Em alternativa, ocorrem enunciados introduzidos pela forma "dizemos", forma que, em contexto, antecedida pela 1ª pessoa – nós, rei D. Afonso -, traduz o mesmo valor jussivo, tem a mesma força assertiva que as formas "mandamos", "ordenamos" de que se registam dezenas de ocorrências noutros textos do mesmo tipo, como por exemplo o do *Foro Real.*[3] A forma "dizemos" não é, porém, muito frequente; registam-se trinta e cinco ocorrências num texto que é de uma tão considerável extensão. Esta pouco elevada frequência das formas em primeira pessoa não será inesperada, uma vez que neste texto o Locutor transfere regularmente a "voz" para autoridades de uma outra natureza[4], e relata o que "dizem" as Escrituras, os profetas ou os santos, entre outros.

Por vezes, verifica-se a combinatória de dois procedimentos; o Locutor relata em 1ª pessoa explicitamente a disposição legislativa da "instituição Igreja" com a qual parece estar em sintonia; torna-se ainda mais transparente a transferência de responsabilidade (mas não de voz, neste caso) efectuada pelo Locutor:

> "E dizemos que foy ordinhado na Santa Igreia que aquelles que as confissões ouvirẽ que as nõ descobrã per neñuã maneyra..." (VI, 1021-1023)

Esta frequente transferência de voz que o Locutor efectiva revela o respeito pela força da autoridade institucional da Igreja e integra-se numa recorrente estratégia de construção de legitimidade do discurso que caracteriza o texto da *Primeyra Partida.*[5]

2.3. Surgem ainda neste texto fórmulas introdutórias de disposição legislativa que não atribuem responsabilidade a nenhuma entidade individualizada, mas invocam a relevância ou a conveniência de tal directiva num cenário genérico do que "se deve fazer", definido em termos deônticos e ético-morais. As fórmulas mais frequentes são: "é direito que", "é guisado que", "é devido que" e as respectivas formas negativas "não é direito que", "não é guisado (é desguisado) que", "não é devido que".

---

[3] Edição crítica de Ferreira, 1987: vol.I.
[4] Cf. Barros, 2004.
[5] Cf. Barros, 2004.

2.4. Finalmente, o discurso legislativo expositivo caracteriza-se pela ocorrência de diversas estruturas linguísticas específicas que efectivam definições ou delimitações conceptuais. Tais estruturas constituem actos do discurso assertivos declarativos e através delas o locutor procura preencher necessidades epistémicas do alocutário e explorar uma dimensão cumulativa do saber pela sua integração num conhecimento anterior. O discurso legislativo surge assim, na *Primeyra Partida*, enquadrado num cenário de "ensinamento".

3. O que parece caracterizar particularmente o discurso legislativo expositivo no texto da *Primeyra Partida* é uma configuração particular de actos discursivos que o situa entre o discurso jurídico e o discurso pedagógico, didáctico. A presença de actos de discurso assertivos declarativos, não sendo exclusiva da *Primeyra Partida*, assume dimensões neste texto que a tornam constitutiva da sua estrutura e que lhe conferem alguma singularidade no conjunto dos textos legislativos medievais.

3.1. Para além de veicular a legislação, o texto da *Primeyra Partida* propõe-se definir e explicar os conceitos e termos utilizados de maneira a facultar ao alocutário condições favoráveis à apreensão conceptual e à aquisição de uma terminologia específica. Tal propósito poderá integrar-se numa tentativa de divulgação do direito romano na península; a adequada explicação de um conjunto de conceitos e a construção de uma terminologia jurídico legislativa "em linguagem" poderia contribuir para o êxito dessa acção divulgadora, em que, como é sabido, a circulação deste texto foi de decisiva importância. No estudo que acompanha a edição da *Primeyra Partida*, Azevedo Ferreira sublinha essa influência, baseando-se na opinião de diversos historiadores do Direito português e peninsular, referindo "l'influence et le rôle important de ce texte, qui constituait une synthèse du droit roman et canon, rédigée en langue vulgaire et donc plus facile à compreendre".[6] Assim, neste texto, esclarece-se com máxima explicitude o significado de cada item lexical introduzido com o objectivo de atingir mais do que um "público"; veja-se um excerto, em que explicitamente se afirma tal preocupação:

> "E como quer que estas palauras que poemos aqui alonguẽ muyto o liuro, nõ deuẽ por esso seer scusadas que se hy nõ ponhã por que aqueles que as leerẽ e outrossy os leygos que nõ sabẽ leer nẽ entender latim, ouuĩdo palauras pelo nosso linguagem que entendã que en toda ley que nõ he hy cousa dita nẽ feyta que nõ seia chea de santidade e sagnificãça..."(IIII, 326-332).

[6] Cf. Ferreira, 1980: p.CXXII.

Note-se que neste passo, que segue uma série de definições, o locutor antecipa um eventual discurso crítico da excessiva extensão do texto, contrapondo-lhe a necessidade da máxima explicitude que aparece aqui justificada; esse contradiscurso aparece referido em posição de tópico, em segmento concessivo, o que lhe retira, de algum modo, importância na argumentação subsequente.

3.2. Na explicação de conceitos e de termos não há uma total uniformidade de procedimento, sendo diversas as estruturas linguísticas que efectivam definições ou delimitações conceptuais que procuram preencher as necessidades epistémicas do alocutário. De um modo geral procede-se a uma "tradução" do termo ou a um esclarecimento do referente. Diversos autores se debruçaram sobre o carácter didáctico do texto da *Primeyra Partida* e sobre as definições que nele estão patentes. Convem referir o trabalho de Jean Roudil[7], sobre as definições lexicográficas da obra de Afonso X; também Menendez Pidal refere "o didactismo" patente nesses textos;[8] Azevedo Ferreira (Ferreira,1990: 76) afirma que o «souci étymologique et de définition est caractéristique des oeuvres d'Alphonse X» e sublinha como uma característica particularmente importante «le soin spécial mis à expliquer la terminologie utilisée»[9]; Aida Lemos (Lemos,1997: 20-23) refere as definições léxicas no estudo linguístico que acompanha o seu Glossário da *Primeyra Partida* e ilustra alguns tipos de definição.

Procedendo a uma análise ilustrativa das estruturas linguísticas que enformam esses actos assertivos definitórios verifica-se que de modo geral se trata de definições de tipo **x é y**, em que se supõe que o elemento **y** faz parte do universo de saberes do alocutário e é portanto de significado mais acessível.

Umas vezes, aquele complexo sintagmático utiliza um predicado identificacional, o verbo ***ser***, que permite estabelecer uma correlação de identidade entre dois elementos; funciona como um equativo mas também como descritivo/ atributivo:

"Sacramentos som en ssy meesmos cousas que dam uertudes." (III, 66-67)

"O dizemo he a dizema parte de todolos bees quẽ os homes gãahãm." (XXIII, 55-66)

"Sacrilegio he britamento das cousas sagradas" (XXI, 29-30)

---

[7] Cf. Roudil, J., 1970.

[8] Cf. Pidal, 1972.

[9] Cf. Ferreira, 1990: 76.

"Uontade he cousa que move os homees a obrar" (IX, 307-308)
"Precuraçõ he dereyto de despessas pera comer" (XXV,36-37)

Outras vezes, a explicação/definição surge em estrutura equativa metalinguística, com a forma "quer dizer", que opera uma reformulação parafrástica simplificativa, tornando mais acessível o significado de um termo ou conceito; está geralmente reforçada pelo equativo "tanto como" na forma "tanto quer dizer como" ou "quer tanto dizer como" - como podemos observar no seguinte conjunto de exemplos:

"Comuhõ tanto quer dizer como cousa que he comunal" (VII, 110-111).
"E escomuhõ tanto quer dizer como descumuneza que aparta os cristãos dos beẽs spirituais (XII, 50-52).

"Priuylegio tanto quer dizer como ley apartada que he feyta assinaadamẽte por prol e por onra dalgũus homẽs ou logares." (XIIII, 19-20)

"Ley tãto quer dizer come leenda en que iaz ensinamẽto e castigo" (I, 71-72)
"E legitimo tanto quer dizer como filho que he nado segundo ley." (IX,279-280)

"suspenssom tãto quer dizer como teer homẽ colgado" (XII,470-471)

"Romeu tanto quer dizer come homẽ que sse parte de sa terra e vai en rromaria pera visitar os santos logares en que iazẽ os corpos de Sam Pedro e de Sam Paulo /.../ E pelegriijs tanto quer dizer come estraynhos que uã uissitar o sepulcro de Jherusalem" (XXVII,28...-33)

Esta estrutura equativa metalinguística opera por vezes uma efectiva tradução entre duas línguas, procurando explicar os termos a partir do seu significado original, etimológico:

"Djacono tãto quer dizer en grego como serujdor en latĩ /.../ E sodiacono tanto quer dizer como meores d'ordẽ ca diacono..." (IX,230/.../239-240)

"Acolito he o mays honrrado de quatro graaos que quer tanto dizer en grego como aquel que trage o cirio"(IX,246-247)

"O dayadigo he a primeyra pessõa e mayor en algũas jgreias cathedraes/.../E «decanus» en latim tanto quer dizer en rremãço como homẽ velho e mays

cãao/.../E ainda «decanus» tanto quer dizer en linguagẽ come cabedel de dez"(IX, 70/.../75-76)

"Arcediagoo tanto quer dizer en grego como cabedel dos evãgelisteyros en rremãço"),

"Esliçõ en latĩ tanto quer dizer en rremãço como scolimẽto" (VIII, 470)

"Scrutinio chamã en latĩ a primeyra maneyra da esliçõ que quer tanto dizer en linguagẽ como scodrinhameto" (VIII;510)

"E a este seelo atal chamã en latĩ o atẽtico que quer tanto dizer como seelo do homẽ que o deue a auer per rrazõ do logar que tem. (XII, 426-428)

"E ssamcristã en latĩ tanto quer dizer en rremãço como homẽ que he posto por guardador das cousas sagradas" (IX,154-156)

A tradução/explicação de um termo figura mesmo em duas línguas:

Ca mõge tãto quer dizer ẽ grego como guarda de si meesmo e ẽ latĩ soo e triste" (X, 716-719).

A utilização de um significado etimológico recorre ainda um par de vezes ao hebraico, mas não em número de ocorrências comparável às do latim e do grego:

"E o dia do sabado outrossy he pola alleluya que quer tanto dizer en ebrayco como alegria por õrra da festa de pascoa"(III, 296-297)

Note-se que a definição, descrição e explicação de itens lexicais é um procedimento de marcada explicitude, um meio seguro de prevenir qualquer tipo de ambiguidade.

3.3. O papel fundador da Palavra e o poder de construção que lhe está aliado, a acção realizada através da transmissão da palavra divina, aparece referido no texto da *Primeyra Partida*, que demonstra desse modo a consciência plena dessa relevância:

> "E esto he a semelhança do carpenteyro ou do maestre que faz a obra que com aquela ferramẽta que faz hũu lavor fara outros /.../ E a ferramẽta de Deus com que fez todalas cousas nõ foy senõ pela sa paravoa soo. Ca aly hu el fez o mũndo nõ ouve hy mays desto senõ que disse que fosse feyto e foy logo assy. E esto diz a propheta David enoutro logar que polo verbo de Deus som os çeos firmados e toda a vertude delles he eno Spiritu Santo. E ainda sem esto o amostra sam Johâne evangelista mays conpridamẽte que todos, quando disse que Deus era palavra" (III, 505-516)

É por demais conhecida a importância conferida à "palavra" na tradição bíblica.

Segundo esta tradição, os nomes têm uma relação de uma particular conveniência com as "coisas". Considera-se que a explicação das palavras ou conceitos feita a partir do étimo, revela o seu verdadeiro sentido, e por extensão, as propriedades reais das coisas significadas. A concepção de que os étimos representam a essência das palavras, e das coisas, tem ampla utilização na tradição da pregação cristã e surge já em autores como S. Jerónimo ou S. Gregório Magno; mas está sobretudo clara na obra de Isidoro de Sevilha, que afirma nas *Origines*: «Pois desde que se perceba de onde vem um nome, mais rapidamente se compreende o seu significado. Qualquer investigação neste campo é mais clara, se se conhecer a etimologia»[10]

A aceitação do princípio da fundamental importância da etimologia, que revela o verdadeiro sentido das palavras, serve de base a muitos raciocínios e estratégias argumentativas na Idade Média e situa-se na convergência da referida tradição bíblica com a tradição da filosofia grega, na corrente realista iniciada com Platão, que defendia já que "as palavras são a essência das coisas". Esta intersecção das duas tradições observa-se em Santo Agostinho que terá seguramente influenciado Isidoro de Sevilha. O procedimento que consiste em substituir uma palavra, pela sua "tradução" numa outra palavra ou expressão foi designado *interpretatio* por diversos autores; trata-se de um conceito estabilizado e regularmente referido nos textos de retórica medievais, nomeadamente nas Ars Praedicandi.[11]

---

[10] « Nam dum videris unde ortum est nomen, citius vim ejus intellegis. Omnis enim rei inspectio, etymologia cognita, planior est.» (Etym. I, 29)

[11] Cf. Murphy, 1974: 327-331; cf. Gilson, 1955: 128-129.

A precisão dos conceitos traduzidos do latim, do grego e do hebraico é portanto inquestionável, dado também o prestígio dessas línguas antigas, primordiais, de próxima origem adâmica e acedendo, por esse facto, a um certo estatuto de perfeição.[12] Estas línguas funcionam como verdadeiros repositórios de sabedoria antiga. Note-se que algumas etimologias apontadas podem parecer-nos razoavelmente fantasiosas, mas não perdem por isso o seu valor de argumentos, se não mesmo de axiomas, o que permite que sirvam de ponto de partida para determinações directivas.

A definição/ explicação toma também a forma de narração de um curto episódio bíblico, um Exemplum, cujo protagonista foi erigido em modelo prototípico de um determinado procedimento; a designação de tal procedimento toma justamente o nome do modelo, como se pode observar no seguinte exemplo:

> "Simonia filhou nome de Simõ mago que foy hũu encãtador ẽ tẽpo dos apostolos/.../(segue-se a narração do episódio e uma explicação final seguida de conclusão)... foy tomado este nome simonia de Simõ mago porque este foy o primeyro que quis conprar a graça do Spiritu Santo. Onde todos os que conprã cousa spiritual caẽ en este pecado de simonia" (XX,25/.../-46)

A delimitação do âmbito dos significados é minuciosa ao ponto de assinalar os casos em que o uso consagrou mais do que um sentido como acontece na seguinte definição de igreja:

> "Conve muyto aos cristãos de saber que cousa he jgreia.E/.../tres maneyras som della/.../E hua dellas he logar sagrado cercado de paredes e cuberto de suso hu sse achegẽ os cristãos/.../A outra he todollos fiees cristãos que som per todo o mũdo. A IIIª he a clerizia..."(XIII,3838...46)

A escrupulosa definição pode precisar diferenças de significado que o uso entretanto apagou, como acontece com a definição de romeiro e de peregrino; é também referida a anulação dos limites entre os dois termos:

> "E como quer que departimẽto seia antre rromeu e peregrin , pero segundo o que comunalmẽte as gentes usam, assy chamã a hũu come ao outro (XXVII,36-38).

---

[12] Cf. Barros, 1994: 405-408.

3.5. Convém, entretanto, anotar que também ocorrem na *Primeyra Partida* casos de "tradução" , mas com uma função diferente, a saber, a de atribuir um nome e de esclarecer uma terminologia; este processo caracteriza-se pelo uso recorrente das formas introdutórias « he dito/dita, he chamado/chamada», «som ditos/ditas, som chamados/chamadas», «que se chama/chamã» ou ainda «tomã/ tomarã este nome». Para além da fórmula introdutória, verificam-se outras diferenças em relação às traduções anteriormente analisadas. Em primeiro lugar quase não há recurso a outras línguas. Estas "traduções intralinguísticas", em «linguagem», têm também distribuição diferente, ocorrendo com maior frequência nos segmentos terminais do texto das leis, tipicamente no âmbito das conclusões. É aliás frequente que estes enunciados sejam introduzidos por morfemas conclusivos constituindo o segmento final de uma demonstração e de um raciocínio causal-conclusivo. As definições iniciais já analisadas, que tipicamente constituem uma asserção topicalizada a abrir o texto de uma lei, têm, como vimos, a função de esclarecer o sentido de determinado termo e de apresentar ou sumariar o alcance do texto da lei ou das leis do cotexto imediato; servem portanto de ponto de partida para as determinações legislativas que se seguem. Já as "traduções" que figuram nos segmentos terminais das leis parecem ter como função o esclarecimento pontual de um termo ou a atribuição de uma designação a conceitos ou objectos já referidos no texto e previamente definidos e explicitados, ou pressupostamente conhecidos e identificáveis. Observa-se ainda a presença de elementos deícticos que determinam os segmentos já referidos e definidos; os mais utilizados são os demonstrativos *este, aquele* (reforçados ou não por *mesmo* ou *todo*), as formas de pronomes pessoais, os relativos *que* e *o qual*, o adverbial *ende/en* e os numerais; passemos à exemplificação de alguns formatos típicos destes enunciados:

«por esso chamã a este apostoligo e nõ aos outros» (VIII, 78);
«E essa meesma dignidade chamã enalgũus logares chançeler» (IX, 168-169);
«Onde per todas estas rrazões que ditas avemos tomarã este nome padrinhos aqueles que aiudã o homẽ rreçeber o bautismo» (III, 764-766)
«corporães som ditos aquelles panos brãcos que poẽ sobrelos calezes» (VII, 383)
«A este aiuntamẽto chamã crisma por que en ela se mostra a propiadade de natura que ha en ssy Nostro Senhor Ihesu Cristo» (IIII, 189-191)
«A III^a^ he a grossura que en sae que he dita balssamo» (IIII, 131-132).

Em algumas ocorrências, raras, este tipo de tradução efectiva a transmissão ou esclarecimento de terminologia latina:

> «Mais a terceyra maneyra que chamã en latĩ privada he a que se faz en puridade[...] Onde porque en latĩ chamã apartamẽto por ende poserõ nome privada a esta peendença.»(VI, 1262...1272)

Ocorrem também conjuntamente os dois processos de tradução:

> «E algũas terras ha en Espanha que chamã a estes parrochiaos freegeses e este nome he outrossy dereyto ca tãto quer dizer come filhos da jgreia de que som vizinhos e por en lhys chamã freegesia assi como pelos perrochiaos he chamada parrochia»(VI, 695-699).

O carácter "dereyto" da designação *freguesia* é justificado por derivação, seguindo o modelo de *paróquia*. A designação *paróquia* construída a partir de «parochiaos» é portanto um modelo estabilizado e aceite. Paralelamente define-se o significado de «freegeses».

Fazendo parte de raciocínios causais-conclusivos, estas designações não estão simplesmente acrescentadas, mas são sempre supostamente motivadas ou apresentadas como tal; estes enunciados constituem assim linhas de demonstração, integrando um discurso de cariz explicativo e justificativo que não visa apenas facultar exaustivamente ao alocutário a informação considerada necessária, mas também afirmar o seu carácter fidedigno, a sua credibilidade.

4. A intenção de ensinar, de transmitir conhecimento percorre todo o texto da *Primeyra Partida*; desde as primeiras linhas se expõe com a maior explicitude o propósito de "mostrar" e de "fazer entender" a lei. Assim, afirma-se logo no *Prólogo* "E mostraremos ena primeyra partida dellas de todallas cousas que perteeçẽ aa fe catholica" (Prol.179-180) ; do mesmo modo, no preâmbulo do Iº título se afirma "E departimos cada partida per titolos que quer tanto dizer como soma de rrazões que som mostradas en el" (I, 8-10) e um pouco adiante se diz "queremos lhy fazer entender que leis som estas" (I, 15-16); na lei IIª do primeiro título define-se *lei* nos seguintes termos: "Ley tanto quer dizer como leenda en que iaz ensinamẽto e castigo...e amostra e ensina o bẽ que deue fazer e husar..." (I, 71-73); na lei VIª reitera-se a necessidade de a lei ser entendida e apontam-se determinados cuidados a observar na sua redacção "Conpridas devẽ a seer as leys e muy conteudas e mui cuidadas...e as palavras dellas que seiã bõas e chaas e declaradas de maneyra que todo homẽ as possa bẽ entender ena

memorya..." (I, 115-119); a ley XI[a] sublinha novamente o cuidado que se deve pôr na elaboração das leis tendo em conta a importância da sua compreensão "Entender sse devẽ as leys bẽ e dereytamẽte parando senpre mentes eno uerdadeiro entendimento dellas/.../ E porende nõ sse deue escreuer per aliuamento de scriptura nẽ per rrazões minguadas /.../ Ca saber as leys nõ hẽ tan solamẽte en aprender e decorar as leteras dellas mays saber o sseu uerdadeyro entẽdimẽto" (I, 166-174). Estas afirmações que prescrevem os procedimentos a observar na elaboração das leis, defendem a necessidade de explicitude e exprimem a preocupação em facilitar a compreensão, auto-enunciam os princípios que presidem à elaboração deste texto legislativo, que utiliza, como vimos, diversas estratégias tendentes a favorecer a transmissão eficaz de conhecimentos. É portanto muito evidente a disposição de "fazer entender" que atravessa este texto.

4.1. Noutros textos jurídicos medievais, e em particular nos da legislação régia, a enunciação da disposição psicológica do locutor é manifestamente de vontade/desejo traduzida no discurso pela repetição de formas verbais introdutórias como "avemos voontade" ou "queremos", ou seja uma modalidade volitiva que preside à tomada da decisão de emitir a disposição legislativa. A mais frequente estrutura do discurso legislativo parece ser a que apresenta proposições condicionais eventuais com o verbo no futuro do conjuntivo, seguidas de orações com formas de conjuntivo ou imperativo. Esses raciocínios são por vezes precedidos ou introduzidos por verbos ilocutórios jussivos com valor de prescrição, sendo as formas mais frequentes "mandamos", "estabelecemos" e "deffendemos". Embora essas construções não estejam de todo ausentes da *Primeyra Partida* onde, como vimos, esses enunciados surgem regularmente endossados a uma autoridade não coincidente com o locutor, essa não é a forma mais típica do seu discurso. Neste texto, as formas que traduzem a disposição psicológica do locutor apresentam também a modalidade volitiva, mas têm a forma particular "queremos falar de", "queremos dizer de" e "queremos mostrar que..."; trata-se aparentemente de formas introdutórias de actos assertivos declarativos; estas fórmulas de insistência através da repetição propõem-se apresentar ***a verdade das coisas tal como o locutor as vê*** - locutor que detém um estatuto de autoridade institucional, de origem alegadamente divina, apoiada ainda por sábios, sabedores de direito e homens "entendudos", que lhe confere legitimidade para a enunciação de asserções declarativas. A forma mais frequente é "*queremos mostrar que*" que traduz um reforço da intenção explícita, com propósito eminentemente pedagógico de transmissão de conhecimentos, fundada na evidência. Convém sublinhar que o verbo *mostrar* é marcado por uma

causatividade positiva e tem como estrutura subjacente # fazer ver # ; neste caso, trata-se de uma evidência no domínio da percepção intelectual ou seja # fazer entender # que corresponde exactamente a uma intenção, a um propósito inicial já observados. É nos preâmbulos dos títulos que se encontra a enunciação de um programa a ser cumprido em cada parte do texto, com enumeração de todas as leis que a integram e permanentes remissões anafóricas e catafóricas que facultam ao alocutário estratégias para gerir un texto tão longo; as formas *queremos mostrar* ou *mostraremos* surgem no preâmbulo de vinte e quatro dos vinte e sete títulos da *Primeyra Partida*; como excepções, surgem no título I° a forma *queremos fazer entender* e nos títulos VIII° e XXI° a forma *queremos dizer*. As estruturas introdutórias mais frequentes neste texto são portanto "queremos falar de"... "queremos dizer de"... e "queremos mostrar que"; as rubricas que figuram no início do texto das leis, resumptivas dos aspectos mais importantes da sua formulação e dos objectivos a atingir, são completivas das fórmulas introdutórias e apresentam dois tipos fundamentais: leis de definição de conceitos ou items lexicais e leis que prescrevem comportamentos; as primeiras constituem actos assertivos ou assertivos-declarativos, as segundas actos directivos característicos do discurso legislativo expositivo. Temos portanto na *Primeyra Partida*, com a mesma fórmula linguística introdutória, diferentes tipos de actos de discurso. Dão-se de seguida alguns exemplos.

4.1.1. Observa-se assim, um primeiro tipo de leis que explicitamente fazem uma definição/ explicação de conceitos ou termos com a forma:

Queremos falar /dizer	dos sete sacramentos (TIII,Ley I[a])
	do nome da crisma (TIV, ley I[a])
	dos jaiuhos das festas dos santos (XXVI, ley IV)
	dos enbargos que vẽe aas molheres (IX, ley XL)
	das tres maneyras en que sse acabã as missas (VII, ley XVII)...

ou com a forma:

Queremos dizer/mostrar	que cousa he babtismo (III, ley IX)...
	que quer dizer euãgelho (IV, ley IX)...
	que quer dizer missa (VII, ley XVI)...
	que cousa he peendença (VI, ley II)...

Estas leis de definição/explicação estão presentes ao longo de todo o texto, mas constituem regularmente as duas primeiras leis de cada título. Em treze dos vinte e sete títulos procede-se primeiro a uma identificação ou nomeação

em termos "do que he" e em catorze títulos refere-se em primeiro lugar "o que quer dizer" / "porque ha assi nome". Das quinhentas e setenta e quatro leis da *Primeyra Partida* são deste tipo cerca de um terço (143 leis). São percentualmente mais significativas nos títulos II° e III°, que se ocupam das formas das leis e dos sacramentos, e VI°, VIII° e IX°, que introduzem uma terminologia específica respeitante às designações e determinam as funções de prelados e clérigos.

4.1.2. Um segundo tipo de leis, mais típicas do discurso legislativo, prescrevem comportamentos e têm a mesma forma introdutória, mas seguida de uma completiva com modais deônticos; são muito mais frequentes e é também maior a sua variabilidade. As estruturas iniciais de centenas de leis utilizam as expressões *queremos dizer/mostrar* seguidas de completiva; podemos ilustrar as formas que mais frequentemente apresentam:

Queremos dizer/mostrar quem deve.../ha de.../pode...
por que razões devem.../podem...
como se deve fazer....
que cousas devem fazer...
que pena am.../devem haver...

Note-se que sempre que na frase completiva figurem verbos modais com valor deôntico, como, por exemplo, *dever, haver de* (que exprimem obrigação), *poder (*que exprime permissão), ou *não poder* (que traduz a proibição), estamos em presença de actos directivos, que prescrevem comportamentos. O estatuto do locutor neste texto, como vimos, permite diversos tipos de actos ilocutórios; está envolvido, por um lado, em formulações deônticas - actos directivos -, mas, por outro lado, o estatuto de autoridade que detém possibilita também a enunciação de declarações assertivas.

4.2. Um aspecto que convém agora sublinhar é que mesmo as definições, patentes sobretudo nas primeiras leis de cada título, têm implicações legais; essas leis começam por uma asserção definitória de conceito ou item de que se faz derivar determinações que têm como núcleo um verbo modal. Tal se pode verificar observando os seguintes excertos em que se assinalam os nexos causais-conclusivos, os verbos modais e as determinações legislativas:

A.
"Djacono tãto quer dizer en grego como servjdor en lati **ca elles am de seruir os prestes** quando cantã missa **e lhy am d'offereçer o pã e vinho** de que consagrã o corpo de Nostro Senhor Ihesu Cristo. **E elles am de dizer o**

auãgelho que canta os sseus ffeytos de Jhesu Cristo **e por esso os chamã auãgellisteyros**. . E **podẽ ainda preegar e bautizar e dar peendẽça**../.../ E sodiacono tanto quer dizer como meores d'ordẽ ca diacono, **ca elles am de serujr aos diaconos e lhys am de dar o pã e o vinho/.../E am a estar despoys destes** quando cantã missa **e elles deuẽ a dizer as pistolas e por esso os chamã pistoleyros**" (IX,230-235/.../ 239-243)

B.

"Acolito he o mays honrrado de quatro graaos que quer tanto dizer en grego como aquel que trage o cirio **ca esto deuẽ elles a ffazer** quãdo dizem o auãgelho/.../ **E elles deuẽ trager a agua**/.../ E exorxizata que he outro grado que quer tãto dizer en grego como <con>jurador **ca estes am poder de conjurar en nome de Deus** os demões que sayã dos homẽs e que nõ tornẽ enelles ia mays.**E por ende deuẽ saber estas escojurações de cor** per que as sabhã dizer quando mester for/.../E outro grao ha hy a que chamã leytor que quer tanto dizer como leedor. **E este deue seer tal que sabha leer**...(IX,246...262)

C.

E «decanus» em latim tanto quer dizer en rremãço como homẽ velho e mays cãao **e deue por en seer sisudo e sessegado e de bõas manhas**.E outrossy **deue seer o dayã antre os das jgreias** por onrra do logar que tem. /.../ **E por que o offizio do daiã he mays hõrrado** e mayor que os outros cumunalmẽte enas jgreias do bispo**, por ende deue seer mays onrrado** eno coro e en cabjdoo **e deuẽlhe a obedeecer** enas cousas que forẽ guisadas e dereytas **e elle ha poder de julgar** os da jgreia assi como juiz ordinhado. **E pode vedar e escomũgar** os que o mereçerẽ e fazelos ẽmendar os erros que ouuerẽ feytos....(IX,71...85)

D.

"Arcediago tanto quer dizer en grego como cabedel dos auãgelisteyros en rremãço./.../ **E am poder sobrelos clerigos**/.../ **E deuẽlhys enssinar** como viuam ordinhadamẽte e façã bẽ seu offizio. **E deuẽ preegar** ao poboo/.../ **E am ainda al de fazer os arçediagos ca elles deuem esprovar os clerigos... ao arçediago perteençe outrossy de poer ena cadeyra** o abade ou abadessa/ .../ Outrossy **o arçediago ha poder de uedar e d'escomũgar** tam bem os clerigos come os leigos/.../ **e uedar as jgreias**.

E.

"Scrutinio chamã en latĩ a primeyra maneyra da esliçõ que quer tanto dizer en linguagẽ como scodrinhamẽto e fazesse desta guisa. Escolhẽ trẽs homẽs bõos do cabidoo **e estes tres deuẽ pregũtar a ssy meesmos/.../ antre ssy deuẽ pregũntar apartadamente a cada hũu** dos do cabidoo/.../ **e deuẽ cada hũu delles escrever cõ ssa mão/.../ e deuẽlhy leer aquele scripto** en cabidoo/ „,/ **e deuẽ mandar a hũu desses** meesmos que o elegã por ssy/.../ **e am de catar en qual cõssentẽ o**s mays...(IX,510...525)

Na estrutura textual das leis classificadas como definitórias de conceitos ou de items encontramos um raciocínio causa-consequência que se traduz em nexos de tipo causal ou conclusivo, ou causal-conclusivo em correlação, característicos da relação entre o discurso legislativo propriamente dito e o discurso justificativo. Mais especificamente, em A o raciocínio parece ser o seguinte: "tem a designação diacono *porque* (ca) *tem* determinadas *obrigações* e funções que serão aqui e agora determinadas".

Em B, a formulação está inversamente orientada; o raciocínio seria: "tem a designação decanus *por isso* (por en) *deve* ser sisudo, sessegado e de bõas manhas" e "*deve ser* honrado e *pode* vedar e escomungar".

A estrutura dos exemplos C, D e E apresenta uma idêntica relação entre o discurso legislativo propriamente dito e o discurso justificativo verificando-se sempre a presença de um raciocínio causa-consequência e nexos de tipo causal ou conclusivo, ou causal-conclusivo em correlação. Como se pode observar, as determinações deônticas são precedidas de amplas explicações, incluindo geralmente definições, que são já esclarecedoras da sua pertinência. Apoiam a relevância dos actos directivos agora propostos e têm portanto valor de justificação.

4.3. Gostaria de sublinhar que a observação das leis da *Primeyra Partida* revela uma outra singularidade linguística deste texto que diz respeito às formas verbais e aos modos em que ocorrem; enquanto noutros textos surgem com frequência actos directivos introduzidos por verbos ilocutórios jussivos como *mandamos que*, *estabelecemos que*, que têm na sua configuração sémica uma regência modal que faz surgir na completiva o modo conjuntivo, na forma típica dos enunciados directivos na *Primeyra Partida*, introduzidos por "queremos mostrar que" verifica-se uma regência modal de indicativo na completiva. A elevada frequência de formas de conjuntivo assinalada por diversos autores que estudaram textos jurídicos legislativos não se encontra tão nitidamente na

Primeyra Partida.[13] Aida Lemos afirma a propósito da *Primeyra Partida*: "Verificamos que o modo mais utilizado é o indicativo seguido do infinitivo e do conjuntivo;" (Lemos, 1997: 262). É claro que surge também o modo conjuntivo nas cláusulas condicionais presentes neste texto, manifestando-se uma preferência por formas do imperfeito, mas a forma particular dos actos directivos, e a característica configuração genérica dos actos de discurso, podem explicar a disparidade de resultados obtida neste texto e a predominância do modo indicativo.

5. Já referimos que não é exclusiva da *Primeyra Partida* a presença de estruturas introdutórias de metalinguagem. Se analisarmos por exemplo um outro texto jurídico, sensivelmente contemporâneo, o texto das *Flores de Dereyto*, verifica-se que apresenta também com frequência actos assertivos definitórios em que figuram traduções entre o romanço, ou linguagem, e o latim, sendo nomeado explicitamente este procedimento.

5.1. Detectam-se diferenças entre a função destas traduções neste texto e no da *Primeyra Partida*, que anteriormente analisámos. De facto, na *Primeyra Partida*, as asserções que contêm as traduções são geralmente definitórias, esclarecem e explicam um termo procedendo à sua delimitação conceptual e precedem as determinações deônticas; figuram tipicamente no início do texto de uma lei e constituem, como se viu, o próprio ponto de partida para os actos injuntivos. Mesmo quando figuram nos segmentos terminais e constituem mera atribuição de uma designação, estão envolvidas em raciocínios de cariz explicativo e justificativo.

No texto das *Flores de Dereyto*, embora possam surgir as mesmas formas introdutórias de metalinguagem ou formas linguísticas pelo menos parcialmente coincidentes, observamos a presença de traduções que não têm a mesma função de definição-delimitação conceptual, nem de explicação-justificação. Por outro lado, elas seguem as determinações deônticas, não lhes servindo de base justificativa; ocorrem regularmente como segmento terminal do texto, após a enunciação da lei. Nas *Flores de Dereyto*, o discurso legislativo expositivo precede a tradução, que é dada a posteriori; a tradução tem como ponto de partida um conceito «em linguagem», já devidamente definido e explicitado, a

[13] No estudo do *Foro Real*, Azevedo Ferreira salienta "o grande papel desempenhado pelo conjuntivo nos textos jurídicos"(Ferreira, 1987: 420); Luísa Almeida no estudo do Foral e Foros da Guarda refere "a grande representatividade do futuro do conjuntivo"(Almeida, 1992: 156) e Olinda Santana ao analisar os Forais de Vila Real sublinha "a predominância deste modo (conjuntivo) em textos do género jurídico"(Santana,1993: 286).

que se atribui um *nome* em latim; não é portanto definitória e tem como objectivo a mera transmissão de uma nomenclatura, de uma **terminologia latina** técnica, própria da linguagem do Direito, que certamente preencherá necessidades epistémicas do alocutário – Príncipe D. Afonso -, que deverá presidir à aplicação das leis.

5.2. Enquanto na *Primeyra Partida* a tradução está articulada às determinações legislativas por meio de conectores causais ou conclusivos, nas *Flores de Dereyto* não se observa a relação causa-consequência, não havendo naturalmente conectores causais ou conclusivos na mediatização entre as traduções e os actos injuntivos, que aliás são prévios. Neste texto, as traduções ou explicações metalinguísticas representam um acréscimo informativo introduzido pela conjunção *e*, e atribuem um "nome", em latim, a conceitos já devidamente explicitados. Está sempre presente um elemento anafórico, que retoma o conceito anteriormente definido, sendo as formas mais frequentes *tal*, *este* e construções com o relativo *que*, remetendo para o seu antecedente. Podemos observar alguns casos ilustrativos:

«...alçada que é dita en latim apellacio»(Fl.D., 919);
«...dereyto que é dito en latin contumax»(Fl.D., 962);
«...maneyra que é dita en latĩ restitucio»(Fl.D., 1018);
«...demanda que é dita en latĩ accio realis»(Fl.D., 1073);
«...sentença que é dita en latĩ accio personalis»(Fl.D., 1093);
«E esta carta é dita en latĩ apellatio»(Fl.D., 994);
«...e esta tal est dicta restitucio»"(Fl.D., 929);
«este rogo tal é dito en latĩ suplicatio»(Fl.D., 924-925);
«... e estes taes aforrados son ditos en latin libertini»(Fl.D., 333-334), etc.

Nas quarenta ocorrências desta estrutura introdutória de metalinguagem, surgem vinte e quatro vezes as expressões «é dito/dita» e dezasseis as expressões «são ditos/ditas»; em vinte e cinco ocorrências, a frase é introduzida pela conjunção *e* seguida geralmente de um anafórico com a forma *este* (quatro vezes), *tal* (cinco vezes) ou *este tal* (nove vezes); nas restantes quinze ocorrências, a frase é introduzida pelo relativo *que*.

5.2.1. Por vezes, a enunciação dessas traduções transmite a informação da terminologia latina e estabelece a transição dos actos directivos para uma enumeração de cenários exemplificativos, de ocorrência eventual, que suscitariam a aplicação da determinação legislativa agora exposta. Constituem ensinamentos, são mesmo enunciados de carácter didáctico, mas não estão envolvidos

no discurso justificativo como acontece com as traduções que figuram na *Primeyra Partida:*

> "A segunda deffensõ é que a delongua o pleyto mays, pero nõno remata **e est dita en latĩ exceptio dilatorya** assy come quando alguu alega feyras, ou se alguu devedor dize contra aquel que lhy demanda a dyvida que nõ lego aynda, el plazo en que á de pagar ou outra cousa semellavil". (Fl. D., 569-573)

> "A primeyra é quando o demandado por a tal deffenson ante sy que vos o outro juiz qu'el fezesse aplazar nõ lhy podedes julgar subre aquele cousa que foy aplazado **e tal defensõ é dita en latĩ fori declinatoria**. Assy como se dize que é doutro foro ou que vos á suspecta por algua dereyta razõ. Assy come si dysser que sudes eumygo ou parente certaao de seu contendor ou outra cousa semellavil..." (Fl.D., 555-560)

Note-se que há três momentos bem definidos: a definição/explicação, a tradução em latim e a exemplificação, sendo a tradução, para além de elemento que transmite a terminologia técnica, um momento de transição.

Outros exemplos, análogos, revelam a mesma estruturação:

> "Todo ome pode deffender a outro que non seya presente/.../ ca proy é de todos communalmente que os quẽ nõ son presentes possã seer defendidos por outros que os queran deffender assi como subredicto é e deue seer recebudo a elle se der fiador que seguirá o pleyto e pagará e cõprirá todo aquel que for iuygado por firme e por estauil aquel por que elle deffende **e atal fyador é dito en latin. Judicatũ solui**" (Fl.D., 182-189)

> "A primeyra é pola **alçada que é dita en latim appelacio**. A segunda é quando el Rey ou alguu outro que tenha sas vezes por el en todo el Reyno dá sentença contra alguu e porque da tal sentença nõ possa nenhuu apellar, se alguu por tal sentença foy condenado, bem pode pedir mercee aquel que deu a senteça que a veya se lho teverẽ bẽ cõ alguus sabyos que nembre tal sentença. **Este rogo tal é dito en latĩ suplicatio**". (Fl.D., 918-925)

5.3. Quando se compara este tipo de tradução com as já observadas na *Primeyra Partida,* verifica-se que têm distribuição e função diferente das asserções iniciais topicalizadas que recorrem frequentemente ao latim, ao grego e esporadicamente ao hebraico, que se caracterizam pelo uso recorrente das

formas explicitamente introdutórias de metalinguagem «quer dizer», «quer tanto dizer como» ou «tanto quer dizer como» e têm sobretudo como função servir de ponto de partida para as determinações legislativas que se seguem, como vimos anteriormente. Mas as traduções que figuram nas *Flores de Dereyto* têm a mesma distribuição que as traduções intralinguísticas, «em linguagem», que ocorrem na *Primeyra Partida* nos segmentos terminais do texto das leis; são também análogas as fórmulas introdutórias "é dito/dita", "são ditos/ditas"; é ainda semelhante a função de atribuir um nome ou designação e de estabelecer ou esclarecer uma terminologia; no entanto, na *Primeyra Partida*, estes casos de atribuição de uma designação são geralmente introduzidos por morfemas conclusivos, fazem parte de um raciocínio causal-conclusivo e surgem em linhas de argumentação que insistem na motivação das próprias designações; estão integradas portanto num discurso justificativo, enquanto nas *Flores de Dereyto* elas representam um acréscimo informativo; neste texto, estas traduções, com recurso exclusivo ao latim, têm como função atribuir uma designação a conceitos já delimitados e definidos transmitindo, como vimos, a terminologia "técnica" do direito.

Estão ainda presentes neste texto, enunciados que introduzem as disposições legislativas, traduzindo a disposição psicológica do locutor com a forma específica "quero dizer" em actos assertivos declarativos; tal como na *Primeyra Partida,* apresenta-se *a verdade dos factos tal como o locutor os vê* - locutor cuja autoridade se sustenta no seu estatuto de mestre de leis. Atente-se no seguintes exemplos:

"Agora quero dizer de como se devem formar..." (Fl. D., 871)

"Agora quero dizer dos que poden seer provas e dos que non..." (Fl.D., 745)

"Agora quero dizer como se desfaze..." (Fl. D., 1018)

Estes marcadores da disposição psicológica estabelecem os diversos momentos da exposição das directivas; pressupõem também uma mais facilitada apreensão dos conteúdos por parte do alocutário. Tais estruturas acentuam portanto a explicitude do discurso e conferem ao discurso legislativo um cariz didáctico, como convem a uma antologia de leis seleccionadas com o intuito de ensinar o príncipe D.Afonso. Apesar de ocorrerem neste texto, estas estruturas não podem ser consideradas a expressão mais típica do discurso legislativo expositivo no texto das *Flores de Dereyto,* não sendo nele predominantes.

Sobretudo não atingem as dimensões que têm na *Primeyra Partida*, quer em termos de frequência, quer de funcionalidade[14].

6. Na base do que ficou exposto, deve concluir-se que a presença de asserções declarativas não sendo exclusiva da *Primeyra Partida* tem uma frequência nesse texto que lhe confere alguma especificidade. As asserções declarativas definitórias têm a intenção de ensinar, elas servem um propósito pedagógico, embora também sirvam de ponto de partida para as determinações deônticas. Nesta estruturação particular, observa-se que, por um lado o discurso legislativo expositivo usa estruturas que recordam o discurso científico-pedagógico, mas que por outro lado, o discurso constituído por actos declarativos-assertivos é em última análise deôntico. À definição seguem-se actos injuntivos. Trata-se de definições com consequências legais.

Este texto move-se portanto entre legislação e ensinamento; assegura por um lado a transferência de conhecimentos (de conceitos e de terminologia) e por outro lado veicula a legislação propriamente dita; convem recordar que se desenha igualmente neste texto um cenário justificativo para as determinações deônticas, um discurso que se traduz também em actos assertivos e que visa agir sobre o alocutário, sendo nele manifesto o exercício da influência. A *Primeyra Partida* destaca-se assim no conjunto dos textos jurídicos medievais pela elevada frequência de actos assertivos que nele se verifica. Esta particular configuração constitui um enquadramento dos actos injuntivos que atinge neste texto um elevado nível de elaboração. Para além de um reforço do discurso justificativo que apresenta neste texto dimensões muito significativas, observa-se uma singular integração dos actos directivos numa moldura explicativa, pedagógica que torna este texto mais doutrinal e mais subtilmente prescritivo do que outros textos jurídicos medievais.

Bibliografia

Textos analisados:

Ferreira, J. de Azevedo

- 1980, *Alphonse X. Primeyra Partida. Edition et Etude*, Braga, I.N.I.C.
- 1989, *Jacob de Junta. Flores de Dereyto. Edição, Estudo e Glossário*, Braga.

[14] Cf. Ferreira, 1990: 76, que afirma que «L'essai d'explication de certains mots dont Alphonse X se sert est une préoccupation constante et très nette dans la *Prim. Part.*»

Obras consultadas:

Adam, J.-M., 1990, *Éléments de Linguistique Textuelle*, Liège.

Almeida, L., 1992, *Foral e Foros da Guarda – Edição e Estudo Linguístico do Manuscrito Português*, Viseu.

Barros, C.

-1994, "Convencer ou Persuadir: análise de algumas estratégias argumentativas características do texto da Primeyra Partida de Afonso X" *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, vol. 18-19, pp.403-424.

-1996, "Para uma análise do discurso jurídico medieval: enquadramento argumentativo dos actos injuntivos" *Diacrítica*, n°11, pp.175-186.

- 2003, "Ca sse o foro he feyto como convẽ": actos do discurso justificativos em textos da legislação de Afonso X" in Coord.Fonseca, L.A., Amaral, L.C., Santos, M.F., *Os Reinos Ibéricos na Idade Média,* Porto

- 2004,"A construção do estatuto de autoridade do Locutor em textos jurídicos medievais"in *Língua e Discurso* (no prelo)

Berrendonner, A., 1981, *Éléments de Pragmatique Linguistique*, Paris, Minuit.

Ferreira, J. de Azevedo

-1987, *Afonso X. Foro Real. Edição e Estudo Linguístico*, vol. I, Lisboa: I.N.I.C.

-1990,"Traduction et paraphrase dans les textes juridiques portugais", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, vol. 15-16, pp.63-77.

Fonseca, J., 2001, *Língua e discurso*, Porto, Porto Editora.

Gilson, E., 1955 (2ªed.)"Michel Menot et la technique du sermon médiéval"in *Les Idées et les Lettres*, Paris

Lemos, A., 1997, *Primeira Partida de Afonso X – Glossário. Contributos para o estudo linguístico*, Braga.

Murphy, J., 1974 , *Rhetoric in the Middle Ages – A history of Rhetorical Theory from Saint-Augustine to the Renaissance*, Berkeley-Los Angeles-London.

Pidal, R.M., 1972, "De Alfonso X a los dos Juanes. Auge y Culminación del didactismo" in *Studia Hispánica in Honorem R.Lapesa*, Madrid.

Roudil, J., 1970, "Alphonse le Savant, rédacteur de définitions lexicographiques" in *Mélanges Offerts à P. Fouché*, Paris.

Santana, O., 1993, *Os Forais de Vila real – Edição e Estudo linguístico*, Vila Real.

O estudo da palavra na gramática portuguesa no séc. XVI*

Simão Cardoso
Universidade do Porto

O estudo da palavra foi o objecto primeiro dos estudos gramaticais na Grécia antiga. Partindo da investigação sobre a natureza do signo linguístico, desenvolveram-se sucessivas teorias – convém lembrar a importância da escola Aristotélica (analogia) e os Estóicos (anomalia) - que proporcionam à escola de Alexandria, com Dionísio de Trácia, a criação da primeira «gramática»[1]. Esta gramática, que compreende o "estudo da letra, da sílaba e das partes do discurso", foi adoptada pela escola latina (Varrão (séc. ii-i a.c.), Quintiliano(séc. i) e, mais tarde, Donato (séc. iv) e Prisciano (séc.vi)) e legada em herança à Idade Média e às novas línguas nascidas da fragmentação da România. A palavra, sob a denominação de *pars orationis*, é a unidade maior de análise gramatical (apenas no séc. vi, Prisciano introduz pela primeira vez o estudo da *oratio*). As

---

* Quero prestar a minha homenagem sincera à Doutora Helena Paiva, que conheço na FLUP há 25 anos e de quem (muita pena minha) não tive a sorte de ser aluno. Os professores de Linguística que tive ensinaram-me a respeitar a professora rigorosa e competentíssima que sempre foi. O conhecimento que depois fui tendo com ela confirmou esta qualidade e deu-me a conhecer uma pessoa humana maravilhosa que sempre esteve disponível para me aconselhar e ajudar em tudo quanto lhe pedi. Somos colegas há 22 anos e tenho por ela o maior respeito e admiração, sobretudo pela tenacidade e persistência que tem e que é para mim um grande estímulo.

[1] Trata-se da *Techné grammatiké* que a tradição latina adoptará sob a designação equivalente de *ars grammatica*. Sobre a história da Gramática na tradição ocidental, e da Linguística, há muitas obras publicadas e de consulta indispensável. Entre outras, destaco: Robins, R. H., *Ancient and Mediaeval Grammatical Theory in Europe* (1951); Arens, Hans: *Sprachwissenschaft. Der Gang Ihrer Entwicklung Von Der Antike Bis Zur Gegenwart* (1969, 2.ª ed.) Mounin, Georges, *Histoire de la Linguistique des Origines au XXe. Siècle* (1967); Arrivé, Michel e Chevalier, Jean-Claude: *La Grammaire- lectures* (1970); Lozano Guillén, Cármen, *La aportación gramatical renascentista a la luz de la tradición* (1992).

primeiras gramáticas das línguas românicas adoptam, no geral, a gramática latina, seguindo praticamente à letra as gramáticas de Donato e/ou de Prisciano[2] no estudo das partes do discurso.

As gramáticas latinas, ao longo de seis séculos, copiam e adaptam a gramática da escola de Alexandria. Não são, no geral, fautores de grande originalidade, mas são hábeis e versáteis no modo como aplicam ao latim as teorias gregas. No estudo das «partes orationis», a gramática latina não conseguiu fixar um modelo. Este foi sempre um motivo de controvérsia: uns autores postulavam quatro partes, outros cinco partes, outros seis, outros oito, outros nove. As gramáticas vulgares vão defrontar-se com o mesmo problema até ao séc. xix.

Proponho-me abordar, ainda que de uma forma não muito aprofundada, o estudo da palavra na gramática Portuguesa do séc. xvi nas duas gramáticas publicadas: a *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536) e a *Gramática da Língua Portuguesa,* de João de Barros (1540)[3].

Fernão de Oliveira

A obra de Fernão de Oliveira, a *Gramática da Linguagem Portuguesa,* publicada em Janeiro de 1536, não é, no sentido próprio do termo, uma "gramática", como o próprio autor reconhece no preâmbulo, com a dedicatória a D. Fernando de Almada, mas uma «primeira anotação»[4]. A intenção de escrever uma «Gramática», por ele considerada completa, não foi, tanto quanto sabemos, materializada.

Convém, porém, salientar que se trata de uma obra original, que olha para uma língua moderna, o Português, observa-a e reflecte sobre a sua identidade e autonomia. Por isso, esta é, a todos os títulos, uma gramática nova, fugindo ao

---

[2] Vd. à frente (João de Barros) notas sobre estes dois gramáticos.

[3] A minha primeira intenção era incluir neste estudo os séc. xvii e xviii com as obras de Amaro de Roboredo, *Recompilação da gramática portuguesa, e latina* ...(1619) e de Jerónimo Contador de Argote, *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina* ...(1721), mas a extensão do texto aconselhou a que não o fizesse. Sobre estes dois séculos e estes gramáticos, vd. Cardoso, Simão, *A inter-relação gramatical no ensino das línguas portuguesa e latina (séc. XVII e XVIII)* (1998).

[4] "... se acabará esta primeira anotação em dizer não tudo, mas apontar algumas partes necessárias da ortografia, acento, etimologia e analogia da nossa linguagem em comum e particularizando nada de cada dicção, porque isto ficará para outro tempo e obra" – Oliveira, Fernão, *Grammatica da Lingoagem Portugueza...* Em Lixboa: e[m] casa de Germão Galharde, 27 de Janeiro de 1536 – [38] f. (na "dedicatória" (título meu)). Cito pela edição: *A Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira*, introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.

modelo clássico do seu tempo – o modelo latino – aplicado por A. de Nebrija[5] ao Castelhano, em 1492, e que João de Barros[6] imitará, quatro anos depois, na sua *Gramática da Língua Portuguesa*. Maria Leonor Carvalhão Buescu, na edição que fez da *Gramática da Linguagem Portuguesa* em 1975, observa, com pertinência, o alheamento de Fernão de Oliveira face à problemática gramatical do Renascimento, o que o leva a reflectir sobre a língua portuguesa liberto dos esquemas sistemáticos da gramática latina e lhe permite, porque assim o soube e quis, "fazer doutrina". Tem sido ressaltada por praticamente todos os estudiosos e críticos – à Doutora Helena Paiva ouvi isto muitas vezes – a originalidade do estudo que Fernão de Oliveira faz da fonética e ortografia da língua portuguesa, que ocupa uma boa parte da obra (cap. vi - xxix)[7].

Um dado original é também a adopção que faz de uma nomenclatura inovadora na parte dedicada ao estudo das palavras – *dicções ou vozes* – (cap. xxx – xlviii) que não veio a ser seguido por nenhum outro gramático posterior. A sintaxe, ou construção, não merece mais que um capítulo de uma só página – o penúltimo capítulo (xlix) dos cinquenta que compõem esta "primeira anotação da língua portuguesa".

Fernão de Oliveira mostra-se um tanto indisciplinado no seu estudo, misturando nas diferentes partes reflexões sobre aspectos anteriormente tratados e/ou que tratará mais adiante[8]. Mas divisamos quatro partes distintas: uma primeira parte, que inclui os cap. i a v, em que define a linguagem – "A linguagem é figura do entendimento" (cap. i) - e especula, ainda que socorrendo-se dos filósofos antigos, sobre a formação das línguas e o "modo de falar dos portugueses", a formação da pátria, a definição de gramática - "gramática é a arte que ensina a bem ler e falar" (cap. iv) – e a história desta e as suas três partes: "a primeira participação que fazemos em qualquer língua e sua gramática seja esta em estas três partes: letras, sílabas e vozes que também as há na nossa

---

[5] Nebrija, António de, *Gramatica de la lengua Castellana*, Salamanca, 1492.

[6] Barros, João de, *Grammatica da Lingua Portugueza*, Olyssipone, apud Ludouicum Rotorigiu Typographum, M.D.XL. [1540]. Cito pela edição: *Gramática da Língua Portuguesa,* Reprodução Facsimilada, Leitura, Introdução e Anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

[7] Lembro, entre muitos, Eugenio Coseriu, que diz de Fernão de Oliveira: "... antecede o seu tempo na descrição linguística em geral e apresenta-se como um dos gramáticos mais originais de toda a Renascença" – vd. Jorge Morais Barbosa "Os Estudos de Linguística em Portugal", in Leodegário A. de Amarante Filho (org.), *Congresso Internacional de Lexicografia e Literaturas no Mundo Lusofônico (De 17 a 21 de julho de 2000)*, Rio de Janeiro, Editora Ágora da Ilha, 2002, pp.145-158.

[8] vd. Buescu (1975), *op. cit.* p. [23].

de Portugal com suas considerações conformes à própria melodia" (cap. v). A segunda parte é dedicada à fonética e ortografia (cap. vi a xxix), a terceira parte ao estudo da etimologia e analogia (cap. xxx a xlviii), a quarta parte à sintaxe (cap. xlix), terminando com o capítulo L dirigido aos seus possíveis críticos e justificativo das opções que tomou ao escrever a obra.

O que diz Fernão de Oliveira sobre a palavra? Inicia esta parte com o título «Das dicções» (cap. xxx). Para o autor, "dicção, vocábulo ou palavra, tudo quer dizer a mesma coisa"; são três variantes designativas da mesma entidade linguística, que define assim: "palavra é voz que significa coisa ou acto ou modo: coisa como artigo e nome; acto como verbo; modo, como qualquer outra parte da oração"[9]. Estuda em primeiro lugar a etimologia da palavra (cap. xxx–xxxix) para depois abordar a analogia (cap xl–xlviii).

Por «etimologia» entende o fundamento e origem das palavras[10]. Um espírito inovador teria de encontrar uma nomenclatura original que não se encontra em qualquer outro gramático anterior ou posterior. Os vocábulos que dão nome às classes *etimológicas* vai buscá-los, por empréstimo, ao vocabulário comum, usando-os no sentido conotativo requerido pela gramática.

Quanto à origem, as palavras dividem-se em três classes: **nossas próprias**, **alheias** e **comuns**. Cada uma destas classes pode subdividir-se em quatro subclasses: 1.ª - **apartadas** ou **juntas**; 2.ª - **velhas**, **novas** ou **usadas**; 3.ª - **próprias**, **mudadas**; 4.ª - **primeiras** ou **tiradas**[11].

Uma breve explicitação destas classes[12]:

"**nossas** ... são aquelas que nasceram entre nós ou já são muito antigas que não sabemos se vieram de fora" – os exemplos que dá: *castiçal, janela e panela.*

"**alheias** são aquelas que doutras línguas trazemos à nossa por alguma necessidade de costume, trato, arte ou coisa alguma novamente trazida à terra" – exemplos: *ditongo, acento, picote e alcance.*

"**comuns** chamamos aquelas que em muitas línguas servem igualmente e o tempo em que se mudaram de uma língua para outra fica tão longe de nós, que não podemos facilmente saber de qual para qual língua se mudaram, porque assim as podiam tomar as outras línguas da nossa, como a nossa delas..." – exemplos: *mesa e sapato.*

---

[9] vd. Fernão de Oliveira, *ob. cit.* cap. xxx.

[10] "O que primeiro havemos de olhar é o seu fundamento e donde vieram" – *id. ibid..*

[11] Sublinhados meus.

A questão da origem das palavras, estreitamente associada com a questão da origem das línguas, ontem como hoje, sempre preocupou os gramáticos e o nosso Fernão de Oliveira não foge à regra. Trata-se da etimologia. A determinação das quatro subclasses obedece a uma miscelânea de critérios nem sempre muito fáceis de discernir para quem estuda, a esta distância, a obra do autor. À luz do nosso tempo, sentimos que há aqui alguma incipiência e também desconhecimento que só os séculos futuros viriam a colmatar em grande parte. Mas hoje ainda não sabemos tudo.

Podemos ver o seguinte: a subdivisão das palavras em **apartadas** ou **juntas** tem a ver com o critério formal. Palavras **apartadas**[13] são as palavras simples - "a que os latinos chamam simples ou singelas" como *fazer*, "cujas partes não podem ser dicções inteiras, mas dividem-se somente em sílabas e letras ..." Uma forma verbal como *amaríamos* é considerada uma palavra apartada; a flexão não afecta a palavra apartada. Palavras **juntas**[14] "a que os latinos chamam compostas são [aquelas] cujas partes significam ou podem significar" como *contrafazer*. Palavras juntas, são as palavras formadas por derivação ou composição.

A subdivisão em **velhas, novas** e **usadas** tem na sua base o critério do uso. A terminologia é motivada. **Velhas**[15] "são as que foram usadas mas agora são esquecidas" como *ruão, compensar, nemigalha.* **Novas**[16] "são aquelas que novamente ouvimos ou de todo fingimos ou em parte achamos", como *peita, arcabuz* e *bombarda* (coisa nova requer palavra nova). **Usadas**[17] "são estas que nos servem a cada porta ... que todos falam e entendem, as quais são próprias do nosso tempo e terra", como *renda, sisa, casa* e *corda.*

A subdivisão em palavras **próprias** ou **mudadas** obedece ao critério semântico e em **primeiras** ou **tiradas**, aos critérios formal e semântico. **Próprias**[18] "chamamos àquelas que servem na sua primeira e principal significação" como *livro* – temos aqui a denotação, o sentido próprio. **Mudadas**[19], "a que os latinos chamam trasladadas, as que por necessidade ou melhoria de significação ou voz estão fora de seu próprio significado..." O exemplo que dá, um tanto

---

[12] vd. Fernão de Oliveira, *ob. cit.* cap. xxx.
[13] *Id. ibid.*, cap. xxxiv.
[14] *Id. ibid.*, cap. xxxv.
[15] *Id. ibid.*, cap. xxxvi.
[16] *Id. ibid.*, cap. xxxvii.
[17] *Id. ibid.*, cap. xxxviii.
[18] *Id. ibid.*, cap. xxxvix.
[19] *Id. ibid.*.

incompreensível a esta distância no tempo, é *livro* quando significa instrumento de música[20]. Não apresenta outros exemplos, mas creio que estamos no domínio da conotação, o sentido metafórico. E, possivelmente, caberia aqui a chamada derivação imprópria ou conversão morfológica, como acontece, por exemplo, quando o infinitivo presente é usado com o valor funcional do substantivo[21] (que João de Barros refere). **Primeiras**[22], a que os latinos chamam primitivas, aquelas "cujo nascimento não procede doutra parte mais que da vontade livre daquele que as primeiro pôs, como *manta, esteira, cadeira...*". **Tiradas**[23], a que os latinos chamam derivadas, são aquelas "cujos nascimentos vêm de outras algumas dicções, como *tinteiro, velhice e honrada*". Curioso é que inclui a palavra *candeeiro* na subclasse das palavras primeiras porque lhe parece "coisa de riso" dizer que vem de *candeo, candes*, verbo latino[24]. Nas palavras tiradas considera apenas a derivação e não a composição – pelo menos não apresenta exemplos de composição.

Muitas das reflexões de Fernão de Oliveira não fazem hoje sentido, dado o estádio actual de conhecimento, mas há observações curiosas e outras judiciosas acerca da origem e formação das palavras. Aprecia-se em Fernão de Oliveira o rigor das observações e a crítica, por vezes desabrida, dos que dizem "patranhas" e embarcam em "imaginações aldeãs sem juízo", defendendo que "nesta parte [etimologia] não tenha licença senão quem com habilidade e saber for merecedor dela"[25].

Quando fala das "dicções usadas", aborda questões pertinentes, hoje do domínio da dialectologia e da sociolinguística, distinguindo o vocabulário comum a todos os falantes do Português e o que chama "os usos particulares dos diferentes ofícios e tratos": "os cavaleiros têm uns vocábulos e os lavradores outros e os cortesãos outros e os mercadores outros". Do mesmo modo chama a atenção para as particularidades regionais "porque os da Beira têm umas falas

---

[20] "... é livro, quando quer dizer instrumento músico, o qual, por ser novo e não ter nome ou voz própria e ser semelhante ao livro de papel que é o próprio, lhe chamaram assim." *Id. ibid.*, cap. xxxvix.

[21] No cap. xlix, que trata "da composição ou concerto que as partes ou dicções da nossa língua têm entre si ... a qual os gramáticos chamam *construição*", que hoje designamos sintaxe, refere os diferentes usos funcionais que as diferentes classes de palavras podem assumir no discurso, como "posto que alguma hora os verbos infinitivos sirvam por nomes, como *o ler faz bem aos homens...*".

[22] *Id. ibid.*, cap. xxxvix.

[23] *Id. ibid.*, cap. xxxvix.

[24] *Id. ibid.*.

[25] *Id. ibid.*, cap. xxxi.

e os do Alentejo outras e os homens de Entre Douro e Minho, porque, assim como os tempos, assim também as terras criam diversas condições e conceitos"[26]. Defende a claridade e simplicidade da língua, afirmando: "saibamos que a primeira e principal virtude da língua é ser clara e que a possam todos entender, e para ser bem entendida há-de ser o mais acostumada entre os melhores dela e os melhores da língua são os que mais leram e viram e viveram, continuando mais entre primores sisudos e assentados, e não amigos de muita mudança"[27]. Defende aqui uma norma preceptiva, como aliás faz João de Barros e os gramáticos do seu tempo (castelhanos, italianos). Apoiando-se em Varrão diz que o conhecimento da etimologia não é absolutamente necessário para se entender a língua, mas defende e louva o estudo da mesma[28].

O estudo do significado da palavra – dicções próprias, mudadas, primeiras ou tiradas – particularmente destas últimas, permite estabelecer a ponte com a analogia "porque a formação destas vozes que se tiram umas das outras e algumas partes ou nas mais requer ser tratada na parte e pelas regras da proporção a que os Gregos chamam analogia"[29].

A distinção das diferentes partes da oração obedece a critérios formais e funcionais "porque os nomes têm a sua forma distinta da dos verbos e cada parte da oração se conhece entre as outras e em uma mesma parte as diversas espécies ou estados..."[30]. As diversas espécies ou estados das coisas são as diferentes funções sintácticas que um nome pode assumir na oração, como mostra com o nome *homem*: *O homem senhoreia o mundo* e *Deus castiga o homem*[31]. Não enumera ordenadamente as partes da oração, mas reflecte sobre o nome (não distingue substantivo e adjectivo), o verbo, o artigo, o pronome e refere, de fugida, o advérbio e a preposição. Não define cada parte da oração nem apresenta outras definições mas justifica-o no final do cap. xliv, onde trata do género: "Não dissemos quantos nem quais os géneros dos nomes, nem tampouco que coisa é nome, como também fizemos aos artigos e faremos nos verbos, porque do intento desta parte da gramática que agora tratamos não é mais que só dar notícia das vozes, e não definições ou determinadas declarações das coisas". Aqui, como noutros capítulos, manifesta a intenção de escrever uma segunda obra, o que parece nunca ter sido feito.

---

[26] *Id. ibid.*, cap. xxxviii.

[27] *Id. ibid.*, cap. xxxviii.

[28] "... se não alcançarmos muito dela [etimologia], nem por isso seremos dignos de culpa, mas antes, pelo contrário, quem souber alguma coisa será de louvar...", *id. ibid.*, cap. xxxix.

[29] *Id. ibid.*, cap. xxxix.

[30] *Id. ibid.*, cap. xl.

[31] *Id. ibid.*, cap. xlvi.

De um modo não muito claro, fala da anomalia face à analogia e, um tanto confusamente, estabelece "uma primeira divisão das vozes que significam" em palavras variáveis e invariáveis, "porque umas se declinam e outras não"[32]. Há aqui algo de estranho, pois, segundo o próprio autor, "não se declinam nem se trazem de outros princípios as dicções que chamamos primeiras (palavras primitivas), mas declinam-se todas as tiradas ou derivadas"[33]. Penso que confunde entre flexão, declinação e formação de palavras.

Por declinação entende a "diversidade de vozes, tiradas de um primeiro e firme princípio, por respeito de diversos estados de coisas ... e chama-se declinação porque daquele primeiro princípio firme ... o qual não se move nem muda da sua primeira voz, se declinam, caem ou descendem, quase como abaixando-se por graus ..."[34] Este "princípio firme", o chamado termo não marcado, é o singular no nome e o Presente do indicativo e o Infinitivo presente no verbo.

Seguindo o gramático latino Varrão, que refere explicitamente (cap. xli), divide as declinações em naturais e voluntárias – a *declinatio naturalis* e a *declinatio voluntaria* – princípio que, em boa parte, o chamado estruturalismo europeu ainda segue ao distinguir a «flexão» da «formação de palavras». A "declinação natural é aquela que não obedece à vontade particular de cada um, mas que é conforme ao comum parecer de todos" e, por isso, "as declinações naturais são mais sujeitas às regras e leis" da gramática[35]. Na formação de palavras, as "declinações *voluntárias*", mostra a autonomia da língua portuguesa face ao Latim e às outras línguas românicas. Vê aqui a analogia, mas também a anomalia, como duas propriedades da língua e liberdade dos falantes[36].

Têm declinação natural os artigos, os nomes e os verbos. Os artigos "variam a forma da sua voz em géneros, números e casos"; os nomes "se declinam em géneros e números"; e "as vozes dos verbos em géneros, conjugações, modos, tempos, números e pessoas"[37]. Parece confundir declinação e conjugação.

Uma observação curiosa sobre o género: "as declinações dos géneros são muitas e menos para compreender, porque, posto que os nomes acabados em

---

[32] *Id. ibid.*, cap. xl.

[33] *Id. ibid.*.

[34] *Id. ibid.*.

[35] *Id. ibid.*, cap. xlii.

[36] "... em cada língua notemos o próprio costume dela, cá esta parte de Gramática em todas as suas partes e muito mais nesta da analogia, é resguardo e anotação desse costume e uso, tomada depois que os homens souberam falar, e não lei posta que os tire da sua liberdade, quando é bem regida e ordenada por seu saber...", *id. ibid.*, cap. xli.

uma letra qualquer sejam mais de um género que de outro, não por isso se pode dar regra universal, como nestas letras *a* e *o,* das quais uma é mais masculina e outra feminina"[38]. Podemos colocar a questão em relação ao nosso tempo: é inteiramente apropriado falar de uma flexão nominal de género, pelo menos no que aos substantivos diz respeito? É uma questão pertinente que merece ser discutida num outro estudo.

Para resolver a questão, Fernão de Oliveira observa: "Porque era longo compreender tantas variedades de terminações, ajudou-nos a natureza e uso da nossa língua com os artigos, os quais sempre ou as mais das vezes acompanham os nomes cuja companhia declara os géneros desses nomes"[39]. Tem presente o uso funcional da língua.

Sobre o número – "o plural tem como sua letra própria esta letra *s,* acrescentando-a sobre seu singular"[40] – Fernão de Oliveira apresenta uma descrição bastante completa sobre a formação do plural dos nomes terminados em *–ão*, dos terminados em *–l* e nas consoantes *–r, -s, -z*.

O que diz sobre o verbo é escasso. Indica as três conjugações, infinitivos em *-ar, -er* e *-ir* e o infinitivo em *-or*, do verbo *pôr,* "o qual, todavia, já fez *poer*, e ainda assim o ouvimos a alguns velhos"[41]. Define conjugação como "ajuntamento de diversas vozes que, segundo boa ordem, se ordenam seguindo-se umas atrás das outras..."[42] Por alto faz referência aos verbos defectivos e aos verbos irregulares. Sabendo que não é o bastante, anota, de novo, logo no início do capítulo xlvii: "Não dizemos que coisa é verbo, nem quantos géneros de verbos temos, porque não é desta parte a tal ocupação".

João de Barros

João de Barros elabora a sua *Gramática da língua portuguesa* na boa tradição latina, cujas fontes mais próximas são Donato[43] e Prisciano[44]. Inspira-se na teoria doutrinária de A. Nebrija, na *Gramatica de la lengua castallana,*

---

[37] *Id. ibid.*, cap. xliii a xlviii.
[38] *Id. ibid.*, cap. xliv.
[39] *Id. ibid.*, cap. xliv.
[40] *Id. ibid.*, cap. xlv.
[41] *Id. ibid.*, cap. xlvii.
[42] *Id. ibid.*, cap. xlviii.
[43] A Donato devem-se as célebres *De partibus orationis ars minor* e *Ars Grammatica.*
[44] Prisciano, o gramático latino do baixo império cujo legado mais se fez sentir na Idade Média e no Renascimento (e muito para alem destes), escreveu as *Institutiones Grammaticae,* uma obra constituída por 18 vol. (na designação medieval, *Priscianus maior* - vol. i-xvi – e *Priscianus minor* – vol. xvii-xviii).

escamoteada das ideias especulativas que se atribuem a este gramático. João de Barros procura ser um gramático prático; tem o sentido da pedagogia. Não é por acaso que é considerado o pedagogo da sua geração e das gerações futuras. Apesar disso, a *Gramática da língua portuguesa* não deixa de ser, por antonomásia, uma gramática do latim, como todas as gramáticas renascentistas[45]. João de Barros é, neste aspecto, bem menos inovador face ao seu predecessor.

A definição da gramática e das suas partes mostra claramente o carácter pedagógico da obra: "Gramática é vocábulo grego: quer dizer çiênçia de lêteras. E, segundo a definiçám que os Gregos lhe déram, é um modo çérto e justo de falár e escrever, colheito do uso e autoridáde dos barões doutos. Nós podemos-lhe chamár artefíçio de palávras póstas em seus naturais lugáres, para que, perante élas, assi na fála como na escritura, venhamos em conhiçimento das tenções alheas"[46]. Todo o desenvolvimento da gramática assenta nestes princípio e método.

Interessa-me apenas o estudo da palavra. Sobre esta e a sua classificação, João de Barros diz o seguinte: "Porque assi bem entram as lêteras pela vista como as palávras pelos ouvidos – instrumento com que o nosso intendimento reçébe as máis das cousas. E como pera o jogo do enxedrez se requérem dous reis, um de ua cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas péças póstas em cásas próprias e ordenádas, com leies do que cada ua déve fazer (segundo o ofíçio que lhe foi dado): assi todas as linguagens tem dous reies, differentes em género, e concórdes em ofíçio: a um chamam Nome e ao outro Vérbo. Cada um destes reies tem sua dama: â do Nome chamam Pronome e â do Vérbo, Advérbio. Partiçípio, Artigo, Conjunçám, Interjeiçám sam peças e capitães principáes que debaixo de sua jurdiçám tem muita peonagem de dições, com que commumente servem a estes dous poderosos reies"[47]. Como se vê por esta magnífica descrição, o funcionamento de uma língua é um jogo (um jogo de guerra!...) com leis muito próprias, sujeito a uma hierarquia de valores e funções.

São, pois, nove as partes da oração: Artigo, Nome (que se subdivide em substantivo e adjectivo e relativo), Pronome, Verbo, Advérbio, Particípio, Conjunção, Preposição, Interjeição.

João de Barros baseia-se em critérios lógicos, funcionais, formais e semânticos, para a classificação das diferentes partes do discurso. Porque no âmbito desta comunicação não há espaço para um desenvolvimento pormenorizado,

---

[45] Cf. Maria Leonor Carvalhão Buescu, *ob. cit.* e também *Gramáticos portugueses do século XVI,* Lisboa , Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

[46] Vd João de Barros, *ob. cit.* "Definiçám da Gramática e as pártes déla".

[47] *Id., ibid..*

faço apenas algumas observações sobre o estudo do Nome e do Verbo, com uma breve referência ao Artigo.

Nome[48] é "aquele que se declina per cásos sem tempo, sinificando sempre alguma cousa que tenha corpo e sem corpo"[49]. Estão presentes os critérios formal e semântico (significação léxica e classe semântica). O Nome tem acidentes: qualidade, espécie (*espécia*), figura, género, número e casos. Vale a pena observar o modo como trata estes acidentes.

A *qualidade* distingue Nome próprio – "aquele por que entendemos uma só coisa" – e Nome comum – "pelo quál entendemos muitas coisas do mesmo género"[50]. Há aqui, penso eu, um critério lógico-referencial. A *qualidade* distingue também o Nome substantivo do Nome adjectivo: "Nome substantivo chamamos àquele que per si póde estár e não recebe ésta palávra *cousa*. Nome ajetivo ao que não tem per si, mas está encostádo ao sustantivo e póde reçeber em si ésta palévra *cousa*, como quando digo: Ó que fermoso caválo, que brávo touro ... porque não podemos dizer fermoso e brávo sem lhe darmos nome substantivo a que se encóstem"[51]. É o critério lógico que está na base desta distinção, sem qualquer referência à significação léxica, no sentido amplo do termo. Dois séculos e meio mais tarde, Jerónimo Soares Barbosa, na Gramática Filosófica, irá estabelecer de modo magistral esta distinção, tendo em conta este e outros critérios[52]. O pronome relativo é incluído na classe do Nome com base no critério lógico-funcional: "chamamos relativo àquela parte que faz lembrança de algum nome que fica atrás; e este tal se chama antecedente". Os relativos como *que*, *o qual*, são classificados como relativos de substância, quando o antecedente é um nome relativo ("eu lí o livro me tu mandaste, o quál entendi mui bem") e relativos de acidente, como *tal*, *qual*, *tanto, quanto*, *tamanho, quamanho,* "os quais fazem relação de adjectivo. Estes, por sua vez, subdividem-se ainda em relativos de qualidade, *tal, qual,* e de quantidade, *tamanho, quamanho* ("eu te mando o livro tál quál mô tu mandaste")[53]. A

---

[48] Sublinhado meu.

[49] *Id., ibid.*, "Do Nome e das suas espécias" (sic).

[50] *Id., ibid.*, "Do Nome Próprio e Comum".

[51] *Id., ibid.*, "Do Nome Sustantivo e Ajetivo" (sic). Sobre a distinção do *Nome* em *substantivo* e *adjectivo*, vd. a nota de Maria Leonor C. Buescu na edição que faz da *Gramática da Língua Portuguesa.*

[52] Vd. Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral applicados á Nossa Linguagem.* Publicada de ordem da Academia Real das Sciencias. Lisboa, na Tip. da mesma Acad., 1822

[53] *Id. Ibid.*, "Do Nome Relativo e Antecedente". Também sobre os «relativos», vd. Soares Barbosa, *id. ibid.*.

gramática dos séculos posteriores, sobretudo a Gramática Filosófica, vê as coisas de outro modo.

Utilizando o critério formal e semântico, os nomes dividem-se (ainda) em primitivos e derivados – a que chama a "espécia" do nome. Por sua vez, os derivados subdividem-se em: patronímicos, possessivos (*cristão*, *beirão*), diminutivos, aumentativos, comparativos, denominativos, verbais e adverbiais[54]. Como nota Carvalhão Buescu, ao tratar estas espécies nos parágrafos seguintes, não mantém esta ordem na descrição e trata, respectivamente, os *Nomes verbais, participiais e adverbiais*[55]. Estas espécies de nomes aparecem em Prisciano que considera mais o superlativo, que João de Barros inclui no comparativo. Quase posso dizer que se trata aqui de uma rigorosa aplicação da gramática latina à gramática portuguesa. As *figuras* do Nome – nome simples e nome composto - obedecem aos critérios formal e semântico: nome simples não decomponível em partes significativas, como *justo*[56]; nome composto, aquele de "cujas pártes (de uma delas) entendemos alguma coisa", como *torcicolo,* "de torçer e colo". Nome composto é tanto a palavra formada por composição como por derivação.

O género gramatical aparece ligado ao género natural ou sexo: "Género, em um nome, é uma distinçam per que conhecemos o mácho da fêmea e o neutro de ambos"[57]. É criterioso quando diz que o género conhece-se pela significação e pelo artigo – critérios semântico e funcional (faz alusão ao Grego e Latim para referir o Português)[58]. Além dos géneros *masculino, feminino e neutro,* refere a existência de mais quatro géneros (sete no seu todo): *comum a dous, comum a três, duvidoso* e *confuso*..[59] Assim, "todo o nome que convém a hómem ou molhér será comum de dous, como *inventor*, *taful*"; e adjectivos como "*forte, alegre, triste* serão comuns a três: *o homem forte, a mulher alegre, o pecar triste*"[60]. Para os géneros *duvidoso* e *confuso* não dá exemplos. Os nomes verbais – Infinitivo presente – *o querer, o amar, o ler* – são do género neutro.

---

[54] *Id. Ibid.,*"Da Espécia do Nome".

[55] Cf. A nota de Maria Leonor Buescu, *ob. cit., ibid.*.

[56] "... o quál, partido em éstas duas pártes, *jus-to*, em nóssa língua nam entendemos per élas cousa algua" - *id. Ibid.*, "Das Figuras do Nome".

[57] *Id. Ibid.*, "Do Género do Nome".

[58] *Id. Ibid.*.

[59] Sublinhados meus. João de Barros segue os gramáticos latinos Donato e Prisciano, que consideram seis géneros, e igualmente Nebrija. Como anota Maria Leonor Buescu, os gramáticos italianos, na sua maior parte, "admitem somente a existência do *masculino* e do *feminino*".

[60] *Id. Ibd.*.

O número – "aquéla distinçam per que apartamos um de muitos"[61] – não traz nada de novo.

Os casos do Nome, "dádo que não mudem a sustância do nome, govérnam a órdem da òraçam mediante o vérbo"[62], são definidos com base no critério funcional. A flexão dos nomes em casos – a declinação latina – esteve presente na gramática das línguas vulgares até uma época bastante tardia. A gramática de Reis Lobato[63], publicada em 1771, ainda apresenta a declinação. Foi um processo longo e difícil que atrapalhou os gramáticos. Contudo, como nota Carvalhão Buescu, os gramáticos do século xv, como Nebrija e o autor anónimo das *Regole*, consideram que os casos não se distinguem pelas terminações, como no Latim, mas pela regência – e é esta a posição seguida por João de Barros[64].

Artigo

Uma breve referência ao Artigo. João de Barros salienta o seu carácter funcional. O artigo, como parte da oração, desempenha um papel importante para o "intendimento ficár satisfeito", necessário para a concordância das partes e indicação do género dos nomes. Curiosa é esta observação: "E vem este nome, artigo, de *articulus*, diçam latina deriváda de *arthon*, grega, que quer dizer juntura de nervos, a que nós pròpriamente chamamos artelho. E, bem como da liança e ligadura dos nervos se sostém o corpo, assi do ajuntamento do artigo aos cásos do nome se compõe a òraçam..."[65] Esta definição original de João de Barros ("fenomenal" como uma vez ouvi referir ao Prof. Mário Vilela), não é seguida por outros gramáticos posteriores. Penso que a ideia de João de Barros fica em suspenso e leva a uma certa confusão com a preposição (contraídos numa só unidade formal quando na declinação antecedem os casos).

Verbo

Na introdução do parágrafo onde trata o Verbo, João de Barros insiste na metáfora do jogo de *enxedrez* para ressaltar o poder do Verbo, juntamente com

---

[61] *Id. Ibd.*, "Do Número que tem o Nome".

[62] *Id. Ibd.*, "Dos Cásos do Nome".

[63] Vd. Lobato, António José dos Reis, *Arte da Grammatica da lingua portugueza. - composta e offerecida ao II.mo sr. Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquez de Pombal, etc.* Lisboa, na Reg. Offic. Imp., 1771.

[64] Cf. A nota de Maria Leonor Buscu, *ob. cit., ibid.*.

[65] Vd. João de Barros, *ob. cit.*, "Dos Artigos".

o Nome, na oração. Define o verbo como "uma vóz ou palávra que demóstra obrar alguma cousa, o quál não se declina, como o nome e pronome, per cásos, mas conjuga-se por módos e tempos..."[66] Esta definição assenta em dois critérios: semântico e formal. Barros distingue declinação e conjugação, que em Fernão de Oliveira não é perfeitamente distinta. Segue aqui Prisciano que define o *Verbum* como "pars orationis cum temporibus et modis, sine casu"[67].

Como nos gramáticos latinos, os verbos subdividem-se em substantivos e adjectivos. Em Português, só o verbo *ser* é verbo substantivo "porque demóstra o ser pessoal da cousa, como quando digo: eu sou criatura raçionál"[68]. Esta posição é vincada pelo modo como é enunciado o verbo: na primeira pessoa do presente do indicativo, como em latim: *sou*. Está presente o critério lógico. A Gramática filosófica vai assumir esta posição e o nosso gramático Jerónimo Soares Barbosa define muito bem o verbo substantivo como o verbo que afirma a existência: "a essencia do verbo substantivo consiste na significação ou enunciação da *existencia* , e como tudo o que existe são coisas ou pessoas, e estas não podem existir senão em certos tempos, d'aqui vem que estas duas circumstancias são sempre relativas à idéa principal da existencia, e por isso proprias só do verbo substantivo"[69]. Todos os outros são verbos adjectivos (mas não há uma definição para o verbo adjectivo, presente igualmente em Soares Barbosa).

Distingue verbos pessoais e impessoais. Os verbos "trázem consigo estes oito acidentes: género, espéçia, figura, tempo, módo, pessoa, número, conjugaçam"[70]. Há aqui uma redundância ao incluir a conjugação no número dos acidentes, uma vez que a variação formal do tempo, modo, pessoa e número é a própria conjugação do verbo. João de Barros diz isso mesmo quando define conjugação: "a quál se pode chamár discurso ou jornáda que o vérbo faz por todalas pessoas, números, tempos e módos"[71]. Como Fernão de Oliveira, João de Barros considera as três conjugações naturais do Português.

Dos acidentes do Verbo refiro o *género*, que subdivide os verbos em activos e neutros (que hoje designamos transitivos e intransitivos) – activos os que se podem converter ao modo passivo; neutros, os que não se podem converter ao

---

[66] *Id. Ibid.*, "Do Vérbo".
[67] Vd. Prisciano, *ob. cit.*.
[68] Vd. João de Barros, *ob. cit.*, *ibid.*.
[69] Vd. Jerónimo Soares Barbosa, *ob. cit.*.
[70] Vd. João de Barros, *ob. cit.*, "Do Vérbo".
[71] *Id. Ibid.*, "Da Conjugaçám do Vérbo" (sic).

modo passivo e "cuja auçam não pássa em outra cousa, como *ando*, *venho*, *vou*..."[72]; a *espécia*, que tal como o nome subdivide os verbos em primitivos e derivados, subdividindo-se estes em aumentativos (*negrejar*), diminutivos (*choramingar*), denominativos (*armar, selar* (o cavalo)) e adverbiais (*arrematar* – de remate)[73]; a *figura*, em simples e compostos (*conheço* e *desconheço*)[74].

O que disse atrás sobre os acidentes do nome, aplica-se por inteiro ao verbo.

Conclusão

Hoje, como no passado, o estudo da palavra continua a merecer a atenção dos gramáticos, ou não fosse ela a unidade com a qual e à volta da qual se constrói o discurso. Saber que coisa e por que razão uma palavra é Nome substantivo ou Nome adjectivo, que coisa e por que razão uma palavra é Verbo, ou é Advérbio, ou é Preposição, ou é Artigo, ou é Conjunção, etc. não é tarefa que os nossos alunos resolvam com facilidade. Na crise actual por que passa a aprendizagem e estudo formal das línguas, mais se faz sentir o seu interesse. Como linguista e docente (de Linguística Portuguesa) dou-me conta de quão necessário é voltar para aqui uma parte da nossa atenção, sobretudo tendo em conta que a grande maioria dos alunos dos cursos de Línguas e Literaturas Modernas pretende fazer do ensino, do Português e de outras línguas segundas, a sua profissão de futuro.

Para um docente, seja qual for o grau de ensino em que leccione, eu diria que é obrigatório o conhecimento histórico da língua portuguesa, em todos os seus níveis de análise linguística, mormente no que à morfossintaxe diz respeito. Temos muita coisa a aprender com os gramáticos portugueses do passado para bem entendermos a gramática do presente. Fernão de Oliveira e João de Barros (quantos alunos universitários de Línguas conhecem e sabem mesmo da existência destes gramáticos?!...) são pedagogos recomendáveis aos alunos e professores de hoje. Em muitos aspectos e também no estudo da palavra.

---

[72] *Id. Ibid.*, "Do Género do Vérbo Pessoál". Estes dois géneros são, diz, João de Barros, os únicos que subsistiram no Português, ao passo que o Latim "repartia" os verbos por cinco géneros: "autivos, outros passivos e outros neutros (...) e em outros dous, a que chamam comuns e depoentes".

[73] *Id. Ibid.*, ""Da Espécia do Vérbo".

[74] *Id. Ibid.*, "Das Figuras do Vérbo".

Historiografia linguística portuguesa: o contributo do século XVII

Maria do Céu Fonseca
Universidade de Évora

Recorde-se o passo da obra *A Visita das Fontes* em que D. Francisco Manuel de Melo, depois de caricaturar a figura do purista gramatical, invoca as autoridades que por excepção se destacam:

> **Fonte Velha** – Não tivemos outros[1] famosos gramáticos entre nossa nação?
> **Apolo** – Sim, tivestes, como o insigne historiador João de Barros, que compôs dela hũa *Arte de Gramática Portuguesa*, de poucos conhecida, e anda junta ao seu livro de *Viciosa Vergonha*, também de poucos visto. O mesmo o vosso bispo Osório, Cardoso, Barbosa, Amaro de Reboredo, João Nunes Freire e outros vocabulistas, aos quais avantaja o presente autor das *Prosódias*, com justa razão celebrado (Melo, 1962 [1721]: 325).

Escrito o presente apólogo dialogal em 1657, os "famosos gramáticos" invocados são, quer personalidades da época, quer algumas da tradição mais próxima. Assim, no domínio da gramática latina, os nomes de Manuel Álvares e de João Nunes Freire, este já da geração dos chamados 'alvaristas', têm destaque merecido, ou não fosse o nosso século XVII um momento de excelência no número de edições da obra do mestre jesuíta, e no surto dos seus comentadores

[1] Já fora posto em relevo pela personagem **Apolo** – a voz da sabedoria – o nome do Pe. Manuel Álvares, "mestre e autor da *Gramática Latina e Portuguesa*, em que foi tão subido que pela sua *Arte Nova*, que compôs reformando as antigas de Espautério e outros caducos, se ensina hoje a gramática em Itália" (Melo, 1962: 323).

e glosadores[2]; no campo da gramaticografia portuguesa, concorrem João de Barros e o seiscentista Amaro de Roboredo, honrosas menções condignas ao merecimento; finalmente a lista de D. Francisco Manuel de Melo consagra Agostinho Barbosa e o Autor da *Prosodia*, Bento Pereira, como nomes maiores da lexicografia pós-cardosiana (cf. Verdelho, 1995). Trata-se, como salta à vista, de um elenco que visa à consagração[3]. De todo este escol, pode bem dizer-se que D. Francisco Manuel de Melo estava devidamente informado e consciente do seu papel no palco da renovação gramatical. Ao lado de ilustres contemporâneos, têm lugar figuras de vulto da gramática renascentista, que agenciaram a modernização da língua portuguesa.

Homenageando hoje a Autora de consagrados estudos deste período – a Profª Doutora Maria Helena Paiva –, seja-nos permitido chamar a terreiro o contributo de alguns daqueles ilustres contemporâneos de D. Francisco Manuel de Melo para uma reflexão sobre a nossa historiografia linguística.

*

É significativo o caso de, em 1637, René Descartes ter apresentado a público a sua obra *Discurso do Método* redigida em língua francesa. Esta opção pelo idioma materno em obra de natureza científico-filosófica, quando era ainda em latim, base da cultura humanística, que se garantia a circulação de tais textos pelos homens cultos da época, não lhe dispensou, talvez por isso mesmo, uma justificação dirigida às duas orientações da inteligência da época, que se podem personificar em os partidários do latim e os leitores de línguas nacionais. Na sexta e última parte do *Discurso*, esclarece Descartes que:

> "Se escrevo em francês, língua do meu país, e não em latim, que é a dos meus preceptores, é porque espero que aqueles que apenas se servem da sua razão natural inteiramente pura julgarão melhor as minhas opiniões que os que não acreditam senão nos livros antigos. E quanto aos que aliam o bom senso ao estudo, os únicos que desejo para meus juizes, não serão tão fanáticos pelo latim que recusem ouvir as minhas razões só porque as explico em língua vulgar" (1990 [1937]: 61).

---

[2] Segundo o já clássico estudo de Emilio Springhetti, o século XVIII soma globalmente maior número de edições da gramática do Pe. Manuel Álvares, mas, em Portugal, foi o século XVII que atingiu esse pico quantitativo: 13 edições contra 3 e 9 nas centúrias de Quinhentos e Setecentos, respectivamente (Springhetti, 1960-61: 304).

[3] Deixa-se de lado o nome do humanista português D. Jerónimo Osório, por parecer desfasada a sua menção em elenco de gramáticos.

Tratando-se esta de uma obra que tanto impacto teve no rumo das ciências, em geral, e no pensamento gramatical da Escola de Port-Royal, em particular, há-de reconhecer-se então alcançado o triunfo das línguas modernas como línguas de ciência, ganha a batalha da ineloquência do vulgar. A opção linguística do filósofo francês, mesmo que descomprometida do debate da emulação das línguas (nem este, nem qualquer outro assunto sobre a linguagem ocuparam Descartes), vale como índice de um pensamento que pretendia romper com a cultura livresca de moldura medieval para se sustentar na crença da "razão natural inteiramente pura", considerada a instância mais válida para comprovar esse legado dos antigos. Este desapego pela autoridade exclusiva dos autores da Antiguidade, correlato de um sistema de valores assente na razão – ideia que não era nova –, foi algo partilhado pelos gramáticos da época. A *ratio* do passado recente reaparece por meio da investigação do 'método' para bem conduzir a razão na busca da verdade. Tal método, tão firme quanto o das ciências exactas, permitiria chegar a formulações igualmente incontroversas noutros ramos do saber e do pensamento. No que toca à ciência gramatical, os seus princípios metódicos vêm sugeridos em aposto do título de uma das obras de Port-Royal: "Grammaire générale et raisonnée *contenant* les fondements de l'art de parler, expliqués d'une manière claire et naturelle; les raisons de ce qui est commun à toutes les langues, et des principales différences qui s'y rencontrent" (Arnauld e Lancelot, 1660; Cf. ed. de Jean-Marc Mandosio [1997]), onde se reconhece a mesma preocupação pelo rigor demonstrativo que moveu Descartes a procurar um sistema universal do saber, sob inspiração do formalismo das deduções matemáticas[4]. Daí que a ciência gramatical dos séculos XVII e sobretudo XVIII não tenha ficado imune ao influxo da investigação filosófica cartesiana, que concorreu para o programa das chamadas "gramáticas cartesianas" ou "gramáticas filosóficas" e "gramáticas gerais". A descontinuidade deste momento está amplamente reconhecida por historiadores que detectam uma mudança epistemológica na passagem da gramática renascentista para a época das gramáticas gerais, inaugurada pela *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*, em1660 (cf. Belo, 1991: 465 e ss.).

---

[4] Os princípios do raciocínio cartesiano, que, como se sabe, tem por base a filosófica dúvida metódica, são baseados na articulação das *regra da evidência*, *regra da análise*, *regra da síntese* e *regra da enumeração*. A sua aplicação no estudo da língua passa por um método de investigação e exposição que segue a ordem analítica do demonstrar, do mais específico para o mais genérico, garantindo-se sempre a validade dos princípios gramaticais com a observação de exemplos autorizados, até chegar a certas regras gerais de funcionamento das línguas.

É certo que nem tudo se encontra marcado pelo cunho da originalidade nesta obra de Port-Royal. Se a tese de Noam Chomsky em fazer da "linguística cartesiana" portroyalina um antepassado da sua gramática generativa (cf. Chomsky, 1969) suscitou tão acesa polémica[5], tal deveu-se, em grande parte, ao facto de a própria herança de Port-Royal ser, ela mesma, tributária de longa tradição do gramaticalismo ocidental. O "encontro entre Chomsky e Descartes" (Duarte, 1998: 552), além de ocasião para o discutido parentesco gramatical de conceitos modernos, tais o de inatismo e criatividade, foi também ponto de confluência de outros antecedentes gramaticais. Quando os *messieurs* de Port-Royal – o gramático C. Lancelot e o lógico A. Arnauld – defendem a ideia de racionalismo gramatical ou o princípio de regras comuns e universais a todas as línguas, a sua teoria não é apenas de inspiração cartesiana, mas também a síntese fecunda de duas influências maiores. A mais directa veio do humanismo gramatical, representado por novas gramáticas latinas assentes em pressupostos racionalistas, e que teve um expoente maior em Francisco Sánchez de las Brozas; mais recuada no tempo, a doutrina medieval dos baptizados modistas, com as suas investigações sobre os 'modos de significação' das categorias gramaticais, forneceu a Port-Royal os fundamentos da universalidade, uma vez elaborada na base filosófica do paralelismo entre a linguagem e a lógica da mente humana. Assim, conceitos linguísticos e respectivas abordagens da *Grammaire*, aparecendo filtrados pelo racionalismo da filosofia de Descartes, são também largamente tributários, quer da corrente, dita especulativa, dos modistas, quer da obra do gramático espanhol[6]. É por estas duas vias que na primeira metade de Seiscentos se anuncia o quadro epistémico da gramática geral, em ritmo de antecipação das inovações francesas de Port-Royal. Como novidade adiantada, agenciaram os primeiros gramáticos de Seiscentos a modernização da gramática geral e universal, a caminho das reformas de além-Pirinéus.

---

[5] Duas das réplicas mais violentas à obra *Cartesian Linguistics* de Chomsky vieram de André Joly (1977: 165-199) e, entre nós, de José G. Herculano de Carvalho (1984).

[6] Sobre a dívida dos gramáticos portugueses seiscentistas para com o Autor da *Minerva, seu de causis linguae latinae* (1587), veja-se o estudo de Ponce de León, 2002. Lugar de destaque atribui-lhe Amaro de Roboredo no conjunto de fontes citadas, lugar de que partilha também, pela mesma atitude renovadora, Antonio de Nebrija: "Quando Nebrinssense saîo com a sua [Arte] fugio de Salamanca (...), polo não apedrejarem. Não erão passados cem annos quando Brocense saindo com a sua fora do caminho ordinario na mesma Vniversidade correo seu risco. Duas luzes foram estes autores nesta arte as melhores de sua idade, e de todas as atrasadas. Consumio o tempo a ignorancia apaixoada; e introduzio o uso a razão considerada. A arte do primeiro se recebeo em Espanha; e com a do segundo se reformou pera toda ella" (Roboredo, 1625: *Prologo*, 1r).

Entre nós, ressalta o cariz francamente inovador do *Methodo grammatical para todas as lingvas* (Lisboa, 1619), de Amaro de Roboredo, e dos próprios "metodos de ensino" que põe em prática na sua *Grammatica latina*[7] (Lisboa, 1625), obras que, como afirma o próprio Autor, saíram "fora da strada de todos os outros [métodos], a qual se sempre seguirmos nunqua nos melhoraremos" (Roboredo, 2002 [1619]: a2 verso). A crítica vai direita à jugular. 'Sequazes dos latinos', 'supostos contrapontistas em artes superiores', 'aqueles que ainda porfiam que as gramáticas se hão-se escrever em latim' (*Id., ib.*: a2-a3) são reputados de nocivos às novas orientações da aprendizagem do português em paraleo com a língua de Cícero, e desta por outros métodos que não os do sistema alvarístico. Uma gramática seiscentista que se anuncia desde o título 'para todas as línguas', dá boas razões para invocar os epítetos *geral*, *racional*, *universal* que foram adquirindo as gramáticas a partir de Port-Royal, primeiro em França e só no dobrar do século XVIII, de modo consistente, em Portugal[8] e na vizinha Espanha (cf. Gómez Asencio, 1981: 23 e ss.). O caminho da confrontação das línguas modernas, aliado à reforma da gramática latina, é o ponto de partida para o gramático conceber regras particulares de cada língua e certos princípios gerais (universais) ou explicações lógicas que sejam válidas para todas as línguas. Afirmações como as seguintes explicitam tal intento:

> "Foramos certamente collegindo per esta ordem a differença, & conveniencia natural das linguas. (...) Porque acho grande confusão nas artes, ou Syntaxes, que teem misturado, o que he particular de hũa lingua, com o que he commum a muitas, ou a todas" (Roboredo, 2002 [1619]: b verso-b2);
> "Pretẽdia q̃ fosse este Methodo vniversal (...). Ordenei poucos preceitos (...). E muitos delles saõ vniuersaes" (*Id., ib.*: b4);

---

[7] À reforma da gramática latina associou-se o seu estudo segundo um plano que Amaro de Roboredo traçou sob o nome de "metodo da Natureza" e "metodo de Doutrina". Além do recurso ao português como metalíngua da descrição, o método está configurado na direcção do registo de usos à sistematização das regras: "ao discipulo convem primeiro subir assi das partes ao todo, isto he, dos exemplos para as regras, a q̃ chamão metodo da Natureza; e ao Mestre convem o descer desse todo para suas partes, isto he, da regra para os exemplos, a que chamão metodo de Doutrina. E porque as partes saõ primeiro q̃ o todo, e o homem primeiro he discipulo q̃ Mestre, primeiro se há de dar a hũ) minino a sua arte para subir q̃ a do Mestre para descer" (Roboredo, 1625: *Prologo*, 2r).

[8] São exemplos paradigmáticos as gramáticas filosóficas de Melo Bacelar (*Gramática filosófica da língua portuguesa*, Lisboa, 1783), Couto e Melo (*Gramática filosófica da linguagem portuguêza*, Lisboa, 1818) e Soares Barbosa (*Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, Lisboa, 1822).

"Podese facilmente ensinar este Methodo nas mais linguas, *mutatis mutandis*, assi como na Latina, em que vai exẽplificado" (*Id., ib.*: c2);
"E o que mais podia estimar he ficar com principios commũs para saber facilmente outras linguas" (*Id., ib.*: c4 verso).

O desejo de encontrar axiomas ou constantes a que obedecessem todas as línguas, tem por base, quer a atitude de racionalizar a gramática, quer o estabelecimento de um paralelismo entre a linguagem e o pensamento, que o mesmo é dizer, explicar as estruturas linguísticas a partir de categorias lógicas universais:

"a Grammatica depende da razão, que a natureza vai pelo tempo descobrindo aos bõs ingenhos, que sobre ella trabalhão" (*Id., ib.*: b);
" a arte como depende da razão, melhorandose a razão se pode melhorar a arte sem prejudicar" (Roboredo, 1625: *Prologo*, 1r);
"Nella [*Grammatica latina*] achará o Mestre regras novas: porem mui ajustadas com a razaõ" (*Id., ib.*: *Prologo*, 3r).

Salta à vista, como nota maior, um pensamento gramatical forrageado nas duas correntes acima referidas, a gramática especulativa dos modistas e o novo fôlego que os gramáticos renascentistas incutiram à *ratio* aristotélica. À concepção dos modistas de que a estrutura gramatical é uma constante da estrutura lógica do entendimento, Amaro de Roboredo associou o primado da *ratio* renascentista, haurida em Júlio César Escalígero (*De causis linguae latinae*, 1540) e Francisco Sánchez (*Minerva, seu de causis linguae latinae*, 1587). Os primeiros forneceram-lhe o fundamento da universalidade, porque sendo a língua o reflexo do pensamento lógico, existiram supostamente categorias comuns ao pensamento humano verificáveis em todos os idiomas[9]; e os segundos a natureza científica da gramática, ou da gramática universal, discutidas e ensinadas as suas grandes regras gerais, que são as *causas* subjacentes à organização linguística[10]. Siste-

[9] "La grammaire est universelle, parce que ce qui la définit, ses principes, son sujet, sa méthode sont les mêmes partout. Sa méthode (...) est partout une méthode démonstrative; son sujet est partout l'expression d'un concept mental composé. Ses principes sont les mêmes chez tous, parce qu' ils ont leur origine dans les choses, qui sont les mêmes partout" (Rosier, 1983 : 36).

[10] "Si no investigas las causas y razones del arte que practicas, ves, créeme, con ojos ajenos y oyes con oídos ajenos. Por otro lado, de muchos se ha apoderado una perversa opinión o, mejor, una barbarie: que en la gramática y en la lengua latina no hay causas ni razón que buscar. (...) Escucha a los filósofos, que insisten que no hay nada sin causa. Escucha a Platón, quien afirma que los nombres y las palabras tienen una base natural, quien pretende que la lengua se basa en la naturaleza" (Sánchez, 1995 [1587]: 39).

matizar essas causas lógicas da estrutura gramatical numa língua moderna – o português, cujo estudo prioritário era correlato de um ensino gramatical equacionado em moldes de método – foi o desafio que o gramático seiscentista enfrentou, recorrendo a diversas estratégias de descrição da língua. Sirvam aqui de amostragem as seguintes:

• A descrição gramatical contrastiva, privilegiado o latim, mas intentando o gramático ampliá-la às línguas modernas.

A este respeito, note-se que o edifício universalista do *Methodo grammatical para todas as lingvas* não tem, de facto, bases empíricas, como também a *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal* não pode considerar-se o equivalente sintáctico e morfológico do léxico de Calepino. Não obstante os propósitos *bona fide* do Autor ao revelar "inquiri as regras pela natureza dos significados, ainda nas linguas que naõ sei" (2002 [1619]: b4), só o português e o latim (esporadicamente, também o grego e o hebraico, línguas clássicas, em todo o caso) servem de referência para esta gramática geral e para o esboço do comparativismo que ela sugere[11]. Quanto às línguas modernas, a atracção exercida pelo castelhano é notória na prática lexicográfica de Amaro de Roboredo[12].

• A observação de dois níveis de descrição gramatical, particular e geral/universal.

Um dos livros que compõe o *Methodo grammatical para todas as lingvas* é dedicado à "Vniversal explicaçam resolvtiva, & compositiva das partes da Oração exemplificada na lingua Latina" (2002 [1619]: 64-78) e acerca dele esclarece o Autor que os princípios universais aí observados "segundo hũa accomodada applicaçaõ se acharaõ certos em todas as linguas" (*Id., ib.*: c2). Tais princípios gerais respeitam a categorias que se observam por contraste entre as "linguas vulgares" e as "linguas scholasticas". Segue-se a descrição de aspectos morfológicos, como as classes de palavras, e sintácticos, como os sistemas casual e preposicional, que a análise contrastiva vai evidenciando serem processos gerais de funcionamento das línguas. Trata-se, portanto, de uma

[11] Talvez tenha sido esta autoridade do latim, enquanto modelo de organização de todas as línguas, que esteve na base do racionalismo gramatical, conforme nota Lia Formigari: "It is perhaps worth noting that all the great Renaissance grammars claiming to be investigations of the 'causes', i. e. of the intrinsic rationality and consistency of languages (such as Scaliger's *De causis linguae latinae* and Sanctius' *Minerva*) were in fact Latin grammars. Only by virtue of this self-imposed limit, could Scaliger, for instance, claim the title of science for his grammar" (1988: 46).

[12] Vd. as obras *Raizes da lingva latina* (Lisboa, 1621) e *Porta de lingvas* (Lisboa, 1623).

exposição de características universais das línguas vulgares, feita a partir da observação contrastiva com o latim.

• O propósito predominantemente pedagógico e a ele adstrito o ensino do vernáculo, propedêutico do de latim.

Afirmar-se, como fez Verney, ter sido "no século passado [isto é, século XVII], que ressuscitou este método de ensinar a Gramática da própria língua" (1949 [1746]: I, 32) é, sem dúvida, generosa concessão à sanha antijesuítica, uma vez que, no século em apreço, retardou ainda entre nós a actividade dos gramáticos do português (cf. Verdelho, 1995: 21). Nem as reformas de Amaro de Roboredo, que, no dizer do latinista J. V. Gomes de Moura, "erão (...) tão attendidas como os vaticinios de Cassandra" (1823: 354), nem o movimento das ideias linguísticas dos mestres de Port-Royal, que levou o seu tempo a manifestar-se[13], lograram aumentar o número de títulos relativos à gramática portuguesa. Enquanto as reflexões teóricas sobre o português são em grande parte accionadas pelas apologias linguísticas, e houve várias[14], só as experiências gramaticais de Amaro de Roboredo pontuam o espaço quase ermo da gramaticografia portuguesa, sobretudo se comparado com o campo de ensaio gramatical de outras línguas europeias. Da própria Espanha, apesar da vizinhança geográfica e cultural, não foi aproveitado o exemplo da significativa codificação gramatical do castelhano, assinada por autores nacionais[15]. Em contraste com as poucas gramáticas do vernáculo, note-se que, para além das obras directamente associadas à gramática latina do Pe. Manuel Álvares, saíram dos prelos, em primeira ou mais tiragens, compêndios gramaticais latinos dos seiscentistas Amaro de Roboredo, Domingos de Araújo, Pedro Sanches de Paredes, João de Castello-Branco e Frutuoso Pereira, todos esses compêndios, acrescente-se, escritos em português. Esta tendência para uma maior utilização da língua portuguesa na

---

[13] Note-se que os primeiros de Port-Royal ouvem-se, de forma ainda esbatida, em *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* (Lisboa, 1721), de Jerónimo Contador de Argote, e, já com maior volume de som, em *Arte da grammatica da lingua portugueza* (Lisboa, 1770), de António José dos Reis Lobato.

[14] Da fieira dos apologistas, destaque-se Manuel Severimde Faria com o discurso *Das partes que há-de haver na lingoagem para ser perfeita, e como a Portuguesa as tem todas e algũas com eminência de outras lingoas* (Évora, 1624).

[15] Refiram-se, como fundamentais, B. Jiménez Patón *(Institvciones de la gramatica española*, Baeza, 1614), Gonzalo Correas (*Arte de la lengua española castellana*, Salamanca, 1625) e o jesuíta Juan Villar (*Arte de la lengva española*, Valência, 1615). Apesar das diferentes trajectórias que cada um seguiu, dada a visão essencialmente prescritiva e normativa do último, e apesar da desigual fortuna do seu labor, já que a obra do primeiro é simples opúsculo, sem a sistematicidade do tratado de Gonzalo Correas, o pensamento gramatical dos três Autores insere-se no veio aberto pela obra do Brocense.

gramaticografia latina de Seiscentos deverá relacionar-se com as estratégias de simplificação gramatical, que começaram a pautar o ensino da língua desde o fim do século XVI, por influência das obras do francês Pierre de la Ramée e do espanhol Francisco Sanchez. Em Portugal, diversos gramáticos latinos de Seiscentos, como os citados Domingos de Araújo e Frutuoso Pereira, procederam segundo tais coordenadas na fixação das suas gramáticas latinas[16]. Mas coube primeiro a Amaro de Roboredo expô-las doutrinalmente nos longos prólogos dos seus *Methodo grammatical para todas as lingvas* e *Grammatica latina*. Manifestos de doutrina gramatical e textos de vincada originalidade no domínio ermo da reflexão linguística, as diversas etapas da didáctica da língua (cf. 1625: "Advertencia do exercicio desta arte") e a própria estrutura do manual de ensino têm aí o seu regimento. Ao propor um ensino gramatical por etapas progressivas, do simples para o complexo, e executar na análise sintáctica o programa de uma descrição pormenorizada e faseada dos factos da cadeia falada, em vista das regras gerais, o Autor manifesta a tónica da sistematização/simplificação gramatical, que passou a ser um traço metodológico inconfundível de afinidade entre as gramáticas da época.

Outra coisa é ainda de notar. Com todo este conjunto de reformas no ensino da língua, o humanismo dos Descobrimentos adquiriu nova feição ao dar de si a substituição da autoridade do idioma clássico pelas exigências da campanha expansionista relativamente ao uso do vulgar. Inversão de agulhagem na consciência de que os feitos da expansão ultramarina deveriam ter reciprocidade, quer na primazia do idioma pátrio sobre o latino, quer na defesa das línguas das terras descobertas, de que foi expressão a tradução parcial de *De institvtione grammatica libri tres* para japonês, na viragem do século XVI[17]. Sabe-se como os gramáticos renascentistas secundaram o impulso das medidas de D. Manuel em favor do ensino do português, que, logo no limiar do século, foi levado para África e para a Ásia, antes de chegar à América. Fernão de Oliveira e João de Barros participaram do programa das 'línguas companheiras do império', no trabalho de normatização do português e codificação do seu uso; mas a militância na defesa dos vernáculos assumiram-na os gramáticos seiscentistas ao serviço

[16] Vejam-se, nomeadamente, os prólogos das seguintes obras: *Grammatica latina. Novamente ordenada, e conuertida em portugues pera menos trabalho dos que começaõ aprender* (Lisboa, 1627), de Domingos de Araújo, e *Arte de gramatica, latina, portugueza, benedictina* (Lisboa, 1652), de Frutuoso Pereira.

[17] Manuel Álvares, *De institvtione grammatica libri tres. Coniugationibus accessit interpretatio Iapponica*, Collegio Amacvensi Societatis Iesv, 1594.

das novas realidades linguísticas que dimanavam dos Descobrimentos. A comparação com aquele ideário da cruzada linguística revela um diferencial evidente de problemas. Onde a hegemonia renascentista da máxima nebrijense foi de proveito à gramaticalização dos vernáculos, já em fase mais avançada da expansão seria o império a beneficiar do acolhimento favorável às realidades linguísticas extra-europeias. Onde uns assimilaram os ideais de expansionismo linguístico, outros reconheceram que, para melhor defesa desse interesse, a exposição gramatical havia de passar pelo caminho das línguas nativas. O argumento épico de que a língua é instrumento do império sofreu a intermediação do processo de aprendizagem das línguas de territórios do Oriente e do Ocidente como medida profiláctica de instaurar a comunicação para depois melhor se exercer o magistério. E daí o desembaraço com que missionários franciscanos e sobretudo jesuítas, agentes de ensino, fizeram da gramática latina o modelo das suas descrições gramaticais de línguas estranhas ao paradigma greco-latino e mesmo à família indo-europeia. Este novo programa gramatical anunciou-o Amaro de Roboredo em resposta ao tópico da "conservação, & dilatação de Fee, & Imperio":

> "A terceira commodidade [do *Methodo*] he ajuda da conservação, & dilatação de Fee, & Imperio. Porque reduzindo a lingua dos Barbaros, que se vão conquistando, ao mesmo Methodo para os domesticar: & cõmunicãdolhes pelo mesmo a nossa, facilmẽte se irão introduzindo apos a lingua as leis; & sobre as leis os costumes, q̃ per menos tempo aborrecerão; & sobretudo a doutrina Christaã, q̃ mais importa" (Roboredo, 2002 [1619]: a4 verso).

'Reduzir a língua dos bárbaros que se vão conquistando a método gramatical' significa poderem os idiomas de reinos extra-europeus receber a denominação de *línguas gramaticais* (categoria reservada às línguas cultas), marca de marginalidade no contexto da gramaticalização do nosso vernáculo, e também de originalidade numa perspectiva de relação emulativa com o português e o latim. Em lugar do desarreigo de tais línguas nativas, por força de outras tendências linguísticas hegemónicas, passa-se-lhes a ser conferida importância (também ao sabor da maré proteccionista do poder político), distinção qualitativa e individualidade que era preciso regular e ilustrar através de um estudo contrastivo com o português e o latim. Erguido o estandarte da "lingua dos Barbaros" em fase de expansão já consumada, como foi o século XVII, o processo humanístico de fixação dos vernáculos, mais do que companheiro do império, tornou-se um programa de acção para os idiomas exóticos (asiáticos, africanos e ameríndios),

doravante e até ao final da centúria na dianteira dos estudos gramaticais. Que os gramáticos seiscentistas houvessem assimilado a sugestão do espaço linguístico ultra-europeu e a problemática do confronto interlinguístico por ele destilada, não é estranho, nem surpreende a sua ampla vivência linguística na emergência de uma gramaticografia de idiomas não europeus. Conquanto já viessem detrás abordagens de tipo lexicográfico de línguas da Índia, as ideias de universalidade e racionalismo gramaticais, que dominaram a experiência gramatical de Seiscentos, caucionaram uma atmosfera receptiva às novas realidades linguísticas e ao contacto de idiomas asiáticos e ameríndios com as línguas eruditas e europeias. Em 1595, a gramática do Pe. José de Anchieta[18] e o famoso dicionário trilingue *latino lvsitanicvm, ac iaponicvm*[19] abrem o fluxo das publicações, a partir daí consolidando-se o momento decisivo da elaboração de instrumentos pedagógicos destinados a fixar o uso de tais línguas, dispositivos de aprendizagem que foram os dicionários, gramáticas e catecismos ou doutrinas. Para melhor se avaliar da importância desta produção linguística, que começou na Índia antes de chegar ao Brasil, passe-se a um rápido inventário de algumas publicações dessa trilogia de textos seiscentistas, com breves apontamentos factológicos para distinguir o campo das acções empreendidas no Oriente e no Ocidente, dois espaços completamente diferenciados do ponto de vista linguístico, cultural e histórico. Chegados a terras de Vera Cruz, os gramáticos missionários levavam um saber de experiência feito em meio século de evangelização no Oriente, mas o mundo e a humanidade que encontraram eram novos. Outros factos não houvesse, como os elevados padrões civilizacionais do gentio do Oriente, ou o estabelecimento da imprensa em Goa em meados de Quinhentos, que o Brasil só conheceu três séculos depois, bastaria, para bem avaliar desse diferencial, atentar-se na babel que era o território linguístico do Brasil, o que, além de impedimento à conversão, obstava à fixação gramatical[20].

---

[18] *Arte de gramática da lingua mais usada na costa do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933 [1ª ed. 1595].

[19] Trata-se do *Dictionarivm latino lvsitanicvm, ac iaponicvm ex Ambrosii Calepini volumine depromptum* (Amacusa, 1595). Levado a cabo sob a invocação do nome de Ambrósio Calepini, foi o primeiro dicionário impresso em língua japonesa, onde são cotejados o latim e o português com uma língua local, cuja tradição escrita não alfabética era desconhecida. Sobre este dicionário, vd. Verdelho, 1995: 450-458.

[20] O assunto foi tema de prédica para Vieira: enquanto no "Japão, onde há cinquenta e três reinos (...) a língua, ainda que desconhecida, é uma só"; enquanto na "China, império vastíssimo, dividido em quinze províncias, capaz cada uma de muitos reinos (...), a língua, ainda que desconhecida, é também uma"; no "Maranhão, posto que não tenha nome de império, nem de reino", os missionários "vêm pregar a gentes de tantas, tão diversas e tão incógnitas línguas, que só uma cousa se sabe delas, que é não terem número" (Vieira, 1959 [1674 -1748]: V, 413-414).

Comece-se pelo Oriente, onde, para além do tâmul e concani, o japonês prendeu a atenção dos gramáticos missionários até aos últimos anos da dinastia filipina (época em que o Japão se fechou ao contacto com Portugal), e depois também o anamita, a partir do meio do século, quando, estabelecidos os contactos comerciais com o reino da Cochinchina, os jesuítas se instalaram naquelas paragens.

• *Vocabvlario da lingoa de Iapam com a declaração em Portugues, feito por algvns Padres, e Irmaõs da Companhia de Iesv* (Nagasaqui, 1603).

Merece atenção este vocabulário, não apenas por ser o primeiro impresso da série de dicionários de línguas orientais, mas porque algumas reflexões dos textos prefaciais sobre a estratégia lexicográfica seguida e sobre a metodologia global adoptada na obra, assinalam um procedimento de rigor mais comum em obras da segunda metade do século.

• Do Pe. João Rodrigues são publicadas as duas célebres gramáticas de língua japonesa *Arte da lingoa de Iapam* (Nagasaqui, 1604) e *Arte breve da lingoa iapoa* (Amacau, 1620).

Embora presente o modelo da gramática latina, a *Arte breve* é normalmente destacada por uma originalidade em grande parte devida à síntese de duas tradições gramaticais diferentes, a latina e a japonesa, esta intimamente ligada à poética e à retórica. Sem alusões às partes da gramática, o Autor dividiu toda a informação gramatical em três livros, cujos assuntos menciona à abertura de cada um: o primeiro é de introdução ao estudo da gramática nipónica, sobre a ortografia e a prosódia, e, do lado das unidades significativas, vêm informações sobre a indeclinação dos nomes e a conjugação do complexo sistema verbal; o segundo livro, que trata de "Rudimenta, & partiçaõ das partes da oraçam, & da sintaxi breue pera começar a compor", é dos três o mais sintético e também o mais tributário da gramática latina em termos de visão contrastiva; finalmente, a descrição gramatical do terceiro livro é estilística, isto é, compósita de regras morfológicas e figuras da textura sintáctica, em vista da sua aplicação normativa na arte epistolar e na escrita, em geral.

• *Dovtrina christam em lingoa bramana canarim* (Rachol, 1622), do Pe. Tomás Estevão.

Foi o primeiro catecismo concani publicado em Seiscentos, que Tomás Estevão traduziu de uma popular cartilha de doutrina cristã e ordenou em forma de diálogo "pera ensinar os mininos". Esta obra figura a título de instrumento de ensino gramatical no "Cathalogo das Artes de Grammatica", manuscrito do

século XVIII, cujo mérito da descoberta e divulgação cabe a Justino Mendes de Almeida.

• Também do vernáculo de Goa, *Vocabvlario da lingoa da terra (canarim), composto pello Pe. Dioguo Ribeiro da Comp^a de Iesv*, manuscrito de 1626.

São vários os vocabulários manuscritos da língua concani, que se encontram em bibliotecas portuguesas e goenses. Destaca-se este de Diogo Ribeiro por ser o mais citado e o que maior número de cópias fez circular, provavelmente com títulos diferentes e nem sempre fáceis de distinguir entre si quando a autoria ou a direcção se escondem sob a designação genérica de "Padres da Companhia".

• *Declaracam da dovtrina christam (...) composta em lingoa bramana vulgar pello Padre Diogo de Ribeiro* (Rachol, 1632).

Nesta obra, que segue o método expositivo (forma de diálogo) e o essencial da doutrina do catecismo de Tomás Estevão, podem ler-se os juízos que o jesuíta português emitiu sobre a adopção de vocábulos hindus para designar realidades do cristianismo, através de um processo de adaptação de significados.

• *Arte da lingoa canarim composta pelo Padre Thomaz Estevaõ da Compnhia de Iesv* (Rachol, 1640), reeditada em 1857, por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.

Segundo se sabe, o concani foi o primeiro dos vernáculos da Índia a possuir uma gramática impressa no século XVII. Para além desta, relativa ao dialecto de Goa propriamente dito, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara fez sair em 1858 a *Grammatica da lingua concani no dialecto do Norte, composta no século XVII*. Em ambas as obras, o peso da tradição gramatical latina percebe-se logo nos termos com que tanto Tomás Estevão, como o autor anónimo da gramática do dialecto do Norte (menos afortunado editorialmente), abrem as gramáticas, reconhecendo explicitamente a sua divisão em três partes: a ortografia/prosódia, a etimologia e a sintaxe.

• *Dictionarivm annamiticvm lvsitanvm, et latinvm* (Roma, 1651).

Trata-se de um dicionário de anamita - português - latim, elaborado, segundo tudo leva a crer, pelo Pe. Gaspar de Amaral, embora publicado sob a autoria do jesuíta francês Alexandre de Rhodes. Ao que parece, a redacção da parte anamítica e da parte portuguesa coube, respectivamente, a Gaspar de Amaral e António Barbosa. Em momento posterior, terá sido acrescentada a tradução latina, da responsabilidade de Alexandre de Rhodes, segundo as informações do preâmbulo "Ad lectorem", por si assinado.

• A um vinténio do fim do século e a fechar o rol das obras lexicográficas conhecidas, é publicado postumamente o *Vocabvlario tamvlico com a significaçam portvgveza* (Malabar, 1679), de Antão de Proença.

A apresentação, justificação e metodologia da obra são expostas pelo Autor num texto prefacial dirigido "Ao leitor pio e zeloso": "porque o vocabulario de hũa lingoa hê principal ajuda, pera consiguimento della" e porque "todos desejam o da lingoa tamulica", dispôs-se o Autor a servir a "todos aquelles, que mouidos do zelo da saluaçam das almas, se applicam a o estudo da lingoa talulica".

Para concluir, algumas referências à actividade linguística no Ocidente.

• *Catecismo na lingoa brasilica, no qval se contem a svmma da doctrina christã. Com tudo o que pertence aos mysterios de nossa sancta fè & bõs custumes* (Lisboa, 1618), de António de Araújo, reeditado em 1686 por Bartolomeu de Leão.

Este catecismo tupi é encabeçado por "Advertencias pera a pronvnciaçam da lingoa conteuda neste liuro", que depois o Pe. Bartolomeu de Leão ampliou numa descrição compósita de articulação de sons, regras ortográficas e traços fonéticos. Mais um exemplo do nítido aproveitamento gramatical deste diálogo de iniciação cristã é o facto de utilizar, como a grande maioria dos catecismos, o registo bilingue (língua indígena/português ou latim) na exposição dialogada, constituindo, desta feita, objecto de leccionação linguística e doutrinária das populações nativas, ao mesmo tempo que manual para o missionário estudioso da língua estrangeira.

• No âmbito da lexicografia, por várias que sejam as notícias de listas ou glossários de palavras das línguas indígenas, certeza só a da existência da relação *Nomes das partes do corpo humano, pella lingua do Brasil* (São Paulo, 1937 [manus. de 1613]), de Pero de Castilho, e do *Vocabulario na lingua brasilica* (São Paulo, 1938 [manus. de finais do século XVI]), de Leonardo do Vale.

Tem este a natureza de léxico global da língua brasílica, ordenado do português para o tupi, que se incluiria na categoria de dicionário geral, quantificando-se em 5.000/6.000 o número de entradas; o primeiro é um vocabulário temático, de escassas quatro centenas de entradas de nomes e locuções do campo semântico do corpo humano. Dado que a própria lexicografia é condicionada por elementos diferenciadores das línguas em confronto, instrumentos de trabalho como estes seriam os mais configuradores das novas realidades oferecidas ao homem europeu, no que toca à identificação dos referentes do mundo extralinguístico. Terão, assim, proliferado listas vocabulares, colecções e glossários de palavras, hoje desconhecidos se porventura existiram como vocabulários. Talvez por isso seja grande o desfasamento entre as informações que a esse respeito se colhem e o espaço vazio, só tardiamente pontuado, da

produção editorial, também em contraste evidente com a lexicografia da área espanhola, nomeadamente no que toca ao guarani.

• *Arte da lingva brasilica* (Lisboa, 1621), do Pe. Luís Figueira, reeditada em 1687 com o título *Arte de grammatica da lingua brasilica.*

Entre a primeira gramática do tupi, da autoria de José de Anchieta, e a congénere do alentejano Luís de Figueira, o intervalo cronológico de vinte e seis anos (ou mais se se considerar a circulação manuscrita daquela desde meados de Quinhentos), é igualmente mensurável em distância epistemológica. As diferenças quantitativas e qualitativas são as que separam a miscelânea gramatical da *arte* sistematizada conforme o modelo clássico do género. Enquanto o modelo de Anchieta foi o elenco de compêndios dos Pastrana, Nebrija, Estevão Cavaleiro, Jerónimo Cardoso, Despautério (para só citar alguns de entre os maiores), que ocuparam o espaço escolar português da primeira metade do século XVI (cf. Verdelho, 1995: 55 e ss.), os gramáticos missionários da era seguinte escreveram tendo à vista ou na memória aquela corrente humanística e, por outro lado, a geração de textos gramaticais do último meio de Quinhentos, "que elaboraram a síntese de uma intensa actividade gramaticográfica e de uma considerável experiência escolar" (Verdelho, 1995: 79).

• De línguas africanas, cujos primeiros textos e gramáticas apareceram no século XVII, conhecem-se as seguintes obras, utilizadas na alfabetização dos escravos negros do Brasil: a *Doutrina christaã. Composta pelo P. Marcos Iorge da Companhia de Iesv (...). De nouo traduzida na lingoa do Reyno do Congo, por ordem do P. Mattheus Cardoso* (Lisboa, 1624); o catecismo *Gentio de Angola svfficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta fe (...). Redvsida a methodo mais breve pello Padre Antonio de Couto* (Lisboa, 1642); e do Pe. Pedro Dias, a *Arte da lingva de Angola, oeferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, mãy e senhora dos mesmos pretos* (Lisboa, 1697), obra onde é bem visível a presença da gramática latina. O compromisso entre uma regulamentação nova e a *constructio* latina deu lugar à apresentação de um conjunto de regras sintácticas do *corpus* alvaresiano, depois aplicadas à estrutura frásica do quimbundo.

• Sobre o quiriri, uma das muitas línguas indígenas do interior brasileiro menos acessível, foram publicados o *Catecismo da doutrina christãa na lingua brasilica da nacão kiriri* (Lisboa, 1698) e um ano depois a *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam kiriri* (Lisboa, 1699), ambos do Pe. Luís Vincêncio de Mamiani.

No prólogo desta gramática, o Autor recorre a um típico lugar de *refutatio* para captação da benevolência do leitor: "Naõ duvido q̃ faltaráõ algumas

propriedades mais secretas, & algũas regras mais recõditas, q̃ naõ se puderaõ ainda alcançar; mas pareceme q̃ nas regras geraes, q̃ aqui se apontaõ, não haverá erro. Porẽ quãdo o houvesse, não he para se estranhar em hũa lingũa (...) q̃ não tẽ livros, por onde se aprẽda". A inexistência de livros ou a não-gramaticalização, pecha maior que pesava sobre as línguas ameríndias, leva o Autor a seguir o modelo da estruturação das matérias em duas grandes secções de ortografia/ etimologia e sintaxe/construção das oito partes da oração. Mas note-se que, embora as lições gramaticais viessem da experiência europeia, dela tirou o gramático o saber teórico necessário para deferir chancela às novidades linguísticas.

Referências bibliográficas

Arnauld, A. e C. Lancelot, 1993 [1660]. *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*, Genève, Slatkine Reprints [outras ediçoes: 1969, Préface de Michel Foucault, Paris, Repuplications Paulet; 1997, Présentation de Jean-Marc Mandosio, Paris, Allia].

Belo, Fernando, 1991. *Epistemologia do sentido*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Calafate, Pedro, 2002. "Gramática e filosofia", Pedro Calafate (dir.) *História do pensamento filosófico português – As Luzes*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 233-245.

Cardoso, Simão, 1994. *Historiografia gramatical (1500-1920)*, Anexo VII da Revista da Faculdade de Letras do Porto, Porto.

Carvalho, J. G. Herculano de, 1984. *Pequena contribuição à história da linguística*, Coimbra, Editora Coimbra.

Chomsky, Noam, 1969 [1966]. *La linguistique cartésienne*, trad. fr. de N. Delanoë e D. Sperber, Paris, Seuil.

Descartes, Réne, 1990 [1637]. *Discurso do Método* e *Tratado das Paixões da Alma*, 16ª ed., Tradução, prefácio e notas de Newton de Macedo, Lisboa, Liv. Sá da Costa.

Duarte, Inês, 1998. "Chomsky e Descartes: o uso estratégico de um argumento cartesiano e a fundação das ciências da cognição", Leonel Ribeiro dos Santos, Pedro M. S. Alves, Adelino Cardoso (coord.) *Descartes, Leibniz e a Modernidade*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 547-561.

Formigari, Lia, 1988. *Language and experience in 17 th-century british philosophy*, Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

Gómez Asencio, J. J., 1981. *Gramática y categorías verbales en la tradición española (1771-1847)*, Salamanca, Ed. Universidad de Salamanca.

Joly, André, 1977. "La linguistique cartésienne: une erreur mémorable", André Joly e Jean Stefanini (org.) *La grammaire générale. Des modistes aux idéologues*, Lille, Presses Universitaires de Lille, pp. 165-199.

Lopes, David, 1969 [1936]. *Expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*, 2ª ed. revista, prefaciada e anotada por Luís de Matos, Porto, Portucalense Editora.

Melo, D. Francisco Manuel de, 1962 [1721]. *A visita das fontes*, Apólogo dialogal terceiro, Ed. fac-similada e leitura do autógrafo (1657); introdução e comentário por Giacinto Manuppella, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis.

Moura, J. V. Gomes de, 1823. *Noticia succinta dos monumentos da lingua latina, e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade.

Ponce de León, Rogelio, 2002. "O Brocense na teoria gramatical portuguesa no início do século XVII", *Línguas e Literaturas*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II Série, Vol. XIX, Porto, pp. 491-520.

Rivara, J. Heliodoro da Cunha, 1868. *Catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborense*, T. II, Lisboa, Imprensa Nacional.

Roboredo, Amaro de, 2002 [1619]. *Methodo grammatical para todas as linguas*, Ed. de Marina A. Kossarik, Lisboa, INCM.

_____, 1625. *Grammatica latina. Mais breve, e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras*, Lisboa, officina de Antonio Alvarez.

Rosier, Irène, 1983. *La grammaire spéculative des Modistes*, Lille, Presses Universitaires de Lille.

Sánchez, Francisco, 1995 [1587]. *Minerva o De causis linguae latinae*, Introducción y edición E. Sánchez Sabor, C. Chaparro Gómez, Cáceres, Universidad de Extremadura [vd. também edição de 1976, Introducción y traducción por Fernando Riveras Cárdenas, Madrid, Ed. Cátedra].

Springhetti, Emilio, 1960-61. "Storia e fortuna della grammatica di Emmanuele Alvares, S. J.", *Hvmanitas*, Vols. XIII-XIV, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 283-304.

Verdelho, Telmo, 1995. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*, Aveiro, Instituto Nacional de Investigação Científica.

Verney, Luís António, 1949 [1746]. *Verdadeiro método de estudar*, Edição organizada pelo Prof. António Salgado Júnior, Vol. I (Estudos linguísticos), Lisboa, Liv. Sá da Costa.

Vieira, Antonio, 1959 [1679-1748]. *Sermões*, Vol. V, Prefaciado e revisto por Rev. Padre Gonçalves Alves, Porto, Ed. Lello & Irmão.

"Historiografia menor" da questão ortográfica em Setecentos:

Proposta que fez o Pe. João Bautista de Castro aos eruditos da Corte de Lisboa

Maria Filomena Gonçalves
Universidade de Évora

1. Tal como na historiografia linguística em geral, na história das ideias ortográficas em Portugal muitas são as figuras e os tópicos ainda por resgatar, afirmação tanto mais acertada quanto se sabe que, nos arquivos e bibliotecas, se ocultam muitos manuscritos cujo estudo talvez permitisse elucidar inúmeras lacunas relativas ao descompasso entre o discurso normativo, inerente aos textos gramaticais e a outros não menos codificadores, e a produção espontânea, isenta ao crivo regulador dos manuais ortográficos e semelhantes[1]. Com efeito, conhecidos os principais autores do discurso metaortográfico português, não são poucos os episódios que caberiam no âmbito de uma "historiografia menor" da ortografia portuguesa, para a qual se pretende contribuir com estas notas. Contida entre os papéis arrolados no códice CXII/2-7 da Biblioteca Pública de Évora, a *Proposta do Padre João Bautista de Castro aos eruditos da Corte de Lisboa*, por um lado, traz à luz um episódio inédito do academismo setecentista, e, por outro lado, demonstra a forma como a elite portuguesa debatia a questão ortográfica em instâncias não circunscritas à expressão canónica, a saber, as ortografias e as gramáticas.

[1] Sobre problemas relativos à escrita e à leitura no século XVII, vide: Rita Marquilhas (2000).

1.1. Os manuscritos

Identificado como *Peculio VII do Pe. João Bautista de Castro ou Collecção de Varios Papeis Curiosos Proprios e Alheyos*, o códice CXII/2-7 da Biblioteca Pública de Évora inclui três textos em que se trata de ortografia: no fólio 421 aparece a *Proposta que fez o Padre João Bautista de Castro aos eruditos da Corte de Lisboa*; nos fls. 422 a 423, a *Reposta do Marquez de Valença*; nos fls. 424 a 425, a *Reposta do Exm° Conde da Ericeira*. Este último texto é o único a apresentar, além de assinatura, uma data: 26 de Novembro de 1737. Da comparação da letra e da assinatura com as existentes em outros documentos do Conde tratar-se-á de um manuscrito autógrafo. Todavia, a julgar pela tinta, pela letra, pela nitidez e pela força do traço, os cabeçalhos colocados, a modo de título, na resposta do Conde da Ericeira e na do Marquês de Valença foram, sem dúvida, escritos por mão distinta, visto a letra não coincidir com a do Conde, nem, tão-pouco, com a do Marquês. Assim sendo, os cabeçalhos terão sido apostos por mão distinta das que redigiram os três textos. Na falta de outra datação, a resposta do Conde Ericeira permite situar a "Proposta feita pelo Padre João Bautista de Castro aos eruditos da Corte de Lisboa" em 1737.

1.2. Os intervenientes e o *clima de opinião* da época

Identificados os intervenientes na consulta, traça-se, de seguida, o *clima de opinião*[2] da época. É de realçar que nenhum deles é propriamente uma figura menor da sociedade portuguesa da primeira metade do século XVIII, porque os três se notabilizaram na vida cultural e política do país, na transição de Seiscentos para Setecentos. O autor da Proposta aos eruditos da Corte de Lisboa, o Padre João Bautista (doravante Baptista) de Castro, celebrizou-se sobretudo como autor do *Mappa de Portugal*, publicado entre 1745 e 1758, obra na qual compilou notícias históricas, geográficas, económicas e etnográficas sobre todas as regiões do país[3], constituindo por isso um relevante documento sobre o Portugal

---

[2] Forjado por K. Koerner, o conceito é exposto e aplicado em várias dos seus estudos no campo da historiografia linguística. Serve para referir o estado do conhecimento, as opiniões ou perspectivas predominantes na sociedade e nos círculos detentores da ciência. Vide, por exemplo: K. Koerner (1989).

[3] Dividida em cinco partes, a obra é publicada com o seguinte título: *Mappa de Portugal. Parte I. Comprehende a situação, etymologia, e clima do reino; memoria de algumas povoações que se extinguiram: descripção circular; divisão antiga e moderna. Montes, rios, caldas, fertilidade, mineraes, moedas, lingua, genio e costumes portuguezes* (Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1745); *Parte II. Contém a origem e situação dos primeiros povoadores da Lusitania; entrada e dominio dos Fenices, Carthaginezes, Romanos, Godos, e Mouros; erecção da monarchia portugueza, e as principaes acções de seus augustos monarchas, rainhas, principes, e infantes; governo da Casa*

setecentista. Era natural de Faro e viveu entre 1700 e 1775[4]. Também deixou outras obras impressas e manuscritas nos domínios da Literatura, da Retórica[5], da História e da Teologia. Pela data da Resposta do Conde Ericeira, a proposta ortográfica terá sido escrita quando Baptista de Castro rondava os 37 anos.

Não menos salientes, no panorama intelectual de então, eram os "eruditos da Corte de Lisboa", autores das duas respostas que acompanham, no códice eborense, a proposta do Padre João Baptista de Castro. O Conde Ericeira é D. Francisco Xavier de Menezes, o célebre 4º conde da Casa dos Ericeiras, que viveu entre 1673 e 1743, e em cuja livraria, no ano 1717, foi instituída a chamada "Academia Portuguesa", frequentada pela fina flor da *inteligentsia* nacional, na qual eram debatidos temas da literatura portuguesa. De acordo com Fernando Castelo-Branco[6], a Academia Portuguesa, mais do que uma academia autónoma, seria, na verdade, o ressurgimento da Academia dos Generosos, a cujo concurso literário ali se dava continuação, sob o nome de Conferências Eruditas e Discretas[7]. Além da literatura, eram versados vários temas relativos à língua portuguesa[8], como se conclui das *Prosas Portuguezas*[9] (1728), do Pe. Rafael

---

Real; e outras noticias politicas (Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1746); *Parte III. Tracta do estabelecimento e progressos da religião em Portugal; das ordens militares que n'elle existem, e das que se extinguiram; de todas as ordens religiosas e mais congregações; com a expressão dos conventos e mosteiros que tem cada uma, e annos das suas fundações; pontifices e cardeaes portuguezes; varões insignes em sanctidade e virtude: reliquias notaveis; e imagens milagrosas* (Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1747); *Mostra a origem das letras e universidades n'este reino; os escriptores mais famosos que têem havido em todo o genero de litteratura; o Militar, com os presidios e forças de mar e terra; os varões mais insignes em armas; e algumas victorias assignaladas, que os portuguezes têem alcançado de varias nações* (Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1749); *Parte V. Recopila em taboas topographicas as principaes povoações da provincia da Extremadura; e descreve as partes mais notaveis da cidade de Lisboa, antes e depois do grande terremoto* (Lisboa, Francisco Luis Ameno, 1758). A obra voltou a ser impressa nos anos de 1762 e 1763, revista e aumentada pelo autor, com o título de *Mappa de Portugal antigo e moderno*, tomos 1, 2 e 3 (Lisboa, Francisco Luis Ameno).

[4] Cf. Inocêncio Francisco da Silva (1859: 300-302).

[5] No domínio da retórica e da oratória já havia publicado o *Espelho da Eloquencia portugueza, illustrado pelas exemplares luzes do verdadeiro sol da elegancia, o veneravel Pe. Antonio Vieira* (Lisboa, Off. de Antonio Pedroso Galrão, 1734). Vide: Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e Teorização Literária em Portugal*, 1973, pp.341-376 e pp.677-682. Em outro códice eborense, existe, do mesmo autor, um tratado de retórica.

[6] Cf. João Palma-Ferreira *Academias Literárias dos Séculos XVII e XVIII* (1982: 31-38).

[7] Cf. *Ibid.*, p. 34: "(...) sucedâneas da academia dos Generosos, tiveram o seu livro de assentos, pelo qual se pode verificar que foram iniciadas em 12 de Fevereiro de 1696, tendo como secretário o conde da Ericeira e dedicando particular atenção às questões filosóficas, aos problemas matemáticos e também às palavras da língua portuguesa, ó que representa já uma atitude académica bem diferenciada da que presidira aos destinos dos Singulares e dos Generosos".

[8] Vide: Maria Filomena Gonçalves (2002a).

[9] Vide: Maria Filomena Gonçalves (2002b).

Bluteau (1638-1734), um dos mais brilhantes intervenientes naquele círculo académico. Acerca dos propósitos das ditas conferências, realizadas na biblioteca do Conde (nas suas casas do Cunhal das Bolas, sita ao Bairro Alto), lia-se no formulário do "livro de assentos", reproduzido por aquele Padre teatino:

> *Como a lingua Portugueza naõ cede na elegancia a alguma das viventes, pareceo aos scientes de Lisboa, que como propria e eloquente, era digna do seu estudo, e capaz da sua applicação: assentaraõ juntarse aos Domingos em a Livraria do Conde da Ericeira, a quem elegeraõ Secretario, e conferirem em materias scientificas, reduzidas a fórma Academica, e tratadas em discursos, e Dissertações na exposição critica dos melhores Authores, em questoens Filosoficas, e problemas Mathematicos, em metros a varios assumptos, e sobre tudo em palavras da lingua Portugueza, ou já introduzidas com significaçaõ propria, ou já antiquadas, ou ainda naõ admittidas. Examinaraõse os mais estimados Escritores da lingua, a necessidade, que havia de algumas vozes estranhas, para que nos faltavaõ nomes proprios, e sobre tudo o uso, que he o melhor arbitro, a etymologia, e analogia, a pronuncia, a Orthografia, e Grammatica.*
>
> *Propoem o Padre D. Rafael Bluteau, Clerigo Regular Theatino, algumas palavras, que achou duvidosas para o Vocabulario, que doutamente compoem da lingua Portugueza; daõse em huma Conferencia, para resolverse em outra; votase sem preferencia, e cada hum defende a sua razaõ, e se assenta pelo mayor numero de votos, que regula o Secretario.*
>
> *Na sua primeira Conferencia se mandaraõ fazer tres Discursos sobre a lingua, e os compuzeraõ eruditamente o conde de Villarmayor, o Padre D. Rafael Bluteau, e Luiz do Couto Feliz; recitaraõse na segunda Conferencia de 19. De Fevereiro.* (Bluteau, 1728: 1-2).

É de realçar que no cenáculo de Ericeira germinaram, entre 1717 e 1720, outros círculos similares[10], com destaque para a Academia Real da História Portuguesa, instituída a 8 de Dezembro de 1720. Ampliando a biografia de D. Francisco Xavier de Meneses, acrescente-se que era dado ao estudo da matemática e das humanidades, preferências que decerto justificam os domínios glosados nas conferências; tinha, porém, particular predilecção pelas línguas estrangeiras, sobretudo a francesa, a italiana e a espanhola, tendo traduzido

[10] Cf. Joaquim Veríssimo Serrão (1974: 60-61).

para português a *Arte Poética* de Boileau, numa evidente tentativa de arejar as ideias e as práticas literárias em Portugal. Sem contar ainda com vinte anos de idade, já presidia o conde à Academia dos Generosos; foi depois director e censor da Academia Portuguesa de História, fundada sob protecção de D. João V. Notabilizado como homem dos mais cultos em Portugal, mesmo além-fronteiras, chegou a ser membro da Academia da Arcádia de Roma e da Real Sociedade de Londres. Segundo informações da época, engrossou substancialmente a livraria herdada dos antepassados, estimando-se em cerca de 15.000 o número das obras coleccionadas no Palácio do Largo da Anunciada, destruído no terramoto de 1755. Correspondeu-se com importantes literatos de toda a Europa e a sua reputação chegou à Rússia, cuja Academia contribuiu para a Livraria do Conde com várias remessas de livros.

Pela datação, o Marquês de Valença, autor de uma das respostas à Proposta de Baptista de Castro, deverá ser D. Francisco de Portugal e Castro, 2° marquês da sua linhagem. Dele saíram impressas, entre 1738 e 1748, várias orações académicas de natureza histórica e literária. De acordo com a nota acrescentada no fólio 425, outros eruditos da corte ter-se-iam igualmente manifestado a respeito da proposta ortográfica do Padre João Baptista de Castro, mas delas não se achou rasto no códice eborense. Seriam seus autores Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos[11], Luiz Borges de Carvalho e Francisco de Pina e de Melo[12], dos três o mais relevante em matéria pedagógica, visto ter participado na chamada polémica verneiana[13].

Traçada sumariamente a biografia dos autores dos textos incluídos no códice eborense, importa descrever o estado da questão ortográfica nos inícios de Setecentos. Como se viu antes, na transição de Seiscentos para Setecentos o movimento académico registou grande actividade, embora nenhum desses

---

[11] Segundo Inocêncio Francisco da Silva (1859: 358), "era natural da Torre de Moncorvo, em Trás-os-Montes, onde nasceu em 1670. Passou em Hespanha grande parte da sua vida, depois de soffrer na patria algumas perseguições, cujo motivo não se declara; e m. em Salamanca em 1747, segundo diz o P. João Baptista de Castro, no Mappa de Portugal".

[12] Cf. Inocêncio Francisco da Silva (1859: 33): "Moço Fidalgo da Casa Real, n. na villa de Monte-mór o velho, a 7 de Agosto de 1695. (...) Cursou na universidade de Coimbra as cadeiras de Philosophia e Canones, sem que comtudo chegasse a formar-se em alguma d'estas faculdades. Cultivando com indefessa applicação todos os ramos das sciencias, artes e litteratura, póde ser de justiça considerado como um dos homens mais notavelmente eruditos entre os portuguezes da sua edade".

[13] Em 1752 publicou a *Balança intelectual, em que se pezava o merecimento do «Verdadeiro Método d'estudar»* (Lisboa, Na Offic. de Manuel da Silva). Sobre a polémica e a intervenção de Pina e Melo, vide: Andrade (1964; 1965): "A polémica verneiana". *As Grandes Polémicas Portuguesas*, vol. Lisboa, 279-331.

círculos pudesse substituir-se a uma Academia oficial. Por volta de 1737, na falta de uma instuição que ditasse exemplo e lei em matéria ortográfica, o assunto estava confiado a gramáticos, ortógrafos e lexicógrafos, e bem assim aos escritores e seus impressores, cuja intervenção neste ponto não deverá ser desvalorizada. De facto, à data da Proposta do Pe. Baptista de Castro, não eram poucas as obras destinadas à definição de uma norma gráfica para o português. Dada a opulência da Livraria do Ericeira, é de supor que todas elas, conquanto não as cite na resposta ao Padre João Baptista de Castro, ajudassem a preencher as estantes, sendo por isso conhecidas tanto do Conde como dos frequentadores da sua Casa. Da produção linguisticográfica em geral, até à década de 30 do século iluminado, sobressaem nomes de figuras próximas não só de João Baptista de Castro como também dos eruditos da corte. Entre essas figuras, contam-se por exemplo D. Jerónimo Contador de Argote, que em 1721 dera à estampa as *Regras da Lingua Portugueza, Espelho da Latina*, substancialmente ampliadas em 1725, e D. Rafael Bluteau, cujo *Vocabulario Portuguez e Latino* viera à luz entre 1712 e 1721, seguido do *Supplemento* (1727-1728), em dois volumes, ou, ainda, Luís Caetano de Lima[14], que em 1736 publicara uma *Orthographia da lingua Portugueza*. Mas em Livraria de tal porte não deveriam faltar muitos dos espécimes da linguisticografia portuguesa, da mais antiga à mais recente, a saber: Fernão de Oliveira (1536); João de Barros (1540); Jerónimo Cardoso (1569/70), Pêro de Magalhães de Gândavo (1574), Duarte Nunes de Leão (1576 e 1606), Agostinho Barbosa (1611); Amaro de Roboredo (1619 e 1623); Manuel Severim de Faria (1624); Domingos de Araújo (1627), Álvaro Ferreira de Vera (1631); Bento Pereira (1666); Pedro de Poiares (1667); João Franco Barreto (1671); António da Silva Álvares (1715); António Franco (1716), Andrade de Figueiredo (1722), para nomear alguns, excluindo o grosso dos relacionados com a abundante produção em latim ou mesmo bilingue[15].

2. A *Proposta*

Atente-se então no conteúdo da *Proposta feita pelo Padre João Bautista de Castro aos eruditos da Corte de Lisboa*, sintetizada pelo Autor nos seguintes termos:

[14] Vide: Gonçalves (1991: 263-273).

[15] Cf. referências incluídas em anexo a este texto.

> *Excitou-se entre certas pessoas curiozas este Problemas: Qual seria mais acertado método na Lingua, e Orthografia Portugueza ? Manter as suas dicçoens dentro da etymologia das Latinas, ou expressallas pelo rigor da pronunciaçaõ ?*

Trata-se, na verdade, da velha discussão, herdada dos Antigos, sobre se a ortografia deveria ancorar-se no princípio fonético ou no princípio etimológico, confrontado-se, portanto, a visão fonocentrista do sistema gráfico, valorizadora da relação fónico-grafemática, com a visão historicista, segundo a qual o vínculo genético com a matriz não só era prestigiante como constituía um distintivo das línguas aparentadas[16]. Verdadeiro tópico da doutrina metaortográfica quinhentista, o debate em torno da predominância de um desses princípios desenrolou-se quase ininterruptamente, em Portugal, até ao século XX. Sem verter doutrina própria, nem aludir a quaisquer ortógrafos portugueses, a consulta do Padre João Baptista de Castro aos eruditos da Corte está longe de resumir a questão à escolha da etimologia ou da pronúncia como princípio regulador da ortografia portuguesa. Reunindo os argumentos dos partidários de uma e de outra, a etimologia sai amparada no vínculo genético com a língua-mãe mas também no uso dos eruditos de outras nações:

> (...) *sendo a Lingua Portugueza filha da Latina, tanto seria mais perfeyta, quanto fosse mais parecida a sua Mãy: que pela experiencia se tem visto, ser mais agradavel, e mais perceptivel aos eruditos de todas as Naçoens, aquela Lingua que menos dista do Latim: que só esta fixa base pode establecer* [sic], *acreditar, e fazer universalmente agradavel, e conhecida a Lingua Portugueza: que dizer se tem suavizado algũas palavras no desvio da Princeza das Linguas, he asseveraçaõ pouco solida: que se o uso empenhado em desfigurallas, houvesse cooperado a mantella em suas origens, he sem duvida gostaria dellas, e lhe pareceriaõ suavissimas: que por este principio em vez de suave parece ridiculo, e rustico escrever afecto, e naõ affecto: fosforo, e não phosphoro: Monarquia, e naõ Monarchia etc. porque destituidas da sua graça, ou despojadas da sua galla nativa, fazem dissonancia grande, e abrem a porta, a hũa total Anarchia, ou desgoverno.*

[16] Vide: Gonçalves (2003).

Já a pronúncia sustenta-se na doutrina dos ortógrafos portugueses, como se observa no trecho seguinte:

> *Os da parte contraria se fundavaõ na doutrina de todos os Ortografos Portuguezes, que dizem (...), que a principal regra da nossa Lingua, he escrever da mesma forma que fala, sem acrecentar consoantes ociozas, como fazem os Francezes, e Inglezes: e que supposto seja Latina a palavra, como nós a avocamos á nossa Lingua, fica perdendo a sua pureza, e a devemos escrever a nosso modo.*

À necessidade de resolver a indefinição ortográfica, tão prejudicial ao exercício literário, estava subjacente também um certo sentimento patriótico, dado que a consulta do padre João Baptista de Castro tinha por viseira a *demonstraçaõ do melhor, em beneficio da Patria, e exercicio Literario*. Daqui se conclui que o Autor não toma partido, nem propõe aos eruditos da Corte um sistema concreto, sendo de supor que deles esperava uma decisão vinculativa.

Na sua resposta, reconhecendo embora a dificuldade da matéria (1), o Marquês de Valença aponta um horizonte de retrospecção (2), valoriza a relação genética entre o português e o latim (3), destaca os exemplos francês e italiano (4), remetendo, por último, para o modelo dos autores portugueses (5), como confirmam os excertos seguintes:

> *(1) na Orthographia naõ se pode dar conselho que naõ tenha contra si muitas objecçoens.*
>
> *(2) Quintiliano dis que a Orthografia se acomoda ao costume e se ele faz lei para obrar por que o naõ fara para escrever. (...) Este mestre se inclina a que os Latinos escreviaõ como falavaõ mas a inclinaçaõ deste Autor naõ deve ser certeza para nos.*
>
> *(3) Sendo pois a lingoa Portugueza filha da Latina, como se hade esquecer da Natureza que trouce do ventre de sua May, e conservou com o seu leite. A mayor duvida está em como como pronunciavaõ os Latinos, porque esta lingoa he morta há muitos seculos.*
>
> *(4) Os Francezes escrevem de huma sorte, e fallaõ de outra, os Italianos fallaõ como escrevem, quem se hade resolver com acerto. Huma naçaõ tem o magisterio das Artes, outra possui o morgado das letras. Senaõ he bom ter por inimigos os modernos que sera dos antigos, que nas sciencias saõ mais para temer os passados que os presentes.*

(5) A minha opiniaõ he que adonde há bons exemplos todos se podem seguir, vejamos para os imitar como escreveraõ Luis de Camoens, Joaõ de Barros, Antonio Vieyra, Fr. Luis de Sousa, e Jacinto Freyre, e se elles naõ conspiraõ do mesmo modo de escrever, causa ha relevante, e forçosa que os obriga a esta desuniaõ.

Contudo, quer se trate da pronúncia quer da etimologia, o princípio escolhido vê-se confrontado com o *costume*, que pode valer como lei, no esteio de Quintiliano; além disso, o recurso à pronúncia latina, devido às mudanças ocorridas, só agravava as reservas a respeito da pronúncia como critério normalizador da escrita.

Mais extensa, a resposta do Conde da Ericeira assenta também na análise das vantagens e desvantagens de cada um dos critérios em apreço. Assim, retomando a tradição quintiliana (*sic scribendum quomodo sonat*), eleva D. Francisco Xavier a pronúncia à condição de ideal de perfeição linguística, visto servir de elemento nivelador perante a variedade etimológica, aspecto ao qual se somava a mudança verificada no decurso do tempo, com as consequentes diferenças entre as formas modernas e as antecedentes:

A mim me parece que a mayor perfeiçaõ das Linguas he escrever da mesma sorte que pronunciaõ, os que fallaõ bem; porque assim se da huma regra geral, para que todos observem huma igual ortografia; pois as ethymologias, ainda das Lingoas mais doutas, sempre saõ distintas, e incertas, e se tem alterádo muito, havendo varias palavras portuguezas, que se derivaõ de outras Lingoas modernas, e naõ entroncam com a Latina, Grega, Arabiga, e Hebraica, senaõ depois que as naçõens menos antiguas beberaõ nas fontes, e alteraraõ a sua pureza natural.

A título de ilustração, parte para a indagação etimológica, afirmando:

(...) *Isto se vê, entre infinitos exemplos, na palavra Meza, que tiramos do Castelhano, naõ dizendo Mensa como os Latinos* (...).

A instabilidade gráfica era reforçada pelo uso, logo também pelas realizações orais, mesmo na Corte, tomada como referência linguística pelo Ericeira, apesar de o seu espelho linguístico e literário continuar a ser o Padre António Vieira:

> *(...) e o que he mais nas mesmas palavras, que sem duvida saõ corruptas pelo uzo, este se segue na palavra estamago, que sem exemplo de outra Lingoa, se pronuncîa assim na Corte, e naõ estomago, joelhos, e naõ giolhos. O Grande Vieyra, revendo os seus proprios Livros (a que so elle podia emmendar) se mostra com algum excesso inclinado ao uzo, dizendo donde imprimiraõ devoçaõ; lea-se devaçaõ, mas o primeiro ficou prevalecendo*[17].

Confrontados os elementos da tríade clássica – etimologia, pronúncia e uso – D. Francisco Xavier propõe um sistema de compromisso entre as dois primeiros, desde que a ambiguidade seja evitada. Exemplo desse enlace seria, para o Autor, o emprego do dígrafo <CH>, ora correspondente, em formas de origem greco-latina, a uma oclusiva velar, ora a uma fricativa palatal, em formas portuguesas, levando-o a discorrer sobre a realização daquele dígrafo, aspecto directamente relacionado com o problema da localização temporal do nivelamento entre a africada e a fricativa palatal. Pela descrição do Conde da Ericeira, bem pode afirmar-se que, se ainda não o admitia com carácter geral, já reconhecia, pelo menos, a "confusão" entre o valor fricativo de <X> e o antigo valor africado de <CH>. Mas, dada a existência de testemunhos bem anteriores, tal posição não é surpreendente[18]:

> *Eu estou taõ longe de decidir que sempre sigo a mediania, e assim fui de parecer, que todas as vezes que sem alterar as Letras da Latina, ou Grega, se podesse conservar a ethymologia, essa se seguisse: seja o exemplo Coro, e Monarquia, pois se escrever com a origem Choro, e Monarchia, farei huma exceiçaõ ao CH português, que tanto se equivoca erradamente com o .X., e que os Francezes pronunciaõ sempre brandamente, como os Portuguezes ao mesmo X, e os Italianos como o que português, pois nós o tomamos dos Castelhanos só nas ultimas silabas, como Pecho, Mucho, Despacho, Capricho, e Chocho, e poucas vezes nos principios das dicçoens.*

O segundo exemplo prendia-se com o dígrafo culto <PH>, a respeito do qual comenta:

---

[17] Ainda hoje, a forma antiga *estâmago* faz parte da linguagem popular; em Trás-os-Montes, por exemplo, *estamagado* significa "agoniado, cansado, fraco". Eduardo Faria (1858: 471) considera-a *ant. e hoje plebeo.*

[18] Para uma revisão pormenorizada de antigos testemunhos relativos à realização da africada palatal, vide: Luís Prista (1994: 183-226).

Seja outro exemplo Felipe, e Filosofia pois escrevendo assim os Italianos e Castelhanos nôs podiamos escrever sem erro Phelipe, e Philosophia porque todos sabem que o P. com o H., que he Letra grega, se pronuncîa como F. Latino; ainda que estes depois que o Emperador Claudio inventou esta letra parece que entenderaõ que necessitavaõ della, e a pronunciavaõ com mais aspereza.

As consoantes dobradas e as mudas constituíam o terceiro exemplo aduzido na resposta do Conde da Ericeira: nelas detecta o Autor enorme flutuação de pronúncia, não raro afectada devido a uma articulação forçada. Examinado este último caso, o Conde propõe uma hierarquia em que a pronúncia preceda a etimologia:

E conclûo com que assim nas Letras dobradas como em todas as outras he a pronuncia a regra principal, e as origens a segunda, pois os que fallaõ bem naõ deixaõ de exprimir o C. de affecto, e de exacto, e se ve nos melhores Poetas, que ainda assim saõ consoantes (...) de que se julga facilmente que naõ obriga a boa pronuncia, a esta afectaçaõ, que muitos exprimem culpavelmente na palavra observar, pronunciando com força o B, ha de exprimir-se sem fazer pauzas, e assim pode uzar-se na Ortografia desta e de outras palavras similhantes, sendo sem offensa da pronuncia.

Mas, também graças ao Conde da Ericeira, fica-se a saber que Alexandre de Gusmão teria redigido um tratado ortográfico[19], propondo algumas soluções em consonância com uma fonetização radical, como seria a supressão de <H> etimológico em início de palavra:

Na Academia Real donde esta questão se excitou, defendeo e compoz muito doutamente hum tractado Alexandre de Gusmaõ, taõ inteiramente declarado por esta parte que atè a palavra Homem quer se escreva sem H., como fazem os Italianos.

A referida Academia Real era a de História, fundada em 1720, como antes se disse. Dela era membro o citado Alexandre Gusmão (1695-1753), figura de

[19] Desse tratado não se encontrou rasto; provavelmente não terá chegado a ser impresso, embora tenha circulado em manuscrito entre os membros da Academia Real de História.

proa na vida política da primeira metade de Setecentos: nascido no Brasil, veio para Portugal em 1712; exerceu como ministro de D. João V, que lhe confiou várias missões diplomáticas; ingressou na Academia Real de História em 1732, instituição em que depois seria censor. De facto, a questão ortográfica não podia ser excluída das preocupações desta Academia, atendendo a que alguns membros produziram obras metaortográficas, destinadas à uniformização (qualquer que fosse o sentido desta), como fez o académico Pe. Caetano de Lima, cuja *Orthographia da Lingua Portugueza* saíra em 1736, e decerto seria conhecida tanto do Conde da Ericeira como dos demais autores de respostas dadas ao Pe. Baptista de Castro.

Quando se atenta no sistema particular de D. Francisco Xavier, nele se descobre a influência do Pe. Lima (como era conhecido na Academia Real de História), sobretudo no capítulo da acentuação gráfica: com efeito, Caetano de Lima era o ortógrafo que mais havia preconizado o emprego extensivo do circunflexo sobre <i> tónico, prática acolhida na resposta do Conde, deixando supor a influência daquele Autor; a isto acresce o facto de, a partir de certa altura, o sistema do Pe. Lima ter funcionado como modelo uniformizador para as publicações da Academia de História. Embora sem menção do nome do Pe. Caetano de Lima, é de crer que, sendo ambos académicos, a obra deste tenha influenciado as ideias e a prática gráfica do Conde. Decerto este não ignorava outras obras recentes: a de Madureira Feijó[20], publicada em 1734, nem, muito menos, a do Pe. Rafael Bluteau, que abrilhantara as Conferências Eruditas, realizadas na Livraria de sua Casa, e cujo *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1728), pela repercussão social alcançada, acrescida à muita consulta, servia igualmente de referência ortográfica. A parcimónia etimológica é outro aspecto em que a influência de Lima parece reflectir-se no sistema particular do Conde, um e outro bem distantes da profusão etimológica de Feijó, o mais pródigo de todos os ortógrafos na extensão do princípio etimológico.

Moderadamente favorável à etimologia e atento à variedade sociolectal dos que *fallão bem* e sem *afectaçaõ* na Corte, para reduzir a poligrafia derivada da variação etimológica, já que esta exigia o conhecimento das línguas antigas e modernas, subsidiárias da portuguesa, o Conde da Ericeira parece fixar o eixo do sistema na pronúncia, mas, com isso, também parece valorizar as realizações orais, facto de assinalar numa época em que a variação e a normalização[21], em

[20] Cf: Maria Filomena Gonçalves (1992).
[21] Vide: Marquilhas (2001: 112-113).

toda a sua amplitude, estavam no cerne da reflexão metalinguística, como o demonstram os inúmeros exemplos dos níveis diastrático, diatópico e diacrónico[22], arrolados por ordem alfabética, nas obras de Feijó e de Monte Carmelo, esta última já de 1767. Com efeito, se a consciência da variação se manifesta mais ou menos implicitamente na resposta do Ericeira, motivo por que o Autor confere um papel secundário à etimologia, não deixa de repercutir-se igualmente na Proposta de João Baptista de Castro, assim como na resposta do Marquês de Valença, estando essa estratificação linguística subjacente às referências aos que "falaõ bem", à Corte, aos cultos, aos escritores, aos "Ortografos Portuguezes", em contraponto a tudo o que parecesse "ridiculo, e rustico".

3. Conclusão

Além de mostrarem a preocupação com a norma gráfica nos inícios do século XVIII, época de intensa actividade codificadora, considerados em conjunto, os manuscritos aqui em apreço dão igualmente achegas para o conhecimento da amplitude social do assunto. Inseridos nas ideias ortográficas setecentistas, eles confirmam, por outro lado, aquilo que, de forma explícita, fica atestado nas gramáticas e ortografias, fontes canónicas do discurso normativo: que a questão ortográfica encerrava múltiplas dificuldades, e que por ela perpassava a consciência da variação linguística. Neste caso, os intervenientes não eram gramáticos nem ortógrafos, o que só vem reforçar a repercussão social do problema ortográfico.

Embora a *Proposta que fez o Pe. João Bautista de Castro aos eruditos da Corte de Lisboa*, à semelhança de tantos outros episódios da "historiografia menor" relativa à ortografia em Portugal, não tenha afinal avançado uma solução concreta, nem, tão-pouco, haja fornecido dados linguísticos relevantes, o seu interesse testemunhal não fica diminuído. Com efeito, em historiografia linguística, o resgate de figuras menores ou desconhecidas, bem como a releitura de fontes pouco exploradas, ignoradas até, prefigura a via adequada para o traçado de uma história menos pontuada de hiatos e de sombras. Só o rastreio de novas fontes, sobretudo manuscritas, bem como a sua disponibilização por meio de edição, ou em forma de base de dados, possibilitará uma reconstrução historiográfica capaz de ampliar o prisma redutor da habitual viseira codificadora ou normativa, trazendo à luz elementos de outras naturezas e procedências. Com o exemplo modesto dos textos contidos no códice eborense, julga-se ter demons-

[22] Vide: Werner Thieleman (2001: 51-97).

trado que a "escavação" de fontes, em bibliotecas e arquivos, ainda poderá render novas peças historiográficas, destinadas a completar o quadro histórico do discurso metaortográfico português.

Anexo 1 – Transcrição quasi-diplomática[23]

[fl. 421] Proposta q fez o P^e^. Joaõ Baut^a^. de Castro //
aos eruditos da Corte de Lix^a^.

Excitou-se entre certas pessoas estudiozas este Problema: Qual // seria mais acertado método na Língua, e Orthografia Portugueza ? Man-// ter as suas dicçoens dentro da etymologia das Latinas, ou expressallas // pelo rigor da pronunciaçaõ ?

Os que seguiaõ a 1^a^ p^te^. se fundavaõ nestas razoens: que sendo a // Lingua Portugueza filha da Latina, tanto seria mais perfeyta, q^to^. fosse // mais parecida a sua Mãy: que pela experiencia setem visto, ser mais // agradavel, e mais perceptivel aos eruditos de todas as Naçoens, aq^la^. Lingua q menos dista do Latim: que só esta fixa baze pode es-// tablecer, acreditar, e fazer universalm^te^. agradavel, e conhecida a // Lingua Portugueza: que dizer se tem suavizado algũas palavras // no desvio da Princeza das Linguas, he asseveraçaõ pouco solida: // que se o uzo empenhado em desfigurallas, houvesse cooperado // a mantellas em suas origens, he sem duvida gostaria dellas, e lhe // pareceriaõ suavissimas: que por este principio em vez de suave // parece ridiculo, e rustico escrever affetto, e naõ affecto: fos-// foro, e não phosphoro: Monarquia, e naõ Monarchia. &tc. porq // destituidas da sua graça, ou despojadas da sua galla nativa, fa-// zem dissonancia grande, e abrem a porta, a hũa total Anarchia, // ou desgoverno.

Os da p^te^. contraria se fundavaõ na doutrina de todos os Ortogra-// fos Portuguezes, q dizem unanimiter, q a principal regra da nossa Lin-//gua, he escrever da mesma forma que fala, sem acrecentar consoantes // ociozas, como

[23] A expressão é de R. Marquilhas (2000: 314). Aqui corresponde a uma transcrição conservadora, com as seguintes intervenções no texto original: alinhamento do texto (por isso não existe numeração das linhas) e separação de algumas palavras que se encontravam unidas devido à prática manual do autor. Foram respeitadas as demais características: todas as grafias (mesmo as oscilações), abreviaturas, maiúsculas e minúsculas, pontuação, formas de ligação de clíticos, divisão silábica em fim de linha, sublinhados e parágrafos. A mudança de linha é assinada por meio de //. As palavras de difícil leitura são indicadas por meio da convenção [???]. Porém, nas citações feitas ao longo deste trabalho, optou-se por uma versão com as abreviaturas desenvolvidas e sem indicação da mudança de linha, dando-se conta das restantes características. Por falta do símbolo correspondente, "q", abreviatura "que", não leva o til, sistematicamente presente no manuscrito.

fazem os Francezes, e Inglezes: e que supposto seja Lati-// na a palavra, como nós a avocamos á nossa Lingua, fica perdendo a sua pureza, e a devemos escrever a nosso modo. //

Com estes, e outros fundam^{tos}. por ambas as partes ficou indecizo o Problema; e co-// mo se quer seguir o mais acertado, esperase no voto de V. N. a demonstra-// çaõ do melhor, em benef^{o}. da Patria, e exercicio Literario.

[fl. 422] Reposta do Marquez de Valença //

Respondendo á pergunta q se me fas mais pelo // titulo de Academico q pelo nome de erudito, digo q na Or= //thographia se naõ pode dar conselho q naõ tenha contra si m^{tas}. objec =// çoens. Quintiliano dis q a Orthografia se acomoda ao custume // e se elle fas lei p^{a}. obrar por q o naõ fara p^{a}. escrever. Naõ he // justo q tenha mais poder nas acçoens q nos caracteres. Este // mesmo mestre se inclina a q os Latinos escreviaõ como falla=// vaõ mas a inclinaçaõ deste autor naõ deve ser certeza p^{a}. // nós. Sendo pois a lingua Portugueza filha da Latina, como // se hade esquecer da natureza q trouce do ventre de sua May, // e conservou com o seu leite. A mayor duvida está em como pronun=// ciavaõ os Latinos, por q esta lingoa he morta ha m^{tos}. secu =//los. A lingua Grega taõbem nos naõ pode encaminhar, por se // achar em peyores termos q a Latina, quanto he peyor o vicio q // a morte. Logo q regra se hade seguir. Os Francezes escre=// vem de huma sorte, e fallaõ de outra, os Italianos fallaõ como escre= //vem, q^{m}. se hade resolver com acerto. Huma naçaõ tem o // magisterio das artes, outras possui o morgado das letras. Senaõ // he bom ter por inimigos os modernos q sera os antigos, q nas // sciencias saõ mais p^{a}. temer os passados q os presentes. O q sup=// posto naõ me acho com hombros de Atlante p^{a}. tomar sobre elles a // dicisaõ desta duvida. Mais seguro he seguir q guiar os // outros, mais modestia ser discipulo q mestre entre sabios. Disputar // problemas he de engenhosos, resolvelos he de presumidos. Para // observar as leis basta a vontade, mas p^{a}. as instituir he necessa=// rio a sabidoria; q^{m}. a teve pelo oraculo verdadeiro foy só Salomaõ, // e pelo falço foy só Socrates. As letras naõ tem Monarchia tem // Republica, por q entre os saibos tudo he igualdade, elles custu=// mados a dominar no Ceo, naõ sabem obedecer na terra. A mi=//nha opiniaõ he q adonde ha bons exemplos todos se podem seguir. Vejamos // p^{a}. os imitar como escreveraõ Luis de Camoens, Joaõ de // Barros, Antonio Vieyra, Fr. Luis de Sousa, e Jacinto Freyre, // e se elles naõ conspiraõ do mesmo modo de escrever, causa ha // relevante, e forçosa q os obriga a esta desuniaõ."

[fl. 423] Reposta do Exmo C.^{de} Ericeira //

A mim meparece q a mayor perfeiçaõ das Lin=// guas he escrever da mesma sorte que pronuncîaõ, os q falaõ bem; porque assim // se da huma regra geral, para que todos observem huma igual ortografia; pois // as ethymologias, ainda das Lingoas mais doutas, sempre saõ distantes, // e incertas, e se tem alterádo muito, havendo varias palavras portuguezas, // q se derivaõ de outras Lingoas modernas, e naõ entroncam com a Latina, Gre=//ga, Arabiga, e Hebraica, senaõ depois que as naçõens menos antiguas be=//beraõ nas fontes, e alteraraõ a sua pureza natural: Isto sevê, entre in=//finitos exemplos, na palavra Meza, que tiramos do Castelhano, naõ di=//zendo Mensa como os Latinos; e o que he mais nas mesmas palavras q se sem duvida saõ corruptas pello uzo, este se segue na palavra es=//tamago, que sem exemplo de outra Lingoa, se pronuncîa assim na Corte, // e naõ estomago, joelhos, e naõ giolhos. O Grande Vieyra, revendo os / / seus proprios Livros (a que só elle podia emmendar) semostra com al-// gum excesso inclinado ao uzo, dizendo donde imprimiraõ devoçaõ, le// a-se devaçaõ, mas o prim^{o}. ficou prevalecendo. Na Academia Real // donde esta questaõ se excitou defendeo, e compoz muito doutamente hũ // tractado Alex^{de}. de Gusmaõ, taõ inteiramente declarado por esta // parte que atè a palavra Homem quer que se escreva sem H., co-//mo fazem os Italianos. Eu estou taõ longe de decidir que sempre // sigo a medianîa, e assim fui de parecer, que todas as vezes que sem alte-// rar as letras da origem Latina, ou Grega, se podesse conservar a // ethymologia, esta se seguisse: seja o exemplo Coro, e Mo// narquîa, pois se escrever com a origem Choro, e Monarchia, farei hu-// ma exceiçaõ ao Ch português, que tanto se equivóca erradamente // com o X, e que os Francezes pronunciaõ sempre brandamente, como // os Portuguezes ao mesmo X, e os Italianos como o que português, pois nôs o tomamos dos Castelhanos só nas ultimas sillabas, como // Pecho, Mucho, Despacho, Capricho, e Chocho, e poucas vezes nos prin-//cipios das dicçoens. Seja outro exemplo Felipe, e Filosofîa // pois escrevendo a assim os Italianos e Castelhanos, nôs podiamos es-//crever sem erro, Phelipe, e Philosophia, porque todos sabem que o // P. com o H., que he Letra grega, se pronuncîa como F. Latino; // ainda que estes, depois que o Emperador Claudio inventou esta // Letra parece que entenderaõ necessitavaõ della, e a pronunciavaõ com // mais aspereza. E conclûo com que a assim nas Letras dobradas // como em todas as outras he a pronuncia a regra principal, e as o-//rigens a segunda, pois os que falaõ bem naõ deixaõ de exprimir // o C. de affecto, e de exacto, e se vê nos melhores Poetas, que a-// inda assim saõ consoantes afecto de [?] exacto de apa-//rato: e digno de divino, de que se julga

facilmente que naõ o-// briga a boa pronuncia, a esta afectaçaõ, que muitos exprimem cul-// pavelmente na palavra observar, pronunciando com força o B, // q ha de exprimir-se sem fazer pauzas, e assim pode uzar-se // na Ortografia desta e de outras palavras similhantes //, sendo sem offensa da pronuncia.

Lisboa Occ^al^.

26 de Novembro 1737.

Conde da Ericeira

ANEXO 2 – Algumas obras da linguisticografia portuguesa (do século XVI até 1737)

ARAÚJO, Domingos de (1627). *Grammatica latina. Novamente ordenada, e conuertida em portugues pera menos trabalho dos que começão aprender*. Lisboa, Pedro Craesbeeck.

ARGOTE, Jerónimo Contador de (1725[2]) [1721]. *Regras da lingua portugueza, espelho da latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*, 2ª ed., Lisboa, Na Officina de Musica.

BARBOSA, Agostinho (1611). *Dictionarium Lusitanicolatinum iuxta seriem alphaticam optimis, probtisq. Doctissorum Auctorem testimojs perutili quadam expositione locupletarum, Cum copiosissimo latini sermonis indice, necnon libello uno aliquarum regionum, ciuitatum, oppidorum, fluuiorum, montium, & lacorum, quibus veteres vti solebant. Omnia in studiosae iuuentutis gratiam, & usum collecta.* Bracharae, Typis, & expensis Fructuosi Laurentij de Basto.

BARRETO, João Franco (1671). *Orthographia da lingua portugueza*. Lisboa, Na Officina de Ioam da Costa.

BARROS, João de (1971) [1540]. *Gramática da língua portuguesa, Cartinha, Diálogo em louvor da nossa linguagem, Diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BLUTEAU, D. Rafael (1712-1728). *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 1-4 (Coimbra, 1712-1713); vol. 5-8 (Lisboa, 1716-1721); *Supplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino* (vol. 1, 1727; vol. 2, Lisboa, 1728).

BLUTEAU, D. Rafael (1728). *Prosas Portuguezas, recitadas em differentes congressos Academicos*, Parte I e Parte II. Lisboa, António José da Silva (Parte I. *Decisoens Academicas de palavras portuguezas, propostas, e examinadas nas conferencias erudîtas, que se celebrarão na Livraria do conde da Ericeira, de que foy a primeira Domingo 12. de Fevereiro de 1696, morando então o dito Conde no Bairro Alto, nas casas do Cunhal das Bolas: Oratorio requerimento de palavras portuguezas*

aggravadas, desconfiadas, e pertendentes [a]*presentado no tribunal das letras, erigido anno de 1696, na Bibliotheca do conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes, com titulo de Conferencias Eruditas, pelo Padre D. Rafael Bluteau, Clerigo Regular*, pp. 3-15; *Vocabulos Portuguezes, cujo genuino significado ficou assentado em varias Conferencias*, pp.16-21; *Preambulo Breve na Renovação da Academia dos Generosos, Nas Casas do Conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes, pelo Padre D. Rafael Bluteau, anno de 1717*, pp. 22-27); Parte II. Lisboa, António José da Silva. (Parte II. *Prosa Apologetica, justificação de huma soberana princeza, injustamente excluida das doutas Conferencias da Academia Real de Lisboa, recitada na Sala Academica do Conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes*, pp.170-185); *Prosa Grammatonomica, portugueza, ou regras, e leys, para o uso das letras do alfabeto portuguez, na escrittura, e na pronunciação*, pp. 186-228).

CARDOSO, Jerónimo (1694) [1570]. *Dictionariu latino-lusitanicum, et lusitanico-latinum,* Editio novissima. Lisboa, Tip. Domingos Carneiro.

FARIA, Manuel Severim de (1624) "Das partes que ha de hauer na lingoagem para ser perfeita, & como a Portuguesa as tem todas, & com alguas com eminencia de outras lingoas". *Discursos varios politicos*, por... Chantre, & Conego na Santa Sê de Evora. Com as licenças necessarias. Em EVORA, Impressos por Manoel Carvalho Impressor da Universidade.

FEIJÓ, João de Morais Madureira (1734). *Orthographia, ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua Portugueza*. Lisboa Occidental, Na Oficina de Miguel Rodrigues.

FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de (1722). *Nova Escola para aprender a ler, escrever & contar*. Lisboa Occidental, Na Officina de Bernardo da Costa de Carvalho.

FRANCO, António (1716). *Indiculo Universal. Contem distinctos em suas classes os nomes de quazi todas as cousas que ha no mundo, & os nomes de todas as Artes e Sciencias*. Évora, Universidade.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de (1981) [1570]. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa, com o diálogo que adiante se segue em defensão da mesma lingua*. Ed. fac-similada da 1ª ed. Lisboa, Biblioteca Nacional.

LEÃO, Duarte Nunes de (1576). *Orthographia da Lingoa Portuguesa*. Lisboa, Per Ioão de Barreira.

_____(1606). *Origem da Lingoa Portuguesa*. Lisboa, Pedro Craesbeck.

LIMA, Luís Caetano de (1736). *Orthographia da lingua Portugueza*, Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.

MACEDO, José de (1710). *Antídoto da Lingua Portugueza*. Offerecido *ao mui Alto, e muito Poderoso Rey, Dom Joaõ o Quinto Nosso Senhor por Antonio de Mello da Fonseca*, Amsterdam, Em Casa de Miguel Diaz, Impressor e Mercader de Libros.

OLIVEIRA, Fernão de (1988) [1536]. *Grammatica da lingoagem portuguesa*, ed. fac-similada. Lisboa, Biblioteca Nacional.

PEREIRA, Bento (1634). *Prosodia in vocabularium trilingue latinum, lusitanicum, et hispanicum digesta. In Qua dictionnum significatio, et syllabarum quantias expenditur*, Eborae, Apud Emmanuelem Carvalho Academiae Typographum.

_____(1647). *Thesouro da lingoa portuguesa*, Lisboa, na Officina de Paulo Craesbeeck.

_____(1666). *Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor ortografia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina, & portugueza, para se ajuntar à Prosodia.* Lisboa, por Domingos Carneiro.

_____(1672). *Ars agrammaticae pro lingua lusitana addiscenda. Latino idiomate proponitur, in hoc libelo, velut in quadam acdemiola divisa in quinque classes, instructas subseliis, recto ordine dispersatitis, ut ab omnibus tum domesticis, tum exteris frequentari possint. Ad finem ponitur Ortographia, ars recte scribendi, ut sicut docet rectè coniuigationeibus lusitanis italae correspondent.* Lugduni, Sumptibus Laurentii Anission.

PEREIRA, Frutuoso (1643). *Arte de gramatica, latina.* Lisboa, Officina de Lourenço de Anvers.

POIARES, Pedro de (1667). *Diccionario lusitanico-latino de nomes proprios de regioens; reinos; prouincias; cidades; villas; castellos; rios; montes; fontes; ilhas; peninsulas; isthmos, &c. Com o nome latino, dando a esse nome latino o vulgar que hoje tem, pera boa intelligencia de livros sagrados, e profanos.* Lisboa, na Officina de Ioam da Costa.

ROBOREDO, Amaro de (1615). *Regras da Orthographia Portugueza*, Lisboa, Por Antonio Alvarez.

_____(1619). *Methodo grammatical para tods as linguas. Consta de tres partes. 1ª Grammatica exemplificada na portuguesa, & latina;: 2ª copia de palavras exemplificadas nas latinas; 3ª Frase exemplificada na latina.* Lisboa, Pedro Craesbeck.

_____(1623) *Porta de Linguas ou modo muito accommodado para as entender publicado primeiro com a tradução Espanhola. Agora acrescentada a portugueza, com numerosos interliniais, pelos quaes possa entender sem mestre estas linguas o que as não sabe, com as raizes da latina mostradas em hum compendio do Calepino, ou por melhor do Tesauro, a portuguesa, e espanhola.* Lisboa, na Officina de Antonio Alvarez.

VERA, Álvaro Ferreira de (1631): *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa com a latina: Dirigido a Dom Manuel d'Eça* [seguida de]: *Breves louvores da lingua portuguesa com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua latina.* Lisboa, Mathias Rodriguez.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

Biblioteca Pública de Évora - Códice XCII / 2-7, fls. 421-425

Referências

Andrade, A. A. (1964) "A polémica verneiana". *As Grandes Polémicas Portuguesas*, vol. Lisboa, pp. 279-331.

_____(1964). *Vernei e a Cultura do seu Tempo*. Coimbra.

Castro, Aníbal Pinto de (1973). *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*. Coimbra, Centro de Estudos Românicos.

Faria, Eduardo de (1858-1859). *Diccionario da Lingua Portugueza*, 2 vols. 4ª ed. Lisboa: Francisco Arthur da Silva.

Gonçalves, M. F. 1991. "Algumas notas sobre a ortografia portuguesa no século XVIII (D. Luís Caetano de Lima)". *Biblos*, LXVII. Coimbra, pp. 263-273.

Gonçalves, M. F. 2002a. "O «Prólogo» e o «Catálogo de Autores» do Vocabulario Portuguez e Latino: As ideias linguísticas de Bluteau no contexto da historiografia da língua portuguesa". *Descrição do Português: Lingüística Histórica e Historiografia Lingüística* (org. Massini-Cagliari, G., Murakawa, C. A. A., Berlinck, R. A., Guedes, M.). Série Trilhas Lingüísticas, 3. UNESP/Araraquara, Cultura Acadêmica Editora, pp. 25-65.

Gonçalves, M. F. 2002b. "Notas sobre as «Prosas Portuguezas» de Rafael Bluteau e a historiografia linguística do século XVIII". *Filologia e Lingüística Portuguesa* (Revista da FFLCH/USP), 5, São Paulo, Humanitas, pp. 7-25.

Gonçalves, M. F. 2003. *As Ideias Ortográficas em Portugal: De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / FCT-Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

Koerner, K. 1989. *Practicing Linguistic Historiography*. Studies in the History of the Language Sciences, 50. Amsterdam/Philadephia: John Benjamins.

Marquilhas, R. 2000. *A Faculdade das Letras. Leitura e Escrita em Portugal no Séc. XVII*. Série "Filologia Portuguesa". Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

_____2002. "Em torno do *Vocabulario* de Bluteau. O reformismo e o prestígio da norma no século XVIII". *Caminhos do Português – Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas – Catálogo* (coord. Mateus, M. H. M., Lisboa, Biblioteca Nacional, pp. 105-118.

Palma-Ferreira, J. 1982. *As Academias Literárias dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Biblioteca Nacional.

Prista, L. 1994. "Tentativa de cenário para tš > š". *Variação linguística no espaço, no tempo e na sociedade* (Actas do encontro regional da Associação Portuguesa de Linguística, Miranda do Douro, Setembro de 1993). Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, pp. 183-226.

Serrão, J. V. 1974. *A Historiografia Portuguesa*, III. Lisboa, Editorial Verbo.

Silva, I. F. da, e Aranha, B. 1858-1923. *Diccionario Bibliographico Português*, vols. I-XXII. Lisboa: Imprensa Nacional.

Thielemann, W. 2001: "Língua culta – Palavras antiquadas – Plebeísmos. A linguagem e a sociedade portuguesa na época de Pombal". *Século XVIII: Século das Luzes – Século de Pombal* (ed. W. Thielemann). Frankfurt am Main: TFM, pp. 51-97.

Uma comparação dos verbetes referentes a palavras portuguesas em dois dos primeiros dicionários de Português-Latim

Brian F. Head
Universidade do Minho

Introdução

O presente trabalho apresenta uma comparação entre verbetes correspondentes de palavras portuguesas nas obras dos primeiros dois lexicógrafos portugueses: Jerónimo Cardoso e Agostinho Barbosa, a respeito dos quais seguem algumas breves informações bio-bibliográficas.

O primeiro lexicógrafo português foi Jerónimo Cardoso (Lamego? – Lisboa, 1569), humanista e pedagogo, cujas obras incluem, entre outras:[1]

Dicionarivm ivventvti studiosæ. Admodum frugiferũ. Nũc diligentiori emẽdatiõe impressum, Coimbra, 1562 (segunda edição; primeira edição: Coimbra, 1551, hoje desconhecida).

Dictionarivm ex Lvsitanico in Latinvm sermonem, Lisboa, 1562-1563.

Dictionarivm Latinolvsitanicvm & vice versa Lusitanicolatinũ, cum adagiorum... Coimbra, 1569-1570.

Nota-se que a primeira obra lexicográfica de Cardoso foi um dicionário de latim; as entradas são organizadas por campos semânticos, em vez de serem apresentadas na ordem alfabética. Só com o seu segundo dicionário é que Cardoso começou a ocupar-se da lexicografia do vernáculo. Das três obras, a mais importante é, sem dúvida, a terceira: o dicionário de latim-vernáculo e

[1] Para listas mais amplas das obras de Jerónimo Cardoso, vejam-se Teyssier (1980) e Almeida (2002).

vernáculo-latim (*Dictionarivm Latinolvsitanicvm & vice versa Lusitanicolatinũ, cum adagiorum...*), devido à sua grande difusão. A obra teve várias reimpressões a partir da edição de 1569-1570, revista e ampliada por S. Stockhammer.[2]

Agostinho Barbosa (Guimarães, 1590 – Ugento, 1649) foi o segundo lexicógrafo português. Publicou um dicionário de português-latim, *Dictionarium Lusitanicolatinum* (Braga, 1611). O *Dictionarium* teve só uma edição, devido provavelmente ao sucesso comercial de obras da autoria de J. Cardoso e de Bento Pereira, com secções de latim-português e de português-latim, que tiveram muitas edições. A obra lexicográfica de A. Barbosa tornou-se relativamente escassa, sendo actualmente pouco conhecida.

As bibliotecas públicas raramente possuem exemplares completos e em bom estado do *Dictionarium lusitanicolatinum* de Agostinho Barbosa. Os investigadores que se ocupam da história da lexicografia em Portugal têm dado muito maior atenção às obras de J. Cardoso e de Bento Pereira, mais difundidas e mais conhecidas. Hoje em dia, A. Barbosa é lembrado principalmente como autor de várias obras sobre o direito canónico, além de ter sido bispo de Ugento (Itália).[3]

O presente estudo trata dalgumas das propriedades da obra lexicográfica de A. Barbosa (1611) que representam um avanço da lexicografia portuguesa, em confronto com a obra de J. Cardoso (1569-1570).[4]

Como era natural, devido às diferenças sociológicas entre o uso da língua latina e o uso da língua vernácula na época, alguns dos primeiros lexicógrafos portugueses (como, por exemplo, o primeiro, Jerónimo Cardoso, e o terceiro,

---

[2] As reedições incluem: Coimbra, 1588, Lisboa, 1592, 1601, 1613, 1619, 1630, 1643, 1677, 1694, 1695, Coimbra, 1695. O confronto entre algumas destas reedições revela não haver diferenças substanciais de uma edição para outra (ao contrário do que se verifica com as edições consecutivas das obras do terceiro lexicógrafo português, Bento Pereira, e mais ainda com as diversas edições de Morais).

[3] Veja-se, por exemplo, A. do Couto Oliveira, «Agostinho Barbosa, canonista português», *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichete*, II (1961), 1-46. Num pequeno estudo sobre os prelados de Guimarães, A. Caldas (1996) destaca a importância da obra de A. Barbosa no domínio do direito canónica, menosprezando, porém, o dicionário português-latim a tal ponto que o chama simplesmente de «Dicionário latino», da mesma forma que identifica erradamente a localidade onde A. Barbosa passou a última fase da sua vida (Ugento, não «Ungento», como refere Caldas em dois trechos do trabalho citado).

[4] Além dos dicionários de J. Cardoso, há outras obras, antes da publicação do *Dictionarium Lusitanicolatinum* de A. Barbosa, com abonações de palavras portuguesas. No seu importante *Dicionário dos dicionários portugueses*, D. Messner (2003: vii-viii) considera mais sete fontes de registos de palavras portugueses (entre vocabulários e dicionários, cinco obras, além de dois trabalhos de Duarte Nunes de Leão). O estudo comparativo do presente trabalho limita-se aos dois dicionários citados.

Bento Pereira) dedicavam, em grande parte, as suas obras à lexicografia do latim, com menos atenção ao português. Tal não é o caso, porém, do *Dictionarium Lusitanicolatinum* de A. Barbosa. Por este motivo, torna-se de interesse especial uma comparação entre esta obra e o principal dicionário do primeiro lexicógrafo português, J. Cardoso, no tocante às entradas em português. A secção de latim-português do dicionário da A. Barbosa ocupa menos de setenta páginas, constando de uma simples listagem de palavras latinas com indicação das colunas correspondentes em que são referidas na secção *lusitanicolatinum*, com mais de quinhentas páginas de duas colunas. Em contraste, a secção de latim-português da obra de J. Cardoso (1569-1570), considerada para fins comparativos neste trabalho, é aproximadamente três vezes mais extensa do que a parte de português-latim. Num determinado trecho do *Dicionarium lusitanicolatinum*, A. Barbosa afirma «... *fazemos Vocabulario em linguagẽ*» (c. 550). De facto, a secção de português-latim constitui a parte mais elaborada do *Dictionarium lusitanicolatinum*, com maior interesse, portanto, para a história da lexicografia portuguesa.

A comparação apresentada no presente trabalho incide em determinados aspectos da estrutura e do conteúdo de alguns dos verbetes das obras aqui consideradas. Neste estudo, não se pretende considerar todos os verbetes referentes a todas as palavras averbadas nas respectivas obras, mas antes apenas uma selecção dos verbetes que representam o vasto e rico material dos respectivos dicionários do vernáculo.

1. A estrutura geral das entradas

São de diversas naturezas as informações que se podem incluir nos verbetes de um dicionário. Para os fins da presente comparação, interessa considerar especialmente os tipos de informações que caracterizam os dicionários bilingues, visto que em ambas as obras aqui consideradas os verbetes das palavras portuguesas trazem as definições em latim (na forma de simples correspondências, ou «sinónimos»). Além disso, como torna evidente uma inspecção abrangente das referidas obras, alguns dos verbetes também incluem outros elementos em latim, sobretudo no caso das entradas do dicionário de A. Barbosa (citações de autores romanos, ditados, expressões, referências, etc.).

Entre os vários tipos de informações que caracterizam os verbetes dos dicionários bilingues, encontram-se, entre outros, os seguintes: informações gramaticais, referentes à morfologia e à sintaxe; informações sobre a pronúncia, informações sobre a semântica (isto é, sobre os diversos significados ou sentidos

da respectiva palavra) e informações enciclopédicas (com elementos não propriamente linguísticos). Quanto às classes de palavras, podem ser incluídos, além dos substantivos comuns, alguns nomes próprios (topónimos e, em menor número, antropónimos). Também pode haver informações sobre diversos tipos de variantes (regionais, sociais, estilísticas, históricas), indicações do uso segundo diversos contextos lexicais e gramaticais, exemplos de fraseologia (citações de uso em contextos fraseais; ditados, provérbios, anexins e outros tipos de expressões), etc.

O presente trabalho limita-se ao estudo comparativo dos tratamentos de alguns elementos: variantes regionais, variantes consideradas de uso preferível, opções no uso (sem a identificação dos respectivos tipos de variantes representadas pelas opções indicadas), o emprego de referências remissivas entre palavras ou variantes afins, e os diversos tipos e contextos das frases em português.

2. Variantes regionais

Agostinho Barbosa averba diversas palavras cujo uso considera típico da linguagem regional (especialmente de Entre Douro e Minho). Para os fins da presente comparação, é relevante confrontar os tratamentos que tais palavras recebem em ambas as obras aqui consideradas. Na seguinte comparação, apresenta-se o trecho relevante do *Dicionarium* de A. Barbosa, seguido pelas informações correspondentes da obra de J. Cardoso.[5]

A. Barbosa: *Bucho cheo de carne, como lingoíça... chamase Payo em entre Douro, & Minho* (c. 168).
J. Cardoso averba «Buxo», mas não «Buxo cheo de carne»; inclui «Lingoiça» como entrada, mas apenas fornece o equivalente latino, sem indicar relações com outras entradas.

[5] Nos seguintes confrontos de informações referentes a entradas correspondentes nas duas obras consideradas no presente estudo, procura-se respeitar as grafias empregadas nos verbetes referidos (mesmo na preservação das grafias com *v, u, j*, e outras letras em representações gráficas diferentes da ortografia actual), excepto num ou noutro caso de erros evidentemente de natureza tipográfica. Diferenças entre representações gráficas nas obras citadas e representações no presente estudo são, tanto quanto possível, explicitamente identificadas, como, por exemplo, no caso do erro tipográfico apontado na próxima nota.

A. Barbosa: *Consogro... Chamase parceiro em entre Douro, & Minho»* (c. 240).
J. Cardoso inclui como entrada tanto «Consogro» como «Parceiro» (nas frases «Parceiro em officio» e «Parceiro em trato»), sem indicar *parceiro* no sentido de *consogro* como variante regional.

A. Barbosa: *Copo de Roca... Chamasse no nosso entre Douro, & Minho Manelo de laã, ou de estopa* (cc. 256-257).
J. Cardoso averba «Copo de roca», sem indicar relações lexicais nem com «Laã», nem com «Estopa».

A. Barbosa: *Coroça... Vsase em entre Douro, & Minho, ...* (c. 261).
J. Cardoso inclui a palavra «Coroço», mas não «Coroça».

A. Barbosa: *Mortuorio..., aliàs saymento como dizem em Antre Douro, & Minho* (c. 751).[6]
J. Cardoso averba tanto «Mortuorio» como «Saimento», sem incluir qualquer referência remissiva entre as duas palavras.

A. Barbosa: *Palha de camelo, erva... chamase em emtre Douro, & Minho lestras* (c. 803).
J. Cardoso inclui «Palha», mas não regista «Palha de camelo».

A. Barbosa: *Torna nas vessadas... Palavra muito usada em entre Douro, & Minho, aonde semeão milho* (c. 1042).
J. Cardoso não averba «Torna».

Nota-se que o *Dictionarium* de A. Barbosa traz a indicação explícita da região onde se usa a variante referida. O conteúdo dos respectivos verbetes revela sensibilidade a diferenças de uso regionais. Na obra de J. Cardoso, em contraste, não se encontram referências a usos tipicamente regionais. Por outro lado, observa-se no *Dictionarium* de A. Barbosa a identificação de alguns casos de usos típicos de determinados sectores da sociedade: por exemplo, o verbete sobre *Estrebaria de boys, ou vacas* (c. 507) termina com a observação *chamão lhe os lauradores, Córte.*

---

[6] A forma dada nesta entrada é *Martuorio* (com *a* na raiz, em vez de *o*), evidentemente devida a um erro tipográfico ocasional. É a única ocorrência deste tipo de erro numa sequência de onze entradas (cc. 750-751), todas com palavras da mesma raiz (*mort-*).

3. Variantes consideradas de uso preferível

Num número apreciável de entradas do *Dictionarium* de A. Barbosa empregam-se frases como «melhor diremos...» e «...que he melhor lingoagem» para mostrar qual das variantes se considera de uso preferível. Seguem-se alguns exemplos, com indicação do tratamento dado por J. Cardoso às mesmas palavras.

A. Barbosa: «*Arraya do reyno... Melhor diremos, Raya*» (c. 108).
J. Cardoso averba tanto «Arraya do Reyno» como «Raya», mas sem indicar nenhuma preferência entre as duas formas.

A. Barbosa: «*Catiuar... melhor diremos Captiuar*» (c. 208).
J. Cardoso inclui «Cativar» («Cativo» e «Cativeiro»), sem indicar outra variante gráfica do verbo («Captivar»), nem de outras palavras afins.

A. Barbosa: «*Deformidade, aliàs disformidade...* Vide, *disformidade, que hé melhor linguagem*» (c. 325). A seguir, vem a entrada sobre *Deforme cousa, aliàs disforme...* (c. 325)
J. Cardoso averba «Desformidade» (e «Desforme cousa», «Desformemente»), mas não inclui nem a variante «Deformidade», nem «Disformidade».

A. Barbosa: «*Desemuergonhada cousa...* Vide. *Desauergonhada cousa, que hé melhor lingoagem*» (c. 363).
J. Cardoso não averba nem «Desavergonhada» nem «Desemvergonhada» (embora inclua, entre outras com o prefixo *des-* inicial, entradas tais como «Descõcertada cousa», «Desengraçada cousa»).

A. Barbosa: «*Encorrer... Melhor lingoagem he cair: assi como... cair em algũ peccado... cair em doença... cair nas mãos do inimigo &c*» (c. 437).
J. Cardoso averba tanto «Encorrer» como «Cair» («Cair pedra», «Cair com a carga»), além de «Caida», «Caida cousa», etc.), mas sem indicar usos de *cair* em expressões metafóricas.

A. Barbosa: «*Enquirição*, Vide *Inquirição, que he melhor lingoagem...*» (c. 452).
J. Cardoso não averba nem a forma «inquirição» nem a variante «enquirição» (embora a palavra tenha sido documentada no uso desde o século XIII).

A. Barbosa: «*Tanoeyro... Melhor diremos Tonoeyro, de Tonel*» (c. 632).
J. Cardoso não inclui nem «tonoeira», nem a variante «tanoeira».

4. Indicação de opções no uso, sem identificação do tipo de variante

No caso de algumas das variantes, a respectiva entrada no dicionário de Agostinho Barbosa limita-se à indicação «outros dizem...», sem qualquer identificação do tipo de variante. Apresentam-se neste trabalho apenas alguns exemplos, seguidos pelas palavras e variantes correspondentes do dicionário de Jerónimo Cardoso.

A. Barbosa: *Afilar, aliàs afirir medidas... outros dizem afinar* (c. 36).
J. Cardoso inclui «Afilar medidas», e «Afinar ouro», «Afinar prata», sem incluir usos do verbo fora destes contextos frasais. Não regista «Afirir» (*aferir*).

A. Barbosa: *Asado, aliàs vaso de duas asas... outros dizem Azado* (c. 119).
J. Cardoso inclui tanto «Asado» como «Azada cousa», sem indicar que as diferentes formas são variantes da mesma palavra.

A. Barbosa: *Astroso, aliàs argel, ou mofino... outros dizem Estroso* (c. 126).
J. Cardoso averba a forma «Astroso»; não regista «Estroso».

A. Barbosa: *Capitel da coluna... outros dizem chapitel* (c. 195).
J. Cardoso não regista nem a forma «Capitel» nem «Chapitel».

A. Barbosa: *Choupana... outros dizem pouchana* (c. 303).
J. Cardoso averba a forma «Choupana», sem indicar a variante popular «pouchana».

A. Barbosa: *Dobar fiado... outros dizem Debar* (c. 405).
J. Cardoso inclui tanto «Debar» como «Dobar o fiado», sem indicar que as diferentes formas verbais são variantes da mesma palavra (excepto pela correspondência latina em comum).

A. Barbosa: *Dobadoura... Outros dizem Debadoura* (c. 405).
J. Cardoso não regista nem a forma «Dobadoura» nem «Debadoura», apesar de incluir ambas as variantes do verbo correspondente, «Deber» e «Dobar».

A. Barbosa: *Enxerqua, i. á enxerqua... Outros dizem à enxergua* (c. 464).
J. Cardoso não regista a palavra, embora inclua o verbo correspondente, «Enxergar».

A. Barbosa: *Esbuxada cousa... Outros dizem desmentida cousa, ou fora de seu logar* (c. 470-1); também regista o verbo *Esbuxar* e fornece, em ambas as entradas, referências às formas latinas correspondentes.
J. Cardoso não regista nem «Esbuxada cousa», nem o verbo «Esbuxar».

A. Barbosa: *Folgo... Outros dizem folego...* (c. 550). Há entradas para ambas as formas.
J. Cardoso averba a palavra com a forma «Folego», sem indicar a variante popular «Folgo».

A. Barbosa: *Gargarejar... outros dizem gorgolejar* (c. 579).
J. Cardoso averba a forma «Gargalejar», sem registar outra variante da palavra.

A. Barbosa: *Laùde, instrumento musico... Outros dizem Alaúde* (c. 654).
J. Cardoso averba tanto «Laude» como «Alaude», sem indicar que são variantes da mesma palavra, excepto pela correspondência latina em comum.

A. Barbosa: *May... Outros dizem maẽ* (c. 686). A forma *may* é registada em vários contextos frasais (cc. 686-687).
J. Cardoso regista a forma «Mãy», sem indicar outra variante.

A. Barbosa: *Ortiga... outros dizem Vrtiga* (c. 793).
J. Cardoso inclui a forma «Ortiga»; não regista a variante culta «Urtiga».

A. Barbosa: *Roufenho, i. rouco algum tanto... Outros dizem rouquenho* (c. 956).
J. Cardoso averba «Rouquidão» e, como única forma registada do adjectivo correspondente, «Roufenho» (sem indicar a forma «Rouquenho»).

A. Barbosa: *Trosquear... Outros dizem Tresquear* (c. 1058).
J. Cardoso regista «Trosquiar» e «Trosquia», mas não indica variantes destas palavras com *–e-* na raiz.

5. Referências remissivas entre diferentes entradas

Em muitas entradas do *Dictionarium Lusitanicolatinum*, encontra-se uma referência a outra forma, mas não acompanhada por nenhuma expressão ou outra indicação *explícita* que mostre qual o melhor uso: basta a simples referência remissiva a outra forma, mediante o uso de *vide* ou de *aliás*, para indicar, em geral, qual a forma que A. Barbosa considera preferível—como se torna evidente pelo facto de que, na maioria dos casos, as formas assim referidas servem de entradas para verbetes mais elaborados. Seguem-se alguns exemplos, acompanhados por uma breve exposição das informações sobre as palavras correspondentes que se encontram no *Dictionarium Latinolusitanicum et viceversa Lusitanicolatinum* de Jerónimo Cardoso.

A. Barbosa faz uma referência curta e objectiva: *Abayxar*, Vide *Abaxar* (c. 2), indicando assim uma relação entre estas duas variantes do verbo. Não indica outras representações gráficas (como, por exemplo, com *–i-* na raiz). À entrada *Abaxar* (c. 5), segue uma série de mais oito entradas com a mesma raiz, sempre com *a* (em vez de *ay* ou *ai*).
J. Cardoso averba a palavra com a forma «Abayxar», sem indicar outra variante deste verbo. Também inclui entradas para «Abaixo», «Baixa cousa», «Baixeza», «Baixo mar», «Baixa do corpo», etc. (todas com a grafia *ai* na raiz). Não inclui nenhuma referência remissiva entre diferentes entradas com a mesma raiz.

A. Barbosa: *Abranger, aliàs abarcar ou abraçar*. Vide *abraçar* (c. 8).
J. Cardoso averba «Abranger», «Abarcar» e «Abraçar», sem qualquer referência remissiva entre as três entradas.

A. Barbosa: *Acunhar moeda*. Vide, *Cunhar* (c. 20), com aparente preferência pela segunda forma, sem prótese (como, aliás, em muitos outros casos semelhantes), embora também inclua a variante com prótese, no verbete *Acunhar. i. meter cunhas...* (c. 20).
J. Cardoso averba «Cunhar moeda», sem indicar outra variante do verbo.

A. Barbosa: *Açugentamento, aliàs çugidade* (c. 26).
J. Cardoso regista tanto «Açugentamento», como «çugidade», sem indicar qualquer preferência.

A. Barbosa: *Alembrar, alembrarse.* Vide *lembrar* (c. 57).
J. Cardoso regista tanto «Alembrar» (e «Alembrarse») como «Lembrar» (e «Lembrarse»), sem referência remissiva entre os verbetes das diferentes formas correspondentes.

A. Barbosa: *Aliuiar...* Vide *Desaliuar* (c. 62).
J. Cardoso averba «Aliviar» (e «Aliviador», «Aliviamento»), mas não inclui a variante com prefixo reforçador («Desaliviar»).

A. Barbosa: *Amazona* Vide... *Almazona* (c. 74).
J. Cardoso averba «Almazona»; não regista a forma «Amazona».

A. Barbosa: *Aa menhã.* Vide... *aa manhã* (c. 75).
J. Cardoso averba a palavra com a forma «Amenhaã» (além de palavras afins, «Amanhar», «Amanhecer», representadas, porém, com *a* como vogal temática). Não inclui a forma «amanhã» (com qualquer das diferentes representações gráficas comuns na época).

A. Barbosa: *Arrabeca.* Vide *Rabeca* (c. 108).
J. Cardoso inclui a variante com prótese do *a-* na entrada «Arrabeca ou arrabel»); não regista a forma «Rabeca».

A. Barbosa: *Arrazoar. i. vsar de razões. Arrazoar feytos, arrazoada cousa...* Vide *Razoar* ... (c. 107b).[7]
J. Cardoso averba tanto «Arrazoar feitos» como «Razoar» (além de «Arrazoamento», «Arrazoante»), sem indicar qualquer relação entre as duas variantes do verbo.

A. Barbosa: *Arreuezadamente, aliàs Reuezadamente* (c. 112), com preferência à forma sem prótese.
J. Cardoso não inclui nem «Revezadamente» nem «Arrevezadamente». Não regista nenhuma das formas do verbo correspondente: *revezar* ou *arrevezar.*

[7] Na enumeração das colunas, nota-se, entre alguns outros lapsos, que estão repetidos, em páginas opostas, os números 107 e 108. Para fins de referência ao verbete *Arrazoar...* emprega-se a letra «b» para indicar a coluna em que se repete a numeração 107.

A. Barbosa: *Assocegada cousa...* Vide *Socegada cousa* (c. 125) e *Assocego...* Vide *Socego* (c. 125), com preferência pelas formas sem prótese.
J. Cardoso averba «Assocegada cousa», «Assocego» e outras palavras afins, sem indicar, porém, qualquer variante destas palavras sem a prótese do *a-*.

A. Barbosa: *Ausente...* Vide *Absente...* (c. 134).
J. Cardoso averba «Ausente cousa», sem indicar a variante «Absente».

A. Barbosa: *Auogado.* Vide *Aduogado* (c. 138), com preferência pela forma culta.
J. Cardoso averba «Avogado» (e «Avogar»), sem indicar variantes começadas por *ad-*.

A. Barbosa: *Aziumarse... he o mesmo q̃ Fazerse azedo...* (c. 140).
J. Cardoso averba «Azedarse» e outras palavras afins («Azedado», «Azedume», etc.); não regista «Aziumarse».

A. Barbosa: *Bexiga.* Vide *Vexiga*» (c. 155).
J. Cardoso não regista a palavra.

A. Barbosa: *Borracho.* Vide *Bebado* (c. 162).
J. Cardos regista o substantivo «Borracha», mas não o adjectivo, típico de linguagem informal: «Borracho», que tem, desde cedo no vernáculo, o significado de *bêbado.*

A. Barbosa: *Catorze.* Vide, *Quatorze* (c. 208).
J. Cardoso inclui tanto «Catorze» como «Quatorze», sem referência remissiva nem outro processo (excepto a indicação da mesma correspondência em latim), para mostrar que são variantes da mesma palavra).

A. Barbosa: *Cobrir* Vide *Cubrir* (c. 215).
J. Cardoso averba «Cobrir» e algumas entradas afins com a grafia *cu-* na primeira sílaba («Cuberta cousa», «Cubertamente», «Cubricamma»), sem indicar a variante correspondente do verbo, «Cubrir».

A. Barbosa: *Conseguinte cousa.* Vide, *consequente cousa* (c. 239).
J. Cardoso averba «Conseguinte» e «Consequencia», sem indicar a forma adjectival desta.

A. Barbosa: *Coresma*. Vide *Quaresma* (c. 260).
J. Cardoso averba tanto a forma «Coresma» como «Quaresma», sem referência remissiva.

A. Barbosa: *Deformidade, aliàs disformidade...* Vide, *disformidade, que he melhor lingoagem* (c. 325).
J. Cardoso inclui «Desformidade» (e «Desforme cousa», «Desformemente»). Não indica nenhuma variante, das palavras desta família lexical, com *dis-* ou *de-* inicial.

A. Barbosa: *Desaliuar...* Vide, *Aliuiar* (c. 343). São incluídas várias correspondências em latim, tanto para *Desaliuar* como para *Aliuiar* (c. 62), onde se encontra uma referência que remete para *Desaliuar*.
J. Cardoso averba tanto «Desaliviar» como «Aliviar», sem qualquer referência remissiva.

A. Barbosa: *Desapossar*. Vide *Desempossar...* (c. 345).
J. Cardoso averba «Desapossar» mas não «Desempossar».

A. Barbosa: *Desemuergonhada cousa...* Vide. *Desauergonhada cousa, que he melhor lingoagem* (c. 363).
J. Cardoso averba «Emvergonhada cousa» e «Avergonharse» (além de «Avergonhar a outrem»), mas não regista «Desavergonhada».

A. Barbosa: *Desforme cousa*. Vide *Disforme, & disformidade* (c. 367).
J. Cardoso averba «Desforme cousa» e «Desformidade», sem indicar variantes com com a forma *dis-*, (nem «disforme», nem «disformidade»).

A. Barbosa: *Desmiuçar*. Vide *Esmiuçar* (c. 373).
J. Cardoso regista o verbo *esmiuçar* (na frase «Esmiuçar com os dedos») e a forma «Desmiunçar», sem referência remissiva. Não inclui «Desmiuçar».

A. Barbosa: *Desonesta cousa*, Vide... *Deshonesta cousa*, com h (c. 373).
J. Cardoso averba «Desonesto» e «Onesta» (e formas afins terminadas os sufixos *– idade* e *–amente*), sem incluir qualquer variante com *h-* no início da raiz (como, por exemplo, «Deshonesta cousa»).

A. Barbosa: *Desonrra*. Vide... *Deshonrra* (c. 373).
J. Cardoso averba «Onra» e outras palavras relacionadas com esta forma, assim como alguns derivados com o prefixo *des-* («Desonrar», «Desonrado», «Desonradamente»). Não representa com o *h-* etimológico nenhuma palavra desta família lexical.

A. Barbosa: *Despir, aliàs espir* (c. 377).
J. Cardoso regista «Despir» e «Espir», sem referência remissiva.

A. Barbosa: *Desposouros*... Vide *Esposouros* (c. 379).
J. Cardoso regista «Esposorios», sem indicar outra forma ou variante da palavra.

A. Barbosa: *Desque, he o mesmo, que depois que*. Vide... (c. 381).
J. Cardoso regista «Desque», «Despois» (além de «Depois») e «Despois que», sem qualquer referência remissiva.

A. Barbosa: *Direyto*, Vide *Dereyto* (c. 397).
J. Cardoso regista a variante «Dereito», sem indicar também a forma «Direito».

A. Barbosa: *Empedir*. Vide *Impedir* (c. 427). Também regista *Impedimento* e *Impedida cousa* (cc. 619-20).
J. Cardoso regista «Empedir», «Empedido», «Empedimento», sem indicar variantes com *im-* na primeira sílaba.

A. Barbosa: *Enjuriar*. Vide *Injuriar* (c. 451). Regista igualmente diversas outras palavras com *in-* inicial da mesma família lexical (cc. 629-630).
J. Cardoso regista «Enjuriar» sem incluir a forma «Injuriar», nem outras formas com *in-* inicial da mesma família lexical.

A. Barbosa: *Enquirição*, Vide *Inquirição, que he melhor lingoagem*... (c. 452).
J. Cardoso regista «Enquirição» (e o verbo «Enquerir»); não abona a forma «Inquirição», nem a variante com *in-* do verbo correspondente.

A. Barbosa: *Entupir*. Vide *Atupir* (c. 462).
J. Cardoso averba «Atupir» e «Atupido»; não regista «Entupir», nem outra forma afim.

A. Barbosa: *Espidir*, Vide *Despedir* (c. 492). [8]
J. Cardoso regista «Espedir» («Espedirse», «Espedida cousa», «Espedimento») e «Despedir» («Despidida cousa», «Despidirse», «Despidimento»), sem indicar qualquer relação entre as variantes das palavras correspondentes.

A. Barbosa: *Esperiencia*. Vide *Experiencia* (c. 493).
J. Cardoso averba «Esperiencia»; não regista a forma «Experiencia».

A. Barbosa: *Espirar*. Vide *Expirar* (c. 495).
J. Cardoso regista «Espirar», sem incluir a representação gráfica «Expirar».

A. Barbosa: *Estreuer*. Vide *Atreuer* (c. 510).
J. Cardoso averba tanto «Estreverse» (e algumas palavras afins «Estrevida cousa», «Estrevimento», «Estrevidamente») como «Atreverse» (e as formas «Atrevido», «Atrevimento», «Atrevidamente»), sem qualquer referência remissiva.

A. Barbosa: *Estruir*, Vide *Destruir* (c. 510).
J. Cardoso averba tanto «Estroir» («Estroição», «Estroidor») como «Destruir» («Destruida cousa», «Destruidor»...), sem qualquer referência remissiva entre as variantes com *es-* e as com *des-*.

A. Barbosa: *Filosomia*. vide *fisionomia* (c. 542).
J. Cardoso não abona nem «Fisionomia», nem a forma deturpada «Filosomia».

A. Barbosa: *Fome*. Vide *Fame* (c. 550).
J. Cardoso regista «Fome» (duas vezes, sendo a primeira na sequência das entradas em *fa-*, poucas linhas depois de «Faminto»), mas não inclui a forma arcaica «Fame».

A. Barbosa: *Iuntar*. Vide *Ajuntar* (c. 640).
J. Cardoso abona a forma «Ajuntar» e diversas palavras afins («Ajuntamento», «Ajuntada cousa»); não indica a variante do verbo sem *a-* («Iuntar»), embora

[8] Nota-se que *Espidir* está na sequência das entradas que começam com *espe-* (cc. 491-492), de modo que a representação gráfica com *i* na raiz pode representar, neste caso, um simples erro tipográfico, motivado talvez pela pronúncia comum.

registe várias palavras afins sem prótese («Iunta», «Iuntamente», «Iunto», «Iuntura»).

A. Barbosa: *Lião*. Vide *Leão* (c. 664).
J. Cardoso regista a forma «Lião» (em diversos contextos fraseais, além do diminutivo e dois topónimos), sem incluir a representação gráfica «Leão».

A. Barbosa: *Luminar*. Vide *Illuminar* (c. 680).
J. Cardoso averba «Luminar», sem indicar a forma com *i-* inicial.

A. Barbosa: *Malditosa cousa*. Vide *Desditosa cousa* (c. 688).
J. Cardoso averba tanto «Malditoso cousa» como «Desditosa cousa», sem referência remissiva.

A. Barbosa: *Oca cousa*... Vide... *Oqua cousa* (c. 779).[9]
J. Cardoso inclui a forma «Oco», mas não «Oquo». (A obra regista, porém, uma forma gráfica comparável a esta: «Pouquochinho»).

A. Barbosa: *Oje* Vide *hoje* cum aspiratione (c. 783).
J. Cardoso averba «Oje», sem indicar a forma com *h-* («Hoje»).

A. Barbosa: *Omem*, *omeziado*, *omizio*... Vide littera H (c. 788), onde a palavra é representada com a forma *Homem*, tanto na entrada inicial como nas entradas de uma sequência de vinte frases (cc. 604-6), seguida por diversas palavras afins, todas com *h-* no início: *Homenagem*, *Homiziado*, *Homizio*, etc.
J. Cardoso averba a palavra *homem* com a forma «Omem», além de representar outras palavras afins, como «Omenzinho» e «Omizio», sem *h-* no início.

A. Barbosa: *Onesta cousa*, *&c*.Vide littera H (c. 789). *Honesta cousa*, *Honestidade* (c. 607).
J. Cardoso regista «Onesto» e algumas palavras afins («Onesta cousa», «Onestamente», «Onestidade»), sem indicar formas gráficas das palavras desta família com *h-* no início.

---

[9] A forma *oqua* parece representar um latinismo falso, talvez motivado pela analogia com formas divergentes tais como *cando* (popular), *quando*; *Coresma* (popular), *Quaresma*, etc.

A. Barbosa: *Onra, &c.* Vide littera H (c. 789). *Honra, Honrar*, etc. (cc. 607-8).
J. Cardoso regista «Onra» e outras palavras afins («Onrar», «Onrada», «Onradamente», «Onroso», «Onrosamente»), sem indicar grafias com *h-* no início da raiz.

A. Barbosa: *Ospede, ospedar*, &c. Vide littera, H (c. 794). *Hospede, Hospedar*, etc. (cc. 608-9).
J. Cardoso averba «Ospede» e «Ospedar» (além de «Ospeda», «Ospedamente») sem indicar grafias com *h-*.

A. Barbosa: *Ostinada cousa.* Vide *Obstinada cousa...* (c. 794).
J. Cardoso averba «Ostinado» e «Ostinadamente», sem indicar formas com *ob-* inicial.

A. Barbosa: *Parabem, i. dar o parabem...* Vide *Pera bem* (c. 808).
J. Cardoso não inclui nem «Parabem» nem «Dar o parabem» (nem a variante com *pera-*).

A. Barbosa: *Porfia.* Vide *Perfia* (c. 860).
J. Cardoso inclui a forma «Perfia» (e «Cousa de perfia»), sem indicar a variante «Porfia».

A. Barbosa: *Praneta.* Vide *Planeta* (c. 868).
J. Cardoso averba a palavra com a forma da variante «Praneta», sem registar a forma «Planeta».

A. Barbosa: *Pranta.* Vide *Planta. Plantar* (c. 868).
J. Cardoso regista as formas «Pranta», «Plantar» e «Prantada cousa» (portanto, com alternância do grupo de consoantes no início da palavra).

A. Barbosa: *Reconualecer.* Vide *Conualecer* (c. 915).
J. Cardoso averba «Reconvalecer», sem registar «Convalecer».

A. Barbosa: *Refião.* Vide *Rufião* (c. 920).
J. Cardoso averba «Refiam», sem registar a forma «Rufiam» (*rufião*).

A. Barbosa: *Renço.* Vide *Ranço* (c. 929).

J. Cardoso averba a palavra com a forma «Ranço», sem indicar a variante «Renço».

A. Barbosa: *Repayrar, ou reparar...* Vide *Renouar. Repayro, ou reparo... Repayrador, aliàs reparador...* (cc. 930-1).
J. Cardoso regista as formas «Repairar», «Repairo» e «Repairador» sem indicar as variantes com *–a-*, em vez de *–ai-* (ou *-ay-*) na raiz que têm em comum.

A. Barbosa: *Resposta...* Vide *Reposta* (c. 938). Para *Resposta* e para *Reposta* há entradas próprias, com equivalentes em latim seguidos por referência aos autores e obras citados.
J. Cardoso inclui a forma «Reposta» mas não «Resposta» (embora registe o verbo correspondente com a forma «Responder»).

A. Barbosa: *Rezão*. Vide *Razão* (c. 944).
J. Cardoso inclui a palavra com a forma «Razão» (além de outras afins, com *a* na raiz) sem indicar a variante popular «Rezão».

A. Barbosa: *Ruym cousa*. Vide... *Roym cousa* (c. 957).
J. Cardoso averba «Ruim», mas não regista a forma «Roim» (nem «Roym»).

A. Barbosa: *Supita cousa*. Vide *Subita* (c. 1012). A obra inclui verbetes extensos sobre *Subita cousa* e *Subitamente* (c. 1011).
J. Cardoso averba «Supitamente», sem incluir a forma do adjectivo correspondente; não inclui a forma «Subito», nem qualquer outra derivada desta.

A. Barbosa: *Tauoa*, Vide *Taboa* (c. 1021).
J. Cardoso averba «Tavoa» e outras palavras afins a esta forma («Tavoinha», «Tavoada», «Tavoleiro de jugar», « Tavoleiro de pam», «Tavola de jugar»), sem registar a variante «Taboa» (embora registe «Tabaliam», com *–b-* na raiz).

A. Barbosa: «*Vm, vm dia antes, vm dia depois, vm soo, aliàs Hum.* Vide littera H» (c. 1199 [= c. 1099]).
J. Cardoso averba «Um» e «Um só», mas «Hũa vez» e «Huã vez, & outra».

6. Fraseologia

Segundo J. Mendes de Almeida (1965: 36), dois aspectos fundamentais resultam da análise, mesmo rápida, da obra lexicográfica de Agostinho Barbosa: «o primeiro diz respeito à preocupação de abonação, com passos dos bons autores, das formas latinas propostas – o que se não encontra em Cardoso...; a segunda consiste em substancial aumento de palavras e frases em relação ao léxico de Cardoso». A presente secção indica algumas das diferenças na extensão e no tratamento da fraseologia entre as obras consideradas.

Tanto o dicionário português-latim de A. Barbosa como o de J. Cardoso abonam a palavra *acoutar*. No dicionário de J. Cardoso são registadas mais duas palavras relacionadas com esta: «Acoutamento» e «Acouteador»; à mesma entrada seguem-se mais sete na obra de A. Barbosa: *Açoutar com varas*; *Açoutar com correas*; *Açoutada cousa*; *Açoutadiço. i. muytas vezes açoutado, ou que merece ser açoutado*; *Açoutes*; *Açoute, ou açoutes, instrumento com que açoutão*; *Vergão. ou sinal dos açoutes* (c. 25). De modo semelhante, na obra de J. Cardoso a entrada da palavra «Alugar... dar por aluguer» inicia uma série com mais quatro entradas, enquanto há um total de nove entradas na série correspondente na obra de A. Barbosa (cc. 69-70).

Na obra de J. Cardoso a palavra *homem* (registada com a representação gráfica «Omem») inicia uma série de oito entradas, a palavra *mulher* («Molher») também uma série de seis, a palavra *vinho* («Vinho») uma de dezasseis, enquanto na obra de A. Barbosa as séries correspondentes são respectivamente de vinte e três, treze e quarenta e uma entradas. A entrada do verbo *cantar* inicia uma sequência de cinquenta e seis entradas no dicionário de A. Barbosa, quarenta e três no de J. Cardoso.

Os exemplos acima referidos são típicos de abonações a partir de uma entrada lexical básica e correspondem a uma diferença que se nota de modo geral: embora se encontrem, em ambas as obras comparadas no presente estudo, exemplos de registos de frases nominais e verbais a partir das entradas que averbam simples palavras, este recurso é mais frequente e está mais elaborado no dicionário de A. Barbosa do que no de J. Cardoso.

O uso de frases ocorre também nalgumas entradas para identificar o significado geral da respectiva palavra. Assim, encontram-se em A. Barbosa entradas com frases explicativas a seguirem as palavras iniciais dalgumas entradas: *Achacosa cousa. i. sojeyta a doenças* (c. 24), *Adèla. i. molher que vende pellas ruas* (c. 27), *Almadias embarcaçõẽs de pouca fabrica, q̃ se vsão na India* (c. 63), *Almilha que se veste debaxo do jubão* (c. 63), *Almoface com*

que se alimpão os caualos (c. 64), *Benzerse, i. fazer o sinal da Cruz* (c. 154) etc. O uso de frases em português para identificar ou explicar o significado de entradas lexicais também é mais frequente e está mais desenvolvido no *Dictionarium lusitanicolatinum* de A. Barbosa do que no dicionário de português-latim de J. Cardoso.

O amplo emprego de abonações de usos em latim nos verbetes sobre palavras e frases portuguesas também resulta, com frequência, numa ampliação da documentação da fraseologia portuguesa na *Dictionarium lusitanicolatinum* de A. Barbosa, quer em relação ao sentido, quer para explicar alguma propriedade gramatical. Os exemplos seguintes são da obra de A. Barbosa (não havendo empregos fraseais correspondentes no dicionário português-latim de J. Cardoso).

No verbete sobre *Aborrecer* (cc. 7-8), A. Barbosa observa que *Este Verbo*, Tædet, *tem tres preteritos, dous impersonaes, & hum pesoal.* No verbete sobre *Abrasarse* (c. 8) dá cinco verbos correspondentes do latim, notando que *todos carecem de supino.* Referente a *Acompanhada cousa* (c. 15), faz esta observação: Comitatus... *He participio de* Comito..., *& tambẽ he nome...* No verbete sobre *Acontecer* (c. 16), menciona três verbos latinos correspondentes, com a observação: *Todos estes verbos nas terceiras pessoas somente, & no infinitiuo*; seguem-se as respectivas referências de obras latinas, além da indicação de outro verbo latino, com semelhante observação gramatical. No início do verbete sobre *Acharse presente* (c. 23), refere dois verbos latinos, *ambos cõ datiuo, ou ablatiuo cõ preposição.* Em relação à palavra *Agriões* (c. 45), observa: *Enganouse Laguna em dizer, que Nasturtium aquaticum, significa Agroẽs.* No verbete sobre *Carecer de algũa cousa* (c. 197), nota que a palavra Cassus... *he adjectiuo, & não he participio... , como algũs idiotas dizem: significa cousa vãa.* No verbete sobre *Corda da ancora* (c. 79), observa: *Os que dizem que* Ora, *significa a corda da ancora, enganãose, porque,* Ora, *significa a corda em q̃ se ata á nau na terra...* No verbete *Cantar o açor, ou falcão* (c. 191), em que dá dois verbos latinos, observa: *Estes dous verbos significão propriamente piar.*

No verbete sobre *Dormitorio* (c. 412), que traz como correspondência o latim cubiculum dormitorium, A. Barbosa comenta: *Outros dizem* dormitorium *somente, mas enganão se, porque* dormitorium *he adjectiuo.* No verbete *Dormir com molher* (c. 412), observa que *Martial, & outros vsão de hum verbo desonesto, & çujo, & por ser tal o não quis escreuer.* No verbete sobre *Cousa de encruzilhada* (c. 439), nota que o latim triuiale, *quer dizer cousa cõmum & vulgar.* No verbete sobre *Folgar* (c. 550), observa, em relação a gaudeo e lætor: *Em Cicero ajuntar estes verbos nas autoridades sobredictas dá a entender, que algum tanto são differentes: mas como a differença seja pouca não podemos*

deyxar de lhes dar a mesma significação, pois fazemos Vocabulario em lingoagẽ. Læto, aris, *propriamente significa alegrarse.* No verbete sobre *Ortiga morta* (c. 793), justifa o facto de que não inclui certos nomes: *Outros nomes dá a esta Vrtiga Laguna... dos quais não faço menção, por os não achar no Thesouro, nem em outro Auctor graue...*

Nalguns casos, A. Barbosa inclui na entrada mais de uma frase em português para a mesma frase em latim, sendo talvez o exemplo mais notável o seguinte: *Assi me Deos ajude, assi Deos me salue, assi Deos seja cõ migo, assi eu viua, assi eu tenha vida, assi eu acabe em bem, assi eu alcance o que desejo: tudo he hũa cousa, diremos em Latim deste modo...* (c. 122).

Outros tipos de fraseologia em português no dicionário de A. Barbosa incluem os adágios portugueses e as traduções de adágios latinos que se inserem nos verbetes dalgumas palavras e frases. São algumas centenas em número. Não há propriamente nenhuma correspondência a tal tipo de frases no dicionário de português-latim no dicionário de J. Cardoso (embora a grande inovação do dicionário de latim-português do mesmo autor, a partir da edição de 1569-1570, revista e ampliada por Stockhammer, sejam os adágios baseados no famoso *Adagiorum* de Erasmo, acompanhados, em geral, por adágios portugueses correspondentes, ou explicações em português).[10]

Em suma, é extensa a fraseologia documentada no corpo dos verbetes do dicionário de A. Barbosa, a partir das definições e das referências a textos latinos, enquanto os verbetes correspondentes do dicionário de J. Cardoso se limitam, de modo geral, às simples equivalências latinas, sem citações de exemplos de usos em frases, nem comentários semânticos e gramaticais em português semelhantes aos que se encontram, com frequência, na obra de A. Barbosa.

7. Conclusões

Um exame abrangente do *Dictionarium Latinolusitanicum et viceversa*, de Jerónimo Cardoso, revela que, de modo geral, a estrutura dos verbetes é relativamente simples: às palavras portuguesas que servem de entradas, seguem palavras latinas que correspondem ao significado comum da respectiva palavra na língua vernácula. Frequentemente, o verbete indica apenas uma palavra latina correspondente no significado (a qual seria tomada, na falta de outras indicações, como o único «sinónimo» em latim da palavra portuguesa). São incluídas

[10] Em relação aos adágios no dicionário latim-português de Cardoso e os de Erasmo, veja-se Teyssier (1980).

algumas informações gramaticais sobre as correspondências latinas, sendo que estas informações se limitam, com raras excepções, ao domínio da morfologia. (As poucas informações adicionais referem-se, na maioria, a propriedades sintácticas, tais como, por exemplo, a regência). Há, nalguns casos, informações em português, logo a seguir da entrada, sobre o sentido da palavra: por exemplo, «Alemoa, molher da Alemanha», além da correspondência latina (no caso referido, «*Germana, germanae*»). Em geral, os verbetes não incluem informações sobre variantes, nem referências remissivas a outras entradas de palavras afins. Tão-pouco são incluídos exemplos do uso da palavra portuguesa averbada. Por estas breves observações, torna-se evidente que os verbetes da referida obra tendem a ser muito breves, limitando-se geralmente à palavra portuguesa com uma correspondência (semântica), ou «sinónimo», em latim.

São geralmente mais extensos os verbetes do *Dictionarium Lusitanicolatinum* de Agostinho Barbosa (1611). Frequentemente incluem mais de uma correspondência em latim, não raramente várias. No caso de algumas entradas, são indicados usos regionais correspondentes, enquanto em outras entradas são indicadas opções no uso sem identifição do respectivo tipo de variação ou alternância observada pelo Autor. A. Barbosa faz uso amplo de referências remissivas entre entradas afins. Por outro lado, é frequente na referida obra a indicação de mais de um contexto ou estrutura gramatical. Um maior número quer de correspondências quer de contextos, tende a revelar, de forma mais ampla, a riqueza significativa das palavras e das frases portuguesas abonadas. Além disso, o dicionário de A. Barbosa caracteriza-se por maior exemplificação em citações de obras em latim, frequentemente com comentários em português, o que contribui para um uso mais amplo da fraseologia na língua vernácula.

8. Perspectivas para futuras investigações

Os resultados do presente trabalho confirmam, como fazem outros no género, a importância de estudos comparativos para a história da lexicografia da língua portuguesa. Há diversas perspectivas importantes para futuras investigações comparativas neste domínio. É preciso ampliar o âmbito das obras comparadas, incluir mais dicionários portugueses e outras obras de referência que registam palavras e frases da língua portuguesa[11]. Por outro lado, há todo o

[11] Por exemplo, seria importante comparar, entre outras obras, o *Dictionarium lusitanicolatinum* de A. Barbosa com o *Thesouro da Língua Portuguesa* (1647) de Bento Pereira, que segundo a afirmação de Almeida (1967: 11) «não substitui com vantagem o *Dictionarium* de Agostinho Barbosa, nem no número de vocábulos nem nas abonações...».

interesse em aprofundar a investigação do tratamento de alguns tipos de variantes, sobretudo no tocante a palavras antigas e formas regionais e populares, no sentido de determinar o grau de representação de tais elementos do léxico geral, em épocas sucessivas, na codificação da língua. Também há interesse especial, no caso de alguns autores de dicionários, em considerar o conjunto das suas obras, a fim de determinar o seu justo lugar na história cultural de Portugal.[12] Diversas outras perspectivas também podem ser proveitosas.[13]

Referências bibliográficas

Almeida (1959). Justino Mendes de Almeida, «O primeiro lexicógrafo português da língua latina», *Euphrosyne*, II (1957), 139-152.

Almeida (1965). Justino Mendes de Almeida, «Agostinho Barbosa: o segundo lexicógrafo da língua latina», *Revista de Guimarães*, LXXV (1965), 31-40.

Almeida (1967). Justino Mendes de Almeida, «Lexicógrafos portugueses da língua latina», *Revista de Guimarães*, LXXVII (1967), 5-17.

Almeida (2002). Justino Mendes de Almeida, «Jerónimo Cardoso, figura singular do Humanismo Português», Intervenção no colóquio internacional Humanismo Latino na Cultura Portuguesa, 17 a 19 Outubro de 2002, FLUP/Porto. (Texto disponível na Internet: http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C001_11.pdf).

Barbosa (1611). Agostinho Barbosa, *Dictionarivm lvsitanicolatinvm*... Braga, 1611.

Caldas (1996). António José Ferreira Caldas, «Prelados» in *Guimarães. Apontamentos para a sua história*, 2ª edição, Guimarães, 1996, parte I, pp. 152-157.

Cardoso (1569-1570). Jerónimo Cardoso, *Dictionarivm Latinolvsitanicvm & vice versa Lusitanicolatinu~, cum adagiorum*... Coimbra, 1569-1570.

Messner (2003). Dieter Messner, *Dicionário dos dicionários portugueses*, vol. IX, AN-AO, Salzburg, 2003. (No site http://www.sbg.ac.at/rom/people/prof/messner/dddport.htm encontram-se selecções de vários volumes do *Dicionário dos dicionários portugueses*).

Oliveira (1961). A. do Couto Oliveira, «Agostinho Barbosa, canonista português», *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichete*, II (1961), 1-46.

[12] Veja-se, a este respeito, o importante trabalho recente de Justino Mendes de Almeida sobre o lugar do Jerónimo Cardoso no humanismo português (Almeida 2002).

[13] Diversos temas interessantes são sugeridos no trabalho fundamental sobre a história da gramática e da lexicografia em Portugal, da autoria de T. Verdelho (Verdelho 1995, *passim*).

Teyssier (1980). Paul Teyssier, «Jerónimo Cardoso et les origines de la lexicografie portugaise», *Bulletin des Etudes Portugaises et Brésiliennes*, v. 41 (1980), 7-32. (Também em P. Teyssier, *Études de Littérature et de Linguistique*, Paris, 1990, pp. 199-230).

Verdelho (1995). Telmo Verdelho, *Origens da Gramaticografia e Lexicografia latino-portuguesas*, Lisboa, 1995.

Naceo e Amperidónia:
Traços linguísticos duma novela sentimental

Aida Sampaio Lemos
Universidade do Minho

1. Até meados do século XX, no *corpus* da novela sentimental quinhentista portuguesa era comummente assinalado apenas um título – *Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro. No entanto, na década de 70, e a provar que os fundos das bibliotecas abrigam ainda pequenos tesouros manuscritos à espera de serem (re)descobertos, Eugenio Asensio presenteou-nos com o achado de um códice miscelado[1] contendo, entre outros, um texto de vinte fólios, anónimo e sem título, pertencente a este género literário e que, partindo de dados paleográficos do manuscrito, é por ele datado da primeira metade do século XVI. O texto foi editado pela primeira vez por David Hook (1985)[2] que, seguindo um costume literário da época quinhentista em obras do género (Lago:1997, 24-25), lhe atribuiu como título os nomes do par amoroso protagonista da história – *Naceo e Amperidónia* –; tendo por base factores internos do texto, o mesmo autor estabelece como marcos cronológicos para a sua datação um período que vai de 1517 a 1547.

Actualmente é apenas conhecida esta cópia manuscrita de *Naceo e Amperidónia*, pelo que, e a par com o facto de nela se poderem verificar aspectos

---

[1] Este códice miscelado (conhecido como "manuscrito Asensio") foi adquirido em 1983 pela Biblioteca Nacional de Lisboa, onde figura como códice 11 353; para além de *Naceo e Amperidónia* e de uma cópia de *Menina e Moça*, apresenta cópia de várias obras representativas da literatura peninsular da época de Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Boscán, Garcilaso de la Vega, Jorge Manrique, bem como outros textos de tipologia diversa – discursos, cartas, obituários, entre outros.

[2] David Hook – "*Naceo e Amperidónia*: A Sixteenth-Century Portuguese Sentimental Romance". In *Portuguese Studies*, 1. London: Departement of Portuguese. King's College, 1985.

literários e retórico-discursivos representativos do género[3], é também por isso relevante e valiosa, constituindo, além disso, juntamente com *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro e *Historia dos trabalhos da sem ventura Isea* de Alonso Núñez de Reinoso[4], o *corpus* quinhentista português de um género – a novela sentimental – que na Península Ibérica foi cultivado e muito apreciado a partir de finais do século XV.

A história dos amores de *Naceo e Amperidónia* surge retratada na obra pela *dimensão verbal* do amor: chegado a uma grande cidade e à corte, Naceo apaixona-se por Amperidónia e estabelece estratégias verbais de conquista às quais ela responde com estratégias verbais de defesa. Os excursos narrativos, as cartas, os excertos líricos e os diálogos presenciais retratam o percurso do serviço amoroso e conquista de progressivas *mercês*[5], reproduzindo modelos de discurso a eles relativos.

Foram publicadas duas edições do texto. A já referida de Hook (1985), paradiplomática, e a de Luiz Fagundes Duarte (1986)[6], regularizadora e interpetativa, às quais pensamos poder em breve juntar uma outra de cariz crítico-interpretativo, que apresenta duas edições paralelas, uma modernizadora e outra

---

[3] "De facto, se a novela sentimental tem, na sua génese como no seu contexto de época, uma função eminentemente exemplar (Lago, 1997: 22), o discurso de Naceo e Amperidónia configura-se para além disso como exemplar do discurso amoroso, não só na sua vertente ideológica mas também e sobretudo na medida em que cumpre a função de apresentar modelos da arte epistolar e do seu paralelo no campo da oralidade: a arte da conversação. Complementando estas dimensões, assinale-se a presença de uma vertente mais especificamente literária – a arte de trovar – instituindo-se assim a novela como uma súmula das qualidades verbais necessárias ao amor na corte, como uma representação modelar da eloquência de matriz ciceroniana." (Lago e Lemos (Edição, fixação do texto, notas e glossário por) – *Naceo e Amperidónia. Novela Sentimental Epistolar* (a aguardar publicação)).

[4] Texto do qual existe na Biblioteca Nacional de Lisboa apenas o microfilme e sobre o qual estamos a trabalhar com vista à sua edição - *Historia dos trabalhos da sem ventura Isea, natural da cidade de Epheso e dos amores de Clareo e Florisea* (microfilme 2204 da BN, feito a partir de um exemplar existente em Viena de Áustria).

[5] A confirmar esta perspectiva, a inconclusão da obra, que termina com o aprazamento de mais uma entrevista: "./I. carta de naçeo.//.não me dejs cullpa de me tamto afadiguar pojs o tempo *e* a causa traz a presa comsiguo. *e* majs eu sej çerto q*ue* o com que uos escusães estaa ja pera yso. peçouos p*or* merçe que o co*n*curdães p*or* que o prjnçipe estaa de camjnho *e* eu partirej co*m* elle.. *e* de llaa tornarej secretame*n*te pera vos fallar qua*m*do ma*n*dardes. ./I. ./I. rreposta danperjdonja.//.Asi me pareçe q*ue* seraa bem q*ue* partais co prjnçipe *e* de llaa tornarejs a huũ t*em*po çerto/ q*ue* bem he q*ue* fique llogo tudo co*n*çertado p*or* escusaremos rrecados de tão llonge. pojs se qua perdem os de tão perto. ordenaj uosa partida *e* fazej perequi ho camjnho *e* eu terej escrjto./ ou vos dyrej de pallavra como ha de ser .//" (f221r). (Lago e Lemos, *op.cit.*).

[6] Luiz Fagundes Duarte, (apres., leit. e fixação e regularização do texto por) – *Naceo e Amperidónia (Novela sentimental do século XVI)*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1986.

conservadora, esta última seguida de glossário, e de que apresentamos um excerto:

> /f201/ huũ espanholl. de nasam purtugues. amdaua na guerra q*ue* o turquo fazya ao solldam: *e* na tomada de hũa çidade onde mujtos se fizerão rricos . elle foy ter co*m* hũa arca de fortes fechaduras q*ue* pareçia q*ue* grande tisouro guardaua. co*m* a quall elle *e* outros seus co*m*panhejros se apartarão. *e* buscados e*n*genhos co*m* que a despregarão. gra*n*de soma de lliurarja acharão sem outra cousa a ter acupada[7]/. amtre os quais huũ piqueno caderno estaua emburjlhado e*m* huũ pano de seda *e* como a tall ujstidura lhe visem[8] afirmarão que fidallguo serja. segu*n*do a llej portuguesa aguora ho comsede/. *e* por esta ue*n*tagem q*ue* dos outros lhe virão aquelle soo quiseraom lleuar. por q*ue* tão camsados. dos trabalhos das armas estavão. q*ue* com maior caregua não puderão/ *e* depojs q*ue* o t*em*po deu allgũu aseseguo e os outros co*n*tauão dinhejros de prata *e* douro *e* outros joyas de gra*n*de vallya . q*ue* do rroubo . ouverão/. *e* elle llya por seu lliuro q*ue* e*m* mũj ellegante llatjm era escrjto. do quall tanto gostaua q*ue* nenhũa enbeja aos outros auja/. *e* como naquillo co*n*tinuase/. seu co*m*panhejro. co*m* que*m* senpre pousaua. se agravou delle por lhe não dar parte daquella jstorja. por ser llatino *e* elle não/. a quall a seu rrequerjme*n*to tirou em llingoagem purtugues. de que depojs tanto gostauão. q*ue* era ho maior pasatenpo que tinhão./ *e* depojs da guerra acabada *e* o solldam estrojdo. allgũs crjstãos q*ue* se acharão rricos. pidirão lliçensa ao turquo. p*er*a se yrem a suas naturezas. aos quais a daua lliureme*n*te. fazendolhes gra*n*des merçes/ . *e* estes dous co*m*panhejros agrauados de sua patrja detrjmjnarão fycar *e* ma*n*darão este lliuro a purtuguall. emderençado a Joam Rramires darelhana[9] co*m* este escrjto//. /f201v/ mujto estimado s*enh*or/. o desejo de uosa doçe co*m*v*er*sação *e* a neçesidade de seu esforço. q*ue* mujtas uezes nesta guerra en q*ue* ando tiue ./ me obrjgou a desejar allgũu presente. *e* como nella tão mall aventurado como e*m* todollas outras cousas fose./ a meu poder não veo ter nenhũa p*er*a ser dina de apresentar a tall p*eso*a senão este piqueno lliuro q*ue* dara co*m*ta a. v. m. de sy e*m* pouco papell. q*ue* foi a cousa q*ue* me delle majs co*n*tentou sua breujdade./por q*ue* qua*m*do se as pesoas nã achão copiosas e*m*

---

[7] Hook] 'ocupada'.

[8] Foi difícil distiguir no manuscrito o 'b' e o 'v' , dado que estas duas letras aparecem frequentemente desenhadas de forma muito similar; assim, considerámos 'b' sempre que as duas hastes se encontram feitas ou quando apenas a haste inferior aparece bem desenhada; nos outros casos, optámos por 'v'.

[9] Hook] 'Arelhano'.

dizer mujto./se descareguão co*m* e*n*curtare*m* seus proçesos. do q*ue* vos se*n*hor nu*n*qua tiuestes my*n*goa polla gra*n*de abillidade q*ue* e*m* dizer *e* fazer temdes. a que peço por merçe q*ue* veja esta jstorja por que*m* outras mores pasaraom. *e* se bem lhe pareçer sera boa. *e* senão callalloha[10] sua bondade por quão fora he[11] das murmurações tão acustumadas//.

Prolloguo.

mujto pouco nos pareçera ho empremder das cousas. se primeiro não co*n*sentiramos a posibillidade do q*ue* cometemos. *e* ajnda co<*m*> jsto nã abasta noso jujzo. p*er*a o estimar polla deuersidade q*ue* uemos aco*n*teçer dos casos. q*ue* mujtos de graues *e* jnçertos começos são bem acabados *e* outros. comsiderados. *e* de boo*m*s prinçipios auerem atrauesados fii*n*s segu*n*do ha fortuna os fauoreçe. *e* por tanto não diujamos [12]de ser obrjgados a dar co*m*ta de majs q*ue* de bem começar co*n*tinuando noso preposito. ser e*m*derençado a bom fym. pojs ho majs não he em nosa mão. /f202/ mas da vemtura de cada hũu /. ne*m* jsto não nos desobrjga a enprender grandes cousas. mas a ter nellas mor esperança. pojs por mores q*ue* sejam pode co<*m*> ellas ha ventura /. *e* co<*m*> este preposito começarej hũa estorja de mujtos tenpos. aconteçida *e* dyna de gramde memorja q*ue* a mjnha notiçia veo esforçandome majs no que pode ser q*ue* sey//.

A my*m* me foy e*n*come*n*dado q*ue* tirase e*m* llynguoage*m* portugues hũu estorja gregua que acomteçeo na çidade de sollbia donde se afyrmã q*ue* os greguos lleuarão archilles. qua*m*do foy ho ajuntame*n*to sobre a gra*n*de çidade de troya/ como q*ue*r q*ue* esta estorja pareçese majs a*n*tigua por qua*n*to nella falla do m*uj*to poderoso rrey que primejro foy de que adiante allgũa cousa direj *e* da manejra q*ue* tinha de prouocar a sy grande soma de molheres. rreçebidas. a q*ue* llogo ordenaua hũa casa e*m* que ujuesem *e* todollas neçesarjas p*er*a suas despesas. co*m* mujtas franquezas de lliberdades q*ue* posoyão polla dinjdade *e* estado de as ter por molheres e*m* caso q*ue* co*m* ellas nã partiçipase doutra manejra. *e* polla defere*n*ça destas cousas pareçe m*uj*to mudar os vocavollos llatinos tanto sotis[13] *e* dillicados. e*m* mjnha llingoage*m* portugues.

---

[10] Hook] 'callallha'.
[11] Hook] 'fore hu'.
[12] Hook] 'dirijamos'.
[13] Ms] sinal de abreviatura sobre 'i'.

majs jncllinada a dizer do mujto menos./ q*ue* do pouco majs. como q*uer* que de gra*n*des ajudas as estoreas *e* o fauoreçellas co*m* morallidades tem. mas a my*m* não me pareçe q*ue* herro pojs co*m* dizer ha v*er*dade de como esta pasou me descullpo de todo pollo pouco guosto que do comtrafejto[14] tinha//.[15].

Representativo do género e, por conseguinte, com lugar de relevo no panorama da nossa história da literatura, este texto adquire igual importância para o conhecimento do português, porquanto se encontra escrito numa "franja de separação" da periodização da língua (Azevedo Maia: 1995) que se caracteriza pela manutenção de traços característicos do português arcaico e pelo aparecimento de particularidades linguísticas que atestam mudanças significativas na história da nossa língua.

Assim, considerando com Maia (2002: 240) que "*todos* os textos redigidos em tempos pretéritos ou apenas no lapso temporal abrangido pela pesquisa interessam ao investigador, quer se trate de documentos não-literários ou de textos literários" e partindo da edição conservadora do texto e do glossário que realizámos, procuraremos dar aqui conta, embora sumária e parcialmente, de alguns aspectos relativos ao estado da língua usada neste documento literário.

2. Os dados que a seguir apresentamos resultam de um trabalho, por ora inconcluso, de levantamento de aspectos linguísticos do texto *Naceo e Amperidónia* que foi objecto de um tipo de edição que vulgarmente se denomina de conservadora. Subjacente a esta opção está a convicção de que uma transcrição mais perto do original permite um mais profundo acesso à língua do texto, contribuindo, por conseguinte, de modo mais eficaz para o seu estudo.

Foi nosso objectivo reunir informação sobre factos relevantes da língua de um texto singular no quadro da literatura quinhentista e no qual a construção da significação aparece estreitamente associada a retóricas específicas da temática, do género e da época. Na verdade, o texto oferece uma interessante construção discursiva de que uma análise parcial como a que fizemos não dará cabalmente conta, ficando por fazer a necessária e certamente reveladora análise linguística do discurso amoroso e epistolar usado pelos protagonistas da novela; não obstante, e tendo igualmente em conta os condicionalismos de uma apresentação

---

[14] Hook] 'comtrafjto'.

[15] Lago e Lemos, *op. cit.*

Um estudo da obra foi realizado por Mª Paula Lago intitulado *Naceo e Amperidónia. Estatuto da Novela Sentimental do Século XVI*. Braga- Coimbra: Angelus Novus, 1997.

como a presente, faremos apenas breve referência a aspectos gráfico-fónicos e de morfologia nominal atestados no texto. A consulta do glossário permitirá, por seu lado, uma aproximação ao léxico utilizado, bem assim como aos sentidos específicos que determinadas palavras adquirem dentro do co-texto e de aqui faremos também breve menção.

Como atrás se referiu, o único testemunho actualmente conhecido deste texto não apresenta indicação de autor nem aparece datado, pelo que a datação que lhe foi atribuída é baseada em factores internos da história narrada e não tanto na sua análise linguística.

Não pretendemos com tal afirmação contestar a datação proposta; os dados histórico-culturais presentes na novela e já inventariados, bem como uma leitura global do manuscrito, legitimam-na. Pretendemos tão-só chamar a atenção para a necessidade de uma análise scripto-linguística deste texto que, para além de poder contribuir para a obtenção de dados mais concludentes sobre tal questão, permitirá conhecer o estado da língua aí representado, sem, no entanto, deixar de ter presente que a escrita é, quando comparada com o oral, uma depositária mais altiva do conservadorismo na língua, ao que, no caso em questão, acresce o facto de se tratar de uma escrita literária estreitamente ligada a determinadas convenções textuais e discursivas; para além disso, sabemos que "nem todas as inovações ou já mudanças da língua se reflectem simultaneamente nos textos escritos e, além disso, que neles se revelam em graus distintos e de modo diverso de acordo com os géneros textuais" (Maia: 1995, 13). No que concerne a obra *Naceo e Amperidónia* temos ainda que contar com a ausência de dados sobre a tradição manuscrita do texto.

3. O documento, tal como é habitual em escritos da época, apresenta uma grande variabilidade gráfica, ao nível da representação grafémica do vocalismo e do consonantismo.

Vejamos, pois, a título exemplificativo, o uso no texto dos grafemas[16] ***<i, j*** e **y**; ***ae, o; eo, aa, ee, ii*** e ***oo; -ão, -aom, -am; g, c, s; u, v; rr*** e ***ll>*** e das relações, apesar de reconhecidamente ser difícil a sua confirmação a partir apenas de um documento escrito, com o estatuto fonológico que poderão acolher.

[16] Seguimos a definição de 'grafema' como a «unidade de língua escrita, indivisível em unidades menores que representam unidades da língua falada» (V. Horejsí (1964) *cit. por* Evelina Verdelho (1994) p.650).

O grafema <*i*> aparece no texto como representação gráfica de fonema vocálico anterior fechado /i / em posição interior e final (*rricos, lliuro, aqui, naçi...*), tendo apenas uma ocorrência em início absoluto de palavra (*iso*); surge também como expressão gráfica da representação actual da espirante anterior / j / em ditongos crescentes seguidos de fonema vocálico velar fechado /u / e central fechado /a / (*prinçipio, rrio, pareçia, metia*) e em ditongos decrescentes - /aj /, /oj /, ej /, /uj / (*quais,tais, mais, maior, depois, primeiro, fui...*), aparecendo também em alternância com *e*: *piqueno, tisouro, pidirão....*

O grafema <*j*> é usado no texto em formas nas quais actualmente se realiza a espirante anterior /j / em ditongos crescentes e decrescentes (*majs, companhejro, depojs, auja, memorja...*), o fonema vocálico anterior fechado /i / em posição inicial, medial e final de palavra (*jstorja, jsto, escrjto, qujs...*), o fonema consonântico palatal sonoro /z/ em posição inicial absoluta de palavra e interior em início de sílaba (*joyas, enbeja...*) e o fonema vocálico anterior fechado nasal (*llatjm, ajnda...*).

O grafema <y> (pontuado ou não) aparece no texto em formas seguidas de consoante nasal (*myngoa, mym, fym, llyngoagem...*) e como representação de fonema vocálico anterior fechado (*afyrmam, sayão, yrem, fycar, ally, hy...*, bem como em formas nas quais hoje se realiza a semivogal anterior /j/ em ditongos crescentes e decrescentes[17] (*afeyção, llya, fazya, deyxaua, foy, rremedyo...*) .

A grafia <*-aes*> aparece em formas (pronomes, adjectivos, substantivos) cujos singulares apresentam a terminação *–al* (*quães, jguães, sinães...*), aparecendo também a variante com <*i*> noutras formas e também em *quais*; encontra-se ainda na terminação da 2ª pessoa plural do indicativo e do conjuntivo presente (*detrimjnães, façaes, follgães, jullgães...*)[18] a par com a terminação – *ais* em *dais, contentais, estais, partais....*

---

[17] Em 1536, Fernão de Oliveira ao referir-se a <y> diz o seguinte: "Esta letra *y*, que chamamos grego, tem a figura como *v* consoante, senão que estende hũa perna para baixo ficando-lhe a boca para cima todavia; da qual alghuns poderão dizer que não é nossa, mas eu lhe darei oficio na escritura das nossas dições próprias. E é este: que as mais das vezes, quando vem hũa vogal logo trás outra, nós pronunciamos antr'ellas hũa letra, como em *meyo, seyo, moyo, joyo* e outras muitas. A qual letra a mi me parece ser *y* e não *i* vogal, porque ella não faz sillaba por si (...)". Cf. Amadeu Torres e Carlos Assunção (edição crítica, semidiplomática e anastática por) – Fernão de Oliveira. *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*. Lisboa: ACL, 2000, pp.97-98.

[18] A terminação <-aes> grafada sem til tem apenas uma ocorrência no texto. O til não representa nos outros casos nasalidade, podendo ser interpretado como indicação de desenvolvimento de *a* para indicar vogal tónica ou simplesmente como elemento inactivo. Na edição conservadora optámos por manter esse sinal nestas terminações.

O grafema <*o*> é usado nas terminações *–eo* e *–io* ("-eu" e "iu"), representando graficamente a espirante velar /w/, sobretudo em formas verbais de 2ª conjugação, 3ª pessoa singular do indicativo pretérito perfeito simples – *acomteçeo, respondeo, pareçeo, escreveo....*; *partio, vio, saiose, comsemtioo, despedio...* (e com a variante *j* e *y*: *consemtjo, ujo, despedyosse....*); em formas verbais, a terminação *-eu* aparece apenas na forma do verbo "dar" – *deu*; numa única ocorrência, encontra-se a terminação *–eo* na forma do pronome possessivo "seu" - *seo*.

As terminações <***-eo***> e <***-ea***> aparecem no texto em formas nominais que correspondem à actual terminação *-ei* em palavras como *alheos, alheas, emlleo* e na 3ª pessoa singular do indicativo pretérito perfeito simples do verbo "vir" – *veo/ ueo*, havendo apenas uma ocorrência com inclusão de *y* – *veyo*[19]. Estas terminações em realização hiática, comuns no português antigo, estão igualmente documentadas no século XVI, sendo a inserção da semivogal palatal anti-hiática apontada como tendo ocorrido no decurso deste século[20], embora haja atestações anteriores e a recomendação de Fernão de Oliveira na sua *Gramática* seja já a de incluir o grafema<y> para desfazer o hiato, o que conduz à hipótese de que este "processe de inserção da glide anti-hiática se teria desenrolado durante o século XV se não a nível da escrita, pelo menos na oralidade" (Cardeira: 1999, 86).

Quanto aos grafemas vocálicos compostos, temos no texto a ocorrência de <**aa, ee, ii** (numa única ocorrência) e **oo**> em formas como *jaa, maa, daar, llaa, daa, estaa, seraa, maar, pee, pees, fee, veer, fiins, voos, noos, door, moor, soo, poos,...*; formas que derivam duma razão etimológica (*maa, fee, soo, pee, door...*) ou sem motivação etimológica (*jaa, llaa...*), formas que representam a 3ª pessoa singular do indicativo presente e futuro (*daa, estaa, seraa...*), que representam um fonema aberto em núcleo de sílaba acentuada (*fee, maar, soo...*) ou um fonema fechado na mesma posição (*door, veer, pees, poos...*).

As terminações nasais em **–ão, -aom** *e* **–am** alternam entre si a representação gráfica do ditongo nasal hoje representado por –ão, aparecendo em formas como *mão, chãom, condição/ condiçaom, devação, paixão, quão, crjstãos, rrezão/ rrezaom, quinhão, perfejção, conversação, coração/ coraçaom/ coraçam, emtão/ entaom, concrusão, asollujçaom, jnpresaom, nasam, solldam, gallardam, perdam, confisam...*, em formas verbais de indicativo presente e pretérito (perfeito

[19] "*veyo* este desemgano tão tarde que o não cry ne*m* o pareçe" (f.218v).
[20] Cf. Teyssier (1990:45).

e imperfeito) e de condicional (duas ocorrências) onde actualmente ocorre *–am* aparece no texto ***–ão e -aom*** *(achão, acreçentão, emfadão, buscão, amdão, aprovejtão, são/ saom, haom, fizerão,apartarão, desprezarão, acharão, forão, virão, estavão, chamavão, fallavão, acabaraom, quiseraom, pasaraom, acabaraom, poderião, deixarião...)*, aparecem ainda três ocorrência em *–am*, uma no indicativo presente do verbo "estar" *((qu)estam)* e duas no conjuntivo *(sejam, saibam(no))*. As ocorrências das terminações ***–ão*** e ***–aom*** nas formas verbais (que correspondem na generalidade às terminações latinas –ant e –unt) deste texto são muito mais numerosas do que as das terminações ***–am*** e ***–ã***, havendo para esta última apenas uma ocorrência do verbo "afirmar" *(afyrmã)*, ao contrário do que acontece noutros textos da época, nomeadamente no texto *Vida e feitos de D. João II,* facto verificado por Verdelho (1994: 675) na sua edição crítica e estudo linguístico do *Livro das Obras de Garcia de Resende* e de que o Índice directo de formas que apresenta dá conta.

Este ditongo nasal aparece também nos advérbios "não" e "tão"; o primeiro é representado no texto em análise pelas formas *não* (com 196 ocorrências) e *nã* (com 58 ocorrências), não aparecendo a forma *nam*, comum noutros textos da época[21], e o segundo pelas formas *tão/ taom/ tam* (com 48, 8 e 9 ocorrências, respectivamente); há ainda a registar duas ocorrências de ***–ão*** na forma verbal "são" correspondendo à primeira pessoa singular do indicativo presente do verbo "ser"[22].

A nível da representação do consonantismo, o grafema ***<g>***, para além de representar os fonemas consonânticos oclusivo velar sonoro /g / e chiante palatal sonoro /z/: *grande, gallardom, segura., engenho, mensageira, gemtill...*, aparece também como ***<gu/ go>*** representando graficamente o fonema consonântico oclusivo velar sonoro /g/ em palavras que actualmente são compostas por /gw/ (*guardava, llyngoa, llingoagem, llegoas, magoa, myngoa...*) ou apenas por /g/ (*aseseguar, aseseguo, caregua, careguo, follguo, purtugues, purtuguall, gregua, fidallguo, camtigua* (9 ocorrências)/ *cantiga* (1 ocorrência), *aguora* (14 ocorrências)/ *agora* (2 ocorrências), *lluguar* (1 ocorrência)/ *llugar* (15 ocorrências).

[21] Na obra citada de Garcia de Resende, por exemplo, a ocorrência de *nam* e de *não* (das formas sem sinal de abreviatura no original) é, respectivamente, de 468 e de 42 (Verdelho: 1994, 819).

[22] "mas não no poso fazer tantas vezes como cujdães por que não tenho ho voso uagar. mas não q*ue* p*or* jso uos queira menos./. q*ue* p*or* quão co*n*traira **são** de corações mudauẽs o não faria q*ue* me njso fose a ujda./ disto nu*n*ca me uerejs mudada por majs q*ue* desco*n*fiejs de mj*m*//. (f208) e "não sey por que uos quejxajs de mj*m* queu **são** a q*ue* tenho rrezão de o fazer de voos." (f217)) (Lago e Lemos, *op. cit.*).

Os grafemas <*c*> e <*s*> aparecem, o primeiro, como representação gráfica do fonema oclusivo velar surdo /k / (*camtigua, cobiça, começo, caso, cano...*), mas nunca como representação da sibilante ápico-dental surda, sendo esta grafada <*s*> ou <*ç*>[23] (*çidade, çerto, çedo, pareçia, doçe, lliçensa, Naçeo...*) e fazendo parte do dígrafo <***ch***> como representação gráfica da chiante palatal surda (*chorar, chegou, chamar, achão, despachar, rrochas...*); o grafema <*s*> representa graficamente o fonema sibilante ápico-dental surdo /s/ em posição inicial ou medial intervocálica, não havendo nenhuma ocorrência do grafema composto <-ss->[24] (*saber, semtido, siso, serujço, sinall, jnpresaom, confisam, uoso...*).

O grafema <***u***>, como é comum em textos da época, apresenta de forma variável um valor vocálico ou consonântico, representando graficamente em posição inicial e medial, quer o fonema vocálico posterior /u/, quer o fonema consonântico fricativo sonoro /v/, alternando, com este valor, com o grafema <*v*>, (uagar/ vagar, uida/ vida, uiuer/ vjuer, uerdade/ verdade, troua), aparecendo também em formas actualmente formadas por ditongos com espirante velar /w/ (guardava, cousa, outrem, saudade....).

Os fonemas consonânticos vibrante e lateral alveolar são representados, o primeiro, por <*r*> e <***rr***>, sendo que <*r*> nunca aparece em posição inicial, onde é sempre usado <***rr***> (*rricos, rroubos, Rramires, rramo, rrepouso...*)[25], o segundo, por <***ll***> em posição inicial de palavra em posição medial e final - *lliurarja, llej, solldam, fidallguo, elle, aquelle, aquall, espanholl, atall...* – e em grupos consonânticos – *gllorja, contempllar, jncllinada...*; o grafema <*l*> como representação gráfica da lateral alveolar aparece numa única ocorrência (*falou*), sendo usado no dígrafo <***lh***> que graficamente representa no texto a lateral palatal (*lhe, molher, acolheo, escolhia...*). Os dígrafos compostos por estas líquidas (pl, cl, cr, pr, tr) aparecem bem diferenciados no texto, havendo a referir apenas o uso, com uma ocorrência cada, das formas *concrusão* e *pranteya*.

No que diz respeito a aspectos da morfologia nominal presentes no texto *Naceo e Amperidónia*, limitar-nos-emos a destacar aqui o uso das formas dos artigos, dos possessivos, dos demonstrativos e dos pronomes, bem como dos prefixos e sufixos empregues na formação de palavras.

---

[23] Tal uso não é similar no texto *Vida e feitos de D. João II* (cf. Verdelho: 1994, 682)

[24] Ao contrário do que acontece no texto *Vida e feitos de D. João II* (Cf. Verdelho: 1994, 683)

[25] No texto *Vida e feitos de D. João II* (Cf. Verdelho (1994) – *Livro das Obras de Garcia de Resende*) ***rr*** aparece apenas em posição medial.

O texto apresenta as formas *a, ha, as, has, o, ho, os, hos* como artigos definidos; *ao, aos, polla, pollas, pollo, pollos, no, na* como contracção da preposição e artigo; *todollos, todallas* como contracção de indefinido e artigo, a par com *todos os, todas as*; as formas de artigo definido não aparecem normalmente antes de possessivo, sobretudo da forma masculina, sendo usada a preposição simples quando seguida de possessivo (*allarguando seu rrequerjmento; acudyrja naçeo a seu escrjto; llya por seu lliuro; em seu coração*).

Os artigos indefinidos são representados pelas formas *hũu , hũa , hũas* e a sua contracção com preposição pelas formas *dũu, dũa, dũas, nũa* aparecem, por vezes, precedendo possessivo (*com hũu seu amjguo*; *casada com hũu seu amjguo*; *soube que hũa sua prima*)

Os possessivos e os demonstrativos aparecem no texto representados pelas formas: *meu, meus, mjnha, mjnhas, seu, seus, sua, suas, noso, nosa, uoso, uosa..., voso, vosa...*; *este, esta...ese, esa..., aquelle, aquella..., jsto, jso, iso, aquillo* e em formas contraídas como *deste, desta..., daquelle, daquella..., dese, disto, sobrjsto, qujsto, diso, nyso, naquillo*, não aparecendo as formas ditas "compostas" (*aqueste, aquesta...aquese...*).

Os pronomes pessoais sujeito são representados pelas formas *eu* (às vezes aglutinadas a conjunções: *queu, seu*), *elle, ella...*(quando contraídas com preposição: *della, dellas...nella, nellas...parella, parelle...*), *noos, nos, voos, uoos, vos*; com função de complemento aparecem as seguintes formas: *a, o* ("não me pareçe q*ue* **o** deueis fazer"; ", *oo* (numa única ocorrência: "não vos afadiguejs qua de ser/ **oo** qua de ser") *nos, nas* ("em **a** dizer", "não **nos** farya"; "simta uosas cruezas não **nas** vejo"), *me, mo, ma,mos* ("pojs **me** tão llomge quereis ter de vos"; "pois **mo** tamto emcareçeis"; "agrauos. não **mos** tornareis. qua a ma*n*dar"), *mjm, mym* ("llenbraiuos de **mj*m*** *e* acudy**me**"), *te, ti* ("deseja**te** o coraçaom a que*m* mandas q*ue* **te** dem"), *se, sy* ("senpre escusou de tomar sobre sy") , *lhe* ("a noite q*ue* **lhe** ella ma*n*dou dizer"; "pareçeo**lhe** que serja jaa"), *lhes* (com uma só ocorrência: "fazendo**lhes** gra*n*des merçes") *lha, lho* "e*m*taom **lho** ma*n*dou"). Os pronomes de complemento surgem independentes ou aglutinados à forma verbal que acompanham em posição proclítica e as formas *llo, lla* também em posição mesoclítica: "majs serya dejxa**llo** de fazer"; "ma*n*dou**lhe** este pequeno escrjto", "peçouos p*or* merçe que o co*n*curdães ", "senão calla**llo**ha sua bondade", "escapastes da prjmejra cullpa ter**lla**ejs dobrada"; "*e* se majs pudese fa**llo**hya".

Ainda que o texto não seja de grande extensão, ele oferece-nos uma considerável diversidade de recursos usados na formação de substantivos e adjectivos. Circunscrevendo a análise aos prefixos e sufixos empregados,

verificamos que estes últimos são usados em maior quantidade e diversidade do que os prefixos, dos quais se destaca o elemento *–des*: *descareguão, desobrjga, desditoso, desemgano, desaseseguado, desauemturas...*; e também *-a* e *–en/-em* (*avemturado, agastada, emcareçeis, encuberto, encurtarem...*). Predominam os seguintes sufixos: *-ção/ çaom, -çam* (*comversação, ujsitação, enformação, desesperação, asollujçam...*), *-mento* (*apousentamento, mereçimento, prometimento...*),*-oso, -osa* (*poderoso, rreçeoso, agusoso, uertuosa, pupullosa, copiosas...*), *-dor* (*serujdor, posujdor...*), *-ura* (*ujstidura, fechaduras...*), *-dade* (*dinjdade, neçesidade....*), *-ança/ amça* (*mostranças, llenbrança, esperamça...*), *-arjo, -arja* (*lliurarja...*), *-ença-emça* (*pendença, detemça....*), *-ençia* (*ejçellençia*), *-ançia* (*sustançia*),*-mente* (*lliuremente, verdadeyramente, soomente, desimulladamente, secretamente*), *-es, -esa/ -eza* (*purtugues, portuguesa, franquezas, cruezas*). Note-se a hesitação no uso destas últimas formas como uniformes ou biformes ("segu*n*do a llej portuguesa" e "e*m* mjnha llingoage*m* portugues").

Os glossários configuram-se como instrumentos valiosos quer para o estudo da língua do texto, quer para o conhecimento da língua da época a que o texto se reporta. O glossário que elaborámos de *Naceo e Amperidónia*, e de que apresentamos um exemplo, apresenta todas as formas do texto, ordenadas, segundo um critério semasiológico, pelos significantes, dos quais são atestados os significados gerais e, nalguns casos, os sentidos específicos que ganham no co-texto.

A

a – ver oa, prep, 105

a (105) "q*ue* disese a sua prjma" (f205)

ao pee, loc. prep, 1 "ao pé de; perto de"
pee (1) "chamaua çicalhas. ao pee dũa ujlla" (f215)

acabado (3) "e acabado ho espaço de poderem ally estar" (f212)
acabados (1) "jnçertos começos são bem acabados" (f201v)
acabamdose (1) "acabamdose o tempo de poderem ally estar" (f214v)
acabandose (1) "acabandose aquelle pequeno de dia" (f203)
acabar (6) "querer segurar a ujda ou acabar o tenpo" (f205)
acabaraom (1) "polla gllorja q*ue* tinhão de vos ver. Ilaa acabaraom" (f206)
acabaua (1) "amperjdonja lhe não acabaua doutorgar esta merçe" (f211)
acabe (1) "que me não deixara ate que me não acabe" (f206)
acabou (1) "e acabou co<*m*> ella q*ue* farja o que lhe rrequerja" (f218)
dacabar (1) "ey jaa dacabar" (f219v)

[...]

H

[hacordar], v, 1 "acordar"
hacordão (1) "hacordão com alIguu rremedyo" (f209v)

[abastar], v, 2 "bastarm chegar"
abasta (1) "e ajnda co<*m*> jsto nã abasta noso jujzo" (f210v)
abastara (1) "que tamto confio de voos que esta abastara" ((f217v)

abillidade, sb, 1 "habilidade"
"tiuestes my*n*goa polla gra*n*de abilidade" (f210v)

[abitar], v, 1 "habitar"
abitaua (1) "da çidade. omde abitaua" (f202v)

[haver] - ver aver

[*herrar*] - *ver errar*
hida, sb, "ida"
hida (1) "a hida e o tempo a jsto o hobrjgase" (f205v)
ho - ver o

[hobrjgar] - ver obrigar

homde - ver omde

hũũ, art, 66 "um"
dũa (4) "foi rrequerjso dũa senhora" (f220)
dũas (1) "mudouse dũas pousadas" (f219v)
dũũ (2) "achouse mall dũũ peee" (f210)
hũa (28) "achou Ilaa hũa p*eso*a" (f219v)
hũas (1) "a hũas gra*n*des rrochas" (f215)
hũs (1) "hũs dias uos tinha satisfejto" (f207v)
hũũ (28) "tomou hũũ camjnho" (f208)
nũa (1) "setuada nũa deradeira parte" (f202v)

hy - ver ahy

abrjr, v, 2 "abrir"
abrem (1) "majs cujdado qua*n*do abrem camjnho" (f204)

abrjr (1) "abrjr aquelle camjnho pera sua amjzade" (f208v)

acabar, v, 18 "acabar, findar, decidir"
acabada (1) "*e* depojs da guerra acabada" (f201)

[hyr] - ver jr

I

iso - ver jso

J

ja - ver jaa

jaa, adv, 20 "já"
ja (8) "p*or* que ja tenho lliçemsa" (f212v)
jaa (12) "que não erejs jaa neste mu*n*do" (f206v)

janea, Np, 1
janea (1) "se chamaua piadona janea" (f202v)

janella, sb, 2 "janela"
janella (1) "esperamdo a hũa janella" (f220v)
Janellas (1) "que Janellas pera veer" (f219v)

jazer, v, 1
jazer (1) "podia jazer ho emgano" (f216v)

A edição modernizadora, por seu lado, é acompanhada de notas de rodapé interpretativas que permitem também uma aproximação a aspectos lexicais e semântico-pragmáticos do texto:

Carta de Naceo

Poder destes vós a minha saudade para me tirar a vida, se se ela disso se contentara[26], mas porque todo acabar descansa, alarga meu tormento por que o sinta cada hora e morra cada dia[27]. E este grande mal que sinto é o mor bem que tenho pois me faz lembrança de vós, ainda que tardasse em vo-la fazer de mim porque a suspeita de o pouco desejardes consentiu no erro por que a mim só o fazia[28]. Por isso, não peço dele perdão por quão seguro estou de fazer mudança e tão aventurado havê-la.

Resposta de Amperidónia

Vi tardar tanto este vosso recado que me fez parecer que não éreis já neste mundo, e não porque vos matasse paixão mas que estaríeis em outro melhor por que vos este esqueceria[29]; e tanto esteve um recado na casa daquela mulher que tornei a mandar por ele, pois sua ventura não era conforme com minha vontade[30]. Em vossa vinda não falo porque não sei o com que folgareis mais, mas dou-vos novas que tendes cá uma prima, grande vossa amiga, e por isso lhe quero tamanho bem que por nenhum o trocaria senão pelo dos amores, se o neles houvesse tão certos[31].

Podemos, assim, destacar alguns vocábulos e expressões que no texto aparecem intimamente ligados à época, à temática e ao género: *copiosas* como "rica de ideias ou palavras, com abundância retórica" ("se as pesoas nã achão copiosas e*m* dizer mujto"); *descareguão* como "desobrigam-se e desembaraçam-

---

[26] Se ela <a saudade> se contentasse com isso <tirar-me a vida>.

[27] Hiperbolização do sentimento amoroso. A saudade não se contenta em matar <de amor>; uma vez que a morte proporcionaria descanso, repete essa *morte* a todo o momento.

[28] *ainda que* <eu> *tardasse em vo-la fazer* <fazer-vos lembrança> *de mim porque a suspeita de o pouco desejardes* <que eu vos fizesse lembrança de mim> *consentiu no erro por que* <pelo qual> *a mim só o* <o mal causado pela lembrança> *fazia*. Trata-se de uma velada acusação de disparidade dos sentimentos, a qual é e será pretexto para exigências: Naceo "não pede dele" <do facto de vos fazer lembrar> perdão, porque confia ser capaz de *fazer mudança* no coração de Amperidónia com esta formulação.

[29] Amperidónia acusa Naceo da demora em escrever, insinuando como causa uma outra paixão.

[30] Referência ao destino: Amperidónia afirma ter escrito uma carta que voltou a recolher por não estar previsto no Destino que ela fosse entregue, ainda que fosse esse o seu desejo.

[31] Salvo erro do copista (ou de concordância, por analogia), a interpretação deste passo, aliás polémico na própria transcrição, seria: "não trocaria o bem que quero à vossa prima senão pelo dos amores, se o próprio Amor considerasse certos os bens de amor nos amores".

Hook] "se home lles ouvesse taom çertos"; Duarte]" se o me lhes houvesse tão certos". Consideramos que o ms. permite a leitura que fazemos: "q*ue* por n*en*hũu o trocarja senão pollo dos amores. se ho nelles ouvese taom çertos" (f207) (Lago e Lemos, *op. cit.*).

se" ("se descareguão co*m* e*n*curtare*m* seus proçesos")"; *cometemos* usado com um sentido mais forte do que "fazer", remetendo para a racionalidade prévia ao empreender das coisas característica da imagem de cortesão (*primeiro não consentiramos a posibillidade do que cometemos*); *estimar* como "avaliar" (*nã abasta noso jujzo. pera o estimar*); *considerados* como oposto de *atravesados*, ou seja, a reflexão e análise por oposição à confusão e imperfeição (*outros. comsiderados. e de booms prinçipios auerem atrauesados fiins*); *prouocar a sy* com o sentido de "atrair" numa imagem da corte como um todo (*da manejra que tinha de prouocar a sy);* "não haver natureza " como sinónimo de "não ter pátria" numa imagem do exílio interior (*nenhũa natureza auja por sua*); *acabada* no sentido de " (mulher) perfeita" (*por que era acabada sem nenhũa cousa lhe falleçer*); *trasmontastes* como "ir para outro lugar, para longe" (*uos trasmontastes daquy/*); "concordar" usado como "combinar" (*peçouos por merçe que o concurdães*), *caregada* no sentido de "de mal com" (*caregada mostrou em o açeitar*); *desesperadas* como "sem esperança" (*taom desesperado me vejo de uos*), *agusoso* como "apressado, diligente" (*nunqua vy omem tão agusoso*), *lliurarja* como "conjunto de livros", *fazer-se* como "tornar-se", *servir* como elemento da mesura "servir a amada" (*tudo ficara comuosquo. o que vos servi e o que me negastes*); *menencorja*, forma antiga da palavra "melancolia" e que no texto é usada para indicar "incapacidade de olhar para o outro" (*não perseueraua anperjdonja na menencorja que tomara*); *apartado de sy*, expressão que congrega uma imagem ovidiana de "estar fora de si", ocupado apenas com a "imagem da amada" (*elle tão apartado de sy que pallaura nenhũa pode fallar*).

4. Não cabe numa apresentação deste tipo um estudo aprofundado de todas as características linguísticas que se podem atestar no documento em questão. Assim, deixamos apenas alguns traços da língua usada no texto, ficando por fazer quer a análise mais abrangente dos aspectos gráfico-fónicos e morfológicos, nomeadamente os verbais (saliente-se apenas a este propósito a ausência de particípios passados em *–udo* e a presença de particípios, com valor verbal e adjectival, terminados em *–ado*, *-ada*, *–ido*, *-ida* (*acabada, arredada, escarmentado; arrependida, prometida, rrequerjdo, rreçebidas....*) e de particípios fortes como *escrjto, fejto, satisfejto*)), quer o estudo da componente morfossintáctica, quer ainda dos elementos de âmbito lexical e semântico-pragmático e de análise linguística do discurso, designadamente da sua organização interna e do seu funcionamento.

Acreditamos que o cotejo com outros *corpora* da época, nomeadamente com os da poesia e de outros exemplares do género *novela sentimental*, com

transcrições que permitam o acesso à língua atestada nos documentos e acompanhados dos respectivos glossários, poderá fornecer dados para um trabalho mais abrangente.

Referências Bibliográficas

Diogo, Américo Lindeza – "Nótulas sobre *Naceo e Amperidónia*". In Álvares, M. C. & Diogo, A. A. L. – *Gravitações*. Braga: Angelus Novus, 1994.

Duarte, Luiz Fagundes (apres., leit. e fixação e regularização do texto por) – *Naceo e Amperidónia (Novela sentimental do século XVI)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

Hook, David – "*Naceo e Amperidónia*: A Sixteenth-Century Portuguese Sentimental Romance". In *Portuguese Studies*, 1. London: Departement of Portuguese. King's College, 1985.

Lago, Mª Paula – *Naceo e Amperidónia. Estatuto da Novela Sentimental do Século XVI*. Braga- Coimbra: Angelus Novus, 1997.

Lago, Mª Paula e Lemos, Aida Sampaio – "Discurso literário e edição de texto: *Naceo e Amperidónia*". In *Actas do XVII Encontro Nacional da APL*. Lisboa: APL, 2002, pp.241-246.

Lago, Mª Paula e Lemos, Aida Sampaio (edição, fixação do texto, notas e glossário por) – *Naceo e Amperidónia. Novela Sentimental Epistolar* (a aguardar publicação).

Maia, Clarinda – "Sociolinguística histórica e periodização linguística". In *Diacrítica*, nº10. Braga: CEHUM, 1995, pp. 3-30.

Quint, Anne- Marie – "Un étrange roman épistolaire: *Naceo e Amperidónia*". In *Le Conte et la Lettre dans l'espace lusophone*. Paris: Sorbonne, 2001, pp.63- 73.

Verdelho, Evelina (edição crítica, estudo textológico e linguístico por) – *Livro das Obras de Garcia de Resende*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1994.

Diacronía da Formación do Plural dos Nomes Oxítonos Galegos Terminados en /ℓ/ no Singular*

Ramón Mariño Paz
Universidade de Santiago de Compostela

1. Análise das fontes medievais

1.1. Análise global da mostra medieval

En liñas xerais — e non, como é natural, sen certo nivel de variación ao que de inmediato me referirei —, os nomes galegos medievais que presentaban flexión de número e terminaban en singular na consoante /ℓ/ formaban o plural aténdose ás seguintes regras:

1. O alomorfo | es | empregábase:

1.1. cos polisílabos oxítonos que levaban o /ℓ/ precedido das vogais comunmente grafadas <a>, <e>, <o> e <u>; estes nomes perdían a consoante lateral do lexema no plural: *leal – leaes*, *cabedel – cabedees*, *catasol – catasoes*, *azul – azues*.

1.2. cos polisílabos non oxítonos, que comunmente non perdían a consoante lateral do lexema no plural: *amigável – amigáveles*, *perdurávil – perdurávileis*.

1.3. cos monosílabos, que comunmente perdían a consoante lateral no lexema do plural se se trataba de palabras gramaticais (*qual – quaes*, *tal – taes*), mais presentaban un comportamento variable se eran palabras léxicas (*mal – males – maes*, *vil – viles*).

---

* Este traballo realizouse no marco do proxecto de investigación denominado *Gramática histórica da lingua galega*, posto en marcha polo Instituto da Lingua Galega coa subvención económica da Dirección Xeral de Política Lingüística da Consellaría de Educación e Ordenación Universitaria da Xunta de Galicia.

2. O alomorfo | is | empregábase coas voces que en singular eran polisílabas e oxítonas e terminaban en /iɫ/, eliminando a consoante lateral do lexema no plural: *gentil – gentijs*, *sotil – sotijs*. As voces que no singular eran polisílabas pero non oxítonas e terminaban en /iɫ/ podían ocasionalmente seleccionar tamén este alomorfo de plural, suprimindo a consoante lateral: *semellávil — semellávijs*.

Pois ben, aínda que nas fontes galegas medievais, producidas entre o século XIII e os inicios do século XVI, predominan amplisimamente para os nomes oxítonos rematados en /ɫ/ no singular os plurais con perda regular desta consoante (*cabeçaes*, *lenzoes*, *sotijs*, etc.), tamén se rexistran nelas minoritarias solucións con mantemento do /ɫ/. A nosa reflexión sobre este obxecto de estudo debe partir da observación de que, na gran maioría dos textos medievais aquí explorados, a innovación morfolóxica consistente en formar o plural destes nomes coa adición do morfema *–es* e sen eliminar a consoante lateral alveolar final do singular non alcanza porcentaxes superiores ao 10 %, e en non poucos casos nin sequera chega ata o 5 % (cf. táboas 1 e 2). No conxunto do corpus seleccionado a innovación só aparece aproximadamente no 7.25 % dos casos posibles, con insignificantes diferenzas segundo as ocorrencias rexistradas se insiran en textos literarios e historiográficos (6.25 %) ou notariais (7.50 %). Por tanto, podemos afirmar non só que a innovación presenta un nivel de difusión moi baixo no corpus medieval explorado, senón tamén que isto ocorre en tipos de textos diversos, sen que ningún xénero discursivo se amose particularmente receptivo a este novo tipo de plurais.

TÁBOA 1

Porcentaxes dos plurais sen /ɫ/ e con /ɫ/ dos nomes oxítonos en textos literarios e historiográficos dos séculos XIII, XIV e XV.

	CSM	LP	TC	GE	CT	HT	MS	CI	Global
Sen /ɫ/	95.50	100.00	75.50	93.50	98.00	96.50	100.00	91.00	93.75
Con /ɫ/	4.50	0.00	24.50	6.50	2.00	3.50	0.00	9.00	6.25

Outra cuestión que demanda atención é a da aparición e progreso dos plurais que transformaron os hiatos *–aes* (< -ALES) e *–oes* (-OLES) mediante asimilación vocálica seguida ou non de coalescencia: *-a(a)s* [*naturaes* > *natura(a)s*], *-o(o)s* [*españoes* > *españo(o)s*]. Xa Rübecamp (1933-1934: 347) e Barbosa (1960: 153) sinalaron estes plurais como peculiares dos textos galegos dos séculos XIV-XVI. Posteriormente, Lorenzo (1975-1977: I, XXX-XXXI) e

TÁBOA 2

Porcentaxes dos plurais sen /ʊ/ e con /ʊ/ dos nomes oxítonos en textos notariais dos séculos XIII, XIV e XV.

	S. XIII (HG-P)	S. XIV (HG-P / USC)	S. XV (HG-P / USC /AP)	Sécs. XIV-XV (SM)	Global
Sen /ʊ/	100.00	94.50 / 100.00	96.75 / 98.75 / 63.75	93.25	92.50
Con /ʊ/	0.00	5.50 / 0.00	3.25 / 1.25 / 36.25	6.75	7.50

Maia (1986: 659-660; 1992: 366-367) corroboraron esta afirmación, e a profesora da Universidade de Coimbra mesmo achegou testemuños extraídos de documentos galegos do século XIII, como *Trigáás* (ano 1297) e *cabedas* (ano 1299). Da mostra que eu analizo neste traballo unha primeira conclusión que se desprende é a de que os textos notariais se mostran moito máis abertos cós literarios e historiográficos a estoutra innovación caracteristicamente galega: fronte ao aproximadamente 8 % de plurais con asimilación nos segundos, os primeiros chegan ata un moi importante 33.25 % (cf. táboas 3 e 4). É de xustiza, neste punto, lembrar que xa hai uns setenta anos asegurou Rübecamp (1933-1934) que, fronte ao que acontece coa lingua poética do XIII e do XIV, os documentos notariais galegos daquel tempo salientan como portadores de certas innovacións que habían de ter continuidade ata a época moderna. No mesmo sentido, tamén Clarinda Maia encontrou evidencias que a levaron a declarar que "os textos notariais, apesar de um certo grau de formalismo que os caracteriza e da própria natureza dos sistemas gráficos medievais, deixam transparecer alguns factos da linguagem da época", de modo que "alguns dos traços mais expressivos da evolução do galego relativamente ao português aparecem registados em textos dessa natureza, não surgindo o mais pequeno indício nas Cantigas de Santa Maria, nem nas composições poéticas dos Cancioneiros profanos, nem em textos em prosa da mesma época" (Maia 1992: 365-366). Lingua escrita e lingua oral son, obviamente, realidades diferentes, e a apertura da primeira respecto da segunda varía non só de xénero discursivo a xénero discursivo, senón incluso de autor a autor.

TÁBOA 3

Porcentaxes dos plurais sen e con asimilación vocálica dos nomes oxítonos en textos literarios e historiográficos dos séculos XIII, XIV e XV.

	CSM	LP	TC	GE	CT	HT	MS	CI	Global
-aes -oes	100.00	100.00	84.75	98.00	100.00	97.75	93.00	61.00	92.00
-a(a)s -o(o)s	0.00	0.00	13.25	2.00	0.00	2.25	7.00	39.00	8.00

TÁBOA 4

Porcentaxes dos plurais sen e con asimilación vocálica dos nomes oxítonos en textos notariais dos séculos XIII, XIV e XV.

	S. XIII (HG-P)	S. XIV (HG-P / USC)	S. XV (HG-P / USC /AP)	Sécs. XIV-XV (SM)	Global
-aes -oes	84.50	100.00 / 99.00	44.50 / 61.50 / 0.00	78.50	66.75
-a(a)s -o(o)s	15.50	0.00 / 1.00	55.50 / 38.50 / 100.00	21.50	33.25

Outra conclusión que semella ben fundada é a de que, se xa nas fontes do século XIII e do XIV se poden sinalar documentacións de plurais terminados en *–a(a)s* ou en *–o(o)s*, é nas do XV onde estas progresan ostensiblemente, como pode verse en CI e mais nas colecções de documentos notariais deste século que explorei. Por conseguinte, podemos dicir que a innovación consistente na asimilación e a coalescencia vocálicas antes mencionadas debeu de progresar seriamente despois do século XIV. Só TC discorda un tanto neste contexto, pois, sendo un texto elaborado entre 1295 e 1312, presenta xa un 13.25 % de plurais con asimilación. Mais o certo é que no tocante a esta cuestión TC presenta unha serie de singularidades das que falarei por extenso no epígrafe 1.2. Baste polo de agora con dicir esta obra nos chegou a través de dous manuscritos e que, segundo Lorenzo (1975-1977: I, XXXVI, n. 25), o que leva o número 2497 na Biblioteca Universitaria de Salamanca, datable a finais do século XIV, contén máis trazos galegos cá parte do 8817 da Biblioteca Nacional de Madrid de que é copia directa ou indirecta, e que entre estes trazos se encontran os plurais con asimilación vocálica de que aquí estamos a falar:

> El ms. 2497 muestra aún con mayor claridad su procedencia gallega. Como es más moderno [o 8817 é de ca. 1295-1310], la lengua está ya más evolucionada y las características gallegas son más acusadas: confusión de sordas y sonoras, mayor abundancia de castellanismos, *más abundancia de formas de plural en –os, -as*, formas como *proue*, etc. [As itálicas son miñas].

Neste contexto hai dúas fontes que discordan polas elevadas porcentaxes con que nelas se presentan os plurais sen perda de /ℓ/: unha obra historiográfica de entre 1295 e 1312 (TC) e un texto notarial de 1457 (AP). A súa singularidade esixe para elas cadansúa análise particular.

1.2. Análise particular da tradución galega da Crónica General, *da* Crónica de Castilla *e da* Crónica Particular de San Fernando (Crónica Xeral Galega)

O máis antigo dos dous manuscritos en que se nos transmitiu esta tradución (o 8817 da Biblioteca Nacional de Madrid) escribiuse entre 1295 e 1312 e consta de dous códices primitivamente independentes aínda que xa unidos no século XIV; na súa primeira parte ofrécese unha tradución parcial da *Crónica General* realizada sobre o manuscrito rexio *E* da Biblioteca do Escorial (coa excepción dos seus primeiros 22 folios, que se lle engadiron a *E* despois de feita a tradución galega) e na segunda, precedida dunha versión refundida do *Liber Regum*, encóntranse as traducións da *Crónica de Castilla* e da *Crónica Particular de San Fernando*. O outro manuscrito, probablemente de finais do século XIV, é o 2497 da Biblioteca Universitaria de Salamanca, e só contén a tradución parcial da *Crónica General* que tamén ofrece o ms. 8817 da Biblioteca Nacional de Madrid. Segundo Lorenzo (1975/1977: I, LVII), todo induce a pensar que este segundo manuscrito é unha copia da primeira parte do primeiro, ou ben unha copia doutro manuscrito hoxe desaparecido en que por súa vez se copiara o primeiro.

Talvez sexa significativo o feito de que, como se observa nas táboas 5 e 6, a porcentaxe de plurais innovadores (con mantemento do /ℓ/) é notablemente máis elevada nas traducións da *Crónica de Castilla* (CC) e da *Crónica Particular de San Fernando* (CPSF) ca na da *Crónica General* (CG). Mentres que das 124 ocorrencias de plurais tradicionais (sen /ℓ/) de todo o manuscrito 8817 da Biblioteca Nacional de Madrid chegan ata 34 (o 27.50 %) as que se encontran na tradución da *Crónica General*, só 2 dos 40 casos de plurais con /ℓ/ do mesmo manuscrito (o 5 %) se localizan na mesma parte. Como, por outro lado, non se dá ningún caso en que un plural tradicional (sen /ℓ/) da tradución de CG do ms. 8817 teña como réplica un plural con /ℓ/ no ms. 2497, temos que concluír que a

resistencia fronte aos plurais innovadores (con /ℓ/) non é propiamente característica de ningún destes dous manuscritos, senón da tradución da *Crónica General* que eles os dous nos transmiten; ou, á inversa, que a fácil acollida de tales plurais se dá só na tradución da *Crónica de Castilla* e da *Crónica Particular de San Fernando*, é dicir, no segundo códice do manuscrito 8817.

TÁBOA 5

Distribución de plurais sen /ℓ/ e con /ℓ/ a través das tres crónicas do ms. 8817 da Biblioteca Nacional de Madrid (en %).

	CG	CC	CPSF
Sen /l/	27.50	50.75	21.75
Con /l/	5	52.50	42.50

TÁBOA 6

Porcentaxes de plurais sen /ℓ/ e con /ℓ/ en cada unha das tres crónicas do ms. 8817 da Biblioteca Nacional de Madrid.

	Sen /ℓ/	Con /ℓ/
CG	94.50	5.50
CC	75.00	25.00
CPSF	61.25	38.75

Paga a pena destacar tamén que, mentres que só o 21.75 % dos plurais tradicionais de todo o manuscrito 8817 se encontran na CPSF, ascende ata o 42.50 % a porcentaxe dos plurais innovadores do manuscrito que están inseridos na mesma crónica (cf. táboa 5). A especial apertura da CPSF cara aos plurais con /ℓ/ confírmase ao consultar os datos que se ofrecen na táboa 6: se dentro da CG estes non representan máis ca un exiguo 5.50 % (2 casos de 36), na CPSF elévanse ata o 38.75 % (17 ocorrencias de 44), e algo menos na CC (o 25 %, é dicir, 21 casos de 84).

Para min é obvio que estas diferenzas se deben a que, como xa afirmou Cintra (1951-1954-1961: I, CCCXXVII-CCCXXVIII), na produción das distintas partes da chamada *Crónica Xeral Galega* participaron varios "tradutores galegos que provàvelmente trabalhavam dentro das fronteiras de Castela e Leão". Desde logo, na constitución material do manuscrito 8817 da Biblioteca Nacional

de Madrid (cf. Lorenzo 1975-1977: I, XXXVIII; 1993) non faltan elementos que, sumados aos de carácter lingüístico, invitan a pensar que así foi. En todo caso, aínda faltando un estudo pormenorizado sobre a autoría dos dous códices deste manuscrito, semella irrefutable que na súa elaboración participaron varios individuos e que foron diferentes os responsables do primeiro e do segundo códices. En definitiva, a maior apertura aos plurais con /ɫ/ que se observa en CC e mais en CPSF probablemente obedece a que os seus tradutores, talvez galegos residentes fóra de Galicia, non se mostraron tan vixiantes coma o(s) de CG á hora de verteren para o galego este trazo morfolóxico do castelán.

Canto aos factores que propiciaron a penetración dos plurais con /ɫ/ no texto, resulta evidente a influencia do castelán: con certeza, en varias ocasións algúns tradutores transpuxeron para a versión galega un recurso morfolóxico propio da lingua en que estaban escritas as fontes traducidas, mais non da lingua de destino: *prouẽçialles* (TC, 20.8), *çirialles* (TC, 70.26), *catadrales* (TC, 461.16-17, 689.9), *senoralles* (TC, 889.9), etc.[1] De feito, en TC son numerosos os castelanismos de diverso tipo, non faltando incluso treitos importantes de texto que quedaron sen traducir ou a medio traducir (cf. Lorenzo 1975-1977: I, XXXI): *sub el castiello del Feral a vnas gargantas et vnos vales malos* (743.32-33), *a la rreyna et al esleyto* (455.18), *alla gelo vayamos dar* (338.31), *vengo* (326.37), *ysla* (297.28), etc.

Por outro lado, os préstamos árabes tardíos, en tanto que voces que non evoluíron popularmente, comportáronse como fonte relevante para a penetración desta innovación morfolóxica na obra; carentes dunha palabra que a cada un deles lle coubese en xusta correspondencia no léxico patrimonial do galego da época, os tradutores de CC e de CPSF tenderon a vertelos tal como os atopaban nos textos orixinais, a miúdo sen tan sequera practicaren a necesaria acomodación morfolóxica para a formación do plural[2]: *adaliles*[3] (TC, 877.12, 892.61),

---

[1] Nas pasaxes correspondentes da *Primera Crónica General de España* editada por Menéndez Pidal (1977) lese, efectivamente, *prouinciales* (365b4), *ciriales* (385a35), e *sennoralles* (769b28). *Catadrales* está na tradución da *Crónica de Castilla*, para a que non consultei ningunha versión castelá.

[2] Nas pasaxes correspondentes da *Primera Crónica General de España* editada por Menéndez Pidal (1977) lese *adaliles* (764a14, 771b9-10), *aguaziles* (733a2) e *gazules* (727a48, 52; 727b1, 5, 6, 7; 759a6). *Alquinales*, *arauales*, *araualles* e *arrauales* están na *Crónica de Castilla*.

[3] Segundo Lorenzo (1975-1977: II, s.v.), "en A1 aparece la forma *adais* 200 n. 26, que es la única que corresponde a la fonética gall.-port., con pérdida de la –l- intervocálica; las restantes [*adalj*, *adaly*, *adalide*] son diversas interpretaciones a partir del cast. ant. *adalil*, más tarde disimilada la l en d". Fronte aos *adaliles* de CPSF, temos *adalijs* en CG (TC, 200-26) e tamén *adalijs* na propia CPSF (TC, 806.13).

algozilles[4] (TC, 813.216), *alquinales* (TC, 614.9), *arauales*[5] (TC, 520.6), *araualles* (TC, 514.16), *arrauales* (TC, 521.9, 664.28), *gazulles*[6] (TC, 802.31, 32, 37, 39, 40, 42, 43; 878.22), *gazules* (802.43, 867.9). Así, estes préstamos lexicais traían canda si, asociada, unha probable interferencia que acabaría constituíndose en semente dunha innovación morfolóxica.

Traducións insatisfactorias por servís respecto das fontes manexadas poden ser tamén algúns dos non moi numerosos casos de plurais rematados en *–les* que se rexistran noutros textos galegos trasladados desde o castelán: *canales* (GE), *gentiles* (HT), *manançiales* (GE), *morales* (GE), *sotiles* (GE), *ygoales* (HT), etc. Os préstamos doutras linguas (árabe, catalán, provenzal...), como voces non patrimoniais, escaparon a miúdo á evolución con caída de /ℓ/, como pode verse nos arabismos *atabales* (CT) e *gazules* (GE), no provenzalismo *aneles* (GE), no probable catalanismo *metales* (segundo DCECH, do lat. METALLU, a través do catalán *metall*)[7] (GE), ou no substantivo *almirales* (CT), de controvertida orixe.

Mais tamén desde dentro do sistema había factores que puxaban pola emerxenxia destes plurais innovadores dentro de CC e de CPSF. A innovación, evidentemente, producía o efecto dunha simplificación das regras de formación do plural. Primeiramente, debemos ponderar a importancia de que puido revestirse a atracción analóxica exercida polo modelo das palabras que formaban o plural engadindo o morfema *– es* pero sen eliminar a consoante final do lexema: *amor – amores*, *mes – meses*, *voz – vozes*. Por outra parte, cómpre ter en conta tamén a importancia dos monosílabos e os polisílabos non oxítonos terminados en /ℓ/ no singular que nunca ou raramente coñeceran outra solución para os seus plurais. Canto aos polisílabos non oxítonos, cómpre dicir que se trataba

---

[4] En CG temos como contrapartida un plural tradicional para este substantivo: *algozijs* (TC, 200.42).

[5] Para este arabismo hai plurais sen /ℓ/ en CC: *arrauaes* (TC, 512.18; 663.5, 18), *arauaas* (TC, 520.2).

[6] *Gazules* era unha designación dos árabes que xa debía de estar en desuso cando se escribiu a *Crónica General*, pois no seu capítulo 1044 dise que aos "aláraues" "ante los llamauan bien a ese tiempo 'gazules'" (Menéndez Pidal 1977: 727a51-52) [= "ante os chamauã bem a esse tempo gazulles", TC, 802.39]. O tradutor galego desta pasaxe tiña necesariamente que respectar esa peculiar denominación dos árabes que aparecía na fonte, pois nin habería voz especificamente galega para ela nin tería sentido buscar unha tradución para unha palabra que na fonte se presentaba como unha cita ("chamáuanlles *gazulles*"). E de feito transpúxoa tal cal, sen tan sequera practicar a acomodación morfolóxica para o plural.

[7] Con todo, en GE predomina *metaes* sobre *metales*, pois fronte ás 8 ocorrencias da primeira variante só se rexistra 1 da segunda.

principalmente dos adxectivos derivados de étimos latinos formados coa adición do sufixo –BILE, que tiñan daquela moi pouca frecuencia de uso e a miúdo se incorporaron como cultismos, sen perda por tanto da consoante /ℓ/ en posición intervocálica. En toda a *Crónica Xeral Galega* non aparecen máis ca tres casos: dous sen caída de /ℓ/ (*conuenauilles*, 894.30; *perdurauilles*, 656.43) e un con tratamento patrimonial (*semellauijs*, 549.2). No resto do corpus explorado batemos con semellante escaseza de ocorrencias e coa mesma tendencia a manter a consoante /ℓ/ neste tipo de plurais, tamén cando non se trata de adxectivos derivados de étimos co sufixo latino -BILE: *amigaueles* (USC), *áuoles* (CT), *cruéueles* (HT; talvez de *CRUDEBILES), *imobiles* (USC), *inmoueles* (USC), *mobeles* (HG-P, USC), *mobelles* (USC), *moueles* (GE, HG-P, USC, SM), *móveles* (SM), *mouelles* (HG-P, USC), *mouiles* (HG-P), *móujlles* (SM), *presebeles* (GE), *semellaueles* (HT, HG-P), *ssemellauiles* (HG-P). No conxunto deste corpus estes plurais esdrúxulos sen perda de /ℓ/ alcanzan un elevadísimo 97.25 % de representación.

Tamén os monosílabos que remataban nun /ℓ/ procedente de /ℓ/ latino (QUALE, TALE, VĪLE, etc.) mostraban algunha resistencia a perder esta consoante ao formaren os seus plurais, aínda que esta tendencia se manifestou moitísimo menos acusadamente ca no casos dos polisílabos graves en singular e con grandes diferenzas entre as palabras gramaticais e as palabras léxicas. Na *Crónica Xeral Galega* estes plurais con /ℓ/ conservado representan un 18.75 % das ocorrencias, mais con notables diferenzas de palabra a palabra: o relativo e interrogativo *quaes* ou *caes* e mais o identificador *taes* ou *taas* practicamente non sofren competencia en toda a crónica, pois só se lles pode apoñer unha ocorrencia de *quales* (TC, 376.36) (fronte a 45 de *quaes*, 2 de *caes*, 24 de *taes* e 2 de *taas*); en troques, fronte ás 13 aparicións do substantivo *males* (en tres ocasións coa variante gráfica *malles* en CG) só se opón unha da *maes* en CG (TC, 228.8), ao paso que para o adxectivo *viles* (TC, 462.6,11) ou *uilles* (TC, 624.8) non hai alternativa.

No conxunto de toda a mostra medieval seleccionada a porcentaxe destes bisílabos plurais con /ℓ/ conservado é bastante máis baixa ca en TC, pois apenas chega ao 4 %. Mais as tendencias observables nela non son distintas das patentes na *Crónica Xeral Galega*. As palabras gramaticais *quaes* (CSM, LP, TC, GE, CT, HT, MS, CI, HG-P, USC, AP, SM) e *taes* (CSM, LP, TC, GE, CT, HT, MS, CI, HG-P, USC, AP) predominan amplisimamente do século XIII ao século XV en todo tipo de textos, e só se lles poden opoñer rarísimas ocorrencias de *quales* (TC, 376.36; HG-P, 66 —2 veces, nun texto de 1515 moi castelanizado —, 178; USC, 139, 230; AP, 461, 1182, 1264) ou *calles* (TC, 115.133). Coas palabras

léxicas sucede o contrario, pois o normal é que formen o plural en *–les*: *cales*[8] (< CANALES) (SM), *males* (TC, GE, HT, CI), *soles* (GE), *uiles* (CT), *viles* (TC), *uilles* (TC), *villes* (CI); unicamente *maes* (CSM, TC, GE, CT, MS) — con ata 26 ocorrencias fronte a 0 en CSM — discorda neste contexto. A meu parecer, a altísima frecuencia de uso das palabras gramaticais é o que explica que no seu caso se desen case sen excepción as transformacións propias das palabras populares: a grandísima recorrencia de QUALES e TALES no discurso imposibilitaba de raíz a súa introdución na lingua en calidade de cultismos. Canto ás palabras léxicas, semella que os plurais máis infrecuentes (*soles*, *viles*) experimentaron un tratamento culto, ao paso que os máis utilizados oscilarían entre o culto e o popular (*males* / *maes*). Pola súa parte, *cãal* ou *cal* (< CANALE) preséntase sempre con plurais con /ℓ/ na mostra analizada (*caales* en TC e mais en HG-P, *cales* en SM), pero unha explicación convincente deste singular comportamento esixiría unha análise moito máis demorada da que podo consagrarlle a este substantivo nesta comunicación.

Á parte debe considerarse o caso dos nomes con étimos latinos que tiñan -/ℓ:/ e non /ℓ/ e que por tanto en singular remataban en principio en *–e*, e non en *–l*. É, por exemplo, o caso dos descendentes de VALLE(S). Para o singular as fontes galegas medievais ofrecen a solución *vale* ou *valle*, mais tamén *val*. O plural deste substantivo nas mesmas fontes é sempre *vales* (ou variantes gráficas) (TC, GE, CT, HT, MS, HG-P), e nunca **vaes*. Certamente, operou a favor desta restrición a longa permanencia da variante singular bisílaba *val(l)e*. Igualmente, presentan plurais acabados en *–les* sen excepción *cales* (< CALLES) (TC, CT, HT), *moles* (CSM, LP), *pelles* (GE), *peles* (HG-P), etc. A meu parecer, este tipo de plurais monosilábicos tamén puideron exercer unha atracción analóxica que contribuíse ao arraizamento da innovación morfolóxica que nesta comunicación se estuda.

Algo semellante podería dicirse de ocasionais formas resultantes da acción de fenómenos fonéticos coma a asimilación, a disimilación e a metátese: *alcalles* (con asimilación *ld* > *ll* : *alcaldes* > *alcalles*) (TC, GE), *aruoles* (con disimilación : *áruores* > *áruoles*) (TC), *Ffroles* (con metátese: *flores* > *froles*) (LP 1: P. Gomez Charinho 4.1; CT; MS), *marmoles* (con disimilación : *mármores* > *mármoles*) (GE, CT).

[8] Inicialmente este substantivo non era monosílabo en singular (*cãal*), mais, logo de se consolidar a coalescencia de <ãa>, si pasou a selo.

1.3. Análise particular do Libro de notas de Álvaro Pérez (AP)

Este libro foi redactado na súa case totalidade polo notario Álvaro Pérez de Pontevedra entre o 1 de maio de 1457 e o 10 de xaneiro de 1458. Hai, con todo, algúns fragmentos que saíron de distinta man e con datación diferente; entre estes deben destacarse tres notas escritas en 1463 por un escribán non identificado (números 148, 149 e 150 na edición de Fernando R. Tato Plaza). As escrituras que neste libro de notas se conteñen localízanse nun espazo xeográfico que vén a corresponderse co dos actuais concellos de Rianxo, Boiro e A Pobra do Caramiñal, situados na banda norte da Ría de Arousa.

Son poucos os rexistros de plurais de nomes polisílabos oxítonos rematados en /l/ no singular que podemos extraer desta obra. Feitura tradicional teñen *casaas* (AP, 2641, 2642, 2654, 2656, 2662), *tenporaas* (AP, 2412) e o topónimo *Çidrãas* (AP, 1445; plural de *cidral* 'lugar plantado de cidreiras'). Conservan o /l/ *çeujles* (AP, 1108), *cremjnales* (AP, 1108), *originales* (AP, 1740) e *principales* (AP, 1623). Tanto unhas formas coma as outras se deben á man do notario Álvaro Pérez.

A primeira observación que cabe facer é a de que, mentres que entre os nomes con plural tradicional temos léxico patrimonial e popular (*casaas*)[9] ou topónimos (*Çidrãas*), entre os que presentan a innovación predominan os tecnicismos propios da linguaxe xurídico-administrativa (*çeuiles*, *cremjnales*, *originales*). Por outro lado, este segundo tipo de plurais aparece preferentemente no marco de expresións formulares sobre as que, nunha data tan serodia coma a do ano 1457, debían de ir gravitando xa con certa forza os correspondentes modelos formulares do castelán:

- e eu, o dito Pero de Louro, como voso fiador de vós, a dita Mayor de Cores, mjña moller, amos e dous de mã comũ, a bos de hũũ e cada hũũ de nós porlo todo, así como debdores e *principales* pagadores, rrenũçiãdo la ley de duobus rrex debendi cõ todas suas cláusulas e la ley de o quita, et çétera (AP, 1621-1624);
- por ende, que por se ella absentar e apartar del como de seu marido, sen súa liçençia e contra súa võtade, que protestaua e protestou que cayese e jncurrise e ouvese caýdo e jncurrido ẽnas mayores penas *çeuiles* e *cremjnales* estableçidas en dereyto en tal caso, e que perdese e aja perdido arras e dote e todos seus bẽes (AP, 1105-1109).

[9] Máis discutible é a consideración que a este respecto pode merecer o adxectivo *tenporaas*.

Fóra do que poida opinarse dela no tocante ao aspecto morfolóxico que se estuda nesta comunicación, a interferencia do castelán sobre a lingua deste libro de notas é patente, por exemplo, no seu léxico xurídico-administrativo (*avenjr*, *cõuenjr*, *bachiller*, *bjẽ* 'propiedade', *debda*, *debdor*, *enagenar*, *jncurryr*, *pertenẽçia*, *poseer*, *rrẽta*, *testigo*, *vẽta*...), nos substantivos con que nel se designan os cargos ou oficios eclesiásticos (*arçidiano*, *arçobispo*, *canónjgo*, *frayles*...), e mesmo no léxico común (*cãdado*, *carmenador*, *delante*, *menester*, *merçed*, *serujdũbre*, *setẽbro*, *señal*, *venjr*...) e en palabras gramaticais (*ahuũque*, *fasta*, *segũu*). Son moi rechamantes certas locucións adverbiais que se tomaron do formulario castelán sen ningún tipo de adaptación: *de llano en llano* 'verdadeiramente', *en manos (e poder) de*, *por menudo*. Do castelán procede tamén, como e obvio, o sufixo – *ill(as)* de *çentillas* 'cintiñas' (AP, 1734).

En definitiva, a innovación morfolóxica que estudo nesta comunicación está asociada en AP a nomes do tecnolecto xurídico-administrativo, seriamente afectado pola interferencia do castelán en todo o libro de notas.

1.4. Conclusión

No corpus medieval explorado a innovación morfolóxica estudada preséntase en xeral en porcentaxes residuais, coas excepcións da *Crónica de Castela* e da *Crónica Particular de San Fernando* da *Crónica Xeral Galega* (1295-1312) e do *Libro de notas de Álvaro Pérez* (1457). As ocorrencias en que esta innovación se manifesta, cando non se deben simplemente a unha tradución servil do texto ou da fórmula notarial castelá que se está a verter para o galego, talvez se expliquen como resultado tanto da atracción analóxica exercida polo modelo das palabras que formaban o plural engadindo o morfema *–es* pero sen eliminaren a consoante final do lexema (*amor – amores*, *mes – meses*, *voz – vozes*) coma polo modelo dos polisílabos non oxítonos e os monosílabos terminados en /-l/ no singular que nunca ou raramente coñeceron outra solución para os seus plurais (*perdurauilles*, *viles*, *vales*, etc.). Nos textos examinados, tamén se comportaron como portadores da innovación os préstamos de linguas coma o árabe, o catalán e o provenzal, que a miúdo non recibiron por parte de tradutores e copistas galegos unha acomodación patrimonializante. Na miña opinión, non se pode sinalar un único axente como responsable da xeración desta innovación — ou desta mutación, se se me permite a metáfora bioloxicista — no galego baixomedieval. Polo contrario, tiveron que ser varios os factores que en distintos contextos comunicacionais, orais e escritos, produciron este efecto.

En todo caso, as evidencias aquí reunidas conducen á conclusión de que aínda no século XV esta mudanza lingüística galega estaba nunha fase incipiente.

2. Análise das fontes dos séculos XVI, XVII e XVIII[10]

O eclipse do galego como lingua literaria e historiográfica entre os séculos XIV e XV e o seu definitivo abandono como lingua dos documentos xurídico-administrativos durante as primeiras décadas do XVI explican a enorme escaseza de fontes de estudo dispoñibles para a análise do galego do XVI, o XVII e o XVIII. Estas limitadas fontes non poden ofrecernos máis ca un moi incompleto testemuño da variación interna do sistema lingüístico galego destes tres séculos. Só parcialmente podemos suplir a información que nos falta coas noticias que nos proporcionan algúns contados autores, entre os que inescusablemente hai que salientar tres figuras setecentistas: o Padre Sarmiento, en primeiro lugar, e nun segundo plano o Padre Sobreira e o polígrafo José Cornide. Mais para a mudanza morfolóxica que aquí nos ocupa estas persoas non deixaron, que eu saiba, testemuños de valor.

Dedúcese do dito que as porcentaxes que neste epígrafe eu ofreza están lonxe de poderen ser consideradas como trasunto fiel do que por aquel tempo acontecería ao respecto no galego falado: as fontes de estudo utilizables, ademais de seren moi poucas, están todas elas producidas por persoas pertencentes ao reducidísimo segmento da sociedade do Antigo Réxime que sabía escribir, o que no caso galego equivale a dicir xustamente as persoas con maior contacto asiduo co castelán escrito e falado daquela época. Por tanto, de ningunha forma poden tomarse simplistamente como testemuños do galego falado entón polas iletradas camadas populares do país, é dicir, pola inmensa maioría dos galegos daquel tempo.

Fronte ao 7.25 % dos séculos XIII-XV, a porcentaxe de plurais con /ℓ/ que se rexistra para os nomes polisílabos oxítonos en singular no corpus dos chamados "Séculos Escuros" (XVI-XVIII) que eu examinei é nada menos que dun 43.75 % (32 casos de 73 posibles). Estes rexistros xa non son raros en fontes dos séculos XVI e XVII (*animales*, *colejales*, *fieles*, *hespañoles*, *lebreles*, *mayorales*, *manteles*, *roeles*, *sateles*), mais cobran unha especial relevancia cuantitativa nas do XVIII: na obra galega do cura de Fruíme temos, fronte a

[10] Dadas as limitacións de espazo a que aquí debo suxeitarme, para a identificación dos textos posmedievais que explorei remito o leitor interesado para Mariño Paz (2003).

normais e *sinais*, *ispañoles*, *papeles* e *xoéles*; e no *Coloquio de 24 gallegos rústicos* (ca. 1746) do Padre Sarmiento só un solitario *memoriaes* se opón aos amplamente maioritarios *argidales*, *atabales*, *barcàles*, *nabales*, *timbales* (2 veces), *pasteles* (2 veces), *picheles* (2 veces), *toneles* (2 veces), *Madriles*, *perniles*, *tamboriles*, *españoles* e *faroles* (2 veces).

Neste contexto, creo que se reviste de certa significación o feito de que a copia seiscentista denominada *Historia de Yria* (ca. 1617-1630) ofreza *fieles* nun contexto en que a *Crónica de Iria* do século XV presenta *fiees*. No *Diálogo de Alberte e Bieito*, un texto de finais do século XVI anterior en poucos anos á *Historia de Yria*, é tamén *fieles* o plural utilizado. En troques, nas fontes medievais a solución usual é *fiees* (TC, GE, CI, USC), mentres que as aparicións de *fieles* (TC) son esporádicas. Sen dúbida, a pertenza desta voz á esfera do léxico relixioso, antigamente castelanizado en galego, contribuíu para o progreso de *fieles* na lingua posmedieval.

Os neoloxismos, a miúdo chegados á nosa lingua a través do castelán, semellan resistirse a adoptaren algunha das formas tradicionais dos plurais galegos. Mais o certo é que case todos os exemplos que se poden aducir pertencen á obra do Padre Sarmiento, de modo que ben poderían atribuírse antes ás preferencias ou tendencias persoais deste escritor ca ás vías de penetración de tales neoloxismos na lingua galega. Da pluma deste monxe saíu *timbales*, que é variante tardía de *atabal(es)* para a que o DCECH ofrece como primeira documentación castelá a do *Diccionario de Autoridades* (1726-1739) da Real Academia Española. Tamén son voces tardías chegadas a través do castelán *pasteles* (< francés antigo *pastel*) e *faroles* (< catalán antigo *faró*), usadas no *Coloquio*. O carácter tardío e castelanizante de *Madriles* resulta evidente, mais cómpre advertir que tal forma se encontra nunha continuación apócrifa das coplas de Sarmiento, talvez composta incluso xa no século XIX.

Lebreles (*Diálogo de Alberte e Bieito*) provén do catalán *llebrer(s)* pero entra a través do castelán *lebrel(es)*, e ademais non se pode desatender o feito de que no contexto en que aparece este substantivo está en rima con *fieles* e mais con *deles* ("De fieles / sonche como os lebreles, / que deles jamais oyn / coussa falssa nen ruyn / que oubesse saydo deles"). Este dato cobra importancia se se ten en conta que neste diálogo son maioritarios os plurais tradicionais (*pichés*, *tonés*, *barrís*, *sutís*), mais tamén é certo que o seu autor debía de ser moi consciente da existencia desta variable no galego do seu tempo, o que lle permitía optar por un tipo de plural ou outro segundo as súas necesidades de ritmo, rima e medida.

Finalmente, merece anotarse a conversión do plural do xentilicio correspondente a España. Se nas fontes medievais este é *espanhoes* (LP), *espanoos* (TC), *espannóós* (GE), *espanóós* (GE), *españóós* (GE) ou *ispañoos* (CI), nas dos séculos XVII e XVIII xa predominan as solucións con /ℓ/: *españos*, *hespañoles*, *ispañoles*, *españoles*.

Os plurais de feitura tradicional que detectei neste corpus posmedieval son aínda maioritarios (o 56.25 %), mais non a grande distancia dos que terminan en *–les*. Naturalmente, isto debe considerarse non como unha proba da presunta magnitude do avance desta innovación no galego falado da época, senón como unha consecuencia das deficiencias do corpus examinado no tocante á súa representatividade. Só un caso dos corenta e un detectados presenta aínda un dos antigos hiatos (*ae*, *oe*). Trátase de *memoriaes*, mais o certo é que se encontra no *Coloquio de 24 gallegos rústicos*, unha obra en o que o Padre Sarmiento fixo diversos ensaios de rehabilitación de voces e formas da lingua medieval. Ademais, non se debe ignorar o significativo feito de que no mesmo lugar do autógrafo do *Coloquio* en que se le *memoriaes* unha das súas copias ofrece a variante *memoriás*, en tanto que outra presenta *memorias*.

Estas solucións co antigo hiato eliminado mediante asimilación e coalescencia vocálicas predominan ostensiblemente nas fontes posmedievais: *cardeas* (13 veces na *Historia de Yria*)[11], *cardeás*, *cardias*, *naturas* (4 veces), *prencipás*, *raàs*, *rreas*, *españos*. Ademais, os antigos hiatos de vogais homorgánicas <ee> e <ii> tamén aparecen resoltos mediante coalescencia: *crues*, *manténs* (con xeración non etimolóxica de consoante nasal posnuclear), *pichés*, *roés* (2 veces), *tonés*, *algacis*, *barrís*, *civis*, *gentis* (3 veces), *sutís*. En conxunto, os plurais en *–ás*, *-és* ou *–ós* encóntranse neste corpus nunha proporción de 30 fronte a 4 en relación cos que teñen ditongo decrecente (*-ais* e os non rexistrados *-eis*, *-ois*). A presenza constante deste tipo de plurais en textos que do punto de vista da variación dialectal se poden considerar centrais ou occidentais indúceme a pensar que por aquel tempo esta debía de ser a variante máis frecuente na lingua oral desta parte do territorio galego-falante.

As solucións con conversión do antigo hiato en ditongo decrecente só as rexistrei nun texto do século XVII (*Historia de Yria*) e noutro do XVIII (un manuscrito de Diego Antonio Cernadas): *normais*, *ocidentais*, *principais*, *sinais*: Creo que con tan escasas documentacións non paga a pena facermos conxecturas

[11] Significativamente, xa non se len na *Historia de Yria* as variantes *cardeaes* (con 8 ocorrencias na catrocentista CI) e *cardeaas* (con 5 ocorrencias en CI).

sobre a posible distribución dialectal desta variante naquela época; en cambio, si podemos afirmar que estaba moito menos estendida cá presentada no parágrafo anterior.

Para os singulares monosilábicos que tiñan /ℓ/ en latín os rexistros de que dispoño amosan continuidade respecto das tendencias medievais. A palabra gramatical *cal* ~ *qual* forma maioritariamente plurais con perda de /ℓ/: *cás* no *Diálogo de Alberte e Bieito*, *cais* e *quais* na *Historia de Yria* (CI só presentaba *quaes*); *cales* só aparece na obra de Sarmiento —en consonancia con *atabales*, *nabales*, etc.— e nunha ocasión na *Historia de Yria*. A única palabra léxica que recollín foi *coles* (2 veces no *Coloquio* de Sarmiento), que presenta o que é a súa forma normal en toda a historia do galego.

Finalmente, os esdrúxulos só amosan a terminación *–les*, mais cómpre advertir que en dous casos se trata de castelanismos lexicais: *anxeles*, *apostoles* (3 veces na *Historia de Yria*; CI só ofrece *apostollos*), *consules*, *cõsules*.

A pesar das carencias sinaladas para o corpus escrutado, creo que se pode dicir que durante os séculos XVI, XVII e XVIII se produciu en galego unha certa progresión dos plurais terminados en *– les* para os nomes polisílabos agudos acabados en /ℓ/ no singular. Ora ben, na lingua galega oral das camadas populares do país este avance debeu de ser menor có que se observa nas escasas fontes escritas conservadas. Outra conclusión que semella irrebatible é a de que naquel tempo gozaron de grande extensión as solucións que resolveron mediante asimilación e coalescencia (ou só coalescencia) os antigos hiatos <aes>, <ees> e <oes>: *reás*, *pichés*, *españós*.

3. Análise das fontes do período 1797-1840 e do período 1840-2003

Se unha parte importante da escritura en galego producida durante as primeiras décadas do século XIX está decantada cara á inmediatez comunicativa, a aparición e desenvolvemento do galeguismo desde aproximadamente 1840 foi propiciando unha crecente elaboración do galego escrito e un progresivo distanciamento respecto dos esquemas que favorecían o coloquial e o popular nos nosos textos. Asemade, o galeguismo promocionou a elaboración doutro tipo de fontes, fundamentalmente gramáticas e dicionarios, en que se poden recadar informacións sobre o galego oral contemporáneo. Por este motivo, para describir a liña evolutiva da variable morfolóxica que aquí estudo no galego oral do período posterior a 1840 acudirei xa en exclusiva a estoutro tipo de fontes.

Pois ben, en moitos dos textos de 1797 a 1840 conviven os plurais con /ℓ/ e aqueles que eliminan esta consoante lateral, mais con notoria vantaxe para os segundos, que aparecen aproximadamente no 68 % das ocorrencias (contabilicei 117 plurais sen /ℓ/ e só 55 coa consoante lateral mantida). Dos plurais maioritarios cómprenos tamén dicir que, agás de dous casos en que aínda aparece un antigo hiato gráfico sen modificar (*vocàes*, *cardinaes*), triunfan en xeral as formas que reduciron o hiato por asimilación a favor da vogal tónica e coalescencia posterior (*reales* > *reaes* > *reaas* > *reás*), coa única excepción de *papeis* (*Proezas de Galicia*, 1810). En conxunto, estes datos suxiren que na primeira metade do século XIX non se chegara aínda ao punto de se producir unha rápida expansión da variante innovadora con /ℓ/ conservado. Creo que esta expansión se debeu de producir máis tarde, sobre todo durante o século XX[12].

Así o confirman os testemuños que se poden recoller nas gramáticas e traballos científicos realizados neste período. En efecto, se nas descricións gramaticais da lingua galega realizadas durante a segunda metade do século XIX aínda gozan de grande preeminencia as solucións tradicionais *animás*, *papés*, *barrís*, etc. (cf. González Seoane 1992: 418-426), coa chegada do novecentos empezan a aparecer testemuños distintos. Nos seus *Elementos de gramática histórica gallega (fonética-morfología)* de 1909, Vicente García de Diego, logo dalgúns apuntamentos históricos, declaraba o seguinte: 1) que "en la lengua actual" se utilizaban os plurais *pallás*, *painzás*, *animás*, *papés*, *fusís*, *funís*, *cadrís*, *azús*, etc.[13]; 2) que "algunos" usaban "también plurales en *ales*", *eles*, *iles* e *oles*, plurais que para el eran "formas castellanizadas" (*mortales*, *tales*, *cales*, *papeles*, *picheles*, *fusiles*, *cadriles*, *catasoles*, *soles*, *moles*, etc.); e 3) que tamén se coñecían e empregaban outras variantes: as antigas en *aes* (*caes*, *taes*), as pouco frecuentes en *–ais* (*mortais*) e as pouco usadas ou "raras" formas terminadas en *–als*, *-ols* ou *–uls* (*catedrals*, *vals*, *rousiñols*, *sols*, *azuls*, etc.) (García de Diego 1909: 89-90).

Trece anos despois, Manuel Lugrís Freire publicaba a súa *Gramática do idioma galego* (1922), onde insería a seguinte doutrina sobre a formación destes plurais:

---

[12] Canto aos polisílabos non oxítonos, en ningún caso perden a consoante lateral no plural neste corpus: *Angeles*, *anxêles*, *apóstoles* (a partir dun singular *apóstol*), *consules*, *moviles*, *útiles*, *utiles* (3 veces). Entre os monosílabos que tiñan no seu étimo unha consoante /l/ en posición intervocálica os únicos plurais que se rexistran nos textos pregaleguistas examinados son *males* (3 veces), *tales* (20 veces) e *tâs* 'tales' (2 ocorrencias na *Parola de Cacheiras*, ca. 1836) ou *tás* (4 veces). Cómpre salientar que en tres textos está presente o plural *tas*, hoxe inusitado.

[13] Tamén aducía como exemplo, sen declarar ningunha fonte, o plural *utis* 'útiles'.

> Os nomes que finan en *al*, *el*, *il* adoitan formaren o prural perdendo o *l* e añadíndolles *s*. Exempros: *real*, *papel*, *cadril*; *reás*, *papés*, *cadrís* [...]. Tên moitas escepciós que o bon uso insina: *Lanzal* forma o prural *lanzales*; *mal*, *males*; *carballal*, *carballales*; *caravel*, *caraveles*; *froital*, *froitales*; *val*, *vales*; *xornal*, *xornales*.
> Os terminados en *ol* fan o prural añadindo *es*, v.g.: *caracol*, *caracoles*; *fol*, *foles*; *col*, *coles*; *sol*, *soles*; *tirizol*, *tirizoles* (Lugrís Freire 1922: 23-24).

Na súa *Gramática elemental del gallego común* (1966) Ricardo Carballo Calero, despois dunhas sucintas consideracións sobre a historia e a dialectoloxía desta variable morfolóxica, xa afirmaba que naquel momento o "más vulgar" era "mantener la *l* y añadir *–es*, a la castellana, especialmente cuando precede a la *l* una vocal de la serie posterior" (Carballo Calero 1966: 91-92, n. 6). Respecto dos polisílabos non oxítonos aseguraba que o plural de *útil* era *utis*, "aunque también en este supuesto el habla vulgar conoce la forma castellanizada" (Carballo Calero 1966: 92, n.). Canto aos monosílabos, declaraba que "hoy lo común es decir y escribir *tales* y *foles*" (Carballo Calero 1966: 92, n. 6)[14].

Estas impresións sobre a extraordinaria difusión que xa na década de 1960 alcanzaran os plurais terminados en *–les* viñeron a ser confirmadas cando se elaborou o *Atlas Lingüístico Galego*, para o cal entre 1974 e 1976 se exploraron 167 puntos principais que proporcionaron unha abundante información posteriormente arrequentada aínda con outros traballos de campo (cf. ALGa 2, ALGa 3). No tocante á variable morfolóxica que analizo nesta comunicación, esta información foi sintetizada do seguinte xeito por Francisco Fernández Rei:

> A fala actual presenta como forma maioritaria *animales*, *españoles*, *azules*, *papeles*, etc. [...]
> A área de *animais* comprende o galego máis oriental (anque non a zona norte, pois no galego de Asturias non se perdeu o *–l-* intervocálico, polo que se rexistra plural *animales*); na actualidade segue sendo, en moitos puntos, un

[14] O texto desta nota mantívose nas sucesivas edicións da *Gramática elemental del gallego común*, coa excepción da adición do seguinte apuntamento na sétima: "Pero la normativa pide *tais* en el primer caso y *foles* en el segundo, según la simplicidad o duplicidad de la *l* en el étimo" (p. 167). Non estou en condicións de confirmar se tiña fundamento a afirmación de que os plurais "a la castellana" eran especialmente frecuentes "cuando precede a la *l* una vocal de la serie posterior" (talvez inspirada na gramática de Lugrís Freire), pero si podo dicir que no moderno galego popular o único plural de *útil* é *útiles*, e non *utis*. Por tanto, non se atiña á realidade dos feitos a observación de que o plural de *útil* era *utis* e que a fala "vulgar" "también" coñecía a variante *útiles*.

> sistema vixente de formación do plural. A forma *animás* abarcou o resto do dominio galego, pero na actualidade só se rexistra moi esporadicamente e en contadas palabras: *reás* ou *cadrís* teñen unha extensión moi grande, pero non así *animás* ou *candís*; *españós*, *constitucionás*, *catedrás*, *fusís*, *azús*, etc. son totalmente inusitadas.
> Nalgunhas falas do occidente coruñés, o *e* de *animales* pode ser moi relaxado, chegando ás veces a *animals*, cun grupo consonántico *–ls* insólito no galego (Fernández Rei 1990: 65).

Respecto dos polisílabos non oxítonos e dos monosílabos con étimos con /l/, o galego moderno só coñece solucións terminadas en *–les*: *áxiles*, *túneles*, *males*, *viles*, etc. Mesmo os plurais tradicionais das palabras gramaticais *cal* e *tal* sucumbiron ante *cales* e *tales* (cf. Fernández Rei 1990: 64-65; Real Academia Galega & Instituto da Lingua Galega 1995: 77-79).

A análise por palabras pode subministrarnos algunhas das claves que axuden a comprender a dinámica da mudanza morfolóxica que aquí estamos a analizar. Nas fontes de entre 1797 e 1840 aparecen exclusivamente co plural tradicional, é dicir, sen consoante lateral mantida, os substantivos e adxectivos *algasís*, *animâs*, *cadrís*, *cardinaes*, *espirituâs*, *feudâs*, *fusis* (5 veces), *hospitás*, *liás* 'leais', *materiâs*, *memoriás*, *oficias* (2 veces), *oficiàs*, *Oficias*, *ofisiàs*, *personâs*, *servís* (11 veces), *temporás*, *vocàes*, *xentis*, *xêntis*, *xornâs*. É obrigado dicir, obviamente, que só contamos con máis de un rexistro nos casos de *fusís*, *oficiás*, *servís* e *xentís*, e que só *oficiás*, *servís* e *xentís* aparecen en máis de unha obra. Pola súa parte, *reás* (plural de *real* 'antiga moeda española') é un substantivo moi frecuente no corpus examinado que en case o 97 % das ocasións comparece coa súa forma tradicional, en tanto que a variante *reales* só se le unha vez, e ademais — significativamente — dentro dun fragmento escrito nunha lingua seriamente interferida polo castelán.

No mesmo corpus os plurais con consoante lateral conservada danse cos substantivos e adxectivos *arnales*, *arrabales*, *azules*, *castañales*, *currales*, *cristales*, *españoles* (9 veces), *ispañoles*, *infernales*, *Madriles*, *Misales*, *municipales*, *pasteles*, *provinciales* e *rosales* (2 veces). Débese reparar sobre todo en *españoles*, polo seu elevado número de rexistros, e mais en *Madriles*, polo seu evidente carácter de préstamo tomado do castelán.

Hai, en terceiro lugar, un número considerable de voces para as que nestes textos documentamos dúas e ata tres formas de plural distintas, con desigual nivel de uso para cada unha: *cuarteles / cuartés*, *iguales / iguás*, *liberales / liberás*, *nacionales / nacionás* e *principales / principás* preséntanse en

proporcións similares; en cambio, hai un certo predominio dos plurais tradicionais nos casos de *costitucionales / co(n)stitucionás* e *generales ~ jenerales / xenerás*; e, finalmente, é avultada a maioría de *papés* (16 ocorrencias) e *papeis* (1 ocorrencia) fronte a *papeles* (4 ocorrencias).

En vista dos resultados colleitados nesta análise, debemos comentar tamén que, se formas como *animás*, *constitucionás*, *fusís* ou *nacionás* son case descoñecidas ou "totalmente inusitadas" nos actuais falares populares (cf. Real Academia Galega & Instituto da Lingua Galega 1995: 78-79; Fernández Rei 1990: 65), hai menos de douscentos anos eran, polo contrario, plurais comúns na produción escrita en galego e talvez tamén nas falas populares galegas. Repárese, así mesmo, en que mentres que de 1723 temos aínda un plural *españós* nun poema de don Plácido Feijoo, décadas máis tarde só documentamos *españoles* nos textos de entre 1797 e 1840. Con todo, téñase presente que, en oposición ao uso exclusivo de *espanhoes* ou *españoos* nas fontes medievais, nas dos séculos XVI, XVII e XVIII xa é maioritaria a variante *españoles*.

É evidente, en fin, que os distintos substantivos e adxectivos afectados por este cambio non se transformaron simultaneamente, senón que algúns o fixeron antes e máis rapidamente ca outros, ao paso que algunhas voces se resistiron tenazmente ao avance da mudanza[15]. O *Atlas Lingüístico Galego* mostra que no derradeiro cuartel do século XX, a pesar do incuestionable triunfo das solucións rematadas en *–ales*, *-eles*, etc. a custa das tradicionais terminadas en *–ás*, *-és*, etc., quedaban certas unidades lexicais para as que este segundo tipo de plural continuaba estando vivo ou incluso moi vivo: *currás* gozaba de máis vitalidade ca *ladrás* (plural de *ladral* 'estrutura de táboas que se coloca en cada un dos lados do carro tradicional' < lat. LATERĀLE) ou *reás*, que por súa vez semellaban máis estendidos ca *candís* ou *cadrís* (plural de *cadril* 'óso da cadeira'); e todos estes plurais se usaban daquela máis ca *catedrás* e *fusís* (cf. ALGa 2, mapas 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77). ¿Por que esta mudanza morfolóxica se propagou con ritmos diferentes para as distintas palabras que resultaron alcanzadas por ela? Nunha primeira aproximación dá a impresión de que, como adoita suceder en situacións de rápida mudanza coma esta, foi o vocabulario elemental máis apegado ás formas de vida tradicionais e máis frecuentemente utilizado o que máis se resistiu á transformación. A miña análise parece revelar

[15] Deixo á parte o comportamento dos topónimos, por ser ben coñecido que eles adoitan escapar á difusión léxica de moitas das mudanzas que van experimentando as linguas. Os nomes de *Carrizais*, *Casás*, *Casais*, *Currás*, *Currais*, *Feás*, *Feais*, *Orxás*, *Orxais*, *Painzás*, *Painzais*, etc. que levan tantas aldeas galegas son a un tempo reliquias e testemuños dun tempo en que este tipo de plurais era común e regularmente utilizado en galego.

que substantivos concretos como *animás*, *cadrís*, *fusís*, *papés* ou *reás* conservaron durante máis tempo os plurais tradicionais, mentres que un adxectivo como *españós*, evidentemente vinculado coa oficialidade e coa ideoloxía da construción do moderno estado-nación, xa debía de estar moi ameazado por *españoles* durante as primeiras décadas do século XIX. Con todo, nesa altura a tradicional forma de xerar estes plurais era aínda ben produtiva, pois no corpus de 1797 a 1840 obsérvase que se trata dunha regra aplicada con alta constancia e regularidade non só a substantivos concretos do vocabulario elemental da lingua, senón tamén a substantivos ou adxectivos de esferas semánticas moi distintas, como *constitucionás, nacionás, oficiás, servís, xenerás* e *xentís*.

Na resistencia ao cambio puideron concorrer tamén causas de tipo formal, coma no caso do substantivo *cadrís*, utilizado nun soneto de 1797 por Manuel Pardo de Andrade. Por máis que o *Diccionario da Real Academia Galega* de 1997 (cf. García & González González 1997) recolla efectivamente *cadril* como lema, o certo é que hoxe case ninguén fala normalmente do *cadril*, senón dos *cadrís*, dos *cadrises* ou dos *cadriles*. Como afirma Constantino García (1985, s.v. *cadril*), este substantivo é "usado casi siempre en pl.". Sen dúbida, a ausencia da referencia constituída polo singular *cadril* constituíse para moitos falantes nun obstáculo que lles impediu ou dificultou seriamente a xeración dun plural innovador *cadriles* para o que resultaban indispensables dous elementos nitidamente percibidos: o morfema *–es*, coñecido por todos, e o lexema *cadril*, sen dúbida ignorado por moitos. *Cadrís*, por tanto, perdurou como un fósil, como un vestixio dunha sincronía lingüística superada.

Mais o proceso xeral de transformación deste tipo de plurais non se detivo aquí. A consumación desta mudanza morfolóxica (é dicir, a completa extinción dos plurais tradicionais con perda de /ℓ/ e o completo triunfo dos terminados en *-les*) comezou a frustrarse recentemente ao ser interceptada na súa última fase por unha mudanza de distinto signo que entrou en competencia con ela e que ata o de agora está insuficientemente analizada. A selección da variante *animais*, hoxe minoritaria nas falas populares, como a propia do estándar galego configurado e socializado a partir da década de 1980, puxo en xogo un novo e importante factor sociolingüístico que, como apunta Dubert García (1999: 95), parece estar a reorientar a secular marcha desta mudanza morfolóxica. Os plurais seleccionados para o estándar semellan comezar a ser incorporados aos repertorios lingüísticos de certos falantes con estudos e con fasquía urbana, de tal xeito que nalgúns medios estes plurais terminados en *–is* van entrando actualmente en variación contextual coas solucións populares. Por outra parte, estes plurais dominan absolutamente no galego escrito, literario ou non, desde

a década de 1980. Daquela, poderiamos estar agora ante os inicios dun cambio inducido polo desexo de adoptar formas lingüísticas que están dotadas de prestixio manifesto (*overt prestige*) porque os individuos que as usan gozan de amplo recoñecemento social e son considerados por moitos como dignos de seren imitados. O actual proceso de estandarización da lingua galega preséntase así como un relevante factor máis que contribúe a orientar e a incrementar a velocidade con que na Galicia de hoxe se están a producir as mudanzas lingüísticas.

4. Conclusións

Creo que o gráfico 1 pode interpretarse como unha aproximación ao proceso de difusión da innovación morfolóxica estudada ao conxunto do vocabulario galego, pero coido que non se debe tomar como referencia para a descrición do proceso de espallamento da innovación entre a comunidade dos falantes da lingua galega, xa que os datos relativos ao período que vai do século XIII ao ano 1840, dada a súa orixe, mostran como a innovación se foi estendendo na lingua escrita polas minorías letradas durante este longo período, mais non como o fixo no galego oral utilizado por toda a comunidade galegofalante. Con todo, aínda insistindo nestas cautelas con que o gráfico debe considerarse, creo que pode manterse que no esencial responde á seguinte verdade: a mudanza morfolóxica que estudei nesta comunicación só chegou a difundirse velozmente, tanto no vocabulario coma na comunidade dos falantes, entre a segunda metade do século XIX e o século XX. Coido, pois, que estamos ante un caso que responde con razoable fidelidade ao que entre os estudiosos da difusión dos cambios lingüísticos se coñece como "S-curve model", é dicir, ante un modelo de expansión resumible coa fórmula *lento – rápido – lento*. A mudanza morfolóxica sobre a que reflexiono nesta comunicación non progresou de forma constante, mediante pasos regulares, afectando cantidades similares de palabras en cada unidade de tempo considerada, nin tampouco sendo asumida por cantidades similares de falantes nesas mesmas unidades de tempo. Esta mudanza, coma moitas outras, presenta un nítido período de aceleración precedido dun período de lenta difusión e seguido dun período de estancamento, no que só permanecen as formas residuais máis resistentes á transformación[16].

[16] É por isto polo que, como observa McMahon (1994: 52) a propósito da difusión lexical do cambio fonético, "changes are only very rarely found at or around the 50per cent mark; they are almost always at one of the extremes, having affected around 20per cent or 80per cent of relevant lexical items".

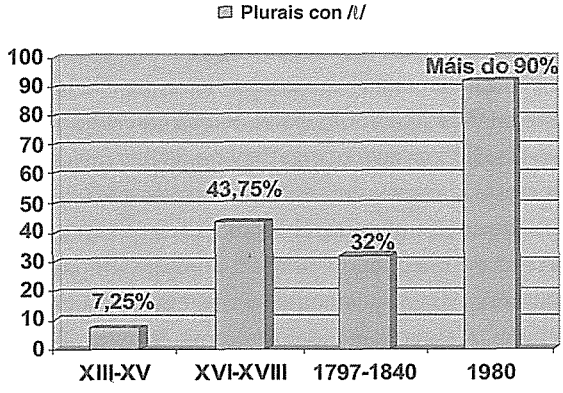


Gráfico 1 - Porcentaxes de plurais con /ℓ/ conservado para os nomes oxítonos no corpus galego explorado[17].

Todo parece indicar, pois, que a gran transformación social que Galicia sufriu entre o XIX e o XX resultou determinante para que se axilizase a marcha dun cambio morfolóxico que anteriormente avanzara parsimoniosamente e tamén para que ese cambio progresase nunha dirección converxente coas solucións do castelán. A entrada en liza da prescrición normativa a favor dos plurais do tipo de *animais* talvez poida reorientar a marcha deste cambio, propiciando así a recuperación destes plurais sen /ℓ/ no galego oral, cando menos en determinados contextos e por parte de certo tipo de falantes.

Canto ás causas que propiciaron a aparición e a difusión da innovación morfolóxica, creo, como dixen na sección 1.4, que se debe pensar nun conxunto delas, vinculadas unhas ao propio funcionamento interno do sistema lingüístico galego e relacionadas outras co contacto entre linguas. Podemos dicir que, do punto de vista interno, a innovación beneficiouse do feito de que supoñía unha simplificación das regras de formación do plural para os nomes galegos, pois igualaba o comportamento dos polisílabos oxítonos terminados en /l/ no singular co comportamento dos nomes acabados nas consoantes non nasais (*muller* : *mulleres*; *voz* : *voces*; *fregués* : *fregueses*; e, despois do cambio, *animal* : *animales*) e mais co dos polisílabos non oxítonos e os monosílabos terminados

[17] Obsérvese que na cuarta columna non ofrezo a media de plurais con /l/ mantido que se encontra nun determinado corpus, senón unha estimación da extensión que estes plurais debían de ter no galego oral espontáneo no ano 1980. Loxicamente, esta estimación baséase nos datos ofrecidos polo ALGa.

en /ℓ/ no singular que nunca ou raramente coñeceran outra solución para os seus plurais (*perdurauilles*, *viles*, *vales*, etc.). Por outra parte, o contacto dos galegofalantes co castelán constituíuse nun factor que, se durante séculos foi potenciando esta mudanza de forma parsimoniosa, desde aproximadamente a segunda metade do XIX pasou a operar con grande intensidade.

Debo dicir, a este respecto, que concordo con Penny (2000: 5) na afirmación de que, por máis que non sempre se poidan identificar todos os factores que son capaces de acelerar ou ralentizar o ritmo con que se propaga unha mudanza lingüística, o que semella incuestionable é que en certos lugares e épocas as mudanzas progresan máis rapidamente ca noutros. No caso do galego paréceme obvio que un contexto social coma o que entre os séculos XIX e XX se impuxo en Galicia, cun elevado grao de mobilidade xeográfica intra e extragalega, cunhas crecentes posibilidades de mobilidade social ascendente para continxentes demográficos cada vez máis numerosos e co nacemento e perfeccionamento duns medios difusores do castelán incomparablemente máis potentes ca antes (administración do estado, escolarización obrigatoria en castelán, espectaculares avances no eido das comunicacións audiovisuais de masas, etc.), resultou moito máis propicio para a aceleración dos procesos de cambio lingüístico có contexto dominante durante os séculos anteriores, que se caracterizaba, entre outras cousas, por unha reducida mobilidade xeográfica para un gran número de persoas, unhas mínimas posibilidades de promoción social para a inmensa maioría da poboación e uns medios difusores do castelán incapaces de estenderen eficazmente o coñecemento e o uso deste idioma. Como hipótese de alcance xeral digna de ser confrontada cos datos provenientes de investigacións particulares poderíase propoñer que as sociedades máis desenvolvidas do mundo contemporáneo reúnen condicións que en moitos aspectos as asemellan e aproximan (pois *globalizan* certas formas de vida) e que as converten en escenarios onde os cambios lingüísticos poden progresar velozmente.

Fontes medievais exploradas

AP: F. R. Tato Plaza, 1999. *Libro de notas de Álvaro Pérez, notario da terra de Rianxo e Postmarcos (1457)*. [Santiago de Compostela], Consello da Cultura Galega / Ilustre Colexio Notarial da Coruña.

CI: R. Vasquez, 2001. *Crónica de Santa Maria de Íria*. Estudo e edizón de José Antonio Souto Cabo. Santiago, Cabido da S.A.M.I. Catedral / Seminario de Estudos Galegos / Ediciós do Castro.

CSM: W. Mettmann, 1959-72. (ed.) Alfonso X: *Cantigas de Santa Maria*. 4 vols. Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis.

CT: R. Lorenzo, 1985. (ed.) *Crónica Troiana. Introducción e texto*. A Coruña, Fundación Barrié de la Maza.

GE: R. Martínez López, 1963. (ed.) *General Estoria. Versión gallega del siglo XIV. Ms. O.I.1. del Escorial*. Edición, introducción lingüística, notas y vocabulario. Oviedo, Publicaciones de *Archivum*. Tivéronse en conta as correccións de R. Lorenzo & X. L. Couceiro, 1999. "Correccións á edición da *General Estoria* de Ramón Martínez López (I)", in R. Álvarez & D. Vilavedra, 1999. (eds.) *Cinguidos por unha arela común. Homenaxe ó profesor Xesús Alonso Montero*. Universidade de Santiago de Compostela, vol. 1, pp. 595-627; e R. Lorenzo & X. L. Couceiro, 1999. "Correccións á edición da *General Estoria* de Ramón Martínez López (II)", in T. García-Sabell et al., 1999. (eds.) *Homenaxe ó profesor Camilo Flores*. Universidade de Santiago de Compostela, vol. 2, pp. 209-233.

HG-P: C. de Azevedo Maia, 1986. *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal do século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.

HT: K. M. Parker, 1975. (ed.) *Historia Troyana*. Edición e introducción. Santiago, Instituto "Padre Sarmiento". Tivéronse en conta as correccións de R. Lorenzo, 1982. "Correccións á edición da *Historia Troyana* de Parker", *Verba*, 9, pp. 253-290.

LP: M. Brea López, 1996. (coord.) *Lírica profana galego-portuguesa*. Corpus completo das cantigas medievais, con estudio biográfico, análise retórica e bibliografía específica. 2 vols. Santiago de Compostela, Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias "Ramón Piñeiro".

MS: J. L. Pensado Tomé, 1958. (ed.) *Os Miragres de Santiago. Versión gallega del Códice latino del siglo XII atribuido al papa Calisto I*. Madrid, C.S.I.C.

SM: M. P. Zapico Barbeito, 2003. *Colección diplomática do mosteiro de Santiago de Mens. Edición e estudio*. Memoria de licenciatura (inédita). Universidade de Santiago de Compostela.

TC: R. Lorenzo, 1975-1977. *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario. 2 vols. Ourense, Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijoo.

USC: M. X. Justo Martín & M. Lucas Álvarez, 1991. *Fontes documentais da Universidade de Santiago de Compostela. Pergameos da serie Bens do Arquivo Histórico Universitario (Anos 1237 / 1537). Edición diplomática*. Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega.

Bibliografía

ALGa 2: Instituto da Lingua Galega, 1995. *Atlas lingüístico galego*. Vol. 2: *Morfoloxía non verbal*. A Coruña, Fundación Barrié de la Maza.

ALGa 3: Instituto da Lingua Galega, 1999. *Atlas lingüístico galego*. Vol. 3: *Fonética*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza.

Barbosa, J. de Morais, 1960. "La langue de la *Chronique de Castille* (ms. 8817 de la Bibliothèque Nationale de Madrid) ", *Boletim de Filologia*, 19, 2, pp. 151-158.

Carballo Calero, R., 1966. *Gramática elemental del gallego común*. Vigo, Galaxia; 7ª ed., 1979.

Cintra, L. F. Lindley, 1951-1954-1961. (ed.) *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra, 3 vols. Lisboa, Academia Portuguesa da História.

DCECH: J. Corominas & J. A. Pascual, 1987-1989-1991. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispano*. 6 vols. Madrid: Gredos.

Dubert García, F., 1999. *Aspectos do galego de Santiago de Compostela*. Anexo 44 de *Verba (Anuario Galego de Filoloxía)*. Universidade de Santiago de Compostela.

Fernández Rei, F., 1990. *Dialectoloxía da lingua galega*. Vigo, Xerais.

García, C., 1985. *Glosario de voces galegas de hoxe*. Anexo 27 de *Verba (Anuario Galego de Filoloxía)*. Universidade de Santiago de Compostela.

García, C. & M. González González, 1997. (dirs.): *Diccionario da Real Academia Galega*. A Coruña / Vigo, Real Academia Galega / Xerais / Galaxia.

García de Diego, V., 1909. *Elementos de gramática histórica gallega (fonética-morfología)*. Burgos: Hijos de Santiago Rodríguez.

González Seoane, E. X., 1992. *A ortografía e a gramática do galego nos estudios gramaticais do século XIX e primeiros anos do XX*. Tese de doutoramento. Microficha. Universidade de Santiago de Compostela.

Lorenzo, R., 1975-1977. *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario. 2 vols. Ourense, Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijoo.

Lorenzo, R., 1993. "*Crónica General* e *Crónica de Castela*", in G. Lanciani & G. Tavani, 1993. (orgs. e coords.) *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 190-192.

Lugrís Freire, M., 1922. *Gramática do idioma galego*. A Cruña, Zincke Hermanos.

Maia, C. de Azevedo, 1986. *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal do século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.

Maia, C. de Azevedo, 1992. "A situação linguística da Galiza do século XIII ao século XVI", in *Actas do I Congreso Internacional da Cultura Galega (Santiago, 1990)*. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, pp. 361-370.

Mariño Paz, R., 2003. *O idioma galego no limiar da súa renacenza. Estudo lingüístico de textos pregaleguistas*. Anexo 2 da *Revista Galega de Filoloxía*. Universidade da Coruña.

McMahon, April M. S., 1994. *Understanding language change*. Cambridge, Cambridge University Press.

Menéndez Pidal, R., 1977. (ed.) *Primera Crónica General de España*, 3ª reimpr. Vol. 2. Madrid, Gredos.

Penny, R., 2000. *Variation and change in Spanish*. Cambridge, Cambridge University Press.

Real Academia Galega & Instituto da Lingua Galega, 1995. *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. Vigo, RAG / ILG, 12ª ed. rev.

Rübecamp, R., 1933-1934. "A linguagem das *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X o Sábio", *Boletim de Filologia*, 1, 3/4, pp. 273-356; 2, 2, pp. 141-152.

Ambiguidade estrutural e mudança linguística: A emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento de verbos causativos e perceptivos

Ana Maria Martins
Universidade de Lisboa

1. Introducão

Ao enfrentar a tarefa de classificar as formas de infinitivo, presentes em fontes quinhentistas, repartindo-as por infinitivos flexionados e infinitivos simples, Maria Helena Paiva (2002) identifica três factores que dificultam o bom curso da empresa: "a identidade das formas de 1ª e 3ª pessoas [do infinitivo flexionado] com o infinitivo simples"; "a flutuação entre formas flexionadas e não flexionadas" em certas configurações sintácticas; "a diferença de competências linguísticas" entre um falante quinhentista e um falante contemporâneo, o que "torna ineficaz a aplicação de testes por variação de pessoa" como estratégia para estabelecer a classificação pretendida – cf. Paiva (2002: 118-119).

Este trabalho ocupa-se de um sector dessa *diferença de competências linguísticas*, descrevendo contrastivamente, numa perspectiva diacrónica, gramáticas distintas no que diz respeito aos complementos infinitivos de verbos causativos e perceptivos (observados em paralelo com os complementos infinitivos de certos verbos de controle e de elevação). Explicar a mudança ocorrida será o objectivo central do trabalho.

A origem da mudança (que se apresenta como um processo de desgramaticalização) parece situar-se num tipo de frases estruturalmente ambíguas que envolvem coordenação (frásica ou textual), elipse verbal (efectiva ou potencial) e um infinitivo (dependente ou independente). A perspectiva segundo

a qual a ambiguidade estrutural é um motor de mudança linguística tem um apoio sólido e encontra-se justificada no quadro das teorias que associam de forma estreita mudança gramatical e contrução da gramática, localizando pois a mudança *gramatical* no período/processo de aquisição da linguagem.[1] Cf. Naro (1976), Lightfoot (1991, 1999), Hale (1998).

No português contemporâneo, os complementos infinitivos de verbos causativos e perceptivos podem incluir quer o infinitivo simples quer o infinitivo flexionado, como mostram as frases (1) e (2).

(1) a. Vi as nuvens mudar de cor
b. Vi as nuvens mudarem de cor

(2) a. Mandei os rapazes fazer o jantar e as raparigas pôr a mesa
b. Mandei os rapazes fazerem o jantar e as raparigas porem a mesa

Na maior parte do período do português antigo,[2] no entanto, frases como (1b) e (2b) não se atestam nas fontes escritas. A presença do infinitivo flexionado nos complementos infinitivos de verbos causativos e perceptivos torna-se comum a partir do século XVI (cf. Maurer (1986) e a secção 3 deste trabalho). Outras diferenças entre o português antigo e o português moderno[3] no que diz respeito às estruturas relevantes parecem correlacionar-se com a que acabamos de apontar. Assim, até ao século XVI a negação parece estar excluída das orações complemento infinitivas de verbos causativos e perceptivos e a cliticização dos pronomes átonos objecto ao verbo infinitivo atesta-se muito raramente, sendo a subida do clítico (para a oração finita) quase universal. No português moderno, pelo contrário, a negação pode estar associada aos complementos infinitivos de verbos causativos e perceptivos e os complementos pronominais átonos de um verbo infinitivo podem cliticizar quer ao verbo infinitivo, quer ao verbo finito da oração

[1] Sobre a distinção entre os conceitos de mudança *gramatical* e mudança *do uso* veja-se Lightfoot (1991, 1999). Enquanto a primeira implica a alteração da natureza das gramáticas interiorizadas (e portanto das suas potencialidades generativas), a segunda envolve apenas uma diferente utilização das potencialidades de uma dada gramática.

[2] O termo *português antigo* é aqui usado para designar o período que se situa entre o aparecimento dos primeiros documentos escritos em português, no final do século XII, e meados do século XVI, conforme proposto por José Leite de Vasconcelos (1911).

[3] A bipartição da história da língua portuguesa em dois períodos, tendo como fronteira o século XVI, deve-se a José Leite de Vasconcelos (1911), a quem pertencem também os termos *português antigo* e *português moderno*. Outros autores adoptarão, com variantes, o mesmo tipo de periodização. Sobre este assunto, veja-se Martins (2002).

matriz, sendo pois a subida do clítico claramente opcional. Considerando os exemplos (3) e (4) abaixo, todas as frases são gramaticais no português moderno, mas (3b) e (4b) seriam agramaticais ou marginais no português antigo.

(3) a. Mandaram-me ir às compras
b. Mandaram-me não me demorar
(4) a. As bebidas, mandei-lhas levar a casa
b. As bebidas, mandei levar-lhas a casa

A mudança em causa relativamente aos verbos causativos e perceptivos afecta igualmente alguns verbos de controle (como o volitivo *querer*) e de elevação (nomeadamente os verbos modais). Embora relativamente aos verbos de controle e de elevação o infinitivo flexionado continue a não ser uma opção (porque estes verbos excluem a possibilidade de um sujeito subordinado referencialmente independente), os factos são idênticos aos acima expostos quando se considera a presença da negação ou de um pronome clítico nas orações infinitivas dependentes dos verbos de controle e de elevação que admitem subida do clítico. Deste modo, enquanto todas as frases apresentadas em (5) e (6) abaixo são gramaticais no português moderno, frases como (5b) e (6b), nas quais se observa, respectivamente, cliticização ao infinitivo e uma oração infinitiva negativa, seriam agramaticais ou marginais até ao século XVI.

(5) a. Posso-te ir buscar às cinco
b. Posso ir buscar-te às cinco
(6) a. Quero ouvir o que têm para me contar
b. Quero não ouvir mais queixas por hoje

O conjunto de factos sumariamente descritos pode ser interpretado de acordo com a hipótese de que no português antigo os complementos infinitivos dos verbos causativos, perceptivos e de alguns verbos de controle e de elevação teriam uma estrutura funcional mais reduzida do que aquela que podem apresentar no português moderno. Ou seja, os verbos em causa seriam no português antigo mais afins dos verbos auxiliares, não admitindo complementos infinitivos contendo concordância, negação, ou uma posição para a cliticização 'sintáctica'. A mudança ocorrida entre o português antigo e o português moderno pode ser analisada como um caso de relativa desgramaticalização dos verbos causativos e perceptivos, bem como de alguns verbos de elevação e de controle. O mesmo tipo de mudança ocorreu aliás noutras línguas românicas, tendo sido observada

nomeadamente no francês e no espanhol. A hipótese de que a mudança envolve a transformação de estruturas oracionais funcionalmente defectivas (i.e., IPs incompletos ou VPs) em estruturas oracionais mais complexas encontra-se defendida e bem fundamentada nos trabalhos de diversos autores (Davies (1994, 2000), Fresina (1982), Goodall (1984), Martins (1995, 2000), Moore (1994), Pearce (1990), Picallo (1990), Strozer (1986), entre outros). No presente estudo limito-me a adoptá-la sem mais discussão, sendo meu objectivo entender o que motivou a mudança e não reconsiderar a questão da natureza da mudança.

Tomarei as estruturas coordenativas, em interacção com as orações independentes de infinitivo flexionado que se atestam no português antigo (com valor imperativo ou optativo), como propiciadoras das configurações estruturalmente ambíguas que terão desencadeado a mudança. Em contextos ambíguos (com coordenação ao nível textual) o infinitivo flexionado independente veio a ser interpretado como infinitivo dependente de um verbo finito elíptico – sendo a elipse verbal legitimada pela coordenação ao nível frásico.

2. Elementos adicionais sobre a sintaxe dos verbos causativos e perceptivos no português antigo

Como vimos na secção anterior, no português moderno os verbos causativos e perceptivos podem seleccionar como complemento orações de infinitivo flexionado (como em (7) abaixo) ou de infinitivo simples (como em (8)). No primeiro caso, o sujeito da oração infinitiva recebe Caso Nominativo identicamente ao que acontece nas orações finitas; no segundo caso, o sujeito da oração infinitiva recebe Caso Acusativo atribuído excepcionalmente pelo verbo finito da oração matriz. A marcação casual do sujeito torna-se visível quando este tem natureza pronominal, conforme ilustra a frase (8b) onde o pronome acusativo *os* tem função de sujeito, paralelamente ao constituinte *os advogados* em (8a). A construção exemplificada pelas frases em (8) recebe assim o nome de construção de Marcação Excepcional de Caso, ou construção ECM (do inglês *Exceptional Case Marking*).

(7) O juiz mandou os advogados deixarem a sala

(8) a. O juiz mandou os advogados deixar a sala

b. O juiz mandou-os deixar a sala

Neste artigo, referir-me-ei aos verbos que admitem a construção de Marcação Excepcional de Caso (i.e, os verbos causativos e perceptivos) como

'verbos ECM', ainda que ocorram também noutro tipo de estruturas. Além das duas já mencionadas (representadas em (7) vs. (8)), há que considerar ainda a construção designada por *fazer*-inf(initivo) (cf. Kayne (1975), Burzio (1986), Gonçalves (1999), Duarte e Gonçalves (2001), entre outros). Trata-se de uma estrutura de 'união de orações' que envolve a formação de um predicado complexo (constituído por um verbo finito causativo ou perceptivo mais um infinitivo simples) com propriedades temáticas e casuais particulares. Na construção *fazer*-inf, o constituinte que tem a função de sujeito da oração infinitiva nas estruturas bi-oracionais (ou seja as estruturas ECM e de infinitivo flexionado) adquire o estatuto de objecto do complexo verbal. Assim, ocorre tipicamente na posição pós-complexo verbal e recebe Caso Acusativo ou Dativo conforme o verbo infinitivo é, respectivamente, intransitivo ou transitivo. A frase (9a) exemplifica a construção *fazer*-inf com o verbo intransitivo *sair*, as frases (9b) e (9c) exemplificam a construção *fazer*-inf com o verbo transitivo *deixar*. Nas duas últimas frases há 'Dativização do Sujeito' (Kayne (1975)) pois o Caso Acusativo é atribuído ao objecto directo *a sala*. A marcação do constituinte relevante como Dativo é tornada visível quer pelo pronome átono de (9c) quer pela presença da preposição *a* (que precede o sintagma nominal *os advogados*) em (9b).

(9) a. O juiz mandou sair os advogados
b. O juiz mandou deixar a sala aos advogados
c. O juiz mandou-lhes deixar a sala

A contrução ECM, por um lado, e a construção *fazer*-inf, por outro, manifestam propriedades diferentes no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos e à compatibilidade da negação predicativa com o domínio infinitivo. Na construção *fazer*-inf a subida dos clíticos é obrigatória, enquanto na construção ECM o sujeito pronominal cliticiza ao verbo finito mas um clítico objecto mantém-se necessariamente dentro do domínio infinitivo.[4] Quanto à negação predicativa, a contrução ECM permite orações infinitivas negativas como mostram as frases em (10) abaixo, mas a construção *fazer*-inf não as permite,

[4] Frases como (i) abaixo são estruturalmente ambíguos, podendo representar quer a construção ECM quer a construção *fazer*-inf. Ou seja, o pronome clítico acusativo pode ser ou o sujeito da oração infinitiva, que recebe marcação casual excepcional do verbo matriz, ou o objecto directo do complexo verbal.

(i) O juiz mandou-os sair.

como se vê em (11) – sendo, neste caso, parte de um complexo predicativo, o verbo infinitivo não pode ser, por si só, negado.

(10) a. O juiz mandou-os não deixar a sala
b. O juiz mandou os advogados não deixar a sala

(11) a. *O juiz mandou-lhes não deixar a sala
b. *O juiz mandou não deixar a sala aos advogados

Visto que a construção *fazer*-inf torna a subida dos clíticos obrigatória e não permite a associação entre negação predicativa e infinitivo, poderia pensar-se que a mudança ocorrida entre o português antigo e o português moderno, no que diz respeito aos verbos causativos e perceptivos, consistiria na emergência, a partir do século XVI, da construção ECM, enquanto no português antigo só a construção *fazer*-inf teria lugar. Os dados que podem colher-se nos textos medievais mostram, no entanto, que as construções *fazer*-inf e ECM coexistiam já no período do português antigo. A segunda virá, pois, a modificar as suas propriedades no que diz respeito à sintaxe dos clíticos e à legitimação da negação predicativa.

As frases em (12) e (13), retiradas de fontes medievais, atestam a construção *fazer*-inf. Nelas se observa a característica 'Dativização do Sujeito' manifestada pelos constituintes *a elas*, em (12), e *lhes*, em (13). A posição pós-complexo verbal do constituinte *a elas* na frase (13) é também típica da construção *fazer*-inf. Quanto ao pronome dativo *lhes*, em (13), a posição que ocupa na frase decorre da obrigatoriedade de subida dos clíticos.

(12) fazendoo primeiro ssaber **a elas**
(Documento notarial, ano de 1447. Martins 2001b: 499)

(13) que **lhes** fez quebrantar os mãdados de seus senhores
(*Crónica Geral de Espanha de 1344*. Citado por Davies 1994: 52)

Por outro lado, as frases (14) e (15), igualmente colhidas em fontes medievais, representam a construção ECM. Que assim é mostram-no a colocação interverbal do sintagma nominal *Galvam*, bem como a inexistência da preposição *a*, em (14), e a forma acusativa do pronome clítico, com função de sujeito da oração infinitiva, na frase (15). (Note-se que os verbos infinitivos de ambas as frases são transitivos pelo que a 'Dativização do Sujeito' seria obrigatória se estivesse em causa a construção *fazer*-inf).[5]

[5] Outros exemplos da construção ECM registados nas fontes medievais encontram-se em Maurer (1986: 59-60).

(14) viu **Galvam** tal doo fazer
(*Demanda do Santo Graal*. Citado por Davies 1994: 51)

(15) que **o** fez leixar a fe de Jhesu Christo
(*Crónica Geral de Espanha de 1344*. Citado por Davies 1994: 52)

Nos textos medievais pode encontrar-se ainda um tipo de frases sem correlato no português moderno. Nelas um constituinte cuja marcação casual parece decorrer da construção *fazer*-inf ocorre na posição interverbal que, no português moderno, só é pemitida na construção ECM. Veja-se a frase (16).

(16) elle faz **aos seguos** ver e **aos surdos** ouvyr
(*José de Arimateia*. Citado por Davies 1994: 51)

Esta aparente contradição deixa de o ser se nos desprendermos de uma avaliação guiada pela nossa competência linguística. À luz do que sabemos sobre a sintaxe do português antigo, a estranheza da frase (16) desvanece-se. A frase é estruturalmente ambígua, podendo representar quer a construção *fazer*-inf quer a construção ECM. No primeiro caso, o constituinte Dativo tem o estatuto de objecto (do complexo verbal) pelo que pode apresentar-se anteposto ao verbo infinitivo, pois a ordem OV em domínios de subordinação é uma opção gramatical no português antigo (vd. Martins 2002a, 2002b). No segundo caso, o sujeito da oração infinitiva, que recebe Caso Acusativo do verbo causativo (funcionando assim relativamente a este como objecto), apresenta-se precedido da preposição *a*, situação que se atesta no português antigo quando um complemento verbal acusativo tem o traço [humano]. A frase (17) abaixo comprova que no português antigo um objecto anteposto pode interromper a continuidade entre o verbo causativo e o verbo infinitivo na construção *fazer*-inf. As frases (18a) e (18b) mostram que o objecto directo com o traço [humano] pode ser ou não introduzido pela preposição *a*.

(17) ca eu mandarey a dom Mudarra Gonçallvez que vos faça queymar ou mandarey **as vossas carnes** espedaçar a cães[6]
(*Crónica Geral de Espanha de 1344*. Cintra 1961: 171)

[6] De acordo com a análise proposta em Martins (2002a), na frase (17) o constituinte *as vossas carnes* ocupa a posição de Spec de AgrS do domínio do verbo finito, estando o verbo finito incorporado num núcleo funcional mais alto.

(18) a. Seguyr a nossos antecessores
(*Leal Conselheiro*. Citado por Russo 1942: 48)[7]
b. sigujndo aquel filosofo
(*Leal Conselheiro*. Citado por Russo 1942: 49)

A frase (19) abaixo confirma que nem sempre a presença da preposição *a* é um indicador não ambíguo relativamente à natureza da estrutura que observamos. A presença em (19) do clítico reflexivo evidencia que estamos perante uma estrutura ECM, apesar de o constituinte com função de sujeito da oração infinitiva se apresentar precedido da preposição *a*.[8] (Quanto à posição do sujeito note-se que se encontra topicalizado; sobre a não subida do clítico falaremos na secção seguinte).

(19) E un dia que dormindo a achou soa, a un seu mouro logo mandou deitar-**sse** con ela[9]
(*Cantigas de Santa Maria*. Citado por Sousa Fernández 1998: 68)

Na verdade, o clítico reflexivo não é permitido na contrução *fazer*-inf já que nesta o Caso Acusativo não está disponível (sendo atribuído ou ao objecto directo de um infinitivo transitivo ou ao constituinte que tendo função de sujeito subordinado nas estrututas bi-oracionais adquire o estatuto de objecto quando se forma um complexo verbal). O contraste entre a frase (20), que representa a construção ECM, e as frases em (21), representando a construção *fazer*-inf, é esclarecedor. Note-se que só a supressão do pronome reflexivo na estrutura *fazer*-inf permite obter uma frase gramatical com interpretação idêntica à da

---

[7] Veja-se ainda o seguinte exemplo:
(i) tu matas cruelmente e sem misericordia aos seruos de deus (*Barlaão e Josafá*. Citado por Abraham 1938: 49).

[8] O verbo *mandar* é no português antigo um verbo ditransitivo como mostra o exemplo (i) abaixo. Poderia por isso interpretar-se a frase (19) como uma estrutura de controle de objecto. No entanto, a existência de frases do mesmo tipo que não envolvem o verbo *mandar*, como é o caso de (ii) abaixo, com o verbo perceptivo *ver*, levam-me a admitir que esteja em causa a construção ECM. Seja como for, se adoptarmos a perspectiva de Hornstein (1999, 2001), as estruturas ECM e de controle de objecto são idênticas no que diz respeito à natureza do sujeito da oração infinitiva.
(i) E o Cide mandou aos seus que roubassem o campo (*Crónica Geral de Espanha de 1344*. Cintra 1961: 417)
(ii) vejo a um escravo comprado por cinco xerafins fazer-se senhor de muitas rendas. (Cartas de Afonso de Albuquerque. Pato 1884: 35)

[9] Uma vez que no período medieval português e galego coincidem no que diz respeito à sintaxe dos verbos causativos, alguns dos exemplos seleccionados para este artigo puderam ser colhidos em fontes galegas.

correspondente frase ECM, a qual inclui o reflexivo. Sobre este assunto, veja-se Gonçalves (1999) e as referências aí disponibilizadas.

(20) Já mandei o miúdo deitar-se

(21) a. Já mandei deitar o miúdo

b. *Já mandei deitar-se o miúdo (agramatical com a interpretação relevante)

c. *Já mandei deitar-se ao miúdo (agramatical com a interpretação relevante)

3. A cronologia da mudança

O processo de desgramaticalização dos verbos ECM e de alguns dos verbos de controle e elevação, que consiste no incremento da estrutura funcional dos seus complementos infinitivos, manifesta-se de três formas, como se disse na secção 1 acima: na emergência do infinitivo flexionado (que passa a estar em variação com o infinitivo simples nos complementos oracionais dos verbos ECM); na legitimação da negação predicativa nas orações infinitivas seleccionadas por verbos ECM, verbos de controle e de elevação; na perda do carácter marginal da opção pela cliticização no interior da oração infinitiva em estruturas com verbos matriz potenciadores de subida do clítico. Sendo, conforme tem sido proposto, manifestações do mesmo processo de mudança gramatical, esperar-se-à que infinitivo flexionado, negação predicativa e cliticização ao infinitivo (nas configurações relevantes) adquiram visibilidade nas fontes escritas aproximadamente na mesma época. O infinitivo flexionado dependente de verbos ECM documenta-se de forma clara a partir do século XVI (embora Maurer (1986: 58-59) aponte três exemplos em manuscritos do século XV[10]). Quanto à presença da negação predicativa nas orações infinitivas dependentes dos verbos em questão não se encontra atestada antes do século XVI.[11] A evolução relativa à colocação dos clíticos, na vertente 'subida do clítico' vs. 'cliticização ao infinitivo', tem contornos um pouco menos nítidos e merece que lhe dediquemos algum espaço adicional.

[10] Trata-se dos manuscritos quatrocentistas do Leal Conselheiro, do Livro de Esopo e da Demanda do Santo Graal. Maurer (1986:58) faz notar que os exemplos de infinitivo flexionado nas orações complemento dos verbos causativos e perceptivos são "muito raros" e "relativamente tardios" nas fontes medievais.

[11] Este cenário poderá naturalmente vir a ser ajustado no seguimento de pesquisa sistemática sobre esta matéria num corpus extenso.

O português antigo não se distingue da generalidade das línguas românicas antigas no que diz respeito à quase universalidade da subida dos clíticos nas estruturas que hoje permitem opcionalmente tal colocação. No seu estudo exemplar sobre o desenvolvimento dos pronomes clíticos do latim às línguas românicas antigas, Dieter Wanner (1986) caracteriza com clareza a situação medieval.

> "It can be affirmed that the Italian CM [clitic movement] pattern of the 13th century is quite typical for all Old Romance languages. They all share the pervasive presence of +CM strings with the same kind of governing verb meanings, and with the other characteristic features of Old Italian, be the language Old Portuguese, Old Spanish, Old Catalan, Old French, Old Provençal, or Old Sardinian. (...) On the competence level, the option of not applying CM with a potential V(cm) [verb admitting clitic movement] does exist, but it may have been considerably marked or even marginal". (Wanner 1986: 290-301)

Em concordância com a observação de Wanner (1986), frases que não manifestam subida do clítico podem encontrar-se em textos portugueses medievais, como mostram os exemplos em (22) e (23). A sua presença nas fontes escritas ao longo do período do português antigo parece ser, no entanto, quantitativamente insignificante, o que também condiz com a afirmação de Wanner segundo a qual a opção pela cliticização ao infinitivo seria marginal.

(22) E quando quiser espedir**se** del beigelhy a mão [...] ao senhor de que se espede e digalhy: foan tal caualeyro uos mãda beygar a maao
(*Foro Real*. Citado por Silva 2003: 324)

(23) Onde os que morã a cabo destas eygreias nõ podẽ hyr confessar**sse** de sseus pecados ao clerigo doutra jgreja
(*Primeira Partida*. Citado por Silva 2003: 147)

Na secção 4.1, a seguir, proporei que a existência de frases como (22) e (23) não é incompatível com a hipótese segundo a qual as orações infinitivas contidas nas mesmas frases apresentavam uma estrutura funcional defectiva. Na presente secção importa considerar como progride quantitativamente, a partir do século XVI, a opção pela cliticização ao infinitivo (i.e., pela não subida do clítico). Com esse objectivo, oferecem-se a seguir os dados quantitativos (de natureza prospectiva) disponibilizados nos trabalhos de Costa (2002) e Salvi

Quadro I (extraído de Costa 2002)

Autores (ano do nascimento – ano da morte)	Subida do clítico	Não subida
Afonso de Albuquerque (1462?-1515)[12]	40 (95%)	2 (5%)
Damião de Góis (1502?-1574)[13]	50 (100%)	0 (0%)
Fernão Mendes Pinto (1510-1583)[14]	104 (97%)	3 (3%)
Diogo do Couto (1542-1616)[15]	29 (94%)	2 (6%)
António Vieira (1608-1697)[16]	23 (82%)	5 (18%)
Luís António Verney (1713-1792)[17]	13 (33%)	26 (67%)
Almeida Garrett (1799-1854)[18]	27 (55%)	22 (45%)
Oliveira Martins (1845-1894)[19]	0 (0%)	12 (100%)

Quadro II (extraído de Salvi 1990: 202)

Século	Corpus	Subida do clítico	Não subida
XIII-XV	Documentos notariais[20]	48 (100%)	00 (0%)
	Fernão Lopes[21]	31 (97%)	01 (3%)
XVI	Gil Vicente[22]	70 (96%)	03 (4%)
	História Tragico-Marítima[23]	74 (90%)	08 (10%)
XVII	Vieira[24]	94 (96%)	04 (4%)
XVIII	Judeu[25]	69 (73%)	25 (27%)
	Verney[26]	62 (64%)	35 (36%)
XIX	Garrett[27]	24 (50%)	24 (50%)
	Camilo[28]	15 (23%)	50 (77%)
	Eça[29]	28 (44%)	36 (66%)

[12] Cartas para El-Rei D. Manuel I. Dados recolhidos em Baião (1957: 2-51).
[13] Crónica do Príncipe D. João. Dados recolhidos em Rodrigues (1977: 12-61).
[14] Peregrinação. Dados recolhidos em Pinto (1995: folios 1-25).
[15] Década Oitava da Ásia. Dados recolhidos em Cruz (1993: 21-70).
[16] Cartas. Dados recolhidos em Vieira (1997: 4-53).
[17] Verdadeiro Método de Estudar. Dados recolhidos em Pires (1991: 43-92).
[18] Discursos Parlamentares. Dados recolhidos em Braga (1904: 5-54).
[19] História da Civilização Ibérica. Dados recolhidos em Martins (1954: 1-50).
[20] Dados recolhidos em Maia (1986: 52-70, 71-72, 91-131, 137-146, 151-162)
[21] Crónica de D. Pedro. Dados recolhidos em Macchi (1966: I-XVII)
[22] Auto da Índia, Comédia de Rubena, Pranto de Maria Parda & Romagem dos Agravados. Dados recolhidos em Hart (1972: 64-84), Tavani (1965), Picchio (1963) & Teyssier (1975).
[23] Dados recolhidos em Águas, ed. (1982?: 25-64).
[24] Sermão de Santo António aos Peixes & Sermão do Bom Ladrão. Dados recolhidos em Lapa (1978) & Sérgio e Cidade (1954: 149-194).
[25] Guerras do Alecrim e Manjerona. Dados recolhidos em Ferraz (1980).
[26] Verdadeiro Método de Estudar. Dados recolhidos em Salgado Júnior (1949), Carta Primeira.
[27] Viagens na Minha Terra. Dados recolhidos em Dias (1983: I-XVII).
[28] Novelas do Minho. Dados recolhidos em Mateus (1971: 71-129, 187-254).
[29] O Primo Basílio. Dados recolhidos em Moura (1984: I-III).

(1990). Apresentados nos quadros I e II abaixo, tais dados serão a seguir comentados.

Em virtude da pequena extensão dos corpora observados por Salvi (1990) e Costa (2002), e ainda por o último autor não ter indagado fontes medievais, os quadros I e II não são suficentemente esclarecedores no que diz respeito ao contraste entre o período medieval, por um lado, e o século XVI, por outro. Podemos ainda assim divisar nos dados disponíveis um aumento das atestações de cliticização no interior da oração infinitiva no século XVI. Na verdade, embora esta opção se encontre já em fontes medievais, conforme dissemos acima, ela é rara até ao século XV e documenta-se apenas em alguns textos.[30] No século XVI, o número de exemplos rastreáveis continua a ser baixo mas a sua disseminação por fontes de natureza diversa parece progredir. Salvi (1990) e Costa (2002), tomados em conjunto, dão-nos dados extraídos de cinco textos do século XVI; só num deles, a Oitava Década da Ásia, de Damião de Góis, a subida dos clíticos parece geral. Fica por apurar se este autor quinhentista tem um comportamento conservador relativamente à colocação dos clíticos ou se o resultado exposto no quadro I é determinado pela pequena extensão do corpus seleccionado.

Se no século XVI se inicia timidamente o processo de fortalecimento da opção pela cliticização ao infinitivo, esperar-se-á que a sua expansão progrida (de forma estável) no decurso dos séculos subsequentes. O quadro I aponta claramente neste sentido, mas os dados do quadro II parecem mostrar um decréscimo da cliticização ao infinitivo no século XVII. Este resultado é tanto mais surpreendente quanto Salvi (1990) e Costa (2002) observam textos do mesmo autor, António Vieira. Uma vez que o primeiro trabalhou com alguns Sermões e o segundo com algumas Cartas, a diferença muito acentuada entre os resultados obtidos por um e pelo outro sugere que no português do século XVII a variação entre as duas possíveis colocações dos pronomes cliticos que estamos a analisar poderia ser pautada por factores estilísticos ou pragmáticos.[31]

---

[30] Tomados em conjunto, os diversos autores que se ocuparam da questão da colocação dos pronomes clíticos no português medieval apontam cerca de uma dezena de exemplos de cliticização ao infinitivo (fora das estruturas de coordenação de que trataremos na secção 4.1, a seguir, e que constituem um caso particular). A maior parte dos exemplos são registados por Silva (2003) em dois textos que são tradução de originais espanhóis, nomeadamente, o Foro Real e a Primeira Partida. Nos documentos notariais editados por Maia (1986) e estudados por Salvi (1990) não há nenhum exemplo de cliticização ao infinitivo. Também no conjunto documental editado por Martins (2001) a opção pela subida do clítico se regista sempre.

[31] No que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos em frases finitas, registam-se igualmente diferenças muito notórias entre as Cartas e os Sermões de António Vieira. Sobre este

A ser assim, teremos já definida uma situação em que a variação está instalada e os seus contornos são linguisticamente relevantes (diferentemente do que acontecia no período medieval).

A fim de obter alguma informação adicional relativamente ao século XVII, observei a colocação dos pronomes clíticos em contextos potenciadores de subida dos clíticos em dois textos de Francisco Manuel de Melo, A Carta de Guia de Casados e algumas das Cartas Familiares publicadas por Lapa (1937). Os dados reunidos permitem confirmar que o desenvolvimento da mudança em consideração não é recessivo no século XVII, e têm adicionalmente o interesse de nos mostrar que a variação se configura diferentemente quer entre indíviduos quer entre diferentes produções do mesmo indivíduo. Na Carta de Guia de Casados há uma percentagem de cliticização no interior da oração infinitiva de 14%; nas Cartas Familiares este valor sobe para mais de 30%.

Voltando aos quadros I e II, podemos observar que depois do século XVII apenas se torna mais nítida uma situação já definida anteriormente, manifestando diferentes autores/obras tendências diferenciadas relativamente às opções pela subida do clítico ou, pelo contrário, pela cliticização ao infinitivo. A ausência de subida do clítico registada no quadro I em Oliveira Martins deve-se presumivelmente à pequena extensão do corpus.[32]

Embora seja aconselhável que a informação respeitante à cronologia da mudança gramatical em estudo venha a ser reforçada, os dados presentemente disponíveis permitem-nos concluir que o século XVI é o ponto de viragem relativamente a cada uma das manifestações da mudança. No século XVI, a presença do infinitivo flexionado nos complementos de verbos causativos e

---

assunto vejam-se os trabalhos de Charlotte Galves e Helena Britto disponibilizados em http://www.ime.usp.br/~tycho. Relativamente à variação entre próclise e ênclise nas frases finitas, os Sermões apresentam-se mais inovadores e as Cartas mais conservadoras. O padrão inverte-se no que diz respeito à variação entre subida do clítico e cliticização ao infinitivo, mostrando-se neste caso os Sermões mais conservadores (de acordo com os dados de Salvi (1990) vs. Costa (2002)). Talvez as duas mudanças tenham, na origem, estatutos sociolinguísticos distintos.

[32] Embora a gramática prescritiva condene a opção pela subida de clítico, esta colocação continua a registar-se em autores do século vinte e autores contemporâneos. Vejam-se os seguintes exemplos:

(i) "Deve-**se** sempre ferir por inteiro. É muito menos penoso do que a verdade a prestações". (Fernando Namora. CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, L0836P0021X)

(ii) Isto, resumo, é a lagoa. Podia-**se** pulverizar num sussurro de mistérios. (José Cardoso Pires, CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, L0015P0323X)

(iii) Anunciou-me a semana passada que **se** quer casar, entristeceu-se a mãe a inclinar-se para baixar o som da telefonia, o senhor, sinceramente, diga lá, está-**me** a ver avó de uma catrefada de monstros? (António Lobo Antunes, CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, L0060P0534X)

perceptivos torna-se nítida; a negação predicativa ganha lugar nas orações infinitivas dependentes de verbos ECM e de certos verbos de controle e elevação; inicia-se um processo de crescimento da opção pela cliticização ao infinitivo (em alternativa à subida do clítico) que não parará de progredir nos séculos seguintes.

4. Ambiguidade estrutural na origem da mudança: coordenação, elipse e o infinitivo flexionado

Como vimos na secção 1 acima, diversos autores caracterizam concordantemente a mudança gramatical que temos por objecto de estudo como um caso de complexificação da arquitectura funcional de certas orações infinitivas. Só um desses autores, no entanto, considera a questão da origem e motivação da mudança. Davies (1994), que concentra a sua atenção nas estruturas ECM, observa uma ocorrência muito alta de sujeitos nulos de interpretação arbitrária nos complementos infinitivos dos verbos causativos e perceptivos nos textos dos séculos XIII e XIV.[33] Propõe então que é o aumento das ocorrências de sujeitos referenciais expressos que começa a notar-se no século XV e se acentua no século XVI que estará na origem da mudança. O facto de a oração infinitiva apresentar frequentemente um sujeito referencial expresso terá favorecido a sua reanálise como um oração não reduzida (i.e., funcionalmente plena), assim se abrindo caminho à emergência do infinitivo flexionado.

Embora existam virtudes nesta explicação, à qual voltarei a referir-me mais adiante, não me parece, só por si, totalmente satisfatória. Por um lado, porque a expressão de um sujeito referencial, independente, no domínio infinitivo não necessita de estar associada a domínios oracionais funcionalmente não defectivos, como mostra o português antigo. Por outro lado, porque a perspectiva de Davies (1994) dissocia a evolução dos complementos infinitivos dos verbos ECM da evolução dos complementos infinitivos de certos verbos de elevação (nomeadamente os modais) e de controle. Na secção seguinte procurarei motivar a mudança em termos que permitam compreender a relação (que mantenho existir) entre a evolução dos verbos ECM e a evolução de alguns verbos de elevação e de controle, em todos os casos no sentido da desgramaticalização. Uma vez que a proposta que apresentarei na secção 4.3 se apoia na observação

[33] Esta situação decorreria da convergência operada no latim tardio entre infinitivos passivos e infinitivos activos de muitos verbos. As orações infinitivas passivas eram frequentemente orações sem agente expresso.

de situações de ambiguidade estrutural, começarei por identificar os componentes que interagem para criar configurações ambíguas, nomeadamente as estruturas de coordenação (secção 4.1) e as orações independentes de infinitivo flexionado (secção 4.2).

4.1. Estruturas de coordenação

Sendo a cliticização ao infinitivo infrequente no português medieval nas frases em que a oração infinitiva é seleccionada por um verbo legitimador da subida do clítico, existe todavia um tipo de configuração sintáctica que inviabiliza a subida do clítico tornando necessária a ênclise ao infinitivo. As estruturas em causa envolvem coordenação e elipse do verbo matriz no segundo ou subsequentes membros da estrutura coordenativa (que legitima a elipse verbal). As frases (24) a (26) ilustram a estrutura relevante.

(24) mandando o dicto moesteiro sseu certo procurador estar aa mjdida delles na eira E Reçebe**llo** aa dicta portagem
(Documento notarial, ano de1472. Martins 2001b: 515)

(25) E nos deuemos de põer A meyatade da semẽte e dar**uos** mays hũu sesteyro de pam meyado
(Documento notarial, ano de 1381. Martins 2001b: 458)

(26) E nos posades tomar o dicto CasaL E da**lo** A quem por bem teuerdes
(Documento notarial, ano de 1381. Martins 2001b: 459)

O facto de a subida dos clíticos deixar de ser uma opção nestes contextos faz pensar que a elipse abrange não só material lexical mas também a correspondente estrutura funcional abstracta. Deste modo, a cliticização 'sintáctica' (entendida como adjunção a um núcleo funcional de natureza flexional, nos termos de Kayne (1991)) não pode ter lugar. (Lembre-se que a oração infinitiva é funcionalmente defectiva). Nestas condições presumo que tenha lugar, como estratégia reparadora, um processo de cliticização 'morfológica' consistindo na simples fusão entre o clítico e o verbo infinitivo (sem mediação de uma categoria funcional).

Nesta perspectiva, os exemplos raros (no português medieval) de cliticização ao infinitivo em estruturas que não envolvem coordenação e elipse do verbo matriz, como as frases (22) e (23) acima, podem ser interpretados como resultado de uma aplicação 'abusiva' da estratégia de cliticização 'morfológica' em configurações que não a tornam necessária. Este embrionário processo

de generalização da cliticização 'morfológica' mantém um âmbito muito limitado e um carácter marginal. As frases em que se manifesta 'abusivamente' têm complementos infinitivos defectivos tal como aquelas em que tem lugar a subida do clítico. Mas as primeiras poderão ter favorecido (ainda que com um papel secundário) a reanálise das orações infinitivas reduzidas como orações infinitivas de estrutura funcional mais complexa.

Como veremos na secção seguinte é em articulação com as orações independentes de infinitivo flexionado que as estruturas de coordenação adquirem o papel principal no desencadeamento da mudança gramatical em estudo.

4.2. Infinitivo flexionado em orações não dependentes

Enquanto no português moderno o infinitivo flexionado ocorre tipicamente em contextos subordinativos, no português antigo (incluindo o português quinhentista) o infinitivo flexionado atesta-se com frequência em frases simples (i. e., mono-oracionais) e em orações matriz associadas a subordinadas condicionais. Referir-me-ei a estes infinitivos flexionados que não integram orações subordinadas como 'infinitivos flexionados independentes' (e às respectivas orações como 'orações independentes de infinitivo flexionado'). Como mostram os exemplos (27) a (34) o infinitivo flexionado independente tem geralmente valor imperativo (e com menos frequência optativo) e ocorre em contextos nos quais também tem lugar o conjuntivo. Infinitivo flexionado e conjuntivo estão aliás frequentemente em variação dentro de um mesmo texto (ou em sequências textuais afins).

(27) e se achassem que Moor Eanes siia no plazo con seu marido ualerlj seu plazo e se achassem que non siia no plazo (...) que lhe fezesse o Abade plazo
(Documento notarial, ano de 1273. Martins 2001b: 120)

(28) e a parte que destes cõuenẽtes defallir deue peytar aa outra parte. C. marauidis uellos de pea e ficar o prazo en sa fortaleza perdurauil e teerẽse os cõuenẽtes
(Documento notarial, ano de 1279. Martins 2001b: 138)

(29) E a parte que contra esto ueer peíte aa outra parte. C maravedis. uelos de portugaeses os quaes pagados ou nõ ficar este strumẽto pera senpre ensa forteleza
(Documento notarial, ano de 1295. Martins 2001b: 155)

(30) E se alguẽ contra esto quiser uijr. peite aa outra parte. d. soldos da bõa moeda e este feito star firme
(Documento notarial, ano de 1300. Martins 2001b: 163)

(31) Cõuẽ a ssaber que uos amergulhedes e adubedes e aprouejtedes a dita vinha e olyual segũdo se melhor adubarẽ as vinhas E oliual dos outros logares arredor E dardesnos quinze libras das oliuas destano e dardenolas logo e dalj adeãte (...) dardenos en cada hũu Ano vijti libras por dya de natal E a hũu mes nõ auerdes pẽa depois E se as eu Meestre Gonçalo nõ der ao dito tẽpo ou os meus erees daly adeãte uos deuedes filhar o dito logo cõ sa bẽfeitoria e pagarẽ uossos ereos a rrda que uos ouuerades pagar
(Documento notarial, ano de 1326. Martins 2001b: 412)

(32) e qualquer que cõtra esto vier peyte quinhẽtos soldos e esto valer pera senpre cõmo dito he
(Documento notarial, ano de 1329. Martins 2001b: 191)

(33) a. E ffazerem a dita cassa e Reffazerem de todo casso fortoyto
(Documento notarial, ano de 1407. Martins 2001b: 472)
b. E a faça e Refaça de todo caso furtuyto
(Documento notarial, ano de 1414. Martins 2001b: 477)

(34) E o dicto mosteiro se emtregar da dicta Remda sem se por ello poder chamar fforcado nen esbulhado ssob pena de perder este prazo
(Documento notarial, ano de 1513. Martins 2001b: 302)

Não cabe neste artigo a análise das orações independentes de infinitivo flexionado do português antigo. Direi apenas que se adoptarmos a hipótese segundo a qual o infinitivo flexionado tem origem no imperfeito do conjuntivo latino, não nos parecerá surpreendente que em época antiga o infinitivo flexionado partilhe certas propriedades (nomeadamente de marcação casual) com os verbos finitos, tendo-se acentuado posteriormente a sua evolução na direcção do infinitivo simples. (Sobre este assunto, veja-se Martins 2001a).

O infinitivo flexionado independente é ainda produtivo no século XVI, quando se dá a extensão do infinitivo flexionado aos complementos oracionais dos verbos ECM, mas desaparecerá pouco depois. Estes movimentos de retracção (em domínios independentes) e de expansão (em estruturas ECM) do infinitivo flexionado parecem estar associados entre si, conforme se verá na secção seguinte.

4.3. Ambiguidade do infinitivo flexionado em certos contextos coordenativos

O excerto em (35) inclui um infinitivo flexionado independente seguido de um conjuntivo, ambos de valor imperativo e ilustrando a situação típica de variação entre infinitivo flexionado e conjuntivo apontada na secção anterior. Mas esta sequência textual presta-se a uma outra leitura (no plano da análise estrutural), pois o infinitivo *ficar* poderia ser interpretado como infinitivo dependente dos verbos causativos *mandar* e *outorgar*, que ocorrem no contexto precedente.

(35) e sobre todo esto mandamus e houtorgamus que se algũu de nos ueher que aquesta nossa partizõ queyra britar ou desfazer, peyte áá outra parte aguardante. C. mrs. uelhus da moheda corredia en Portugal **e o prazo ficar en sa forteleza** e uala pera todo senpre
(Documento notarial, ano de 1287. Maia 1986: 250. Cf. p. 763)

A fim de clarificar a perspectiva que estou a adoptar, consideremos o exemplo mais simples em (36a) (um dado hipotético mas reconstruído a partir de (35)). As duas possíveis interpretações (e correspondentes análises estruturais) de (36a) estão explicitadas em (36b) e (36c). Em (36b) a coordenação estabelece-se ao nível textual[34] e a oração infinitiva constitui por si só uma frase. Em (36c) a coordenação situa-se no nível frásico e a oração infinitiva é o complemento de um verbo finito causativo sem realização fonológica, sendo a elipse verbal legitimada pela coordenação sintáctica.

[34] Veja-se a observação de Rosa Virgínia Mattos e Silva (1994:119), relativamente à coordenação:

"Na documentação do período arcaico o *e*, além de ligar frases, ocorre como conector de enunciados, isto é, como elo encadeador do discurso. (...) No exemplo seguinte dos *DGS* [= Diálogos de São Gregório] (1989:655), o primeiro [*e*] é um encadeador discursivo, enquanto o seguinte coordena sentenças:

– Ide-vos a bõa ventura, ca non ei eu mester cavalo.

E eles deceron das bestas *e* poseron-no contra sa voontade en cima de seu cavalo de que primeiramente derribaron".

(36) a. mandamos peytar àà parte aguardante C maravedis e o prazo ficar ensa forteleza
b. Mandamos peytar àà parte aguardante C maravedis. E o prazo ficar *[=fique]* en sa forteleza
c. Mandamos peytar àà parte aguardante C maravedis e *[mandamos]* o prazo ficar en sa forteleza

A mesma sequência lexico-fonológica pode assim realizar duas estruturas distintas. Esta ambiguidade estrutural terá estado na origem da reinterpretação dos infinitivos flexionados independentes, em contextos de coordenação associada a elipse verbal, como infinitivos flexionados subordinados.

Observemos agora a sequência em (37a), na qual o verbo infinitivo apresenta marcas flexionais explícitas. Neste caso, a possibilidade de identificar o infinitivo que ocorre no segundo membro da estrutura coordenada com o infinitivo simples de uma estrutura ECM fica afastada. A interpretação da oração de infinitivo flexionado como oração dependente de um verbo causativo elíptico (vd. (37c) vs. (37b)) introduzirá assim o infinitivo flexionado na esfera dos padrões subordinativos dos verbos ECM.

(37) a. mandamos peytar àà parte aguardante C maravedis e os prazos ficarem ensa forteleza
b. mandamos peytar àà parte aguardante C maravedis. E os prazos ficarem *[= fiquem]* en sa forteleza
c. mandamos peytar àà parte aguardante C maravedis e *[mandamos]* os prazos ficarem en sa forteleza

Deve notar-se que a explicação que estamos a propor é coerente no plano semântico, já que o valor imperativo/optativo que o infinitivo flexionado independente tinha no português antigo não destoa da interpretação semântica atribuída a um infinitivo dependente de um verbo causativo.

O exemplo (37) acima é hipotético mas a sua legitimidade gramatical no português antigo fica confirmada por dados como o que se apresenta em (38), extraído dos documentos da Chancelaria de D. Duarte. Em (38) podemos observar o tipo de configuração ambígua que originou a mudança gramatical.[35]

---

[35] São também exemplos elucidativos os seguintes:
(i) e mando que estes meus cabeçaes e eréés possam auer todo o meu asi mobli commo rrayx e dareno ali u elles teuerẽ por bẽ (Documento notarial, ano de 1281. Maia 1986: 133)

(38) Jtem ao que dizeẽs que demos nossa carta per que mandamos que corretores que nom sabem leer nem scpreuer que nom husem mais de seus oficios os quaães forom examjnados e foj achado que auja hi vij ou viij que nom sabiam leer nem scpreuer E ora por nosso mandado algũus destes som restitujdos a seus officios e ficam tres ataa quatro que mais soomente husauam dos dictos officios e som ja em taães ydades que nom podem nem sabem husar doutros officios E que fosse nossa mercee mandarmos que husem de seus officios **e per suas mortes nom seerem dados a outros ataa que seiam tornados ao numero de xxv** segundo nossa mercee hordenou. nom fazendo elles em seus officios perque os deuam de perder
(Chancelaria de D. Duarte, ano de 1436. Marques 1998: 382)

Costa (2002) observou que nas Cartas de Afonso de Albuquerque o infinitivo flexionado ocorre com muita frequência em estruturas coordenativas com elipse de um verbo causativo ou perceptivo, observação que reforça a hipótese de que tais estruturas tenham estado na origem da reinterpretação de orações independentes de infinitivo flexionado como orações complemento de verbos ECM.

No exemplo (39) podemos ver uma atestação do infinitivo flexionado subordinado a um verbo causativo (não elíptico), coexistindo na oração subordinada o infinitivo flexionado e a negação predicativa (*vejo ... nam me mandardes*). Fica assim claro que estamos perante uma oração complemento infinitiva com uma estrutura funcional não defectiva. Na mesma sequência textual atestam-se dois exemplos de infinitivo flexionado em contexto coordenativo legitimador de elipse verbal. (O símbolo [_] marca o lugar da elipse, estando o antecedente identificado a negrito).

(ii) E mãdauã E outorgauã que. elles. nẽ outrẽ por elles nẽ ẽ seus nõmes. nõ podesem hir cõtra A dicta Renõçyaçom que Assy ffaziã Ao dito Martjm Affomso. do dito dereito e quinhõ. que elles Auyã dauer da dita vynha cõmo de suso. dito he. ẽ parte nẽ ẽ todo ẽ Caso que cõtra elló quisese hir que nõ valese nẽ ffosem Reçebudos A demãda nẽhũa que lhj sobre tal Razom. queirã ffazer. mays a dita. Renõçjasom seer ffyrme estauyl pera sempre (Documento notarial, ano de 1367. Martins 2001b: 447)

(iii) Alda lourẽço soprioressa do dito Moesteíro mãdou e outorgou que sse A dita Alda lourẽço nõ pagar, os dinheiros dos Jornaaés Aos homees que Chãtarẽ o dito Canpo, Como dito he, demãdandolhes o dito Martjm Afonso que os pague dhj En deante so a dita pena so obrigaçõ dos Bees do dito Moesteíro e da dita soprioresa que pera ello obrigou **E** a pena pagada ou nõ este Contrauto sseer Antre elles firme e estaujL Como dito he (Documento notarial, ano de 1391. Martins 2001b: 468)

(39) Vejo, senhor, tambem nam me mamdardes armas nem jemte nem nenhum aparelho de guerra; **vejo** vossos capitãees que de laa vem, muy isemtos, e omde me nam acham em pessoa [_] darem muy pouco por minhas determinaçõees e mandados e [_] pórem nas em conselho e em vozes (Afonso de Albuquerque, Cartas. Pato 1884: 35)

A par do infinitivo flexionado dependente de verbos causativos e perceptivos está frequentemenete representado na prosa de Afonso de Albuquerque o infinitivo flexionado independente, de valor imperativo ou optativo, como mostram os exemplos seguintes:[36]

(40) À partida minha de cananor deixo ordenado e mandado aos capitães morees das naos que vam pera portugall, que tamto que suas cargas forem acabadas, me vam buscar amjediva, porque já entam serei voluido de cambaya de asemtar as pazes, trato e feitoria, e tirar esses catiuos que lá jazem, e vir amjediva **e aly nos ajumtarmos todos e tornarmos sobre goa e fazermos o que podermos** *[=E ali nos ajuntemos todos e tornemo-nos sobre Goa e façamos o que podermos]*
(Afonso de Albuquerque, Cartas. Pato 1884: 23)

(41) mando a narsymgua huum messageiro, e mando allguuns cavalos a elRei de naarsymgua e Representarlhe o feito de goa, aynda que já tenho mandado dous piães com cartas a braldez, que já lá tinha mandado, e ver se com este feito de gooa lhe podemos tirar o credito que tem nos turqos e medo que lhe am, e **averem que somos homens que faremos tam boons feitos na terra como no maar**, *[=e hajam que somos homens que faremos tão bons feitos na terra como no mar]* e assy ver se o poso fazer aballar seus arrayes contra os turcos de daquem, e quererem nossa amyzade verdadeira
(Afonso de Albuquerque, Cartas. Pato 1884: 28)

[36] Note-se que em nenhuma das sequências é viável uma análise da oração infinitiva como oração dependente de um verbo causativo elíptico, já que não haveria um antecedente apropriado para legitimar a elipse verbal.

A coexistência de uns e outros infinitivos no século XVI mostra que os infinitivos flexionados independentes eram ainda uma opção gramatical quando surgiram os infinitivos flexionados seleccionados por verbos ECM, facto este que viabiliza e suporta a perspectiva adoptada neste trabalho no que diz respeito à motivação e modo de emergência da mudança.

O processo de desgramaticalização dos verbos ECM bem como de alguns verbos de elevação e de controle (envolvendo o incremento da estrutura funcional dos seus complementos infinitivos) traduz-se, como vimos, não só no aparecimento do infinitivo flexionado nesse contexto, mas também da negação predicativa e da 'cliticização sintáctica' (no interior da oração infinitiva). Estas três manifestações da mudança estão a seguir ilustradas por dados colhidos na obra de um autor quinhentista e dos primórdios de seiscentos, Diogo do Couto.[37]

(42) porque cousas lhe virão fazer que inda que todos não estivessem tão animados e não lhe alembrasse que em seus braços estavam suas vidas, soo pello que virão, e ouvirão àquelles religiosos **poderão não temer** outro poder muito mayor
(Diogo do Couto, *Década Oitava da Ásia*. Cruz 1993: 34)

(43) E logo forão os capitães deste socorro, e Gonçalo Guedes capitão de Columbo a Cotta avisarem a Baltesar Guedes, que **vendo não aver** necessidade se foi curar a Columbo deixando na Cotta seu irmão)
(Diogo do Couto, *Década Oitava da Ásia*. Cruz 1993: 42)

(44) eu **vi depenarem** muitos filhos e parentes de alguns visorreys
(Diogo do Couto, *Década Oitava da Ásia*. Cruz 1993: 44)

(45) O Rayu era tão industrioso que teve modo com dadivas e peitas com que primeiro que chegou a Cotta **fez passarem-se** pera elle os mais dos mudiliares del rey com a gente de suas obrigações
(Diogo do Couto, *Década Oitava da Ásia*. Cruz 1993: 29)

(46) D. Paulo tanto que esteve preparado saio ao imigo, porque não **quis dar-lhe** animo a cuidarem que o receava
(Diogo do Couto, *Década Oitava da Ásia*. Cruz 1993: 76)

---

[37] Os dados (42) a (45) foram identificados por Costa (2002). A negação predicativa no interior de complementos infinitivos de verbos ECM também se encontra em Afonso de Albuquerque, como mostra (39) acima. Um outro exemplo apontado por Costa (2002) pertence a Fernão Mendes Pinto:

(i) & se quereis não leuar as mãos vazias como dizeis... (Pinto (1995), fol. 7)

Uma última questão há que considerar. Por que razão o infinitivo flexionado não se estendeu aos complementos infinitivos dos verbos de elevação e controle? A pergunta coloca-se naturalmente tendo em conta que o tipo de configuração ambígua que originou a mudança na esfera dos verbos ECM parece atestar-se também com esses outros verbos. O exemplo (47) assim o sugere.

(47) outorgarõ que o dito martjm ãnes e sua molher e pesoa os posam auer pera sj E os demãdar **E se lograrem delles em suas vidas**
(Documento notarial, ano de 1417. Martins 2001b: 481)

A resposta à questão acima formulada encontra-se na incompatibilidade entre as propriedades de elevação/controle (de sujeito) dos predicados relevantes e o infinitivo flexionado, já que nas estruturas de elevação e de controle de sujeito não há lugar para um sujeito subordinado distinto (enquanto entidade gramatical) do sujeito da oração matriz.[38] Davies (1994) está portanto certo quando vê na existência de sujeitos referenciais lexicalmente realizados no domínio infinitivo um factor favorecedor da mudança (cf. secção 4. acima). De acordo com as abordagens que associam aquisição da linguagem e mudança linguística, deveremos considerar que uma vez estabelecido para um determinado item lexical verbal que se trata de um predicado de elevação/controle de sujeito (para o que haverá suficiente evidência no ambiente a que o aprendente está exposto), dados como (47) não podem ser analisados como estruturalmente ambíguos.

A ambiguidade estrutural, do tipo que nos tem ocupado, permite contudo compreender como surgiram a negação predicativa e a cliticização 'sintáctica' nos complementos infinitivos dos verbos de elevação/controle. O excerto em (48a), que tem como possíveis leituras (48b) e (48c), é suficientemente elucidativo. De novo, é a associação entre coordenação e elipse verbal que cria as configurações ambíguas propiciadoras da mudança. A motivação da mudança é pois a mesma para os verbos ECM e para os verbos de elevação/controle; a divergência parcial observada relativamente ao resultado da mudança decorre das propriedades particulares de cada um dos grupos de verbos.

[38] Na perspectiva de Hornstein (1999, 2001) trata-se de uma mesma propriedade, pois as estruturas tradicionalmente consideradas de 'controle' serão, na verdade, instâncias de elevação. Assim, em todos os casos haverá movimento do argumento externo do verbo infinitivo para a posição de sujeito da oração matriz, havendo lugar a marcação casual apenas nesta última posição.

(48) a. & quando sayr desse logar deue-sse logo a carpir & braadar pela rua & ir logo a justiça dereita.mente **& nõ entrar ẽ outra casa & dizer ueedes que me fez foaao per nome**
(*Primeira Partida*. Citado por Silva 2003: 150)

b. & quando sayr desse logar deue-sse logo a carpir & braadar pela rua & ir logo a justiça dereitamente. E nõ entrar ẽ outra casa & dizer ueedes que me fez foaao per nome *[= E não entre em outra casa e diga...]*
(*Primeira Partida*. Citado por Silva 2003: 150)

c. & quando sayr desse logar **deue**-sse logo a carpir & braadar pela rua & ir logo a justiça dereita.mente & [_] nõ entrar ẽ outra casa & dizer ueedes que me fez foaao per nome
(*Primeira Partida*. Citado por Silva 2003: 150)

5. Conclusão

Neste trabalho procurei mostrar como as frases estruturalmente ambíguas que envolvem coordenação, elipse verbal e o infinitivo flexionado independente (com valor imperativo ou optativo) que integrava a gramática do português antigo originaram o processo de mudança gramatical que atingiu os verbos ECM e de elevação/controle. Essa mudança, na direcção da desgramaticalização, manifestou-se na emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento dos verbos ECM e no surgimento da negação predicativa e da cliticização 'sintáctica' nos complementos infinitivos tanto dos verbos ECM como dos verbos de elevação/controle. Resultando de uma reanálise das orações independentes de infinitivo flexionado como orações subordinadas (nas configurações ambíguas acima identificadas), a mudança traduziu-se no incremento da estrutura funcional das orações infinitivas seleccionadas pelos verbos ECM e de elevação/controle.[39]

O papel desempenhado pelo infinitivo flexionado neste processo pode talvez explicar um contraste nítido entre o português e as restantes línguas românicas relativamente à sintaxe dos verbos causativos e perceptivos. Quando observamos

[39] O galego constitui um problema relativamente à proposta aqui apresentada porque não evoluiu no mesmo sentido que o português no que diz respeito aos verbos causativos e perceptivos. Na verdade, o infinitivo flexionado não é permitido nas orações complemento de verbos ECM no galego. O facto de o infinitivo flexionado independente deixar de atestar-se nos documentos galegos a partir do século XV (de acordo com Maia (1986)) pode ser relevante.

as estruturas de complementação com infinitivo simples, o português mostra uma clara preferência pela construção ECM relativamente à contrução *fazer*-inf; línguas como o italiano e o francês mostram a situação oposta. Uma vez que no português o infinitivo flexionado passou a estar presente nos complementos infinitivos dos verbos causativos e perceptivos, o facto de as estruturas completivas de infinitivo flexionado serem mais afins das estruturas ECM do que das estruturas *fazer*-inf pode ter favorecido um maior uso das primeiras. A este respeito é também interessante observar que, em comparação com o italiano e o francês, o espanhol é mais permissivo no que diz respeito à aceitação de estruturas ECM (cf. Hernanz (1999)). Ora não existindo no espanhol um infinitivo flexionado, existe contudo um infinitivo pessoal (cf. Torrego (1998)) e este pode manifestar-se no espanhol antigo como infinitivo independente (com valor imperativo) paralelamente ao infinitivo flexionado do português. As frases (49) a (51), apontadas por Beardsley (1921), são disso exemplo.

(49) e la sangre de los romanos seer esparzida por los sus terminos
(Beardsley 1921:259)

(50) Lazdrar tu e tu Fiio por las almas salvar
(Beardsley 1931:259)

(51) Bien es que gela dedes, et yo darle XV de mios fijos
(Beardsley 1921:258)

Referências Bibliográficas

Abraham, Richard D. 1938. *A Portuguese Version of the Life of Barlaam and Josaphat: Paleographical Edition and Linguistic Study*. Philadelphia: University of Pennsylvania.

Águas, Neves, ed. (1982?). *História Trágico-Marítima*. Vol. 1. Mem Martins: Europa América.

Álvarez, Rosario & Xosé Xove 2002. *Gramática da Lingua Galega*. Vigo: Galaxia.

Baião, António, ed. 1957. *Cartas para El-Rei D. Manuel I*. Lisboa: Sá da Costa. [2ª ed.]

Beardsley, Wilfred A. 1921. *Infinitive Constructions in Old Spanish*. New York: Columbia University Press.

Bosque, Ignacio & Violeta Demonte, eds. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. 3 vols. Madrid: Espasa.

Braga, Theophilo, ed. 1905. *Discursos Parlamentares de Almeida Garrett*. Lisboa: Sociedade Editora.

Burzio, Luigi. 1986. *Italian Syntax: A Government-Binding Approach*. Dordrecht: Kluwer.

Cintra, Luís Filipe Lindley, ed. 1961. *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Vol. 3. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Costa, Francisco Nuno Q. M. Carapeto. 2002. "Subida de Clíticos de Frases Infinitivas no Português do Século XV ao Século XIX". Ms. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt

Cruz, M. Augusta Lima, ed. 1993. *Diogo do Couto e a Década Oitava da Ásia: Edição crítica e comentada de uma versão inédita*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Davies, Mark. 1994. "Parameters, Passives, and Parsing: Motivating diachronic and synchronic variation in Spanish and Portuguese". *CLS 30: Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Vol 2: *The Parasession on Variation in Linguistic Theory*, editado por K. Beals, J. Denton, R. Knippen, L. Melnar, H. Suzuki & E. Zeinfeld. Chicago: CLS. 46-60.

Davies, Mark. 2000. "Syntactic Diffusion in Spanish and Portuguese Infinitival Complements". *New Approaches to Old Problems: Issues in Romance Historical Linguistics*, editado por Steven Dworkin & Dieter Wanner. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins. 109-127.

Dias, A. da Costa, ed. 1983. *Almeida Garrett, Viagens na Minha Terra*. Lisboa: Estampa.

Ferraz, M. de Lurdes, ed. 1980. *António José da Silva (O Judeu), Guerras do Alecrim e Mangerona*. Lisboa: Seara Nova – Comunicação.

Fresina, C. 1982. "Les verbes de mouvement et les aspectuels en Italien". *Lingvisticae Investigationes*. 6: 283-331.

Gonçalves, Anabela. 1999. *Predicados Complexos Verbais em Contextos de Infinitivo não Preposicionado do Português Europeu*. Dissertação de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Gonçalves, Anabela & Inês Duarte. 2001. "Construções Causativas em Português Europeu e em Português Brasileiro". *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, editado por Clara Nunes Correia & Anabela Gonçalves. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística & Colibri. 657-671

Gondar, Francisco G. 1978. *O Infinitivo Conxugado en Galego*. (= *Verba, Anejo 13*). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela

Goodall, G. T. 1984. *Paralell Stuctures in Syntax*. Ph.D. dissertation, University of California at San Diego.

Hale, Mark 1998. "Diachronic Syntax". *Syntax* 1: 1-18.

Hart, Th. R., ed. 1972. *Farces and Festival Plays*. Eugene: University of Oregon.

Hernanz, M. Lluísa 1999. "El Infinitivo". *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, editado por Ignacio Bosque & Violeta Demonte. Madrid: Espasa. 2196-2358.

Hornstein, Norbert. 1999. "Movement and Control". *Linguistic Inquiry* 30: 69-96.

Hornstein, Norbert. 2001. *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Malden, Mass. & Oxford: Blackwell.

Kayne, Richard. 1975. *French Syntax: The Transformational Cycle*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Kayne, Richard. 1989. "Null Subjects and Clitic Climbing". *The Null Subject Parameter*, editado por O. Jaeggli & K. Safir. Dordrecht, Boston & London: Kluwer. 239-261.

Kayne, Richard. 1991. 'Romance Clitics, Verb Movement, and PRO'. *Linguistic Inquiry* 22: 647-686.

Lapa, M. Rodrigues, ed. 1937. *D. Francisco Manuel de Melo, Cartas Familiares*. Lisboa: Sá da Costa.

Lapa, M. Rodrigues, ed. 1978. *Sermão de Santo António aos peixes*. Lisboa: Sá da Costa. [7ª ed.]

Lightfoot, David 1991. *How to Set Parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge, Mass: MIT Press.

Lightfoot, David 1999. *The Development of Language: Acquisition, Change and Evolution*. Malden, Mass. & Oxford: Blackwell.

Macchi, G., ed. 1966. *Fernão Lopes, Crónica de D. Pedro*. Roma: Ateneo.

Maia, Clarinda de Azevedo. 1986. *História do Galego-Português: Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Marques, A. H. de Oliveira, org. 1998. *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*. Vol.1, tomo 2 [1435-1438]. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa.

Martins, Ana Maria. 1995. "A Minimalist approach to Clitic Climbing". *CLS 31: Papers from the 31st Regional meeting of the Chicago Linguistic Society*. Vol II: *The Parasession on Clitics*, editado por A. Dainora, R. Hemphill, B. Luka, B. Need & Sh. Pargman, Chicago: Chicago Linguistic Society. 215-233. [Reeditado em: Costa, João, ed. 2000. *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*. Oxford & New York: Oxford University Press. 169-190].

Martins, Ana Martins. 2001a. "On the origin of the Portuguese inflected infinitive: A new perspective on an enduring debate". *Historical Linguistics 1999: Selected Papers from the 14th International Conference on Historical Linguistcs*, editado por Laurel J. Brinton. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins. 207-222.

Martins, Ana Maria. 2001b. *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI.* Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Martins, Ana Maria 2002a. "The loss of IP-scrambling in Portuguese: Word order variation and change". *Syntactic Effects of Morphological Change*, ed. by David Lifghtfoot. Oxford and New York: Oxford University Press. 232-248.

Martins, Ana Maria 2002b. "Mudança Sintáctica e História da Língua Portuguesa". *Actas do Encontro 'História da Língua e História da Gramática'*, editado por Brian F. Head, José Teixeira, Aida Sampaio Lemos, Anabela Leal de Barros & António Pereira. Braga: Universidade do Minho.

Martins, J. P. Oliveira. 1954. *História da Civilização Ibérica.* Lisboa: Guimarães & Cª. [9ª ed.]

Mateus, M. Helena Mira, ed. 1971. *Camilo Castelo Branco, Novelas do Minho.* Lisboa: Pereira.

Maurer Jr., Theodoro H. 1968. *O Infinitivo Flexionado Português: Estudo historico-descritivo.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Moore, J. 1994. "Romance Cliticization and Relativized Minimality". *Linguistic Inquiry* 25: 335-344.

Moura, H. Cidade, ed. 1984. *José Maria Eça de Queirós, O Primo Basílio.* Lisboa: Livros do Brasil.

Naro, Anthony 1976. "The Genesis of the Reflexive Impersonal in Portuguese: A study in syntactic change as a surface phenomenon". *Language* 52: 779-811.

Paiva, Maria Helena P. N. 2002. *As Gramáticas Portuguesas Quinhentistas e a Fixação do Padrão Linguístico: Contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança.* Dissertação de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Pato, R. A. Bulhão 1884. *Cartas de Afonso de Albuquerque Seguidas de Documentos que as Elucidam.* Vol. I. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Pearce, Elizabeth. 1990. *Parameters in Old French Syntax: Infinitival complements.* Dordrecht: Kluwer.

Picallo, M. C. 1990. "Modal Verbs in Catalan". *Natural Language and Linguistic Theory* 8: 285-312.

Picchio, L. Stegagno, ed. 1963. *Il "Pranto de Maria Parda" di Gil Vicente.* Napoli: Istituto Orientale.

Pinto, Fernam Mendez. 1995. *Peregrinaçam.* Maia: Castoliva. [Facsimile da edição de 1614].

Pires, M. L. Gonçalves, ed. 1991. *Verdadeiro Método de Estudar de Luís António Verney – Cartas sobre Retórica e Poética.* Lisboa: Presença.

Rodrigues, G. Almeida, ed. 1977. *Crónica do Príncipe D. João de Damião de Góis*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Russo, Harold J. 1942. *Morphology and Syntax of the Leal Conselheiro*. Philadelphia: University of Pennsylvania.

Salgado Jr.. A., ed. 1949. *Luís António Verney, Verdadeiro Método de Estudar*. Vol. 1: *Estudos Linguísticos*. Lisboa: Sá da Costa.

Salvi, Giampolo. 1990. "La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Peninsola Iberica". *Medioevo Romanzo* 15: 117-210.

Sérgio, António & Hernani Cidade, eds. 1954. *Padre António Vieira, Obras Escolhidas*. Vol. 12. Lisboa: Sá da Costa. Vol.

Silva, Cristina Vieira da. 2003. *A Complementação Infinitiva em Textos Latinos dos Séculos XI e XII e Textos Portugueses dos Séculos XIII e XIV. Dissertação de doutoramento*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Silva, Rosa Virgínia Mattos e Silva 1994. *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Contexto.

Sousa Fernández, Xulio César. 1998. *Estudio Diacrónico das Construccións con 'Mandar' como Verbo de Orde en Galego*. Dissertação de doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela.

Strozer, J. 1986. *Clitics in Spanish*. Ph.D. dissertation, University of California at Los Angeles.

Tavani, G., ed. 1965. *Comédia de Rubena*. Roma: Ateneo.

Teyssier, Paul, ed. 1975. *Romagem dos Agravados*. Paris: Éditions Hispaniques.

Torrego, Esther 1998. "Nominative Subjects and Pro-drop Infl". *Syntax* 1: 206-219.

Vasconcelos, José Leite de 1911. *Lições de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal. 1966 (4ª ed.).

Vieira, António. 1997. *Cartas do Padre António Vieira*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. [2ª ed.]

Wanner, Dieter 1987. *The Development of Romance Clitic Pronouns: From Latin to Old Romance*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter.

Dimensões "meta" nos textos jurídicos medievais

Fernanda Miranda Menéndez
Universidade Nova de Lisboa

Os textos jurídico-admnistrativos pertencem a uma área que tem suscitado numerosos estudos de diferentes disciplinas ligadas à prática da linguística histórica. Na que me está mais próxima, cito o trabalho de Clara Barros sobre o *Foro Real* ou sobre *As Sete Partidas de Afonso X* em tradução portuguesa (cf. a título de exemplo BARROS 1998 e 2002). A qualidade do discurso jurídico reside na sua dupla vertente de discurso constituinte, no plano discursivo, e de lei, no plano civil. Isto é, enquanto discurso, o jurídico consubstancia toda uma tradição discursiva que sobre ele se funda e que dele se alimenta, reproduzindo-o, tal como ele próprio reproduz já modelos anteriores.

Trata-se de um discurso que tem fortes raízes no direito romano, e, no caso português para os primeiros textos escritos, no direito castelhano-leonês. As primeiras obras de direito em português são, como é sabido, traduções dos textos que Afonso X de Leão e Castela mandou redigir em castelhano.

Conta-nos Paulo Ferreira da Cunha que Ulpiano no Digesto (I, 1, 10 [1]) refere que «a Justiça é a vontade constante e perpétua de atribuir a cada um o seu. Os preceitos do Direito são os seguintes: viver honestamente, não prejudicar ninguém, atribuir a cada um o que é seu. A Jurisprudência é o conhecimento das coisas divinas e humanas, o conhecimento do justo e do injusto.» Sendo o direito clássico, nomeadamente romano, uma das bases do direito peninsular, a opinião de Ulpiano está obviamente na origem de algumas das orientações dadas aos primeiros textos do direito português.

[1] (ou no 1 reg., ou Inst. I, 1, pr. e 3, 1), cit. in Cunha 2002.

Nos primeiros tempos da emancipação do reino face a Leão, os habitantes de Portugal viviam em comunidades independentes cuja autonomia jurisdicional era reconhecida quer pelo Rei quer pelos Senhores, e ordenada pelos Forais que incluíam os costumes locais e as tradições legais locais (cf. SILVA 2002: 3), que se junta à influência dos textos do cânone cristão, do *Liber Iudicum e do Corpus Júris Civilis*. Estas serão algumas das fontes que estão na base da redacção dos textos jurídicos realizados nas chancelarias de Afonso X de Leão e que, portanto, estão também na origem das suas traduções portuguesas, que constituem o tronco principal da primeira literatura jurídica conhecida em português. Ainda na opinião de Nogueira da Silva (SILVA 2002), a coexistência de diferentes influências nos sistemas legais medievais era um dos problemas com que se defrontaram os juristas medievais, não sendo excepção o caso português.

Esta primeira referência às condicionantes históricas do tipo discursivo em questão, leva-nos a interrogar os diferentes textos que para ele concorrem em busca de respostas sobre as suas características de texto a um tempo participante de um discurso constituinte e, ao mesmo tempo, fundador de um discurso constituinte para o caso português, em si. Isto é, se considerarmos, na linha de COSSUTTA e MAINGUENEAU que «ces discours constituants donnent sens aux actes de la collectivité» (1995: 113), devemos considerar o discurso jurídico-administrativo em português como um discurso constituinte, um discurso que funda uma tradição cultural e discursiva, que dele participa e que o alimenta, expandindo-se, através de uma rede de géneros textuais (leis, forais, cartas de doação ou de venda, testamentos, sentenças judiciais, por exemplo).

Um conjunto de textos com estas características comporta-se como um arquivo, no sentido que lhe dá Foucault:

> L'archive c'est d'abord la loi de ce qui peut être dit, le système qui régit l'apparition des énoncés comme événements singuliers. (...) L'archive ... c'est ce qui, à la racine même de l'énoncé-événement, et dans le corps où il se donne, définit d'entrée de jeu le système de son énonciabilité. (...) Entre la langue qui définit le système de construction des phrases possibles, et le corpus qui recueille passivement les paroles prononcées, l'archive définit un niveau particulier : celui d'une pratique qui fait surgir une multiplicité d'énoncés comme autant d'événements réguliers, comme autant de choses offertes au traitement et à la manipulation (FOUCAULT 1969: 170/171).

Ou seja, um conjunto de textos, como este, transporta consigo uma matriz de diálogo entre os diferentes elementos linguísticos, que assim se transformam em alvos de reflexões metalinguísticas, e entre diferentes preocupações discursivas, as quais, por sua vez, se tornam alvo de reflexões metadiscursivas.

A junção destas duas componentes não é fortuita. Não esqueçamos a afirmação de Rey-Debove :«La saisie de la fonction metalinguistique se fait en discours» (1978: 20). A ser assim, conclui-se que em qualquer registo de produção discursiva se pode encontrar a pista da reflexão metalinguística e que, ao mesmo tempo, se pode deparar com a reflexão sobre o próprio funcionamento discursivo.

Foi com esta ideia que me propus procurar os traços de reflexões que designo lato senso como «dimensões meta» em textos medievais, nomeadamente naqueles que, pela sua natureza, mais se prestam a reflexões deste género – os jurídico-administrativos. Antes da prática de escrita neste romance se autonomizar, longo tempo passou em que a sua actividade oral era intensa, activa e profícua. E oralmente realizamos tantos enunciados metalinguísticos e metadiscursivos como na escrita. Daí que algumas das reflexões encontradas espelhem justamente o momento da passagem do oral ao escrito. Por exemplo, a afirmação repetida de que o acto jurídico tem de ser escrito, pelo valor efectivo que essa fixação lhe confere. Esta preocupação está bem clara no Tempo dos Preitos:

> «Eno tẽpo de sentença deuemos catar que o juyz nõ dé a sentença aginha, mays deue a dar en scripto [...]» (Tempo IX).

Também nas Flores de Dereyto surge a preocupação com o registo escrito que deve caracterizar este tipo de discurso:

> Poys que as cartas forẽ recebudas, //(fol. 34r) e examynadas e os dytos dellas scriptos assy como dito é de suso (...) uos deuedes lhas fazer publicar e mandar a uosso escriuan que <dé> o traslado das partes ambas ou qualquer dellas que uolhas demandar pera dizer enos ditos ou en persoas [o] que for dereito, en guysa que o orygenal das provas fique en poder de uestro escrivan.

Segundo Azevedo Ferreira, os textos jurídicos medievais foram traduzidos numa época em que a língua portuguesa ainda era pobre lexical e sintacticamente, pelo que era difícil encontrar equivalentes para os termos que se pretende traduzir (FERREIRA 2001: 194). Pode, no entanto, dar-se o caso de ser precisamente nestas tentativas de explicar o sentido suposto no texto fonte que se fortalece o

português. Isto é, o que parece ser uma fraqueza, pode ser encarado como uma riqueza. De facto, e ainda citando Azevedo Ferreira, a confrontação dos documentos em castelhano e em português revela diferenças substanciais entre os dois, para além do que seria natural numa tradução. Tais diferenças resultariam da especificidade das leis a aplicar em Portugal, da especificidade do nosso direito ou do nosso modo de ser. Ou seja, por um motivo ou outro há alterações entre o texto-fonte e o texto-alvo. E, com alguma frequência, elas resultam de um trabalho de especificação do termo que se traduz do espanhol, mas usando como língua de referência o latim. Não esqueçamos a filiação ao direito romano e ao direito canónico do direito peninsular, nomeadamente do português. Esta filiação é aliás visível, por exemplo, na necessidade que o legislador tinha em entroncar os itens lexicais próprios do direito numa tradição religiosa. Não se julgue, porém, que as traduções portuguesas são meras cópias literais dos originais castelhano-leoneses. Olhando de perto um caso concreto citado por Azevedo Ferreira – o da descoberta de um fragmento da «Terceira Partida» nos Arquivos de Braga diferente do que existe na Torre do Tombo –verificamos que a versão encontrada é paradoxalmente mais incompleta e mais elaborada que a da Torre do Tombo. O que pode mostrar a reflexão que era feita sobre o texto que se ia escrevendo, nomeadamente no acto metadiscursivo de o aclarar. Era como se os juristas medievais estivessem conscientes de que um conjunto de noções fundamentais para um domínio de especialidade (neste caso, jurídico) necessita, para se actualizar, de um vocabulário de suporte e de um vocabulário geral (GÈMAR 1991: 275). A leitura dos códices jurídicos medievais mostra precisamente esta sucessão de elementos, com recurso à contextualização em circunstâncias conhecidas do auditório, ou à evocação de textos autorizadores, como os emanados da tradição bíblica:[2]

> A t(er)ceyra p(er)a os catecumin(os) q(ue) q(ue)r tanto diz(er) en g(re)go como os q(ue) som c(ri)smados aa p(or)ta da ig(re)ia ant(e) q(ue) os bautize~ e a esto chama~ c[a]thezizar q(ue) he tanto como espirar ou sop(ra)r ou p(er)a os neophit(os) q(ue) q(ue)r ta~to mostrar come os q(ue) som dout(ra) ley (...) que ordi~haro~ os apostolos e o salmo {{Mis(ere)re mey D(eu)s}} q(ue) fez rrey Dauid eno psalteyro q(ue) q(ue)r tanto diz(er) en nosso linguage~ como De(us) nos aia m(er)çee. (390)

[2] As citações da *Primeira Partida* são feitas a partir do CIPM, http//:cipm.fcsh.unl.pt

Esta remissão constante ao «já dito», «já dito» este que autoriza e legitima a nova redacção da lei, é um sinal evidente de que estamos perante textos emanados de um tipo de discurso específico – o discurso do direito, dotado de regras próprias.

> Como se trata de uma linguagem técnica, muito fechada, de abordagem difícil, que torna complicado dominar bem o sentido profundo da lei, o recurso à paráfrase ou à parassinonímia era o meio de atingir esses objectivos. [...] O discurso jurídico, como tem de ser entendido por um público com pouca cultura, é um dos campos favoritos do recurso à paráfrase ((FERREIRA 2001: 185 (traduzo)).

A explicação por meio de reformulações impunha-se, pois, para que dessa forma o sentido do texto pudesse ser entendido o melhor possível. Para Jean Roudil (citado in FERREIRA 2001), a necessidade de definir e explicar etimologicamente cada termo, é uma das preocupações do texto de Afonso X que não está presente na tradução portuguesa. Porém, uma pesquisa informatizada das concordâncias às mesmas estruturas de reformulação sugeridas na obra de Azevedo Ferreira, leva-nos a ter uma visão diferente desta questão. De facto, o texto português nem sempre se limita à tradução literal, muitas vezes recorrendo a uma outra língua – o latim – para melhor tentar explicar o significado preciso. Ou seja, o que encontramos frequentemente é uma reflexão metalinguística sobre a forma de adequação da língua à transmissão das realidades da lei:

> E ffilhou este nome sacrilegio de duas cousas: de sacro que quer tanto dizer como sagrada e lenges que quer tanto dizer como filhar cousa sagrada e danala ou fazer dano en ella. (2184)

> E dos quatro [pecados] que naçe~ de pena o primeyro deles he non saber. E este non saber como q(ue)r se pode entender por muytas cousas, en este logar non se entende se non polos segredos de D(eu)s. (253)

Não esqueçamos que o discurso jurídico apresenta as seguintes características (JACQUES 1982):

1. Carácter público
2. Carácter refutatório da pesquisa
3. Carácter implicitamente dialéctico das definições dos termos

Aplicadas ao caso concreto dos enunciados jurídicos medievais em português, podemos considerar o seguinte:

1. «Apresenta um carácter público.

O Direito, objecto do texto jurídico, não é fruto de uma razão individual que tudo pode prescrever ou prever. O Direito é o resultado de diferentes espíritos que colaboram à distância no espaço e no tempo.» Ora é sabido que o direito português resulta da confluência do Direito Romano (principalmente do Código de Justiniano), do Direito Castelhano, do trabalho dos Glosadores e Comentadores Jurídicos Italianos e da tradição de poder local vivida em Portugal. Segundo Nogueira da Silva 2002, os juristas portugueses que esboçaram as leis régias portuguesas estudaram em Universidades italianas, e toda a legislação real era interpretada à luz dos textos do direito comum e do direito romano (SILVA 2002: 5)

2. Apresenta um carácter refutatório da pesquisa – isto é, pretende-se eliminar o que é capcioso, falso, não pertinente. A regra do Direito elabora-se através de um processo de delimitação progressiva.

Esta característica do Direito está presente na delimitação progressiva das aplicabilidades de cada item legislativo. Cada reformulação, para além do carácter metalinguístico que apresenta, é também uma reflexão metadiscursiva sobre a delimitação da abrangência do discurso do direito.

Delimitação progressiva de cada item legislativo
Que maneyra sse deue faz(er) a esliçoã q(ue) chama~ (con)p(ro)mjsso Conp(ro)mjsso chamam en lati~ a terceyra maneyra d'esliçom q(ue) q(ue)r tanto diz(er) como co~promitam(en)to d'auença. 875 Feyta a esliç~ deue o cabidoo ffaz(er) a carta a q(ue) chama~ decreto q(ue) q(ue)r tanto diz(er) como firmidores daq(ue)l feyto.903

3. Apresenta um carácter implicitamente dialéctico das definições dos termos, isto é, qualquer que seja o seu rigor postulado, as definições são relativas a uma realidade social em movimento, em estados de coisas que podem sempre ser modificados pela escolha dos homens. (JACQUES 1982)

As definições são relativas a uma realidade em movimento
- O dayadigo he a p(ry)meyra pessoa e he a mayor en alguãs jgr(re)ias cathedraes do bispo affondo - E {{decan(us)}} em latim tanto q(ue)r diz(er) en rrena~ço como homem velho e mays ca~o ~ - ~E ainda {{decan(us)}} tanto q(ue)r dizer en linguagen como cabedal de de[z] 1079

Este aspecto é, provavelmente, o que se encontra mais bem documentado nas traduções jurídicas medievais. A busca da definição, tendo como ponto de partida um termo-fonte da jurisprudência estrangeira, e como termo de chegada uma jurisprudência em construção que, como já referi, lida com influências muito distintas, leva à sucessiva procura da melhor adaptação à realidade vivida em Portugal, o que se pode constatar pelo elevado número de vezes que aparece a expressão «tanto vale em nossa linguage», ou «como quer dizer em linguagem». Esta referência mostra que, não se trata apenas da tradução do termo jurídico, mas também da reflexão sobre a realidade jurídica portuguesa e o discurso que a veicula. Por isso, é uma consideração que além de ser metalinguística é também, como dizia, metadiscursiva.

De facto, encontramos uma sobrecarga de enunciados enunciativos definitórios ou de precisão etimológica (cf. a tabela que se segue com alguns exemplos da consciência das diferentes influências etimológicas)

Exemplos de precisão etimológica
E ssanc(ri)sta~ **en lati~** tanto q(ue)r diz(er) **en rema~ço** como homem que he posto por guardador das cousas sagradas (1091) Este nome deste pr(re)ste e de sac(er)dote tanto q(eu)r diz(er) **eno nosso lin[gu]age~** como cl(er)igo de missa q(ue) hade co~sagrar o corpo de N(ost)ro Sen(hor) Ih(es)u Cr(ist)o (1103) Djacono tanto q(ue)r dizer **en grego** como s(er)ujdor **en lati~** (1107)

A pesquisa de concordâncias do CIPM na Primeyra Partida utilizando unicamente a expressão «tanto quer dizer como» (isto é, usando apenas um dos operadores de reformulação sugeridos por Azevedo Ferreira (FERREIRA 2001)) apresenta um total de 2597 ocorrências, com os contextos mais diversos que se possa imaginar, mas em que praticamente todos resultam da necessidade de esclarecer o utente do texto legal, nomeadamente mostrando a evolução do

termo a partir de diferentes fontes (gregas, latinas, castelhanas e «em linguagem»).

Na verdade, a metalinguagem é ao mesmo tempo, segundo Rey-Debove, um auto-regulador da linguagem de comunicação e um dos factores importantes da evolução das línguas (1978: 23). E isto porque qualquer esforço para reflectir sobre a linguagem e seus usos deixa uma marca na própria linguagem. Por maioria de razões, numa linguagem que tem o valor ilocutório e jussivo de lei. E que tem como característica principal o ser autofágica, ou seja, ir servindo de alimento a si própria ao longo da constituição de todo um discurso fundador.

É preciso relembrar que o que se encontra nos textos em análise diz respeito a um uso da língua específico – o do Direito. Coloca-se assim um problema: embora com carácter metalinguístico, estes textos correspondem ou não a um uso científico da linguagem[3]? Dúvida necessária, neste caso. «O uso das línguas naturais no discurso não científico permite», segundo Rey-Debove, «observar que a produção e percepção da metalinguagem enquanto tal, é da responsabilidade de produção dos locutores». (1978: 43). Coloca-se pois o problema: quem é o locutor responsável pelo discurso do Direito?, sem perder de vista a realidade de que se trata de um discurso que corresponde a uma prática da linguagem fundamental, que vive das palavras, pelas palavras e pela reflexão sobre elas.

Alguns exemplos do uso do metatermo palavra
- E destas palau(ra)s som feytas o {{Credo in D(eu)m}} a q(ue) cham~ en lati~ {{sinbolu(m)}} (Título 2. Ley 13, Folio 11a) - P(ro)metede a De(us) e (com)p(ri)de aquilo q(eu) lhe prometerdes, por q(ue) sse dé a e~tender q(eu) como q(ue)r q(ue) a palavra p(ri)m(ey)ra destas he como co~selho (1464) - E como q(ue)r q(ue) estas palauras q(ue) poemos aq(ui) alongue~ muyto o liuro, no~ deue~ por esso seer scusadas (394)

O discurso legislativo, feito de enunciados performativos e normativos, relaciona-se com o discurso referencial que, sendo uma cobertura discursiva do mundo, se dá como o mundo social anterior à palavra que o articula (GREIMAS 1976: 84).

[3] Trata-se de uma dúvida colocada por alguns filósofos do Direito, nomeadamente Michel Villey, que considera, por exemplo, que o vocabulário fundamental do Direito se diluiu ao longo dos tempos, perdendo a significação inicial (VILLEY 1975: 222).

Segundo Greimas, ao contrário das gramáticas de outros tipos de discurso, a gramática do discurso jurídico quer-se explícita e mostra claramente o conjunto das suas regras (idem:88). Daí a sua necessidade de evitar as ambiguidades.

Mas o que caracteriza a linguagem do Direito é que, no limite, o seu responsável enunciativo é uma entidade intocável – o Estado, na actualidade, o Rei, na Idade Média em Portugal. O enunciado introdutório da promulgação da lei instaura, tal como o fiat divino, o conjunto dos enunciados jurídicos que só existem em virtude deste acto performativo inicial (GREIMAS op. cit.: 88)

É este fiat de carácter divino que se encontra na justificação da redacção da Primeyra Partida, e que foi mantida na tradução portuguesa:

> E por ende nos don Affom(sso) pela graça de D(eu)s rrey de Castela e de Leo~ e de Galiza e de Seuilla e de Cordoua e de Murça e de Geem e do Alg(ar)ue, entendendo os g(ra)ndes logares q(ue) te~e~ de D(eu)s os rreys eno mundo e os beens q(ue) del rreceben en muytas man(eyr)as e assinaadame-t(e) ena muy g(ra)nde honrra q(ue) lhys faz en q(ue)rendo q(ue) seia- chamados rreys q(ue) he o seu nome § e out(ro)ssy pola justiça q(ue) am de faz(er) p(er)a manteer os poboos de q(ue) som senhor(e)s q(ue) he pola sa obra § e conhoçendo a muy g(ra)m ca´rrega q(ue) lhys en esto iaz se o be~ no~ fezere~. (...) catamos carreira p(er) q(ue) nos e os q(ue) de pos nos ueessen en nosso ssenho~rio rreynar soubessem c(er)tame~te os dereytos p(er)a ma~teer os poobos e~ justiça e e~ paz.
> CIPM. Primeira partida. Título =, fólios 1/1b

Recebido o seu poder de Deus, é pela Graça Divina que o rei pretende estabelecer as bases da justiça, tendo em conta a sua manutenção, bem como a da paz. A sua tarefa é proceder de forma a que a codificação dos princípios jurídicos vigentes no seu reino possa servir de base à forma correcta de os aplicar. De facto, o que se encontra ao longo destes textos é este reenvio ao discurso de referência, que é apropriado, referido, modificado, mas que se encontra sempre presente. O sentido dos termos, ainda que circunscrito, é estabelecido para cada situação determinada. A determinação de que a decisão seja dada por escrito, é o estabelecimento da tentativa da perenidade a que toda a linguagem (logo, também a jurídica) está sujeita. O nível legislativo, dizia Greimas (1976: 85) encontra-se pressuposto pelo nível referencial Além disso

> «En fait, c'est le discours législatif qui, en sélectionnant les éléments référentiels dans la langue naturelle, leur confère le statut de niveau référentiel, en opérant leur clôture par rapport aux significations environnantes, les intégrant dans le discours juridique» (GREIMAS 1976: 85).

A lista das expressões metalinguísticas usadas nos textos jurídicos medievais é importante quer para se tomar consciência dos diferentes recursos utilizados, quer para constatarmos a permanência de expressões que ao longo dos séculos têm guardado as mesmas funções linguístico-discursivas – as que, ligadas à reformulação, contribuem para a realização da reflexão linguística.

Breve lista de expressões metalinguísticas encontradas na Primeyra Partida
• X que quer tanto dizer como Y • X tanto quer dizer como Y • X som ditos Y • X a que chamam em latim Y • X como se disser que • X he Y • X em latim tanto quer dizer em rremanço como Y • X tanto quer dizer en linguagen come Y • Porque se dé a entender que

Como inicialmente disse, estamos habituados a considerar como primeiros textos jurídicos escritos em português as traduções das obras alfonsís. Para terminar, no entanto, gostaria de citar um historiador medieval que muito respeito, o Professor José Mattoso:

> Não pode deixar de a este respeito se colocar o problema da língua original das leis de 1211 [de D. Afonso II], que só conhecemos através de um texto em português. Até aqui [1993] tem-se admitido, sem o provar, que este texto é tradução do latim. Perante o que acabámos de ver [refere-se ao impulso jurídico do reinado de Afonso II, e ao seu testamento redigido em português, como é sabido], torna-se urgente averiguar os fundamentos desta asserção, porque, no caso de ter chegado até nós o texto original, a sua redacção em português representaria um novo indício de uma atitude política não menos surpreendente e inovadora do que as já mencionadas.» (1993: 113).

E seria, também, um indício sem preço de uma inovadora atitude linguística, acrescentaria eu.

Referências Bibliográficas

Barros, C., 1998. "Para uma análise do discurso jurídico medieval: enquadramento argumentativo dos actos injuntivos" in FONSECA, J. (org). 1998. A Organização e o Funcionamento dos Discursos sobre o Português. Porto, Porto Editora.

Barros, C., 2002. "Alguns aspectos do funcionamento dos contrastivos no Português medieval" in HEAD, B. et al (org.), 2002. História da Língua e História da Gramática: Actas do Encontro. Braga, U.Minho / Centro de Estudos Humanísticos, pp. 73-82.

CIPM – Corpus Informatizado do Português Medieval, Projecto da Linha 1 do CLUNL (http://cipm.fcsh.unl.pt)

Cossuta, F. & Maingueneau, D. 1995. "L'Analyse des discours constituants", Langages. Les Analyses du Discours en France. N°117. Paris, Larousse.

Cunha, P. F., 2002. "Problemas do Direito Natural", Videtur, nº 14 http://hottopos.com/videtur14/paulo.htm

Ferreira, J. A., 2001. Estudos de História da Língua Portuguesa – obra dispersa. Braga, U. Minho/Centro de Estudos Humanísticos.

Foucault, M., 1969. Archéologie du Savoir. Paris, Gallimard.

Gémar, J-C. ,1991. "Terminologie, langage et discours juridiques. Sens et signification du langage du Droit", Meta, XXXVI, 1. pp. 275-283

Greimas, A. J., 1976. "Analyse sémiotique du discours juridique" in GREIMAS, A. J. 1976. Sémiotique et Sciences Sociales, Paris, Seuil.

Jacques, F., 1982. Différence et subjectivité : anthropologie d'un point de vue relationnel. Paris, PUF.

Jacques, F., 1983. " La mise en communauté de l'énonciation ", Langages nº 37, Paris, Larousse, pp. 81-98

Jacques, F. ,1985. L'Espace logique de l'interlocution. Paris, PUF.

Mattoso, J., 1993. História de Portugal, Tomo II, «A Monarquia Feudal». Lisboa, Círculo de Leitores.

Rey-Debove, J., 1978. Le métalangage. Étude linguistique du discours sur le langage. Paris, A. Colin.

Silva, A. C. N., 2002. "Portuguese Legal History: a brief account" in Themis,Working Papers 2-02 in (http://www.fd.unl.pt/ewb/investigacao/wpapers/pdf/2002wp002-02.pdf

Villey, M., 1975. Philosophie du Droit. Définitions et fins du Droit. Paris, Dalloz.

Martín Sarmiento (1695-1772)
Perante a lingua e a filoloxía portuguesa

Henrique Monteagudo
Universidade de Santiago de Compostela

O erudito galego Martín Sarmiento (1695-1772) é autor dunha importantísima obra lingüística, que na súa meirande parte deixou inédita[1]. Só desde meados do século XIX comezaron a vir a lume, con parsimonia, unha pequena porción dos seus escritos filolóxicos, pero houbo que agardar ata as tres últimas décadas do pasado século XX para que ver estampado o groso destes, especialmente por iniciativa do seu principal editor, o profesor José Luís Pensado (Monteagudo 2002b). Á luz do que foi vindo a lume, existe unanimidade en consideralo o fundador da Filoloxía Galega e un precusor avanzado da Lingüística Románica[2]. As noticias, os traballos e as ideas lingüísticas de Sarmiento con respecto ao idioma galego áchanse hoxe amplamente divulgadas e analizadas[3]. Non así, ou non tanto, o seu trato coa tradición lingüístico-filolóxica portuguesa e da propia lingua portuguesa, nin o papel que o coñecemento desta puido xogar nas súas pesquisas e reflexións sobre o idioma galego. Este vai ser o asunto de que nos ocuparemos no noso relatorio. Trataremos de ofrecer probas de que o noso autor foi o maior (ou un dos maiores) lusitanistas de ámbito

[1] Para unha idea xeral da súa personalidade e a súa obra, pode verse López Peláez 1895 e 1902, e Filgueira 1997.

[2] Sobre isto, véxase especialmente Pensado 1960, Piel 1969-71, Santamarina 1997 e Monteagudo 2002a. O traballo do profesor Pensado continúa a ser a máis completa introdución de conxunto ás 'ideas lingüísticas' do noso autor. A nosa achega citada en último lugar tenta actualizar este traballo (ás veces polemicamente), prestando particular interese ao seu labor na lingüística e a filoloxía galegas.

[3] Véxase especialmente o fundamental traballo de Pensado 1960, 99-133, e, máis recentemente, Mariño 1993 e Monteagudo 1997.

español do século XVIII, e que a súa familiaridade coa lingua e a filoloxía portuguesas, obtida no manexo dunha bibliografía notablemente ampla e escolleita, resultou de importancia crucial na conformación do seu ideario lingüístico sobre o galego.

Lázaro Carreter rozou tanxencialmente parte do noso asunto no seu traballo sobre "Los orígenes de las lenguas gallega y portuguesa según Feijoo y sus polemistas" (1947). Pensado tamén abordou distintos aspectos da cuestión que nos ocupa en varios dos seus traballos[4]. Canto a nós, referímonos ao tema no estudo introdutorio que precede a antoloxía de textos sarmentinos sobre o idioma galego que demos ao prelo en 2002 (Monteagudo 2000a) Con todo, cómpre un achegamento máis global que ademais tire proveito do manexo de materiais que, na nosa opinion, ata agora foron insuficientemente explorados. Destarte, tentaremos realizar unha indagación sistemática do asunto que nos ocupa no conxunto da súa obra lingüística, en particular nos seus escritos galeguistas. Tamén imos levar conta dos dous catálogos bibliográficos elaborados polo noso autor, un deles édito desde longa data ("Catálogo de libros curiosos y selectos"; abreviaremos *BS*), e outro moito máis importante, o da sua propia libraría, aínda inédito ("Autores de quien yo tengo obras", véxase sobre esta Stiffoni 1973). Por parte, estamos a preparar a edición do seu escrito inédito de 1756 "Origen de la voz gallega *Mixiriqueyro*" (abreviaremos *Mix.*), que ofrece un material privilexiado para o noso tema, pois basicamente consiste nun comentario polémico da *Origem da Lingoa Portuguesa* e da 'Primeira parte' das *Chronicas dos Reis de Portugal* de Duarte Nunes de Leão.

Tencionamos, pois, en primeiro lugar, explorar o trato de Sarmiento coa erudición filolóxico-lingüística lusitana e as súas ideas sobre o idioma portugués. En segundo lugar, consideraremos a súa posición perante algúns dos autores que máis o motivaron, en particular Duarte Nunes de Leão e Rafael Bluteau. En terceiro e último lugar, analizaremos o influxo que tivo o seu coñecemento do portugués na conformación da súa propia visión do idioma galego, e das mutuas relacións entre ambos. Apurámonos a adiantar arestora unha noticia que resulta dabondo sorprendente: a pesar do evidente paralelismo entre os dous personaxes, Sarmiento nin cita nunca (ata onde sabemos), nin inclúe no catálogo da súa biblioteca a obra do Barbadinho, Luís A. de Verney. É inverosímil que non a coñecese, así que o fenómeno reclama unha explicación específica, que ficará á marxe do presente contributo.

---

[4] Véxase en particular Pensado 1971-1972, 12-15; 1984, 28-30 e 1987, 40-44.

Ata aquí, a xustificación académica do presente contributo. Pero non queremos ocultar que a motivación deste traballo non é soamente académica, mais tamén divulgativa. A atención que recibiu a obra de Sarmiento en Portugal é moi escasa ata o momento, a pesar de que dous distintos lusitanistas que se achegaron á obra do erudito galego, Manuel Rodrigues Lapa e Joseph Piel, recoñeceron o interese excepcional dos seus traballos filolóxicos. Tan cedo como 1932, Lapa manifestaba a intención de "elaborar um trabalho de conjunto sôbre as doutrinas filológicas de Sarmiento", e mostrábase convencido de que "então se verá como é justo integrar Martín Sarmiento na falange dos nossos filólogos do século XVIII, onde, pela sua vasta erudição, pelo discernimento pessoalíssimo e pela genialidade dalgumas intuïções, sobranceira verdadeiramente a todos" (1932-1933, 103-104). Temos boas razóns para lamentar que Lapa non dera posto mans á obra que anunciaba. A opinión do eximio filólogo de Anadia esteábase no coñecemento dun só escrito do noso autor, o *Onomástico Etimológico de la lengua gallega* (que, por parte, constitúe un dos seus ensaios máis brillantes)[5]. Precisamente a lectura do *Onomástico* levou Joseph Piel a afirmar: "Estamos convencido sem receio de haver exagero na nossa afirmação, de que a divulgação desta obra esquecida, invulgar sob mais dum ponto de vista, contribuiria para colocar o seu autor, Fr. Martin Sarmiento, no primeiro plano dos precusores da filologia moderna, não só da hispânica, mais da românica em geral" (1969-1971, 2).

Lonxe de nós a pretensión de cargar sobre as costas da Lusitanística a responsabilidade da súa ignorancia de Sarmiento. O primeiro culpado é o propio frade, que mantivo teimosamente a meirande e mellor parte dos seus escritos choída con sete chaves nos alxubes do ineditismo. Pero isto non atenúa a responsabilidade do establecemento académico español, que salvo contadas excepcións (nomeadamente, Lázaro 1985) refugou recoñecer a importancia dun autor que lle resultaba incómodo por varias razóns, reservándolle todo o máis referencias tópicas e gabanzas protocolarias en notas a rodapé. Tampouco queda salva a erudición galega, que preferiu despachar o noso autor con ditirambos antes que esforzarse na edición rigorosa e na ponderación crítica dos seus escritos. Claro que en descargo desta pódese alegar os atrancos que os estudos galegos tiveron que afrontar para arborarse, forcexando cun estado e cunha cultura hexemónica que ata tempos recentes os negaron, ignoraron ou tentaron coutar o seu desenvolvemento.

[5] Sobre a obra onomástica (en senso moderno) de Sarmiento, véxase Kremer 1997.

1. Consideracións xerais sobre a obra filolóxica de Sarmiento

Antes de considerarmos de xeito específico o noso tema, debemos facer referencia ao sentido da obra filolóxico-lingüística de Sarmiento, contemplada á luz do conxunto da súa empresa intelectual e da propia configuración global do campo do coñecemento científico no seu tempo. Que foi Sarmiento? Un lingüista, un filólogo, un paleógrafo, un arquiveiro, un historiador, un botanista, un xeógrafo? Para responder estas preguntas, primeiramente débese ter en conta que a articulación interna do ámbito do saber no século XVIII presentaba unha configuración considerablemente diferente á actual. Non nos referimos soamente aos instrumentos de investigación ou aos métodos de traballo, mais aos mesmos obxectos de estudo e as finalidades das disciplinas, á subdivisión e ramificacións da 'árbore das ciencias', ás relacións e xerarquías establecidas entre estas, ao nivel respectivo de especialización dos estudos, ao grao de institucionalización de cada un destes e ás instancias da súa produción e reprodución (Monteagudo 2002c). Neste senso, falar de Lingüística ou Filoloxía no século XVIII é falar de cousas diferentes ás que hoxe entendemos por tales: na abordaxe sarmentina, ao comezo os estudos filolóxico-lingüísticos áchanse inseridos no amplo campo dos seus intereses anticuarios (histórico-literarios), para posteriomente vencellárense ás súas pescudas no terreo da 'historia natural' e ás súas inquedanzas pedagóxicas (Monteagudo 2002a).

Sarmiento mostrou escaso interese pola gramática, que el consideraba un saber excesivamente abstracto e mecánico[6]. Tamén manifestou o seu escaso aprezo pola retórica e a preceptiva, debido ao seu desapego cara ás variedades idiomáticas cultivadas, en particular cara ao 'bo falar'cortesán, que enxeitou radicalmente. Canto á lingua escrita, dirixiu a súa atención aos textos medievais e pre-renancentistas (tanto latinos coma romances), pero o que máis lle chamou foi a lingua falada polo pobo. Isto, como veremos, é absolutamente crucial. O seu principal obxecto de pesquisa filolóxica foi o vocabulario, inicialmente contemplado na perspectiva diacrónica: na base das súas inquedanzas filolóxico-lingüísticas latexa a 'demanda da etimoloxía'[7]. As súas exploracións etimolóxicas

[6] Nisto, coma noutras moitas cousas, coincidía con John Locke. Véxase *Discurso apologético por el arte de rastrear las mas oportunas etimologías de las voces vulgares,* p. 44. Doravante, remitiremos ás obras de Sarmiento mediante as abreviaturas que se atopan desenvoltas no primeiro apartado da Bibliografía final, onde se indican as edicións a que enviamos.

[7] Hans Aarsleff refírese á paixón dezaoitesca pola exploración das orixes de todos os aspectos dos feitos e institucións humanas: a sociedade e o estado, as artes ... (1982, 158).

conducírono a estudar dunha banda a evolución da forma fónica das palabras (de aí os abrollos de gramática histórico-comparada romance que agroman nos seus escritos) e doutra a evolución do seu significado (de aí a súa tentativa de constituír unha 'semántica histórica'). Pero, en parte tamén por causa das esixencias do seu programa etimolóxico, a súa lexicografía é onomasiolóxica, e de aí a súa preferencia polos nomenclátores fronte aos dicionarios alfabéticos. Todo isto, que vai dito en xeral, ilumina en particular a súa escolla e tratamento da bibliografía portuguesa.

Endebén, o máis orixinal das investigacións lexicográficas de Sarmiento reside non tanto na perspectiva e método de traballo que adopta coma na selección dos seus materiais de base e nos procedementos de recollida deste. O noso autor non atendeu unicamente os documentos escritos (dos que era bo coñecedor, especialmente dos medievais, como cronista-arquiveiro da súa orde en España), mais privilexiou a fala ordinaria, e non a das elites, mais a do común das xentes. Ademais, colleitou el persoalmente os seus materiais, ben a través a lectura dos textos ou ben, o que é máis insólito, mediante a realización de inquéritos directos, con preferencia polos falantes rústicos, os vellos e vellas, as mulleres e os nenos. A análise da lingua falada corrente desde unha abordaxe etimolóxico-onomasiolóxica convenceuno da conveniencia de centrar a atención nas voces que designan obxectos sensibles, en particular plantas e animais, e por aí empatou co seu crecente interese pola historia natural, en especial pola botánica. Por parte, relacionada coa adopción da perspectiva histórica no estudo do léxico, está a importancia que outorga á onomástica, tanto a persoal como a toponímica. Por esta vía, a súa lexicografía volve anoarse cos seus intereses anticuarios, vía a xeneoloxía e a xeografía histórica.

Xa que logo, se a configuración dos saberes lingüísticos coetáneos, impuxo nun senso limitacións ás investigacións de Sarmiento, noutro senso facilitoulle achados dificilmente concibibles no campo de xogo da lingüística actual. Por caso, a brillante conexión que estableceu entre o estudo dos falares non cultivados e o dos textos medievais, e o complexo entramado de relacións que teceu entre a lexicografía, a onomástica, a lingüística diacrónica (en particular a etimoloxía), a paleografía, a xeografía histórica e a historia natural.

Endebén, cos achados científicos que deitan nova luz nos vellos problemas e que convidan a pór en cuestión antigas certezas e arraizados prexuízos, xorden tamén outras certidumes ofuscantes e novos preconceptos distorcedores. Así, Sarmiento foi clarividente ao decatarse de que para o correcto establecemento das regras de evolución fonética dos 'dialectos' románicos había que partir exclusivamente do fondo léxico patrimonial, desbotando os empréstimos,

estranxeirismos ou cultismos. Polo mesmo, para a súa empresa etimolóxica os textos medievais eran preferidos aos escritos renacentistas e post-renacentistas, e os falares populares, e mellor rústicos, presentaban un interese superior aos falares urbanos. Destarte, unha descuberta científica servía para cuestionar un vello preconcepto. Pero aquela convición apuxouno a arrolar un novo prexuízo, pois a partir de aí adoptou unha actitude radicalmente purista-popularista (ou etnográfica, segundo o termo de Thomas 1992), o que en galego coñecemos como 'enxebrismo'. As linguas ágrafas mantíñanse, segundo el, máis puras e orixinarias cás escritas, desenvolvéndose a partir das propias raíces no canto de contaminárense de xenismos. O interese de Sarmiento polo galego, que de comezou foi máis ben erudito e só máis tarde virou en reivindicativo, se atopa tamén en relación cos devanditos presupostos e, naturalmente, contribuirá a reforzalos. Isto é moi importante para o noso asunto, pois, como a seguir veremos, o seu purismo popularista condicionará poderosamente a súa posición perante o portugués.

2. Sarmiento, o portugués e o galego

Achegámonos ao cerne do noso asunto. Con certeza, o noso autor foi "a persoa máis informada sobre a cultura portuguesa de toda a Ilustración [española]". Non o dicimos nós, mais quen está autorizado para facelo, o profesor José Luís Pensado (1987, 43-44). Pero Sarmiento non foi, estritamente, un lusitanista, pois o seu interese cara á lingua, a historia e a cultura portuguesas non se xustifica nin se esgota en si mesmo, mais en boa parte derívase das súas preocupacións galeguistas. Podemos afirmar sen receo de esaxero que Sarmiento foi o 'inventor' do galego contemporáneo[8]. O erudito dezaoitesco realizou a 'invención' do galego na secuencia da obra do seu mestre, compatriota e grande amigo Benito Jerónimo Feixoo (Monteagudo 2002a). Ora, o que é interesante ter en conta é que a 'invención' do galego contemporáneo, tal como aparece na obra de Feixoo e de Sarmiento, realízase nun duplo movemento de afirmación fronte ao castelán e fronte ao portugués. Isto está xa en Feixoo, pero dun xeito moito máis claro e argumentado no seu colega-discípulo. Os dous deixan sentados tres principios básicos en que se estea a identidade autónoma do idioma galego: (1) este non é un dialecto do castelán, mais do latín, (2) orixinariamente

[8] *Inventor* é empregado aquí en senso etimolóxico, de 'descubridor', de 'revelador' dunha cousa que xa existía pero era previamente ignorada ou non tida en conta.

é a mesma lingua que o portugués, pero (3) o galego non deriva do portugués, mais é continuador directo da raíz común orixinaria e permanece máis próximo a ela. Sarmiento resume así:

> "intenta el Padre Maestro desterrar otros dos errores. Primero, de los que juzgan ser la Lengua Portuguesa dialecto de la castellana. Segundo, de los que piensan que el Idioma Gallego es dimanado del Portugués [...] El Padre Bluteau habla de las dos Lenguas, Portuguesa, y Castellana, como de *dos hermanas*, no como de madre e hija [9]. Esta es la realidad, como, asimismo, que la Gallega, Castellana y Portuguesa son tres hermanas, e hijas todas tres de la latina. Averiguar qual de las tres es mas antigua no se puede hacer sin exponerse a la censura. En concurrencia de Portuguesa y Gallega, son fuertissimas las razones que pone el Padre Maestro para prueba de que jamas la Gallega pudo dimanar de la Portuguesa. Añadió que en caso de haver dimanado una de otra, es mas verisimil que la Portuguesa sea extension de la Gallega. Los que se admiraren de esta afirmacion, demonstrarán en su misma admiracion que confunden la mayor extension de una lengua dominante, con la mayor antiguedad de la lengua dominada."[10].

Efectivamente, entre as reaccións que suscitara a obra de Feixoo interésanos salientar a opinión dun dos seus impugnadores, por acaso portugués. No seu *Discurso Philologico Crítico* (1727) Ernesto Frayer, entre outras obxeccións, refuta a suposta primacía do galego sobre o portugués esteándose en criterios sociolingüísticos, coma tal que os idiomas "se perfeccionan por los elegantes y cultos oradores, por los discretos y elevados poetas y por los exactos y fecundos historiadores". Nisto o idioma portugués levaba a palma, pois en galego non existía libro merecente de lerse. Segundo Frayer, antepór o galego ao portugués sería tan insensato como "preferir el jergon que en sus chozas usaron los pastores del Latio al idioma elocuente que en el Senado Capitolino hablaron los Consules y Emperadores romanos" (Lázaro 1947, 148-49). Na liña de Frayer manifestáronse outros autores, que lle negaban ao galego a categoría de lingua "porque no había en ella escritos algunos" (Lázaro 1947, 151), ou subordinábano ao portugués, como argumentaba Mayáns i Siscar nos *Orígenes del Español* (1737), "porque [este] tiene libros i dominio a parte" (Monteagudo 1997, 11-12).

---

[9] Esta afirmación de Bluteau atópase no "Prólogo" ao *Vocabulario Portuguez e Latino*, vol. I (sen paxinación).

[10] *Demonstracion Crítico-Apologética del Theatro Critico Universal*, vol. I, pp. 189-190.

Na súa réplica a Frayer, Sarmiento impugna a preferencia xeral pola lingua escrita sobre a falada, e rexeita o criterio do cultivo literario á hora de clasificar un idioma como lingua ou dialecto, no que se confundía, segundo el di, "la lengua con la pluma". A súa argumentación é impecable: "Retrocediendo seis siglos, no hai cosa escrita en Castellano: Luego no havia Lengua Castellana entonces? En la America no se escribia cosa alguna: luego, ¿no habia lengua alguna en América, quando la descubrieron los europeos?" (*DCA,* 190). Velaí a chave principal para comprender o posicionamento de Sarmiento perante a cuestión do galego e a súa relación co portugués.

A mesma doutrina áchase exposta, cun pouco máis de desenvolvemento, nas *Memorias para la historia de la poesía y poetas españoles* (especialmente pp. 200-203), onde introduce, cabo do termo *dialecto* que emprega xa no seu traballo anterior, o neoloxismo *con-dialecto*:

> "El idioma Catalán, Asturiano, Gallego y Portugues, como son *dialectos* de la [Lengua] Latina, que corrompieron los Godos, los Vandalos y Suevos, y el idioma Castellano es tambien dialecto della mediante los Wisigodos; por ser todos estos idiomas *con-dialectos* entre sí, se entienden, á poco estudio, unos á otros, los que los hablan" (*MH*, 95).

Máis adiante, radicalizará notablemente a súa posición, reservando para o portugués a consideración de *subdialecto* do galego. Débese ter en conta que estes termos son empregados polo autor referíndose exclusivamente ao plano diasistemático, isto é, xenético-lingüístico; facendo, pois, abstracción dos aspectos histórico-culturais. En todo caso, o que nos interesa subliñar é que Sarmiento se mostra rotundo e absolutamente constante á hora de afirmar a identidade do galego fronte ao seu veciño meridional, salientando como cualidades distintivas do primeiro as súas pretensas pureza e riqueza.

¿De onde procede o empeño de Feixoo, e en especial de Sarmiento, por salientar a identidade do galego fronte ao portugués? Non, desde logo, dunha coidadosa análise comparativa das diferenzas e semellanzas entre os dous sistemas lingüísticos, mais, entendemos nós, de preconceptos lingüísticos e identitarios. O primeiro e principal, como dixemos, é que Sarmiento valorizaba por riba de todo o elemento patrimonial ('enxebre') nos idiomas, o que o levaba a aprezar os falares populares moi por riba das variedades cultas. Foi precisamente esta convicción (ousada no seu tempo) o que o levou a prestar atención a un idioma ágrafo e desprestixiado coma o galego, para posteriormente proclamar o interese do seu estudo e finalmente reivindicar a súa dignidade. En segundo

lugar, o noso frade consideraba implicitamente o idioma galego como unha creación orixinal da colectividade galega, que vía como unha comunidade claramente distinta ás súas veciñas, e chegou a ser consciente de que, ao reivindicar a dignificación do idioma do país (nuns termos que causan abraio aínda hoxe), estaba a erguer un sinal de identidade colectiva. Finalmente, non se poden esquecer os seus fortes prexuízos anti-lusitanos, en cuxa base se achan as feridas que deixara na mentalidade colectiva a guerra de secesión de 1640, mediante a cal Portugal recobrara a independencia verbo da Coroa española, unha guerra que foi especialmente cruenta na fronteira galego-portuguesa. Pero, como despois explicaremos, o que máis lle doía como galego era a ignorancia (que el interpretaba como tácita pero elocuente mostra de desdén) dos autores portugueses verbo Galicia, a súa historia, o seu idioma e a súa cultura.

A afirmación da lingüicidade do galego tivo tamén consecuencias nas súas opcións para a escrita deste. Tendo en conta a súa familiaridade coa bibliografía portuguesa, á hora de analizar estas opcións non pode argumentarse que ignorase o portugués. Alén diso, Sarmiento foi o descubridor da literatura galega medieval e o primeiro investigador da documentación en lingua galega dos séculos XIII ao XVI (Alonso Montero 1997). A resultas da súa familiaridade con eses textos, móstrase convencido que o galego dos séculos XIII ao XVI posuía unha ortografía propia, dabondo regular ("constante y arreglada", como sostén na *Colección de Voces y Frases Gallegas*, 78), e que esta debía ser tomada como base para a escrita contemporánea.

É revelador constatar que no seu ensaio máis importante de escrita en galego, o *Coloquio en coplas galegas*, Sarmiento comeza por grafar nas primeiras coplas con <lh> palabras como *ilhas*, *olhos*, *velhas* ou *coelhos*, pero axiña abandona esta opción a prol de <ll>, que é a grafía empregada en todo o resto do texto, e mais no extenso comento filolóxico que lle engadiu (Mariño 1997). Aínda que nunca explicou esta mudanza de criterio, non parece descabido conxecturar que Sarmiento se decatou de que o grafema <lh> era distintivamente portugués, con nula ou moi escasa utilización dos textos galegos medievais. Tocante á consoante nasal en posición final de palabra, vacila, coma o galego medieval, entre <-n> e <-m> (*ben / bem*), aínda que mostrando preferencia pola primeira solución, o cal significa que tampouco neste punto pesou a práctica ortográfica lusitana. Vemos, pois, que tamén na escrita Sarmiento é fundador dunha tradición autónoma para o galego contemporáneo.

3. A biblioteca lusitana de Sarmiento

O noso sabio chegou a posuír unha magnífica biblioteca, que contra o final dos seus días, en 1767, segundo os seus cómputos, acollía non menos de seis mil cincocentos volumes (Stiffoni 1973). Pero xa en 1748, segundo deducimos no seu escrito *Catálogo de algunos libros curiosos y selectos* (abreviaremos *BS*, véxase Monteagudo 2002c), posuía cerca de catro mil volumes. Pois ben, no apartado de 'Gramaticas y lexicones" deste catálogo para a lingua portuguesa recolle o seguinte: "*Duarte Nuñez de Leon*: su origen y ortografía de la lengua Portuguesa. Es autor clásico. *Benito Pereyra*: su Gramatica Portuguesa en 8° y su Diccionario Portugues en latin, y Portugues en fol. *Padre Rafael Bluteau*: su Vocabulario Portugues y latino en 8 tomos en fol., y 2 mas de suplemento. Es Diccionario crítico universal de artes y ciencias." (*BS*, 148). No mesmo catálogo tamén cita varios historiadores portugueses de Indias (Castañeda, Juan de Barros, Diogo de Couto, Faria, etc.), a *Topografia de Portugal* (con este título) de Carballo, que considera "muy útil" (*BS*, 167), e no apartado estritamente literario, refírese ao *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende e "Camoens, comentado por Faria, todo" (*BS*, 173). A colleita, como pode comprobarse, é aínda relativamente minguada.

Pero, ou ben o noso sabio deixou de banda nese catálogo os seus intereses particulares, ou ben nos anos seguintes o seu interese por Portugal e a súa tradición filolóxica se incrementou espectacularmente, o cal só se pode explicar se temos en conta que a partir de 1750 dedica boa parte das súas forzas a producir a súa obra filolóxico-lingüística sobre o idioma galego. Tal como dixemos, a partir desta última data, Sarmiento púxose a elaborar un inventario detallado (e comentado) da súa propia biblioteca (que intitulou *Autores de quien yo tengo obras*), o que nos facilita un acceso expedito ao coñecemento das copiosas fontes bibliográficas que manexou de primeira man e cita liberalmente nos seus escritos. Reproducimos en apéndice as seccións do devandito inventario, aínda inédito, que recollen especificamente bibliografía lusitana: 'Lengua portuguesa', 'Poetas portugueses' e 'Historia de Portugal' Este catálogo ofrece un retrato máis fiel e completo do seu interese polos temas portugueses, pero aínda así non acolle todos os títulos que Sarmiento manexou (ou cita), quizais porque, como el mesmo indica, o criterio principal que seguiu á hora de realizar adquisicións para a súa biblioteca privada foi o de non duplicar os fondos da rica biblioteca do seu mosteiro de San Martín de Madrid[11]. Inmediatamente

[11] No terceiro apartado da bibliografía do presente contributo ofrecemos a referencia das obras que Sarmiento cita nos escritos que imos tomar en consideración, e a seguir damos en apéndice

falaremos de títulos concretos e do seu manexo comprobable, salientemos agora dunha banda o peso dos temas filolóxico-lingüísticos na súa axenda de estudos portugueses, e doutra, aínda máis rechamante, a relevancia da bibliografía lusitana no apartado filolóxico-lingüístico da súa librería particular.

Secomasí, todos sabemos que da pose dun libro á súa lectura vai un longo treito, e desta ao seu estudo, asimilación e manexo vai un un abismo. Adiantaremos xa que Sarmiento non era un bibliófilo se por este termo entendemos un simple coleccionista de libros; pola contra, era un bibliófago (*sit venia verbo!*) cunha portentosa capacidade de asimilación, retentiva e repentización. No presente apartado faremos un escandallo do seu coñecemento e manexo de fontes bibliográficas portuguesas relativas ao campo filolóxico-lingüístico. Na nosa pescuda, varremos un feixe de escritos que en conxunto conforman o groso da produción filolóxico-lingüística do noso autor, tanto de gabinete coma de campo (véxase Pensado 1972 e Monteagudo 2002a). Todos eles están publicados, excepto un, do que estamos a preparar nós mesmos a edición: *Origen de la voz gallega 'mixiriqueyro'*. Damos ao final a lista completa destes escritos, con indicación da data da súa redacción e da súa edición, esta sempre póstuma e na maior parte dos casos recente. Obviamente, tendo en conta o que antes se dixo sobre a peculiar inserción dos estudos filolóxicos no conxunto dos saberes sarmentinos, non podemos conformarnos con compulsar títulos estritamente lingüísticos. Por iso figuran aí desde tratados botánicos coma a de Amato Lusitado ou J. Vigier (en realidade, esta é unha tradución ao portugués dunha obra francesa) ata obras literarias e de erudición histórica. Para o cadro anexo, tivemos en consideración soamente os títulos que aparecen citados con maior reiteración, escollendo tamén aqueles que aparecen máis vencellados ás súas inquedanzas filolóxicas.

---

unha edición das tres seccións especificamente reservadas á bibliografía portuguesa no inventario da sua biblioteca particular. Cotexando ambas listas, pódese comprobar que non existe unha coincidencia completa entre unha e a outra. Unha parte do desacordo explícase porque algunhas obras que constan no inventario da súa libraría non aparecen en ningún das ditas tres seccións, mais atópanse noutras seccións do mesmo (coma 'Geographia y Viages'). Pero tamén hai obras que cita nos seus escritos e que non consignou no seu inventario, polo que debemos presumir que ou este está incompleto, ou efectivamente non as tiña de seu. Pola contra, no inventario rexístranse títulos que non aparecen nos escritos que nós peneiramos.

	MH	BS	VF	CV	CVV	CT	OE	Mix	VPC	EE	DA	Tot
Amato	-	-	+	+	+	+	+	-	-	-	-	5
Barbosa	+	-	-	-	-	-	-	-	+	+	+	4
Bluteau	-	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	10
Brito	+	-	-	-	-	-	-	+	+	-	-	3
Cancioneiro	+	+	-	-	-	-	-	+	+	+	-	5
Carvalho	-	+	-	-	-	-	+	+	-	-	-	3
F-Epitome	-	-	-	-	-	-	+	-	+	-	-	2
F-Lusiadas	+	+	-	-	-	-	+	-	+	-	-	4
F-Rimas	+	+	-	-	-	-	-	-	+	-	-	3
F-Nobil.	+	+	+	+	-	-	+	+	+	+	+	9
L-Orthogr.	-	+	-	-	-	-	-	+	-	-	-	3
L-Origem	+	+	+	-	-	+	+	+	-	+	+	8
L-Chron.	+	-	-	-	-	-	+	+	+	-	-	4
L-Descrip.	-	-	-	-	-	-	-	-	+	-	-	1
Pacheco	-	-	-	+	+	-	-	-	-	+	+	4
P-Vocab.	-	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	10
P-Ars Gr.	-	+	-	-	-	-	+	-	+	+	+	4
Vigier	-	-	-	+	+	-	-	-	-	-	-	2
TOTAL	**8**	**10**	**5**	**6**	**5**	**4**	**10**	**9**	**12**	**8**	**7**	

Cadro 1.- Referencia a obras portuguesas en escritos sarmentinos. Elaboración propia.
Nota: As abreviaturas están desenvolvidas no primeiro apartado da Bibliografía final.

Se repararmos nas datas de redacción dos escritos (que no cadro están secuenciados por orde cronolóxica), salta á vista a mudanza de énfase entre o primeiro deles (*MH*), en que cita fundamentalmente obras de erudición histórico-literaria, e os demais, en que salientan as obras filolóxico-lingüísticas. Dentro deste segundo grupo, é claro que nos seus ensaios de carácter máis lingüístico (*VF, CVV, CV*), que resultan directamente da súa laboura de campo, son menos os autores e obras portugueses citados: trátase sobre todo lexicógrafos como Bluteau e Pereyra, e botanistas como Amato Lusitano e o francés Vigier. Nos seus traballos filolóxicos máis importantes (*OE, EE, DA*), a presenza de textos portugueses de diverso carácter (lexicografía, gramática, filoloxía, historia literaria) é moi notable. Fan caso á parte o Catálogo librario de 1748 (*BS*), pola súa propia condición, o escrito sobre Cervantes (*VPC*), polo seu carácter misceláneo malia o seu título, e a requisitoria contra Duarte Nunes Leão (*Mix.*), que contén bastantes máis referencias das que caben no cadro.

As dúas obras que aparecen citadas en máis obras (e maior número de veces, aínda que nos parece escusado precisar o número de citas) son os *Vocabularios* de Bento Pereyra e Raphael Bluteau. Isto vén sendo, en primeiro lugar, un reflexo do seu interese central pola lexicografía. Os dous autores son moi ben valorados por Sarmiento, que recorre adoito a eles, especialmente ao

segundo, así e todo foise facendo progresivamente máis crítico con este. A seguir, aparecen o *Nobiliario* do Conde de Barcelos editado por Faria e mais a *Origem da Lingoa Portuguesa* de Duarte Nunes de Leão, unha obra que, como veremos, chegaría a obsesionalo. O *Nobiliario* (que coñece pola tradución castelá editada en 1646, aquela mesma que lle parecía detestable a D. Carolina Michäelis), é referencia obrigada sempre que se trata de 'antiguallas', sexan estas liñaxísticas, históricas ou literarias, e particularmente cando se trata de onomástica _especialmente de onomástica persoal_ ou de toponimia. Así nas *Memorias para la Historia de la Poesia y Poetas Españoles* (*MH*) emprega o *Nobiliario* como fonte de noticias sobre a poesía trobadoresca medieval, cruzando as informacións que contén coas que ofrece o Marqués de Santillana na súa famosa Carta-Prohemio al Condestable de Portugal, texto este que exhumou o propio Sarmiento. A combinación das dúas fontes permítelle albiscar, nun aceno visionario, a importancia da lírica trobadoresca galego-portuguesa (Alonso Montero 1997).

Sarmiento estaba moi orgulloso, canto bibliófilo e filólogo, de posuír unha primeira edición do *Cancioneiro* de Garcia de Resende que tiña en grande estimanza, como logo veremos. Por parte, o lugar destacado que ocupa Amato Lusitano no elenco que elaboramos lémbranos outra das paixóns do noso autor, isto é, a botánica. Canto á colectánea de Diogo Barbosa Machado, que veu a lume xusto nos anos en que o noso erudito comezaba a redactar a súa obra filolóxica (o que nos dá idea da súa dilixencia como lector), deixemos constancia do seu xuízo definitivo:

> "Desde el año de 1741 asta el de 1759 tardó en salir completa la *Bibliotheca Lusitana* que compuso Diego Barbosa Machado. Son 4 tomos en folio de marca mayor, magnificamente impresos, en buen papel, buena letra, y grandes márgenes y rica enquadernacion en pasta. A poco que leí esta obra materialmente magnífica, se me ofreció que ha sido fortuna que se formase ese escrito, para suplir los Libros de Parroquia que, con tantos terremotos, ser perderian. Bien se dexa entender que con esos 4 tomos quiso persuadir, y solo a sus paisanos, que la *Bibliotheca Lusitana* era mas copiosa que la *Bibliotheca Hispana* de Don Nicolás Antonio." (*VPC*, 126).

Moi outra é a súa opinión sobre a *Chorographia* de A. Carvalho, que, como veremos máis adiante, consideraba libro de cabeceira de consulta indispensable: "Antonio Carvalho escrivió tres tomos en folio, *Chorographia Portuguesa*. Pone todas las feligresias de Portugal, según estaban al principio

de este siglo. Por este lado, lo estimo mucho. Pero son despreciables [sic] quando el autor se mete a antiquario, historiador y gramatico" (*Mix.*, fol. 277r).

Dos autores portugueses máis frecuentemente citados por Sarmiento, imos deternos en dous, pola importancia central no noso asunto: o filólogo Duarte Nunes de Leão e o lexicógrafo Raphael Bluteau.

3.1. Refutación de Duarte Nunes de Leão

De primeiras, Sarmiento mostra un grande aprezo polo "doctísimo portugués" (*MH,* 196). Pero a obra historiográfica de Leão (que aquí non imos considerar), e moi especialmente a súa *Origem da Lingoa Portuguesa* acaban por trocarse en albo de furiosas diatribas de Sarmiento. Isto é lóxico, se temos en conta que os respectivos postulados idiomáticos son case diametralmente opostos: nada máis lonxe do popularismo enxebrista do frade galego ca o aristocratismo latinizante do notario lusitano. A tal punto chegou a teima de Sarmiento contra Duarte Nunes, que dedicou un escrito monográfico a impugar a *Origem da Lingoa Portuguesa*, onde tamén se revolve contra certas afirmacións no *Compendio das Chronicas* no tocante ás orixes da monarquía lusitana. Este escrito, que leva o curioso título *Origen de la voz gallega 'myxiriqueyro'* (*Mix.*), foi redactado en 1759, nun período da súa vida en que a dedicación á lingüística galega era especialmente intensa (coma tal, o *Onomástico Etimológico de la Lengua Gallega* é probablemente de 1758). Da *Origem da Lingoa portuguesa*, que é o que aquece tratar aquí, a Sarmiento incomódanlle moito o título e a ignorancia do galego que exhibe o autor, pero sobre todo a súa coñecida afirmación verbo da avantaxe do portugués sobre o galego e a explicación desta avantaxe que ofrece Leão. No fondo, como dixemos antes, o que se confronta é a valorización preferente da lingua cortesá e escrita ou, pola contra, da popular e falada. A discusión xira en tres eixos: orixinalidade (que remite precisamente á orixe), copia (abundancia léxica) e elegancia (criterio estético).

Sarmiento non tolera que Duarte explique a orixinalidade e riqueza do vocabulario portugués descoñecendo o 'dialecto orixinario', isto é, o galego, e cometendo erros colosais nas hipóteses etimolóxicas. Destarte, o noso frade ridiculiza a suposta pretensión de Duarte Nunes de que palabras como *mixiriqueiro, saudade* e *mágoa* carezan de antecedentes e paralelos noutras linguas (de aí a referencia no título á voz *mixiriqueiro*), indicando entre outras cousas que esas palabras existen en galego e derivan de étimos latinos, que el mesmo acerta. Verbo da riqueza léxica do portugués, o erudito frade mostra con exemplos de derivados de *ferro* e de voces para ridiculizar un patán, como é

precisamente o galego o que avantaxa ao portugués. Verbo da maior copia e elegancia deste, Sarmiento retruca apelando á superior pureza e fecundidade do galego, na liña dos seus argumentos enxebristas.

Vexamos primeiro, a censura que lle merece a Sarmiento o título da obra de Leão:

> "Duarte Nuñez de Leon, portugués, escrivió un *Compendio de las Chrónicas Portuguesas,* una *Geographia de Portugal,* otro de la *Orthographia Portuguesa* y otro con este título: *Origem da Lingoa Portuguesa.* Este título es parecido al que tendría un libro disparatado, *Origen de la Lengua Andaluza,* sin mencionar que es derivada del dialecto castellano. Origen de la lengua portuguesa, sin mencionar que es derivada del dialecto gallego, es una fábula, una quimera, una necedad monstruosa y una valadronada y un desvarío" (*Mix.*, § 13, fol. 245v).

A título de exemplo, Sarmiento critica algunhas observacións léxicas e etimolóxicas do humanista portugués para tentar mostrar as desastrosas consecuencias que tivo para el ignorar o galego e, de camiño, pór de vulto a súa falla de tino etimolóxico. En particular, detense primeiro nos vocábulos *mexerico*, *prata, regueifa*, que figuran na *Origem* dentro da lista "Dos vocábulos que os Portugueses têm seus nativos, que não tomaram de outras gentes que nós saibamos" (cap. XVI, pp. 287 e 288)[12]; despois na palabra *saudade*, que Duarte considera tamén forma privativa lusitana (capítulo XXI, "De alguas palavras portuguesas e maneiras de falar que se não podem bem explicar por outras latinas nem de outra lingua", p. 304); e finalmente nos quince derivados portugueses de *ferro* que Duarte Nunes exhibe como proba da fertilidade do portugués (capítulo XX, "Da cópia da lingua portuguesa em derivar de ũa só palabra muitas mais que a dos Latinos", p. 301). A máis e máis, Sarmiento acusa sen fundamento Leão de escribir disparates sobre os étimos de *mágoa* e de *Ferrol*[13]. O propio Sarmiento resume así a súa argumentación sobre algúns dos vocábulos en aprezo:

---

[12] Nós manexamos a edición da *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1983. As referencias de número de páxina remiten a esta.

[13] Véxase sobre isto Pensado 1971-1972, 13-15. Precisamente Duarte Nunes explica correctamente o étimo de *mágoa* no capítulo VII da *Origem* ("Corrupção por mudança de vocábulo em outra forma por a mudança de significação": "Mudamos o mesmo vocábulo latino en diversas formas por a variedade da significação, como esta palavra *macula*, que quando queremos por ela significar 'abertura da rede', mudamo-la em *malha*; e quando queremos significar 'labe' ou 'pecado', ou 'sentimento de ânimo', mudamo-la em *mágoa*; e quando 'nódoa', em *mancha*" (pp. 224-25). Canto a Ferrol, non hai que descartar que Sarmiento se refira á *Geographia* de Leão, cousa que non estamos en condicións de comprobar.

> "D. N. de L., después de haber tentado la etimología de diferentes voces portuguesas, viene a parar en las tres voces famosas (*mixiriqueiro*, *saudades* y *mágoas*), y baladrona que esas tres voces son tan puras portuguesas que no tienen equivalentes en otras lenguas ni se les sabe su origen. Digo que esas tres voces son de purísima latinidad, y que hoy se usan en el centro y en lo más retirado de Galicia. Pruebo con evidencia lo dicho en un papel que he escrito. En él pruebo que la voz *mixiriqueyro* por 'chismoso', viene del frecuentativo *mixturicare*, y éste del supino *mixtum* y todo del verbo *misceo, -es, miscere iurgia*, que significa lo mismo que 'chismoso'. La voz *saudade* es del latín puro *solitas, solitatis*, que usó Apuleyo y lo tomó de un autor poeta antiquísimo. La voz *magoa* viene del latín *macula* de la que se formó el verbo *magullar* y el verbo *magoar* en gallego. El mismo D. N. dice que la voz *Ferrol* viene de *hierro* o *ferróllo*, porque en ese puerto están guardados los navíos. No hay tal cosa. No viene de *Ferro* sino de *Faro* y *Farol*, aludiendo al faro que estaba a la entrada y a la lámpara que hoy luce en el faro de La Coruña" (*DA*, § 13, pp. 35-36).

Canto a *prata* e en particular *regueifa,* Sarmiento utiliza como munición a súa familiaridade coa documentación latina medieval dos mosteiros galegos, derivada da súa condición de cronista da súa orde e das súas visitas e pescudas nos memos arquivos:

> "Entre las 800 vozes que pone Nuñez como nativas de Portugal, pone *regueifa*, y oy es trivial en toda Galicia la voz *regueifa* por 'rebanada' o 'rosca de pan'. En instrumento latino del año 1161 se halla, y ley en Samos, esta expresion: *prandjis et regeiphis*. Que tiene que ver Samos con Portugal? Tambien nos quiso embocar por voz aborigine la voz *prata* (por 'plata'). Es trivialissima en Galicia, y yo ley en ynstrumento gothico de Galicia la misma voz *prata*, por 'plata'." (*Mix.*, § 41, fol. 254v).

Canto á familia léxica de *ferro,* no capítulo XX ("Da copia da lingua portuguesa em derivar de ũa so palavra muitas mais do que os latinos") Duarte Nunes ofrece como exemplo de fecundidade do portugués unha lista de quince derivados: *ferrugem, ferrugento, ferragem, ferraria, ferrador, ferradura, ferrar, ferrado, ferrolho, ferrolhado, ferrenho, ferropea, ferrão, ferrete, ferretoar*. Velaí o comentario que isto suscita no erudito galego:

"Todos estos diez y seis nombres son puros gallegos, trivialíssimos de inmemorial en toda Galicia, y en lo mas retirado y distante de Portugal, de donde no pudieron pasar al centro. Luego, pasaron del centro a Portugal. Tambien pasó *ferrollo* y *ferrollado*, pero no pudo pasar el error de Núñez, que le deriva de *ferrum*. No hay tal cosa, *ferrollo* viene de *verunculo*, y este de *veru*, y todo, de la voz francesa *verrouil* y *verrouiller*, el 'ferrollo' (o *verrollo*) gallego, y el 'cerrojo' castellano [...] Así, añádanse a los derivados dichos otros derivados de *ferrum* que hoy se usan en Galicia, y se palpará la copia de la lengua gallega, por lo mismo que no se escrive, v.g.: [17] *ferrado,* por el 'modius praferratus', latín; [18] *ferrada*, 'basija maior y menor para agua'; [19] *ferrudo*, 'zapatos *ferrudos'*, por 'fuertes'; [20] *ferreira*; [21] *ferrado,* 'carro ferrado'; [22] *ferrona,* la planta 'brunela'; [23] *ferrea,* la misma planta; [24] *aferrar,* voz náutica [...] Si yo, por mera curiosidad, pude juntar 22 derivados de *ferrum* en el dialecto gallego, ¿qué no podría juntar si huviese un vocabulario de la lengua gallega? En el *Vocabulario Portugues* del Padre Bluteau se añaden mui pocos derivados mas. Y en gallego la voz *ferreiro* significa al que le funde, al que le trabaja, es apellido, es nombre de lugar, y del 'páxaro solitario'. Tambien la voz *ferreñas* significa el 'sustro' o 'sonaxas', y la planta scrofularia. Y 'a besta ferrada' es un espantajo nocturno." (*Mix.*, §§ 39-41, fols. 252r-252v; véxase tamén *EE* §§ 459-63, pp. 215-17).

Este tipo de censuras de Sarmiento é merecente do seguinte comentario de de J. L. Pensado: "En esto fallaba su cordura [de Sarmiento], pues ¿cómo los portugueses podrían tener presente en sus escritos la lengua gallega si no tenían siquiera un triste libro a que acudir? ¿A qué libro podría acudir Duarte Nunes para saber si tal voz se usaba en Galicia?" (Pensado 1972, 15). Aínda poderíamos engadir algún argumento máis en defensa de Leão, pois Sarmiento xoga coa avantaxe que lle dá o progreso dos estudos histórico-lingüísticos no século XVII, tanto en métodos de crítica e análise coma en acopio de materiais, progreso de que el mesmo se beneficiou amplamente, como excelente coñecedor que era da erudición filolóxica europea. Endebén, o problema que latexa no fondo é que a nacionalización do portugués, especialmente a partir do século XV, implicou un profundo distanciamento da súa variedade culta verbo do idioma galego, caído en desprestixio e ignorado ou mirado con desprezo nos círculos cultivados lusitanos (Monteagudo 1988 e1999, 180-195). E Sarmiento reséntese precisamente disto.

De feito, a máis significativa das invectivas de Sarmiento contra Duarte Nunes arrexéitalla contra a afirmación deste verbo da distancia que separa o

portugués do galego, nunha sentenza do filólogo lusitano que, dalgún xeito, podemos considerar a declaración explícita e formal de 'independencia' lingüística do portugués verbo do galego. Vexamos:

> "El mismo D. N., página 32, disparató del tenor siguiente: "Da qual Lingoa gallega á Portuguesa se aventajou tanto quanto na copia e na elegancia della vemos. Ô que se causou por em Portugal haver Reis e Corte que hé á oficina onde os Vocablos se forjaõ é pulem, é donde manaõ pera os outros homes. Ô que nunca houve em Galliza" [...] Decir que la corte es la oficina en donde se forjan los vocablos y se pulen es manifiesto error. Toda corte permanente y única es una Babilonia en donde, tan lexos de pulirse la lengua, se confunde con otras, y se ensucia con vozes barbaras de todas naciones. Y haviendo sido Lisboa mas infestada y apestada de naciones barbaras ó forasteras a causa de las conquistas y del comercio, digo que el lenguaje portugues que se habla en Lisboa es el mas hybrido y corrupto lenguaje de Portugal. No niego que en Lisboa havrá muchos que hablen con pureza el portugues, pero eso será ó por los libros ó porque ya le hablaban antes. Para eso no se necesita corte, tampoco en la corte puede acento fixo, ni por pronunciacion constante, á causa de la variedad de las naciones concurrentes [...] Siendo tan clasicos los autores que escrivieron en los 60 años de la union [de Portugal e Castela], quisiera me dixera D. N. si los portugueses tuvieron en esos 60 años alguna corte del rey proprio. Y siendo evidente que no tuvieron mas rey que el que tenian los gallegos, se palpa que ni corte, ni rey, ni Roque se necesita para hablar, cultivar y escrivir una lengua.." (*Mix.*, §§ 52-55, fol. 255r)

Na réplica á atinada observación de Duarte Nunes rebole o purismo-popularismo do autor, que o leva a desprezar, contra toda convención, a linguaxe cortesá (Pensado 1991, 333-335). O seu razoamento continúa cunha contundente defensa da 'elocuencia natural' fronte á repugnante 'elocuencia cortesá', que é coherente co seu propio estilo de escrita e que sorprende polo seu radicalismo:

> "El Ilustrisimo Señor Feixoo habla como escribe. Pocos negarán que el estilo de sus obras sea discreto y pulido, claro y elegante. Y con todo eso, jamás se crió en corte, ni necesitó de ella, para poseherle. No obstante, el mismo refiere quan superior era el gozo que tenia oyendo hablar en gallego a un pobre rustico arriero que conducia el vino al Colegio de Lérez, benedictino, junto a Pontevedra. Era alli letor de artes el Ilustrisimo Panelles, que murió obispo de Mallorca, y era pasante el Ilustrisimo Feixoo. Havian gustado tanto los

dos de tener coloquios con el dicho rustico gallego, que havian concordado de avisarse uno á otro quando viniese el harriero, para vajar los dos a oyrle hablar, y conversar con el. No era la dulzura del idioma gallego quien los envelesaba, sinó la natural elocuencia. Aquel gallego rustico no savia escribir ni aun leer, havia nacido en unas fragosas montañas, jamás havia visto corte, solo savia hablar su ydioma nativo; no obstante, era tan naturalmente discreto y elegante, que en sus discursos embelesaba a los dos Ilustrisimos." (*Mix.*, §§ 56-57, fol. 256r).

Como se ve, o noso autor négase a recoñecer a importancia do cultivo do idioma, salientando a superior cualidade das linguas ágrafas. Confúndeno aquí tanto a súa paixón polo idioma nativo coma a súa perspectiva de filólogo, que descobre o interese das variedades faladas, reivindica a súa importancia para reconstruír a historia da lingua e denuncia os preconceptos que subxacen ao superior prestixio da lingua da corte. De feito, cando propugna a dignificación deste, admite a necesidade de arrequentalo de empréstimos e cultismos, eses que tanto enxeita no portugués cultivado (o mesmo que no castelán, non perdamos isto de vista). Na liña desa actitude purista, o noso autor valorizaba extraordinariamente a lingua dos textos pre-renacentistas, que el coidaba *enxebre*, libre de toda interferencia allea. Como a seguir mostraremos, isto é fundamental para entender a súa crítica tamén a Bluteau. A réplica a Duarte Nunes remátaa coas seguintes palabras, que veñen corroborar o devandito:

"Luego esa pasmarotada de corte y oficina es un papasal para querer halucinar a los que no han vibido en la corte. La elegancia no consiste en las vozes, sino en los conceptos. No consiste en la lengua, sinó en el entendimiento. La copia de vozes no se ha de regular por la multitud de las superfluas, exóticas y sesquipedales, sinó por las mas propias y mas expresivas, y sobre todo, que sean nativas. Dice el dicho Nuñez que la lengua portuguesa se aventajó tanto a la gallega *quanto na copia e na elegancia dela vemos.* Hablando de la verdadera elegancia y de la copia propriamente tal, en maldita la cosa se aventajó el subdialecto portugues al dialecto gallego. Leanse los escritos portugueses anteriores al rey Don Sevastian, y no se hallará en ellos sombra de mas elegancia y de mas copia que en los escritos manuscritos que se conservan en gallego. Tengo presente a Rui de Pina y a Garzia de Resende: ni por pienso noté en ellos arapo de mas copia ni de mas elegancia." (*Mix.*, §§ 57-58, fol. 256r-v).

3.2. Encomio e censura de Rafael Bluteau

Despois do dito, podemos entender mellor a posición do noso autor perante o lexicógrafo portugués que mellor coñeceu e máis manexou, o seu case coetáneo Rafael Bluteau. Aínda que sempre ten a man o seu monumental *Vocabulario Portugues* e gaba reiteradamente a súa cualidade, Sarmiento impútalle basicamente tres defectos a esta obra: a selección de textos que ripou, o seu descoñecemento do galego, a xenerosa acollida que depara a cultismos e empréstimos e o seu escaso acerto para as etimoloxías. Endebén, neste caso a súa crítica é moito máis coidadosa:

> "El Padre Bluteau pone al principio de su *Vocabulario portugues* los escritos en portugues que tenia presentes para su obra. Noto lo primero, que sólo para el titulo amontonó 57 adjetivos, y ninguno es voz portuguesa, sino o pura griega, o pura latina. Y esto es mas copia? Noto lo segundo que de 370 escritos en portugues que propone, si se atiende a los años de la impresion, solos 21 tocan a la época antes de Phelipe 2°; 156 a los años que Portugal estuvo unido a Castilla; y otros 193 a los años que se siguieron al levantamiento. Noto lo tercero, que está mui diminuto en los escritos antes de Phelipe 2°, y que olvidó el *Cancionero General* portugues de Garzia de Resende, y su *Chronica de D. Juan 2°* y otros muchos. Noto lo quarto, que entre los escritos del tiempo de la union, se olvidó de Juan de Varros [*sic*], autor mui clasico, y de otros. Y finalmente noto lo quinto, que los autores despues de la separacion se abultan con libros de poca sustancia: con palabras que se hallan en un sermon, ni se pule ni se autoriza, ni se hace copiosa una lengua." (*Mix.*, §§ 60-62, fols. 256v-257r).

Fica claro, pois, que Sarmiento prefire os escritos antigos (anteriores ao Renacemento), como xa anunciara na crítica a Leão, e que enxeita a literatura devota, tal como daba a entender a censura da Biblioteca de Diogo Barbosa Machado. Por parte, Sarmiento sostén reiteradamente que o *Vocabulario* de Bluteau está inzado de voces que non son puras portuguesas (por certo, esta mesma obxección tamén llela opón aos diccionarios casteláns), e que, por riba, destas últimas non ofrece moitas máis cás que reunira Bento Pereira no seu *Vocabulario* en un tomo[14]. Segundo Sarmiento, isto deriva do descoñecemento

[14] Esta é unha idea que reitera. Véxase *OE* §§ 16, p. 14; *EE* § 23, p. 97; *DA*, §§ 18-19, pp. 36-37.

de Bluteau cara ao galego, que por parte el pon en relación directa coa súa escasa fortuna nas hipóteses etimolóxicas que ofrece:

> "El *Vocabulario Portugues* del Padre Bluteau, en 10 tomos en folio es obra curiosa y erudita, aplica a las cosas unos buenos latines, pero en cuanto a la etimología de las voces portuguesas, no da palotada. Trae tal cual, pero es muy infeliz, y aun las que tomó de Covarrubias son las más flojas. Capaz era Bluteau de hacer lo que yo hago, pero era preciso que supiese su fuente, la lengua gallega, en la cual (no en la portuguesa) se deben buscar los primitivos significados de las voces que hoy se usan en Portugal." (*VF*, 421; véxase tamén *Mix.*, § 105, fol. 265r).

Son abondas as ocasións en que Sarmiento rebate as hipóteses etimolóxicas de Bluteau, e de regra acerta, tanto na crítica coma na alternativa que ofrece. Por acaso, no seu escrito sobre *myxiriqueyro*, argumenta sobre o topónimo *Guimarães,* que Bluteau fixera derivar de *via maris*, e sinálalle a orixe en "puro gothico" *Vimaranis*, xenitivo do antropónimo *Vimara* ("alude a *villa o casale Vimaranis*, o porque lo posehia o havia edificado un *Vimara*", *Mix.* §§ 192-96, fols. 285r-286r). No *DA* critica e resolve a etimoloxía de *Chaves*: "El Padre Bluteau cree que se llamó *Chaves* aludiendo a 'agua cálida', y transformando *calidae* en *clavis* y esto en *llavis* y *claves* y *chaves*. Es cierto que *chaves* vendría bien de la voz *clavis* si hubiese tal voz. Pero *Chaves* viene de la voz *Flavias*, pues se llamó *Aquae Flaviae* en latín o *Aquas Flavias* por fundación de los Flavios" (*DA*, § 16, p. 36). Na *Colección* ofrece a etimoloxía correcta de *jeito*, corrixindo a Bluteau, e exemplificando co caso a utilidade que se derivaría para os filólogos lusitanos dun bo coñecemento do galego:

> "Esta voz *geito* tiene mil aplicaciones en el gallego y muchas en el portugués. Repetidas veces oí *geito* en Galicia, pero no he visto escrita esa voz. En Bluteau se repite escrito *geito* pero sin señal de su origen latino o gótico. El que sólo oye *geito* no sabe si su ortografía es *xeito/ xeyto*, si *jeito/ jeyto* o si *geito/geyto*. Siendo *geito* con <g> acaso vendrá del latín *gestus*, pero es difícil de concordar tantas acepciones de *geito*. Por no saber la etimología de *geito* no se puede fijar su ortografía ni señalar el primitivo y genuino significado. [...] Una sola aplicación de la voz *geito* que oí en Galicia, y que no trae Bluteau, me dio luz para hacer la historia de esa voz *geito*. Entre los diferentes modos que hay de pescar sardinas en Galicia una se llama al *geito*, y las sardinas cogidas *ao geito* son las más estimadas. [...] Esas se cogen a un solo

jactus retis. [...] *Jacio, is, jeci, jactum* significa 'echar, arrojar', y *jactus, us*, es 'el acto de arrojar'. Este verbo es trivialísimo entre los latinos aplicado a las redes y a los dados. [...] Al caso: de *factum* se dice en gallego *feito*, luego de *jactu retis* se dijo *jeito* de la red. Véase aquí el origen y la ortografía de *geito*. Es error escribirle con <g> y no con <j>. Se debe escribir *jeyto*, de *jactus*." (*VF*, 421-22).

Por parte, no exemplo enxérgase a razón de que Sarmiento consideraba tan importante a observación e a recolla directa dos materiais: só coñecendo os diversos usos do vocábulo 'xeito' na lingua falada, era posible determinar os seus significacos e facerse a idea da evolución destes.

4. Importancia da bibliografía portuguesa para os galegos

Pero para podermos avaliar a importancia fundamental que Sarmiento concede, obxectivamente, á cultura portuguesa, e en particular aos estudos filolóxicos e lingüísticos portugueses, temos que debruzarnos sobre os seus proxectos galeguistas. En particular, queremos chamar a atención para dous deles, un de carácter erudito e outro de dimensión popular. Referímonos co primeiro ao plano de estudos galegos que deseña no *Onomástico Etimológico de la Lengua Gallega*, e co segundo ao seu programa de galeguización do ensino, tal como o enxerga nos seus últimos escritos, en particular no *Discurso Apologético*... No primeiro (*OE*, §§ 653-727, pp. 187-205) Sarmiento propón un plano ideal de investigación que estaba destinado a establecer as xenealoxías de Galicia. O noso sabio sempre confesou o seu aborrecemento polos sarillos das liñaxes, pero coida necesario emprender este traballo para defender Galicia dos dicterios e aldraxes que lle dirixiron os foráneos, en particular os portugueses, e ademais interésanlle a vertente onomástica e histórica do asunto.

Sarmiento supón que a realización deste proxecto se confiará a un *Alethóphilo*, un *veritatis amator*. O plano que propón especifica tanto a formación que deberá adquirir o *Alethophilo* (estudos que cursará, lecturas e bibliografía recomendadas) coma os seus métodos de investigación. Tipicamente no noso frade, a proposta ábrese a horizontes amplísimos, onde caben a onomástica e a toponimia, claro está, pero tamén a xeografía descritiva e histórica, a historia natural, a arquivística, a paleografía e a historia. *Alethóphilo*, despois de cursar o debido curriculum e prepararse axeitadamente mediante a lectura de obras proveitosas, emprenderá unha pescuda sistemática polo país, mediante enquisas que realizará directamente *in situ*, preguntando sobre todo a "vellos, vellas,

nenos e rústicos". En primeiro lugar, interesarase pola xeografía (descritiva e histórica) e a toponimia, cotexando as informacións obtidas sobre o terreo coa documentación dos arquivos diocesanos das cinco sedes galegas. Pois ben, nesta tarefa a súa obra de cabeceira será a *Chorographia portugueza* de Antonio Carvalho da Costa (*OE* § 667, p. 190). Despois, *Alethóphilo* dedicarase ao estudo da historia natural e da botánica de Galicia, naturalmente, mediante a observación directa e a recolla de materiais (plantas, cunchas, etc.), sempre anotando as diferentes denominacións que detecte en cada lugar. Logo centrarase nas antigüidades, recollendo todo tipo de inscrición lapidaria ou monetaria.

Unha vez rematado o traballo de campo, *Alethóphilo* concentrarase na investigación de gabinete. Para esta, o primeiro instrumento bibliográfico que Sarmiento lle encarece é o "indispensable" *Vocabulario Portuguez* de Bluteau, pois "suplirá un vocabulario galego" (*OE* § 697, p. 198). Canto a obras históricas, non se refire expresamente a ningún libro portugués (o cal non deixa de ser rechamante), pero cando chega ao apartado de obras xenealóxicas, a primeira e principal fonte que menciona é o "*Nobiliario* do Conde don Pedro, coas notas de Faria, Lavaña, Montebelo, etc." (*OE* § 713, p. 201). Secomasí Sarmiento advirte que "ningún xenealoxista portugués se ha de crer, a non ser para impugnalo", unicamente se debe empregar "a toda custa" a citada *Chorographia*. Nesta, débese rexistrar o tomo primeiro, que trata de Entre Douro e Minho, e tirar nun caderno todos os lugares, apelidos e soares. Canto ao método que debe seguir no cotexo das fontes galegas coas portuguesas e na crítica a estas últimas, os principios que propón Sarmiento son estrito corolario do seu axioma da prioridade histórico-lingüística de Galicia sobre Portugal:

> "1ª Siempre que hay un apellido mismo en Portugal y en el centro de Galicia, y ese apellido no se halla en el texto del Conde don Pedro, ese apellido ha pasado de Galicia.
> 2ª Siempre que le hay también en el Conde don Pedro, cotéjese la mayor antigüedad de esos dos apellidos, y si hay más antigua memoria de el de Galicia, ha pasado a Portugal el del Conde don Pedro.
> 3ª Siempre que hubiere duda, vótese por regla general que pasó a Portugal el de Galicia, y no al contrario.
> 4ª Siempre que se hallare en Portugal un lugar o población, y que en el centro de Galicia hay otra población con el mismo nombre, la población de Portugal es población de gallegos, y no al contrario [...].

5ª Siempre que en Portugal hubiere un apellido que se tomó de algún lugar, y ese lugar no le hay en Portugal, pero sí en Galicia, vótese que ese apellido, aunque no le haya en Galicia, de Galicia pasó a Portugal [...].
6ª Siempre que en el centro de Galicia se use una voz gallega, y que se use también en libros portugueses, esa voz pasó de Galicia a Portugal [...].
7ª Siempre que hacia la raya de Portugal y Galicia se use alguna voz que no sea gallega, esa se pegó de Portugal a la raya de Galicia, no al interior, v.g. *alfayate* (sastre), *alfajeme* (cirujano), *almocrebe* (arriero), etc. [...].
8ª Siempre que concurran dos instrumentos góticos antiguos, uno gallego y otro portugués, debe apreciar el gallego y mirar con desconfianza el portugués, y hacer exacta crítica de él [...]" (*OE* §§ 717-22, pp. 202-203).

Sexa como for, á derradeira queda ben claro o papel central que lle outorga á bibliografía portuguesa no labor do *Alethóphilo* de arborar uns estudos galegos: Antonio Carvalho, Raphael Bluteau e o *Nobiliario* do Conde de Barcelos forman parte principalísima dos seus instrumentos bibliográficos.

Vaiamos pois ao programa de galeguización do ensino, que de ser divulgado no seu tempo sen dúbida sería considerado revolucionario. Aínda que, como bo iluminista (Allegue 1993), a pedagoxía constituíu unha das principais preocupacións de Sarmiento ao longo da súa vida, conforme se achega o final desta o frade obsesiónase máis e máis por ela[15]. Boa mostra do dito é o texto intitulado *Discurso Apologético por el arte de rastrear las más oportunas etimologías de las voces vulgares* (*DA*), que é a última obra lingüística en que traballou o noso autor[16]. O *DA* retoma o programa pedagóxico-lingüístico que Sarmiento esbozara no *OE*, deixando un pouco á beira a cuestión do estudio da historia natural, á que tanta importancia lle dera neste, para centrarse no problema da introdución do idioma galego no ensino. O que propón Sarmiento é unha reforma do sistema das escolas da gramática, aproveitando a penuria polo que pasaba naquel momento, probablemente a causa da recente expulsión dos xesuístas (*DA* §87).

Antes de entrar no estudo da Gramática, habería que utilizar un onomástico, unha especie de enciclopedia escolar. Para elaborar o manual de Historia natural que constituiría o corpo principal desa enciclopedia, no *OE* propuxera que se elaborase un texto orixinal en galego. Agora chega á conclusión de que, entrementres iso non se fixese, se podería recorrer á adaptación doutro manual, incluíndo nel as nocións correspondentes de doutrina cristiá (*DA* §180). Neste

[15] Un dos seus últimos escritos trata precisamente de *La Educación de la Juventud.*
[16] Escribiuna 1770, dous anos antes do seu pasamento.

senso, Sarmiento encarece reiteradamente a utilidade dos catro tomos do *Divertimento Erudito* do Padre J. Pacheco, unha obra que non cansa de gabar e de recomendar como auxiliar pedagóxico. Tendo en conta a súa predilección (a que antes nos referimos) polos onomásticos sobre os vocabularios alfabéticos, Sarmiento encomia o "bo gusto e paciencia" do agustiano portugués ao reducir a nomenclátor o vocabulario de Bluteau (*DA* §43, p. 43), relata que lle aconsellara a consulta desta obra a un rapaz galego que quedara entusiasmado (*DA* §§173-177, pp. 77-78), e subliña:

> "No hay ciencia especulativa, no hay arte liberal, no hay oficio mecánico que no tenga unidas sus voces en portugués en el *Divertimento Erudito* del Padre Pacheco. Yo he repasado esos tomos y casi son gallegas todas sus voces, fuera de tal cual pronunciación portuguesa que el niño gallego con facilidad podrá reducir a su lengua nativa" (*DA* §§ 180-183, p. 79).

Segundo Sarmiento, o ensino secundario debe realizarse tamén en galego, e para realizar isto, ofrece outra volta propostas novidosas. Se no *OE* propuxera traducir ao galego a *Arte* de Nebrixa, agora aconsella botar man da *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda*, do Padre Bento Pereyra, e como texto de consulta, do *Vocabulario Portuguez e Latino* do Padre Rafael Bluteau (*DA* § 117, p. 62) e o amentado *Divertimento erudito*. Falando máis en xeral da utilidade da bibliografía lusitana, o noso autor sostén: "los gallegos podrán suplir la falta de sus libros por los libros antiguos impresos en lengua portuguesa", pero, atención, segundo o seu criterio esixentemente purista só serven os textos pre-renacentistas, pois "los modernos hierven de voces exóticas, bárbaras y latinas, que no han conocido los anteriores a la unión de Portugal y Castilla" (*EE* §350, p. 188). En definitiva, vemos como Sarmiento se abre ao portugués como recurso valiosísimo para afrontar con decisión a galeguización do ensino.

Bótase de ver que, como indicamos atrás, ao reivindicar a elevación do estatus do galego a lingua escrita e culta, Sarmiento estaba abocado a incorrer nunha contradición, ben manifesta na súa postura ambivalente fronte, por exemplo, o *Vocabulario* de Bluteau. É que esta ampliación do espazo funcional da lingua na práctica resultaba incompatible coa preservación da súa presunta pureza. Necesariamente, había que introducirlle enxertos do fondo léxico culto, e constituír unha variedade de lingua arredada da falada popular, aquilo mesmo que tanto lle facía estoxar o portugués cultivado como "agregado de retrincos e retallos de voces bárbaras e exóticas" (*DA* §18), a lingua "que se escribe de 300 anos a esta parte, (que) nada ten de portuguesa", tan distinta da "portuguesa

vulgar, que se fala nas vilas" (*DA* § 22). En realidade, o noso frade non chegou a decatarse desta contradición, que o obrigaría a revisar radicalmente os seus postulados enxebristas.

5. Conclusión: importancia do portugués na obra e na consciencia metalingüística de Sarmiento

O profesor J. L. Pensado tense referido á virulencia que atinxen as frecuentes censuras de Sarmiento dirixidas contra autores portugueses, que el explica, plausiblemente, polo ambiente de rivalidade e polémica entre España e Portugal na secuencia da restauración da monarquía portuguesa. O ilustre sarmentista tamén sinala a mestura de admiración e envexa que lle suscita ao frade galego a inevitable comparanza entre a precaria situación do idioma galego e a puxanza do seu veciño portugués. Pero o que máis lle doe a Sarmiento é a ignorancia (que pode interpretarse como desdén) que a tradición filolóxica-lingüística portuguesa e, máis en xeral, a erudición do país veciño mostran cara ao idioma e cara a todos os asuntos galegos. Unha ignorancia que, canto galego, lle resulta lacerante, pero que, canto erudito, se lle antolla inxustificable, e fondamente empobrecedora para os propios portugueses. E nisto, sexan cales foren as explicacións históricas que procuremos, e por moito que teñamos que rebaixar as desmesuras, luír as rudezas e depurar os vituperios sarmentinos, é difícil negar que no fondo ten razón.

Secomasí, á hora de ponderar con exactitude o valor relativo das súas invectivas contra Portugal e os autores portugueses non hai que deixarse impresionar pola brusquidade expresiva do noso autor. En primeiro lugar, trátase dunha cuestión de carácter: dicterios tanto ou máis feroces lles dirixiu aos casteláns ao tratar de cuestións que tocaban o seu nervio nacional galego, e vituperios non menos contundentes, mesmo brutais, arrebolou a moitos outros escritores ao discutir temas eruditos (por exemplo, os forxadores dos falsos cronicóns). En segundo lugar, é tamén unha cuestión de ocasión e de estilo: Sarmiento non escribía para publicar, pois non transixía cos estreitos límites de forma e contido que impuña unha férrea censura e as convencións epocais; prefería expresarse libremente, no seu estilo sinxelo e directo, mesmo chocalleiro, aínda a custa de condenarse ao ineditismo. Quérese dicir con devandito que, contra o que puidera parecer, Sarmiento non reservou unha saña especial contra os portugueses; aínda que é certo que con estes se mostrou en extremo susceptible, pero probablemente non por particular antipatía, mais porque os consideraba máis obrigados ca ninguén a coñecer e valorar as cousas galegas.

Como quedou exposto, a súa biblioteca lusitana, o manexo dos autores portugueses e especialmente o papel que lles reserva no seu ambicioso plano de restauración do idioma galego (que as condicións socio-políticas do seu tempo tornaban totalmente inviable[17]), constitúen a mellor e máis palmaria demostración do apego profundo que lles profesaba a aqueles canto galego e da alta consideración que lle merecían canto estudioso. Por tanto, na expectativa de ulteriores investigacións que afonden, afinen e no seu caso corrixan a nosa visión do tema, Martín Sarmiento queda postulado para o posto de honra de máis importante lusitanista español do século XVIII.

Bibliografía

1. OBRAS DE SARMIENTO CITADAS

- *Autores de quien yo tengo obras*. Inédito, Madrid, Real Academia de la Historia, 9-1829.
- "Carta a Esteban de Terreros sobre el origen de la lengua gallega y sobre la paleografía española". En J. L. Pensado (ed.), *Opúsculos lingüísticos gallegos del siglo XVIII*, Vigo, Galaxia, 1974; 17-41. = **CT** (1755).
- *Catálogo de algunos libros curiosos y selectos*. Edición de H. Monteagudo, Noia, Toxosoutos, 2002 [1° ed., 1787]. = **BS, *Biblioteca Selecta*** (1748).
- *Catálogo de voces vulgares y en especial de voces gallegas de diferentes vegetables*. Edición y estudio por J. L. Pensado, Salamanca, Universidad, 1986. = **CVV** (1754-58).
- *Catálogo de voces y frases de la lengua gallega*. Edición y estudio por J. L Pensado, Salamanca, Universidad, 1973. = **CV** (1745-46, 1754-55).
- *Colección de voces y frases gallegas*. Edición y estudio por J. L. Pensado, Salamanca, Universidad, 1970. = **VF, *Colección*** (1746-47, 1751-53, 1760-70).
- *Demonstracion Critico-Apologetica del Theatro Crítico Universal*, 2 vols., Madrid, 1751 [1732] = **DCA** (1732).
- *Discurso Apologético por el arte de rastrear las mas oportunas etimologías de las voces vulgares* (edición y estudio crítico por J. L. Pensado), *Boletín de la Real Academia Gallega* 353-54 (1971-1972), 32-82. O mesmo editor, J. L. Pensado, incluíu esta obra na súa edición dos *Elementos etimológicos* (véxase arriba), pp. 351-419. = **DA, *Discurso*** (1770).

[17] Véxase Mariño 1993, Monteagudo 1997 e 1999, 244-255.

- *Elementos etimológicos según el método de Euclides*. Edición y estudio por J. L. Pensado, s.l., Fundación Barrié de la Maza, 1998. = **EE, *Elementos*** (1766).
- *La Educación de la juventud*. Edición y estudio crítico de J. L. Pensado, Santiago, Xunta de Galicia, 1984.
- *Memorias para la Historia de la Poesía, y Poetas Españoles*. Lugo, Alvarellos, 1988. [Edición facsímile da primeira, Madrid, 1775]. = **MH, *Memorias*** (1741-45).
- *Noticia de la verdadera patria (Alcalá) de el Miguel de Cervantes*. Edición y estudio crítico J. L. Pensado, Santiago, Xunta de Galicia, 1987.= **VPC, *Patria de Cervantes*** (1761).
- *Onomástico Etimológico de la Lengua Gallega* (1758). Edición y estudio por J. L. Pensado), 2 vols., s.l., Fundación Barrié de la Maza, 1999.= **OE, *Onomástico*** (1758).
- *Origen de la voz gallega 'myxiriqueyro'*. Inédito, na Colección Media Sidonia, tomo IX, fols. 240-312. Parcialmente editado en tradución galega en Sarmiento, M., *Sobre a lingua galega. Antoloxía* (ed. H. Monteagudo), Vigo, Galaxia, 2002; 259-69. = **Mix, *Origen*** (1759).

2. BIBLIOGRAFÍA ACTIVA[18]

Aarsleff, H. (1982), "The Tradition of Condillac. The Problem of the Origin of Language in the Eighteenth Century and the Debate in the Berlin Academy before Herder", en Idem, *From Locke to Saussure. Essays on the Study of Language and Intellectual History*, London, Athlone; 146-209.

Allegue Aguete, P. (1993), *A filosofía ilustrada de Fr. Martín Sarmiento*. Vigo, Eds. Xerais.

Alonso Montero, X. (1997), "O Padre Sarmiento, primeiro estudioso da poesía medieval galega, daquela sen exhumar". En *Sarmiento*-ACITFS, vol. II, 67-73.

Filgueira Valverde, J. (1994), *Fray Martín Sarmiento (1695-1772)*. A Coruña, Fundación Barrié de la Maza.

Kremer, D. (1997), "O *Onomástico* de Fr. Martín Sarmiento e a onomástica galega". En *Sarmiento*-ACITFS, vol. II, 15-30.

Lapa, Manuel Rodrigues (1932-33), "Fray Martín Sarmiento e o vocábulo *caritel*", *Boletim de Filologia* 1, 185-198.

[18] ADVERTENCIA: Empregamos a abreviatura *Sarmiento-ACITFS* para remitir á colectánea *O Padre Sarmiento e o seu tempo. Actas do Congreso Internacional do Tricentenario de Fr. Martín Sarmiento* (1695-1995), 2 vols., Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega & Universidade de Santiago, 1997.

Lázaro Carreter, F. (1947), "Los orígenes de las lenguas gallega y portuguesa, según Feijoo y sus polemistas", *Revista de Filología Española* 31, 140-54.

Lázaro Carreter, F. (1985), *Las ideas lingüísticas en España en el siglo XVIII*, Barcelona, Crítica.

López Peláez, A. (1895), *El Gran Gallego. Fray Martín Sarmiento*. La Coruña, Andrés Martínez.

López Peláez, A. (1902), *Los escritos de Sarmiento y el siglo de Feijoo*. La Coruña, Andrés Martínez.

Mariño Paz, R., (1993) "O Padre Sarmiento no seu tempo", *Cadernos de Lingua* 8, 87-100.

Mariño Paz, R. (1997), "Sobre a elaboración do galego escrito polo Padre Sarmiento". En *Sarmiento*-ACITFS, vol. II, 89-119.

Monteagudo, H. (1988), "Portugués e galego nos gramáticos portuguese do quiñentos". En D. Kremer (ed.), *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*. Tübingen, Max Niemeyer; vol. V, 144-157.

Monteagudo, H. (1997), "Martín Sarmiento e o idioma galego no contexto ideolóxico e histórico-lingüístico", *Verba* 24, 7-43.

Monteagudo, H. (1999), *Historia social da lingua galega*, Vigo, Galaxia.

Monteagudo, H. (2002a), "Antigüidade e nobreza, pureza e harmonía da lingua galega. Estudio introductorio". En M. Sarmiento, *Sobre a lingua galega. Antoloxía*, Vigo, Galaxia, 19-86.

Monteagudo, H. (2002b), "Noticia bibliográfica". En M. Sarmiento, *Sobre a lingua galega. Antoloxía*, Vigo, Galaxia, 385-399.

Monteagudo, H. (2002c), "Limiar". En M. Sarmiento, *Catálogo de algunos libros y curiosos*, Noia, Toxosoutos, 7-56.

Pensado, J. L. (1972), "Los estudios gallegos de Sarmiento: su estructura", *Cuadernos de Estudios Gallegos* 27, 149-62.

Pensado, J. L. (1960), *Fray Martín Sarmiento. Sus ideas lingüísticas*. Oviedo, Universidad.

Pensado, J. L. (1971-1972), "Introducción". En M. Sarmiento, *Discurso Apologético por el arte de rastrear las mas oportunas etimologías de las voces vulgares*, *Boletín de la Real Academia Gallega* 353-354, 7-31.

Pensado, J. L. (1984), "Estudio preliminar". En M. Sarmiento, *La Educación de la juventud*. Santiago, Xunta de Galicia, 7-38.

Pensado, J. L. (1987), "Estudio preliminar". En M. Sarmiento, *Noticia de la verdadera patria (Alcalá) de el Miguel de Cervantes*. Santiago, Xunta de Galicia, 7-56.

Pensado, J. L. (1989), "O galego no século da Ilustración", *Grial* 102, 183-98.

Pensado, J. L. (1991), *Galicia en su lengua y sus gentes*. A Coruña, La Voz de Galicia.

Piel, J. (1969), "A propósito de um centenário: O *Onomástico* de Fr. Sarmiento (1768)", *Revista Portuguesa de Filologia* 15, 103-118.

Santamarina, A. (1997), "O Padre Sarmiento, precusor dos estudios románicos". En *Sarmiento*-ACITFS; vol. II, 31-65.

Stiffoni, G. (1973), "La biblioteca de fray M. Sarmiento. Apuntes para la historia de la penetración de las nuevas ideas en la España de Feijoo". En *Homenaje al profesor Carriazo,* 3 vols., Sevilla, Universidad; vol. III, 459-75.

Thomas, G. (1992), *Linguistic Purism.* London & New York. Longman.

3. AUTORES PORTUGUESES E OBRAS EN PORTUGUÉS CITADOS[19]:

Alvarez, Francisco. *Viage y Historia de Ethiopia*, en castelllano. Toledo 1588. [Tamén en Ramusio, *Colección de Viages,* tomo I. Venecia 1613.]

Amato Lusitano (João Rodrigues de Castello-Branco). *Dioscórides*, con las *Enarrationes* de Amato Lusitano, y con las *Annotationes* de Roberto Constantino. León 1558; con figuras. = **Amato.**

—, *VII Centuriae*. Barcelona, 1628.

Barros, Juan de. *Descripção d'Entre Douro e Minho.* [Manuscrito inédito, cítao en VPC apud Diogo Barbosa Machado.]

—, *Décadas*. [Coñéceas só en italiano, apud Ramusio, *Colección de Viages*. Tomo I. Venecia 1613 (5ª reimpr.)]

Bluteau, Raphaèl. *Vocabulario Portuguèz, e Latino*. Coimbra, Lisboa, etc. 1712 y 1721. = **Bluteau.**

Brito, Bernardo. *Monarchia Lusitana.* Parte 1ª, Alcobaça 1597. Parte segunda, Lisboa 1609. La continuación, *Terceira parte* y *Quarta parte* son de Fray Antonio Brandão, y se publican en Lisboa 1632. [Non figura no CA] = **Brito**.

Cancionèyro Geeràl. Coleccion de mas de 120 Poetas Portugueses Antiguos, en Letra Gothica. Lixboa 1516. = **Cancioneiro.**

Carvalho, Antonio. *Chorographia y Topographia de Portugal*, en portugués, por pilas y lugares. Lisboa 1706. = **Carvalho.**

[19] Incluímos soamente as obras e autores portugueses que cita nas obras que tivemos en conta no noso traballo. Damos as referencias que el mesmo ofrece, a maior parte das veces no *Catálogo de los Autores*; en caso contrario, indícase. Simplificamos e adaptamos as referencias para facilitar a consulta. Cando procede, indicamos a abreviación que se emprega no noso texto para remitir á obra correspondente.

Castañeda, Fernan Lopez de. El tomo 1° de su *Chronica*, que solo tiene tres libros. Coimbra 1552.

Couto, Diogo, *Décadas* [Non figura no CA, pero sí na BS].

Faria, Manuel Severim. *Noticias de Portugal* añadidas por Joseph Barbosa. Lisboa, 1740.

—, Su *Vida de Camões* fue publicada entre sus *Discursos varios y políticos*. Evora 1624. [Non figura no CA]

Faria y Sousa, Manuel. *Epítome de las historias portuguesas*. Bruselas 1678. = **F-Epítome.**

—, *Comentos de las Lusíadas*. 4 tomos en 2 volúmenes. Madrid 1639. = **F-Lusiadas.**

—, *Rimas varias de Luis de Camoens*. Lisboa 1685 y 1689 (Non figura no CA). = **F-Rimas.**

—, *Nobiliario* [véxase Pedro, D.]. = **F-Nobil.**

—, *Fuente de Aganipe y rimas varias*. Madrid, 1624-1627. 7 vols. (Non figura no CA).

Machado, Diògo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*, en portugués. Lisboa 1741 y 1759. = **Barbosa.**

Nuñez de Leon, Duarte. *Origem da Lingoa Portuguesa*. Lisboa 1606. = **L-Origem**[20]

—, *Orthographia da Lingoa Portuguesa*. Lisboa 1576. = **L-Orthogr.**

—, *Primeira parte das Chronicas dos Reis de Portugal*. Lisboa 1600. = **L-Chron.**

—, *Descripçaõ dô Reino de Portugal*. Lisboa 1610. = **L-Descrip.**

Pedro, Don (Conde de Barcelos). *Nobiliario*, con notas de Manuel de Faria, y con Juan Baptista Lavaña, Féliz Machado (Marqués de Montebelo) y Alvaro Ferreira. En Madrid 1646. = **F-Nobil.**

Pereyra, Benito, *Vocabulario Latin-Portugues y Portugues-Latin, con Adagios*. Lisboa 1674 = **P-Vocab.**

—, *Ars Grammaticae pro Lingua Lusitana*. Leon 1672. = **P-Ars Gr.**

Pinto, Fernan Mendez, *Historia oriental*. La versión castellana. Madrid 1620.

—, sus *Peregrinaciones* en portugués, con el *Itinerario* de Antonio Teyxeyro, en 1529.

—, la *Conquista de Pegú* por los portugueses. Lisboa 1725. 1 perg. fol.

—, sus *Peregrinaciones y Viajes*, en castellano. Madrid 1620. 1 pasta fol.

Soares da Silva, Joseph, *Joan 1°. Memorias para su Chronica, y para la Historia de Portugal de su tiempo*. Lisboa 1730.

Vigier, Joan, *Historia das Plantas da Europa*, en portugués, con láminas. León 1718. 2 pasta 8°. = **Vigier.**

---

[20] Para o noso traballo, manexamos a edición da *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1983. Na súa *Obra en 660 pliegos* gábase: "Pocos tienen [este]librito, y aun el de sus Crónicas tengo, esos dos y otro de Topographia Portuguesa".

APÉNDICE. A BIBLIOGRAFÍA PORTUGUESA NO *CATÁLOGO DE LOS AUTORES*[21]

/fol. 85r/

LENGUA PORTUGUESA

Bluteau (P^e^. Raphaèl). *Vocabulario Portuguèz, è Latino*. Coimbra, Lisboa, etc. 1712 y 1721. 8 Perg. fol°.

Del mismo Bluteau. Suplemento al dicho *Vocabulario*, y con otros *Vocabularios Portugueses Particulares*. Lisboa 1727 y 1728. 2 Perg. fol°.

Ejusdem. *Prosas Portuguezas*. Dos tomos en uno. Obra curiosa. Lisboa 1728. 1 Perg. fol°.

Ejusd[em]. *Sermoens Panegyricos*. Lisboa 1732 y 33. 2 Perg. fol°.

Ejusd[em]. *Oraculum Utriusque Testamenti*, en Latin. Lisboa 1734. 1 Perg. fol°.

Pachèco (fr. Joaõ). *Divertimento Erudito*. Es una como reduccion del Vocabulario de Bluteau por orden de materias. Lisboa 1734 y 44. 4 pasta fol.

Pereyra (P^e^. Benito). *Vocabulario Latin-Portugues y Portugues-Latin, con Adagios*. Lisboa 1674. 1 Pasta fol°.

Ejusd[em]. *Ars Grammaticae pro Lingua Lusitana*. Leon 1672. 1 Perg. 8ª.

Nuñez de Liaõ (Duarte). *Origem da Lingoa Portuguesa*. Lisboa 1606. 1 Perg. 4°.

Ejusdem. *Orthographia da Lingoa Portuguesa*. Lisboa 1576; 1 Perg. 4°.

Freyre (João Nunes). *Syntaxis*, en Latin, y en Portugues. Lisboa 1671. 1 Perg. 4°.

Anonymo. *Gramatica Portuguesa*, explicada en Ynglés, y con un Vocabulario. Londres 1702. 1 Pasta 8°.

---

[21] Ofrecemos edición dos tres apartados do inventario da súa libraría persoal dedicados especificamente á bibliografía portuguesa: 'Lengua Portuguesa' (fol. 85r), 'Historia de Portugal' (fols. 144r-145r) e 'Poetas Portugueses' (fol 201r). Véxase *Catálogo de los Autores de quienes yo fr, Martin Sarmiento Benedictino tengo ad usum, ô todas sus obras, ò parte de ellas, ò algun como suelto y separado*, manuscrito autógrafo, na Real Academia de la Historia (Madrid), 9/1829. Mantemos a ortografía do orixinal.

/fol. 201r/

POETAS PORTUGUESES

Cancionèyro Geeràl. Coleccion de mas de 120 Poetas Portugueses Antiguos, en Letra Gothica. Lixboa 1516. Son 114 pliegos. Colector Garcia de Reesende. Este cancionero, y de esta impresión, es Libro Rarissimo, y que no tiene precio; y es evidente por la encuadernación en tafilete, el dorado y las Armas, que ha sido del Conde Duque. 1 Tafilete fol°.

Resende (Garcia de). En su *Chronica de D^n^. Juan 2° de Portugal,* pone a lo último muchas Poesías. Evora 1554. 1 Perg. fol°.

Pirez (Sebastian). *Poesias Varias y Tragedias Sagradas.* Letra Gothica. Oporto 1557 (muy ajado). 1 Per. 4°.

Camões (Luys). El texto sólo de las *Lusiadas,* 10 cantos. Lisboa 1609; 1 Perg. 4°.

Item. Sus *Lusiadas,* con el comento de Manuel Correa. Lisboa 1613. 1 Perg. 4°.

Item. Sus *Rimas,* 1ª parte. Lisboa 1614. Y la parte 2ª, 1616; y alli sus dos *Comedias.* 2 Perg. 4°.

D'andràda (Francisco). *Poema en 20 Cantos del Primero Cerco de Diü.* Coimbra 1599. 1 Perg. 4°.

Bernardez (Diego). *Poesias varias.* 1 Perg. 8°.

Saà de Soutomayor (Eloyo). *Jardim do Ceo.* Poesias Varias Sagradas. Lisboa 1607. 1 Perg. 4°.

Anonymo. *Poesias y Noticias y Certamen etc.* En Lisboa, por los años de 1730. 1 Pasta 4°.

Camoens (Luis de). *Lusiadas,* con el comento de Manuel Faria de Sousa. 4 tomos en dos volúmenes, raros. Madrid 1639. 2 Perg. fol°.

/fol. 144r/

HISTORIA DE PORTUGAL

El Conde D^n^. Henrique; Alonso I°, Rey de Portugal; Sancho I°, Alonso II°, Sancho II°, Alonso III°, Dionysio, Alonso IV°, Pedro I°, Fernando. Compendio de las Chronicas de estos Reyes, que es la 1ª parte de Duarte Nuñez de Liaõ. Lisboa 1600. Raro, en portugués. 1 Perg. fol°.

Alonso IV°. Ruy de Pina sacó la Chronica de Alonso 4°; y la imprimio entera, en Portuguès, Pedro Maris. Lisboa 1653. 1 Perg. fol°.

Joán I°. Memorias para su Chronica; y para la Historia de Portugal de su tiempo, por Joseph Soares da Sylva. Lisboa 1730. 4 Perg. fol°.

Joan II°. Su Chronica o vida, por Garcia Resende. Ebora, año de 1554. Siguense las coplas del mismo Resende; y entrada de Dn. Manuel en Castela; y ida de la Ynfanta Dª Beatriz a Saboya. 1 Perg. fol°.

Manuel. Geronymo Osorio escribio su vida en Latin, y en 12 libros. Anda en el tomo 1° de las obras todas de Osorio, y aquí á parte. Colonia 1568. 1 Perg. fol°.

Joan III. Su Chronica en 4 partes, por Francisco D'Andrada. Lisboa 1613. 1 Perg. fol°.

/fol. 144v/

Castañeda (Ferna Lopez de). Los tres primeros libros de los diez de la Historia de los Portugueses en el Oriente, en Portuguès. Coimbra 1552. Raro. 1 Perg. fol°.

Ataide (Dn. Luys de). Historia de la India desde 1568, en tiempo del Virrey Luys de Ataide, por Antonio Pinto Pereyra. Coimbra 1617. 1 Perg. fol°.

Gouvèa (fr. Antonio de). Jornada, Vida y Concilio de Dn. Alexo Meneses, Arz° de Goa, en Portugues. Coimbra 1606. Raro. Está el Concilio o Synodo Diocesano de Angamale de los Christianos de Sto. Thomé, el año 1599. Tengo tambien esta obra traduzida en Francès; y nuevamente en Latin, por Raulins. 1 Perg. fol°.

Alvarez (Francisco). *Historia de la Etiopia*. Tengo la version castellana. Toledo 1588; 1 perg. 8°.

Pinto (Fernan Mendez). *Historia Oriental.* La versión castellana. Madrid 1620. 1 pasta fol.

Ferreyra (Alexandro). *Memorias dos Templarios*, para la Historia del Orden de Christo, en Portugues. Lisboa 1735. 2 Perg. fol°.

Contador (Geronymo Contador de Argote). *Memorias para la Historia Ecclesiastica de Braga.* 5 tomos en todo, y es obra completa, porque tiene los ocho pliegos, desde la pag. 847 asta 880, de el tomo 1°, parte 2ª. Esos 8 pliegos se imprimieron contra voluntad de los superiores, pero no se repartieron. Los 4 tomos en Portugues, el 5° Latin-Portugues; y trata de las Antigüedades del Convento Bracarense. Todos Lisboa 1732 y 47. 5° Pasta fol°.

Faria (Manuel Severim de). *Noticias de Portugal* añadidas por Joseph Barbosa, con Monedas Gothicas. Lisboa, 1740; 1 Pasta fol.

Faria de Sousa (Manuel). *Epitome de las Historias Portuguesas*. Bruselas 1678; 1 Perg. fol°.

Castañeda (Fernando Lopez de). El Libro 3° solo de su Historia ya puesta; faltan 4 libros, en Portugues. Coimbra 1522. 1 Perg. folio.

/fol. 145r/

Pinto (Fernan Mendes). Sus *Peregrinaciones* en Portuguès, con el *Itinerario* de Antonio Teyxeyro, en 1529; y la *Conquista de Pegu* por los Portugueses. Lisboa 1725. 1 Perg. fol°.

Meneses (Dn. Luys), Conde de Erizeyra. Historia de Portugal restaurado. Lisboa 1679 y 98. 2 Pasta fol.

Juízos explícitos e norma linguística nos gramáticos portugueses quinhentistas

Maria Helena Paiva
Universidade do Porto

Haverá, nesta comunicação, duas coordenadas: uma tem carácter metodológico e, visando os objectivos da pesquisa, equaciona os problemas directamente relacionados com a constituição da norma, fundamenta as opções realizadas e ilustra o seu alcance e os seus limites por recurso a exemplos precisos. A outra explora uma parte dos dados obtidos, pondo em destaque alguns juízos conclusivos.

No plano metodológico, as premissas mais fortemente condicionantes de todas as opções foram as que passo a referir, do modo mais sintético possível:

1° - Nenhuma língua é uniforme e a variação é-lhe inerente.

2° - A mudança linguística passa pelo jogo entre variantes concorrentes; daí que rejeitar a variação seja eliminar uma componente essencial para a compreensão da mudança.

3° - Há factores intralinguísticos, estruturais e funcionais, que se projectam na concepção de que na sincronia se combinam estabilidade e movimento; por outras palavras, todas as sincronias são dinâmicas, variando contudo os ritmos de mudança.

4° - A língua não existe independentemente do para que e do como da sua existência; ela é constantemente plasmada pelos usos que são eles próprios o reflexo do real histórico e social, variável ao longo do tempo; como disse Fernão d'Oliveira em 1536: as línguas "sempre se conformão cõ os conceitos ou entenderes, juyzos & tratos dos homens"[1].

---

[1] *Gramatica da lingoagem portuguesa.* Lisboa, 1536, p. 50, 4-5. A menos que o facto seja explicitado, todas as citações dos "gramáticos" são feitas a partir de Paiva, M. H. P. N., 2002, vol.

5º - Na língua projectam-se os comportamentos sociais de que ela é o instrumento. Por isso, a hierarquização de variantes, ou seja, o facto de a algumas se associarem juízos que tendencialmente ou de facto são juízos de valor, constitui um facto decisivo para a constituição de um padrão unificador.

Seleccionar estes princípios equivale a reconhecer o peso decisivo que tiveram nas minhas concepções linguísticas, na minha pesquisa e na docência de *História da Língua Portuguesa,* duas obras: a primeira, de André Martinet, *Économie des Changements Phonétiques* (1955), em que "pela primeira vez o estruturalismo ortodoxamente sincrónico é articulado com a evolução, construindo-se uma pesquisa que se caracteriza pela coerência e pela coesão entre as diversas premissas da teoria e pela confirmação empírica desta, colhida em evoluções históricas concretas." [2] A segunda, de William Labov, pelas consequências profundamente inovadoras da observação directa de mudanças fonéticas em curso, a que se ajusta ou que desencadeia a concepção manifestada desde os primeiros inquéritos em Martha's Vineyard, e testada e desenvolvida nas pesquisas sobre o inglês de Nova Iorque e o de Filadélfia, de que "the linguistic behavior of individuals can only be understood through a knowledge of the communities of which they are members."[3] A concepção da actividade linguística como comportamento social que condiciona a integração num grupo ou num sub-grupo, os diversos graus de consciência da variação e da mudança, o papel dos juízos de avaliação subjectiva no que concerne à expansão e recessão de usos – estes aspectos constituem alguns dos pontos fulcrais das pesquisas de Labov, e conferem-lhe um lugar imprescindível numa interrogação sobre a constituição do padrão linguístico e sobre as relações entre este e os juízos metalinguísticos que os gramáticos explicitam.

Se, em consonância com os princípios que comecei por formular, se pretende criar as condições para que seja possível delinear o panorama movente de um período, é necessário que esse período seja relativamente extenso de modo a acusar o carácter gradual da mudança; é necessário também que os inventários sejam suficientemente amplos para poderem ser considerados representativos; por outras palavras, é necessário eleger um *corpus* que possa

---

II, *Pré-edições,* onde é conservada a referenciação das edições príncipes; e dizemos a partir de, porque nas actuais citações, adaptámos os critérios gráficos aí aplicados ao código geral disponível em computador, motivo por que o til é anteposto à letra que representa a vogal, quando o seu uso é indispensável (assim, *h~ua, alg~ua, m~i* OGR 71 7).

[2] Paiva, M.H.P.N., 2002, Vol. I, *Objecto e Método,* p.10.

[3] Labov, W., 2001, p. 222.

ser esclarecedor relativamente a esta problemática e é necessário submetê-lo a tratamento informático, uma vez que a delimitação da variação e da mudança só são possíveis, mediante a determinação simultânea do que é fixo e estável.

Não constituindo um fim em si, mas um meio, o tratamento informático tem de ser adequado aos objectivos da pesquisa; quando tal não acontece, ou é abandonado, ou são adoptados processos que compatibilizam o instrumento com os fins em vista. Nascido recentemente e, como produto histórico que é, reflectindo o lugar e o tempo em que nasceu, quando comecei a trabalhar neste assunto, em 1980, o computador não se encontrava adaptado às necessidades de representação gráfica do português e muito menos do português quinhentista: nem maiúsculas, nem <ç>, nem acentos, nem til, nem alógrafos posicionais; os teclados tinham então sotaque inglês e foi necessário criar códigos que, por recurso aos símbolos disponíveis nessa altura, como os algarismos e sinais de utilização matemática, retivessem as particularidades gráficas consideradas pertinentes; estas versões foram facilmente convertidas nos sinais gráficos correntes, quando estes surgiram. Um segundo feixe de obstáculos resulta de os programas correntes assentarem na estandardização das formas, o que permite a adopção, em larga medida, de critérios de previsibilidade e consequente lematização automática de formas; ora, desde a primeira fase da investigação constatou-se que muito do que tradicionalmente era considerado irrelevante, tinha a sua razão de ser e devia ser mantido: por exemplo, as grafias em que se projectam as mentalidades e o debate renascentista, a separação ou reunião de segmentos gráficos, em parte dependente de factores semânticos[4]; ao mesmo tempo, ia-se adensando a consciência da necessidade de reter a variação, e foram-se depreendendo algumas relações entre variação e mudança; isto exigiu que estas dificuldades fossem identificadas desde a fase inicial, e se previsse desde então o modo como seriam superadas, o que tornou necessária a produção de programas informáticos específicos, que devo ao Centro de Cálculo da Faculdade de Engenharia do Porto.

O tratamento informático foi exaustivo para Fernão d'Oliveira (1536) e João de Barros (1539-40) e realizado por amostra aleatória ampla (um quarto de cada texto) para P. Magalhães de Gândavo (1574) e D. Nunes de Leão (1576 e 1606), num total de 65 766 ocorrências, das quais 73,1 % na primeira sincronia

[4] Foi a adopção de um critério maximamente fiel à materialidade do texto impresso que me permitiu tratar de questões como a "Variação e evolução da palavra gráfica": Paiva, M.H.P.N., 2002, IV, *Conclusões*, pp. 2-21.

e 26,8 % na segunda (Ver Anexo 1). Visou-se produzir um *Índice de Vocábulos* que viria a apresentar, organizadas e quantificadas, as ocorrências do *corpus* e de que se dá uma amostra no Anexo 6.

Nesse *corpus* é necessário distinguir diversos estratos, que veiculam diferentes tipos de informação: o estrato que apresenta maior extensão é aquele em que a língua é usada como instrumento de comunicação, para falar de realidades muito variadas, incluindo a própria língua; assim, quando Fernão d'Oliveira escreve: "O Estado da fortuna pode cõceder ou tirar favor aos estudos liberais" (GR. 7 16-17). Ou ainda:"E é manifesto que as linguas Grega & Latina primeiro forão grosseiras: & os homens as poserão na perfeição que agora tem" (GR 7 32 – 8 2).

Mesmo quando as exigências específicas do discurso gramatical complementam o uso de meios comuns de expressão com a nomenclatura própria da actividade metalinguística, estes termos inserem-se neste estrato mais geral: assim, no passo seguinte, Barros usa o termo "conjunção", que faz parte da terminologia gramatical, mas nada mais distingue todos os restantes elementos da frase: "SE ouvessemos de tratár de quantas espécias hy á de conjuncám, seria curiosidáde enojósa aos ouvintes" (BGR 33R 20-21). Nestes casos, a simples indicação do número de ocorrências é elucidativa. Este estrato funciona como amostra representativa do português culto entre 1536 e 1606; a organização sistematizada da massa linguística dos textos, perspectivados enquanto testemunhos da língua coeva, facilitando a consulta, possibilita quer o exame global, quer a observação comparativa com outros testemunhos linguísticos.

Há contudo uma dimensão inerente ao discurso gramatical perceptível quando (e cito apenas os dois primeiros gramáticos) Fernão d'Oliveira diz: "Gramatica é arte que ensina a bem ler e falar" (GR 11 12), no que é corroborado por João de Barros, para quem Gramática "é h~u módo certo e justo de falár, & escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos" (GR 2R 8-10).

Não é provável que, ao produzir o texto, mesmo relativamente a este estrato, o autor se esqueça de que a sua autoridade enquanto gramático ou ortógrafo depende em parte de assumir ele próprio um "modo certo e justo de [...] escrever"; a expectativa dos receptores do texto é com certeza a de que este se encontre em coerência com os propósitos que a definição de "gramática" contém, ou seja, que ele constitua um modelo de boa linguagem. Nesta medida, o dizer de que resulta este estrato do texto é já também um fazer, "performativo implícito" segundo a designação de Austin[5], que o define como o conjunto do que é

[5] Austin, J., (1962), 1970, p. 57 e sgs.

tacitamente aceite. Só que, nos anos 1536-1540, a questão não pode pôr-se como nos nossos dias, em que o próprio conceito de língua oficial coincide com o de norma, enquanto variedade linguística prestigiada e prestigiante, de contornos nitidamente delimitados, com zonas de flutuação escassas e geralmente apenas toleradas, variedade esta a que se ajustam os atributos de unidade e fixidez que Saussure incluía no seu conceito de "língua", por oposição à "fala".

A comparação entre os desempenhos linguísticos de Fernão d'Oliveira e de João de Barros apresenta, como seria de esperar, uma vasta área de identidades; mas surpeende a amplitude das diferenças. Parcialmente explicadas pelo conceito de "tempo aparente" desenvolvido por Labov, visto que, sendo 11 anos mais velho que Fernão d'Oliveira, João de Barros transmitiria uma imagem mais antiga da língua? A hipótese deverá manter-se, mas são várias as razões por que não creio que chegue a ser realmente produtiva. Embora só o exame sistemático dos idiolectos de Oliveira e de Barros permita depreender coordenadas dominantes na divergência de usos, é possível afirmar que, excepto relativamente à variação que se situa no âmbito da relatinização, e que é muito mais ampla do que pode parecer à primeira vista, são quase sempre as variantes usadas por Oliveira, não as usadas por Barros, aquelas que prevaleceram e que por isso se encontram no português padrão contemporâneo. Isto quer dizer que, embora seja previsível que cada um adopte usos tidos por bons ou neutros, a língua, enquanto ponto de partida, apresenta zonas de flutuação ou de permissividade; por outro lado, se o texto, enquanto emanação da autoridade do gramático, funciona como prova de legitimidade, o efeito de unificação de usos é apenas relativo.

Designo por isso de norma latente a variedade linguística tal como que se reflecte neste estrato dos textos e para a constituição da qual eles próprios contribuem, na medida em que desencadeiam processos de imitação não necessariamente conscientes ou pelo menos não plenamente conscientes.

Mas, se o peso deste estrato textual na constituição da norma é justamente um dos aspectos que se trata de avaliar, ele dispensa a crítica do testemunho, enquanto espécime da língua coeva; o seu valor de verdade só pode ser diminuído no percurso que medeia entre o manuscrito de Autor e a obra saída da casa de imprensa. A este título, ele é um elemento de comparação plenamente válido para a reconstituição do todo que é a língua portuguesa da época, o que tem como consequência, no plano da estatística, que o número de ocorrências de determinada forma, a presença ou ausência de uma variante em determinado autor falem por si, sem que seja útil qualquer outra informação, para além da localização das ocorrências no contexto próximo e na parte da obra.

Em relação ainda à diversidade de informação veiculada pelos diferentes estratos do discurso gramatical, referirei rapidamente, porque isso é indispensável para a compreensão do que vai seguir-se, que distingui diversos "modos de ocorrência metalinguística", assinalados por convenções que marcam as respectivas ocorrências no *Índice de Vocábulos*, e que foram reunidas no Anexo 2.

Destes tipos de ocorrência, os que mais de perto se relacionam com a crítica do testemunho e com a norma linguística são:

MT5 - a referência autonímica ou seja, os elementos que são objecto de descrição ou análise, e que se caracterizam, no plano semântico,por serem "signos de signos" e no plano sintáctico, por se inserirem no contexto como substantivos, sejam quais forem as classes de vocábulos a que pertencem, enquanto elementos da língua[6]: Ex.: "eu", neste contexto: "Esta parte, eu, se chama, Pronome" (BGR. 15r 13-14).

MT1 - a exemplificação que cria o contexto da forma descrita: assim, depois de Á ter sido descrito como "articulo" que se "ajunta" a "alguns nomes femininos", a forma é inserida na frase: "Á vossa geração se deve esta honra." GRE 25 9-10)

MT4 - as formas ou sequências apresentadas na sua relação formal com aquelas que são objecto de descrição, excluindo-se do conteúdo de *formal* os planos da sintaxe e do estilo; o esquema comporta formas ou sequências irreais, como "amaloiamos por amariamos o" (OGR 63 19)

MT6 - a inserção em paradigma: assim, as 6 ocorrências de rainha, no singular da "Primeira declinaçám" do nome: "Nominativo – a rainha, Genitivo – da rainha" etc – BGR 13r 7- 11).

As ocorrências deste tipo integram-se no discurso gramatical propriamente dito e como tal, distinguem-se das ocorrências do estrato de base (que considerei situados no plano da norma latente), porque, no plano da selecção, decorrem de operações que, exercendo-se no eixo paradigmático, as extraem de conjuntos cujo princípio agregador é um aspecto isolado pela análise do todo que é a língua. Por isso, elas constituem, a par de um *subcorpus* de frequência relativo ao estrato de base, um *subcorpus* de disponibilidade, motivo por que o número destas ocorrências deve distinguir-se do número das ocorrências não metalinguísticas, só ele elucidativo da frequência das palavras do léxico e da gramática.

---

[6] Rey-Debove, J., 1978: "Le signe autonyme, quel que soit son signifiant, est un nom"(p. 64); "signe de signe" (p. 36, etc), [il est] "un signe du métalangage désignant (signifiant) le signe du langage qui est son homonyme, et qui a une partie de son signifié en commun." (p. 132).

Ao mesmo tempo, o todo de que são extraídas constitui uma variedade de língua que o gramático ou o ortógrafo considera digna não apenas de ser estudada mas de ser aprendida, visto que um propósito pedagógico é quase constante nas obras constitutivas do *corpus*[7].

Da imagem veiculada por estes estratos metalinguísticos em sentido estrito emana, em grau variável, o que designo de norma patente de grau 1.

Os juízos explícitos, embora de carácter metalinguístico, constituem um estrato específico: eles verbalizam caracterizações estabelecidas pelos gramáticos, transmitem a determinado elemento linguístico um atributo, que a maior parte das vezes se prende à esfera dos conteúdos deônticos de 'dever' (Cf. Campos, 1998, p. 158 e sgs), ou à dos "valores [...] possibilidade, permissão" de 'poder' (Idem, 273 e sgs); estão-lhes subjacentes valores conotativos: as formas que os suscitam evocam circunstâncias particulares de uso. Estes juízos (agrupados no Anexo 3) foram retidos por duas ordens de razões.

A primeira ordem de razões pertence ao âmbito do necessário: a simples quantificação da variação, a observação do número de ocorrências das variantes e a relação destas com a mudança conduziria a interpretações erróneas se não fossem retidos os juízos que o gramático emite no contexto próximo.

Justifico a afirmação anterior com a exposição de duas situações-tipo.

Ao português actual *até*, corresponderam, no português anterior ao período em estudo, *ata, atá, atas, ataes, até, atees, at~ees, té.* Esse amplo leque de variantes restringe-se a duas no *corpus: té* e *até*, como pode constatar-se no Anexo 5, que consiste numa montagem realizada a partir do *Índice de Vocábulos:* aí encontram-se reunidas todas as ocorrências: as que figuram sob o lema *até* e as que fazem parte de lexias complexas integradas sob outros lemas.

Constata-se um total de 33 ocorrências, assim distribuídas: 12 ocorrências de *té*, 21 ocorrências de *até*; na segunda sincronia, Leão usa sempre e unicamente *até*, como hoje; na primeira sincronia, Oliveira usa *até* (8 ocorrências), com uma única excepção (1 ocorr. de *té*) em contraste com Barros, em que o panorama se inverte: Barros usa *té* (11 ocorrências), também com uma única excepção (*até*: 1 ocorr.).

---

[7] A *Gramática* de Oliveira é indissociável da sua actividade de preceptor, como é claramente dito na "Dedicatória", actividade esta que o processo inquisitorial confirma, designadamente em relação aos filhos de João de Barros (H. Lopes de Mendonça, 1898, pp. 111,112,120), o primeiro português cuja *Gramática* se insere num projecto pedagógico global, cuja dominante é a defesa da necessidade de que o ensino do português preceda o ensino do latim; o objectivo claramente assumido das *Regras* de Gândavo é o ensino; a *Ortografia* de Leão não se dirige a um público jóvem, mas a "homens" que "na policia, & arte das palavras mostrão ser superiores" (5- 13), com o que deve harmonizar-se a maneira como escrevem.

A interpretação dos números conduziria à conclusão de que a mudança se encontra provavelmente consumada na segunda metade do século (provavelmente, porque a palavra não está documentada na amostra de Gândavo); quanto à primeira sincronia, Oliveira prefigura o rumo da mudança, mas ocorre ainda a forma que será eliminada, enquanto em Barros a forma quase constante é a forma que virá a desaparecer, embora ocorra excepcionalmente a forma que virá a impor-se.

Um índice é feito para ser consultado com segurança, de tal forma que a informação que ele faculta seja suficiente para o levantamento de hipóteses consistentes, para a comprovação de hipóteses relativas a fenómenos precisos e para a construção do panorama linguístico amplo de um período. As idas aos textos, quebrando a visão de síntese, devem manter-se fortemente excepcionais. A quantificação não pode ser falseante. Assim, as afirmações que fiz anteriormente sobre *té* ~ *até* têm de ser substituídas por esta: não está documentada variação interna aos idiolectos dos dois primeiros gramáticos, e pode dizer-se simplesmente: Barros usa *té,* Oliveira *até.*

De facto, a única ocorrência de *até* em Barros é um exemplo de um tipo particular de "barbarismo", fenómeno definido pelo próprio Barros como "vicio que se comete na escritura de cada h~ua das partes, ou na pronunciaçã" (GR 34r 10-11), como é o caso da "Prosthesis, que [...] quer dizer, acreçentamento: cometese este vicio quando se acrecenta alg~ua letera ou syllaba ao principio de qualquer diçã: como, quando dizemos, *a té qui* por *té qui,* acrecentando a letera , *a.* " (GR 34v 2- 5). Por isso ela foi assinalada no *Índice*, com a abreviatura de "barbarismo", que elimina a possibilidade de erro de interpretação.

Quanto a Oliveira, o texto elucida-nos claramente sobre a diversidade de usos, a preferência do Autor e até sobre a sua atitude descritiva: "como de caminho quero dizer deste averbio *até* [...] : algh~us o pronuncião cõforme ao costume da nossa lingua que he amiga d"abri" la boca: & danlhe aquella letra *.a.* que digo no começo: mas outros lhe tirão esse *a* e não dizem *até*: mas dizem *té*, não mais, começãdo em *.t.* Antre os quaes eu contarey três não de pouco respeito na nossa lingua: antes se há de fazer muyta conta do costume de seu falar & são estes. Garcia de resende em cujas obras o eu li no Cancioneyro portugues que elle ajuntou & ajudou. E Joam de Barros ao qual eu vi afirmar que isto lhe parecia bem: e a mestre Baltasar[8] com o qual falãdo lhe ouvi assi

[8] Cuja opinião Oliveira muito preza, como tinha dito antes, a propósito da variação *convém a saber ~ como vem a saber*: "Como neste vocabulo convem a saber. Ao qual podemos dividir & dizer. Como vem a saber. Porque assi o ouvi pronunciar poucos dias há no pulpito ao muyto reverendo padre mestre Baltasar da ordem do Carmo: cuja lingua eu não tenho em pouco antr"os portugueses" (GR 31 15-20).

pronunciar este averbio que digo sem *a*, no começo & com tudo a mi me parece o contrayro: & ao contrairo o uso dandolhe . *a* . no começo: assi como damos a muitas dições segundo fica dito." (OGR 47 10-17).

No passo anterior, todas as ocorrências de *até* foram assinaladas como metalinguísticas autonímicas (MT5). Foi esta a única anotação usada para *té*, porque Oliveira não a considera propriamente rara, nem chega a condená-la, nem a preconizá-la. Mas é fora de dúvida que a sua preferência vai para *até* que, como tinha dito no contexto anterior à citação, no plano lexical, se integra no "costume bem ameudado antre nos" (47 5-6) de iniciar palavras por um *a-* de significado impreciso[9] e, no plano fonético, se harmoniza com a preferência por articulações abertas, que interpreto como uma referência à densidade, no português quinhentista, de vogais claramente audíveis, (ainda que este *a-* seja uma vogal átona fechada, como o fonema inicial de Alemanha, um dos exemplos de "a pequeno" que ele próprio dá (OGR 12 24)). Assim, não obstante as três autoridades que cita, a sua opinião é outra, apresentada a título pessoal, o que lhe retira carácter peremptório: "& com tudo a mi me parece o contrayro"[10].

A segunda das situações em que a retenção dos juízos dos gramáticos é indispensável para a interpretação adequada da quantificação envolve o tempo e a mudança linguística que ao longo dele se processa: formas correntes na primeira sincronia e aí integradas no estrato de base que considerámos constituir a norma latente, são rejeitadas por Duarte Nunes de Leão e substituídas por outras, hoje incluídas no português padrão, por exemplo, entre muitas outras, *acupar* e *rezão*, que são "emendadas" para *occupar* e *razão* (LRT 69v e sgs).

A inclusão da primeira série de variantes no *Índice* significaria que elas fazem ainda parte do idiolecto de Leão, quando se trata exactamente do contrário. A informação, de importância primordial para a identificação da mudança perder-se-ia, se os juízos que acompanham as formas não fossem retidos; mas mais do que isso, o esquema de avaliação em que as formas se integram confere-lhes um lugar próprio na história da constituição da norma, como veremos na segunda parte desta comunicação.[11]

---

[9] Surgem assim numerosas variantes iniciadas por *a-* inicial instável; restringindo o exame às primeiras 26 páginas do *Índice de Vocábulos*, aí estão atestadas: *abastar ~ bastar*, *abastecer ~ bastecer*, *abreviatura ~ breviatura* , *acostumado ~ costumado*, *acostumar ~ costumar*, *afrautar ~ frautar*.

[10] O excerto pode servir de exemplo da atribuição da abreviatura de "preferível", a que nos referiremos aquando da codificação dos juízos explícitos, e que afecta uma das ocorrências (47 15), a mais próxima de um dos contextos em que este ponto de vista se manifesta.

[11] Ver págs 292-293.

Finalmente, e ainda relativamente ao tempo, o registo dos juízos explícitos é indispensável para identificar sobrevivências e determinar os condicionalismos que as favorecem; há variantes cujo uso entra em contradição com o que é preconizado, mas que não chegou a eliminar completamente formas consolidadas pelos hábitos individuais: Leão condena *rezão*, forma corrente na primeira sincronia, única usada por Oliveira, e ainda hoje frequente na linguagem popular, pelo menos de Entre Douro e Minho, e que na linguagem culta primeiro, na linguagem corrente depois, acabou por ser substituída pela forma relatinizada *razão*; mas, apesar da condenação explícita, a variante rejeitada não deixa de imiscuir-se no seu discurso, o que é sem dúvida facilitado por a forma figurar numa expressão fixa: sobre as letras que "se dobrão nas dições per natureza das palavras" (38v 6-7) afirma Leão que "não se pode dar *rezão*" (38v 14).

Em casos deste tipo, o computador, contando bem (que é uma das coisas que ele melhor faz, como o seu nome indica), produziria números falseantes.

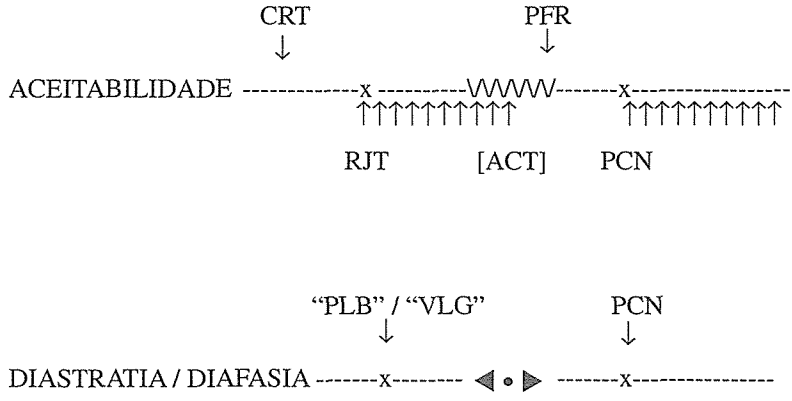
A segunda ordem de razões não é já a necessidade, mas a utilidade das notações: elas diminuem a opacidade da estatística nua, traçam vias de acesso ao conhecimento na grande massa de informação que um *Índice de Vocábulos* constitui e, embora não sejam o único nem talvez o mais importante meio de informação, através delas atingem-se, esclarecem-se ou matizam-se questões nucleares, em que especifico: a atitude face à língua, em conexão com o que é, para o gramático, uma língua; a relacionação entre as formas sobre as quais emite juízos e fenómenos gerais, tendências ou factos da língua; a concepção da variação como universal ou como desviante relativamente a uma variedade linguística tida por melhor; o conceito de evolução enquanto facto permanente e inelutável ou como corrupção. E não é raro que haja incongruência entre a integração numa escala de valores das formas sobre as quais se ajuíza e afirmações gerais que frequentemente são lugares comuns na época, ou heranças que vêm de longe, como quando Barros, no *Diálogo em Louvor da Língua Portuguesa* (é o Filho que fala), citando Cícero, afirma que "Nas palavras não á cousa tam áspera que o uso nam faça brãdo e suave" (BDL, 56v 24 –57r 1), afirmação esta que encontra eco em Leão, para quem também "o uso tudo vem amollentar" (LRT 52v 9). Não se interrogam, nem um nem outro, sobre usos que, desembocando no presente, constituem o prolongamento e a conservação do passado, ou seja, casos em que o padrão é conservador, e usos recentes em fase de expansão, como acontece com formas recentemente importadas do latim ou a que foi restituída a forma mais próxima do latim: não é efectivamente o uso que as legitima, mas o tipo de locutores-escreventes que as usam.

Uma última razão tem de ser invocada relativamente à necessidade ou utilidade da notação dos juízos explícitos: no que se refere à crítica do testemunho, as formas por eles afectadas distinguem-se daquelas que constituem o que designei de primeiro estrato do discurso gramatical, cuja informação é sempre verdadeira; agora, a informação é verdadeira na sua relação com o agente da caracterização, mas o valor de verdade relativamente ao objecto em que incidem pode ser maior ou menor, devendo ser sempre sujeito a caução; quando é sobre o eixo de legitimidade que se situam os juízos, a opinião expressa é da responsabilidade de quem a exprime, podendo à partida ser mais ou menos generalizada; nestes casos, ela informa também sobre as concepções do autor e sobre o seu papel na constituição da norma.

Reconhecida a necessidade ou a vantagem de reter os juízos explícitos, foi estudada a possibilidade de os codificar com a objectividade indispensável; sempre que o texto não era suficientemente claro, foi omitida a notação do juízo, mas como estas ocorrências são sempre metalinguísticas autonímicas, usou-se a convenção MT5, que as distingue, enquanto formas-objecto da comunicação, das formas-instrumento.

Os juízos em conexão mais directa com o problema da norma foram seleccionados; as relações que entre eles se estabelecem configuram eixos, que no seu conjunto estruturam o que designo de <u>norma patente de grau 2</u>; esse conjunto é representado na figura seguinte:

```
                    ARC  VLH
                     ↓    ↓
TEMPO               ----x--------x--------------//x////////
                    ↑↑↑
```



As notações relativas à diatopia, à amplitude de uso e ao tempo, definem-se negativamente em relação a um vazio nocional.

A inexplicitude deste ponto de referência é total no eixo da diatopia: não são nunca referidos nos textos um ponto ou uma área geográfica de que emane um uso tido por melhor, nem é seleccionada uma forma que o ilustre, mas são apontadas formas marcadas pela sua especificidade desviante; só Entre Douro e Minho e a Beira são detectados como regiões identificadas por traços individualizantes. Em 41% dos casos, a notação combina-se com *próprio de velhos* e em 17,6% com *antigo*, ou seja, num total de 58, 8 % dos casos, o gramático tem a consciência de que inovações surgidas num ou em vários núcleos de irradiação linguística não atingiram essas zonas.

No que se refere ao tempo, o ponto de referência, implícito, é o presente do locutor-enunciador: as formas próprias do presente são aquelas que são tão comuns que não se dá por elas, aplicando-se-lhes aquilo que Oliveira afirma das "dições usadas": elas são "próprias do nosso tempo [...] e quem não usa delas é desentoado, fora do tom e musica dos nossos homens dagora" (GR 52 9-11); é em relação à língua que reconhece como sua e dos seus contemporâneos que certos usos são especificados como recentes: o gramático só o reconhece relativamente a elementos do léxico: em 72,7% dos casos, estes neologismos são simultâneamente declarados como *importações*, quer se trate de importações ao latim - "muitos [vocabulos] novamente usurpados dos Latinos, como "*splendido, arrogante, comodo, accomodar, deliberar* [...] que hora não ha trinta annos se não usavão" (LRI 26 1-5) - quer se trate de importações a línguas exóticas: "E agóra da conquista de Asia, tomamos, *chatinár*, por mercadejár, *Beniága* por mercadoria, *Lascarim* por hómem de guerra" (BDL 56r 24-56v 2).

Por isso foi colocada entre parênteses a abreviatura de "importado": só o factual justifica que essa notação seja integrada no eixo do tempo; em matéria de historiografia da linguística, não é contudo irrelevante a mais fácil percepção de inovações no plano do léxico; por outro lado, é de notar o carácter não purista e não conservador da norma patente neste tipo de juízos, visto que nem a importação de termos de línguas exóticas nem o neologismo são associados a juízos de não aceitabilidade.

Os usos que deixaram de ser actuais são situados ora num espaço de malha larga, quando o período de vigência não é especificado (ANT) ora de malha estreita, quando são situados no passado remoto (ARC) ou no passado recente, no sentido de estarem ausentes dos idiolectos de um grupo social de referência, indeterminado, mas poderem ainda ser ouvidos na boca de velhos (VLH).

A amplitude de uso é o aspecto que menos interessa os gramáticos: são escassas as notações de que uma forma é rara ("*mi*, algh~us o acabão co esta letra til, assi: m~i" – OGR 71 6-7), mas é evidente o interesse da informação relativamente à variação e a evoluções em curso. O ponto central do eixo é ocupado pelo juízo de que uma forma é *corrente,* que figura no esquema entre parênteses rectos, porque foi retido uma única vez e só a referência, no contexto imediato, a um uso inovador considerado preferível, explica a utilidade dessa informação: é apesar de se tratar de uma forma de uso generalizado que Oliveira defende uma outra forma: " Ao .x. nós lhe chamamos çis, [COR] mas eu lhe chamaria antes *xi,* [12] porque assi o pronunciamos na escritura" (OGR 18 12-13).

Os eixos seguintes divergem dos anteriores pela bipolaridade e pela explicitude, parcial ou plena.

No eixo de aceitabilidade, o pólo negativo é preenchido pelos usos rejeitados e o pólo positivo pelos usos preconizados, ambos representados no passo seguinte em que, falando do plural dos nomes terminados em <l>, Oliveira, depois de apresentar a regra geral, alude a excepções: "sol fará soles & não soys, e rol, roles e não rois, por diferença das segundas pessoas destes verbos , *soyo, soes,* por acostumar, e *royo, roes*, por *roer*. (GR 69 13-15): soys e rois receberam a notação de *rejeitado*, soles e roles, a de *preconizado*. [13]

---

[12] A forma *xi* foi anotada como "preferível", juízo caracterizado mais adiante.

[13] Os plurais de *sol* ilustram uma vez mais a importância da crítica do testemunho dos gramáticos, e a necessidade de a facultar pela notação dos juízos emitidos; como observou, aquando da versão oral desta comunicação, a minha colega Ana Paula Quintela, a forma de plural que se encontra n'*Os Lusíadas* é *sóis*. Acrescente-se que as formas de plural apresentadas por Oliveira são provavelmente apenas virtuais e que a única vez que o plural ocorre n' *Os Lusíadas* tem o significado de 'dias' (Cf. Verdelho 1981, s.v.); mas interessa à história das concepções linguísticas o critério de profilaxia verbal assumido pelo gramático, ou seja a utilidade de evitar a homonímia.

Os juízos mitigados *criticável* e *preferível* correspondem à expressão atenuada da opinião do gramático, que a apresenta a título marcadamente pessoal, a introduz por *parecer*, usa o condicional ou adopta outros processos de modalização.

Assim, em Oliveira: "antre nós eu não vejo alg~ua vogal aspirada se não é nestas interjeições *uha* e *aha* e nestoutras de riso ha ha he, ainda que não me *parece* este bom riso português posto que o assi escreva Gil Vicente nos seus autos" (19 21-24). A ocorrência ha ha he pode ser identificada como forma *criticável*.

Sobre a primeira pessoa do indicativo de *ser*, Oliveira, após referir que uns pronuncião *som*, outros, *sou*, outros, *são* acrescenta: "& também outros que eu mais favoreço em .o. pequeno como so" (71 25-28): esta ocorrência de so foi anotada com a abreviatura de *preferível*[14].

Os únicos casos em que a notação *aceitável* foi aplicada dizem respeito à grafia e ocorrem neste passo, em que, tendo acabado de preconizar a grafia <ão> para a representação do ditongo, Leão acrescenta: "Polo que per .am. me não atreveria screver outras palavras, senão aquelas, tam, & quam, que dos Latinos nos ficaram inteiras, & aquelas, syncopadas, gram, por grande, quando se segue consoante, & sam, por sancto: por as quaes alg~us screvem , grand, & sanct (LRT 28v 23 – 29r 1).[15]

A raridade com que é formulado o juízo de *aceitável* decorre de só em circunstâncias extremamente raras esse juízo ser pertinente, como no caso anteriormente referido de *corrente* em que, por oposição a uma afirmação geral, se consideram casos que constituem excepção.

Relativamente ao núcleo central, a situação é à primeira vista equivalente à dos eixos anteriores, em que o sombreado simboliza a inexplicitude verbal ou a latência do conceito relativamente ao qual são formulados os diversos juízos; a diferença consiste em que o ponto de referência não se define apenas negativamente como o não nomeado: a consciência da existência de dois tipos de práticas linguísticas é engendrada por juízos antagónicos que reciprocamente se pressupõem, como os antónimos 'inferior' e 'superior'. Mesmo quando apenas uma forma é seleccionada, quer de um fundo em que não se discriminam formas concorrentes (caso anteriormente citado de *ha ha he* – OGR 19 23), quer de um

[14] Ver também as Notas 10 e 12.

[15] O passo serve igualmente para exemplificar o uso da notação de *raro*, que marca as formas grand e sanct.

conjunto de variantes (idem, *so* – OGR 71 28), os juízos de aceitabilidade, ainda que mitigados, mesmo em casos como este, são implicitamente bipolares. São-no explicitamente, quando o esquema inclui a forma rejeitada e a forma preconizada, como no exemplo também já citado "*soles* e não *soys*" (OGR 69 13). Embora neste caso a norma apontada por Oliveira não se tenha consolidado, tem de reconhecer-se que, presumivelmente, dos dois esquemas, é este o mais fortemente actuante : a rejeição de usos é reforçada porque lhe são opostos usos preconizados, do mesmo modo que a valorização de usos é acentuada pela condenação de usos concorrentes.

Dado que a bipolaridade é específica, ou seja, que se concretiza relativamente a determinadas formas, certos signos linguísticos adquirem tendencialmente, além do significante e do significado, algo que está para essa unidade dual como um terceiro componente, e que os torna não neutros enquanto meios de cuja selecção e combinação se fazem os comportamentos linguísticos enquanto processos geradores de maior ou menor valia.

A importância que esta dimensão adquire no discurso gramatical quinhentista traduz-se antes de mais pela densidade dos juízos de valor deste tipo, e pela necessidade experimentada mais por uns autores que por outros e em certas circunstâncias, de neles eliminar o tom peremptório, quer no pólo positivo, quer no pólo negativo.

Os critérios de validação ou de rejeição expressos tornam o núcleo central do eixo parcialmente explícito: foi esta diferença que quisemos simbolizar quando, no esquema que temos vindo a comentar, substituímos o sombreado por uma linha quebrada.

Nem sempre, no contexto próximo da forma avaliada, é indicado o porquê do juízo expresso e também nem sempre a razão referida é perfeitamente clara; contudo, um número elevado de juízos é fundamentado ao mesmo tempo que é expresso. Para a caracterização da perspectiva, não é indiferente que seja indicado ou não o motivo por que uma forma é julgada aceitável: a distância entre impor e persuadir depende primeiro da existência de fundamentação, em seguida do teor do argumento.

A análise sistemática da fundamentação destes juízos permite determinar o peso variável que têm na argumentação conceitos que fazem parte da herança linguística greco-latina, a observação da língua ou a posição pessoal face à questão candente da relação com o latim.

O último eixo – diastratia / diafasia – é delineado exclusivamente por juízos formulados por Duarte Nunes de Leão, em duas listas: "Reformação de alg~uas palavras que a gente vulgar usa e screve mal" (LRT 69v – 71v), cujo início é

reproduzido no Anexo 4, e "De alg~us vocabulos que usão os plebeios, ou idiotas que os homens polidos não devem usar" (LRI 115 5 – 117 3). Estas listas, das quais algumas páginas foram seleccionadas pelos processos usados para a constituição da amostra aleatória, foram integradas no *corpus* na sua totalidade, pela informação específica que contêm sobre áreas cruciais da investigação; elas constituem assim duas das três excepções assumidas, relativamente ao critério de amostragem adoptado para a segunda sincronia[16]. Esta é uma das razões que nos veda a exploração estatística destes juízos.

Com a ausência constante de referência à dimensão diastrática de usos contrasta agora a informação expressa nos títulos de que há variantes tipificadas como próprias de camadas sociais identificadas como sendo "a gente vulgar", na primeira lista, "os plebeios, ou idiotas" na segunda. No primeiro caso, "vulgar" não tem obviamente o sentido de 'corrente', 'comum à generalidade', conteúdo a que se associa um valor evocativo nulo (que se relaciona de resto com a raridade constatada das notações de *corrente* e de *aceitável*) e que, no plano da avaliação, tornaria as formas neutras; os usos a que se alude não são portanto os usos indiscriminados e indiscrimináveis que a primeira acepção de "vulgar" implica, mas exactamente o contrário: "vulgar" é o termo que permite reconhecer o âmbito social de usos triplamente depreciados: pelo advérbio "mal", pelo conteúdo de "vulgar" que neste contexto se define por oposição a uma elite e finalmente porque, embora essa elite não seja explicitada neste título, é dela que emanam os usos preconizados.

No segundo título, a conjunção "ou" estabelece, entre os conceitos expressos pelos substantivos "plebeios" e "idiotas", um nexo, se não de equivalência, pelo menos de proximidade: "idiota" mantém o sentido de 'ignorante' até ao séc. XVIII [17], acepção esta proveniente do sentido originário da palavra no grego e depois em latim, de 'pessoa sem ofício público, homem comum', 'leigo, amador, não profissional'. O título associa, pela primeira vez, no pólo negativo, as camadas sociais mais baixas e a incultura, e declara o uso destas "palavras" incompatível com o estatuto sócio-cultural de "homens polidos": a exclusão de

[16] A terceira excepção é também uma lista "De alg~us vocabulos antigos Portugueses que se achaõ em scripturas, & sua interpretaçaõ" (LRI 110 22 – 115 3).

[17] Em abono da informação, Machado, 1990, cita Francisco José Freire, *Reflexões*: "no fallar não se deve seguir o uso do povo *idiota*, inimigo declarado das linguas mais cultas, mas só o daquelles que à força de observação e estudo fallárão sempre com escrupulosa propriedade e pureza" (1, 10). Os conteúdos actuais que envolvem o traço de "falta de inteligência ou de bom senso" (Cf. Academia, 2001), são relativamente recentes: Bluteau e Morais Silva, 1789, registam ainda apenas os conteúdos de "ignorante, sem estudos, letras nem instrução ainda leve, e ordinária".

determinadas variantes e a adopção de outras é condição de integração numa esfera de prestígio. É novo o reconhecimento do valor simbólico do uso da língua e a definição do grupo de referência por uma dupla caracterização: no plano social, negativamente, esse grupo extrema-se relativamente à "gente vulgar", aos "plebeus"; no plano da gradação dos saberes, no pólo oposto ao ocupado pelos "idiotas", posicionam-se esses outros a quem só na segunda sincronia é atribuído o epíteto de "polidos" [18], facto revelador de uma nova mentalidade que valoriza o que na época se designa de "discrição" ou de "polícia" nos comportamentos sociais, em que se inclui também a língua[19].

É essa contenção própria do comportamento "polido" uma das razões que interdizem o uso de formas que implicam que o emissor assuma uma atitude de certa desenvoltura. Por isso, na segunda lista, além de palavras que muito provavelmente pertencem à linguagem popular, como "*adergar* por acertar" ou "*agastura* por agastamento", há outras, que são a maioria, em que há características lúdicas como "*pouchana* por choupana" "*elegante* por solteiro ou livre" ou simplesmente traços expressivos como a metáfora "*enfunarse* por ser arrogante" ou o disfemismo "*focinho* por rosto", que já então deveriam incluir-se em registos informais, como são hoje o calão ou a chamada linguagem familiar.

Uma outra razão, pelo menos, deve ser tida em conta: o facto, muito claro no fim do século, de um registo formal se ter tornado o molde obrigatório do discurso culto, privativo das camadas sociais mais altas, o que propicia a identificação entre a variedade diastrática do topo da pirâmide social e a variedade diafásica de âmbito mais restrito. Daí a dificuldade, que ainda hoje prevalece, de distinguir diastratia e diafasia, agravada neste caso pela falta de finura e de capacidade de observação que caracterizam Duarte Nunes de Leão.

Por isso é necessário ter em conta as concepções do gramático para descodificar as abreviaturas de identificação destes juízos, motivo por que, como se diz na legenda do Anexo 3, as designações colocadas entre comas dobradas têm o conteúdo que lhes atribui o enunciador.

Em síntese, a inovação que se traduz pelos traços que acabam de ser referidos, consiste no trânsito da inexistência à existência; passam a estar

---

[18] O lema *polido* apresenta 6 ocorrências no *corpus*: 1 em Gândavo ("gente *polida*"), 5 em Leão ("homens *polidos*": 3 oc.; "fallar mais *polido*": 1 oc.; "a [poesia] *polidissima* destes [tempos modernos]": 1 oc.)

[19] Sobre a expansão do conceito em Portugal, a partir de *Il Libro del Cortegiano*, de Castiglione (Veneza, 1528) em conexão com factores sócio-históricos, veja-se a "Introdução" de José Adriano de Carvalho à sua edição (1991) de Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia* (1619), que concretiza em diversos planos esse ideal social.

presentes: a referência diastrática, a referência diafásica, a explicitude negativa por oposição a "gente vulgar" e a "plebeios ou idiotas" e, na segunda lista, a explicitude afirmativa por referência a "homens polidos".

É de tipo gradativo a inovação que atinge a fundamentação intralinguística da legitimidade: sendo em geral rara no contexto imediato, ela passa a estar totalmente ausente, visto que o único critério de valor é um determinado uso, sem outra razão que não seja a esfera social que o torna legítimo e incontroverso; relativamente à diferença entre impôr e persuadir, a que me referi anteriormente[20], pode afirmar-se que a norma se tornou maximamente impositiva.

É também de tipo gradativo a diferença que afecta a bipolaridade, que passa a ser plena, o que reforça a dimensão performativa, como tivemos ocasião de observar a propósito do eixo de aceitabilidade[21]: tratando-se de listas, a norma torna-se duplamente patente: cada variante integra-se num esquema de leitura vertical, conforme está na coluna das "Erradas" ou das "Emendadas"; mas também num esquema de leitura horizontal, visto que a cada forma rejeitada é contraposta uma forma preconizada; alargando a exemplificação apresentada a propósito da necessidade de reter os juízos explícitos[22], a disposição gráfica funciona como uma dupla injunção, do tipo, *Não diga* : *acupar, antre, avoar, calidade, cantidade, estormento, prove, pruvicar.* *Diga antes* : *occupar, entre, voar, qualidade, quantidade, instrumento, pobre, publicar.*

Simultaneamente a este esquema bidimensional, da ordem do performativo explícito, estabelece-se uma rede de associações entre as unidades constitutivas de cada um dos inventários, apresentados como estanques e antagónicos: assim, colhendo outras ocorrências da mesma lista, *acupar*, por exemplo, integra-se num conjunto a que pertencem também, entre outros, *antre, avoar, calidade*, enquanto, com total simetria, *ocupar* é congruente com *entre, voar, qualidade.* Não havendo, como dissemos, qualquer espécie de fundamentação intralinguística, mesmo o locutor comum não deixaria de depreender ou intuir tendências gerais: *avoar* está para *voar*, como, na mesma lista, *agabar* para *gabar*, *alanterna* para *lanterna*; do mesmo modo que *calidade* diverge de *qualidade,* como *cantidade* diverge de *quantidade*; algo de comum liga *estormento*, *prove*, *pruvicar* e esse nexo é exactamente oposto ao que liga entre si *instrumento*, *pobre*, *publicar*; essa homogeneidade interna a cada inventário é um factor de

[20] Ver pág. 289.
[21] Ver págs. 288-289.
[22] Ver pág. 283.

identificação do conjunto, e são atributos referentes à diversificação social aqueles que Duarte Nunes de Leão seleccionou.

Não é ocasional que o eixo diastrático-diafásico se defina posteriormente aos restantes; neste aspecto, como em muitos outros, o percurso delineado ao longo desta comunicação confirma a validade das concepções labovianas a que me referi no início[23]. Destacarei, como conceitos-chave, correspondentes a fases sucessivas: a tomada de consciência da variação; a aquisição de "significado social" por associação entre as variantes e os grupos sociais no interior dos quais estas são usadas; as consequências dessa associação nos juízos de avaliação subjectiva, questão nuclear no problema da mudança, porque nesse ponto se traçam os destinos das variantes concorrentes; a assunção das marcas linguísticas de um grupo de prestígio, como forma de integração simbólica nesse grupo .[24]

A identidade entre este esquema de progressão e as informações patenteadas por Leão na primeira lista corrobora a credibilidade destas, no plano geral[25]; tendo em conta que as formas rejeitadas são, em grande parte, formas exclusivas ou correntes na primeira sincronia, podem considerar-se pontos assentes os seguintes: primeiro, formas correntes ou dominantes na primeira sincronia tornaram-se variantes; segundo, as variantes adquiriram valor social, passando a ser concorrentes; terceiro, a conotação negativa das primeiras e a conotação positiva das segundas é estável, ou seja, a norma patente configurada por estes juízos é confirmada pela norma latente: as formas condenadas estão ausentes das amostras de Gândavo e de Leão [26], enquanto as variantes preconizadas são as que fazem parte dos idiolectos dos autores da segunda sincronia; quarto, em relação ao futuro, e visando o português padrão actual, as variantes condenadas, se não desapareceram, subsistem apenas na linguagem popular ou popular e regional, enquanto as variantes preconizadas se inseriram no português padrão, com excepções de pormenor que, ou são imputáveis ao ponto de vista de Leão, o que concretiza as restrições que formulámos ao valor de verdade deste tipo de

---

[23] Ver pág. 276.

[24] Estes conceitos impregnam *Sociolinguistic Patterns* (1972), e são reafirmados em *Principles of Linguistic Change*, vol II, *Social Factors*, 2001; a síntese mais curta é talvez a que se encontra na primeira obra, no sub-capítulo "The Mechanism of Sound Change", pp. 178-182 (cito pela 10ªed., de 1984).

[25] A informação veiculada pela segunda lista não contradiz as observações que se seguem mas, sendo muito menos clara, insere-se dificilmente num panorama final de síntese.

[26] Na série de exemplos analisada há uma única excepção, *rezão*, que ocorre em Leão e que deve ser vista como uma sobrevivência (Cf. p. 283).

informações [27], ou merecem a indagação atenta de factores intralinguísticos de resistência à forma preconizada.

A clivagem decisiva consolida-se no período que medeia entre a publicação da *Gramática* de Barros (1540) e a publicação das *Regras* de Gândavo (1574). Essa clivagem tem como vector principal a relatinização que alastra nos meios cultos e constitui o mais importante factor de distanciamento entre variedades diastráticas e diafásicas. A lenta estabilização dessa dinâmica e a amplitude dos seus resultados são favorecidas pela forte tendência para a normalização que se traduz antes de mais pela diminuição das latitudes de variação ao nível da norma latente em Gândavo e Leão, mas deve ser vista como uma coordenada de época, que atinge provavelmente domínios culturais amplos e se manifesta designadamente na tipografia e na delimitação do vocábulo gráfico[28]; a normalização é servida pela normatividade crescente do discurso gramatical, sendo que, aos limites cronológicos do *corpus* correspondem os extremos de normatividade: mínima em Fernão de Oliveira, para quem a variação é o resultado do reflexo do meio e a mudança se integra no movimento perpétuo que tudo atinge[29], máxima em Leão que, em sintonia com a sua actividade de jurista e polarizando os usos, elabora o código de legitimidade linguística que constitui a dimensão verbal de comportamentos que configuram o ideal social do "homem polido": dominá-lo é um sinal de pertença, uma forma de reconhecimento entre iguais e um meio de auto-demarcação do "homem do vulgo"[30], mas também condição de integração no grupo social de prestígio: ser ou não ser *polido*, eis a questão.

---

[27] Ver pág. 284.

[28] Cf. Paiva, M. Helena, 2002: "Variação e evolução da palavra gráfica", IV, *Conclusões*, pp. 2-21.

[29] Alguns dos aspectos que fazem a unidade do pensamento oliveiriano, tal como se manifesta na *Gramática*, são focados por E. Coseriu, 2000, sobretudo pp. 58-59. Possui contudo âmbito mais vasto a concepção de mudança perpétua por adaptação ao meio; ela faz parte da filosofia pessoal de Oliveira, e como tal é frequentemente expressa em algumas das suas obras náuticas, em observações de sabor pré-darwiniano: "h~uas mesmas árvores, se as mudaes daqui para aly se mudam e fazem outras" (*Arte da Guerra do Mar*, 20v), "polla deferença do sitio das terras, há tambem deferença de prantas , e das mesmas prantas em sy" (*Livro da Fábrica das Naos*, p. 159).

[30] Poucos passos reflectem tão claramente a atitude elitista de Leão como este: "Assi os que escrevem ou fallaõ se devem accomodar aos maiores & mais nobres, & aa sua maneira de fallar. Para o que se não deve ouvir h~ua secta de homens, que querem que o que se falla ou escreve seja per palavras costumadas & antigas, & que os homens do vulgo entendaõ sem innovar vocabulos, que he razão de homens de pouco discurso, & sem erudição." (LRI 140 21 - 141 4).

Referências Bibliográficas

Academia das Ciências de Lisboa, 2001, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa.

Austin, J. (1962), *Quand dire c'est faire,* Trad.: Paris, 1970.

Bluteau, R. e Morais Silva,A., 1789, *Dicionário da Lingua Portuguesa*, Lisboa.

Campos, M. Henriqueta Costa, 1998, *Dever e Poder, Um subsistema modal do Português*, Lisboa.

Carvalho, J. Adriano, 1991, "Introdução" a F. Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia (1619)*, Lisboa.

Coseriu, E., 2000, "Um estudo introdutório", Fernão de Oliveira, *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*, ed. de A. Torres e C. Assunção, Lisboa, 2000, pp. 3-60.

Labov, William (1972), 1984, *Sociolinguistic Patterns*, 10ª ed., Filadélfia.

Labov, William, 2001, *Principles of Linguistic Change,* vol. II, *Social Factors*, Malden/ Oxford.

Lopes de Mendonça, H., 1898, *O Padre Fernando Oliveira e a sua obra náutica*, Lisboa.

Machado, J. P., 1990, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa,* Lisboa.

Martinet, André (1955), *Économie des Changements Phonétiques, Traité de Phonologie Diachronique*, Berne, 1970.

Oliveira, Fernando – *A Arte da Guerra do Mar*, Lisboa, 1983. Reprodução facsimilada e edição diplomática de *Arte da Guerra do Mar*, Coimbra, 1555.

Oliveira, Fernão d' – Ver Oliveira, Fernando.

Oliveira, Fernão d', *Livro da Fabrica das Naos*, incluído em Lopes de Mendonça, 1898.

Paiva, M. Helena P. N., 2002, *Os Gramáticos Portugueses Quinhentistas e a Fixação do Padrão Linguístico,Contribuição da Informática para o estudo das r elações entre funcionamento, variação e mudança.* 4 vols. : I – *Objecto e Método*; II – *Pré-edições*; III – *Índice Geral de Vocábulos. Índices Alfabéticos de Formas de Outras Línguas;* IV – *Conclusões*. Dissertação de doutoramento, Porto.

Rey-Debove, J., 1978, *Le Métalangage*, Paris.

Verdelho, T., 1981, *Índice Reverso de "Os Lusíadas"*, Coimbra.

ANEXO 1

Primeira sincronia

1. Fernão d'Oliveira

Grammatica da lingoagem portuguesa ------ 1536 --- OGR --- 23 538 oc ---- 35,7 %

2. João de Barros

Texto contínuo da "Cartinha" ---------- 1539 --- BCA

Grammatica da lingua portuguesa ---------- 1540 --- BGR

"Diálogo em louvor da nossa linguagem" -- 1540 --- BDL

-- 24 549 oc. ----- 37,3%

Total da primeira sincronia ------ 48 087 oc.------- 73,1%

Segunda sincronia

3.Pêro de Magalhães de Gândavo

Regras que ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa [...] ---------- 1574 --- GRE

"Dialogo em defensaõ da lingua Portuguesa" ---------- 1574 --- GDL

--- 2 097 oc. ------ 3,1 %

4. Duarte Nunes de Leão

Orthographia da Lingoa Portuguesa -------- 1576 ---- LRT --- 8 698 oc. ---- 13,5 %

5. Duarte Nunes de Leão

Origem da Lingoa Portuguesa ---------- 1606 ----- LRI --- 6 684 oc. ---- 10,1 %

Total da segunda sincronia ------ 17 679 oc. ------ 26,8%

Total do corpus ------ 65 766 oc.

* Incluímos, no esquema, as abreviaturas por que passam a ser referidas as diferentes obras.

ANEXO 2

MODOS DE OCORRÊNCIA METALINGUÍSTICA

MT - forma que se situa na periferia dos critérios retidos

MT0 - forma que decorre de perspectiva onomasiológica

MT1 - forma que ocorre em sintagma ou frase ilustrativos

MT2 - termo definido

(MT2) - termo que constitui o suporte do definido: "**Nome** próprio é aquele que [...]"

[MT2] - termo definido parcialmente: "**Taforea** navio"

MT3 - termos definidores

[MT3] - definidores parciais: "Taforea **navio**"

MT4 - formas perspectivadas na sua relação fono-morfológica com outras directamente visadas: "diloemos por **diremos o**" (OGR 63 18-19)

MT5 - formas autonímicas, objecto da descrição linguística: "Os que tem pluràr e nam singulár sam estes e outros semelhantes, **fávas, grãos, lintilhas**" (BGR 11r 4-5)

MT6 - formas que ocorrem em paradigmas

O uso de parênteses curvos em MT0, MT4, MT5 e MT6 indica que a unidade afectada é plurivocabular.

ANEXO 3

JUÍZOS EXPLÍCITOS *

ACT - aceitável

ANT - antigo

ARC - arcaico

BAR - "barbarismo"

COR - corrente

CRT - criticável

DEP - depreciativo

IMP - importado

LTP - simultaneamente latim e português

NAT – "nativo", forma genuinamente portuguesa

NEO - neologismo

PCN - preconizado

PFR - preferido, preferível

PLB - "plebeísmo"

RAR - raro

REG - regionalismo

RJT - rejeitado

SOL - "solecismo"

VLG - "vulgarismo"

VLH - próprio de velhos

* "..." - designação dos próprios AA.

ANEXO 4

REFORMAÇÃO DE algũas palauras que a gente vulgar vsa & screue mal.

ERRADAS	EMENDADAS.
ACipreste dignidade.	Arcipreste.
Acipreste arnore.	Cypreste.
Acolá.	Aquolá.
Acupar.	Occupar.
Adaião.	Deão ou Daião.
Agabar.	Gabar.
Agardecer.	Agradescer.
Alanterna.	Lanterna.
Alcorcouado.	Corcouado.
Alicornio.	Vnicornio.
Alifante.	Elefante.
Almario.	Armario.
Almazona.	Amazona.
Aluidrar.	Arbitrar.
Aluidro.	Arbitro.
Aitre.	Eitre.
Apoupar.	Poupar.
Astim de terra.	Hastim.
Astrolomia.	Astronomia.
Aualuar.	Aualiar.
Aualuação.	Aualiação.
Auengelho.	Euangelho.
Auoar.	Voar.
Auto, por conueniente.	Apto.
BAixo.	Baxo.
Barrer.	Varrer.
Bisconde.	Vizconde.

Bita-

ANEXO 5

			Total			Oliveira			Barros			Gândavo			Leão: Ort.			Leão: Orig.					
					20			6			4			0			2			8				
até			11	18	18	2	6	6	0	3	3	0	0	0	2	2	2	7	7	7	OGR0.03.6.22	OGR0.03.7.6	LRT0.10.23V.16
ate	pp								LRT0.50.62V.19		LRI0.01.4.6			LRI0.02.8.14			LRI0.03.14.6	LRI0.05.32.23			LRI0.24.134.6	LRI0.24.134.18	LRI0.24.134.21
																					OGR0.35.47.11	OGR0.49.74.8	
ate	pp	MT5	2			2			0			0			0			0			OGR0.35.47.16		
ate	pp	MT5 PFR	1			1			0			0			0			0			BGR0.42.37V.19	BGR0.51.41V.22	
te	pp		2			0			2			0			0			0			OGR0.35.47.16		
te	pp	MT5	1			1			0			0			0			0			BGR0.42.39R.19		
tę	pp	(MT5)	1			0			1			0			0			0					
Conf. v]qz #l																							
Lc:																							
agora av: 2. até agora av																							
aqui av: 2. até aqui av																							
hora / ora: 22. té ora av																							
1. até que cj					2			0			1			0			0			1			
ate que	cj		1	2	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	LRID.00.7-.4		
tę que	cj		1			0			1			0			0			0			BDL0.0F.54V.18		
agora av					79			46			15			4			11			3			
2. até agora av					2			1			0			0			1			0			
21. até gora av					2			1			0			0			1			0			
ate gora	av		1	2	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	OGR0.16.22.7		
ate"gora	av		1			0			0			0			1			0			LRT0.50.62V.9		

			Total			Oliveira			Barros			Gândavo			Leão: Ort.			Leão: Orig.			
aqui av					58			32			18			3			2			3	
2. até aqui av					9			2			6			0			1			0	
21. até aqui av					2			2			0			0			0			0	
ate aqui	av		1	2	2	1	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	OGR0.39.55.10
ATe aqui	av		1			1			0			0			0			0			OGR0.18.24.30
22. até qui av					2			0			1			0			1			0	
a tę qui	av	BAR	1	2	2	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	BGR0.42.34V.5
ate qui	av		1			0			0			0			1			0			LRT0.00.8-.27
23. té qui av					5			0			5			0			0			0	
tę qui	av	MT4	1	5	5	0	0	0	1	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	BGR0.42.34V.5
tę quy	av		1			0			1			0			0			0			BDL0.0P.52R.23
Te quy	av		1			0			1			0			0			0			BGR0.51.48V.14
Tę quy	av		1			0			1			0			0			0			BGR0.33.17V.18
TE quy	av		1			0			1			0			0			0			BGR0.40.30R.11
hora / ora					25			8			14			1			0			2	
22. té ora av					2			0			2			0			0			0	
te óra	av		1	2	2	0	0	0	1	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	BGR0.10.3V.3
tę óra	av		1			0			1			0			0			0			BGR0.51.43R.3

ANEXO 6

			Total			Oliveira			Barros			Gândavo			Leão: Ort.			Leão: Orig.					
fleuma st					2/2			0/0			0/0			0/0			2/2			0/0			
Flegma	st	PCN	1	2		0	0		0	0		0	0		1	2		0	0		LRT0.80.70V.23		
fleuma	st	PCN	1			0			0			0			1			0			LRT0.80.70V.23		
Conf. freima st																							
flictena st					1/1			0/0			0/0			0/0			0/0			1/1			
phlyctena	st	<#l<#g MT5	1	1		0	0		0	0		0	0		0	0		1	1		LRI0.05.20.19		
flor st					7/7			4/4			1/1			0/0			2/2			0/0			
flor	st	MT5	1	4		1	1		0	1		0	0		0	2		0	0		OGR0.44.05.4		
Flor	st	PCN	1			0			0			0			1			0			LRT0.80.70V.24		
Frol	st	VLG	1			0			0			0			1			0			LRT0.80.70V.24		
da][frol	st		1			0			1			0			0			0			BDL0.0P.64R.9		
flores	st	MT5	1	3		1	3		0	0		0	0		0	0		0	0		OGR0.15.21.26		
flo↓res	st	MT5	1			1			0			0			0			0			OGR0.15.21.6		
froles	st	ANT MT5	1			1			0			0			0			0			OGR0.15.21.26		
florecer vb					2/2			2/2			0/0			0/0			0/0			0/0			
floreeem	vb f6		1	1		1	1		0	0		0	0		0	0		0	0		OGR0.04.7.18		
floreçeo	vb h3		1	1		1	1		0	0		0	0		0	0		0	0		OGR0.05.8.32		
[florescer vb]																							
Ver florecer vb																							
florido aj					2/2			0/0			0/0			0/0			2/2			0/0			
Florido	aj	PCN	1	2		0	0		0	0		0	0		1	2		0	0		LRT0.80.70V.25		
Frolido	aj	VLG	1			0			0			0			1			0			LRT0.80.70V.25		
focinho st					1/1			0/0			0/0			0/0			0/0			1/1			
Focinho	st	MT2 PLB	1	1		0	0		0	0		0	0		0	0		1	1		LRI0.18.116.14		
focinhudo aj					1/1			0/0			0/0			0/0			0/0			1/1			
Focinhudo	aj	MT2 PLB	1	1		0	0		0	0		0	0		0	0		1	1		LRI0.18.116.15		
fogareiro st					2/2			0/0			0/0			0/0			2/2			0/0			
Fogareiro	st	PCN	1	2		0	0		0	0		0	0		1	2		0	0		LRT0.80.70V.26		
Fugareiro	st	VLG	1			0			0			0			1			0			LRT0.80.70V.26		
fogo st					8/8			2/2			4/4			0/0			1/1			1/1			
fogo	st		3	6		2	2		1	2		0	0		0	1		0	1		OGR0.04.8.6	OGR0.04.8.9	BDL0.0P.61V.16
fogo	st	MT3	1			0			0			0			0			1			LRI0.05.26.12		
fogo	st	[MT3]	1			0			0			0			1			0			LRT0.81.72R.17		
fo↓go	st	MT	1			0			1			0			0			0			BGR0.42.39V.11		
fógos	st	MT2 MT5	1	2		0	0		1	2		0	0		0	0		0	0		BGR0.31.10V.10		
fógos	st	MT5	1			0			1			0			0			0			BGR0.31.10V.9		

História linguística de um nome:
Maria Helena Pinto Novais Paiva

António Pereira
Universidade do Minho

1. Introdução

"Não há homem sem nome, nem nome sem sobrenome."

Dada a sua natureza universalista, a Antroponímia (e a Onomástica em geral) tem sido objecto de estudo de inúmeras disciplinas como a Religião, a Filosofia, a História, a Sociologia, o Direito, a Literatura e a Linguística.

Depois de uma breve viagem por alguns destes domínios, centraremos a nossa atenção na natureza linguística da antroponímia. Na verdade, o estudo que queremos apresentar inscreve-se no domínio da História da Língua Portuguesa e, em particular, no campo da Onomástica. E aqui muito há ainda a fazer... É claro que o *corpus* escolhido (*Maria*, *Helena*, *Pinto*, *Novais* e *Paiva*) apresenta particularidades bem especiais de acordo com o objectivo principal deste Encontro – homenagem à Sra. Professora Maria Helena Paiva -; todavia adoptaremos, no seu tratamento, os métodos que são geralmente habituais em trabalhos desta natureza: para cada um dos elementos antroponímicos, procederemos, sempre que possível, à identificação do étimo e a uma "descrição" diacrónica nos domínios da fonética-fonologia, da morfologia e da sintaxe.

Aspectos como a frequência de uso e a actualidade das formas onomásticas serão também tidos em conta. Para isso, recorreremos principalmente a obras de natureza enciclopédica e a listas telefónicas actualizadas[1].

---

[1] Quanto à frequência de uso dos elementos antroponímicos (somente apelidos: *Pinto*, *Novais* e *Paiva*), utilizaremos a Lista Telefónica da Região Porto e Sul do Douro de 2002-2003. Todavia, só teremos em atenção o concelho do Porto não só porque, neste momento, não nos interessa uma amostra muito significativa, mas também devido à área de residência da nossa homenageada.

2. Antroponímia e outras "artes"

No início do *Génesis* narra-se a criação do mundo e do Homem, e é curioso verificar que o acto criador de Deus está sempre associado à linguagem e à necessidade de nomear os elementos criados: "O Senhor Deus disse: «Não é bom que o homem esteja só; vou dar-lhe uma auxiliar semelhante a ele». Então, o Senhor Deus, após ter formado da terra todos os animais do campo e todas as aves do céu, conduziu-os até junto do homem, a fim de verificar como ele os chamaria" (Gn 2, 18-19). Depois de ter criado a mulher, Deus revelou-a ao homem. Este, ao vê-la, exclamou: "Chamar-se-á mulher, visto ter sido tirada do homem" (Gn 2, 23). Muitas vezes o nome exprime a pessoa e a missão que lhe é confiada (Gn 27, 36; I Sam 25,25); por este motivo, mudar de nome significa, geralmente, assumir uma nova personalidade (2 Rs 23, 34; 24, 17; Gn 17, 5. 15; 32, 29; Mt 16,18; Jo I, 42). Deste modo, a atribuição do nome pode representar uma mudança significativa da condição humana. Assim aconteceu, por exemplo, com Simão, filho de Jonas, a quem Cristo dirigiu as seguintes palavras: "Tu és Pedro, e sobre esta Pedra edificarei a Minha Igreja" (Mt 18). Assim, receber um novo nome assinala, de alguma forma, o nascimento de um homem novo. Não será também este o sentido da mudança de nome do Papa e dos civis que se consagram à vida religiosa[2]? Estes e muitos outros exemplos podem e devem ser mais aproveitados para se reflectir sobre a génese da linguagem e a motivação linguística.

No domínio filosófico, é obrigatória a referência ao *Crátilo* de Platão. Desenvolve-se aqui um "Diálogo sobre a justeza dos nomes", protagonizado por Hermógenes, Crátilo e Sócrates. Crátilo, ao contrário de Hermógenes, defende a existência de "uma designação justa para cada um dos seres" (p. 5) - daí a expressão "cratilismo da linguagem"; enquanto que Sócrates adopta uma atitude de precaução ao afirmar que "as coisas belas são difíceis, quando se trata de as aprender; e, em especial, não é de pouca monta o estudo relativo aos nomes" (p. 6).

No campo literário, Aguiar e Silva, referindo-se ao romance do século XVIII e de quase todo o século XIX, diz que o nome "é um elemento importante na caracterização da personagem, tal como acontece na vida civil em relação a

---

[2] Cf., por exemplo, as mudanças antroponímicas operadas em algumas das personagens do *Frei Luís de Sousa* de Almeida Garrett, concretamente em D. João de Portugal ("Ninguém"), Manuel de Sousa Coutinho e Madalena de Vilhena.

cada indivíduo" (p. 704). Mais: "O nome da personagem funciona frequentemente como um indício, como se a relação entre o significante (nome) e o significado (conteúdo psicológico, ideológico, etc.) da personagem fosse motivada intrinsecamente" (p. 705). Para o provar, Aguiar e Silva exemplifica com as personagens de romances como *Uma abelha na chuva* de Carlos de Oliveira, *A queda dum anjo* de Camilo Castelo Branco ou *A relíquia* de Eça de Queirós. A Onomástica literária tem sido, assim, um filão muito explorado nestas últimas décadas: uma vez ou outra por especialistas da Língua Portuguesa como Celso Cunha[3], mas sobretudo por autores estrangeiros como Roland Barthes[4].

Na área dos estudos linguísticos, e depois do "Diálogo sobre a justeza dos nomes" do *Crátilo* de Platão, melhor se compreende a "natureza do signo linguístico" defendida por Saussure no seu *Curso de Linguística Geral*. "O signo linguístico é arbitrário" – defende o autor (p. 124) – e esta arbitrariedade, concluímos nós, estende-se naturalmente à antroponímia[5]. Actualmente, e de uma forma cada vez mais consistente, a Linguística tem incluído a antroponímia e os nomes próprios em geral no âmbito dos seus estudos. Na tradição gramatical, os antropónimos são habitualmente integrados no grupo dos nomes próprios, categoria não exclusivamente linguística cujo carácter marginal "deriva de la dificultad que supone su delimitación mediante las relaciones intrínsecas entre los signos que constituyen el sistema de una lengua: es una clase de palabras desprovista de contenido léxico codificado, de modo que su valor ha de ser establecido en relación con factores extralingüísticos" (Bosque: 79). Assim, e ao longo destes últimos vinte anos, o nome próprio tem sido estudado na sua dimensão sociolinguística, comunicacional, semiótica e cognitiva, entre outras, mas também linguística, como "clase gramatical con propiedades morfológicas, semánticas y sintácticas relativamente distintivas, pero no exclusivas" (p. 79). Na *Gramática da Língua Portuguesa* de Mateus, o nome próprio é definido como "um designador de um único objecto identificado pertencente à classe dos objectos do universo de referência relativo a um dado discurso" (p. 213). No domínio da pragmática, o uso do nome marca também presença. Segundo

---

[3] Ver "Poética e Onomástica em *Os Lusíadas*", *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVI, *Camões*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

[4] De Barthes, ver "Proust e os nomes", *O grau zero da escrita*, Edições 70, col. Signos, nº 3, Lisboa, 1997. Na revista *Poétique – revue de théorie et d'analyse littéraires*, nº 46 e 54, por exemplo, encontramos artigos de vários autores sobre nomes próprios.

[5] Embora não seja objectivo deste nosso trabalho, defendemos que a natureza arbitrária dos elementos antroponímicos não exclui uma certa dose de motivação, sentida de uma forma mais clara nas alcunhas, por exemplo.

Emília Ribeiro Pedro, no seu artigo "interacção verbal" (em Faria: 467), para o falante português, "os marcadores linguísticos mais claros de relações sociais são os nomes pelos quais uma pessoa é tratada, incluindo o nome próprio ou o apelido, bem como as diferentes combinatórias possíveis". Mais: a relação entre o nome e o indivíduo que ele identifica é tão importante que, não raramente, se vêem pessoas ofendidas quando são tratadas por um nome que não lhes pertence ou que, pertencendo, lhes desagrada.

Com o propósito de definir o papel do linguista na fixação da norma onomástica, Ivo Castro (Castro 2003) serve-se do artigo 103.º do decreto-lei nº 36/97, de 31 de Janeiro, do Código do Registo Civil. Para analisar criteriosamente este artigo, que se assume como "o principal texto legal que regula o processo de atribuição de nome próprio em Portugal" (p. 16), Ivo Castro centra a sua atenção em aspectos como "a lei, a interpretação que é dada à lei" e "a necessidade de ambas se conformarem por um lado com a língua e por outro com a sociedade" (p. 16). Depois de um exame cauteloso à normativa do nome próprio em Portugal, Ivo Castro conclui que o linguista pode e deve ser chamado a intervir em diversos pontos: "na revisão da legislação, na tomada consciente de opções fundamentais, na apreciação e resolução de casos problemáticos, na informação e orientação da sociedade" (p. 23). De facto, se isso tivesse acontecido, teríamos evitado alguns dos nomes que a nós nos fazem sorrir mas aos seus portadores nem por isso. Eis alguns exemplos[6]: Abel Afonso Amor Divino, Adão Camelo, Alarico Silvestre Visitação Salvação Coelho, Arcangela Maria Amador Damas e Outra, Caetano Dores Sanguessuga, Eduardo Calção do Coito, José Anjos Panasca, António Calhorda, José Mariano Maluco, Artur Palhaço ... (em Portugal); Adam Borda Bunda, Ana Aparecida Modesta Criada de Jesus, Antoninho Cara Larga, Evangelos Loucas, Izabel Rainha de Portugal, Pretende Reduzido, Monsier de Valois, filho de Boogoolro e de Loo ... (no Brasil). Mais recentemente, temos notícia de algumas restrições na aceitação dos nomes de baptismo como nos dá conta a Direcção Geral dos Registos e do Notariado[7].

---

[6] Os exemplos que se seguem, para o caso português, foram colhidos de várias revistas e jornais; para o caso brasileiro, foram-me enviados via e-mail por Paula Pinto, locutora da Rádio Renascença em 6/11/2000, a quem agradeço.

[7] No endereço electrónico www.dgrn.mj.pt, em "Vocábulos admitidos e não admitidos como nomes próprios" ("Consultas efectuadas em 2001"), encontramos, como nomes admitidos, Acúrsio (masc.), Andrelina (fem.), Esmeraldo (masc.), Lindorfo (masc.), Miriam (fem.), Santiago (masc.)...; como nomes não admitidos, figuram Acúrcio (masc.), Camões (masc.), Ginja (fem.), Miryam (fem.) ...

3. História Linguística de um nome: *Maria Helena Pinto Novais Paiva*

3.1. *Maria*

A origem do nome *Maria* busca-se geralmente no hebreu *Miriam* de significação ainda pouco consensual. Antes de chegar ao português, o antropónimo *Maria* terá passado do hebreu (*Miriam*) para o grego (*María*) e deste para o latim (*Maria*)[8].

O seu uso remonta ao *Antigo Testamento* («Sumpsit ergo *Maria* prophetissa», *Êxodo*, XV, 20), surgindo em português apenas no séc. XIII: na poesia satírica, temos a ocasião de verificar a sua presença, quer como nome de mulheres mundanas quer como nome de Nossa Senhora[9]. É nesta última condição que é usado nas *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X. Continuamos a acreditar que continua a ser, de longe, o nome de mulher mais usado entre nós. A sua popularidade é tão grande que, não raro, se usa também como sobrenome masculino: basta recordar os escritores portugueses Manuel *Maria* Barbosa du Bocage e José *Maria* Eça de Queirós. No estrangeiro ele é também um nome de largo uso: *Mary* no inglês e *Marie* em francês, por exemplo[10]. Embora de forma pouco significativa, atesta-se também como apelido e topónimo[11]. Relacionados com *Maria* estão os nomes *Mariana* (*Maria* + *Ana*) e *Marília*, entre outros. É curioso notar que o nome *Maria* toma novas feições de acordo com o estrato sócio-cultural e afectivo em que se utiliza. Assim, surgem formas hipocorísticas como *Micas*, *Maricas*, *Mariquinhas* ou simplesmente *Quinhas*, estas duas últimas muito frequentes pelo menos no Norte de Portugal[12].

Maria, já o dissemos, é o nome próprio feminino mais corrente em Portugal. De facto, desde a primeira metade do séc. XIV até 1970, *Maria* foi sempre um nome no topo das preferências. A partir daí caiu um pouco no esquecimento

---

[8] Cf. L. de Vasconcellos (*Opúsculos* III, p. 75 e *Antroponímia*, p. 31) e ainda Nascentes, p. 163. Em *Antroponímia*, Leite diz que o antr. *Mirjam* foi tomado do egípcio e significa «amada de Amon (deus)». Ver também Machado II, p. 947. Nunes (*Rev. Lus.*, vol XXXIII, p. 58) prefere dá-lo como "nome de origem e significação incertas". Dauzat (p. 90) afirma que "*Maria* est une adaptation gréco-latine de l' hébreu *Miriam*, influencé sans doute par le latin *Marius* et sa famille".

[9] Numa cantiga de Johan Soares Coelho.

[10] Referindo-se aos hipocorísticos de *Maria*, Dauzat (p. 125) cita, entre outros, *Marion*, *Mariet* e *Mariotte*. Os franceses, conscientes da popularidade do nome *Maria* em Portugal, quando desconhecem o nome de determinada mulher portuguesa, chamam-lhe simplesmente *Maria*.

[11] Cf. Machado II, pp. 947-948 e Cortesão, p. 211.

[12] Cf. Nunes, *Rev. Lus.*, vol. XXXIII, p. 58 e Machado II, pp. 948. Mais curiosa é a forma *Ria* (com o /r/ pronunciado ápico-alveolar), abreviatura de *Maria* (cf. Nunes, *Rev. Lus.*, vol. XXXIII, p. 58 e Machado II, p. 948).

mas hoje em dia surge de novo com grande pujança (cf. *Tempo da Língua*, p. 26). Foi nome corrente na *Bíblia* e na Idade Média (basta recordar as muitas mulheres das *Cantigas d' escarnho e mal dizer* com este nome). *Maria* foram também algumas rainhas de Portugal, Escócia, Espanha, França ..., imperatrizes da Alemanha, de Bizâncio e do Brasil, infantas de Portugal ... Não esqueçamos, porém, a *Maria* da Fonte (séc. XIX) e mais um sem número de celebridades[13].

3.2. *Helena*

Este antropónimo tem origem grega, no substantivo próprio *Heléne* (*Helena*, filha de Zeus e de Léda; e mulher de Menelau - *Ilíada* 2,161, etc.; *Odisseia* 4, 12, etc.). Como substantivo comum, significa «tocha, archote»[14]. Segundo alguns autores (cf. Machado), o antropónimo *Helena* relaciona-se provavelmente com a forma latina *Vénus*, já que ambos os termos poderão remeter, através da raiz *ven-*, para o nome indo-europeu da deusa do Desejo e do Amor, *Veléna*. Duas mulheres célebres marcaram definitivamente a história deste nome: *Helena*, rainha de Esparta, e Santa *Helena*, mãe do imperador Constantino Magno (c. 255-330). Devido à sua beleza, a rainha de Esparta e mulher de Menelau terá sido raptada por Páris, príncipe troiano, dando origem à guerra de Tróia. Quanto a Santa *Helena*, ela identifica-se com Flávia Júlia *Helena* Augusta e terá falecido por volta do ano 330. *Helenas* célebres são também as rainhas da Etiópia (m. 1524 ou 25) e da Itália (*Helena* de Sabóia: 1873-1953).

Os textos portugueses começam a dar conta deste antropónimo nos séculos XIV e XV, quer através das formas *Elhena* (em 1302), quer da actual *Helena* (esta em 1437)[15]. Desde então, o antropónimo *Helena* tem marcado sempre presença no Onomástico português, tendo sido, em algumas alturas, um dos mais frequentes (em 1960, por exemplo, em Lisboa ocupava o sexto lugar – cf. *Tempo da Língua,* p. 26).

---

[13] *G. Enc.* 16, pp. 299-350.

[14] Cf. A. Bailly e ainda *A Greek-English Lexicon*, compiled by Henry George Liddle and Robert Scott, Oxford, 1994.

[15] De facto, José Joaquim Nunes, em "Os nomes de Baptismo" (vol. XXXIII, pp. 11-12), refere a existência da forma *Elhena* (*Elhena* Piriz, mulher de João Doming[u]iz) num diploma de 1302 (1340 na era de César) e explica que a grafia *lh* deve ser lapso do copista ou traço dialectal já que nesse mesmo documento se escreve também, por exemplo, *todalhas* e *aquelhes* por *todallas* e *aquelles*.

Actualmente podemos ainda encontrar a forma *Helena* como topónimo (no singular, na Guarda; no plural, em Montemor-o-Velho), aludindo talvez a mulheres da localidade com este nome.

3.3. *Pinto*

O apelido Pinto, antiga alcunha, parece remeter directamente para o nome comum masculino *pinto*. Todavia, os dicionários (cf. *Houaiss* e *Academia das Ciências de Lisboa*) apresentam para o mesmo significante vários significados. Eis alguns exemplos: 1. como nome comum: *pinto* = frango (ou franga) recém-nascido; criança; órgão sexual masculino e feminino; e antiga moeda portuguesa; 2. como adjectivo: *pinto* = pintado (do latim vulgar **pinctus*, por *pictus*, particípio passado de *pingere*, «pintar»). Como adjectivo, *pinto* significa então «que tem cores diversas» (cf. "dentes pintos come dados" numa cantiga de escárnio e maldizer de Pero de Viviaez, séc. XIII?).

Qual deles (nome ou adjectivo) terá dado origem ao apelido *Pinto*? Machado inclina-se para *pinto* = cria da galinha, este do latim **pittu*, formado de uma raiz provavelmente pré-latina (*pitt-*). Assim, enquanto que na forma *pinto* se sente a influência do verbo *pintar* (do lat. vulgar **pintare*, derivado de **pinctus*, particípio vulgar do latim *pingere*, «pintar»), em *pito*, forma popular usada pelo menos no Minho para designar pequeno frango (mas também órgão sexual feminino), a proximidade faz-se com o latim vulgar **pittu*. A primeira ocorrência textual como apelido parece datar de 1087 (*Pintus*?), enquanto que *Pinti* e *Pinto* surgem só em 1258 (cf. Machado).

Na genealogia portuguesa (cf. *Verbo XXI*) a origem da alcunha/apelido *Pinto* também não é muito elucidativa. O primeiro que se conhece é D. João Garcia de Sousa, senhor de Alegrete, chamado o *Pinto*. "Teve esta alcunha por suas muitas perfeições naturais e gentilezas", dizem os cronistas: "perfeições" e "gentilezas" a fazer lembrar o aspecto agradável de um *pinto* ou de um retrato? – perguntamos nós. Alguns autores, porém, dizem ainda que "o apelido deriva de uma alcunha motivada por um cavaleiro regressado de uma batalha com a sua armadura e o resto da indumentária salpicadas com pingos de sangue" - a apontar, portanto, para o adjectivo *pinto* = pintado. Registam-se ainda outras contribuições para determinar a origem dos *Pinto* mas as divergências devem-se sobretudo ao facto de estarmos perante uma família muito antiga, contemporânea dos nossos primeiros reis.

Há, ao longo da nossa história, várias personalidades que se destacaram pelos mais diversos motivos. Todavia, o nome que nos vem mais depressa à

memória é talvez o de Fernão Mendes *Pinto* (entre 1510 e 1514-1583), autor da célebre *Peregrinação*. Hoje em dia, *Pinto* é um dos apelidos mais frequentes[16]. Para além de apelido, *Pinto* tem ainda realização como topónimo em Portugal (onde é frequente) e na Galiza.

3.4. *Novais*

Antiga alcunha, este apelido tem a sua origem no topónimo *Novais*, plural de *Noval*. Em qualquer um dos casos, o étimo é o substantivo masculino *noval*, «arroteia», do latim *novalis*, *is*, «terra deixada em descanso por um ano», este do adjectivo *novalis*, *e*, de *novus*, *a*, *um*, «novo» (cf. Houaiss e Gaffiot). Na qualidade de topónimo, *Noval* surge em 1258, *Nobales* em 976; em 1058 e 1128 *Nouales* e em 1258 *Novaes*. Actualmente, o singular e o plural são topónimos frequentes no Norte e na Galiza. Como apelido, *Novais* apresenta as formas antigas *Nouaes* em 1228-1229, *Nouahes* em 1251, *Novaes* e *Navaes* em 1258 e *Novais* em 1647 e 1801 (cf. Machado).

A nível fonético-fonológico, é fácil verificar que na passagem do latim *Novales* para a forma actual *Novais* ocorreu a síncope do *l* intervocálico dando origem a um hiato que depois se resolve através de uma ditongação (*Novales* > *Novaes* > *Novais*).

A genealogia defende para este apelido uma origem espanhola e acrescenta que ele procede de um cavaleiro do tempo do conde D. Henrique (séc. XI), Pedro *Novais*, o Velho, que o tomou do castelo de *Novais*, em Salvaterra, na Galiza. Afonso Fernandes *Novais*, neto de Pedro *Novais*, terá fundado em Portugal um solar - solar de *Novais* (talvez no concelho de Vermoim). Outros *Novais* se seguiram como Vasco Fernandes *Novais* e Fernão Vasques de *Novais* tornando difícil traçar a sua genealogia (cf. *Verbo XXI*). Mais recentemente, encontramos figuras como Paulo Dias de *Novais* (donatário e 1º governador de Angola: m. 1589), Faustino Xavier de *Novais* (Poeta e jornalista: 1820-1869) e Horácio Maggiolly *Novais* (prof. universitário: 1939-). Actualmente, este apelido não é dos mais frequentes mas a sua representatividade é significativa[17].

---

[16] Na *Lista Telefónica – Região Porto e Sul do Douro* – 2002-2003, contabilizámos 1837 entradas no Concelho do Porto.

[17] No Concelho do Porto, contabilizámos 63 entradas.

3.5. *Paiva*

Apelido de origem toponímica, esta antiga alcunha surge pelo menos no séc. XII (depois de 1139) a designar o trovador português da alta nobreza Johan Soares de *Pávia*. Deste poeta, conservou-se apenas uma composição - um sirventês político dirigido contra o rei de Navarra. Todavia, são-lhe atribuídas mais seis cantigas de amor tidas como perdidas[18]. O topónimo, por sua vez, está relacionado com o nome do afluente do rio Douro (rio *Paiva*), ou directamente ou por intermédio do apelido *Paiva*. O étimo será um nome pré-romano que no latim apresenta possivelmente a forma *Pavia*. Como formas antigas deparamos com *Pauia* em 883, 961, 1108 etc.; *Pauila* em 1069, *Pauha* e *Pauya* em 1273. No domínio fonético-fonológico é fácil detectar a metátese na passagem de *Pávia* para *Paiva* (ocorrida provavelmente a partir do séc. XIII).

A genealogia defende uma origem portuguesa para este apelido, tomado do rio *Paiva*. D. Garcia Fernandes de *Paiva*, filho de D. Fernão Peres Pelegrin, terá sido um dos primeiros *Paivas*, assim como D. Pedro Tracozendez de *Paiva* de Riba Douro (filho de D. Tracozendo Guedes), cuja descendência terá assegurado a continuidade do apelido.

Hoje em dia, o apelido *Paiva* não é, seguramente, dos mais frequentes (ao contrário de *Silva*, *Costa* ou *Ferreira*, por exemplo), mas está bem representado em inúmeras famílias portuguesas[19].

4. Conclusões

Com este pequeno trabalho que agora chega ao fim quisemos mostrar, numa primeira fase, o carácter universalista da Antroponímia e a forma como tem sido encarada pelos diversos ramos do saber. Depois, e cumprindo o verdadeiro objectivo que havíamos traçado – a homenagem à Sra. Professora Maria Helena Pinto Novais Paiva -, procurámos congregar algumas das informações (às vezes meras suposições) disponibilizadas pelos especialistas acerca de cada um dos elementos que constituem o nosso *corpus*. Neste trabalho de reconstituição tentámos também nós propor algumas respostas para as muitas dúvidas que ainda resistem no domínio da Onomástica, como a identificação do étimo e a datação de cada uma das fases de evolução de um antropónimo.

---

[18] Cf. pp. 361-362 do *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Caminho, Lisboa, 1993.

[19] No concelho do Porto foram contabilizadas 150 entradas.

Neste sentido, apresentamos em anexo um quadro que, de uma forma muito simplista, reúne algumas das conclusões a que chegamos ao longo deste trabalho.

À semelhança de Leite de Vasconcellos (cf. *Tempo da Língua*, p. 26), apraz-nos dizer que, "ao olharmos para as listas antroponímicas", vemos "toda a nossa história passar efectivamente diante de nós (...): os barões medievais com os seus solares (uso da partícula *de*), a vaidade da sua prosápia (apego aos patronímicos); a nobreza, que lhe sucede, não menos orgulhosa de encadeamento de apelidos geográficos, e de outros tidos como raros e sonoros". Ora, também os nomes que analisámos (*Maria*, *Helena*, *Pinto*, *Novais* e *Paiva*) nos permitiram visualizar uma parcela do nosso vasto e riquíssimo espólio antroponímico.

Como palavras finais, gostaríamos de homenagear a Sra. Professora Maria Helena Paiva evocando a obra de Almada Negreiros num dos seus momentos mais memoráveis: "DAS DUAS UMA: ou as pessoas se fazem ao nome que lhes puseram no baptismo, ou ele tem de seu o bastante para marcar a cada um. Será imprudente deduzir o nome próprio através das fisionomias ou dos caracteres; no entanto, uma vez conhecido o nome próprio de uma pessoa, ficamos logo convencidos de que este lhe assenta muito bem"[20]. E o nome *Maria Helena Pinto Novais Paiva* assenta-lhe *realmente* como uma luva.

5. Referências Bibliográficas

Aguiar e Silva, V. M., 1986. *Teoria da Literatura*, 7ª ed., Coimbra, Livraria Almedina.

Bailly, A., 1950. *Dictionnaire Grec-Français*, Paris, Hachette.

Bosque, I. y Demonte, V., 1999. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, vol.1, *Sintaxis básica de las clases de palabras*, Madrid, Real Academia Española, Colección Nebrija y Bello.

Castro, I., 1991. *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta.

Idem, 2003. "O linguista e a fixação da norma", *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, org. Amália Mendes e Tiago Freitas, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística.

Cortesão, A. A., 1912. *Onomástico Medieval Português*, Separata do «Archeologo Português», vol. VIII e seguintes, Lisboa, Imprensa Nacional.

[20] Almada Negreiros, "Nome de Guerra" em *Obra Completa*, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1997, p. 253.

Dauzat, A., 1988. *Les noms de famille de France – Traité d'Anthroponymie Française*, 3ème édition, revue et complétée par M. T. Morlet, Paris, Librairie Guénégaud.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, 2001. 2 vols., Verbo.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001. Instituto Antônio Houaiss, Rio de Janeiro, Editora Objetiva.

Faria, I. H. e outros, 1996. *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho.

Ferreira, J. de A., 2001. *Estudos de História da Língua Portuguesa – obra dispersa*, Colecção Poliedro, nº 7, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos.

Gaffiot, F., 1934. *Dictionnaire Latin Français*, Paris, Hachette.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa - Rio de Janeiro, s.d., 40 vols. + vols. de actualização, Editorial Enciclopédia.

Kremer, D.,1990. *Dictionnaire historique des noms de famille romans*. Actes do Ier. Colloque (Trèves, 10-13 décembre 1987), Publiés par Dieter Kremer, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.

Lista Telefónica – Região Porto e Sul do Douro, 2002-2003.

Machado, J. P., 1967. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 2ª ed., 3 vols., Horizonte/Confluência.

Idem, 1993. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 2ª ed., 3 vols., Horizonte/Confluência.

Mateus, M. H. e outras, 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed., Lisboa, Caminho.

Nascentes, A., 1952. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, tomo II (Nomes Próprios), Rio de Janeiro.

Nunes, J. J., 1933-1937. "Os Nomes de Baptismo – sua origem e significação", *Revista Lusitana* (Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal. Dirigido por J. Leite de Vasconcellos, Lisboa, Livraria Clássica Editora), vols. XXXI-XXXV.

Piel, J.-M., 1989. "Origens e estruturação histórica do léxico português", *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Estudos Gerais / série universitária, IN-CM.

Platão, 1994. *Crátilo. Diálogo sobre a justeza dos nomes*, 2ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

Saussure, F., 1999. *Curso de Linguística Geral*, 8ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Teyssier, P., 1987. *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

Tempo da Língua. Imagens da História da Língua Portuguesa, 2001, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Camões.

Vasconcellos, J. L., 1928. *Antroponímia Portuguesa* (...), Lisboa, Imprensa Nacional.

Idem, 1931. *Opúsculos*, vol. III, *Onomatologia*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

VERBO – Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 18 vols. + 4 vols. de "Suplemento" + vols. de ano (1991, ...).

VERBO – Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura - Edição Século XXI, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 23 vols. (1° vol. – Janeiro de 1998; 29° vol. - Dezembro de 2003).

História Linguística de um nome: *Maria Helena Pinto Novais Paiva*

Apelidos/ Antropónimos	Nº de Ocorrências (Concelho do Porto, 2002/03)	Origem etimológica				Classe gramatical de origem					1ª ocorrência como apelido/antropónimo (século)		
						Nome próprio		Nome Comum					
		Grega	Hebraica	Latina	Pré-latina	Antropó.	Topón.	Animal	Vegetal	outro	X-XI	XII-XIII	XIV-XV
Maria			+			+						+	
Helena		+				+				+			+
Pinto	1837			+				+?			+		
Novais	63			+						+		+	
Paiva	150				+		+					+	

Infinitus lusitanus: considerações sobre o infinitivo flexionado nas gramáticas latino-portuguesas renascentistas

Rogelio Ponce de León Romeo
Universidade do Porto

1. Introdução

São sobejamente conhecidas as consequências que tiveram, para a fixação e para a divulgação do vernáculo, o surgimento dos *Studia humanitatis* e a consequente consideração do Latim como língua de prestígio. No que se refere ao desenvolvimento da teoria linguística, a preeminência do Latim já era clara na Idade Média: na Península Ibérica, as línguas nacionais só começam a ser sistematizadas em gramáticas a partir de finais do século XV, no caso do Espanhol, através da *Gramática de la lengua castellana* (Salamanca 1492) de Antonio de Nebrija, e na terceira década de Quinhentos, no caso do Português, com a *Gramática da linguagem portuguesa* (Lisboa 1536) de Fernão de Oliveira; o Latim, porém, desde a Idade Média que é objecto da teoria linguística, através da gramática especulativa ou dos *modi significandi* (Bursill-Hall 1971), e, já na Renascença, a partir dos *Emendata structura latini sermonis libri sex* (Londres 1524) de Tomás Linacre – considerado o precursor da gramática racional do século XVI, na medida em que se vale da teoria da elipse para a análise sintáctica (Keith Percival 1976, p. 244) –, do *De causis linguae latinae* (Lião 1540) de Júlio César Escalígero, e da *Minerva seu de causis linguae latinae* (Salamanca 1587) de Francisco Sánchez de las Brozas. Neste contexto, no século XVI, a consideração do Latim como língua universal de cultura poderá ter representado um sério impedimento ao desenvolvimento, por assim dizer, científico das

línguas nacionais. Por exemplo, no âmbito pedagógico, grande parte das obras que fazem uma abordagem geral do tema, como os *De disciplinis libri viginti* (Antuérpia 1531) – cujos últimos cinco livros fazem parte do *De tradendis disciplinis, sive de doctrina christiana* (Breva-Claramonte 1994, pp. 22-23) – de Juan Luis Vives, ou como a *Christiani pueri institutio* (Burgos 1588) e os *De sapiente fructuoso epistolares libri quinque* (Burgos 1589) do jesuíta castelhano Juan Bonifacio (Olmedo 1939[1938], pp. 99-104, 128-206), e ainda as que versam a Didáctica das Línguas, como o *De ratione liberorum instituendorum litteris graecis et latinis* (Roma 1565) do jesuíta valenciano Pere Joan Perpinyà, utilizam a língua do Lácio não só como matéria de estudo, mas também como veículo de transmissão de saberes[1].

2. O vernáculo nas gramáticas latinas peninsulares

No caso das Artes latinas, estas apresentavam, contudo, a contradição de serem redigidas na mesma língua que ensinavam, facto que supunha um evidente obstáculo para os discentes. A fim de tratar de resolver este contratempo, os autores deste tipo de obras optaram por se valerem do vernáculo para aproximar os alunos do objecto do estudo, recurso que está já presente, no Outono da Idade Média peninsular, nos tratados escolares denominados *Grammaticae proverbiandi*, largamente estudados por Vicente Calvo (1992; 2000) e Miguel Ángel Esparza (2000, pp. 193-195; 2001). Coerentemente com este antecedente, as gramáticas latino-hispânicas, já desde o final do século XV que utilizam a língua pátria como recurso didáctico, proporcionando valiosos dados sobre as línguas e dialectos ibéricos: paradigmática e bem conhecida é a utilização do

[1] Contudo, certos humanistas hispânicos, cientes da importância do vernáculo na aprendizagem das línguas, começavam a utilizar o romance nos seus tratados pedagógicos; é o caso de Pedro Simón Abril, autor que redigiu em Latim a primeira edição da sua gramática, *Latini idiomatis docendi ac discendi methodus* (Saragoça 1561), ao passo que a segunda edição (Saragoça 1569) "contiene el texto latino y castellano en páginas contrapuestas" (Breva-Claramone 1994, p. 130). Publicou também os *Apuntamientos de cómo se deben reformar las doctrinas, y la manera de enseñarlas para reducirlas a su antigua entereza y perfección* – Madrid 1589 – (Breva-Claramonte 2000, pp. 13-17). Seja como for, o recurso ao Latim como veículo da aprendizagem de outras línguas aparece, por exemplo, na anónima *Util y breve institution para aprender los principios y fundamentos de la lengua hespañola* (Lovaina 1555), obra que apresenta a matéria linguística em Latim, Francês e Espanhol, não só por razões pedagógicas ou comerciais: "Hay otra intención [...] que sitúa al Anónimo de 1555 dentro del ambiente de emulación de los gramáticos del XVI que tratan de mostrar la excelencia de su lengua por su mayor grado de conformidad con la latina. En este orden de ideas se mueve nuestro autor: la gran semejanza del castellano y latín, superior a la del francés" (Roldán 1977, p. XXXII).

Castelhano nas *Introduciones latinas contrapuesto el romance al latín* (c. 1488); por sua vez, o *Perutile grammaticale compendium* (Saragoça 1490) de Daniel Sisó, além de apresentar de forma constante o recurso ao Castelhano como instrumento de aprendizagem da língua do Lácio (Ridruejo 1997; Esparza 2000), oferece, tal como salientou Emilio Ridruejo (1977, p. 62), traços dialectais aragoneses nas versões dos exemplos latinos introduzidas pelo autor[2].

Um caso particularmente interessante é a possibilidade de um mesmo tratado ser adoptado em áreas linguisticamente diferenciadas; estou a referir-me, no contexto educativo da Península Ibérica, aos *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa 1572) do jesuíta madeirense Manuel Álvares, tratado que, não obstante o propósito dos Superiores da Companhia de o estabelecer como gramática para todas as escolas da Companhia, na edição príncipe, encontra-se adaptado para o público luso e, por conseguinte, apresenta a versão para Português dos paradigmas verbais e de parte dos exemplos latinos, bem como valiosos comentários sobre aquela língua (Ponce de León 2000b, pp. 245-246). Em 1578, com o objectivo de introduzir esta gramática nas escolas castelhanas, aparece em Lisboa uma edição com a correspondente versão para o Castelhano e, segundo tive ocasião de verificar, uma reedição desta última em Saragoça (*cum facultate Illustris Domini Vicarii Generalis*), em 1579. No entanto, se no Reino de Castela a gramática integral do P^e^ Álvares não teve a difusão desejada pelos Superiores da Companhia de Jesus (Ponce de León 2003, pp. 126-131), tal parece não ter acontecido nos territórios catalanófonos, pois, no final do século XVI, em Barcelona, registam-se duas edições, em 1596 e em 1599, e uma terceira, datada de 1604, em Palma de Maiorca, estando esta última, segundo os dados de que se dispõe, quase integralmente em Catalão. Ora, o facto de uma gramática latina como a do P^e^ Manuel Álvares ser adaptada a públicos específicos e linguisticamente discriminados pode proporcionar-nos interessantes dados sobre problemas de tradução entre o Latim e, segundo as edições, as línguas portuguesa, castelhana ou catalã, e sobre o funcionamento destas[3].

As gramáticas latinas também nos informam sobre as inevitáveis repercussões do contacto entre línguas cultural e geograficamente próximas, como são o Português e o Castelhano. No contexto gramaticográfico português do século

---

[2] Não é meu propósito aprofundar, no presente estudo, o papel da língua castelhana nas Artes gramaticais latino-castelhanas, aspecto este analisado com pormenor por Miguel Ángel Esparza (1996; 2000).

[3] Não posso deter-me, por falta de espaço e porque não é o momento adequado, nestes problemas, que, no entanto, mereceriam um estudo aprofundado.

XVI, achamos valiosas provas do fenómeno. Num estudo anterior (Ponce de León 2002, pp. 228-231), evidenciei as críticas presentes na Arte do P^e^ Manuel Álvares sobre o deficiente modo como tinham sido traduzidos os paradigmas da conjugação verbal latina; entre outros aspectos, o madeirense denuncia, nos tempos compostos, o uso do auxiliar *aver*, mais próprio da fala castelhana, em vez do mais usualmente português *ter*. Alerta, no fundo, para a contaminação de vocábulos e recursos linguísticos do Espanhol na língua portuguesa. Convém advertir que anos antes tinha sido publicada uma adaptação dos *Commentarii grammatici* (Paris 1537), do gramático flamengo João Despautério, para as escolas portuguesas da Companhia de Jesus; trata-se dos *Carmina Ioannis Despauterii de arte grammatica* (Coimbra 1555), nos quais são vertidos os tempos compostos latinos através de *aver*. Estamos, portanto, perante uma *recognitio* da gramática de Despautério realizada provavelmente por um docente jesuíta espanhol ou por um português que tenha estudado por alguma edição acomodada ao público hispanófono das *Introductiones latinae* de Antonio de Nebrija. Mas, sobretudo, subjaz a esta tensão linguística uma atitude cultural generalizada de diferenciação das duas línguas que, no âmbito português, se deve incluir na denominada "Questão da Língua" (Buescu 1983, pp. 224-236).

3. O infinitivo flexionado nas Artes latino-portuguesas

Como referi anteriormente, não é inabitual depararmo-nos, nas Artes gramaticais renascentistas, com preciosas considerações sobre a norma e o uso de certos fenómenos linguísticos do vernáculo. No que se refere à língua portuguesa, encontramos um claro exemplo nos comentários a propósito do infinitivo flexionado. Entre os manuais para o ensino do Latim estudados, encontrei apreciações apenas em três: no *De verborum coniugatione commentarius* (Lisboa 1540) de André de Resende, nos já referidos *De institutione grammatica libri tres* do P^e^ Manuel Álvares e no *Methodo grammatical para todas as linguas* (Lisboa 1619) de Amaro de Roboredo[4].

[4] Outros tratados consultados foram as *Institutiones tum lucide, tum compendiose, latinarum literarum, tradite dialogo candidis ac vere piis cenobitis sancte crucis* (Coimbra 1535) de Máximo de Sousa; os já referidos *Carmina Ioannis Despauterii de arte grammatica. Cum quibusdam aliis ad puerorum institutionem necessariis*; os *Grammatices duo compendia* (Coimbra 1557) de Fernando Soares Homem; finalmente, as *Institutiones in linguam latinam breviores et lucidiores* (Lisboa 1562) de Jerónimo Cardoso. Pese embora não se incluir cronologicamente entre as gramáticas do Renascimento, vou deter-me no *Methodo grammatical* de Roboredo – bem como na sua *Grammatica latina* (Lisboa 1625) –, porquanto é um dos primeiros autores a seguir e a aplicar, na Península Ibérica, as ideias de Francisco Sánchez de las Brozas.

No que se refere ao *De verborum coniugatione commentarius*, devemos a Telmo Verdelho (1995, pp. 110-112) uma rigorosa análise da exposição que leva a cabo André de Resende sobre o infinitivo latino e o seu contraste com as formas correspondentes portuguesas. Como salienta Verdelho, Resende é o primeiro gramático a apresentar o paradigma do infinitivo flexionado e a emitir um juízo normativo favorável sobre este, que corresponderia em Latim às orações integrantes de infinitivo com sujeito em acusativo:

> "O infinitivo, de forma geral, ou está ligado ao verbo e é determinado pelo sujeito do mesmo, como se de uma só oração se tratasse, por exemplo, *Volo legere, Volumus ire*; ou é determinado, certamente, pelo verbo anterior, mas a acção daquele refere-se a outro sujeito que se põe em acusativo anteposto ao mesmo infinitivo, como se fossem duas orações: *Volo ego te legere*; isto é, *Volo ut legas*. Nesta segunda construção, o infinitivo em Português pode ter números e pessoas"[5].

A seguir, Resende expõe o quadro do infinitivo flexionado[6] e termina com uma defesa deste fenómeno linguístico, na qual contrasta, no quadro da posição do humanista que confirma a preeminência do Latim, o juízo positivo do emprego do infinitivo flexionado com a censura da invasão dos vulgarismos no uso da língua latina:

> "Em qualquer língua se usa uma expressão de forma mais elegante que outra, mas qualquer que seja essa expressão menos elegante não é permanentemente julgada alheia a essa língua. Cícero introduziu muitos helenismos no Latim, antes inauditos, ao não permitir que a língua romana fosse mais parca do que a grega. O mesmo fez Virgílio e, de forma muito mais audaz, Horácio. Nós, o contrário; pois de tal forma nos pesa o que é nosso, que também temos aversão pela riqueza da nossa língua. Mas ninguém pense que digo estas palavras,

---

[5] "Infinituus aut omnino uerbo principali haeret et a supposito ipsius determinatur, quasi una oratio, ut 'Volo legere', 'Volumus ire'; aut determinatur quidem a priori uerbo, sed eius actio refertur ad aliud suppositum quod in adcusatiuo ante ipsum ponitur, quasi duae sint orationes: 'Volo ego te legere', id est 'Volo ut legas'. Hoc secundo modo infinitiuus lusitana lingua numeros et personas habere potest". Tomo a citação de Telmo Verdelho (1995, p. 111). A versão para o Português, nestas e nas seguintes citações dos tratados de Resende e de Álvares, é da minha autoria.

[6] "Praesenti et Imperfecto: S. *Amar eu. Amardes uos. Amar alguem.* P. *Amarmos nos. Amardes uos. Amarem algũos.* Praeterito: *Teer amado eu. Teeres amado tu.* Etc. Futuro: *Inda amar eu. Inda amares tu.* Etc." (*Ibid., ibidem*).

porque amo excessivamente a língua portuguesa, a qual poderia, quanto a mim, totalmente desaparecer, desde que se transformasse na língua romana, que outrora falámos"[7].

Convém ressaltar a importância dum juízo normativo como o referido por André de Resende, porquanto, como salientou Verdelho, "se confessa sobretudo interessado na correcção do uso latino. Aceitaria de bom grado a relatinização do português" (*Ibid.*, p. 111). Mas o testemunho de André de Resende revela mormente uma rica polémica sobre a norma e o uso das estruturas gramaticais do vernáculo. E, no respeitante ao infinitivo flexionado, uma postura antagónica àquela que defende Resende, décadas mais tarde, será assumida com determinação pelo P^e^ Manuel Álvares.

Com efeito, o jesuíta madeirense reprova precisamente o uso da forma flexionada do infinitivo naqueles contextos em que o defendia Resende, designadamente em construções com infinitivo dependente dos *verba declarandi*, nas quais, como observou Maria Helena Paiva a partir da análise do discurso dos gramáticos portugueses quinhentistas, "a invariabilidade do infinitivo é uma tendência geral" (2002, I, p. 119). O referido comentário, incluído no livro primeiro, insere-se na glosa correspondente à explicação do infinitivo latino. Afirma Álvares que:

"O infinitivo latino – ver-se-á com mais pormenor no seu momento – tem cinco tempos, cujo presente e imperfeito estão contidos numa só forma, tal como o perfeito e o mais-que-perfeito. Os portugueses diferenciam claramente os cinco tempos com circunlóquios antepondo a partícula 'que' ao indicativo [...]. Às vezes utilizam o conjuntivo [...]. Expressões como 'Dizem serdes capitam', 'dizem auerdes ser capitam' e as que são deste género, de maneira nenhuma são estimadas pelos homens versados na língua portuguesa. O infinitivo português tem lugar quando se une a verbos como *possum*, *debeo*, *cupio*, *uolo*, *nolo*, *malo* e a outros do mesmo significado, e isto no presente e no imperfeito, pois o perfeito e o mais-que-perfeito são explicados por meio

[7] "In omni lingua aliud alio elegantius dicitur. Sed non statim quidquid non tam elegans est, ab ea lingua alienum iudicatur. Cicero multos in latinam linguam hellenismos induxit, inauditos prius, dum sermonem Romanum angustiorem Graeco esse non patitur. Idem fecit Virgilius, et audacius multo Horatius. Nos contra. Adeo enim nos nostri piget, ut etiam ab linguae copia abhorreamus. Nec uero quisquam me haec arbitretur dicere, quod multum lusitanam linguam deamem, cui per me sane perire licebit, modo in Romanam, quam olim habuimus, mutaretur" (*Ibid*, pp. 111-112).

de um circunlóquio, por exemplo *Cupio esse probus*, 'Desejo de ser uirtuoso' [...]"[8].

Como pode observar-se, o juízo normativo do gramático jesuíta é claramente contrário ao parecer de André de Resende; muito provavelmente Álvares esteja a aludir de forma implícita à proposta do *De verborum coniugatione commentarius*, obra que, não obstante nunca a citar, o jesuíta, sem dúvida, consultou no momento de redigir o tratado sobre os verbos (Ponce de León 2000a, pp. LXXX, LXXXI). Por outro lado, a glosa estudada apresenta também uma crítica explícita contra a contaminação por vocábulos castelhanos da língua portuguesa, censurando de novo a castelhanização das estruturas gramaticais portuguesas, e particularmente a utilização do auxiliar *aver* nos tempos compostos:

> "Às vezes com a mesma forma de presente o português explica o mais-que-perfeito, por exemplo *Poterat iam fuisse mortuus, profectus*, etc., 'Podera ja ser morto, partido', etc, pois expressões como 'Auer sido morto, partido' e outras semelhantes, que ninguém que apenas saiba falar português utiliza, são, segundo dissemos, barbaramente transferidas do Castelhano para o Português"[9].

Com efeito, o jesuíta de Ribeira Brava é consciente das repercussões que esta questão podia ter na aprendizagem do Português a partir das Artes gramaticais latinas e, talvez por isso, torna-se um tema recorrente ao longo do livro primeiro.

---

[8] "Modus infinitus, ut plenius suo loco uidebis, quinque habet tempora, quorum praesens et imperfectum uoce una, perfectum itidem et plusquam perfectum una continentur. Lusitani omnia tempora circuitionibus apertissime discernunt indicatiuo particulam 'que' praeponentes [...]. Interdum utuntur subiunctiuo [...].Locutiones illae, 'Dizem serdes capitam', 'dizem auerdes ser capitam', quaeque sunt generis eiusdem, linguae Lusitanae peritis haud quaquam probantur. Lusitano infinito locus est, cum uerbis *possum, debeo, cupio, uolo, nolo, malo* et aliis eiusdem significationis iungitur, idque in praesenti et imperfecto, nam perfectum et plusquam perfectum circuitione explicantur, ut *Cupio esse probus*: 'Desejo de ser uirtuoso' [...]" (Álvares 1974[1572], f. 14v).

[9] "Interdum eadem uoce praesenti Lusitana explicatur plusquam perfectum, ut *Poterat iam fuisse mortuus, profectus*, etc, 'Podera ja ser morto, partido', etc. Nam illa 'Auer sido morto, partido' et his similia, quibus nemo qui modo Lusitane sciat utitur, e Baetico, ut diximus, barbare in Lusitanum conuersa sunt" (*Ibid.*, *ibidem*).

Mas, voltando ao infinitivo flexionado, nota-se em Álvares uma marcada divergência entre o que Maria Helena Paiva (1986, pp. 390-392) denominou *atitude* (isto é, juízos explícitos do gramático sobre o funcionamento da língua) e *prática linguística*, na medida em que o gramático madeirense, após ter censurado a utilização da forma flexionada, emprega-a ao traduzir certos exemplos. É o que verificamos quando descreve as diferentes traduções do pretérito perfeito e do pretérito mais-que-perfeito do conjuntivo latino:

> "Três formas há de traduzir para o Português estes tempos, facto a que não seria preciso fazer menção, se muitos, enquanto se queixam da pobreza da língua portuguesa, não os vertessem barbaramente: *Cum uirtutem semper plurimum amaueris maximique feceris, non miror te apud omnes ordines esse gratiosum*: 'Como sempre amastes e estimastes muyto a uirtude', etc.; *Ne literam quidem a patre tuo possum impetrare, cum ad eum longissimas epistolas saepissime scripserim*: 'Nem hũa soo letra posso auer de uosso pay, tendolhe escripto muytas uezes', etc.; *Miror te haec ignorare, cum maximam partem orbis peragraris*: 'Espantome nam saberdes isto tendo corrido a mayor parte do mundo'"[10].

Como se pode observar, fundamenta os seus argumentos através de um conjunto de exemplos latinos com a correspondente versão para o Português, utilizando numa destas traduções uma forma de infinitivo flexionado.

Posição semelhante a respeito do infinitivo flexionado assume Amaro de Roboredo no *Methodo grammatical para todas as linguas*, se bem que adoptando uma perspectiva teórica afastada, como é a da gramática geral. Coerentemente com os pressupostos racionalistas do Brocense – que nega a existência de verbos impessoais, pois todo o verbo é precedido de nominativo (1995[1587], p. 222) –, para Roboredo o único tipo de verbo impessoal é, tal como defende o gramático espanhol (*Ibid*, p. 86), o infinitivo: "O verbo pessoal he o que tem pessoas, o Impessoal he o Infinitivo como ja se vê" (Roboredo 2002[1619], p. 13). Por

[10] "Trifariam haec tempora [praeteritum perfectum et praeteritum plusquam perfectum coniunctiui modi] in Lusitanum conuertuntur, cuius rei non opus esset ullam mentionem fieri, nisi multi ea, dum de Lusitanae linguae inopia queruntur, barbare transferret. *Cum uirtutem semper plurimum amaueris maximique feceris, non miror te apud omnes ordines esse gratiosum*: 'Como sempre amastes e estimastes muyto a uirtude', etc.; *Ne literam quidem a patre tuo possum impetrare, cum ad eum longissimas epistolas saepissime scripserim*: 'Nem hũa soo letra posso auer de uosso pay, tendolhe escripto muytas uezes', etc.; *Miror te haec ignorare, cum maximam partem orbis peragraris*: 'Espantome nam saberdes isto tendo corrido a mayor parte do mundo'" (*Ibid.*, f. 25r/v).

isso, não surpreende que descreva, numa perspectiva de contraste entre o Latim e o Português, o infinitivo flexionado como uma forma corrompida pelo uso:

> "Tem finalmente a Portuguesa hum Infinitivo que o uso corrompendoo fez pessoal, & delle carecem as linguas, de que tenho noticia, *Como eu amar, tu amares, elle amar.* Pl. *Nos amarmos, vos amardes, elles amarem*; he semelhante ao segundo futuro: mas em algũs verbos não, *Como eu dizer, tu dizeres*, &c.; *eu fazer, tu fazeres, elle fazer*: *De nos fazermos arte Portuguesa resultará proveito na Republica*; o segundo futuro he: *eu fizer, tu fizeres, elle fezer* [sic], &c.; *eu disser*, &c" (*Ibid.*, p. 33).

No que se refere à *Grammatica latina* do mesmo autor, quando explica o infinitivo latino, não faz referência ao infinitivo flexionado – embora o referido contraste seja um recurso habitual, como acontece, de resto, no *Methodo grammatical* –, omissão esta que poderá ser interpretada como um juízo negativo sobre a sua utilização. Contudo, como acontecia com Álvares, Roboredo utiliza-o, se bem que não com frequência, por exemplo, quando analisa a elipse das formas pessoais átonas acusativas nos verbos activos: "os quaes [pessoais acusativos *me, te, se, nos, vos, se*] saõ tam faceis de entender, que he propriedade Latina calaremse; & he propriedade Portuguesa declararemse".

4. Conclusão

No contexto da produção gramaticográfica portuguesa do Século XVI, é necessário evidenciar a importância das Artes latinas na difusão, na fixação e no ensino do vernáculo. Telmo Verdelho, a propósito dos alvaresianos *De institutione grammatica libri tres*, pondera o papel destes na "implícita escolarização do português" (1995, p. 110). Tal afirmação, em minha opinião, deve ser alargada a outros manuais latinos do século XVI, como o *De verborum coniugatione commentarius* ou os *Carmina Ioannis Despauterii de arte grammatica* – nas Artes latino-portuguesas do século XVII a importância do vernáculo é obvia. Mas também, quanto ao sistema linguístico, às gramáticas latinas subjazem propostas normativas, por vezes ausentes nas Artes romances. E o caso do infinitivo flexionado torna-se um exemplo modelar.

Referências Bibliográficas

1. Fontes primárias

Álvares, M., 1578. *De institutione grammatica libri tres*, Lisboa, António Ribeiro.
—, 1579. Saragoça, Juan de Alteraque.
—, 1596. Barcelona, Jaume Cendrat.
—, 1599. Barcelona, Gabriel Graells & Giraldo Dotil.
—, 1604. Palma de Maiorca, Gabriel Guasp.
—, 1974[1572]. Funchal, Junta Autónoma do Distrito do Funchal.
Bonifacio, J., 1588. *Christiani pueri institutio*, Burgos, Felipe Junta.
—, 1589. *De sapiente fructuoso epistolares libri quinque*, Burgos, Felipe Junta.
Cardoso, J., 1562. *Institutiones in linguam latinam breviores et lucidiores*, Lisboa, João de Blávio.
Despautério, J., 1537. *Commentarii grammatici*. Paris, Robert Estienne.
—, 1555. *Carmina Ioannis Despauterii de arte grammatica. Cum quibusdam aliis ad puerorum institutionem necessariis*, Coimbra, João Álvares.
Escalígero, J. C., 1540. *De causis linguae latinae*, Lião, Apud Sebastianum Gryphium.
Linacre, T., 1998[1524]. *De emendata structura latini sermonis libri sex*, Mª L. Harto Trujillo (ed.), Cáceres, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura.
Nebrija, A. de, 1992[1492]. *Gramática de la lengua castellana*, A. Quilis (ed.), Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica / Instituto de Cooperación Iberoamericana, 3 vols.
—, 1996[c. 1488]. *Introduciones latinas contrapuesto el romance al latín*, M. Á. Esparza e V. Calvo (eds.), Münster, Nodus Publikationen.
Oliveira, F. de, 2000[1536]. *Gramática da linguagem portuguesa*, A. Torres e C. Assunção (eds.), Lisboa, Academia das Ciências.
Perpinhà, P. J., 1749[1565]. *De ratione liberorum instituendorum litteris graecis et latinis*, Roma, Petrus Lazeri.
Resende, A. de, 1540. *De verborum coniugatione commentarius*, Lisboa, Luís Rodrigues.
Roboredo, A. de, 1625. *Grammatica latina de Amaro de Roboredo. Mais breve, e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras*, Lisboa, António Álvares.
—, 2000[1619]. *Methodo grammatical para todas as linguas*, M. Kossarik (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
Sánchez de las Brozas, F., 1995[1587]. *Minerva o de causis linguae latinae*, E. Sánchez Salor e C. Chaparro (eds.), Cáceres, Institución Cultural "El Brocense", Diputación Provincial de Cáceres e Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura.

Simón Abril, P., 1561. *Latini idiomatis docendi ac discendi methodus*, Saragoça, Bartolomé Marco.

—, 1569. Saragoça, Pedro Bernuz.

—, 1589. *Apuntamientos de cómo se deben reformar las doctrinas, y la manera de enseñarlas para reducirlas a su antigua entereza y perfección*, Madrid, Pedro Madrigal.

Sisó, D., 1995[1490], *Perutile grammaticale compendium*, Mª del S. Pérez Romero (ed.), Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de La Laguna (edição do autor).

Soares Homem, F., 1557. *Grammatices duo compendia*, Coimbra, João Álvares.

Sousa, M., 1535. *Institutiones tum lucide, tum compendiose, latinarum literarum, tradite dialogo candidis ac vere piis cenobitis sancte crucis*, Coimbra.

1977[1555]. *Util y breve institution para aprender los principios y fundamentos de la lengua hespañola*, A. Roldán (ed.), Madrid, C.S.I.C.

Vives, J. L., 1531. *De disciplinis libri viginti*, Antuérpia, Michael Hillenius in Rapo.

2. Fontes secundárias

Breva-Claramonte, M., 1994. *La didáctica de las lenguas en el Renacimiento: Juan Luis Vives y Pedro Simón Abril. Con selección de textos*, Bilbau, Universidad de Deusto.

—, 2000. "Los antecedentes de la didáctica de las lenguas en Pedro Simón Abril (1530-1600)", *La lingüística española en la época de los descubrimientos: Actas del Coloquio en Honor del Profesor Hans-Josef Niederehe*, Beatrice Bagola (ed.), Hamburgo, Helmut Buske, pp. 9-18.

Buescu, M. L. C., 1983. *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do Século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Bursill-Hall, G. L., 1971. *Speculative grammars of the Middle Ages. The doctrine of* partes orationis *of the modistae*, Haia/Paris, Mouton.

Calvo, V., 1992. "Una gramática latina medieval con notas en romance castellano", *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos*, pp. 249-261.

—, 2000. *Grammatica proverbiandi. Estudio de la Gramática Latina en la Baja Edad Media Española*, Münster, Nodus Publikationen.

Esparza, M. Á., 1996. "Trazas para la historia de la gramática española", *Scripta Philologica in memoriam Manuel Taboada Cid*, Manuel Casado Velarde *et alii* (eds.), A Corunha, Servicio de Publicacions da Universidade da Coruña, v. I, pp. 47-74.

—, 2000. "La lingüística española en tiempos de Fernando de Rojas: ideas, autores, obras", *El mundo como contienda. Estudios sobre La Celestina*, Pilar Carrasco (ed.), Málaga, Universidad de Málaga, pp. 185-219.

—, 2002. "Ecos del método *proverbiandi* en la tradición gramaticográfica española del Siglo de Oro", *Romeral. Estudios filológicos en homenaje a José Antonio Fernández Romero*, Inmaculada Báez e Mª Rosa Pérez (eds.), Vigo, Servicio de Publicacions da Universidade de Vigo, pp. 93-116.

Esparza, M. Á. e V. Calvo, 2001. "La grammatica proverbiandi y la nova ratio nebrissensis", *History of Linguistics in Spain II*, E. F. K. Koerner e H-J. Niederehe (eds.), Amsterdão / Filadélfia, John Benjamins, pp. 35-56.

Olmedo, F. G., 1939. *Juan Bonifacio (1538-1606) y la cultura literaria del Siglo de Oro*, Santander, Publicaciones de la Sociedad de Menéndez Pelayo.

Paiva, M. H. N., 1986. "Vernaculidade versus relatinização: o testemunho dos gramáticos portugueses quinhentistas", *Actas do 1º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística.

—, 2002. *Os gramáticos portugueses quinhentistas e a fixação do padrão linguístico: contribuição da informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Porto (edição do autor), 4 vols.

Percival, W. K., 1976. "Deep and Surface Structure Concepts in Renaissance and Medi-, aeval Syntactic Theory", *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*, H. Parret (ed.), Berlim/Nova Iorque, Walter de Gruyter.

Ponce de León, R., 2000a. *Aproximación a la obra de Manuel Álvares. Edición crítica de sus* De institutione grammatica libri tres, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid (edição do autor), 3 vols.

—, 2000b. "Las propuestas metodológicas para la enseñanza del latín en las escuelas portuguesas de la Compañía de Jesús a mediados del siglo XVI", *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos*, 19, pp. 233-257.

—, 2002. "Textos gramaticales jesuíticos para la enseñanza del latín en Portugal: el *De constructione octo partium orationis* (Coimbra 1555)", *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos*, 22, 1, pp. 211-253.

—, 2003. "La difusión de las artes gramaticales latino-portuguesas en España (siglos XVI-XVII)". *Actas do Colóquio Internacional Entre Portugal e Espanha. In honorem José Adriano de Freitas Carvalho (Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 0), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 119-145.

Ridruejo, E., 1977. "Notas romances en gramáticas latino-españolas", *Revista de Filología Española*, 59, pp. 51-80.

—, 1997. "Lengua real y artefactos lingüísticos: sobre el romance de Daniel Sisó", *Homenaje al Prof. Roldán Pérez*, R. Escavy *et alii* (eds.), Murcia, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, v. I, pp. 511-522.

Verdelho, T., 1995. *As origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*, Aveiro, I. N. I. C.

Edição e estudo estatístico-lexical da documentação foraleira transmontana: um projecto em curso

Maria Olinda Rodrigues Santana
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

O projecto de investigação denominado *Núcleo de Documentação Foraleira Transmontana* encontra-se, ainda, numa fase preliminar.

Até ao momento, foram efectuados dois inventários: um da documentação foraleira medieval, outro da manuelina. Foram realizados, de igual forma, dois tipos de edição de texto: uma edição diplomático-interpretativa de uma grande parte da documentação foraleira manuelina concedida às localidades transmontanas e alto-durienses, bem como uma edição paleográfica da documentação foraleira dionisina outorgada às mesmas localidades.

No presente texto, pretendo anunciar, fundamentalmente, uma tipologia das fontes foraleiras antigas e uma outra das fontes foraleiras novas. Iniciei um percurso investigante fazendo uma revisão e uma ampliação das classificações historiográficas e jurídicas existentes, neste domínio. Depois desse primeiro passo, construí duas tipologias foraleiras: uma para as fontes medievais e outra para as manuelinas.

As tipologias, agora apresentadas, estribam-se em descrições diplomáticas, documentais e, essencialmente, discursivas ancoradas nas definições e explicações textuais gravadas nos próprios textos foraleiros.

1. O surgimento do projecto: justificação

O projecto de investigação denominado *Núcleo de Documentação Foraleira Transmontana* integra uma unidade de investigação do Centro de Estudos

em Letras do Departamento de Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, denominada "Língua e cultura: património escrito e oral"[1].

O *Núcleo de Documentação Foraleira Transmontana* é um projecto de investigação interdisciplinar, que se inscreve no domínio dos estudos linguísticos diacrónicos, e pretende dar alguns contributos para o conhecimento da História da Língua Portuguesa e da História Regional e Local de Trás-os-Montes e Alto Douro. Os resultados do trabalho destinam-se a dois públicos específicos: os linguistas e os historiadores.

As duas grandes finalidades do projecto centram-se numa edição conservadora da documentação foraleira antiga e manuelina outorgadas pelo poder central à região de Trás-os-Montes e Alto Douro e no respectivo estudo vocabular, lexical e discursivo.

Para levar a cabo o trabalho enunciado, foi constituída uma pequena equipa de trabalho formada por quatro pessoas: eu própria e três outros membros[2] — a Dr.ª Ana Lúcia Costa, o Dr. Mário Mineiro o Dr. José Peixoto da Mota.

Explicitando um pouco mais a estrutura do projecto, indico os seus objectivos específicos:

1.º inventariar exaustivamente a documentação foraleira remanente outorgada à região de Trás-os-Montes e Alto Douro, desde a mais antiga outorga concedida pelo Conde D. Henrique [1096] até ao final da reforma foraleira manuelina, 1520,

2.º compilar em dois corpora toda a documentação: um primeiro corpus será constituído pelos textos foraleiros medievais lavrados em latim e em

---

[1] O referido Centro era um desígnio transmitido, há algum tempo, aos docentes do Departamento de Letras pelo actual Director do Centro, Prof. Dr. Carlos Assunção. Contudo, algumas vicissitudes fizeram com que o Centro, apenas, fosse formalmente reconhecido pela Fundação da Ciência e Tecnologia, em 2002, por isso mesmo é um centro ainda recém-criado.

[2] Os três membros da equipa foram meus mestrandos, no Mestrado em Cultura Portuguesa ministrado, no ano lectivo de 2000-2002, no Departamento de Letras da UTAD, e escolheram elaborar as suas dissertações no domínio da documentação foraleira dionisina de Trás-os-Montes passando, desde o ano lectivo de 2002-03, a fazer parte da equipa de trabalho. A dissertação de Mestrado da Dr.ª Ana Lúcia Costa intitula-se: *Documentação foraleira dionisina dos concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Torre de Moncorvo e Vinhais: contextualização histórico-geográfica e edição.* Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2003. 2. vols. Dissertação de Mestrado em Cultura Portuguesa. A do Dr. José Peixto da Mota apresenta o título: *Documentação foraleira colectiva dionisina dos concelhos de Bragança, Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro: edição e estudo.* Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2003. 2. vols. Dissertação de Mestrado em Cultura Portuguesa.

português, registados nas Chancelarias[3] medievais, um segundo será composto pelos textos foraleiros novos escritos num período de transição[4] do português antigo para o português moderno, lavrados na Chancelaria manuelina,

3.º editar a mesma documentação, elaborando uma edição paleográfica[5] e/ ou uma edição diplomático-interpretativa[6],

---

[3] Como o estudo linguístico que pretendemos realizar será um estudo vocabular, lexical e discursivo, iremos utilizar as edições interpretativas das Chancelarias Portuguesas, organizadas e dirigidas por A. H. de Oliveira Marques e, as mais recentes, por João José Alves Dias, tendo, contudo, a preocupação de cotejar as referidas edições com os Registos do I.A.N./T.T.

- *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I (1357-1367).* Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques.

- *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV.* Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. Volume I (1325-1336), 1990. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques. Volume II (1336-1340). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Teresa Ferreira Rodrigues. Volume III (1340-1344). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Teresa Ferreira Rodrigues.

- *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte.* Volume I, Tomo I (1433-1435). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998. Organização de João José Alves Dias. Volume I, Tomo 2 (1435-1438). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998. Organização e revisão geral de João José Alves Dias. Volume II (*Livro da Casa dos Contos*). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1999. Edição preparada e revista por João José Alves Dias.

[4] Cf. MAIA, Clarinda de Azevedo - Sociolinguística histórica e periodização linguística: algumas reflexões sobre a distinção entre português arcaico e português moderno. In Diacrítica Revista do Centro de Estudos Humanísticos. Braga: Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho. 10 (1995) 1-30. Concordo com a periodização da história linguística do português proposta pela autora no artigo citado, e acrescento que a edição e o estudo vocabular da documentação foraleira manuelina exarada de 1496 a 1520 contribuem com dados linguísticos concretos (a nível grafemático, fonético-fonológico, morfológico, sintáctico e lexical) para o fornecimento de uma maior consistência linguística do período de transição, comprovando, na realidade, os traços linguísticos característicos e "identificadores" da língua portuguesa neste lapso de tempo. Com base nos fundamentos teórico-metodológicos apresentados pela Prof.ª Clarinda de Azevedo Maia, no texto atrás mencionado, e apoiando-me também na caracterização de português médio feita pelo Prof. Ivo Castro, no *Curso de História da Língua Portuguesa* (Castro, 1991, 234), onde refere duas vezes que o uso da língua "achava-se em transição. Pode dizer-se que todo o período a que chamamos português médio (ou pré-clássico) foi uma longa transição da língua medieval para uma plataforma estável e 'clássica'". Por que não designar este período de transição da história da língua portuguesa de português de transição? Esta é a minha proposta.

[5] Da documentação medieval estão os outros três membros da equipa a realizar uma edição paleográfica, seguindo os critérios apresentados pelo Prof. António Emiliano, no relatório – *Critérios e normas para transcrição e transliteração de textos medievais.* V.1.0. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, 2002. Optámos pela edição Tipo 3 – paleográfica com transcrição larga em tipo normal, p. 52-60.

4.º tratar estatística, lexical e discursivamente[7] os corpora,

5.º elaborar glossários[8] ou vocabulários exaustivos das sincronias em análise e, por fim, um dicionário histórico[9] com os vocabulários particulares, específicos dos discursos foraleiro medieval e manuelino produzidos para e nas localidades de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Numa primeira comunicação sobre o projecto enunciado, é meu intento apresentar uma tipologia, ainda, provisória das fontes foraleiras antigas, uma outra tipologia mais concluída, mais completa da documentação foraleira manuelina[10] e fornecer alguns dados sobre os inventários exaustivos das referidas documentações.

Deixarei para outras oportunidades as razões da escolha do tipo de edição, bem como a apresentação dos resultados estatístico-lexicais e discursivos dos corpora em estudo[11].

---

[6] Da documentação manuelina, realizei uma edição diplomático-interpretativa do Livro de Registos manuelino lavrado para a comarca de Trás-os-Montes e de 22 inquirições manuelinas no meu trabalho - *Liuro dos Foraes Nouos da Comarqua de Trallos Montes: edição, enquadramento histórico e análise estatístico-linguística.* Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Université de Toulouse-Le-Mirail II, 1998. 4 vols. Tese de Doutoramento Europeu em Linguística Portuguesa, publicado, de novo, na obra — *Liuro dos Foraes Nouos da Comarqua de Trallos Montes: introdução, edição diplomática e notas.* Mirandela: João Azevedo Editor, 1999. Edição patrocinada pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

[7] CAMLONG, André - *Méthode d'analyse lexicale, textuelle et discursive.* Paris: Ophrys, 1996. Através da manipulação do programa informático Stablex e do manual, *Stablex Pratique: indexation des textes, traitement statistique des lexiques, extraction des séquences, création des dictionnaires, Les huit contes de Ch. Perrault.* Toulouse: Teknea, 1991, criados por Camlong, e da aplicação de uma metodologia estatístico-lexical e discursiva proposta na obra acima citada, conseguiremos estudar os discursos foraleiros exarados para os municípios transmontanos, no decurso da Idade Média até ao alvorecer da Idade Moderna.

[8] Um glossário onde será tratado o vocabulário foraleiro medieval, ou seja, as formas dos textos latinos e dos textos portugueses, um segundo vocabulário contemplará as formas dos textos do português de transição.

[9] Pretendemos construir um dicionário seguindo, aproximadamente, o modelo proposto por HAENSC, G.; WOLF, L.; ETTINGER, S.; WERNER, na obra, *LA LEXICOGRAFÍA: de la Linguística teórica A la Lexicografía Prática.* Para estes autores o dicionário histórico "estuda a trajectória de uma palavra com as alterações de forma e significado através dos séculos; geralmente desde que aparece documentada num texto escrito até um determinado período; muitas vezes até ao presente. O elemento mais importante de um dicionário histórico são as citações de textos pertencentes a diferentes épocas." Madrid: Editorial Gredos, 1982, p. 161.

[10] Cf. A documentação foraleira manuelina da região duriense. In A *HISTÓRIA DO DOURO E DO VINHO DO PORTO: Época Moderna.* Porto: GEHVID / Edições Afrontamento, Volume III, no prelo.

[11] O subcorpus do Livro de Registos manuelino Liuro dos Foraes Nouos da Comarqua de Trallos Montes, para além da edição diplomático-interpretativa, tem um tratamento estatístico-lexical e discursivo completo, no Volume III, do meu trabalho, acima citado, *Ob. cit.*, 1998. 4 vols. Tese de Doutoramento Europeu em Linguística Portuguesa.

2. Breve enquadramento das fontes

Começarei por delinear um pequeno enquadramento histórico, jurídico e diplomático das fontes foraleiras antigas e novas.

Como é consabido, o movimento da Reconquista conduziu, inevitavelmente, à necessidade político-estratégica — por parte dos condes portucalenses e dos primeiros monarcas portugueses — de procederem a uma fixação populacional nas zonas conquistadas, dando especial atenção às zonas fronteiriças. Os nossos primeiros reis viram-se obrigados a traçar uma política de repovoamento e defesa que os ajudasse a estruturar o estado medieval português[12]. A concretização dessa empresa apoiou-se, sobretudo, em dois processos: na formação dos concelhos a na senhorialização laica[13] e eclesiástica[14]. Para o nosso estudo interessa, principalmente, observar o primeiro processo (o municipalismo), pois pretendemos analisar a criação de uma extensa rede de núcleos populacionais (concelhos e lugares), na zona geográfica de Trás-os-Montes e Alto Douro. Queremos, de igual forma, assinalar as evoluções linguísticas (vocabulares, lexicais e discursivas) que espelham o *modus vivendi* de cada comunidade transmontana e alto-duriense, no decorrer da Idade Média até ao dealbar da Idade Moderna.

Na Idade Média, as outorgas condal e régias de documentação foraleira eram autênticas certidões de nascimento dos concelhos e dos lugares, no fundo, das comunidades rurais de Trás-os-Montes e Alto Douro. O nascimento, a evolução, a transformação e, inclusive, a morte das comunidades rurais transmon-

---

[12] MARQUES, José - Povoamento e Defesa na Estruturação do Estado Medieval Português. *Revista de História*. Porto: C.H.U.P./ I.N.I.C. Vol. VIII, (1988) 9-34.

[13] José MATTOSO diz-nos na obra - *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. 4.ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1991. Volume I - Oposição, p. 190, o seguinte sobre a senhorialização laica "O sistema senhorial de transmissão da propriedade, de alianças e de apropriação dos poderes públicos, mostrou-se eficaz e com uma enorme capacidade de expansão. Ao terminar o século XII, os mais dinâmicos senhores não se contentavam com a terra onde os seus antepassados haviam feito fortuna: conquistavam, pedaço a pedaço, as leiras e casais de pequenos proprietários alodiais, ou, em grandes áreas, as das comunidades de homens livres da Beira e de Trás-os-Montes. O movimento de senhorialização, um movimento contido por Afonso II, continua a expandir-se, depois, de uma maneira desenfreada até à guerra civil de 1245. A seguir, voltará a ter de defrontar a firme oposição do rei, não só porque ele pretende defender as suas prerrogativas estatais, únicas, mas porque é também um 'senhor' e combate, por isso mesmo, a concorrência dos que só podem crescer à sua custa. Mas o Norte estava saturado de nobres."

[14] Idem, ibidem, "há bispos e abades, que incarnam, os primeiros, a diocese com os seus cónegos e párocos, e os segundos, a comunidade monástica com os seus monges. Estes, não há dúvida, podem-se assimilar aos senhores, e por vezes aos de maior categoria social", p. 192.

tanas[15]: todos esses momentos históricos estão lavrados nas Chancelarias régias medievais e manuelina.

Cronologicamente, as doações da documentação foraleira antiga às localidades da região de Trás-os-Montes e Alto Douro aconteceram na "fase áurea do povoamento" (Cf. MARQUES, 1988, 9-10), ou melhor, num período de repovoamento do território portucalense, iniciado, numa fase anterior à fundação de nacionalidade e intensificada, sobretudo, a partir dos finais do século XII até às primeiras décadas de trezentos.

Os outorgamentos foraleiros manuelinos, por seu turno, estão directamente relacionados com a reforma dos forais antigos e com as concomitantes reformas dos Arquivos régios medievais, acontecidas nos finais do século XV e inícios do século XVI. Mas, para compreender as omissões, os vazios documentais de algumas Chancelarias régias medievais, é preciso lembrar, sucintamente, as conjunturas históricas, políticas e culturais que produziram as duas reformsC das Chancelarias Régias: a reforma de Zurara ocorrida no século XV e a reforma da Leitura Nova, no século XVI. Estas duas reformas dos Arquivos da Torre do Tombo reduziram drasticamente os registos originais das Chancelarias medievais e legaram-nos "livros de cópias"[16] (COSTA, 1996, 97). Como nos elucida Pe Avelino de Jesus da Costa, dos remanescentes 27 livros (COSTA, 1996, 95) das Chancelarias régias medievais, metade são originais (cerca de treze ou catorze) a outra metade são cópias. A razão da "existência de tão reduzido número de volumes para o longo período de 221 anos (1217-1438) deve-se, em grande parte, à chamada reforma dos registos da Chancelaria feita pelo guarda-mor da Torre do Tombo, e cronista Gomes Eanes de Azurara" (COSTA, 1996, 95).

A reforma dos registos da Chancelaria, que redundou na destruição de várias chancelarias, foi ordenada por Afonso V, após a audição dos descontentamentos dos representantes concelhios, nas cortes iniciadas em Coimbra em 1472 e terminadas em Évora em 1473, relativamente às adulterações dos forais antigos por parte dos donatários[17]. O referido monarca autorizou a reforma dos Arquivos

---

[15] A título ilustrativo, podemos referir o desaparecimento da aldeia de Xudreiros, em Vila Pouca de Aguiar, no século XIV e a agregação dos seus terrenos e propriedades à aldeia de Tourencinho.

[16] COSTA, Pe Avelino de Jesus da - A Chancelaria Real Portuguesa e os seus Registos, de 1217 a 1438. In *Revista da Faculdade de Letras - História*. II Série. Vol. XIII. Porto (1996) 71-101.

[17] As queixas dos representantes concelhios sobre as adulterações dos forais antigos por parte dos donatários começaram nas cortes de Santarém em 1430, desde o reinado de D. João I, e só terminaram com a reforma dos forais antigos levada a cabo, efectivamente, por D. Manuel I, de 1496 a 1520, pois interessa mencionar que a reforma dos forais antigos foi iniciada por D. João II em 1481, através da emissão de uma carta régia que ordenava a recolha de todos os forais antigos e outros títulos dos lugares.

da Torre do Tombo. Esta reforma foi dirigida por Gomes Eanes de Zurara, guarda-mor da Torre do Tombo e concretizada pelo escrivão Fernando de Elvas, escrivão da Torre do Tombo, autorizado a copiar por extenso os documentos avaliados como importantes e a fornecer um resumo dos outros, omitindo os que foram apreciados como inúteis, pondo-lhe ao lado a palavra 'escusada' (Cf. COSTA, 1996, 96).

Com tal operação, Fernando de Elvas coligiu num volume os registos de D. Pedro I; reduziu a dois volumes os dezassete registos de D. Fernando; resumiu em quatro volumes, quarenta e oito registos de D. João I, e num único volume, os cinco registos de D. Duarte." (COSTA, 1996, 96). O "duplicado do Livro I do Registo de D. Afonso III" e "quatro livros do registo de D. Dínis, cujos originais foram considerados inúteis no séc. XV" (COSTA, 1996, 97), juntamente com 80 volumes de registos reformados por Zurara desapareceram durante a reforma da Leitura Nova, de 1526 a 1532, em pleno reinado de D. João III, eliminados supostamente por Tomé Lopes escrivão da Torre do Tombo e guarda-mor interino do mesmo Arquivo.

As duas reformas dos Arquivos régios cercearam imensa documentação régia original, emanada, sobretudo, nos reinados de D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I, D. Fernando I, D. João I e D. Duarte. A falha documental e a existência de cópias tardias torna complexo o estudo da evolução da língua portuguesa, numa abordagem grafemática, fonológica e, talvez até, morfológica representadas nas citadas Chancelarias. No entanto, as cópias remanescentes dos mencionados Registos permitem com algumas limitações a elaboração de estudos vocabulares, lexicais e discursivos das Chancelarias em causa.

Na reforma da Leitura Nova foi executada a reescrita da documentação foraleira antiga, avaliada, na altura em risco, tal como acontecera algumas décadas antes na de Zurara. Porém, nessa mesma reforma foi, também, exarada a documentação original da Chancelaria manuelina, que nos interessa particularmente. Dos 61 livros remanescentes da Leitura Nova são "livros de registo de chancelaria os dois de D. João III e os cinco de forais manuelinos. Todos os outros são livros de registo de cópias autênticas, devidamente assinados pelo rei ou altos funcionários responsáveis por este trabalho (...)."[18] (CHORÃO, 1990, 25-26).

[18] CHORÃO, Maria José Bigotte - *Os forais de D. Manuel 1496-1520*. Lisboa: A.N.T.T., 1990.

Ao contrário do que acontece com muita documentação foraleira medieval, como acabámos de esclarecer, a documentação foraleira manuelina remanente é toda ela original.

De seguida, tentarei traçar uma tipologia da documentação foraleira antiga, ainda, provisória e a classificação das fontes foraleiras manuelinas completa.

2.1 Documentação foraleira medieval e manuelina: tentativa de classificação

Começarei por fazer, num primeiro momento, um pequeno levantamento das várias classificações historiográfico-jurídicas[19] da primeira geração de forais (as fontes foraleiras antigas). Contudo, antes de referir as citadas tipologias acompanhadas das suas cambiantes de filiação ou genealogia de forais antigos[20], importa evocar duas grandiosas obras, do domínio em estudo, ainda, produzidas no século XIX: o índice detalhado das fontes foraleiras antigas e novas elaborado por Francisco Nunes Franklin[21] e a colossal edição da documentação costumeira, foraleira e legislativa antigas concretizada por Alexandre Herculano, na segunda metade do século XIX[22].

---

[19] HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III.* Lisboa: Livraria Bertrand, 1981. Notas críticas de José Mattoso, Tomo IV, subdivide os "concelhos portugueses em três classes: rudimentais, imperfeitos e completos" p. 92 e segs.

SOARES, Torquato de Sousa - *Apontamentos para o Estudo da Origem das Instituições Municipais Portuguesas. Lisboa*: [s.n.], 1931, p. 69-75. Subdivide os "concelhos em rurais","concelhos urbanos" e "distritais". No artigo, Concelhos. *Dicionário da História de Portugal.* 1.ª edição. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963. Vol. I, p. 651-654, o mesmo autor já só considera dois grandes grupos: os concelhos "rurais" e "urbanos".

HERCULANO, Alexandre - *Ob. cit.* Lisboa: Livraria Bertrand, 1981. Notas críticas de José Mattoso, Tomo IV, subdivide os "concelhos portugueses em três classes: rudimentais, imperfeitos e completos" p. 92 e segs. SOARES, Torquato de Sousa - *ob.cit.* Lisboa: [s.n.], 1931, p. 69-75. Subdivide os "concelhos em rurais","concelhos urbanos" e "distritais". No artigo, Concelhos. *Dicionário da História de Portugal.* 1.ª edição. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963. Vol. I, p. 651-654, o mesmo autor já só considera dois grandes grupos: os concelhos "rurais" e "urbanos".

[20] HERCULANO, Alexandre - *ob. cit.*. 8.ª edição. Lisboa: Livraria Bertrand, 1981. Tomo IV, p. 92 e segs. Mais recentemente, REIS; António Matos - *Origens dos Municípios Portugueses.* Lisboa: Livros Horizonte, 1991. O autor faz uma análise genealógica dos forais antigos ao longo de todo o trabalho, desde a primeira outorga até ao ano de 1223 com ilustração até 1279.

[21] Foi, na verdade, um dos primeiros estudiosos de toda a documentação foraleira que elaborou um inventário exaustivo na sua obra - *Memoria: para servir de indice dos foraes das terras do Reino de Portugal e seus domínios.* Segunda edição. Lisboa: Tipografia Academia Real das Ciências, 1825.

[22] *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita.* Vol. II - *Leges et Consuetudines.* Lisboa, 1856.

A historiografia jurídica considera a documentação foraleira antiga, no essencial, como uma das duas fontes de direito. Dentro das várias classificações jurídicas, destaquei as de Nuno Espinosa Gomes da Silva[23] e de Marcello Caetano[24]. O primeiro esclarece que por uma "necessidade espontânea de criação do Direito, por parte das sociedades" que se achavam entregues a si mesmas (SILVA, 1991, 148), na Idade Média, começou a surgir uma primeira fonte de direito de tipo consuetudinário, os chamados foros ou "costumes, *locais*" "de origem popular, aplicáveis, assim, em todo o reino" (SILVA, 1991, 150-151). Uma outra fonte de direito concerne, de acordo com o mesmo jurista, a documentação foraleira medieval, ou, usando as palavras de Nuno Espinosa Gomes da Silva as "*cartas de privilégio. Forais*"[25]. O autor engloba nas "cartas de privilégio" as "cartas de foral" ou "forais" a "*carta de povoação*"[26] e refere, ainda, que teria existido um "primeiro foral, simples e rudimentar" ao qual faz equivaler a "carta de povoação" e "um outro tipo de foral - mais tardio"[27]. Marcello Caetano apresentou uma classificação de forais, a meu ver, mais completa e conseguida do que a de Gomes da Silva, porque o autor anotou, claramente, a existências de vários "forais", isto é, de vários tipos de documentos foraleiros. Marcello Caetano abordou, ao de leve, a questão da evolução dos concelhos que, inevitavelmente, conduz à concessão ou à produção de outros tipos foraleiros para além do simples foral ou carta de povoação. Na obra atrás citada, afirma o seguinte "A mesma localidade pode através da sua história anterior ao século XVI (quando se fez a reforma geral dos forais), ter recebido mais de um foral, o primeiro dos quais é o fundamental, que o posterior ou posteriores vêm a seguir confirmar, completar e ampliar" (CAETANO, 1985, 236). Repare-se que, contrariamente, à opinião de Gomes da Silva, para Marcello Caetano não existe na classificação da documentação foraleira antiga uma

---

[23] *História do Direito Português: fontes do Direito*. 2.ª edição. Lisboa: Fund. C. Gulbenkian, 1991, p. 150-151.

[24] *História do Direito Português*. 2.º edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1985. Volume I - Fontes: Direito Público (1140-1495).

[25] "Chamam-se cartas de privilégio os diplomas outorgados pelo monarca, ou quem goze de poderes de direito público, concedendo um regime especial, de favor, a certa pessoa ou agrupamento de pessoas; (...)." Idem, *ibidem*, p. 151

[26] "O rei ou senhor concedia terrenos para cultivo e regalias aos povoadores e estes, em contrapartida, ficavam adstritos ao pagamento de certos tributos." Idem, *ibidem*, p. 152.

[27] Segundo o mesmo autor, o tipo de foral mais tardio "não tem já como fim principal o de favorecer o povoamento de uma terra, mas sim o de definir os direitos e deveres colectivos dos habitantes de uma povoação, frente à entidade concedente, o de estatuir ou fixar o direito público local ou, pelo menos, certos aspectos desse direito público." Idem, *ibidem*, p. 152.

hierarquia, de base temporal, histórica, de fontes "simples" e "rudimentares", num primário estado, e fontes "tardias" ou mais complexas, num segundo. Caetano explicitou que, habitualmente, existe um primeiro foral "fundamental" e documentos seguintes que o confirmam, completam e ampliam. A tipologia das fontes foraleiras antigas que irei apresentar adiante tem como fundamento esta breve classificação de Marcello Caetano, para além doutros contributos que referirei a seguir.

A historiografia mais recente, ampliando as sucintas classificações de domínio jurídico, elaborou descrições tipológicas das fontes foraleiras medievais mais completas. Uma delas foi a delineada por José Mattoso (HERCULANO, 1980, nota crítica n.º 2. Tomo III, 591). O historiador apresentou uma tipologia tripartida, considerando a existência de três tipos de documentos foraleiros: a carta de aforamento colectivo[28], a carta de povoação[29] e o foral[30]. (HERCULANO, Tomo III, 591). Mattoso não deixou de assinalar que a classificação do tipo de documentação em causa não era linear, porque em sua opinião podem existir "casos híbridos" que justificam uma "classificação dupla." (HERCULANO, Tomo III, 591).

Poucos anos mais tarde, José Marques comprovou com uma análise de documentação foraleira concreta, que a classificação de Mattoso era um esquema "um tanto rígido"[31] (MARQUES, 1983, 105-130), uma vez que é ténue a fronteira traçada para os diferentes tipos de fontes propostos por Mattoso. Para além de alertar para a rigidez da classificação, no artigo citado, José Marques lançou uma hipótese de trabalho muito interessante. A hipótese consistia, no fundamental, na necessidade de ser executada uma recolha de cartas de povoamento e de ser constituído um corpus significativo com esse tipo de documentação. Considerou, na altura, que "conjugando os dados fornecidos por este género de documentação com outras fontes, como forais, inquirições, simples contratos enfitêuticos, doações, etc. poderemos ter uma visão mais exacta do crescimento económico e demográfico nos primeiros séculos da nossa Idade Média e dos mecanismos e factores aglutinantes da população rural" (MARQUES, 1983,

---

[28] Definiu as características que distinguem os três tipos "as referidas categorias serão: primeira - para o aforamento colectivo -, o estabelecimento de condições que se referem predominantemente à exploração do solo", *ob. cit.*, p. 591.

[29] "Para a carta de povoação -, as condições de privilégio destinadas a atrair os cultivadores a um lugar em cujo fomento o senhor está interessado", *ob. cit.*, p. 591.

[30] "Terceira - para os forais -, a prescrição de normas de direito público e a concessão de privilégios, incluindo normalmente a criação, ou o reconhecimento oficial, de órgãos de governo e administração locais com um certo grau de autonomia para com quaisquer poderes senhoriais, sejam eles exercidos pelo rei ou por nobres ou eclesiásticos.", *ob. cit.*, p. 591.

115). Os assuntos sugeridos por José Marques são extremamente interessantes de apurar na documentação régia outorgada à região de Trás-os-Montes e Alto Douro. É nosso propósito, com a investigação que estamos a desenvolver, responder, finalmente, a um desafio lançado por José Marques há vinte anos atrás.

Em suma, as classificações documental, jurídica e historiográfica são um bom ponto de partida para o estabelecimento de uma tipologia das fontes foraleiras medievais, mas, a meu ver, é preciso construir uma tipologia bem mais completa que não contemple tão-só os documentos directamente relacionados com a criação dos concelhos e dos lugares, mas que englobe, igualmente, toda uma multiplicidade de tipos documentais régios ligados à evolução, à promoção e à extinção de lugares ou concelhos de acordo com os factores políticos, estratégicos, sociais, económicos que foram surgindo ao longo da toda a Idade Média. Todos os tipos documentais lavrados nos Registos régios e, manifestamente, ligados ao municipalismo serão enquadrados na nossa tipologia.

Antes de apresentar a tentativa de classificação da documentação foraleira medieval, convém fazer uma ressalva: os aforamentos individuais e as doações de forais concedidas por particulares a determinada pessoa ou comunidade não foram considerados nos corpora que iremos editar e analisar lexical e discursivamente, neste primeiro projecto. Pois seleccionei, como o disse atrás, apenas as outorgas régias insertas nas Chancelarias medievais e exaradas na reforma foraleira manuelina. O número e a variedade de documentação concedida pelo poder régio a particulares e dos documentos dados por particulares a determinados localidades são muito significativos, na região de Trás-os-Montes e Alto Douro. Convém, mais uma vez, lembrar os processos de senhorialização laica e eclesiástica, fortemente enraizados na região em causa, tanto na Idade Média,

---

[31] O historiador mostrou, no artigo - O povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel, no século XIII. In *Revista Estudos Transmontanos*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real. 1 (1983) 105-130, ao editar e analisar cinco cartas de povoamento (Gache, Justes, Torre, Soudel e Vale de Romeira) quatro da região de Vila Real e uma da de Santarém - que o "esquema" estabelecido por José Mattoso era "um tanto rígido" e comprovou, no texto citado, com a análise do conteúdo das cinco cartas de povoamento que, as de Gache e Justes, embora tivessem a mesma finalidade de fixar os foreiros à terra, apresentam também, em termos diplomáticos uma estrutura diferente, pois incluíam "um conjunto de disposições de natureza jurídica destinadas a regular as relações dos membros de cada comunidade entre si e com o concelho em que permanece integrada. As prescrições relativas aos direitos e obrigações dos moradores, as penas a infligir aos infractores da ordem pública em matérias tão graves como homicídio, furto e violação, para não falar já nos impostos, evocam de tal forma o teor de certos forais que só lhes falta a menção de alguma magistratura administrativa ou judicial para se poderem designar forais no sentido estrito do termo. Representam, por isso, um tipo muito evoluído de cartas de povoamento que convive e até precede as mais simples, durante o primeiro quartel do século XIII.", p. 108.

como, sobretudo, a partir do reinado de D. Manuel I. O inventário da documentação particular[32], a respectiva edição e estudo vocabular farão parte de um segundo projecto que completará este primeiro, assim o espero.

Posto isto, apresento a proposta provisória de tipologia foraleira medieval. Parti da tipologia de José Mattoso, atrás explicitada, tendo em conta as restrições aduzidas por José Marques, e acrescentei outros tipos documentais que se inscrevem na definição da documentação foraleira medieval. Conservei a caracterização do tipo documental de aforamento colectivo e de foral. Em relação à carta de povoação ou povoamento, prefiro a designação textual, extremamente frequente, de carta de foro. Aos três tipos documentais enumerados, aditei nove outros tipos documentais. A descrição ou a definição de cada tipo documental é fundamentada em expressões e explicações textuais e complementada com exemplos retirados da documentação foraleira antiga, já editada por nós. Como até ao momento, da documentação foraleira medieval, apenas, editámos a documentação dionisina, que não é, aliás, uma documentação original, mas trasladada no século XV, é possível - e daí, o nosso cuidado em considerar a tipologia provisória - que nas Chancelarias de Afonso II e Afonso III, registos originais, encontremos mais um ou outro tipo documental. Depois deste pequeno parêntesis, passo, então, à enumeração dos diferentes tipos documentais: **cartas de doação** ou **cartas de mercê ou graça**, **cartas de escambo**, **cartas de mudança**, **cartas de composição ou contenda**, **cartas de avença**, **cartas de procuração**, **cartas de sentença** e **cartas de obrigação**. Todos os mencionados tipos documentais aparecem registados umas vezes, em simultâneo, numa chancelaria, por exemplo, na dionisina. Outras vezes, aparecem reescritos nas inúmeras "cartas confirmatórias"[33] ou confirmações existentes em quase todos os Registos, desde o mais antigo de D. Afonso II a D. Manuel I, exclusive[34].

---

[32] Há um manancial de documentação régia outorgando lugares e concelhos da região de Trás-os-Montes a particulares. Ao compulsar a Chancelaria de D. Duarte - *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*. Volume I, Tomo I (1433-1435) e o Volume I, Tomo 2 (1435-1438). Lisboa: Centro de Estudos Históricos / Universidade Nova de Lisboa, 1998. Organização e Revisão Geral de João José Alves Dias - verificamos, apesar de muitos documentos de lugares de Trás-os-Montes terem sido "escusados", ou seja, destruídos, na reforma de Zurara, que ainda assim existe uma considerável quantidade de confirmações de doações, de mercês, de graças concedidas por D. João I a confirmadas pelo seu filho a particulares.

[33] Expressão usada por AZEVEDO, Rui de - *DOCUMENTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES. Documentos Régios*. Volume I: Documentos dos Condes Portugalenses e de Afonso Henriques A D. 1095-1185. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958, p. CIV.

[34] Os registos manuelinos não são confirmações, não são traslados de registos foraleiros medievais, anteriores à reforma dos forais, mas são textos novos.

As cartas de doação eram concedidas pelos monarcas a uma entidade religiosa, a um senhorio laico, a uma comunidade ou, ainda, a um particular[35]. Este tipo documental funcionava como um instrumento de implementação de uma política de repovoamento ou de defesa de uma determinada localidade ou zona geográfica[36], tentando fixar, em zonas fronteiriças[37], mais população[38].

As cartas de mercê ou graça são um subtipo das cartas de doação. Com a outorga destas cartas os reis tinham como finalidade ampliar os benefícios já concedidos em documentos foraleiros anteriores[39], dados por ele próprio ou por reis seus antecessores.

As cartas de escambo são textos foraleiros onde se estabelecem contratos de troca ou permuta, por vezes, de parcelas de propriedade, mas também, com frequência, de uma ou mais aldeias por outros lugares[40]. O escambo pode ser

---

[35] D. Dinis doou, por exemplo, as terras de Torre de D. Chama ao concelho de Mirandela, retirando a categoria de município à primeira localidade e beneficiando os termos da segunda. I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro III, f. 14 v.º e 15 r.º. Concedeu, de igual forma, a Terra de Jales, em Vila Pouca de Aguiar, a uma filha ilegítima, D.ª Maria Afonso, I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro III, f. 30 v.º.

[36] D. Dinis dá uma carta de mercê ao concelho de Chaves (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro IV, f. 87 r.º), para alargar o prazo do pagamento do foro, imposto no primeiro documento foraleiro.

[37] D. Dinis outorga uma carta de mercê a Miranda do Douro a 27 de Setembro de 1297 (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro III, f. 1 r.º e v.º), favorecendo o repovoamento e a defesa dos povoadores da vila criada por ele próprio, a 18 de Dezembro de 1286, em Santarém (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro I, f. 189 r.º e v.º).

[38] D. Dinis concede uma carta de mercê a Miranda do Douro a 27 de Setembro de 1297 (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro III, f. 1 r.º e v.º), favorecendo o repovoamento e a defesa dos povoadores da vila criada por ele próprio, a 18 de Dezembro de 1286, em Santarém (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro I, f. 189 r.º e v.º). Situação semelhante aconteceu com a vila de Bemposta, o mesmo monarca outorga um foral, a 15 de Junho de 1315, em Lisboa a esta vila (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro III, f. 95 v.º e 96 r.º e v.º), seis anos mais tarde, a 25 de Maio de 1321, de novo, em Lisboa, oferece-lhe uma carta de mercê, com o objectivo de diminuir o pagamento dos tributos do concelho de Bemposta, fomentando, assim, o desenvolvimento económico e demográfico de mais outro concelho "da Riba de Doiro" (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro III, f. 137 r.º.). Na Chancelaria de D. Duarte, ob. cit., 1998, Vol. I, Tomo 1, p. 287-289, aparece o traslado de uma confirmação de uma carta de mercê de D. João I para o concelho de Outeiro de Miranda, tendo o soberano, retirado aldeias aos termos de Bragança e Miranda com o intuito de povoar e defender o Castelo de Outeiro de Miranda (Chancelaria de D. Duarte, Livro I, f. 80 v.º e 81 r.º).

[39] D. Afonso IV outorga carta de mercê ao concelho de Monforte de Rio Livre, (1340.09.07), (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Afonso IV, Livro IV, f. 51 r.º e v.º), para tentar que a escassa população que aí vivia, aumentasse e aí permanecesse, pois Monforte, com o seu castelo, era um ponto estratégico na defesa da linha de fronteira com Castela. A escassez populacional de Rio Livre apareceu sempre gravada no discurso dos documentos foraleiros dados a este lugar e levou à extinção do concelho nas reformas liberais.

[40] Ver Escambo. *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. Vol. II (1981), p. 418. Dir. de Joel Serrão.

realizado entre o outorgante (régio, senhorial ou particular) e outra parte ou outras partes interessadas. A concessão régia deste tipo de cartas tinha objectivos políticos e estratégicos determinados, de novo, a defesa e o repovoamento da linha de fronteira[41].

As cartas de mudança são um segundo ou terceiro documento foraleiro, "ampliativo" no sentido usado por Marcello Caetano (Cf. CAETANO, 1985, 236) e estão, claramente, relacionadas com a evolução de uma dada comunidade. Numa carta deste tipo, o rei autoriza a mudança de um lugar de um espaço geográfico para outro, depois de, devidamente, informado por representantes ou procuradores concelhios, que, muitas vezes, se deslocaram à corte levando procurações dos concelhos onde estavam gravadas as razões do pedido de mudança de lugar[42]. As más condições físicas, naturais justificaram, com frequência a movimentação de um espaço geográfico para outro com melhores condições de sobrevivência para um determinado concelho[43]. Este tipo de documento está directamente relacionado com a evolução de determinados concelhos, que nasceram num dado lugar, mas que por razões de inadaptação natural, tiveram de se deslocar de lugar para sobreviverem ou progredirem.

Nas cartas de procuração uma parte interessada incumbia outrem de defender os seus direitos ou os seus interesses, junto da coroa. No caso concreto da documentação foraleira, muitas vezes, os concelhos solicitaram ao rei — através de procurações dadas aos representantes concelhios — um desagravamento de impostos. Uma carta de procuração poderia ser um documento local,

---

[41] D. Dinis estabeleceu uma carta de escambo com um senhorio eclesiástico — o mosteiro beneditino de Castro de Avelãs —, o monarca trocou as aldeias de Gostei e Castanheira, que eram propriedades realengas, pela aldeia de Outeiro de Muas, que pertencia ao referido convento (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro I, f. 277 r.º e v.º). O escambo estabelecido com uma finalidade pré-determinada pelo monarca, pois a troca das aldeias foi registada, na Chancelaria régia, a 14 de Setembro de 1290, em Lisboa, e, no dia 7 de Dezembro do mesmo ano, D. Dinis concedeu um foral aos povoadores de aldeia de Outeiro de Muas (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro I, f. 281 v.º e 282 r.º) criando, aí, um concelho. O mesmo rei ordena ao seu procurador na terra de Bragança e Miranda, Afonso Rodrigues, para escambar com Rui Martins, cavaleiro, a aldeia de Sanceriz com todos os seus termos pela aldeia de Caçarelhos com todos os seus termos novos e velhos (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro III, f. 10 r.º e v.º), uma aldeia mais próxima da linha de fronteira. O astuto governante consegue, simultaneamente, atingir dois objectivos: fortalecer o municipalismo na linha de fronteira, aumentando, inclusivamente, os proventos da coroa, e retirar poder, influência aos senhorios do Nordeste Transmontano.

[42] As razões apontadas, nos vários documentos deste tipo, são, sobretudo, razões de índole natural, ou seja, de situações geográficas, orográficas, hidrográficas difíceis para a sobrevievência de uma localidade, ou, outras vezes razões estratégicas relacionadas, mais uma vez, com a defesa, com a protecção da população, etc.

[43] Foi o que aconteceu com o concelho de Mirandela (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro I, f. 54 r.º e v.º), no período dionisino, que foi autorizado a mudar para o cabeço de S. Miguel.

lavrado no concelho[44], tendo como finalidade pedir algumas benesses ao poder central, mas que, posteriormente, quando chegavam ao Registo eram reescritas na Chancelaria do respectivo rei, que atendia ou não ao pedido dos concelhos.

As cartas de composição ou de contenda eram documentos com raízes jurídicas muito antigas. A historiografia jurídica costuma remontar a origem deste tipo de documento ao direito germânico. Através de uma composição, um acusado era obrigado a pagar uma compensação a uma parte ofendida[45]. Obviamente que uma contenda ou uma composição poderia irromper entre dois particulares ou entre o monarca e um particular, por exemplo, um senhorio ou, até, entre o rei e um concelho ou uma simples aldeia. No reinado dionisino, gerou-se uma composição entre o rei-trovador e o cenóbio de Castro de Avelãs que teve as suas origens nas inquirições realizadas por D. Afonso III[46]. Um processo de composição, normalmente, era um auto[47] complexo e, por isso mesmo, gerava vários outros subtipos de documentos integrados no processo em causa e todos eles lavrados nas Chancelarias, como verificámos nos documentos foraleiros indicados em rodapé.

As cartas de avença são um subtipo das cartas de composição, ou seja, fazem parte desses processos judiciais mais abrangentes. Numa carta de avença, habitualmente, celebrava-se um pacto ou um acordo entre o rei e um senhorio[48] ou um concelho[49].

---

[44] O concelho de Chaves e os seus juízes enviaram duas cartas de procuração por intermédio de três procuradores, para que eles pedissem a D. Dinis a devolução de uma parcela de propriedades que, anteriormente, estaria incluída no seu termo, mas cuja porção de propriedades o rei tinha retirado ao termo do concelho de Chaves, para formar o concelho de Montenegro (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro III, f. 18 v.º e 19 r.º).

[45] Ver Composição. *Dicionário da História de Portugal.* Porto: Livraria Figueirinhas. Vol. II (1981), p. 135. Dir. de Joel Serrão.

[46] Aquando das inquirições ordenadas pelo pai de D. Dinis à região do Nordeste Transmontano, o mosteiro de Castro de Avelãs não conseguiu provar o título de propriedade de algumas aldeias que jurisdicionava. Esse conflito arrastou-se até ao reinado dionisino, criando-se um processo de composição formado por vários documentos exarados no Registo dionisino. São vários os tipos de documentos diferentes integrados no processo em causa.

[47] Um auto, no sentido aqui empregue, pode iniciar-se por um inquérito a testemunhas para servirem de base num processo judicial e ser completado com todo o tipo de documentos jurídicos necessários à fundamentação do processo (escrituras, procurações, etc.).

[48] Podemos exemplificar indicando uma carta de avença estabalecida entre D. Dinis e o abade do Mosteiro de Castro de Avelãs, relacionada com a posse das aldeias de Valverde, Sanceriz, Vila Franca e os outros casais em Rebordãos e Formentões (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro I, f. 140 r.º.). O mesmo monarca fez uma "avença e composição" com o abade do citado Mosteiro acerca das aldeias de Pinelo, Argoselo, Santulhão, Santalha, Ervedosa, Revoredo de Vacas, Frieira e Centendelo (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis; Livro I, f. 236v.º 3 237 r.º e v.º).

[49] D. Dinis deu uma outra carta de avença ao concelho de Mirandela, tendo deliberado, nessa carta, ceder as terras de Torre D. Chama ao concelho de Mirandela, obrigando este último a comprometer-se a pagar os foros que Torre D. Chama não conseguira solver (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro II, f. 64 r.º).

As cartas de sentença são um outro subtipo de documento inserido nos autos de composição. Serviam para acabar com litígios entre duas partes desavindas ou para recuperar lugares abusivamente usurpados por poderosos, como acontecia, no período dionisino, com algumas aldeias da Terra do Barroso[50]. Também era passada uma carta de sentença, quando uma localidade, por exemplo — os "homens de Capões", tal como vimos com "os poderosos" — se recusava a pagar a renda que era devida, neste caso concreto, ao concelho de Montalegre[51]. Existe ainda um outro subtipo foraleiro decorrente da carta de composição — a carta de obrigação. Vejamos um exemplo concreto deste subtipo de carta retirado da Chancelaria dionisina. D. Dinis, depois de ter doado a terra de Montenegro ao concelho de Chaves em troca de uma renda em numerário, vê-se obrigado a exigir por escrito, nomeadamente, por carta de obrigação[52] o pagamento que lhe era devido. Em suma, nas cartas de composição ou nos processos de composição podem incluir-se, portanto, três subtipos de cartas (avença, sentença e obrigação).

Passarei, agora, a referir o mais frequente tipo documental, a chamada confirmação ou carta confirmatória que equivale *grosso modo*, em termos jurídicos, ao "foral tardio" anunciado por Gomes da Silva (SILVA, 1991, 152) ou ao "foral confirmativo ou ampliativo"[53], bem observado por Marcello Caetano (CAETANO, 1985, 236).

As cartas confirmatórias são documentos que, como a própria designação indica, confirmam ou reescrevem documentos foraleiros anteriores[54]. Muitas localidades tiveram, no decurso da Idade Média, ou durante um único reinado, mais do que um registo[55]. O primeiro registo e mais antigo tinha como finalidade

---

[50] As povoações de Paredes e Corvedo eram "mal paradas", por isso o monarca reformulou o pagamento dos foros e, automaticamente, tomou, de novo, posse dessas terras (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro I, f. 258 r.º e v.º).

[51] Pois diziam que não tinham sido ouvidos, no momento, do estabelecimento do dito foro. D. Dinis dá razão aos juízes de Montalegre, obrigando os vizinhos de Capões a pagarem a dita renda (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro I, f. 267 v.º).

[52] "Carta de obrigação do Concelho de Chaves", I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro III, f. 33 r.º.

[53] Repetimos a citação indicada atrás, pela sua pertinência neste momento do texto. "A mesma localidade pode através da sua história anterior ao século XVI (quando se fez a reforma geral dos forais), ter recebido mais de um foral, o primeiro dos quais é o fundamental, que o posterior ou posteriores vêm a seguir confirmar, completar e ampliar" Idem, *ibidem*, 236.

[54] Carta de foro, aforamento colectivo, foral, carta de doação, de mercê, procuração, no fundo, todos os tipos documentais que acrescentei à tipologia inicial de Mattoso.

[55] COSTA, Avelino de Jesus da - ob. cit., 1996, "Só consideramos como verdadeiros registos de Chancelaria os livros ou cadernos em que os actos lavrados e autenticados na Chancelaria se iam transcrevendo à medida da sua entrega aos destinatários, havendo, portanto, sincronismo entre a expedição dos actos e a sua transcrição." p. 93.

criar um concelho ou lugar. Os governantes (condes ou reis) outorgavam um diploma original: carta de foro, aforamento colectivo ou foral aos concelhos fundados e, simultaneamente, ordenavam a transcrição dos registos antigos nas respectivas Chancelarias. Por razões de preservação dos diplomas originais mais antigos, alguns reis da primeira dinastia decidiram mandar reescrever na sua Chancelaria as cópias de diplomas ou registos anteriormente concedidos. As cartas confirmatórias surgem, desde logo, na primeira Chancelaria régia a de D. Afonso II (AZEVEDO, 1958, CIV). Rui de Azevedo, na obra citada, fornece uma outra informação de extrema importância para o nosso estudo "as confirmações de Afonso II de diplomas régios anteriores" conduziram ao "cancelamento destes originais, como norma de chancelaria" (AZEVEDO, 1958, LXI).

A reescrita das cartas confirmatórias de D. Afonso II e, mais tarde, D. Afonso III, são, essencialmente, transcrições de registos, exarados desde o governo do Conde D. Henrique. A chancelaria de Afonso II reconfirmou grande parte dos registos de D. Afonso I[56] e de D. Sancho I. A Chancelaria de D. Afonso III reescreveu grande parte da Chancelaria de D. Afonso I, D. Sancho I, D. Afonso II e D. Sancho II. Dos diplomas antigos remanesceram, sobretudo, confirmações registadas nas Chancelarias originais de Afonso II e de Afonso III. Nos Livros de Registos recopiados e, cruelmente, truncados, nas duas reformas dos Arquivos régios, nos de D. Dinis, D. Afonso IV, D. Fernando I, D. João I e D. Duarte, apesar das devastações dessas Chancelarias, ainda é posssível encontrar inúmeras confirmações dos vários tipos documentais foraleiros outorgados e confirmados a lugares transmontanos e alto-durienses.

Convém, no entanto, notar que as confirmações concedidas, a partir do reinado de D. Dinis, apresentam características textuais diferentes das confimações das Chancelarias de D. Afonso II e D. Afonso III, não são quase exclusivamente uma transcrição completa de um documento antigo, como acontece nas duas chancelarias anteriormente referidas, mas são documentos textualmente novos, porque alteraram ou adequaram normas, direitos concedidos

---

[56] Rui de Azevedo informa que "um número relativamente avultado de documentos de Afonso Henriques recebeu confirmação de outros reis, sobretudo de Afonso II, que promoveu medidas gerais com essa finalidade. Deste monarca conhecem-se 63 cartas confirmatórias de diplomas de seu avô das quais 58 foram lançadas no seu Registo...", p. CIV.

[57] D. Dinis outorgou, por exemplo, uma carta de confirmação dos foros concedidos por Heitor Vicente seu vassalo aos povoadores da terra de Montenegro. I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro IV, f. 16 r.º e v.º. D. Afonso IV, por seu turno, concedeu uma confirmação a Montalegre e Terra do Barroso, em 1341, a confirmar o foral concedido por seu avô (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Afonso IV, Livro IV, f. 66 v.º - 68 v.).

pelo mesmo rei ou por seus procuradores e representantes numa dada localidade[57]. As cartas de doação, as cartas de mercê ou graça são subtipos documentais muito confirmados[58]. Outro tipo documental confirmado, com alguma frequência, é a carta de escambo[59]. Em suma, as confirmações são tipos foraleiros documentais característicos de uma fase avançada da Idade Média, quando o poder central já necessitava de fazer ajustamentos, rearranjos aos primeiros ou aos mais antigos diplomas foraleiros.

Tentei delinear uma tipologia provisória das fontes foraleiras medievais apoiando-me, sobretudo, nas expressões e explicações textuais fornecidas nos próprios documentos. É possível que, no final do trabalho, possamos apresentar uma tipologia mais consolidada pela edição paleográfica e interpretativa de toda a documentação foraleira antiga e pelo respectivo estudo vocabular, lexical e discursivo.

A segunda geração de forais ou a documentação foraleira manuelina não despertou tanto interesse aos historiadores e juristas como a primeira geração. No século XIX, aparece um único historiador[60] (RIBEIRO, 1812) a elaborar estudos diplomáticos e histórico-jurídicos dos forais manuelinos. No primeiro quartel do século XIX, o jurista Alberto Carlos de Menezes[61] foi o primeiro estudioso a estabelecer uma tipologia dos direitos de foral. Tendo subdividido os forais novos em três grandes tipos: os forais reguengueiros[62], os forais de

---

[58] D. Afonso IV concedeu uma carta de mercê, em 1340, a confirmar "usos e costumes" que existiam em Montalegre e Terra do Barroso, no tempo de seu pai (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Afonso IV, Livro IV, f. 47 v.º).

[59] Ao compulsar os textos da edição da Chancelaria de D. Duarte, acima indicada, encontrámos algumas confirmações de escambos feitos, sobretudo, por D. João I, e confirmados por D. Duarte (I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Duarte, Livro I, f. 69 r.º), porém não encontrámos nenhuma confirmação de uma carta de escambo de uma localidade transmontana ou alto duriense.

[60] O pioneiro do estudo da documentação foraleira manuelina foi RIBEIRO, João Pedro - *Dissertação Historica Juridica e Economica sobre a Reforma dos Foraes no Reinado do Senhor D. Manuel*. Parte I. Lisboa: Impressão Regia, 1812.

[61] *Plano de Reforma de foraes e direitos bannaes, fundo em hum novo systema emphyteutico nos bens da coroa, de corporações, e de outros senhorios singulares, dividido em nove partes com hum novo arredondamento de comarcas para os foraes do patrimonio da coroa*. Lisboa: na Impressão Regia, 1825, p. 30-33.

[62] Genericamente, os forais reguengueiros, em terras da coroa, uns estavam incluídos nos forais jugadeiros de povoação e outros estavam separados em foral próprio. Os direitos e foros reguengos eram mais pesados e mais amplos, pagavam de todos frutos rações maiores. Os forais jugadeiros ou de povoação eram aqueles em que o domínio das terras tinha sido transferido para os povoadores mediante o pagamento do direito real da jugada, censo ou foro. Habitualmente, a jugada era paga em cereais (trigo, milho, centeio e cevada) e em vinho, linho etc. Os forais de portagem eram aqueles que pagavam foros cerrados em quantias certas e sabidas.

jugada e os de portagem (MENEZES, 1825, 42-43). Ainda no decurso do século XIX, Luís A. Rebelo da Silva, num estudo realizado sobre a população portuguesa[63] (1868), retoma a classificação de Menezes e traça os contrastes das "paisagens agrárias do continente português"[64]. Menezes menciona, para além da tipologia dos direitos foraleiros, uma geografia dos forais novos. Isto significa que os lugares que não tivessem tido foral antigo receberiam o modelo de Évora, se não houvesse foral de Castela ou outro que declarasse a portagem (MENEZES, 1825, 30). O foral de portagem, pelo significativo aumento de proventos para a coroa e senhorios, foi o mais aplicado em todo o reino[65]. Em relação à utilização de modelos regionais, na documentação manuelina estudada, constatei que, no Livro de registos: *Liuro de Foraes Nouos da Comarqua de Trallos Montes*, o modelo principal da maior parte dos registos transmontanos é o modelo de Miranda do Douro. É este registo, inclusive, que abre o *Liuro*[66]. Depois dos importantes trabalhos de carácter historiográfico e jurídico desenvolvidos no decurso do século XIX sobre os forais manuelinos, somente na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 60, surgiria a primeira edição dos cinco Livros de Registos manuelinos exarados na reforma da Leitura Nova. Trata-se de uma edição de autor, não muito conservadora, pois não apresenta critérios e normas de transcrição. Foi levada a cabo por Luís Fernando de

---

[63] *Memória sobre a população e a agricultura de Portugal.* Parte I (1097-1640). Lisboa, 1868.

[64] *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa — Beira.* Edição do autor. Beja: [Comp. imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.], 1961. MONTEIRO, Nuno Gonçalo no texto introdutório, datado de1997, à edição fac-similada da citada obra, p. VI, o autor retoma, de igual forma, a tipologia dos direitos foraleiros, nas páginas VI e VI. Relativamente à região de Trás-os-Montes assinala que "eram preponderantes os forais que impunham direitos colectivos fixos (por concelho) em géneros e/ou dinheiro, ou então, que obrigavam ao pagamento de prestações em dinheiro e/ou géneros por fogo. Algumas vezes se associou essa realidade ao colectivismo agrário transmontano", p. VII.

[65] De acordo com a tipologia dos direitos de foral proposta por Alberto Carlos de Menezes, e a título exemplificativo, verifica-se que um número significativo de localidades de Trás-os-Montes (Freixo de Espada à Cinta, Alfândega, Ansiães, Moncorvo, Vila Flor, Vilarinho da Castanheira, Alijó, Favaios, Mesão Frio, Couto do Peso, Vila Real) receberam foral de portagem.

[66] A remissão dos forais manuelinos de localidades geograficamente próximas para um determinado modelo regional está relacionado com as características naturais (hipsométricas, climáticas, hidrográficas) semelhantes dessas mesmas localidades. Por conseguinte, as localidades transmontanas, que possuíssem características naturais diversas das de Miranda, seguiriam o modelo de uma localidade com condições naturais mais afins. É o que se constata relativamente aos forais de Vila Real, Couto do Peso, Barqueiros que não seguem o modelo de Miranda, mas o de Lamego - um dos modelos do *Liuro dos Foraes Nouos da Comarqua da Beira.*

Carvalho Dias[67] que editou sozinho os cinco Livros de Registos manuelinos (537 registos). Mais recentemente, a documentação manuelina tem chamado a atenção de alguns historiadores de arte que se têm debruçado sobre o estudo da iluminura manuelina, sem, no entanto, darem grande relevo à iluminura das cartas de foral manuelinas[68] (Cf. MACEDO, [s.d.], 17). Existe ainda um sucinto estudo codicológico e diplomático (CHORÃO, 1990), mas não há estudos historiográficos de grande envergadura e, apenas, existe um estudo linguístico (uma edição diplomático-interpretativa, um estudo estatístico-lexical e discursivo) de um único Livro de Registos (Cf. SANTANA, 1998). Como afirma com toda a pertinência, Nuno Gonçalo Monteiro, no texto atrás citado, "A descrição antes fornecida mais não pretende ser do que uma indicação sobre as múltiplas e diversificadas leituras que dos forais manuelinos se podem fazer. Como relevante fonte histórica que são, constituem um terreno cuja exploração está longe de se encontrar esgotada.

As renovadas possibilidades de acesso a esta fonte poderão, assim, não apenas auxiliar os estudos de história local, mas também contribuir para a

---

[67] *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa — Beira.* Edição do autor. Beja: [Comp. imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.], 1961; *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa — Trás-os-Montes.* Edição do autor. Beja: [Comp. imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.], 1961. *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa — Estremadura.* Edição do autor. Beja: [Comp. imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.], 1962. *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa — Entre Tejo e Odiana.* Edição do autor. Fundão: [Comp. imp. Tipografia do 'Jornal do Fundão'], 1965. *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa — Entre Douro e Minho.* Edição do autor. Fundão: [Comp. imp. Tipografia do 'Jornal do Fundão'], 1969. Foram elaboradas cinco edições fac-similadas, apresentando o exemplar relativo à Beira um texto introdutório de Nuno Gonçalo Monteiro, datado de 1997.

[68] ALVES, Ana Maria - *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino. À Procura de uma linguagem Perdida.* Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1985. A autora apresenta uma descrição iconológica das cartas de foral manuelinas "Objecto corrente de sumptuária pobre, a Carta de foral manuelina é um sinal dos tempos, será provavelmente a única pintura não religiosa existente na maioria das vilas; é, à sua modesta proporção, um instrumento de divulgação de uma nova cultura e de nova maneira de viver", p. 217. Mais recentemente, Francisco Macedo, na obra - *A Iluminura nos Descobrimentos: breves considerações sobre a Iluminura no Período dos Descobrimentos.* Porto, Lisboa: Figueirinhas, [s.d.], na página 17, reitera a opinião de Ana Maria Alves e alerta para o facto de a maior parte dos estudos iconológicos e iconográficos não darem a devida atenção à iluminura das cartas de foral manuelinas, como acontece, por exemplo, na obra de DESWARTE, Sylvie - *Les Enluminures de La Leitura Nova 1504 -1552. Etude sur la Culture Artistique au Portugal au Temps de l'Humanisme.* Paris: Fund. Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1977.

renovação das perspectivas de conjunto sobre o tema." (DIAS, 1961, VII). Na verdade, apenas, uma das quatro fontes manuelinas, as remanescentes cartas de foral das Câmaras, tem merecido a atenção dos municípios um pouco por todo o país, conduzindo a um apoio editorial de inúmeras dissertações de mestrados e monografias locais com qualidade científica, e que abordam a temática do municipalismo na Idade Média e com frequência também, no período manuelino. Porém, faltam estudos de conjunto sobre a documentação foraleira manuelina, nos domínios historiográfico, jurídico e, sobretudo, linguístico.

Antes de indicar a tipologia da documentação foraleira nova, gostaria de fazer uma brevíssima referência à reforma manuelina dos forais antigos, uma vez que esta reforma implicou uma organização particular desenrolada, no essencial, em três etapas. A primeira fase consistiu numa auscultação aos concelhos sobre o pagamento dos direitos reais ou sobre os agravos dos senhorios. Fernão de Pina, o supervisor da reforma, elaborou um inquérito para ser respondido pelos representantes concelhios e justiças locais sobre os assuntos acima referidos. Todas as respostas às inquirições locais teriam de ser enviadas para a oficina de Fernão de Pina, na Torre do Tombo. Com muita frequência, o próprio supervisor da reforma se deslocara aos concelhos, um pouco por todo o reino, para dirimir as dúvidas dos forais antigos. Por este motivo, muitas inquirições manuelinas foram exaradas localmente, nos municípios, por escribas locais recrutados por Fernão de Pina. A título ilustrativo, podemos indicar duas inquirições gravadas pelo próprio Fernão de Pina as dos concelhos de Vila Real e de Miranda do Douro. Na primeira fase da reforma redigiram-se as inquirições manuelinas, que são processos ou autos, muitas vezes, textualmente extensos e compostos por vários documentos avulsos. Outras vezes, as inquirições são documentos mais sintéticos, simples rascunhos, borrões dos dois ou três textos, posteriormente, exarados no registo e nos originais das Câmaras e dos senhorios. Interessa notar, no entanto, que as datas de escrita[69] das mesmas são sempre anteriores às datas de emissão dos outros documentos foraleiros.

A historiografia passada e recente não tem dado a merecida importância histórica, administrativa, jurídica a este tipo de documentação, por isso mesmo, quando editei (SANTANA, 1998, Volume I) pela primeira vez as 22 inquirições

[69] As 22 inquirições manuelinas que arrolámos (SANTANA, 1998) a maior parte delas estão devidamente datadas, localizadas, assinadas e despachadas pelos membros da Comissão de supervisão da reforma. A data mais antiga que encontrámos é a da Inquirição Manuelina de Penaguião e Fontes (1490) e a data mais avançada é a de 1517 da inquirição de Freixo de Espada à Cinta, Mós e Torre de Moncorvo.

manuelinas de Trás-os-Montes e Alto Douro, apenas, a de Miranda do Douro[70] tinha tido uma edição, as restantes 21 encontravam-se inéditas.

A segunda etapa da reforma dos forais teve a ver com a redacção dos registos nos livros da Chancelaria manuelina, cinco para todo o reino (Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Entre-Tejo-e-Odiana) (DIAS, 1961, 1962, 1969). Os Livros serviriam de memória no caso de existirem dúvidas, nos outros dois originais. Na terceira fase, foram executados, por certo, os exemplares mais desenvolvidos das Câmaras e dos senhorios.

A reforma manuelina dos forais produziu um quadro de tradição composto por quatro tipos de documentos originais (inquirição, registo, exemplar da Câmara e exemplar do donatário). Numa tipologia textual da documentção foraleira manuelina temos de considerar dois tipos de documentos originais: um original simples[71], redigido sempre numa data anterior à da redacção dos respectivos três originais múltiplos[72]. Os quatro originais foram lavrados na Chancelaria manuelina. A inquirição poderia, como já referimos, ser redigida localmente ou não, mas ia, obrigatoriamente, para o *scriptorium* de Fernão de Pina, porque era o molde, o rascunho do Registo e dos outros dois originais. De um modo geral, foram exarados quatro exemplares de cada foral novo[73] para cada uma das 537 localidades do reino. Pelo que me é dado conhecer através do texto das inquirições manuelinas[74] remanescentes, todos os lugares de Trás-os-Montes, inclusive, os menos populosos enviaram as respostas aos seus inquéritos

---

[70] PALMEIRÃO, Cristina Maria Gomes da Costa - *Os forais de Miranda do Douro (1286-1510)*. Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro, 1994, p. 126-129.

[71] A inquirição é um documento muito importante, para o lugar que receberia um foral depois de ter sido inquirido, e, por outro lado, tendo sido muitas delas realizadas pelo próprio supervisor da reforma nos diversos concelhos, a inquirição, por vezes, é composta de textos lavradas por escribas locais e ainda pelo rascunho ou borrão do registo assinado por Fernão de Pina e, posteriormente, gravado na Chancelaria régia manuelina.

[72] Um registo exarado nos Livros da Chancelaria manuelina e os dois exemplares idênticos um para a Câmara do lugar ou concelho e outro para o senhorio.

[73] A título de exemplo, sabemos que para Vila de Real foram exarados quatro documentos, pois, actualmente, a existe o original da câmara, guardado, no gabinete do Presidente, na Câmara de Vila Real, e sabemos por correspondência trocada entre senhorio de Vila Real, Marquês de Vila Real e o D. Manuel I, que o donatário mandara fazer o seu exemplar. Cf. Carta de Fernão de Pina a D. Manuel sobre as dúvidas do foral manuelino. Documento n.º 2, in CHORÃO, Maria José - *ob. cit.*, p. 46-47.

[74] As inquirições manuelinas não aparecem referenciadas no "Guia Sumário de Fundos e colecções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I. Outubro de 2002", no grupo de fundos designado de Instituições do Antigo Regime, na série Inquirições, datadas de 1220 a 1397, para além do primeiro grupo de inquirições referido, ocorre no mesmo inventário uma série de Inquirições particulares, datadas de 1228 a 1513, mas não há qualquer referência às inquirições manuelinas.

e mandaram fazer os seus exemplares na oficina de Fernão de Pina. Quanto aos exemplares dos senhorios, creio que era mais comum estes apenas mandarem elaborar os exemplares das localidades que tivessem um número significativo de fogos, ou seja, das que recebiam mais rendas e direitos, justificando-se, assim, as despesas com os exemplares[75].

Finalmente, em termos diplomáticos, podemos concluir dizendo que a documentação foraleira medieval e manuelina concernem conjuntos de documentos públicos emanados pelo poder central destinados a uma pessoa ou a um grupo de pessoas. Os documentos foraleiros antigos seguem a estrutura tradicional[76] dos diplomas régios passados nas Chancelarias[77]. Os documentos foraleiros novos apresentam uma estrutura diferente um pouco mais complexa do que a dos forais antigos.

Para finalizar este breve enquadramento relacionado com as tipologias das fontes, é conveniente referir que a compreensão cultural, histórica e linguística da documentação foraleira antiga e nova sairá enriquecida se for editada, tratada vocabular, lexical e discursivamente, em conjunto, numa abordagem metodológica comparativa e contrastiva. Comprovando um dos fundamentos basilares da reforma dos forais antigos reconhecido, pelo próprio D. Manuel I, quando ordena a actualização da língua portuguesa nos "Foraes em Latim, e outros em desacostumada linguoagem" (RIBEIRO, 1812, 84-85). A actualização

---

[75] A título de exemplo, apontemos a informação sobre este assunto registada na inquirição de Alijó e Favaios. Nos textos dos rascunhos dos registos, incluídos na mencionada inquirição, está escrito que só seria feito um exemplar para cada lugar. Ora como hoje, esses dois exemplares (Alijó e Favaios) estão guardados no Arquivo Municipal de Alijó, isto é, são os exemplares pertencentes às Câmaras, podemos concluir que o senhorio dos direitos destes lugares (Luís Álvares de Távora) não mandou executar os seus dois exemplares.

[76] São constituídos por formulários, com uma breve invocação, a intitulação, o destinatário do documento e a parte dispositiva do mesmo, data e subscrições. RIESCO TERRERO, Ángel, et alii - *Introducción a la paleografía y la diplomática general*. Madrid: Editorial Síntesis. S.A., 1999, p. 213-4.

[77] Tal como nos indica o Pe Avelino de Jesus da Costa, os Registos funcionaram sempre da uma forma semelhante. Por exemplo, "Nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis (1248-1325), a Chancelaria real continuou a ser, como nos reinados anteriores, a repartição encarregada da redacção e expedição de todos os actos lavrados em nome do Rei, quer fossem respeitantes a negócios particulares deste quer aos negócios públicos, uma vez que, naquela remota época, não havia verdadeira distinção entre uns e outros.

O Rei intervinha directamente em todos os assuntos, despachando-os, em pessoa, com os funcionários encarregados dos diversos sectores da Administração pública, mas todos os actos a eles respeitantes eram lavrados e autenticados na Chancelaria real sob a responsabilidade do chanceler." In COSTA, Avelino de Jesus da - A Chancelaria Real Portuguesa e os seus Registos, de 1217 a 1438. In *Revista da Faculdade de Letras - História*. II Série. Vol. XIII. Porto (1996), p. 72.

da língua arcaica dos forais antigos escritos "em latim" e em português antigo foi, com efeito, uma das principais finalidades da reforma dos forais medievais.

3. Inventário e constituição de corpora

O inventário exaustivo da documentação foraleira medieval e nova, que estamos a construir, tem como base de trabalho um conjunto de quadros sinópticos executados para a realização do enquadramento histórico do *Liuro dos Foraes Nouos da Comarqua de Trallos Montes* (SANTANA, 1998 Vol. II, 847-863). De algum tempo a esta parte que venho emendando, cotejando, conferindo todos os dados dos quadros sinópticos estabelecidos, com o intuito de, dentro em breve, ter um inventário exaustivo da toda a documentação em análise.

Na construção dos citados quadros sinópticos, indiquei os topónimos, o distrito a que pertencem, actualmente, os lugares, os governantes outorgadores dos documentos e as datas dos registos nas Chancelarias, o arquivo (I.A.N./T.T.) onde estão guardadas as Chancelarias e as respectivas cotas arquivísticas. Elaborei, na altura, dois quadros para a documentação medieval e outros dois para o Livro de Registos manuelino da Comarca de Trás-os-Montes. Deste último Livro, apontei o topónimo, a data da outorga manuelina, a classificação administrativa do lugar, o local de emissão e o modelo seguido, de acordo com a geografia dos direitos foraleiros, forneci, ainda, os senhorios laicos e eclesiásticos com direitos e rendas em Trás-os-Montes, no período manuelino, e o número de fogos de cada lugar, segundo o Numeramento Geral de 1527-30[78]. Segui a ordenação dos registos do *Liuro dos Foraes Nouos da Comarqua de Trallos Montes*.

A observação dos quadros referentes à documentação foraleira antiga evidencia, em termos de leitura histórica, o empenhamento do conde portucalense D. Henrique e, posteriormente, de cada rei da 1.ª dinastia em prol do repovoamento da região. É notória a quantidade de documentação régia foraleira antiga outorgada aos lugares da região, sobretudo, por D. Sancho I, D. Afonso II, D. Afonso III e D. Dinis. Tendo, inclusivamente, sido esta uma das zonas geográficas mais favorecidas em todo o reino, nos governos mencionados, com a criação de uma vasta rede de municípios rurais.

---

[78] Dados recolhidos na obra de FREIRE, Anselmo Braamcamp - Povoação de Trás os montes no XVI século. *Archivo Historico Portuguez*. Lisboa: Of. Tip. Calçada do Cabra. V. II, 7 (Julho 1909) 241-290.

Em termos diplomáticos, do exame dos quadros respeitantes às outorgas régias medievas ressalta uma clara informação, não existem diplomas antigos originais, estes são conhecidos através, no essencial, das cartas confirmatórias incluídas nas Chancelarias de Afonso II, Afonso III e D. Dinis. Outro dado que se destaca, a partir do reinado de Afonso IV, quase desapareceram as outorgas dadas pela primeira vez, os remanescentes registos são confirmações, ampliações da antiga documentação foraleira, ou tão-só sumários de documentação "escusada". Na verdade, o real motivo da falta de documentação foraleira municipal - exarada a partir do reinado de D. Dinis - ficou, sem dúvida, a dever-se às duas reformas dos Arquivos régios atrás abordadas, que destruíram, entre outra, inúmera documentação foraleira local. Em consequência das ditas reformas, após o reinado dionisino, apenas, arrolámos três confirmações de documentos foraleiros dados por D. Afonso IV: uma a Monforte de Rio Livre (1340.09.07) e duas a Montalegre e Terra do Barroso (1340.06.27; 1341.05.30), dois documentos concedidos por D. Pedro I, um a Vilarinho da Castanheira (1363.06.12), um outro sem data, a Vila Flor. Quanto à Chancelaria de D. Fernando não tive, até ao momento, a possibilidade de a compulsar, por isso não apresento qualquer informação sobre este Registo[79]. Relativamente à Chancelaria de D. João I tenho, apenas, a indicação de um documento foraleiro dado a Santa Maria do Azinhoso (1424.05.16)[80]. Na Chancelaria de D. Duarte, encontrei apenas uma confirmação de uma carta de mercê dada por D. João I à vila e castelo de Outeiro de Miranda e confirmada por D. Duarte em 1434.01.18. Em síntese, nas cópias das Chancelarias de D. Afonso IV, D. Pedro I, D. Fernando I, D. João I e D. Duarte existem inúmeros sumários ou, somente, títulos de aforamentos, confirmações, de cartas de mercê e outros documentos foraleiros concedidos a imensas localidades de Trás-os-Montes. Para além do que acabámos de enunciar, sobraram, tão-só, os registos originais da Chancelaria de Afonso II e a Chancelaria de D. Afonso III e os "livros de cópias" de D. Dinis e dos seus sucessores.

---

[79] SOUSA, Fernando de na obra - *O Arquivo Municipal de Moncorvo*. Porto: [s.n.], 1982, páginas 16 a 24, refere a existência e vários pergaminhos do século XIII ao século XVI, contendo documentação foraleira municipal do reinado de D. Sancho I a D. Manuel I. Os dados levantados pelo autor precisam de ser comprovados, no Arquivo Municipal de Moncorvo, que reabriu, recentemente, as suas portas depois de ter estado fechado para obras de restauro durante vários anos. Talvez neste Arquivo encontremos alguns originais de forais antigos pertencentes ao concelho de Moncorvo de D. Sancho I, bem como outra documentação foraleira exarada durante os reinados de D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Afonso V e D. Manuel I, a crer nos dados apresentados pelo citado historiador.

[80] Também ainda não compulsei a Chancelaria de D. João I, encontrei esta informação numa referência bibliográfica a vários documentos foraleiros.

Comecei por referir a remanescente documentação medieval, menos numerosa, isto é, a que está incluída nas Chancelarias reformadas de D. Afonso IV a D. Duarte. Indicarei, agora, o maior volume de documentação foraleira antiga remanente exarada desde o governo condal e até ao reinado dionisino.

O conde D. Henrique concedeu um foral[81] a Constantim, no actual distrito de Vila Real. O diploma original e o registo da chancelaria condal não existem. Actualmente conhecemos o conteúdo do foral por intermédio de duas confirmações posteriores, uma cópia do século XII[82] e uma confirmação na Chancelaria de Afonso III. Cotejaremos as duas confirmações, mas só editaremos e estudaremos a que está incluída na Chancelaria de Afonso III.

D. Afonso Henriques concedeu 4 documentos foraleiros, uma confirmação[83] e 3 novos documentos[84], a lugares no actual distrito de Vila Real, e a 7 localidades[85] no actual distrito de Bragança. Os diplomas originais e os registos estão desaparecidos, existem, contudo, cartas confirmatórias desses diplomas: 2[86], na chancelaria de D. Afonso II, e 7[87] na de D. Afonso III. D. Sancho I concedeu 20 diplomas foraleiros a lugares[88] no distrito de Vila Real e a 3 localidades[89], no distrito de Bragança. Destes documentos existem 4 confirmações[90], na Chancelaria de D. Afonso II, 21 cartas confirmatórias[91] na Chancelaria de D. Afonso III. D. Afonso II outorgou 10 documentos a terras[92], no actual distrito de Vila Real, e a 4 lugares[93], no de Bragança. Conhecem-se, actualmente, 5 cartas

---

[81] Constantim de Panóias [1096].

[82] I.A.N.T.T., Gaveta 18, m. 1, n.º 12.

[83] Constantim 1128.

[84] Espinho 1144, Mesão Frio 1152, Celeirós 1160.

[85] Linhares [1137-1139], Ansiães [1137-1139] inc., Freixo de Espada à Cinta [1152], Mós [1162.12], Urros 1182.04, Junqueira da Vilariça (1201), Santa Cruz da Vilariça (1201).

[86] Mesão Frio e Ansiães.

[87] Constantim, Espinho, Celeirós, Freixo de Espada à Cinta, Mós, Urros, Santa Cruz da Vilariça.

[88] Ermelo/Bilhó; Sabrosa, Souto de Escarão, Souto Maior, Abaças, Guiães, Santa Marta e Biduído; Cederma, Fontes, Taboadelo, Castelo de S. Cristóvão, S. Cipriano, Fonte de Muliere, Aguiar de Pena e anexas, Souto de Telões, Rualde, Andrães, Argimundães, Godim.

[89] Bragança, Penas Róias, Rebordãos.

[90] Ermelo e Bilhó; Taboadelo e Fontes; Aguiar de Pena e anexas, Bragança.

[91] Ermelo e Bilhó, Sabrosa, Souto de Escarão, Souto Maior, Abaças, Guiães, Santa Marta e Biduído; Cederma; Taboadelo, Fontes e Crastelo; Castelo de S. Cristóvão, S. Cipriano, Godim, Fonte de Muliere, Souto de Telões, Rualde, Andrães, Argimundães, Bragança, Penas Róias, Rebordãos. A localidade de Souto de Telões tem duas confirmações na Chancelaria de Afonso III.

[92] Favaios, Canedo, Louredo, Mesão Frio, Vila Chã, Ceides, Fontes, Taboadelo, Aguiar de Pena, Carvelas.

[93] Ansiães, Bragança, Vilarinho da Castanheira, Cortiços e Cernadela.

confirmatórias[94] registadas na Chancelaria de D. Afonso II e 3 registos originais[95]. Na Chancelaria de D. Afonso III estão confirmados 12 documentos foraleiros[96] de Afonso II.

D. Sancho II deu 5 documentos foraleiros a localidades[97] situadas, no actual distrito de Vila Real e a 2 lugares[98], no actual distrito de Bragança. Dos seus diplomas conhecem-se 7 confirmações[99] gravadas na Chancelaria de Afonso III. A maior parte da documentação foraleira concedida por D. Afonso III encontra-se nos Livros I e II, que são "dois códices originais" (AZEVEDO, 1958, CVI). No total, no Registo de D. Afonso III existem, pelo menos[100], 47 cartas confirmatórias.

D. Afonso III concedeu, aproximadamente, 44 novos documentos foraleiros[101] a localidades do distrito de Vila Real, à "Terra de Panóias" e, apenas, 4 novos diplomas a lugares do distrito de Bragança: 48 documentos novos, ou seja, cerca de 95 textos na sua Chancelaria.

É possível que, ao realizar a edição paleográfica de toda esta documentação antiga, se encontre mais algum documento, por isso, neste momento, devemos ser prudentes e indicar totais aproximados.

Inventariei cerca de 112 (registos originais e cartas confirmatórias) de documentos foraleiros escritos em latim e exarados até ao reinado de D. Dinis.

Do período dionisino, remanesceram cerca de 45 documentos, para localidades do actual distrito de Vila Real, e, aproximadamente, 52 documentos foraleiros, para lugares do actual distrito de Bragança, ou seja, 97 (registos originais e confirmações) em português antigo e, tão-somente, 3 documentos foraleiros em latim[102].

---

[94] Mesão Frio, Ermelo e Bilhó; Taboadelo, Fontes e Crastelo; Bragança, Ansiães.

[95] Vila Chã, Ceides, Aguiar de Pena e anexas.

De alguns lugares como Mesão Frio e Bragança existem ainda os originais das confirmações de D. Afonso II, na gaveta 15, m. 3, n.º 8, na mesma gaveta, m. 9, n.º 36, respectivamente. Serão cotejadas com os registos da Chancelaria, mas não serão editados e estudados por nós.

[96] Favaios, Canedo, Louredo, Mesão Frio, Vila Chã, Ceides, Fontes, Taboadelo, Carvelas, Bragança, Vilarinho da Castanheira, Cortiços e Cernadela.

[97] Barqueiros, Sanguinedo, Murça de Panóias, Aveiro, Alijó.

[98] Santa Cruz e Abreiro.

[99] Barqueiros, Sanguinedo, Murça de Panóias, Aveiro (Trás-os-Montes), Alijó, Santa Cruz da Vilariça, Abreiro.

[100] Como a edição desta documentação não está feita, será necessário mais tarde proceder a um pequeno reajustamento.

[101] Pela enorme quantidade de documentos não os citamos, logo que o inventário esteja acabado será disponibilizado.

[102] Vila Flor, Nozelos e Favaios.

Desta forma, o primeiro corpus será constituído por dois subcorpus. O primeiro será constituído pelos textos latinos ou latino-portugueses, isto é, será composto por todos os documentos enumerados até ao reinado de D. Dinis, incluindo os 3 documentos dionisinos escritos em latim. Este subcorpus contará com cerca de 115 textos escritos em latim. O segundo subcorpus será constituído por 97 documentos dionisinos e ainda 3 documentos confirmatórios de D. Afonso IV, 2 de D. Pedro I, um de D. João I e um outro de D. Duarte[103], ou seja, cerca de 102 documentos[104] escritos em português antigo.

O segundo corpus será composto pelos documentos originais lavrados na Chancelaria manuelina: 22 inquirições, 60 registos e 27 originais das câmaras e dos donatários, ou seja, um total de 109 documentos foraleiros manuelinos escritos em português de transição do português antigo para o português moderno.

Como acabámos de verificar o volume de documentação foraleira antiga e nova concedido às localidades transmontanas e alto durienses, pelo poder régio, é bastante significativo, formado por dois corpora com cerca de 326 documentos foraleiros.

4. Conclusão

Para terminar resta indicar sucintamente algumas opções editoriais. Decidimos recorrer a edições diplomático-interpretativas das Chancelarias, quando existem essas edições, cotejando-as sempre como os Registos originais do I.A.N./T.T. É o que faremos relativamente às Chancelarias D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Duarte (MARQUES *et alii*, 1990, 1992; 1984; 1998, 1999). Quando não existem edições interpretativas, optámos por fazer uma edição mais conservadora, paleográfica, que permita a elaboração de estudos linguísticos nos vários níveis de análise (grafemático, fonológico, morfológico, sintáctico, lexical e discursivo). De acordo com esta opção, já foi efectuda uma edição paleográfica[105] do subcorpus da documentação foraleira

---

[103] Pelas razões apontadas atrás ainda não tenho dados objectivos sobre os documentos foraleiros emanados da chancelaria de D. Fernando I.

[104] Os documentos foraleiros concedidos por D. Pedro I, D. Fernando I, D. João I e D. Duarte foram enquadrados no grupo dos documentos em português medieval, por se tratarem de documentos foraleiros antigos, mas poderiam ser também incluídos no grupo do português de transição, não o foram porque não quisemos misturar forais antigos com forais novos.

[105] EMILIANO, António - *Critérios e normas para transcrição e transliteração de textos medievais. V.1.0.* Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, 2002. Optámos pela edição paleográfica de Tipo 3 com transcrição larga em tipo normal.

dionisina[106]. Em fases posteriores do nosso projecto, iremos realizar a edição paleográfica dos registos de D. Afonso II e de D. Afonso III.

Da documentação manuelina, foi feita uma edição diplomático-interpretativa do *Livro de Registo da Comarca de Trallos Montes*, e estou a finalizar uma revisão do mesmo tipo de edição das *Inquirições Manuelinas* de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Numa segunda etapa do projecto, com a ajuda de uma metodologia estatístico-lexical disponibilizada pelo programa Stablex, executaremos os índices vocabulares por ordem alfabética e decrescente de cada um dos corpora, imprescindíveis à construção dos vocabulários exaustivos da cada sincronia e ao dicionário histórico da documentação foraleira antiga e nova concedida pelo poder central às comunidades de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas

PORTUGAL. I.A.N./T.T. Chancelaria de D. Dinis, Livro I, II, III e IV.

PORTUGAL. I.A.N.T.T., Gaveta 18, m. 1, n.º 12.

PORTUGAL. I.A.N.T.T., Gaveta, m. 9, n.º 36.

Fontes impressas

Alves, Ana Maria - *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino. À Procura de uma linguagem Perdida.* Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1985.

Azevedo, Rui de - *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Volume I: Documentos dos Condes Portugalenses e de Afonso Henriques A D. 1095-1185.* Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958.

Caetano, Marcello - *História do Direito Português.* 2.ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1985. Volume I - *Fontes: Direito Público (1140-1495).*

Camlong, André - *Stablex Pratique: indexation des textes, traitement statistique des lexiques, extraction des séquences, création des dictionnaires, Les huit contes de Ch. Perrault.* Toulouse: Teknea, 1991.

- *Méthode d'analyse lexicale, textuelle et discursive.* Paris: Ophrys, 1996.

---

[106] Os outros três membros da equipa do projecto (Dr.ª Ana Lúcia Costa, Dr. Mário Mineiro e Dr. José Peixoto da Mota), nas respectivas dissertações de mestrado, fizeram a edição paleográfica de toda a documentação foraleira dionisina outorgada às comunidades de Trás-os-Montes e Alto Douro lavrada em português na sua Chancelaria.

Por fim, gostaria de endereçar um agradecimento aos Drs. Ana Lúcia Costa e Mário Mineiro pela leitura deste texto.

Castro, Ivo - *Curso de História da Língua Portuguesa.* Lisboa: Universidade Aberta,1991.

Chorão, Maria José Bigotte - *Os forais de D. Manuel 1496-1520.* Lisboa: A.N.T.T.,1990

Costa, Ana Lúcia Pereira - *Documentação foraleira dionisina dos concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Torre de Moncorvo e Vinhais: contextualização histórico-geográfica e edição.* Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2003. 2. vols. Dissertação de Mestrado em Cultura Portuguesa.

Costa, Pe Avelino de Jesus da - A Chancelaria Real Portuguesa e os seus Registos, de 1217 a 1438. In *Revista da Faculdade de Letras - História.* II Série. Vol. XIII. Porto (1996) 71-101.

Dias, Luís Fernando de Carvalho - *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa — Beira.* Edição do autor. Beja: [Comp. imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.], 1961

- *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa — Trás-os-Montes.* Edição do autor. Beja: [Comp. imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.], 1961.

- *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa — Estremadura.* Edição do autor. Beja: [Comp. imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.], 1962.

- *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa — Entre Tejo e Odiana.* Edição do autor. Fundão: [Comp. imp. Tipografia do 'Jornal do Fundão'], 1965.

- *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa — Entre Douro e Minho.* Edição do autor. Fundão: [Comp. imp. Tipografia do 'Jornal do Fundão'], 1969.

Deswarte, Sylvie - *Les Enluminures de La Leitura Nova 1504 -1552. Etude sur la Culture Artistique au Portugal au Temps de l'Humanisme.* Paris: Fund. Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1977.

Emiliano, António H. A. – *Critérios e normas para transcrição e transliteração de textos medievais. V.1.0.* Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

Franklin, Francisco Nunes - *Memoria: para servir de indice dos foraes das terras do Reino de Portugal e seus domínios.* Segunda edição. Lisboa: Tipografia Academia Real das Ciências, 1825.

Freire, Anselmo Braamcamp - Povoação de Trás os montes no XVI século. *Archivo Historico Portuguez.* Lisboa: Of. Tip. Calçada do Cabra. V. II, 7 (Julho 1909) 241-290.

Haensc, G.; Wolf, L.; Ettinger, S.; Werner - *LA LEXICOGRAFÍA: de la Linguística teórica a la Lexicografía Prática.* Madrid: Editorial Gredos, 1982.

Herculano, Alexandre - *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. Vol. II - Leges et Consuetudines.* Lisboa, 1856.

- *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III.* Lisboa: Livraria Bertrand, 1981. Tomo IV. Prefácio e notas críticas de José Mattoso.

Macedo, Francisco - *A Iluminura nos Descobrimentos: breves considerações sobre a Iluminura no Período dos Descobrimentos.* Porto, Lisboa: Figueirinhas, [s.d.].

Maia, Clarinda de Azevedo - Sociolinguística histórica e periodização linguística: algumas reflexões sobre a distinção entre português arcaico e português moderno. In *Diacrítica Revista do Centro de Estudos Humanísticos.* Braga: Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho. 10 (1995) 1-30.

Marques, A. H. de Oliveira - *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I (1357-1367).* Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques.

- *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV.* Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. Volume I (1325-1336), 1990. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques. Volume II (1336-1340). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Teresa Ferreira Rodrigues. Volume III (1340-1344). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Teresa Ferreira Rodrigues.

- *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte.* Volume I, Tomo I (1433-1435). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998. Organização de João José Alves Dias. Volume I, Tomo 2 (1435-1438). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998. Organização e revisão geral de João José Alves Dias. Volume II (*Livro da Casa dos Contos*). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1999. Edição preparada e revista por João José Alves Dias.

Marques, José - O povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel, no século XIII. In *Revista Estudos Transmontanos.* Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real. 1 (1983) 105-130.

- Povoamento e Defesa na Estruturação do Estado Medieval Português. *Revista de História.* Porto: C.H.U.P./ I.N.I.C. Vol. VIII, (1988) 9-34.

Mattoso, José - *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. 4.ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1991. Volume I - *Oposição*.

Menezes, Alberto Carlos - *Plano de Reforma de foraes e direitos bannaes, fundo em hum novo systema emphyteutico nos bens da coroa, de corporações, e de outros senhorios singulares, dividido em nove partes com hum novo arredondamento de comarcas para os foraes do patrimonio da coroa*. Lisboa: na Impressão Regia, 1825.

Mota; José Peixoto da - *Documentação foraleira colectiva dionisina dos concelhos de Bragança, Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro: edição e estudo*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2003. 2. vols. Dissertação de Mestrado em Cultura Portuguesa.

Palmeirão, Cristina Maria Gomes da Costa - *Os forais de Miranda do Douro (1286-1510)*. Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro, 1994.

Reis, António Matos - *Origens dos Municípios Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

Ribeiro, João Pedro - *Dissertação Historica Juridica e Economica sobre a Reforma dos Foraes no Reinado do Senhor D. Manuel. Parte I*. Lisboa: Impressão Regia, 1812.

Riesco terrero, Ángel [et al.] - *Introducción a la paleografía y la diplomática general*. Madrid: Editorial Síntesis. S.A., 1999.

Santana, Maria Olinda Rodrigues - *Liuro dos Foraes Nouos da Comarqua de Trallos Montes: edição, enquadramento histórico e análise estatístico-linguística*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Université de Toulouse-Le-Mirail II, 1998. 4 vols. Tese de Doutoramento Europeu em Linguística Portuguesa.

— *Liuro dos Foraes Nouos da Comarqua de Trallos Montes: introdução, edição diplomática e notas*. Mirandela: João Azevedo Editor, 1999.

Serrão, Joel - *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. Vol. II. 1981. Direcção de.

Silva, L. A. Rebelo da - *Memória sobre a população e a agricultura de Portugal: desde a fundação da monarquia até 1865*. Parte I (De 1097-1640). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Silva, Nuno Espinosa Gomes - *História do Direito Português: fontes do Direito*. 2.ª edição. Lisboa: Fund. C. Gulbenkian, 1991.

Soares, Torquato de Sousa - *Apontamentos para o Estudo da Origem das Instituições Municipais Portuguesas*. Lisboa: [s.n.], 1931.

- Concelhos. *Dicionário da História de Portugal*. 1.ª edição. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963. Vol. I, p. 651-654.

Sousa, Fernando de - *O Arquivo Municipal de Moncorvo*. Porto: [s.n.], 1982.

A transição scriptográfica na produção documental portuguesa de 1257 a 1269

José António Souto Cabo
Universidade de Santiago de Compostela

Introdução

Como está suficientemente estabelecido, o estatuto do galego-português como veículo da documentação tabeliónica em Portugal parece ter conhecido uma alteração substancial em meados da década de cinquenta do séc. XIII. Se antes dessas datas a utilização do código romance se restringia às tipologias diplomáticas de carácter probatório – ou melhor não dispositivo — a partir desse período o código romance começa a concorrer com o latim na documentação menos propícia ao registo vernáculo pela sua natureza jurídica[1]. Esse alargamento qualitativo dos âmbitos de uso do galego-português não se traduziu evidentemente numa generalização súbita. Estamos perante um processo que só parece relativamente concluído na última década desse mesmo século.

Relativamente às primeiras etapas dessa expansão, foi já sublinhada a existência de dois períodos, atendendo ao volume e à frequência com que aparecem os diplomas em português, tendo sido observada uma concordância fundamental nos domínios da produção régia (Fagundes Duarte 1986: 37) e da particular (Souto Cabo 2002b: 441-442). Com efeito, se antes de ca. 1268 a presença do vernáculo era débil e lacunar, a partir dessa data conta com uma progressão em número e com uma continuidade temporal muito significativas.

[1] Contamos com um conjunto considerável de trabalhos sobre a documentação galego-portuguesa anterior à segunda metade do séc. XIII. Vejam-se, nesse sentido, os seguintes: Castro ([no prelo]), Martins (1999, 2001), Souto Cabo (2002a, 2002b, 2003a, 2003b, [no prelo]).

Será, portanto, objectivo deste trabalho a análise de alguns pontos de interesse scriptográfico dessa primeira fase, mais especificamente na documentação de tipo particular em versão original localizada, até ao momento, no Arquivo da Torre do Tombo (Lisboa)[2]. Acompanha este estudo uma edição selectiva de oito diplomas que pretendem ser representativos da produção em foco.

Delimitação do *corpus*

Os limites temporais que figuram no título correspondem às datas do primeiro e do último dos documentos considerados. O limite inferior, 1257, corresponde ao ano em que foi redigida uma ratificação de partilhas estabelecida entre Dordia Gil e Gonçalo Gil de Soverosa (Souto Cabo 2003b: 802-804, 811-812)[3]. Estamos perante um documento plenamente dispositivo, já que é um complemento legal que vinha dar validade ao escrito prévio, de natureza probatória, em que se especifica o que correspondia a cada um dos irmãos. Em princípio, não parece ter existido qualquer motivo de índole jurídica nem diplomática (o documento é relativamente solene) que pudesse ter propiciado o uso do código romance[4].

Quanto ao limite superior, apesar de ser uma escolha relativamente arbitrária, há alguns elementos objectivos que nos levaram a tomar como ponto de referência o documento lavrado em Avis no mês de Maio de 1269 (**D23**). No domínio da documentação particular esse ano constitui de algum modo a passagem entre as duas fases antes citadas. Em relação ao período prévio, é a primeira vez, com oito exemplares, que se ultrapassa o número de cinco por ano, mas ao mesmo tempo fica muito longe dos doze documentos localizados para o ano 1270. Isto supõe um salto quantitativo considerável, inaugurando

---

[2] Sobre o volume de documentos galego-portugueses identificados, existem algumas novidades em relação ao que fora por mim estabelecido anteriormente (Souto Cabo 2002b: 440-441). Nos últimos tempos conseguimos ainda alargar o volume dos textos; tal mudança parcial não altera substancialmente a relação entre os diferentes períodos. Apresentámos esse novo panorama documental na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa no seminário sobre *Aspectos Metodológicos em História da Língua Portuguesa*, em 22 de Janeiro de 2002, dentro do contexto do "Fórum Linguístico da Nova".

[3] Para este último acto diplomático conservamos as duas metades da carta partida. Uma delas (Most° de Arouca, gaveta 5, maço 10, n° 6) foi já publicada por mim (Souto Cabo 2003b), a outra reproduzimo-la neste trabalho, notando as variantes do anterior que possam ter algum interesse para o estudo presente.

[4] Ribeiro (1860) cita e reproduz um documento do Mosteiro de Arnóia de 1255 hoje provavelmente perdido.

uma média de 11 exemplares por ano para a primeira metade da década de 70 (face a 1,6 da década de 60). Entre esses dois pontos de referência chegámos a localizar um total de 23 documentos em galego-português (tal como se expõe no quadro[5]), dos quais são editados aqueles cujo número de ordem figura em negrito.

Nº	ANO	LOCAL	NÚCLEO	TIPO
1	1257	RIO MEÃO	ARC: 5, 10, 15	CFP
2	1257	AROUCA	GAV. 11: 2, 15	COM
3	1259	TAROUCA	LAM: 7,3	ENF
4	1259	LORVÃO (?)	LOR: 10, 12	CIN (?)
5	1259	TOMAR	GAV. 7: 10,39	DOA
6	1260	LISBOA	CHE: 3, 57	ENF
7	1262	TAROUQUELA (?)	TAR: 7, 46	DOA
8	1262	AROUCA?	ARC: 3, 7, 30	VEN
9	1262	TAROUQUELA (?)	TAR: 7,7	DOA
10	1263	SEVILHA	OSA: 1,2	COM
11	1263	CELORICO B.	ARC: 5, 13, 9	VEN
12	1264	LORVÃO	ARC: 7, 9, 7	PER
13	1266	SINTRA	CHE: 2, 38	ENF
14	1266	PEREÑA	ARC: 5, 10, 3	PER
15	1266	COIMBRA	JOC: 6, 27	ENF
16	1266	COIMBRA	ANC: 1, 58	ENF
17	1267	TAROUQUELA (?)	TAR: 7, 33	QUI
18	1268	AROUCA (?)	ARC: 5, 10, 4	PER
19	1268	AROUCA (?)	ARC: 5, 13, 33	PER
20	1268	RORIZ	ROR: 1, 25	COM
21	1268	CETE?	CET: 2, 5	TES
22	1269	AROUCA	GAV: 19, 13, 75	IPO
23	1269	AVIS	CHE: 3, 53	QUI

Núcleo: ANC: Santa Ana de Coimbra. ARC: Mostº de Arouca. CET: Mostº de Cete. CHE: Mostº de Chelas. GAV: Gavetas. JOC: São Jorge de Coimbra. LAM: Sé de Lamego. LOR: Mostº de Lorvão. OSA: Ordem de Santiago. ROR: Mostº de Roriz. TAR: Mostº da Tarouquela.
Tipo: CFP: Confirmação de partilhas. CIN: Carta de incomuniação. COM: Composição. DOA: Doação. ENF: Enfiteuse. IPO: Instrumento de posse. PER: Permuta. QUI: Quitação. TES: Testamento. VEN: Compra-venda.

[5] Excluímos do inventário, pelas suas características particulares, o micro-texto de uma quitação em romance, de 1263, incluída num documento latino (Mostº de Chelas, maço 6, nº 120).

Foram afastados deste estudo diversos documentos em romance ligados a outras tradições de *scripta* romance não propriamente "lusitanas", apesar de maioritariamente terem sido plasmados em galego-português. Encontram-se nesta situação, por um lado, um conjunto de oito escrituras procedentes da Ordem do Templo oriundas da região de Mogadouro-Celorico entre 1253 e 1260[6]. Trata-se de documentos caracterizados, em diversos graus, por marcas da *scripta* leonesa[7], o que leva a pensar que a existência dos mesmos, enquanto escritos romances, se deve à importação directa de práticas do reino vizinho[8]. Mesmo que em algum dos casos a presença de elementos alheios ao galego-português seja pouco significativa, consideramos que merecem um tratamento específico e claramente diferenciado. Por motivos similares pomos de parte um diploma de 1259 redigido em Samora (Stª Clara do Porto, maço 51, nº 4) e outro de 1261 procedente da região do Sabugal (Stª Maria de Aguiar, maço 8, nº 18).

Notemos, finalmente, que subsistem algumas dúvidas no que se refere ao enquadramento escritural de um diploma de 1266 (D14[9]) sobre permutas de propriedades entre Martim Afonso, filho do rei Afonso X de Castela, e Dordia Gil de Soverosa, freira de Arouca. É possível que o documento seja de origem galega[10], como poderia ser sugerido, entre outros traços, pela presença da forma *lues* ("segunda-feira"). Neste caso, optamos por incluí-lo no estudo que nos ocupa[11].

---

[6] 1253, *Gaveta* 7, maço 10, nº 24; 1254, *Gaveta* 7, maço 10, nº 46; 1256, *Gaveta* 7, maço 7, nº 21; 1256, *Gaveta* 7, maço 3, nº 26; 1258, *Gaveta* 7, maço 7, nº 2/1; 1259, *Gaveta* 7, maço 7, nº 19; 1260, *Gaveta* 7, maço 6, nº 11; s. d., *Gaveta* 7, maço 13, nº 23.

[7] Algumas destas cartas foram identificadas por Lindley Cintra (Castro [no prelo]). O mais antigo (1253) apresenta, por exemplo, elementos castelhano-leoneses como: *cavalero*, *fuerõ*, *fago*, *iscaicjo*, etc.

[8] Além de alguns precedentes no séc. XII (Souto Cabo 2003b), um documento de Ferreira de Aves de 1236 constitui um exemplo de usos similares na primeira metade do século XIII. O documento fora publicado por Pedro de Azevedo e recentemente por Martins (1999: 525-526).

[9] Os documentos aparecem identificados com a letra D seguida do número que ocupam no quadro. Para aqueles textos publicados na antologia que acompanha este trabalho utilizamos o negrito na sigla-número que os identifica.

[10] Notemos que a família Soverosa é de procedência galega e que as propriedades da freira aparecem maioritariamente situadas na Galiza. O documento foi elaborado em Pereña (Salamanca). Também não existe certeza absoluta sobre a lusitanidade doutra escritura de 1268 (D18), de conteúdo similar ao anterior, que poderia ter sido lavrado pela mesma mão.

[11] Nos fundos do mosteiro de Rio Tinto (maço 3, s. n.) conserva-se um inquérito em que consta a data de 1264. No entanto, as características paleográficas e scriptográficas muito inovadoras do mesmo levam a pensar que essa datação pertence ao ano em que foi realizada a pesquisa e não ao próprio documento, como se depreende do próprio texto. Por esses mesmos motivos temos sérias dúvidas sobre a cronologia real do documento nº 15 de 1266 procedente do mosteiro de S. Jorge de Coimbra.

Como vemos, em termos percentuais, é notável a presença de documentos romances dependentes doutras tradições a respeito dos propriamente lusitanos. Esse conjunto, relativamente ao total, atinge 35%, o que pode ser indirectamente elucidativo sobre a exígua utilização do código vernáculo. Este último facto tem também uma tradução a nível da continuidade, já que constatamos a existência de três anos brancos em 1258, 1261 e 1265. Como foi dito, este carácter descontínuo contrasta com a segunda fase, aproximando a produção deste período da situação característica na primeira metade do século. Não é viável efectuar uma comparação objectiva neste ponto com a primeira metade do século, já que se trata de dois conjuntos diplomáticos de características muito diversas.

2. Natureza

Como foi já adiantado, a principal diferença entre o conjunto textual que analisamos e o conjunto correspondente à primeira metade do século baseia-se sobretudo na natureza jurídica e diplomática das escrituras conservadas. Quanto à natureza jurídica, temos já o leque de diplomas habitual na segunda metade do séc. XIII, sendo as mais frequentes as enfiteuses, as permutas e as doações. Não parece subsistir qualquer tipo de restrição nesse âmbito. Lembremos que durante a primeira metade do século, para além das notícias e/ou inventários, só os testamentos contam com uma representação relativamente significativa. No que se refere à natureza diplomática, encontramos agora, para além de documentos probatórios (alguns não incluídos no inventário por dificuldades de datação[12]), escrituras de claro carácter dispositivo, ausentes dos períodos anteriores. Aliás, muitos deles evidenciam um carácter solene ou semi-solene, quer pelas características internas quer pelas externas.

Contudo, apesar da mudança que se deduz da presença desses diferentes tipos jurídicos, é evidente que o código romance continuava em boa medida sujeito a uma limitação funcional. Tal situação tem um reflexo muito expressivo no conjunto documental **D4**. Num suporte de dimensões consideráveis, Domingos Mendes plasmou três actos diplomáticos: (i) uma compra-venda a que se apõe (ii) um apêndice pelo qual os vendedores recebem em arrendamento a

[12] Entre outros, o *Inventário dos herdamentos que S. João da Pendorada possui em terra de Lafões* (Most° da Pendorada, maço 23, s. n.) poderá pertencer ao período cronológico abrangido pelo nosso trabalho.

herdade objecto de transacção, e (iii) uma espécie de carta de incomuniação[13] em que o casal formado por Gonçalo Pires e Teresa Mendes submete à jurisdição do mosteiro de Lorvão aquilo que eles possuíam no couto de Rio de Asnos[14]. Existe clara fronteira scripto-linguística nesse conjunto diplomático. Por um lado, a compra-venda para a qual foi utilizado um registo fundamentalmente latino e, por outro, o arrendamento e sobretudo a carta de incomuniação redigidos em galego-português, embora com segmentos latinizantes. O alto nível de formalização diplomática e o rigor jurídico inerentes à tipologia das compra-vendas poderá estar na base dessa divergência na escolha idiomática.

3. Análise scriptográfica[15]

Passamos a analisar seis traços pertinentes para a caracterização da escrita do período em foco neste estudo: (i) código latino; (ii) vogais médias (/e/ e /o); (iii) vogais nasais; (iv) lateral palatal e nasal palatal; (v) fricativas ápico-alveolares e fricativas/africadas pré-dorsais; (vi) ípsilon e cê cedilhado.

3.1. Apesar de termos afastado linguisticamente documentos latinos e documentos romances, é fácil verificar que os textos "portugueses" contêm um conjunto considerável de formas de natureza exclusivamente latina. Esta convivência de elementos latinos e romances é característica recorrente na produção documental anterior e também o será, em menor medida, durante a maior parte do séc. XIII[16]. Se ao longo da primeira metade deste século podemos manter a afirmação de que entre o código românico e um texto determinado a relação é sempre gradual, não privativa (Souto Cabo 2003b), na segunda metade

[13] Acto pelo qual um camponês oferece a um senhor parte das terras sob a condição de continuar a cultivá-las, dando uma parte da colheita, com a finalidade de obter dele *moderatio* e *defensio*.

[14] No quadro só foi incluído o terceiro dos actos documentais citados.

[15] Alguns aspectos tratados a seguir foram já abordados por mim a propósito doutros conjuntos diplomáticos (Souto Cabo 1996, 2002b).

[16] Sobre a relação entre escrita e oralidade no período anterior à segunda metade do séc. XIII, para além do quadro conceptual estabelecido por R. Wright, parece-nos de grande interesse a perspectiva de Ralph Penny (2003: 227) quando aponta que: "no tiene sentido hablar de la existencia de formas romances en textos latinos anteriores al siglo XIII. Lo que observamos es una lenta aplicación inversa de las reglas de la lectura litúrgica a la escritura de la lengua popular, movimiento titubeante que poco a poco va creando una brecha entre la escritura eclesiástica y la que se empleaba para otros fines [...] se fue abandonando definitivamente el modo logográfico de escribir textos vernáculos, hasta el punto de que los lectores tuvieron que emplear exclusivamente el modo fonográfico de leerlos."

deparamos já com um volume importante de documentos plenamente romances. Ao mesmo tempo, verificamos uma progressiva bifurcação dos códigos de modo a desaparecerem os documentos com *scripta* de tipo "híbrido", o que espelha a crescente diferenciação conceptual entre latim e romance.

Dos documentos considerados, só em dois, D6 e D16, os traços latinizantes têm um peso muito significativo. A sua presença, sendo de menor relevo, é ainda registada em **D4**. A expressão latina aparece nele, como podemos ver, de modo preferencial, mas não só, no segmento final, isto é, dentro do escatocolo (dividido por uma cláusula de multa), parte do discurso diplomático de grande formalização. A ocorrência de formas latinizantes não é significativa no resto. Notemos, contudo, uma certa preferência pelas mesmas na cláusula cronológica (**D1**, **D17**) e no âmbito da antroponímia (**D4**, **D17**). Repare-se também na utilização dos numerais latinos em **D11**: *Quadraginta*, *uigĩti*. Outros exemplos de carácter esporádico são *quales*, *illi* em **D20**, *miles* em D9 e *uoluntate* em D21.

3.2. Consideremos agora a presença de <u> e, em menor medida, de <i> em contextos onde no próprio período medieval é já comum o uso de <o> e <e>, respectivamente. A explicação que se afigura mais plausível supõe considerar que foi uma marca do carácter fechado do fonema em questão, como já apontara Cintra (1987: 51-52) para <u>: "acentuando a importância do traço fechado de /o/, o que os conduziu a senti-lo e a representá-lo como /u/". Quanto à origem, poderá ser ligado à antiga escrita logográfica de formas como "vicem" = /vets/ ou "unde" = /onde/, a que se somam aqueles casos em que, por motivos de fonética sintáctica, a articulação da vogal era muito fechada ou ainda realmente /u/ e /i/, ou quando se tratava de formas de feição latina. Nem sempre é possível discriminar claramente essas diferentes situações.

Esta característica está presente em quase metade do corpus, sendo razoavelmente significativa em oito cartas. Um dos textos mais eloquentes a esse respeito é **D17** com formas como: *Acunucuda*, *cũ*, *cutarũu*, *du*, *furũ*, *gumet*, *pur*, *quãtu*, *tudus*, *u*; *aquilis*, *ĩ*, *Sanchit*, *uirĩ*, etc. É igualmente interessante notar uma certa concentração em termos concretos: *cũ* (D2, D8, D12, **D17**), *cume/cumu* (D3, D8, **D11**), *conucuda* (**D1**), *Acunucuda* (**D17**), *conhuzuda* (D22), *conucuda* (D5), *cunucuda* (**D23**); *dublo* (D8, **D11**); *pur* (D6, **D11**); *reuura/reúũra* (D8, **D11**); ou ainda em segmentos determinados: *auemus* (D2, D5, **D11**), *recebemus* (**D11**), *aueriamus*, *damus*, *peçamus*, *outorgamus*, *poderiamus*, *possamus*, *seelamus* (D2); *forũ* (D2), *furum* (**D1**), *furũ* (**D17**), *ouirrum* (**D1**), *uirrum* (**D1**), etc. Também aparece em: *agusto* (**D11**), *bua* (**D1**), *custume* (D2),

Domĩgus (**D11**), *ffectu*, *fugaza* (D5), *sussu* (D3), etc[17]. Ainda que possamos encontrar praticamente na sua totalidade uma explicação, é pertinente notar o uso do grafema <u> e não <o>[18].

O uso de <i> por <e> tem uma frequência menor, salvo na carta **D17** antes citada[19]. Contrasta com esse facto a presença relativamente abundante da terminação *–il*, em palavras que representam o resultado do latim –BILE(M): *amigauil* (**D10**), *estauil/stauil/stauill* (**D1**, D5, D15, D19, **D20**), *mouil* (D3, D5), *perdurauil* (D8, **D10**, **D11**), *semellauilmẽte* (**D10**). Essa situação também se regista nos patronímicos acabados em *–it*, *-iz*: *domĩgit/domĩguit* (D15, **D23**), *martíít* (D5), *mẽedit/meendit* (D5, **D7**, D9, **D17**), *rodigit* (**D4**), *roderiguiz/ roderigiz* (D19), *sanchit* (**D7**, **D17**)[20]. É possível que se trate, por motivos diversos, de casos reais de articulação da vogal anterior fechada[21].

3.3. O estudo dos procedimentos utilizados para discriminar o carácter nasal das vogais e/ou ditongos constitui um aspecto de indubitável importância; o seu correcto entendimento pode levar a conclusões que ultrapassam o âmbito estritamente gráfico. Foi observada a existência de três tipos básicos:

a) <n> (intervocálico): *alguno*, *bonos* (**D1**), *bona* (D15), *manus* (**D17**), *remanesca* (**D4**), *tenerẽ* (**D4**), *uno* (**D4**, **D20**), *unu* (**D4**), (d)*una* (**D4**, **D11**, **D17**, **D20**, D22), *vinir* (D14, D18).

b) <Ø> (ausência de marca ou plicas no caso do hiato de vogais de timbre idêntico): *algúú* (D2), *bóós* (D22), *bua*, *meiao*, *Steuao* (**D1**); *martíít* (D5, **D7**), *oméés* (D22), *uéér* (D8, **D11**), *uéérẽ* (**D11**, **D20**), *úú* (D3, **D17**); *perteeçẽ* (**D18**), *pertéénças* (D2), *poer*, *poeer* (**D4**, D18), *razoes* (**D20**), *consúú*, *uíir* (**D23**), etc[22].

---

[17] Fica explicada, pelo menos em parte, a questão subjacente à observação de Maia (1986: 410) quando se refere à ausência desse tipo de formas (com "u") na documentação portuguesa por ela editada face ao que observava nos textos galegos. Confirma-se, como ela própria sugeria, que essa diferença era devida ao afastamento cronológico entre ambos os grupos documentais.

[18] Ocasionalmente ocorre um fenómeno aparentemente inverso, o uso de <o> pelo normal <u>, em *defalezodo* (**D3**), *douida* (**D2**). A presença do *-o-* na terminação do particípio conta com uma frequência relativamente elevada na documentação coetânea.

[19] A *Notícia de manda de Margarida Garcia* revela grande profusão de formas com <i>.

[20] Formas similares foram registadas em documentos da primeira metade do século, com o exemplo paradigmático da "*Notícia de manda*" de Margarida Garcia, e continuaram a ser relativamente frequentes, pelo menos durante a primeira metade da década de 70.

[21] Muito menos relevante é a presença de aspectos singulares na representação dos ditongos, face ao que acontece no período prévio (Souto Cabo 1996: 134-135); notemos, contudo, a existência de resultados como: *quarteros* (**D9**), *otros* (**D9**), *thesaureiro* (**D10**), *caseeros* (**D16**).

[22] Neste caso, não podemos logicamente excluir a possibilidade de em algumas ocorrências a ausência do til responder à realidade linguística do escriba.

a) <~> (sinal abreviativo geral): *espĩo* (D12) *nehũa* (D2), *pẽa*, *testemõias*, *uẽer* (**D7**); *deffenssões*, *hũu*, *mão* (**D10**); *estraỹa*, *firmidõe* (D11), *põer* (D19).

Os dois primeiros processos, isto é, a consoante nasal e a ausência de marca/plicas, foram habituais na primeira metade do século, como se evidencia, por exemplo, no *Testamento de Afonso II* (*alguus*, *mia*, *dieiros*, *galardoei*, *nenguu*, *nomeado*, *novea*; *Lixbona*, *asunar*, *comemorazones*, *manos*, *uinir*, *raina*, *una*, *uno*) (cf. Souto Cabo 1996: 132-134). Pelo contrário, a reconversão do sinal abreviativo geral com essa função diacrítica parece ter sido, em boa medida, uma inovação do período em análise e, como se sabe, acabará por ser normal no resto da Idade Média.

O aspecto de maior interesse centra-se na distinção que se estabelece nos textos do segundo grupo ("b") — e também em parte nos do primeiro ("a")—, entre os procedimentos utilizados para representar, por um lado, a nasalidade vocálica em consequência da queda de um –N- intervocálico latino e, por outro, o arquifonema consonântico nasal em posição implosiva, para o qual o uso do sinal abreviativo conta com uma frequência muito alta. A conclusão lógica é que não era equiparável o estatuto fonológico das vogais envolvidas, portanto, no segundo caso estaríamos perante uma vogal oral, mais ou menos nasalada, seguida da consoante nasal.

3.4. Observemos agora a representação da lateral palatal e da nasal palatal. Se a análise grafémica tem hoje um interesse linguístico limitado, possui, no entanto, um alto valor simbólico por se prender com a origem de <nh> e <lh>, dígrafos que vieram autonomizar a *scripta* portuguesa relativamente a outros domínios linguísticos ibero-romances.

Não pretendo alargar o estudo deste aspecto fora do âmbito documental que nos ocupa e das conexões genéricas que daí se seguem. Contudo, devo notar que me parece imprescindível problematizar a teoria "tradicional", até porque contamos actualmente com dados antes inexistentes. Do nosso ponto de vista, essa explicação é apenas uma hipótese, quer dizer, é provável que a coincidência no uso dos dígrafos entre a Provença e Portugal tenha sido devida à importação desses grafemas por parte do reino ibérico. A partir dessa conclusão, seguindo um caminho inverso ao da lógica, foram coleccionados argumentos em apoio da mesma. Julgamos, portanto, que existem dúvidas científicas para validar essa mera probabilidade. Mesmo que não seja possível chegar a uma nova solução, impõe-se rever o problema, sobre o qual preparo um estudo monográfico.

Entre os aspectos que mais dificultam a análise desse fenómeno encontra-se a identificação dos mais antigos testemunhos, já que os até agora tidos como tais não se encontram em documentos originais, mas em cópias. Os exemplos mais recuados de <nh> (1264) e de <lh> (1265) surgiriam, de acordo com Cintra (1963: 64-67), respectivamente no *Livro de João Portel* e na *Chancelaria de Afonso III*. Notemos que é muito provável que a escrita do primeiro dos códices só tenha começado "depois de 1270", segundo Maria Luísa Almeida (comunicação pessoal), a quem devemos uma edição do mesmo. Aliás, como está amplamente demonstrado, os escribas não observavam um respeito escrupuloso pela grafia do original. Isto para dizer que nada nos pode assegurar que aqueles usos já estivessem nos originais. De facto, é muito pertinente sublinhar que uma versão do documento D2 (1257) incluída na *Chancelaria* regista o uso desses dígrafos, o que não acontece no original recentemente localizado por mim.

O exemplo mais antigo dessa prática gráfica na documentação considerada ocorre numa composição de 1263 (**D10**) estabelecida em Sevilha entre o bispo de Silves e Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago. Apesar de estarmos provavelmente perante a cópia elaborada para essa ordem militar, nada que se postule ter sido contemporânea do original. Ele constitui o mais antigo testemunho desses dígrafos, concretamente de <nh> nos termos *Reconhocemos*, *gaanhar*. Também nesse documento surge o complexo gráfico <mh> normalmente associado aos anteriores.

Os dois exemplos que cronologicamente se sucedem são problemáticos. Por um lado, já apontámos a exclusão de um inquérito procedente do mosteiro de Rio Tinto de 1264 (cf. supra) onde poderia surgir um exemplo de <lh> (*talhar*). Por outro, o documento D15 de 1266 procedente de S. Jorge de Coimbra regista de maneira abundante ambos os dígrafos (também <bh>). Essa frequência elevada em data relativamente precoce[23], a juntar a algumas características gráficas, coloca sérias dúvidas sobre a cronologia real desse escrito. De todos os modos, não existindo outros motivos diplomáticos para o excluir, preferimos mantê-lo com essas reservas.

Pelo contrário, os testemunhos seguintes parecem totalmente seguros. Trata-se de dois diplomas de Fevereiro e de Maio do ano 1269, respectivamente D22 e **D23**, procedentes de Sarzedas (Castelo Branco) e Avis. O primeiro utiliza de forma sistemática <nh> (*Conhozuda*, *senhor*), mas não <lh> (*cõcelo*), enquanto que o segundo só conhece <lh> (*naualha*, *conçelho*), mas minoritário a respeito de <l>

[23] De facto, a frequência de usos desses dígrafos num determinado documento foi já utilizada como elemento auxiliar para a datação de alguns documentos.

com esse mesmo valor (*moler*, *les*)[24]. Indepentemente da composição de 1263 (**D10**), antes citada, parece-nos da maior importância a identificação recente de D22 como primeiro exemplo indubitável da implantação das grafias em questão.

Por outro lado, registamos, ainda maioritariamente, os procedimentos tradicionais mais frequentes: <l> para a lateral palatal e <n> para a nasal palatal. Também ocorrem ocasionalmente <li>: *animalias* (**D10**), *nemigalia* (**D11**); e <ll>: *allear* (D15), *barallas* (**D10**), *filla* (D18), *fillo* (D14), *moller* (D19), *toller* D16, *uellos* (**D1**, **D20**), etc.. Quanto à nasal palatal, só detectámos <ñ> em **D10** (*señor*) e D2 (*ueña*); <nn> em D16 (*tennades*), e talvez <ni> em D8 (*Junio*).

3.5. O estudo da oposição gráfica surda/sonora no âmbito das consoantes fricativas ápico-alveolares (/ś/-/ź/) e das africadas ou fricativas pré-dorsais (/ts/-/dz/) constitui um aspecto de indubitável interesse para o momento em foco. Dos documentos considerados apenas quatro exibem sistematicidade no contraste gráfico: D2, **D10**, **D11**, **D23**. Pelo contrário, esse contraste não se regista (com precisão) em sete escrituras: D3, D6, **D7**, D9, D13, **D17**, D21. Nos casos restantes não há coincidência, podendo ser representada essa discriminação só no referente às ápico-alveolares: **D4**, D5, D8, D16, D19; ou só nas pré-dorsais: **D1**, D12, D14, D15, D18, **D20**, D22. Como vemos, face à situação característica do restante período medieval, não se observa uma clara vantagem opositiva no seio das pré-dorsais relativamente às ápico-alveolares[25].

Para além da constatação anterior, a difusão dos diferentes grafemas apresenta particularidades que amiúde chegam a individualizar um escrito determinado. No domínio das ápico-alveolares observamos uma especialização funcional no uso de <s> vs. <ss> com base em factores de ordem exclusivamente gráfica. No documento **D7** o <ss> é exclusivo em contexto intervocálico independentemente do valor fonológico: *assi, quisserẽ, cõfusso, desso*; sendo utilizado o grafema simples no resto das posições: *sega*, *esto*, *uéégas*, *meus*, etc. Essa tipologia distributiva, que também ocorre parcialmente em **D1**, embora com base em princípios diversos, já a detectámos noutros textos desse período (Souto Cabo 2002a: 373-374).

---

[24] Esse documento fora citado por Cintra (1963: 65) como um dos primeiros exemplos do uso de <lh>: "Dans l'Alentejo, à Avis – siège d'un ordre militaire du même nom – les exemples des graphies modernes de *lh* et *nh* apparaissent de très bonne heure. On trouve *lh* dès l'année 1269: *naualha*, *concelho*, à côté de *moler*, *les*".

[25] Notemos que a distribuição dos documentos nesses grupos pode obedecer ocasionalmente a tendências maioritárias e não a absolutos. Assim, apesar de as formas *partizon* em **D1** e *asi* em **D4** contrariarem as distinções fonográficas de *z* vs. *c-ç* e de *ss* vs. *s*, respectivamente, normais nesses textos, incluímos esses escritos nos grupos que opõem graficamente os fonemas em questão.

Quanto às pré-dorsais, a casuística revela ainda maior complexidade. Talvez o exemplo mais singular seja constituído pelo documento **D20**. Nele estabelece-se o contraste gráfico em foco mas pelo recurso a grafemas normalmente atribuídos a outras consoantes constritivas. Se, por um lado, usa <z> para o fonema sonoro, onde para o surdo encontramos duas possibilidades: (i) <-ss->/ <s-> em *fassa*, *seruisso* e *conplazensas* e talvez *Gunsaluo*, *Gũsalo*; e (ii) <x> em *conposixom*, *conposixõ*, *forxa* e *paranxa*.

O documento D2 utiliza exclusivamente <z>: *defalezodo*, *fazo*, *pertenzas*, etc. Pelo contrário, em **D7** o <ç> pode representar quer o fonema surdo: *façam*, *lourẽço*, etc, quer o sonoro: *façer*, *ueç*. Noutros, a diferenciação gráfica nem sempre acompanha a oposição fonológica. Assim, nas cartas **D4** e D5 as formas "correctas" convivem com: *perzamus* (**D4**); *Crianza*, *fugaza* (D5); *facer*, *facermus*, *fecermus* (**D4**); *ffecerũ* (D5). Do mesmo modo, em D8 ao lado de formas como *fazer* registamos *trecẽtos*.

No entanto, mesmo nos casos em que a distribuição dos diferentes tipos de grafemas não parece orientada fonologicamente, estaríamos enganados se pensássemos que é de tipo inteiramente livre. Detectamos pautas que respondem a uma motivação etimológica, ocasionalmente com o aspecto de difusão lexical (formas do verbo "*fazer*" com <c>) e/ou morfológica, que remetem para a tradição da *scripta* latino-romance. Nesse sentido, observamos como a presença do dígrafo <ci>, para transcrever a pré-dorsal surda, fica limitada a algumas terminações nominais: *cõposiciõ* (**D10**), *cõdiciõ*, *forcia*, *herdancia* (**D4**); *pertééncias* (**D11**), *precio* (D8, **D11**), *tẽtaciõ* (**D11**); *tercia* (D16), *vendiciõ* (D8, **D11**). Uma especialização similar parece existir no já referido uso de <x> em *conposixom*, *conposixõ*, *forxa* e *paranxa* de **D20**[26].

Por outro lado, registamos a presença do grafema <t> para representar a pré-dorsal em posição final absoluta, mas normalmente limitada aos patronímicos: *domĩgit* (D22, **D23**), *fíít* (D9) *mẽedit*/*mééndit* (D5, **D7**, D9, **D17**), *gomet* (**D4**), *gomet* (**D17**), *gumet* (**D17**), *martíít* (D5, **D7**), *pááit* (D9), *rodigit* (**D4**), *sanchit* (**D7**, **D17**). Fora desse domínio só ocorre no termo *pat* (**D10**)[27].

---

[26] O micro-texto de uma quitação pertencente ao Mosteiro de Chelas (maço 6, nº 120), não incluído no nosso inventário (cf. supra), utiliza <cz> para representar a pré-dorsal surda (*faczades*, *faczo*, *seruiczo*).

[27] Esta extensão do uso, relativamente frequente na Galiza, foi também ocasionalmente conhecida em Portugal onde, já fora do período considerado, localizámos: *iat* (1272, Santa Clara do Porto, m. 60, nº 20), *uot* (1274, Mostº da Tarouquela, m. 8, s. n.), *pat* (1277, S. Jorge de Coimbra, m. 6, nº 38).

3.6. Finalizamos o nosso percurso voltando a nossa atenção para dois aspectos de interesse quase estritamente gráfico como é a ocorrência de <y> (ípsilon) e de <ç> (cê cedilhado). A julgar pela exígua presença dessas letras na documentação da primeira metade do séc. XIII, o período em análise foi certamente o palco para a sua difusão. Quanto à sua origem, julgamos tratar-se da importação de uma prática já consolidada nos reinos vizinhos.

Parece não haver coincidência no nível de difusão de cada um desses grafemas. A prática do <y> é claramente maioritária, aparece em dezanove documentos, faltando apenas em quatro: **D7**, D8, D9, D17. Quanto ao <ç>, eleva-se a onze o número de escrituras em que essa letra é desconhecida: D3, **D4**, D5, D6, D8, **D11**, D12, D16, **D17**, D19, D21. A partir do período considerado, o uso destas grafias viria a tornar-se progressivamente sistemático.

Conclusões

Para concluir podemos sublinhar, em primeiro lugar, o notável acabamento na representação do romance que revelam a maior parte dos escritos considerados, continuando uma linha que começa a cristalizar, no âmbito da documentação particular, nas últimas décadas do séc. XII. A discriminação latim vs. romance, inaugurada de algum modo com o *Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais* (ca. 1173) (Souto Cabo 2003a), atinge agora a sua culminação, vindo certificar, portanto, que a bifurcação conceptual entre ambos os códigos estava plenamente consumada[28].

Ora bem, apesar disso, a documentação mantém ainda, em diferentes níveis e graus, marcas a evidenciar uma *scripta* em construção que conserva soluções arcaicas e ensaia modelos de representação, alguns dos quais não tiveram continuidade. O conhecimento apurado dessas características é fundamental para não deduzir interpretações erradas sobre a realidade linguística subjacente deste período ou de períodos posteriores, visto que ocasionalmente alguns traços arcaizantes tiveram continuidade[29].

---

[28] Este facto reflecte-se indirectamente numa escassa interferência de traços romances nos textos latinos.

[29] Um exemplo paradigmático dos efeitos perversos que pode gerar a consideração anacrónica do uso dos diferentes grafemas, sem ter em conta a tradição em que se integra a prática dos mesmos, temo-lo na teoria que situa na Idade Média o desaparecimento da oposição surda/sonora no subsistema das fricativas verificada na maior parte da Galiza.

Do ponto de vista sociolinguístico é notável o interesse que encerra este conjunto documental, já que evidencia a conclusão do processo de habilitação do galego-português como veículo linguístico da documentação tabeliónica, ultrapassando definitivamente as limitações diplomáticas e jurídicas a que estava sujeito anteriormente. A *Partição de Dórdia Gil e Gonçalo Gil de Soverosa* (1257) constitui, assim, a nível da história externa do nosso idioma, um símbolo inaugural.

Finalmente, apontemos a necessidade de levar a cabo uma pesquisa similar no âmbito da documentação régia, logicamente sobre versões originais, como meio de estabelecer claramente que tipo de diálogo se dava entre ambas as produções.

Bibliografia

Azevedo, Pedro de Azevedo. 1906. Documentos portugueses do mosteiro de Chellas. *Revista Lusitana, IX*, 259-276.

Castro, Ivo. [no prelo]. A primitiva produção escrita em português. In *Orígenes de las lenguas romances en el reino de León. Siglos IX-XII. Congreso Internacional.* León, 15-18 octubre 2003.

Cintra, Luís Filipe Lindley. 1963. Observations sur l'ortographe et la langue de quelques textes non littéraires galicien-portugais de la seconde moitié du XIIIème siècle. *Revue de Linguistique Romane, 27*, 59-77.

Cintra, Luís Filipe Lindley. 1987. Sobre o mais antigo texto não literário português: A Notícia de Torto (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico). *Boletim de Filologia, 31*, 21-77.

Duarte, Luís Fagundes. 1986. *Documentos em português da Chancelaria de D. Afonso III.* Edição. Dissertação de mestrado (inédita). Lisboa: Universidade de Lisboa.

Emiliano, António. 2002. CLUNL/LI4/ FONTHIS/ Edições Interpretativas (www. fcsh. unl.pt/ clunl/Linha4_Ficheiros/ FONTHIS_ documentacao. html).

Maia, Clarinda de Azevedo. 1986. *História do Galego-Português.* Coimbra: INIC.

Martins, Ana Maria. 1999. Ainda "os mais antigos textos escritos em português". Documentos de 1175 a 1252. In I. Hub Faria (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão* (pp. 491-534). Lisboa: Edições Cosmos – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Martins, Ana Maria. 2001. Emergência e generalização do português escrito. De D. Afonso Henriques a D. Dinis. In M. H. Mira Mateus (coord.), *Caminhos do Português. Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas. Catálogo* (pp. 23-61). Lisboa: Biblioteca Nacional.

Penny, Ralph. 2003. Ambigüedad grafemática: correspondencia entre fonemas y grafemas en los textos peninsulares anteriores al s. XIII. In H. Perdiguero Villarreal (ed.), *Lengua romance en textos latinos de la Edad Media. Sobre los orígenes del castellano escrito*. Burgos: Universidad de Burgos.

Ribeiro, João Pedro. 1860. *Dissertações Cronológicas e Críticas sobre a História e a Jurisprudência Eclesiástica e Civil em Portugal*. Lisboa: Academia das Sciencias, 2ª ed. [1810 1ª ed.].

Souto Cabo, José António. 1996. O "Testamento de Estêvão Peres". Aproximação à primeira escrita galego-portuguesa na Galiza. *Revista de Filologia Románica, 13*, 123-149.

Souto Cabo, José António. 2002a. Fixação e evolução dos usos romances no séc. XIII: a documentação de Santa Maria de Alcobaça. Separata da *Homenaxe a Fernando Tato Plaza*. Santiago: Facultade de Filoloxía – Universidade de Santiago de Compostela.

Souto Cabo, José António. 2002b. Usos romances na documentaçom galego-portuguesa do séc. XIII. In B. Head, J. Teixeira, A. S. Lemos, A. Barros, A. Pereira (orgs.). *História da Língua e História da Gramática. Actas do Encontro* (pp. 435-448). Braga: Centro de Estudos Humanísticos - Universidade do Minho.

Souto Cabo, José António. 2003a. Nas origens da expressão escrita galego-portuguesa. Documentos do século XII. *Diacrítica. Ciências da Linguagem*, 17, 329-285.

Souto Cabo, José António. 2003b. Dinâmicas da escrita romance na primeira metade do século XIII. In *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Porto (2002)* (pp. 795-814). Lisboa: APL.

Souto Cabo, José António. [no prelo]. Novas perspectivas sobre a génese da *scripta* romance na área galego-portuguesa. In C. García Turza (org.), *Las Lenguas Romances en su Origen. Congreso Internacional* (San Millán de la Cogolla, 17 al 20 de Diciembre de 2003).

DOCUMENTOS

Na impossibilidade de reproduzir a totalidade dos textos envolvidos neste estudo, escolhemos aqueles oito que julgamos mais representativos. Trata-se de: **D1** (1257), **D4** (1259), **D7** (1262), **D10** (1263), **D11** (1263), **D17** (1267), **D20** (1268), **D23**[30]. O documento **D10** (=4) foi transcrito parcialmente dada a sua considerável extensão[31].

Na edição dos documentos limitamos a nossa intervenção à expansão das abreviaturas e à aplicação dos critérios actuais de união e separação de palavras, em ambos os casos de maneira moderada. Apresentamos uma transcrição muito conservadora em que a única codificação a ter em conta é a de transcrever como i o <j> encimado por plica.

Como em casos anteriores, fizemos uso dos símbolos editorais citados a seguir como meio de reflectir as características da transcrição bem como a situação material dos documentos: <texto> leituras duvidosas; <...> texto ilegível; <—> suporte mutilado; [<texto>] texto perdido reconstituído; /texto/ texto incluído na entrelinha superior; #texto# texto anulado legível; #...# texto anulado ilegível; *texto* texto resultado de correcção autoral; ^texto^ texto de configuração infrequente; (texto) texto desnecessário (repetições); [texto] texto faltoso reconstituído; {texto} abreviatura não expandida, {texto} abreviatura de conteúdo impreciso expandida.

1 (D1)

1257, Fevereiro. Rio Meão (Feira). João Martins.

Confirmação da partição de herança feita entre os irmãos Gonçalo Gil e Dordia Gil de Soverosa.

IAN/TT, Mosteiro de São Pedro de Arouca, gaveta 5, maço 10, nº 5.

Conucuda coussa sseia a tudos aq*ue*lles q*ue* esta |[2] carta uirren & ouirrem· Que eu dõ Guncallo gil |[3] Eu dõnna dordia gil de nossa bua uolũtade |[4] & de

---

[30] Pedro de Azevedo (1906) publicou **D23**. Os documentos **D17** e **D20** aparecem reproduzidos *on line* numa edição conjunta de António Emiliano e Susana Pedro (Emiliano 2002) na qual registamos, relativamente às versões aqui apresentadas, algumas leituras divergentes.

[31] Lembremos que o documento **D4** é acompanhado no mesmo pergaminho por outros dois actos diplomáticos interessantes do ponto de vista scripto-linguístico por contrastarem com o escrito em foco. Ambos foram também transcritos, mas o primeiro deles (A) só parcialmente.

nosso grado partim*os* nossa h*er*dade q*ue* foj | de nosso padrre de c*er*uja & dáátey & de çapaes |[6] q*ue* ffoy partida p*er* mao de Martin gil de corej|[7]sas q*ue* partiu p*o*r dõnna dordia gil & p*er* Mẽm |[8] {gonz} da erossa q*ue* pa*r*tiu por dõ Guncallo |[9] gil & por sseer esta partiçom mais firme |[10] & mais estauill fezem*os* estas cartas abertas |[11] partidas p*er* ·a·b·c· & sseeladas de nosos |[12] [sseellos] p*e*[n]dentes & se alguno de nos q*u*isser pa|[13]sarr cõt*r*a esta partizom nõ lj seia estauill |[14] & pecte· Mil· {mrr} bonos uellos aoutrro· fei|[15]tas estas cartas & outorgadas ĩ Ryo meiao |[16] ĩ no |[17] Mes de frebruarií· E*r*a · M^{a}· CC^{a}· LX*L*·V^{a}· |[18] Reynãte el rrey dõ alffonsso ĩ {port*ugal*} & arcebi|[19]spo ĩ bragáá dõno Martin geraldj· Aq*ue*les |[20] q*ue* p*re*sentes furum & uirrum & ouirrũ este |[21] p*re*cto frey payo com*en*dador de rrio meyao & |[22] frey Steuao capelã de dõnna Maria {gonz} & |[23] Meem gõsaluj de pineirro caualleirro· & Martĩ |[24] {gonz} caualeirro de moysoes & Meem {gonz} da |[25] errossa & Roi p*et*ri caualeirro & Joham suarez |[26] & Martin {me*nen*dj} & Steuao alffonso & Martin |[27] domĩgiz & Joham {mrr} esc*r*iuam de dõnna |[28] M*ar*ia {gonz} q*ue* fez estas cartas p*er* mãdado |[29] de dõ {G*uncall*o} gil & de dõnna dordia gil·

Variantes de gaveta 5, maço 10, nº 6.

1.- coussa] cousa; aquelles] aqueles. 4.- nosso] noso. 7.- erossa] eirrossa. 9.- partiçom] partizon; mais] mays. 10.- cartass] cartas. 11.- sseeladas] seeladas. 13.- partizom] partiçom. 14.- feitas] fectas. 15.- meiao] meyao. 19.- bragáá] bráágáá. 21.- meyao] meiao. 22.- capelã] capellam. 25. Roi] Roy.

2 (D4)

1259, Outubro. Lorvão. Domingos Mendes - prior de S. Martinho.

Domingos Miguéis e a mulher, Elvira Esteves, vendem uma herdade ao convento de Lorvão (A). *Frei Mateus, procurador do convento de Lorvão, arrenda aos antigos possuidores essa propriedade* (B). *Gonçalo Peres e a mulher, Teresa Mendes, submetem as suas propriedades à jurisdição do mosteiro de Lorvão* (C).

IAN/TT, Most^{o} de São Mamede de Lorvão, maço 10, nº 12.

A

Jn dej n*omi*ne hec est carta uẽdicionis & firmitudinis q*u*am iussim*us* fac*er*e Ego d*omi*nic*us* michaelj & uxor m*e*a eluira stepha|[2]nj· A u*ob*i*s* abbatissa lorban*um* c*um* uossu co*n*ue*n*tu· & frei mate*us* procurador· carta facim*us* duna n*ost*ra

h*er*editate p*rop*ria |[3] q*ue* abem*us* in ^t*er*mis^ cauto rriuulo asinor*um* *in* uilla q*ue* uocita*n*t s*ancte* eolalie· & s*un*t p*er*n*omi*natas duas leiras q*ue* abe[n]t |[4] iace*n*cia na archáá· com/o/ diuidit una leira pela uia publica & de alia cu*m* martin*us* go*n*saluj· & cu*m* io*han*nes go*n*saluj- |[5] & cu*m* petr*us* pet*ri*· alt*er*a leira· diuidit cu*m* petr*us* pet*ri* & cu*m* io*han*n*es* go*n*saluj & cu*m* martin*us* go*n*saluj· J*tem* jna corredoyra dua/s/ |[6] leiras de uinea com/o/ diuidit cu*m* Giraldu*s* stephanj de totas partes· [...]

Facta k*art*a Jn me*n*se Occtub*r*io ·I̅· E*r*a· M^a^· CC^a^· L· X*L*· VII̅· Regnaua Rex Don afonsso· Judex petr*us* |[11] stephani· maiordomo mene*n*d*us* masgalos· & Subierio rrod*er*ici· Nos sup*r*a n*omi*natos q*ui*d istam k*art*am iussim*us* fac*er*e |[12] man*us* n*ost*ras hic rroboram*us* Q*ui* p*r*es*en*(t)tes fuer*unt* hic s*unt* Judex petr*us* Stephani {ts}· d*omi*nic*us* fern*an*dj {ts}· Petr*us* michaelj fern*an*|[13]d*us* monit Petr*us* pelagII̅· {ts}· do*mi*nic*us* M*enendj* p*r*iol s*ancti* martinj {ts}· ip*s*e Notuit· |[14]

B

Eu frei mateus procurador de lorban*um* dou estas uineas a d*om*inic*us* michaelj & sua mulier eluira stephanj· |[15] Que | den en cada uno anno a monasterio lorban*um* ·IIII̅· {mrs}· Por festa s*ancti* michael de sebt*embr*io· & se pela uẽt*ur*a |[16] estes {mrs} assi nõ forẽ pagados remanesca a h*er*dade a moesteiro. Et se morer do*mi*nic*us* michaelj fiq*ue* a medietate |[17] das uineas a monasterio E qua*n*do morer dona eluira fiq*ue* alt*er*a medietate· E darẽ estes ·IIII̅· {mrs}· e tenerẽ |[18] as uineas en sua uita· |[19]

C

Sabedores seiã todos aqueles q*ue* esta carta uirẽ. Que ego Gunsaluus pet*ri* & uxor m*ea* Tarasia Mene*n*dj· mete|[20]mus sub tal cõdiciõ q*uan*ta h*er*dancia habem*us* casas & uineas ^h*er*ditates^ q*uan*tas habem*us* & ganare potuerim*us*· ad mo/nas/teriu*m* |[21] lorban*um* & abbatissa donna marina gomet· totu*m* metem*us* sub tal cõdiciõ q*ue* nũca seiam*us* ousad*us* cõtra uizio nẽ cõt*r*a uizia |[22] en totu cauto de rrio dasnos de o uiltar nẽ de o sob*er*uar eu nẽ m*ea* muler tareiia mene*n*dj· & se o fec*er*m*us* p*er*zam*us* q*uan*|[23]tu*m* ouu*er*m*us* inaq*ue*la ora q*ue* hi fac*er*m*us* soberua· Nen seiam*us* poderosus nos nẽ nossu filiu nẽ nossa filia en nossa uida nẽ |[24] a nossa morte de m*an*darm*us* nẽ de doarm*us* de qua*n*ta h*er*dan*c*ia ouu*er*m*us* a caualeiro nẽ a conigo nẽ a dona ne a fidal|[25]go nẽ unu. E se pela uentura nos istu {<nõ faz*er*m*us*>} (istu) q*ui*serm*us* fac*er* delis mãdarm*us* a fidalgos nẽ una rẽ· fique todo |[26] a monasteriu*m* lorban*um*· en pace· E asi outorgam*us* nos Go*n*saluo pet*ri* & tarasia m*enen*dj· Nos q*ui* istam k*art*am iussim*us* fac*er*e |[27] <->s man*us* rroboram*us* Jn· E^a^· M^a^·CC^a^· L· X*L*· VII̅· Regnaua rex don afonsso

frei mateus p*ro*curador de lorbanu*m* Judex |[28] petr*us* stephanj maiordomo sueiro ^rrodiguit^· E nẽ unu*m* nõ seia da t*e*ra ousado pora uiltal nẽ traier mal Gõsaluo Petr*i* |[29] nẽ sua mulier Tareiia menẽdj· Et se pela uẽtura alguẽ uen q*ue* uilta gõsalo ou sua mulier tareiia m*enen*dj poer ma|[30]nu sobre si & defẽderse· sẽ forcia de caualeiro nẽ de fidalgo· E nõ seia ousado nẽ uno homne de fac*er* mal nẽ de |[31] uiltal gõsaluu pet*r*i nẽ sua mulier Tareiia m*enen*dj· E se alguẽ lis faz mal ou os uilta pecte ad monasterio de lorbanu*m* |[32] CC^os^· solidos· Et su*n*t testimonias d*omi*nic*us* m*enen*dj de Sabugosa· J*ohann*is pelagíí do couto Petr*us* michaelj· Martin*us* martinj |[33] de uiseo· Petr*us* fern*an*dj· Judex Petr*us* stephanj· d*omi*nic*us* m*enen*dj p*r*iol s*anct*j martinj·

3 (D7)

1262, Janeiro.

Martim Sanches doa o que possuía em Donega aos sobrinhos, Pedro Viegas e Lourenço Viegas.

IAN/TT, Santa Maria da Tarouquela, maço 7, nº 46.

Jn dei n*omi*ne· Eu Ma*r*tim sanchit· dou A ped*r*o uéégas· & A lourẽço uéégas meus sob*r*inos q*u*anto eu auia |[2] en donega por máálma por i*n* p*er*petuum· q*ue* a uẽdam· & q*ue* a doem· & q*ue* a enpenorẽ· & q*ue* façam dela o q*ue* fa|[3]çer q*u*isserẽ & se algẽ uẽer· q*ue* q*ue*ira demandar ist<e> sega maldito & cõfusso· & q*u*anto demãdar tanto |[4] dobre· & sub pẽa de ·d· soldos dargẽto· Aiades uos esto q*ue* eu auia en donega· cõ beençõ de |[5] deus & cõ na mĩa uola outorgo outra ueç assi come dito desso· E isto foi dado & outor|[6]gado· Eno mes de Ganeiro· Sub E*r*a· M^a^· CCC^a^· & os q*u*aes forom testimõias q*ue* isto ou|[7]uirom· Jn p*r*imo {P*edro*}· Mẽedit· {tst}· Lourẽço uéégas· {tst}· {P*edro*}· uéégas· {tst}· Vicẽte m*ar*tíít· {tst}·

4 (D10)

1263, Março, 19. Sevilha.

Composição estabelecida entre o bispo de Silves e Pai Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago, sobre os direitos bispais de Cacela (Vila Real de St^o^ António, Algarve) e Ayamonte (Huelva, Andaluzia).

IAN/TT, Ordem de Santiago, maço 1, nº 2.

Seja demostrado a todolos p*r*esentes· e os que am de vĩjr· q*ue* nos dõ ·{G}· pela g*r*aça de D*eu*s bispo de silue· e o Capitolo desse meesmo logar· E nos dõ· Pay P*er*ez p*er* essa meesma g*r*aça Maest*r*e da ca|[2]ual*a*ria da ordĩ de santyago· e

o Capitolo dessa meesma cobíjçãtes as demãdas· e as cõtrou*er*sias· e as deffenssões· e as barallas q*ue* antre nos sobr*e*los dereytos bispaes d*e* Caçala· e day[a]mõte e sseus |[3] t*er*mhos· e doutros logares p*er*tẽecentes a ordĩ de santiago enos tẽporaes· e ssob*re*las dizimas desses meesmos logares· por q*ue* esses logares enos t*er*mhos do bispado son postos· de silue· Reconhocemos apa|[4]cifficar· e p*er* amigauil cõcordia t*er*mĩar· q*ue* ous uossos socessores paz e cõcordia p*er* todo tẽpo parellemos sob*re*las dizimas e todolos dereytos bispaes dos ditos logares· e dos out*r*os todos q*ue* son ou deuẽ a sseer do |[5] bispado de silue· amigauil e de voontade *con*posiçõ fazemos· en tal maneyra· Que nos Maest*r*e dauãdito· e o Cabidoo da ordĩ de santyago· de <chao> des aq*ui* auãte sometemos liure e sen cõtradezimẽto |[6] Caçala e Ayamõte cõ todos sseus t*er*mhos· e todolos out*r*os logares q*ue* no t*er*mho do bispado de silue auemos ou des aq*ui* auãte cõ ajudoyro de d*eu*s p*er* q*u*al q*ue*r maneyra gaanhar podermos· Salua a cõposiçõ a |[7] q*u*al nos Maest*r*e ssob*re*dito fezemos cono bispo devora A uos Muytõrrado padre e señor (G·) dõ ·G· bispo de silue e a todolos uossos socessores q*ue* depos uos sserã p*er* tẽpo ena eigl*e*ia de silue· bispos |[8] assi come a nosso diocesão· Stabelecẽtes e ffirmãtes e p*r*ometẽtes q*ue* os cl*er*igos /dos/ sob*re*ditos logares e de cada hũu ·salua a cõposiciõ· sob*re*dita a uos stabelecedoyros p*re*senta/re/ mos assi come ao nosso bispo en |[9] esses logares· [...] |[25] [...] E q*ue* esta cõposiçõ p*re*sente seja mays firme Nos dõ {G}· dauãdito bispo e o cabidoo de ssilue E Nos dõ pay p*er*ez maest*r*e dauãdito E o Cabidoo da Caual*ar*ia |[26] de santiago polo esguar[d]am*en*to dos nossos sseelos a mays p*er*durauil ffirmidõe o p*re*sente estrom*en*to fezemos seer cõffirmado E os escritos das testimuyas fezemos hi põer· |[27] Dat*a*· en sseuilla ·XIV kal*enda*s dabril eno año do nosso señor M°CC°LXIII· Eu {P}· Ff*er*nãdes archediagoo de Tauira ssoescreui cõ mha mão p*rop*r*i*a e cõffirmo <.|[28].> thesaureiro de ssilue ssoescreuj· E eu domĩgo Jhoã canonigo de ssilue soesc*r*iuo cõ mha mão p*rop*r*i*a e cõffirmo Eu Arnaldo <canonico> de ssilue ssoesc*r*iuo cõ mha |[29] mão p*rop*r*i*a e cõffirmo· Eu Arnaldo canonico de silue soesc*r*iuo· e cõffirmo· Eu Nicholao canonico de ssilue ssoesc*r*iuo cõ mha mão p*rop*r*i*a e cõffirmo·

5 (D11)

1263, Agosto. Celorico. Pedro Gonçalves – tabelião público de Celorico.

Gonçalo Gomes e Domingos Gomes vendem a Gonçalo Eanes e à mulher, Mor Pires, uma herdade em Fojo Lobal.

IAN/TT, Mosteiro de S. Pedro de Arouca, gaveta 5, maço 13, nº 9.

Jn d*ei* n*omi*ne· Aquesta est karta d*e* vendiciõ & d*e* p*er*durauil firmidõe - A qual co|[2]<...> ffazer· Eu Guncalo gomez· & Domĩgus gomez· a uos Gũcalo iohanes |[3] <...>a muler Mayor pedriz· d*e* nossa h*er*dade q*ue* auemus em t*er*mio d*e* fuio |[4] <lobal> *con*uẽ assaber· quãta h*er*dade nos y auem*us* d*e* parte d*e* nossa auóó |[5] <Pe>lagia gomez· vend*em*us auo/s/ & out*or*gam*us* essa dauandita h*er*dade cũ |[6] <...> seus d*er*ect*os* & cũ todas sas p*er*téénciaś· p*or* p*r*ecio q*ue* de uos recebemus |[7] Quadraginta s*ol*d*os*· pur reúúra· una galina· atãto a nos & a uo/s/ bẽ |[8] plougue & d*e* p*r*ecio apres d*e* uos nemigalia remaeceu pur dar· Aiades |[9] uos essa dauãdita h*er*dade por senp*re* & tod*us* o/s/ que d*e* uos uéérẽ- E se al|[10]guẽ uéér (uéér) assi da nossa parte cume da estraÿa q*ue* este nosso f*ec*to |[11] q*u*iser b*r*itar ou tentar· nõ li seia out*or*gado- maes por sóó a tẽtaciõ: |[12] q*u*anto d*e*mãdar tãto a uos en dublo *con*pona- E pecte a uos ou a q*ue*m |[13] d<*er*>des uossa uoz· uigĩti {mrs}- f*ec*ta carta· no mes d*e* agusto· E*r*a· M[a] |[14] CCC[a]· p*r*ima· Regnaua Rey Dom Affonso· Arcibispo Dom Ma*r*tim |[15] giraldiz- p*r*incipe· D· Gũcalo garcia· Nos uend*e*dores q*ue* esta |[16] carta comendam*us* a ffazer- ela dãte homéés bóós cũ nossas |[17] maos reúúram*us*· Domĩg*us* {ts}· Jo*han*· {ts}· martim {ts}· Eu |[18] Pedro gũcaluiz publico tabaliõ d*e* Celorico fui p*r*es*e*̃te |[19] & screui esta carta & pugi em ela este m*e*o sinal·

6 (D17)

1267, Outubro, 30.

Instrumento de quitação da quantia paga por Mor Mendes a Gomes Sanches pela compra do casal do Cotarinho.

IAN/TT, Mosteiro de Santa Maria da Tarouquela, maço 7, nº 33.

J[n] n*omi*ne d*omi*nj. Acunucuda cousa |[2] sega a tud*us* aq*u*ilis q*ue* este fectu |[3] uirĩ e ouuirẽ q*ue* eu {d*o*na} Maior |[4] mẽedit. Abb*at*isa d*e* tarouq*ue*la *con*parei |[5] A gumet Sanchit u casal du cu|[6]tarĩu q*ue* auia auer ĩ sa uida *con*uẽ |[7] a saber pur quãtu. pur XXXX {mbrs} |[8] e destes {mbrs} n*on* remaece ende |[9] nẽ úú pur dar. esta carta fui feita |[10] iij dias Ante kalẽdas Nouẽbris |[11] Sub E*r*a M[a] CCC[a]- e .V. q*u*aes furũ |[12] p*r*es*e*̃tes. Ma*r*tin*us* {ts}. Fernãd*us* {ts} |[13] p*e*tr*us*· {ts}· D*omi*nic*us* {ts}· Eu Gomet sanch/i/[t] |[14] cũ n*ost*ras man*us* roboram*us*. Et p*or* reuora una |[15] camisa

7 (D20)

1268, Setembro, 8.

Composição estabelecida entre o prior de Roriz, Pai Novais, e o cavaleiro Estêvão de Canava sobre o casal de Lourosa em terra de Aguiar de Sousa

IAN/TT, São Pedro de Roriz, maço 1, nº 25.

Conoscam q*u*antos esta carta uirẽ e ouuirẽ· Q*ue* Sob*re* cõtenda q*ue* era dantre |[2] o p*r*ior de róóriz p*er* nome pay nouaes duna parte· e Steuã de canaua caualeyr[o] |[3] da out*ra*· sobre uno casal q*ue* é dic*to* d*e* lourosa en t*er*ra daguyar d*e* sousa· esse |[4] d*ic*to p*r*ior· é Steuã de canaua· veerõ dãte dom Nuno {M*artiiz*} meirino maior |[5] de {port*ugal*}· e dante o iuyz del rey Gũsalo m*éé*n[diz] A dia Asináádo· e muytas razoes |[6] ouuidas e razoadas duna pa*r*te e da out*ra* dãte o dic*to* dom Nuno· e Gũsaluo |[7] {m*éé*ndiz} Juiz· Elles anbos o p*r*ior e Steuã d*e* canaua d*e* suas *con*plazensas Aueerõse |[8] e fezerom antre si tal *con*posixom *con*uem a saber Q*ue* o p*r*ior ficou *con* esse dic*to* |[9] casal d*e* suso nomeado e auelo e posuyllo en paz é en dia bóó A tal pleyto |[10] q*ue* esse p*r*ior n*on* Aléé esse casal nen /fassa del/ una mala barata nẽ mala paranxa p*er* q*ue* |[11] o dic*to* Steuã d*e* canaua seya del eyxerdado q*u*anto é en Au*er* d*e*le o seruisso |[12] asi como dé seu testam*en*to e auelo como mãda o d*egre*do· e todos los outros |[13] d*e*rectos d*e*se casal e o senorio séér do moest*er*yo d*e* róoriz e desse p*r*ior· é |[14] Steuã d*e* canaua n*on* nollo *con*trariar nẽ illi fazer hy out*ra* forxa nẽ outro |[15] mal nẽ out*ro* dono· J*tem* sobre <to[do]> isto ficou o dic*to* p*r*ior por pagador Alo |[16] dic*to* Steuã de canaua ou a seu mãdado d*e* ij·ij· {mr} uellos de xxvjj s*oldos* |[17] á {mr}· cada Ano ata ·x· anos p*r*imeyros q*ue* uéérẽ <di a> Auãte en q*ue* As cartas |[18] for*on* feytas e o p*r*ior d*e* suso dic*to* e o moesteryo ficar c*on* esse casal en paz |[19] e sem out*ro* *con*trayro nẽ uno· E sob*re* isto o d*ic*to Steuã d*e* canaua ficou p*or* ma|[20]neyro d*e* faz*er* outorgar a sa moler esta *con*posixõ e esta Auéénxa é en tal |[21] q*ue* este fe/y/cto fosse mays firme e mays stauil· Elles anbos o p*r*ior |[22] e Steuã d*e* canaua Rogarõ o dic*to* dom Nuno {M*artiiz*} meyrino mayor· |[23] E ó juiz Gunsaluo méén[diz] q*ue* llis fezesem ende fazer duas cartas |[24] tal una como Aout*ra* e séérem sééladas d*e* seus seellos pendentes· |[25] Ao rogam*en*to dos q*ua*les dom Nuno {M*artiiz*} e Gunsaluo meen[*diz*] juiz llis |[26] mandarõ end*e* faz*er* estas duas cartas d(u)as q*u*ales o dic*to* p*r*ior tẽ una· |[27] e o dic*to* Steuã de canaua A out*ra*· e seeladas de seus sééllos· dadas· viij· |[28] dias andados d*e* setẽbro da e*ra*· M[a]· CCC[a]· VJ-

8 (D23)

1269, Maio, 13. Avis. Fernando Eanes – tabelião público de Avis.

Instrumento de quitação das dívidas que Domingos Eanes e a mulher, Maria Domingues, tinham com Domingos Peres e a mulher, Domingas Martins.

IAN/TT, Mosteiro de S. Félix e Stº Adrião de Chelas, maço 3, nº 53.

Cunucuda cousa seia a *quantos* esta carta uirẽ & ouuirẽ Como heu |[2] Domĩg*os* p*er*iz & mia mol*er* Domĩgas m*ar*tííz fezem*os* demãda á Domĩg*os* |[3] i*oh*a*nn*is & a sua mol*er* Maria domĩgit sobre au*er* q*ue* fora d*e* meu sogro Ma*r*tin |[4] m*ar*tííz padre d*e* mia mol*er* Domĩgas m*ar*tííz & sobresta demãda fo|[5]m*os* chegados todos d*e* consúú q*ue* fezem*os* nossos iuyzes Ruy naualha |[6] & p*er*o m*ar*tíiz· & Laurenço eanes assi en iuyzo come en auéénça & ui|[7]ron por ben á nosso p*r*azim*en*to q*ue* Domĩg*os* i*oh*a*nn*is & Maria domĩgit sua |[8] mol*er* dessen á nos ·xx· {mr}· & vij· alq*ueires* d*e* t*r*igo & q*ue* os dessemos por |[9] q*u*ites de toda esta demãda· & nos Domĩg*os* p*er*iz & mia mol*er* Domĩ|[10]gas m*ar*tííz p*er* esta razon de suso d*ict*a a nosso p*r*azim*en*to dessaq*u*i auante |[11] dam*os* eles por q*u*ites de toda esta demãda q*ue* les nos faziam*os* por |[12] au*er* assi mouel come ^ray^· de parte d*e* meu sogro Ma*r*tin m*ar*tííz padre d*e* |[13] mia mol*er* Domĩgas m*ar*tíiz & por [que] isto fosse mais firme & |[14] non podesse uíír en duuida nos de suso d*ict*os rogam*os* áos Alcaldes de |[15] Auis q*ue* dessen esta carta ab*er*ta séélada do séélo do Conçelho pẽden|[16]te á Domĩg*os* i*oh*a*nn*is q*ue* teuesse en testimonia daq*ue*sta cousa & heu |[17] f*er*nandeanes publeco tabaliõ de Auis rogado danbalas partes |[18] esta carta sc*r*iuj & este meu sinal hy pugi en testimõyo daq*ue*sta |[19] cousa· Feyta esta carta· F*er*ia ·IJ· |[20] ·XIIJ· dias andados do mes d*e* Mayo· ĩ· E*r*a ·Mª· CCCª· VIJª·-

O contributo conceptual das gramáticas filosóficas para a história da língua portuguesa

Amadeu Torres
Universidade do Minho e
Universidade Católica Portuguesa

0. Chama-se assim ao conjunto vasto de gramáticas que, já vindas de séculos antes, a corrente racionalista do Renascimento, sob a influência posterior do cartesianismo e dos ideólogos iluministas, fez surgir em toda a Europa de seiscentos e setecentos.

O português conta com uma vintena delas, desde a primeira, publicada em 1783 e por mim relançada em fac-símile, com introdução e notas críticas, em 1998, através da Academia Portuguesa da História. A última desta série de textos ou tratados gramaticológicos foi o *Compendio de grammatica portugueza extrahido de suas obras* [das de Jerónimo Soares Barbosa e outros], impressa no Recife em 1876, quer dizer, quase cem anos após a Gramática Filosófica da Língua Portuguesa de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, a tal de 1783.

Há uns três lustros que me venho dedicando a estudá-las, inclusive umas seis que se encontram em manuscrito da Academia das Ciências e lá entraram em 1781 ou 1782 atraídas pelo prémio de um concurso, uma das quais, como consegui identificar já, é a própria de Melo Bacelar em redacção menos completa do que aquela que apareceu um ano depois.

Só a esta pretendo aludir aqui, para finalizar com breve alusão aos contributos conceptuais de que ficou devedora a história gramatical da nossa língua, em relação a esta corrente.

1. *The philosophy of grammar* é um grosso volume de cerca de 500 pp. que Otto Jespersen publicou em Londres no final do primeiro quartel deste século e cujo manuseamento, embora talvez por raros interessados, não perde em tempo e proveito. Um leitor apressado e saltitante concluirá ser este linguista

dinamarquês um antagonista radical das opiniões que militam pelo inculcado no título da sua obra, enquanto uma releitura atenta e sem lacunas descobrirá que afinal Jespersen admite interferências lógico-filosóficas nas gramáticas, sem prejuízo da sua formalização epistémica e até com benefício, porquanto «j'espere qu'il y a ici de quoi intéresser le logicien»[1].

De resto, nem esta epígrafe jesperseniana é original: Zoppi, por exemplo, dera já à estampa, em 1886, na cidade de Verona, *La filosofia della grammatica*. No entanto, a aproximação destes dois termos e conceitos teima e reteima, nos dias de hoje, em provocar engulhos a estruturalistas tocados de morfologite e funcionalite agudas, enamorados do puro descritivismo gramatical e cumulativamente votados à tipificação de cada idioma como individualidade leibniziana, singularíssima na sua intocabilidade. Ora a questão anda brilhantemente esclarecida desde 1957, através das quase trinta páginas de «Logicismo y antilogicismo en la gramática», da autoria de Eugenio Coseriu[2]. Posições extremas neste particular não sei por que artes me trazem à lembrança aqueles filhos-família basófias, todos envergonhados dos nomes dos seus avoengos, como se houvessem surgido do nada por truques mágicos. Por isso é que Port-Royal e os movimentos daí desencadeados[3] me parecem, afinal, ecos ou apelos das raízes em face de uma gramaticografia desdenhosa de problemáticas gramatológicas e esquisóide por congestão psíquica de ufanismo libertário.

2. O «novo methodo dos Padres da Congregação de Port-Royal e da Grammatica discursada do Padre Lamy», que assim se expressa Contador de Argote[4] um quarto de século anteriormente a Verney, após preferências da

---

[1] Cfr. Otto Jespersen, *La philosophie de la grammaire* [*The philosophy of grammar*, London, George Allen and Unwin, 1924], Paris, Les Éditions de Minuit, 1971, p. 12.

[2] Cfr. G. B. Zoppi, *La filosofia della grammatica - Studi e memorie di un maestro di scuola*, Torino, Unione Tipogr. Editrice, 1886 [saída em artigos na revista *La Sapienza*, desde 1884 a 1886]; Eugenio Coseriu, *Teoría del lenguaje y lingüística general*, Madrid, Gredos, 1982, pp, 235-260.

Por seu turno, Georges Mounin adverte que existe uma espécie de contencioso entre linguistas e filósofos: «por parte de los lingüistas, en la mayoría de los casos mucha desconfianza con respecto a la filosofía, y por parte de los filósofos, hasta una época muy reciente, mucho desinterés con respecto a los resultados de la lingüística posterior a 1930. Aun teniendo en cuenta las razones históricas que la originaron, esta situación es perniciosa por naturaleza" (vd. *Lingüística y filosofía*, Madrid, Gredos, 1979, p. 7).

[3] Cfr. Ubrich Ricken, *Grammaire et philosophie au siècle des Lumières - Controverses sur l'ordre naturel et la clarté du français*, PUL - Publications de l'Univ. de Lille III, 1978; Marc Dominici, *La naissance de la grammaire moderne*, Bruxelles, Pierre Madarga Editeur, 1984.

[4] Cfr. D. Jeronymo Contador de Argote, *Regras da língua portugueza espelho da língua latina* [a 1.ª ed., de 1721, assina-a P. Caetano Maldonado da Gama], Lisboa Occidental, Oficina da Musica, 1725, pp. VIII-IX da «Introducçam».

iniciativa de alguns mestres da ensinança acaba por ser aconselhado oficialmente nas «Instruções para os Professores»[5], que a oficina lisboeta de Miguel Rodrigues lança dos prelos em 1759, como primícias da reforma pedagógica pombalina. Aí se recomendam, entre outros, Vóssio, Schopp, Sánchez de las Brozas, Bernard Lamy, P. Chompré, António Pereira de Figueiredo, a gramática latina verneyana e, com insistência, Charles Rollin. Mas no espaço de cinquenta anos, desde 1721, data de *Regras da língua portugueza espelho da língua latina*, de Argote, até inclusive à *Arte da grammatica da língua portugueza* de António José dos Reis Lobato, de 1770, os compêndios, mesmo os respeitantes ao idioma vernáculo como estes, pouco avançam nos caminhos racionalizantes traçados nas «Petites Écoles» a que os ideólogos iluministas deram prolongamento em vários rumos.

É certo que ambos doseiam o normativismo básico dos textos com sucintas definições explicativas, aligeirando uma exposição que anteriormente sabia a amontoado, a supérfluo, a pruridos de erudição deslocada. Curiosa a tessitura de *Regras da língua portuguesa*, toda em diálogos breves e bem conduzidos, que apetece aproximar de *Principes généraux et raisonnés de la grammaire française*, de Pierre Restaut[6], vindo a lume, em Paris, nove anos depois, em 1730, e também dialogada. A de Reis Lobato, conquanto obedeça a idêntica ordenação de matérias, atende bastante às excepções, supera-a em notas de rodapé e aponta-lhe diversos senões, além da omissão da prosódia. Não sei se hipercriticamente, observa que «sendo tantos os grammaticos, assim vulgares como latinos, ainda não houve hum que deixasse de ter defeitos». Contudo, «na Grammatica de D. Jeronymo Contador de Argote se não achão na verdade tantas imperfeições como se encontrão nos sobreditos grammaticos» que o precederam, merecendo até especial louvor porquanto «trata a syntaxe separadamente, o que de ordinário não fazem os grammaticos de línguas vivas»[7].

---

[5] Cfr. *Instrucçoens para os professores de grammatica latina, grega, hebraica, e de rhetorica, ordenadas e mandadas publicar por El-Rei Nosso Senhor para uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos e seus Dominios*, Lisboa, Na Offic. de Miguel Rodrigues, impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca, MDCCLIX.

[6] Cfr. Pierre Restaut, *Principes généraux et raisonnés de la grammaire françoise avec des observations sur l'orthographe, les accents, la ponctuation et la prononciation*, Paris, 1730.

Esta gramática atingiu 30 edições até finais do século XVIII, mais precisamente desde 1730 a 1797 (vd. A. Joly et J. Stefanini, *La grammaire générale - Des modistes aux idéologues*, PUL - Publications de l'Univ. de Lille III, 1977, p. 51).

[7] Cfr. António José dos Reis Lobato, *Arte da grammatica da lingua portugueza*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1771, pp. XXVII e XXIV.

Restaut e Claude Buffier são citados logo no segundo parágrafo introdutório; Sánchez, Vóssio e Lancelot, Escalígero, Gaspar Schopp e Jácome Perizónio, reeditor holandês da Minerva, de igual forma Reis Lobato mostra conhecê-los de perto. Mas o Brocense, também lembrado na prosa comendatícia do Conde da Ericeira à gramática de Argote de 1725, já se vê no *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619) de Amaro de Roboredo. E D. Luís Caetano de Lima, na sua *Grammatica franceza* (1733) não esquece Régnier - Desmarais, Bellegarde, Buffier, Mr. de la Touche, Frain du Tremblay e a *Grammaire génerale et raisonnée* de Arnauld e Lancelot. Verney não trouxe tantas novidades como às vezes se pretende inculcar.

Apesar de tudo, a primeira gramática cujas inovações metodológicas não entram a conta-gotas, sobretudo quanto ao esforço incomum de concisão e à reformulação expositiva, sai apenas em 1783, curiosamente por duas vezes e em tipografias diferenciadas, numa isoladamente, noutra a abrir um «Diccionario»[8]. Chama-se *Grammatica philosophica e ortografia racional da língua portugueza*, de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, franciscano observante da Província de Portugal, como aliás Frei Manuel do Cenáculo, cerca de doze anos mais velho. Tendo-me já ocupado deste autor noutro lugar[9], mormente no respeitante a fontes que o terão inspirado, não vejo ser de menos interesse reacentuar pormenores de algumas e descer ao concreto dos poucos capítulos da obra, pondo aqui de remissa, obviamente, tudo quanto respeita ao seu dicionário, cujo título, indicado em nota, não envolve nada de pretensioso como à primeira vista parece, dado tratar-se do mais completo para a época no que concerne a entradas vocabulares, não ultrapassado neste aspecto nem pela 10.ª edição da *Prosodia* (1750) de Bento Pereira, nem pelo de Morais Silva (1789), nem sequer pelo da Academia das Ciências dentro do âmbito da letra *A*, e apenas criticável em certas etimologias rebuscadas.

---

[8] Cfr. Bernardo de Lima e Mello Bacelar, *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza*, Na officina de Simão Thaddêo Ferreira, Lisboa, MDCCLXXXIII; *Diccionario da Lingua Portugueza, em que se acharão dobradas palavras do que traz Bluteau e todos os mais Diccionarios juntos: a sua própria significação: as raízes de todas ellas: a accentuação: e a selecção das mais usadas, e polidas: a Grammatica Philosophica, e a Orthographia Racional no principio, e as explicaçoens das abbreviaturas no fim desta obra. 1.,.] Composto por Bernardo de Lima e Melo Bacellar, prior no Alentejo etc.* Lisboa, Na Offic. de Jozé de Aquino Bulhoens, MDCCLXXXIII.

[9] Cfr. *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. 50 (1-3), 1994, [miscelânea em honra do Prof. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, Reitor Emérito da Universidade Católica Portuguesa], pp. 459-466. Vd. também *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, reprodução fac-similada da edição *princeps* de 1783, com introdução e notas críticas de Amadeu Torres, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1998.

A quem se habituou à quadripartição tradicional das gramáticas em ortografia, prosódia (ortoépia), etimologia (morfologia) e sintaxe, salvo se à secção inicial se reserva lugar à parte como fazem Reis Lobato e Melo Bacelar, choca-o inesperadamente a interpenetração prosódico-fonética e morfológica com a sintaxe nesta *Grammatica*, tripartida, sim, mas em função dos componentes da frase quanto ao papel fundamental que desempenham na sua constituição. É que «as partes essenciais da Grammatica são tres: a primeira he o som que representa o *Agente* ou Nominativo; a segunda he o som que mostra a *Acção* ou verbo; e a terceira he o som que faz as vezes de *Accionado*, paciente ou caso. [...] E porque estes três únicos sons compõem a *Oração* (ou são a proposição) que he a única cousa que o grammatico pretende fazer»[10], é daqui que Bacelar avança para a estruturação do seu compêndio razoado.

Este último excerto aproxima-se do de Reis Lobato que, ao definir gramática como «a arte que ensina a fazer sem erros a oração portugueza», ajunta, em nota, ser a oração o fim das regras gramaticais[11]. E ambos serão subsidiários da «Minerva», que diz o mesmo: «la oración o sintaxis es el fin de la gramática». Lobato ainda acrescenta que as partes da oração são as palavras, por seu turno compostas de sílabas e estas de letras e sons simples, mas entranha-se logo no tratamento sucessivo das partes do discurso, tal qual Sánchez de las Brozas após elucidação semelhante[12]. Melo Bacelar, ao contrário, dando especial realce ao nome e ao verbo, secundariza as outras seis classes morfológicas, que no seu modo de ver não passam de adjuntos ou, à maneira dos lógicos, de sincategoremas.

3. Daí que o seu método se situe nos antípodas do de tantos gramáticos. No geral, principiam pelo alfabeto, pelas sílabas e palavras cujo elenco classificativo esgotam, para culminarem nas construções frásicas e respectiva sintaxe, quer simples, quer figurada; privilegiam uma caminhada do geral para o particular, do abstracto para o concreto, visando, no limite, sínteses conglutinadoras de prolongadas e nem sempre conexas análises, não raro demasiado áridas por ausência de sínteses intermédias reificantes da teoria. Nisto bem avisadas estavam, entre outras, as gramáticas renascentistas que disseminavam pequenas frases pelos recantos das declinações e conjugações. Análise e síntese não são processos de conhecimento antagónicos, mas complementares.

---

[10] Cfr. B. de L. e Melo Bacellar, *Grammatica philosophica*, in *Diccionario da Lingua Portugueza*, cit. na nt. 8, p. 2.

[11] Cfr. A. J. dos Reis Lobato, *o. c.* na nt. 7, p. 1.

[12] Cfr. Francisco Sánchez de las Brozas, *Minerva seu de causis linguae latinae*, trad. de F. Riveras Cárdenas, Ed. Cátedra, 1976, p. 48.

De facto, o autor da *Grammatica Philosophica*, sem deixar de ter em mira uma síntese final englobante, o objectivo da generalidade dos tratadistas gramaticais, decidiu-se, à entrada, pela via oposta e mais natural que procede da síntese para a análise, do concreto experienciável para o abstracto da conceptualização, dos efeitos constatados para o discernimento das causas, enfim do complexo para o simples: «car les sujets complexes semblent nous être plus familiers, nous les saisissons plus facilement. Ainsi un enfant sait très bien former une phrase, et dire: *Socrate se promène*, mais en analyser les parties, le nom et le verbe, décomposer les mots en syllabes et descendre aux lettres qui sont les éléments de celles-ci, c'est une opération qui passe sa portée»[13].

Considerando as línguas outros tantos processos analíticos, Condillac na sua *Grammaire* apela para os actos de conhecimento que aquelas explicitam, seja a prioridade da sensação confusa ou global sobre o acervo de sensações distintas aí integradas, que só um esforço subsequente de atenção particulariza e capta, seja a do juízo, que a proposição lógica e a oração gramatical externam como composição ou divisão no plano da correspondência com a realidade e da destrinça dos elementos componentes. E põe este exemplo: «vous avez vu que pour découvrir le mécanisme d'une montre, il la faut décomposer, c'est-à-dire, en séparer les parties, les distribuer avec ordre, et les étudier chacune à part. Vous vous êtes aussi convaincu que cette analyse est l'unique moyen d'acquérir des connaissances, de quelques espèces qu'elles soient»[14].

Um precursor, porém, de Condillac, por então nos 15 anos de idade, foi Du Marsais em *Les Véritables principes de la grammaire*, de 1729. Desde o reapreço do «usus» frente à «ratio» à recusa da abordagem da palavra sozinha e isolada, este notável articulista da *Enciclopédia* enfatiza um enfoque algo empírico-indutivista e associacionista, à Bacon e Locke, segundo o qual o sintagma prevalece sobre os paradigmas, a sintaxe sobre a etimologia-morfologia, em enquadramento funcional e sistémico: «je parle de la nature des mots et du rapport qu'ils ont entre eux dans les discours»[15]. Daí que a primeira parte

---

[13] Cfr. James Harris, *Hermès ou recherches philosophiques sur la grammaire universelle*, trad. de F. Thurot, éd., introd. et notes par André Joly, Genève/Paris, Droz, 1972, pp. 9-10, nt. 2 (citação de Ammonius, *Comm. de praedic.*, p. 28).

[14] Cfr. *Cours d'etudes pour l'instruction du Prince de Parme* [1.ª ed. de Paris, 1775], II - *Grammaire*, in *Œuvres Philosophiques de Condillac*, texte établi et présenté par Georges Le Roy, I, Paris, PUF, 1947, p. 437.

[15] Cfr. César Chesneau du Marsais, *Les Veritables principes de la grammaire ou nouvelle grammaire raisonnée pour apprendre la langue latine, Paris*, 1729, p. 192.

desta sua obra se intitule «De la connaissance de la proposition et de la période», conquanto o faça menos desenvolvidamente do que Condillac no *Cours d'études* (1775), II, *Grammaire*. 1ère Partie.

É, com o esqueleto dessa *Grammaire* que *grosso modo* se parece a de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, reproduzida neste breve organigrama:

ANÁLISE

SÍNTESE

Partes da *Gramática Filosófica* como funções da Oração ou Proposição

Gramática do Agente (ou Norminativo) - o Nome (pp. 4-17)

- Substantivo e adjectivo
- Formação: letra, som, sílaba, aspectos fonético-prosódicos
- Composição e derivação
- Género, número, caso (comparação com o grego e o latim)
- Adjuntos do Nome (partes do discurso)
- Concordância dos adjuntos com o Agente
* Sinopse da I Parte

Gramática da Acção - o Verbo (pp. 17-33)

- Conjugações, categorias verbais, paradigmas e espécies (comparação com o grego e o latim)
- Adjuntos do Verbo e concordância daqueles com o Agente
* Sinopse da II Parte

Gramática do Accionado - o Nome (pp. 34-37)

- Espécies de Accionado
- Formação, acentos, adjuntos e concordância como no Nominativo, «porque ambos são nomes, este em recto, aquele em oblíquo»
* Sinopse da III Parte

Sinopse teórico-prática das três partes da Gramática através da análise de uma oração mais longa ou periodo (o 1.º parágrafo da Carta do P. António Vieira ao Cardeal de Lancastre)

Não obstante, há diferenças também: Condillac já não se serve da nomenclatura casual e se, ao tratar do sujeito da oração, em conjunto com o atributo e o objecto, aí inclui várias partes do discurso, reserva-lhes, após o

estudo do nome e do verbo, um conjunto de 25 capítulos de pormenorização; além disso, as conjugações colocou-as como secção de consulta depois da sintaxe. Mas esta, muito abreviada na *Grammaire* porque lhe destinou sobretudo *De l'art d'écrire*, começa com palavras que traduzem o procedimento de Melo Bacelar na sinopse final: «Nous ne concevons jamais mieux une pensée, que lorsque toutes les parties, distinctes les unes des autres, se présentent à nous avec tous les rapports qui sont entre elles. Ce n'est donc pas assez d'avoir des mots pour chaque idée, il faut encore savoir former, de plusieurs idées, un tout dont nous saisissions tout-à-la-fois les détails et l'ensemble, et dont rien ne nous échappe»[16]. Como quem dissesse: as partes do discurso são imprescindíveis para a exteriorização das ideias, mas o mais importante é a ordenação daquelas consoante as funções que vão exercer num todo inter-relacional, de forma a este exprimir, com coerência e justeza, o pensamento.

4. É possível que a Melo Bacelar lhe tenha vindo às mãos o *Traité des systèmes*[17], de crítica aos constructos abstractos de Descartes, Espinosa, Malebranche e Leibniz e de elogios a Newton, cujas teorizações radicam na experiência. Condillac publicou-o em 1749 e, em não poucas das suas páginas, enaltece o espírito sistemático-analítico, qualidade inegável no autor da *Gramática Filosófica*. O *Cours d'études*, onde está a *Grammaire* condillaciana, saiu em Paris em 1775, ainda oito anos antes da obra de Bacelar, num tempo em que, com a fama das Luzes, os livros franceses ganhavam asas por sobre os Pirinéus.

Causa espécie a terminologia escolhida para os elementos funcionais da oração - *agente, acção, accionado*, quando «sujeito», «cópula» e «predicado» diz ele serem os da proposição. Contudo, na nota *t* do n.° 7 da *Grammatica*, explica que a Física trabalha com aqueles conceitos — causado, acção e agente ou causa, o que se harmoniza com a aura dessa ciência na época. Repare-se, de resto, que os *Principia mathematica* do génio inglês da teoria da gravitação saíram em Londres no ano de 1687, e a *Optica* em 1704, numa língua então ainda grandemente veicular no espaço europeu, como era o latim; e que em 1738 Voltaire, de que Melo Bacelar cita outra obra, lança dos prelos os *Éléments*

[16] Cfr. *o.c.* na nt. 14: a *Grammaire*, que faz parte do *Cours d'études*, vai da p. 245 à 513; de 515 a 611 encontra-se a *De l'art d'écrire*.

[17] Cfr. o.c. na nt. 14. O *Traité des systèmes* vem nas *Œuvres philosophiques*, I, pp. 119- 217.

de la philosophie de Newton, afinal no ano em que Francisco Xavier de Meneses, eleito sócio da Royal Society londrina de que Newton era presidente desde 1703, abjurou o cartesianismo pelo newtonianismo. Mas quanto às obras de Newton «os primórdios do seu conhecimento devem remontar ao séc. XVII»[18]. O diplomata José de Faria era membro do famoso grémio de sábios desde 1682. Cenáculo, leitor de Newton[19], pertencia à mesma Ordem religiosa de Melo Bacelar; e nos colégios oratorianos e jesuítas, para não aludir a personagens individuais, não faltam testemunhos comprobatórios.

Quanto à sinopse das sinopses com que fecha a *Grammatica*, o texto aí posto em análise é o primeiro parágrafo da conhecida Carta de Vieira ao Cardeal de Lancastre, tirado, como o autor informa, de Contador de Argote. Mas este vota-se à totalidade do escrito, com minúcia morfológica enfadonha e arrastada por quase 20 páginas[20], esquecendo a sintaxe; aquele resolve tudo em menos de duas e é esta que sobremodo lhe interessa. Na verdade, uma atmosfera funcional pervade todo o opúsculo. Isto, antes da morfossintaxe de Saussure e dos contributos de Tesnière e de Hjelmslev, afigura-se-me um forte protesto silencioso contra o menosprezo multissecular da secção principal das gramáticas.

A respeito das definições destas, também Melo Bacelar traz, conforme penso, alguma novidade. Habituámo-nos às artes de falar e escrever segundo normas: «La grammaire est l'art de parler» (Port-Royal); «arte que ensina a fazer sem erros a oração portugueza» (Reis Lobato); «arte de falar e escrever correctamente a própria língua» (J. Soares Barbosa, na sua *Grammatica Philosophica*[21] de 1822). Ora Bacelar entende-a como «huma colecção de leis (conjunto de preceitos em Argote) com que arrazoadamente fabricamos e dispomos os sons que comunicão aos outros os nossos conceitos». Condillac não está longe: «Je regarde la grammaire comme la première partie de l'art de penser» porque os princípios da linguagem descobrem-se através da análise do pensamento no discurso[22]. Mas algo de novo é a relevância comunicativa

---

[18] Cfr. J. Pereira Gomes, *Newton em Portugal*, in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, s.v. *Newton*.

[19] Cfr. Francisco da Gama Caeiro, *Frei Manuel do Cenáculo — Aspectos da sua actuação filosófica*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1959, p. 130.

[20] Cfr. D. Jerónimo Contador de Argote, *o.c.* na nt. 4, pp. 311-339; da pp. 314 à 330 estuda gramaticalmente o primeiro parágrafo da dita carta, que Melo despacha em página e meia.

[21] Cfr. Amadeu Torres, *Gramaticalismo e especulação. A propósito da «Grammatica Philosophica» de Jerónimo Soares Barbosa*, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, XXXVIII-2 (Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia, 1981), Braga, 1982, pp. 519-542.

[22] Cfr. *Grammaire*, cit. na nt. 14, p. 427.

salientada na definição bacelariana, quase dois séculos antes de Martinet. Para melhor nos convencer, repisa a ideia, um pouco adiante, acentuando, em tipo itálico, que no cumprimento dessas leis se constrói «numa *lingua de comunicação*». Instrumento comunicativo e de expressão mental, eis dois níveis de uma função abrangente cujas interferências não podem negar-se.

«Mais há que dizer, mas isto basta» — como Jerónimo Contador de Argote escreve ao terminar muitos dos seus capítulos de diálogo gramatical. Pois baste, por agora, sobre a *Grammatica Philosophica* de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, um «discursado regulamento» que, se ficou vencido, quatro décadas após, pelo de Jerónimo Soares Barbosa, o vence ainda hoje em originalidade e inventiva epistemo-metodológica, mercê de um logicismo benéfico e sistematizador. Eis por que me causa pena esta frase de Judith Aissen e Jorge Hankamer: «infelizmente o estudo da gramática no Ocidente seguiu o modelo grego que, para além de especulativo, era didáctico e provincial»[23]. Estranho comportamento o de maldizerem a fonte tantos que se dessedentaram e continuam a dessedentar-se nela. São os misocrenes das desmemorias súbitas...

5. Quanto ao contributo conceptual desta *Gramática Filosófica* e das congéneres em geral, creio que poderá sintetizar-se, não obstante a sua importância, nas seguintes alíneas:

a) Valorização da definição semântica das categorias gramaticais, que é aquela que as crianças e a juventude mais rapidamente apreendem;

b) Atenção à racionalidade da linguagem como expressão do pensamento, na tríplice componente de ideia, juízo e raciocínio;

c) A essencialidade da linguagem como comunicação entre um eu psicologicamente reflexionado, ou então entre um eu e um tu ou um outro, o que se torna em alicerce da personalidade, isto é, da pessoa em plenitude;

d) o incremento dado aos estudo da psicolinguística e da escola linguística chomskyana;

---

[23] Cfr. «Gramática», in *Enciclopédia Einaudi*, II, Lisboa, INCM, 1984, p. 248.

e) o desenvolvimento extraordinário dos estudos dedicados à sintaxe, que em Port-Royal ainda estava confinado a poucas páginas e na *Gramática Filosófica* de Jerónimo Soares Barbosa já ocupa mais de uma centena;

f) o esforço interpretativo dedicado à explicação das excepções e de certas figuras gramaticais como a elipse, a partir da norma geral, tal qual se verifica, já no séc. XVI, em Sánchez de las Brozas;

g) Um equilíbrio notável entre a *ratio* e o *usus* como estratégias de orgânica ou disposição da matéria gramatical como um todo coerente e funcional;

h) A busca das causas concretizada ora na investigação genética das línguas, ora na fundamentação e diversificação dos sons constitutivos das palavras;

i) O maior arejamento na dicionarização dos idiomas, com mais acentuada inter-relacionação vocabular capaz de simultaneamente enriquecer o conjunto sem o avolumar em demasia;

j) O desenvolvimento da filosofia da Linguagem e, em parte, da pragmática linguística;

k) Finalmente e em resumo: às gramáticas filosóficas, com o seu pendor para a precisão das noções à base da clareza e do rigor ou da sua religação à logicidade humana, devem um primeiro impulso muitos dos movimentos ou escolas ou tendências linguísticas e linguístico-gramaticais modernas, inclusive certo gramaticalismo de coloração matemática, como aquele que se dedica ao cálculo semântico dos predicados, à tradução automática e até, segundo alguns, às neurociências e às suas relações com o simbolismo fonético nos múltiplos idiomas e suas gramaticalizações morfossintáticas.

Se para alguns soar a exagero esta enumeração de debitamentos da linguística e da gramaticologia modernas às gramáticas filosóficas, peço vénia para recordar-lhes o grande Giambattista Vico: "O passado comanda o futuro, mesmo quando este parece, paradoxalmente, o seu contrário". Creio que tem bastante razão.

Filologia, Linguística e Informática: trabalhos em tempo de mudança[1]

Evelina Verdelho
Universidade de Coimbra

Dedico-me há tempo a trabalhos de investigação científica que possuem algumas coincidências com os que têm ocupado a Doutora Maria Helena Novais Paiva, designadamente no que se refere a áreas disciplinares, temas e épocas da história da língua portuguesas, e também ao recurso a meios informáticos. Como quem aproveita gratamente o presente encontro para prolongar o que iniciei há vários anos com a Homenageada — Colega generosa na disponibilização de informações com interesse para o labor comum — apresentarei notícias de alguns trabalhos de Filologia e Linguística que tenho procurado realizar nos últimos anos, a que acrescentarei apontamentos breves relativos à utilização das novas tecnologias da informação e comunicação na preparação de edições cuidadas de textos antigos.

1. Como investigadora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, integrada no Instituto de Língua e Literatura Portuguesas, e sobretudo no âmbito de uma linha de investigação do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada - C.E.L.G.A., Universidade de Coimbra [2], que tem como designação

---

[1] Versão, revista e com alterações, do texto da comunicação apresentada ao Encontro de Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa em homenagem a Maria Helena Paiva, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5 e 6 de Novembro de 2003.

[2] Nesta alínea são actualizadas e completadas (embora de modo sintético), informações dispersas antes apresentadas na página Web do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada - C.E.L.G.A., Universidade de Coimbra (URL: <http://www.uc.pt/celga/>), e comunicadas à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (que tutela e apoia financeiramente as actividades de investigação científica da referida unidade de I&D), ao Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, e a investigadores nacionais e estrangeiros que se têm interessado pelo estudo da vida e obras de D. Francisco Manuel de Melo.

actual "Filologia, Linguística e Informática", de que é Coordenadora a Doutora Maria José de Moura Santos, tenho-me dedicado há alguns anos à preparação de edições cuidadas de textos em língua portuguesa do período clássico. Além de ter em vista preencher lacunas reconhecidas de leitura e documentação, procuro também, com base nos textos editados, elaborar estudos e instrumentos informativos (índices directos, índices inversos e de frequência de formas, e concordâncias), que contribuam para ampliar o conhecimento da língua portuguesa do período mencionado. É ainda objectivo do trabalho que desenvolvo — através da digitalização, armazenamento e tratamento informático de materiais textuais e linguísticos — reunir *corpora* e formar uma base de dados da língua portuguesa do referido período, tendo em mente a sua posterior utilização, em articulação com outros *corpora* e bases de dados, em realizações de maior dimensão e alcance, como um dicionário histórico e um tesouro da língua portuguesa.

Os textos que têm sido objecto principal do trabalho de preparação de edições, de elaboração de estudos e índices de formas e concordâncias, têm como autor D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666). Tenho em curso a preparação de uma edição crítica e integral das suas *Musas portuguesas* ou *As Segundas três Musas* (com base na edição *princeps*) (MELO 1665) — conjunto de composições em verso, em português, que o Autor incluiu nas *Obras métricas*. Destas, concluí a edição de *O Fidalgo aprendiz*, tendo-a apresentado já no ano lectivo de 1999-2000 a concurso para publicação do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, que a aprovou, após parecer que o mesmo Instituto solicitou, exarado pela Prof.ª Doutora Maria Lucília Gonçalves Pires (MELO no prelo; VERDELHO no prelo). Terminei também uma edição diplomática de grande parte das composições desse conjunto poético, e outra edição do mesmo tipo das cinco *Epanáforas de vária história portuguesa* (também com base na edição *princeps*) (MELO 1660). Diligenciei para obter o registo digitalizado da *Visita das fontes* (segundo a lição de Giacinto Manuppella, a mais satisfatória até ao tempo em que se realizou a digitalização) (MELO 1962; MANUPPELLA 1962) [3], bem como das *Cartas familiares* (segundo a edição mais ampla, da responsabilidade de Maria da Conceição Morais Sarmento) (MELO 1981; SARMENTO 1981), e do *Tratado da ciência cabala* (com base na primeira

[3] Foi publicada posteriormente uma edição do referido apólogo dialogal pelo Prof. Pedro Serra, cuja lição é mais conservadora das características da escrita do Autor do que a do mencionado editor (MELO 1998: SERRA 1998).

edição, já póstuma) (MELO 1724), para o que contei com a colaboração de jovens Mestres e Licenciados (como tarefeiros).

Os textos já editados da maior parte das obras mencionadas de D. Francisco Manuel de Melo — bem como outras edições de textos dos séculos XVI e XVII que antes elaborei, já publicadas em texto impresso, de que destaco a *Vida e feitos d' el-rei D. João II*, de Garcia de Resende (com base na edição de 1545) (RESENDE 1994; VERDELHO 1994) e a *Relação de tudo o que passou na felice aclamação de D. João IV* (com base na edição de 1641) (VERDELHO 1996-1997) — foram registados em suporte electrónico (disquetes e CD-ROM), alguns também em papel, e estão disponíveis no C.E.L.G.A. para consulta de investigadores. Tenho a intenção de promover a divulgação pela Internet dos textos editados, logo que a revisão das lições de todos, que não dei ainda por definitivamente encerrada, me permita considerá-los o mais possível isentos de erros do âmbito ecdótico e de digitalização.

De todos os textos cuja edição concluí, e através do emprego de *software* adequado, elaborei índices de formas e concordâncias, que registei em suporte electrónico, e em alguns casos (*Sonetos das Musas portuguesas e Epanáforas*) também em papel, e que disponibilizei, nomeadamente no C.E.L.G.A., à consulta de investigadores (VERDELHO 2001, 2002 a e 2002 b).

Com os materiais linguísticos provenientes dos textos de D. Francisco Manuel de Melo, por cuja edição e digitalização sou responsável, e ainda com outros materiais, que espero venham a ser cedidos por editores de outros textos do Polígrafo setecentista — certamente em condições que respeitem e valorizem o trabalho de todos — projecto publicar um índice do seu vocabulário.

Todos os textos mencionados e outros — de que saliento o *Abecedário real, e régia instrução de príncipes lusitanos*, de Frei João dos Prazeres, com leitura diplomática de Rolf Kemmler, Mestre pela Universidade de Tübingen (baseada na primeira edição) (PRAZERES 1692) — são elementos com os quais se vão constituindo *corpora*, formados a pensar num aproveitamento futuro em uma base de dados do período clássico, e para além disso, num dicionário histórico do português e num tesouro da língua portuguesa, conforme antes já referi.

A preparação de edições a que acima fiz referência, tem decorrido até ao presente num quadro de conceitos, métodos e finalidades que se integram prevalentemente na chamada Filologia tradicional.

No contexto institucional em que se efectua o meu labor de editora — não condicionado por motivações comerciais — impôs-se-me estabelecer lições que preservem o mais possível o seu valor documental em relação à linguagem dos

autores, em todos os planos. Preparei por isso leituras de tipo diplomático de alguns textos, que, aliás, propiciam matriz e fundamento (neste último caso designadamente através de índices de formas e concordâncias que a partir delas se podem obter), para a realização de outras modalidades de edição, dos mesmos textos e de outros. Características da edição princeps da obra em verso de D. Francisco Manuel de Melo (a primeira e única integral), em particular numerosas "gralhas" tipográficas e numerosos passos de interpretação problemática, justificaram que me empenhasse também na preparação de uma edição crítico-interpretativa, e _ atendendo ao interesse em dirigi-la a um público que inclua leitores não filólogos _ com o texto transcrito segundo critérios modernizadores da ortografia, dentro de limites impostos pela necessidade de não desvirtuar a linguagem do Escritor.

Ao preparar edições de obras como são as de D. Francisco Manuel de Melo, tenho tido necessidade de me documentar em vários quadrantes - nomeadamente da literatura e história peninsular dos séculos XVI e XVII - para desde logo estabelecer o texto com o mais perfeito conhecimento possível das suas referências e, além disso, para poder elaborar introduções e notas, como as que fiz acompanhar a edição crítica de *O Fidalgo aprendiz*. Trabalhando sobretudo com textos impressos, tenho procurado informar-me também sobre a tipografia antiga, cujos materiais e usos têm evidente interferência em aspectos da apresentação ortográfica dos textos.

À documentação sobre a língua portuguesa do tempo em que os autores escreveram e em que se publicaram as suas obras, não posso deixar de atribuir uma importância fundamental, que aqui sublinho, na execução de trabalhos ecdóticos sobre textos antigos como são aqueles a que me dedico — e mesmo na realização de edições que têm como ambição pôr no mercado livreiro edições para conquistar públicos largos, edições nem críticas, nem conservadoras da ortografia antiga. Os editores dos nossos dias, de textos literários ou não literários, não podem prescindir mais de informação filológica e linguística do que os editores de gerações precedentes. Há que procurar fundamentação nas fontes metalinguísticas históricas do português, e na bibliografia linguística moderna que se ocupa de aspectos relativos à língua portuguesa de séculos passados. A modernização ortográfica, seja qual for o seu grau, torna imperioso que se conheça o mais possível o valor representativo dos grafemas, os empregos e as funções dos sinais de acentuação e de pontuação na escrita de tempos passados, o que leva em particular à consulta de ortografias contemporâneas dos textos que se procura editar. A necessidade de conhecer com precisão o significado de palavra, em textos antigos, convoca-nos para o contacto com os dicionários de

Jerónimo Cardoso, Agostinho Barbosa e Rafael Bluteau, antes de avançarmos para os de Morais Silva e outros mais recentes. Nos últimos anos, o acesso à bibliografia metalinguística histórica do português tem sido muito facilitado. Se ainda está longe do nosso alcance algo de semelhante ao que é oferecido através da Internet, por exemplo, em Espanha, em relação à língua de Cervantes, por exemplo, pela Real Academia Española, dispomos já, em CD-ROM, do imprescindível *Vocabulário Português e Latino* de Rafael Bluteau (BLUTEAU 2003), e, em linha, de parte do *Dictionarium lusitanico-latinum* de Agostinho Barbosa (BARBOSA 1999), além do contingente precioso, e já amplo, de obras digitalizadas pela Biblioteca Nacional de Lisboa — para não falar de reproduções fac-similadas de outras obras, que vão surgindo em suporte de papel.

Na preparação de edições, tem-me sido muito útil o manuseamento de índices de formas, muito especialmente os índices directos com indicação do número e lugar de ocorrências dessas formas, bem como as concordâncias que obtive recorrendo a programas informáticos adequados. Percorrendo os índices, o editor pode detectar com mais facilidade e economia de tempo formas erróneas que originou, ou repetiu, do que se as procurar no próprio texto. As concordâncias revelam-se particularmente vantajosas para a interpretação de passos problemáticos. A exposição ordenada de contextos coincidentes ou semelhantes, que estas podem oferecer, dota o editor de materiais facilmente comparáveis e analisáveis, possibilitando-lhe opções finais com acrescida fundamentação.

Apesar da notória incipiência e limitação verificada na utilização de meios informáticos em termos como os que referi, não há dúvida que já vale a pena. Aliás, não é despiciendo que, para além do apoio à preparação de edições, tais meios possibilitem, pelo tratamento dos textos com *software* apropriado, que estes sejam acompanhados de índices de formas linguísticas, exaustivos ou selectivos (conforme for oportuno), com indicação dos lugares e do número de ocorrências das formas - tudo obtido automatica e rapidamente, a salvo dos erros que ameaçam os índices que cheguem a ser elaborados sem o recurso a esses meios.

2. Tal como é cada vez mais comum entre "oficiais" do mesmo ofício a que me votei, estou interessada em encontrar na Informática, na designada Filologia Electrónica ou Computacional, novos apoios, novos caminhos para a realização e publicação de edições cuidadas de textos em língua portuguesa, bem como para o estudo linguístico dos textos editados.

Há já vários anos, quando comecei a tentar recorrer à Informática para apoiar os trabalhos de crítica textual e exploração dos dados linguísticos que

estes propiciavam, se é certo que o tipo e número de meios informáticos que se poderia pretender utilizar eram incomparavelmente mais reduzidos do que na actualidade, também seria mais simples obter resultados imediatos. Hoje em dia, o aspirante à condição de utilizador das novas tecnologias da informação e da comunicação em trabalhos ecdóticos defronta-se com um abundantíssimo caudal de publicações em suporte de papel e em suporte electrónico, especialmente na Internet, que incidem, sob diversas perspectivas, directa ou indirectamente, sobre realizações efectuadas e virtualidades anunciadas, bem como com um abastecidíssimo armazém de ferramentas para variados fins, gerais ou especiais. De tal modo, que os esforços individuais que se façam para obter resultados a curto prazo, arriscam-se a tornar-se excessivamente pesados, e a perder-se num labirinto infindável, durante demasiado tempo. É claramente conveniente, não só o apoio próximo de especialistas de Informática (como sucede em projectos de trabalho, portugueses e estrangeiros, dados a conhecer publicamente, por diversas vias), como também trabalho em equipa (que tais projectos manifestam também) - o que não é fácil verificar-se em todos os contextos em que se desenvolvem actividades de investigação científica na área das Línguas e Literaturas em Portugal.

Enquanto não se dispuser para a língua portuguesa — em acesso fácil para todos os interessados — de um levantamento sistemático, frequentemente actualizado, de publicações, de trabalhos concluídos e em curso, e de recursos, que integre pareceres críticos com finalidades mais de aconselhamento científico e técnico do que de avaliação, podem prestar um valioso serviço de orientação e informação numerosas bibliografias, muitas delas bem extensas, divulgadas autonomamente ou em estudos monográficos, que repertoriam o que, no espaço nacional e internacional, se tem vindo a publicar sobre a utilização da Informática na realização de edições, sobretudo edições de textos literários. A este respeito, justifica menção exemplificativa a que foi apresentada pelo Prof. Cristóbal Macías, da Universidade de Málaga, sob o título "Bibliografia sobre la aplicación de las nuevas tecnologías a la Filología Clásica", e que está disponibilizada em *AnMal*, complemento electrónico da versão em papel da revista *Analecta Malacitana*, Universidade de Málaga, nº 13, Junio, 2003 (MACÍAS 2003) [4].

[4] Atendendo a que não só o espaço de que disponho é restrito, mas sobretudo a que, em relação à temática abordada, muitos das informações que se adquirem estão sujeitas a rápidas desactualizações, as referências seleccionadas nestes apontamentos cingem-se o mais possível ao ano de 2003, em que foi apresentada a comunicação que originou o presente texto. Só em casos raros abrangem datas anteriores, sobretudo por dizerem respeito à língua portuguesa.

Organizada sobre diversos campos (aqueles em que o autor considera que os contributos das novas tecnologias foram mais decisivos para os estudos clássicos), contém referências que podem interessar aos estudiosos e editores científicos da área das humanidades em geral, e não apenas do latim e grego. Além de secções relativas a informação de base, ou seja, as que têm como epígrafe "Repertorios bibliográficos", "Manuales y de obras de referencia", "Estudios de interés general" (nº 2, 3 e 4), encontramos duas outras secções com particular interesse para a crítica textual: a secção nº 5, sobre "Edición electrónica de textos clásicos y aplicaciones relacionadas", em que se incluem trabalhos que concernem não só a edição electrónica de textos clássicos e humanísticos, mas também «el tratamiento informático que este formato permite en terrenos tan diversos como el análisis morfosintáctico o los estudios de estilometría, entre otros», e sobretudo a secção nº 8, "Edición crítica (incluyendo paleografía, papirología y epigrafía)" (MACÍAS 2003).

A conveniência de formação sólida sobre a utilização de novas tecnologias da informação e da comunicação na realização de edições cuidadas de textos antigos tem levado à criação de cursos em numerosas Universidades de diversos países, em níveis diversos, incluindo o de Doutoramento, de que, por vários caminhos, nos chegam as linhas dos programas, e também bibliografias seleccionadas pelos docentes, com o que facilmente pode aproveitar um público alargado. Entre outros cursos de que obtive conhecimento, refiro o de Doutoramento, ministrado no ano de 2003, pelo Prof. José Manuel Lucía Megías, na Universidade Complutense de Madrid, anunciado sob o título "Los nuevos retos de la crítica textual: del manuscrito a Internet" (LUCÍA MEGÍAS 2003). No programa inclui-se uma alínea (nº 2) sobre as novas ferramentas de trabalho em crítica textual, apresentada nos artigos que transcrevo a seguir: «2.1. RECENSIO: de los catálogos bibliográficos a las bases de datos; 2.2. COLLATIO: programas de colación automática; 2.3. EXAMINATIO: los programas de concordancias y lematizadores; 2.4. CONSTITUTIO TEXTUS: del procesador de texto a los programas específicos». Uma parte deste programa (como de resto de outros programas do mesmo Professor, ministrados na referida Universidade e outra (Valência), é reservada ao hipertexto, a respeito de cujo conceito, em linhas de apresentação dos objectivos do curso, o Prof. Lucía Megías observa que «recupera la primacía del "texto" en el siglo XXI, y, por tanto, la primacía de la filología por encima de cualquier otra disciplina científica» (LUCÍA MEGÍAS 2003).

De uma das ferramentas elaboradas para apoiar a preparação de edições críticas — o programa UNITE, versão Windows — encontra-se descrição minu-

ciosa em publicação recente do Prof. Francisco A. Marcos Marín, da Universidade Autónoma de Madrid, responsável científico de ADMITE ("Archivo Digital de Manuscritos y Textos Españoles em CD-ROM", discos I, 0 e II, respectivamente de 1992, 1993 e 1999), ou seja, "La construcción de um instrumento informático para la edición crítica" (MARCOS MARÍN 2003: 81-108). Trata-se de um programa desenvolvido pelo *Grupo de Sistemas Inteligentes de la Escuela de Ingenieros de Telecomunicaciones de Madrid*. A versão Windows deste programa pode ser aplicada a textos em verso, como as versões anteriores, e também a textos em prosa. Ao concluir o texto mencionado, o Prof. Marcos Marín, resumiu as virtualidades da ferramenta descrita, escrevendo: «Independientemente de que se elija UNITE para realizar el proceso de la *collatio* y la obtención de datos para la *recensio*, su análisis muestra con detalle todos los elementos que hay que tener en cuenta, en el proceso puramente crítico, para obtener el resultado automático más amplio. Es una herramienta muy útil para evaluar otros programas, en su fase puramente informática, prescindiendo de los perifollos que adornen su salida: procesadores de texto, generación de versiones con códigos, vínculos, hipertextos y demás, que son accesorios al proceso informático y crítico en si». E continuou: «UNITE es um programa de orientación informática: su objectivo es llegar a la máxima automatización posible, de manera que, si el filólogo fuera capaz de dar todos los datos con rigor perfecto, el sistema proporcionaria todas las ediciones críticas posibles en las que se diera opción de seleccionar entre formas distintas, en versiones diferentes, según la información textual tabulada por el filólogo. Se basa en el concepto de que la computadora realiza todos los cálculos más deprisa y mejor que el hombre y, además, es consistente. Supone, por otra parte, que el filólogo que aplique el programa sabe lo que hace» (MARCOS MARÍN 2003: 105). UNITE foi utilizado na edição unificada do *Libro de Alexandre*, que está disponibilizado em edição digital (MARCOS MARÍN 1987) [5].

O programa acima indicado, sendo uma realização do espaço da Filologia Electrónica, também designada Filologia Computacional (MARCOS MARÍN 2001), tem ainda aplicação no quadro das modalidades de edição definidas pela Filologia tradicional, como se verifica pela descrição apresentada.

Para além dos parâmetros da última situa-se já o trabalho projectado para a edição de textos medievais em língua portuguesa, descrito em comunicação

[5] Até ao presente, nomeadamente na vasta bibliografia do Prof. Francisco Marcos Marín, não encontrei referência à publicação de outra edição realizada com o mencionado programa.

apresentada ao XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Braga, 1996, pelo Prof. Luiz Fagundes Duarte, da Universidade Nova de Lisboa, com o título "Para uma edição interactiva de textos antigos" (DUARTE 1997: 411-417). Depois de considerar que, perante a inexistência de normas de transcrição universais, na edição de textos antigos será «necessário que se proceda de uma maneira tal que o leitor possa ler o texto e dele se servir de acordo com as suas necessidades — o que implica que, em teoria, se estabeleçam tantos critérios de edição quantos os tipos de textos e os tipos de leitores» (DUARTE 1997: 413) — situação a que a Filologia tradicional e o livro impresso não oferecem resposta — deu notícia de um novo modelo de edição, potenciada pela Informática, susceptível de o conseguir, ou seja, uma edição «interactiva», com «carácter de «reversibilidade» (DUARTE 1997: 414). Da descrição apresentada destaco ainda que este modelo de edição motivou «a criação de pelo menos seis fontes informáticas interactivas [fontes *medieval, filológica, gráfica, morfológica, fonética e modernizante*], que têm subjacente uma gramática e um dicionário previamente estabelecidos, tendo na devida conta critérios de época, segundo a periodização estabelecida na história da Língua portuguesa» (DUARTE 1997: *ibidem*). Em esclarecimentos subsequentes, o Prof. Luiz Fagundes Duarte, explicou ainda: «Uma vez transcrito o texto com a *fonte medieval*, temos uma base de dados sobre a qual as outras fontes poderão ser utilizadas ou isoladamente ou em combinação, segundo as necessidades do editor ou do leitor — a quem será sempre possível regressar à transcrição paleográfica, ou a qualquer uma das fases anteriores àquela em que no momento se encontra, e refazer o seu percurso de uma outra maneira» (DUARTE: *ibidem*).

Tal modelo de edição, que exige um trabalho de preparação muito complexo, não obteve ainda cabal concretização [6]. A fonte medieval, desenvolvida por Maria José Ribeiro, chegou a ser apresentada na dissertação de Mestrado desta antiga aluna do Prof. Luiz Fagundes Duarte, conforme o mesmo registou (DUARTE: *ibidem*; RIBEIRO 1995).

O interesse pela utilização de novas tecnologias da Informação na edição e estudo linguístico de textos medievais, e outros [7], que marca actividades e projectos da Linha 4 - "Filologia e Linguística Histórica" do Centro de Linguís-

---

[6] Manifesto o meu agradecimento ao Prof. Luiz Fagundes Duarte por informações suplementares que me facultou sobre o processo de desenvolvimento da edição.

[7] Entre os projectos da referida Linha 4 - "Filologia e Linguística Histórica" do CLUNL, inclui-se o de uma edição e estudo da Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis do Padre António Vieira, pela Prof.ª Ana Paula Banza.

tica da Universidade Nova de Lisboa, de que é responsável o Prof. António Emiliano, está bem patente nas informações dadas na respectiva página Web (veja-se a indicação correspondente nas referências bibliográficas finais deste texto). Entre outros meios do âmbito da Informática cujo desenvolvimento é visado por projectos desta Linha, saliente-se o tipo medieval para computador designado NotatorMono (na versão em que está disponível) [8], criado a partir da ampliação e adaptação da fonte medieval antes desenvolvida por Maria José Ribeiro (de que acima se fez menção). Através da comunicação intitulada "Tipo medieval para computador: uma ferramenta informática para filólogos, historiadores da língua e paleógrafos", apresentada ao XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, 2003, o Prof. António Emiliano expôs informação pormenorizada sobre os pressupostos e conteúdos deste tipo. Segundo o resumo da mesma comunicação (que citarei), distribuído no referido Encontro e disponibilizado pela Internet (veja-se também a respectiva indicação nas referências bibliográficas), este Professor notou que o referido tipo «permite uma representação tipográfica rica, complexa e fidedigna dos sistemas de escrita usados em Portugal entre os séculos IX e XIV na produção de documentação notarial» (EMILIANO 2003). E esclareceu: «O tipo NotatorMono é mais completo e mais versátil que outros tipos medievais disponíveis na Web em sites académicos, visto que, para além de conter uma grande quantidade de glifos especiais alfabéticos e analfabéticos (sinais de abreviação diversos, diacríticos, sinais de pontuação, letras sobrescritas), permite a combinação livre de qualquer diacrítico ou letra sobrescrita com qualquer letra de base para a geração de caracteres compósitos, em vez de pré-definir um conjunto numeroso de caracteres compósitos, como sucede noutros tipos especiais» (EMILIANO 2003).

Como é sabido, entre os recursos das novas tecnologias da informação e comunicação, o hipertexto tem uma utilização intensa e particularmente apreciada, dadas as possibilidades que oferece ao utilizador de aceder a materiais por via de regra extensos e variados — visuais (textuais e icónicos) e sonoros — e segundo caminhos de escolha pessoal, através do processamento de relações em cadeia entre blocos de conteúdos registados em suporte electrónico. A descrição do conceito de hipertexto, das suas virtualidades como instrumento ao serviço da investigação científica e do ensino, tem originado o que se poderia chamar uma hiperprodução bibliográfica, e tem merecido destaque em inúmeros

[8] Na página Web da Linha 4 do CLUNL, a este tipo se refere o projecto indicado em 3.

eventos científicos e cursos de formação académica, de que um documento acima citado é testemunho.

No campo das Letras conta-se com aplicações hipertextuais, em disco compacto, ao conhecimento da literatura inglesa e grega desde a década de Oitenta. Em especial os representantes da crítica genética e os estudiosos e editores de textos medievais têm enfatizado e explorado novas perspectivas e benefícios proporcionados pelo hipertexto ao trabalho ecdótico. Os primeiros têm valorizado, por exemplo, as novas possibilidades de que se dispõe para pôr em confronto os diferentes estados que os textos conhecem ao longo do processo criativo por que passam em muitos casos (BIASI 2003: 82-83). Quanto aos segundos, lembrar-se-á que em *Éloge de la variante* — obra de constante referência — Bernard Cerquiglini proclamou que os meios informáticos, em particular pelas propriedades multidimensionais e dialógicas (isto é, interactivas) do monitor do computador, se adequam muito mais que as páginas impressas à apresentação da variância do texto medieval e à sua compreensão (CERQUIGLINI 1989: 111-115). Este ponto de vista foi reiterado pelo autor, com novo desenvolvimento, na comunicação intitulada "Une nouvelle Philologie?", que apresentou ao Colóquio Internacional dedicado ao tema "Filologia na era da Internet", Budapest, 2000. Ao distinguir os paradigmas das chamadas Filologia tradicional e nova Filologia, depois de declarar que «le propos de l' édition est bien de simuler la genèse, la circulation, la réception et la signification des oeuvres médiévales», e de considerar que a página impressa não satisfaz esse desiderato, Cerquiglini afirmou a certo trecho: «L' informatique fournit en revanche ses outils et ses notions. On peut envisager une édition électronique fondée sur une numérisation scrupuleuse de ses objets, et sur leur commentaire infini: affichage syntagmatique des éléments signifiants internes au codex, liens paradigmatiques des éléments variants (autres versions), gloses interdisciplinaires diverses. Renouant avec les grandes encyclopédies du XIIIe siècle, le XXIe pourrait voir surgir, grâce à l' Internet et aux hypertextes, de nouveaux codex éditoriaux, gloses de gloses, *Speculums* électroniques, Hypercodex" (CERQUIGLINI 2000).

Nas palavras que acabei de citar e em outras de teor semelhante — devedoras ou independentes daquelas — estão indicadas pistas de trabalho, abertas pelas tecnologias da informação e comunicação para a edição e difusão de textos medievais — e também de outras épocas — especialmente pelo hipertexto [9], que estão a ser actualmente percorridas em grande escala no espaço científico

[9] Cf. DIONÍSIO 2003.

de além-fronteiras, como manifestam inúmeros projectos em curso (cf. por exemplo STOLZ 2003: 139-150) e inúmeras realizações expostas na Web (cf. por exemplo edições hipertextuais em BIBLIOTECA VIRTUAL MIGUEL DE CERVANTES). Esperemos que em relação à língua de Camões se venham também a concretizar, a breve prazo, acções significativas, em qualidade e quantidade, com aproveitamento dos novos meios da era da Informática, e através de (hiperutópica?) cooperação entre editores e investigadores de formação científica e técnica diversificada e complementar — filológica, linguística, literária e informática — para benefício e prazer dos leitores de textos em língua portuguesa que nós somos e dos que poderão sê-lo no futuro.

Referências Bibliográficas

1.

Barbosa, Agostinho (1999), *Dictionarium lusitanico-latinum* [Braga, Frutuoso Lourenço de Basto, 1611]. [Em linha]. URL: <http://www.uc.pt/ihti/proj/lvsitanicolatinv/index.htm>. Artigos disponíveis até à letra E. Digitalização e índices de Cláudia Preguiça. Coordenação do Prof. Doutor Joaquim M. C. Ramos de Carvalho, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [Última consulta: 15 de Janeiro de 2004].

Bluteau, D. Rafael (2003), *Vocabulario Portuguez e Latino e Prosas Portuguezas* [I, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesu, 1712]. CD-ROM. DocPro Ltda. Fabricado pela Microservice Tecnologia Digital da Amazónia LTDA, sob encomenda da Academia Brasileira de Letras. Coordenação do Prof. Nireu Oliveira Cavalcanti [2ª ed. do Vocabulario em CD-ROM].

Manupella, Giacinto (1962). Cf. *infra* Melo, D. Francisco Manuel de (1962).

Melo, D. Francisco Manuel de (1660), *Epanaphoras de varia historia portugueza*. Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira (há edição facsimilada, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, com introdução e apêndice documental por Joel Serrão).

- (1665), *Musas portuguesas*, ou *As Segundas tres Musas do Mellodino*, em *Obras metricas*, II. Lyon, Horace Boessat e George Remeus, 1665 (com paginação própria).

- (1724), *Tratado da sciencia cabala*. Lisboa Occidental, Na Oficina de Bernardo da Costa Carvalho.

- (1962), *A Visita das fontes. Apólogo dialogal terceiro*. Edição fac-similada e leitura de autógrafo (1657). Introdução e comentário por Giacinto Manupella. Coimbra, Por Ordem da Universidade.

- (1981), *Cartas familiares*. Prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- (1998), *A Visita das fontes*. Em Apólogos dialogais, vol. I, edição de Pedro Serra. Braga-Coimbra, Angelus Novus, p. 33-127.
- (no prelo), *O Fidalgo aprendiz*. Leitura crítica, introdução, notas e índices de formas de Evelina Verdelho.

Prazeres, Frei João dos (1692), *Abecedario real, e regia instrucçam de principes lusitanos*. Lisboa, na Oficina de Miguel Deslandes.

Resende, Garcia de (1994), *Vida e feitos d' el-rey Dom João Segundo*. Em *Livro das obras de Garcia de Resende*. Edição crítica, estudo textológico e linguístico por Evelina Verdelho. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 147-456.

Sarmento, Maria da Conceição Morais (1981). Cf. *supra*, Melo, D. Francisco Manuel de (1981).

Serra, Pedro (1998). Cf. *supra* Melo, D. Francisco Manuel de (1998).

Verdelho, Evelina (1994). Cf. *supra* Resende, Garcia de (1994).

- (1996-1997), *Relação de tudo o que passou na felice aclamação de D. João IV. Nova edição, precedida de elementos de estudo do seu enquadramento textual, autoria e linguagem*. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, Instituto de Língua e Literatura Portuguesas, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XXI.
- (2001), *Leitura, índices de formas e concordâncias dos sonetos das Musas portuguesas de D. Francisco Manuel de Melo*. Coimbra, Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada / Faculdade de Letras (policopiado).
- (2002 a), *Concordâncias das Epanáforas de vária história portugueza de D. Francisco Manuel de Melo*. Coimbra, Centro de Estudos de Linguística Geral e e Aplicada / Faculdade de Letras, 2 vols. (policopiado).
- (2002 b), *Índices de formas das Epanáforas de vária história portugueza de D. Francisco Manuel de Melo*. Coimbra, Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada / Faculdade de Letras (policopiado).
- (no prelo). Cf. *supra* Melo, D. Francisco Manuel de (no prelo).

2.

Basi, Pierre-Marc de (2003), *La Génétique des textes*. 2ª ed., Paris, Nathan / Vuef.

Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. [Em linha] URL: <http://www. cervantesvirtual.com/>. [Última consulta: 15 de Fevereiro de 2004].

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Linha 4 - Filologia e Linguística Histórica. [Em linha] URL: <http://www.fcsh.unl.pt/clunl/Linha4.html>. [Última consulta: 15 de Fevereiro de 2004].

Cerquiglini, Bernard (1989), *Éloge de la variante. Histoire critique de la philologie.* Paris, Éditions du Seuil.

- (2000), "Une nouvelle Philologie?". Comunicação ao *Philology in the Internet Era. Philologie à l'ère de l'Internet. International Colloquium / Colloque International.* Eötvös Loránd University, Budapest, 7-11 June 2000. [Em linha] URL: <http.// magyar-irodalom.elte.hu/colloquia//000601/cerq.htm>. [Última consulta: 15 de Fevereiro de 2004].

Dionísio, João (2003), "Ab la dolchor del temps novel?". [Em linha] URL: <http:// www.educ.fc.ul.pt/hyper/jdionisio.htm>. [Última consulta: 15 de Fevereiro de 2004].

Duarte, Luiz Fagundes (1997), "Para uma edição interactiva de textos antigos". In *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Braga-Guimarães, 30 de Setembro a 2 de outubro de 1996). Editadas por Ivo Castro. Vol. II, Linguística Histórica, História da Linguística, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, p. 411-417.

Emiliano, António (2003), "Tipo medieval para computador: uma ferramenta informática para filólogos, historiadores da língua e paleógrafos". Comunicação apresentada ao *XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1-3 de Outubro de 2003 (a publicar nas Actas deste Encontro; citou-se o respectivo resumo então distribuído). [Em linha] URL: <http://www.fcsh.unl.pt/clunl/Linha4_Ficheiros/Emiliano 2004_APL_ resumo. html>. [Última consulta: 15 de Fevereiro de 2004].

Lucía Megías, José Manuel (2003), "Los nuevos retos de la crítica textual: del manuscrito a Internet". Doctorado, Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Filología. [Em linha] URL: <http://www.ucm.es/info/romanica/docnuevos.htm>. [Última consulta: 15 de Fevereiro de 2004].

Macías, Cristóbal (2003), "Bibliografia sobre la aplicación de las nuevas tecnologías a la Filologia Clásica". [Em linha] *AnMal*, nº 13, Junio, 2003. URL: <http://www. anmal.uma.es/anmal/numero13/NTIC_Clasica1.htm>. [Última consulta: 15 de Fevereiro de 2004].

Marcos Marín, Francisco A. (1987), *Libro de Alexandre.* Estudio y edición. Madrid, Alianza Universidad, 504. Edición digital [a partir daquela], revisada por F. Marcos Marín com a colaboración de Julia Bernal y Antoni Biosca. [Em linha] URL:<http:/ /www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/15086375115328937959501 4/ index.htm>. [Última consulta: 15 de Fevereiro de 2004].

- (2001), "Filología Electrónica: sobre métodos. Catalogación y análisis como prerrequisitos de la edición crítica". In Leonardo Funes y José Luis Moure (editores), *Studia Honorem Germán Orduna*, Universidad de Alcalá, 2001, p. 429-438. [Em linha] URL <http://www.lllf.uam.es/~fmarcos/articulo/01HOrdunaFilElectro.pdf>. [Última consulta: 15 de Fevereiro de 2004].
- (2003), "La construcción de um instrumento informático para la edición crítica". In *Letras de Deusto*, Bilbao, Universidad de Deusto, vol. 33, nº 100. Julio-Septiembre 2003, p. 81-108. [Em linha] URL: <http://www.lllf.uam.es/~fmarcos/articulo/03LDEdCrit.pdf>. [Última consulta: 15 de Fevereiro de 2004].

Ribeiro, Maria José (1995), *Edição dos documentos medievais do Cartório de Santa Eufémia de Ferreira das Aves*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Stolz, Michael (2003), "New Philology and New Phylogeny: aspects of a critical electronic edition of Wolfram' s Parzival". In *Literary and Linguistic Computing, Journal of the Association for Literary and Linguistic Computing*, vol. 18, nº 2, p. 139-150.

Dicionários: testemunhos da memória linguística

Telmo Verdelho
Universidade de Aveiro

Os dicionários são monumentos do mais valioso património de uma comunidade, são um testemunho privilegiado da memória linguística e uma fonte inexaurível de leitura estudiosa e de reflexão metalinguística. Fazem parte do saber linguisticográfico beneditinamente cultivado pela mestre insigne e colega estimada Maria Helena Paiva. Dedicamos-lhe estas notas de leitura com amizade, "leto corde", como quem descobre no seu testemunho existencial que o estudo, o ensino, a investigação e a ciência, numa palavra, a vida ganha uma renovada dimensão quando a reconhecemos como um lugar de encontro fraternal.

1. A herança dicionarística da língua portuguesa, deve reconhecer-se, é modesta, sobretudo se a compararmos com a tradição lexicográfica de outras grandes línguas europeias próximas da nossa, como a espanhola, a francesa, a italiana ou a inglesa, mas é, mesmo assim, um património muito estimável e suficientemente informativo para merecer a atenção e a dedicação dos filólogos e dos estudiosos da língua e da cultura portuguesa.

Até há pouco mais de vinte anos, os dicionários antigos portugueses eram objecto de raras referências eruditas. Jaziam num recanto de penumbra do legado bibliográfico, e eram ignorados, mais do que quaisquer outras fontes da memória linguística. Justino Mendes de Almeida fez o primeiro roteiro da lexicografia latino-portuguesa, numa sequência de recensões publicadas entre 1959 e 1972 [1]. Depois dele, duas outras publicações assinalam a recuperação dessa herança

[1] Justino Mendes de ALMEIDA, "Lexicógrafos portugueses de língua latina: 1. O primeiro lexicógrafo português da língua latina: Jerónimo Cardoso", in *Evphrosyne* 2 (1959), 139-152; 2. "Agostinho Barbosa: o segundo lexicógrafo português da língua latina", in *Revista de Guimarães*

valiosa: do Prof. Paul Teyssier (cuja memória bem merece aqui uma saudosa evocação), um texto publicado em 1980, "Jerónimo Cardoso et les origines de la lexicographie portugaise" [2]; e de Átila de Almeida uma bibliografia copiosa de dicionários portugueses publicada em 1988 [3]. De então para cá, os dicionários portugueses [4] têm sido objecto de assídua pesquisa, dispondo-se presentemente de um conjunto de informação publicada que nos permite um bom reconhecimento global do fundo lexicográfico. Em breve, com base em trabalhos em curso, os dicionários antigos portugueses deverão encontrar-se, em condições de poderem ser reintegrados entre as fontes diacrónicas disponíveis e interactivas para o estudo e uso da língua, e também para o aprofundamento da história das ideologias, das mentalidades e da cultura em geral. Um conjunto, cada vez mais amplo de estudiosos, em Portugal, no Brasil, e em outros países, sobretudo da Europa, vem trabalhando sobre os dicionários antigos, retomando e reela-

---

75: 1/4 (1963), 31-40; 3. "A *Prosodia* de Bento Pereira", *ibidem* 77: 1/2 (1967), 5-12; 4. "O *Diccionario lusitanico-latino* de Frei Pedro de Poyares", *ibidem* 12-17; 5. "A *Porta de línguas* (*Ianva lingvarum*), de Amaro de Roboredo", *ibidem* 79:112 (1969), 5-7; 6. "*Amalthea sive hortus onomasticus*, do P. Fr. Tomás da Luz", *ibidem* 7-13; 7. O "*Vocabulario portuguez e latino*, de D. Rafael Bluteau", *ibidem*13-27; 8. "O *Aparato critico para a correção do diccionario intitulado Prosodia in vocabularium bilingue digesta*, de António Pereira de Figueiredo", *ibidem* 27-36; 9. "O *Diccionario portuguez, e latino* do Padre Carlos Folqman", *ibidem* 36-40; 10. "O B*reve diccionario da latinidade pura e impura*, de António Pereira de Figueiredo", *ibidem* 79:314 (1969), 193-198; 11. "Os Dicionários de Pedro José da Fonseca", ibidem 198-210; 12. "O *Magnum lexicon*, de Frei Manuel de Pina Cabral", *ibidem* 210-216; 13. "O *Diccionario portuguez-francez-e-latino novamente compilado* por Joaquim José da Costa e Sá", *ibidem* 216-326; 14. "O *Diccionario latino, e portuguez*, por Damião de Froes Perim (Fr. João de S. Pedro)", *ibidem* 82:3/4 (1972), 151-162; 15. "Nomenclatura portuguesa, e latina", *ibidem* 163-168.

[2] Paul TEYSSIER, "Jerónimo Cardoso et les origines de la lexicographie portugaise", in *Bulletin des Etudes Portugaises et Brésiliennes*, 41 (1980), 77-32.

[3] Átila de ALMEIDA, *Dicionários parentes e aderentes, uma bibliografia de dicionários, enciclopédias, glossários, vocabulários e livros afins em que entra a língua Portuguesa*, João Pessoa. FUNAPE / Nova Stela, 1988. Nesta bibliografia, o autor retoma e integra o catálogo anteriormente publicado pelo seu progenitor Horácio de Almeida, *Catálogo de dicionários portugueses e brasileiros*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1983.

[4] Falamos dos dicionários antigos, publicados até ao final do séc. XVIII. A lexicografia moderna portuguesa começou com a obra de António de Morais Silva (1755-1824) (*Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*, Lisboa, na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1789), cf, Telmo Verdelho, "O dicionário de Morais Silva e o início da lexicografia moderna", in *História da língua e história da gramática - actas do encontro*, Braga, Universidade do Minho / ILCH, 2003, p.473-490. Os dicionários modernos tambem não suscitaram bibliografia crítica e histórica assinalável, para além dalgumas notícias de síntese, veja-se: Ramiz GALVÃO, "Lexicologia portugueza. Os melhores léxicos", Revista da Academia Brasileira de Letras, 51 (1936), 182-201; e Gladstone Chaves de MELO, *Dicionários portugueses*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1947.

borando a sua informação, com grandes vantagens para a história da língua portuguesa. Entre eles, não posso deixar de mencionar o Prof. Dieter Messner, da Universidade de Salzburgo, e o Prof. Brian Head, da Universidade do Minho, que, para além da admiração devida aos seus trabalhos e ao seu douto saber, merecem a nossa estima e agradecimento pela generosidade com que adoptaram a nossa língua como objecto de estudo. Nesse empreendimento me encontro igualmente envolvido, com projectos de trabalho que poderão começar a curto prazo a ter alguma visibilidade, nomeadamente, a releitura crítica integral dos dicionários antigos, registada em suporte electrónico e tratada informaticamente, de modo a poder recuperá-los e inseri-los numa informação lexicográfica que constitua uma base de dados fundamental para o reconhecimento da memória histórica da língua. Temos já um registo completo em suporte electrónico, ainda em revisão, de todos os dicionários de Jerónimo Cardoso[5] e da *Prosodia* de Bento Pereira [6], de grande parte do *Vocabulário português e latino* de Rafael Bluteau, e de vários outros textos paralexicográficos dos sécs. XVI, XVII e XVIII.[7]

2. A "vida das línguas" actualiza-se num processo de complexidade homólogo, ou pelo menos subsidiário do percurso humano. As línguas devem poder corresponder à necessidade de verbalização do mundo e do conhecimento complexo e por isso se transformam e se desentranham numa inesgotável produtividade lexical que se repercute na hipertrofia dos dicionários. É justa-

---

[5] A obra lexicográfica de Jerónimo Cardoso é composta pelos dicionários de português-latim e de latim.português que primeiro se publicaram em Portugal. Com excepção dum pequeno dicionário de latim-português, organizado por temas, para uso escolar, publicado autonomamente em 1551 (ed. perdida), 1562 e 1587, os restantes dicionários, incluindo a reedição do dicionário de português-latim primeiramente publicado em 1562, foram impressos em 1569/70, postumamente, num conjunto dicionarístico, preparado por Sebastião Stockammer. Trata-se de um importante "corpus" bilingue, onde se atestam cerca de 24.000 formas diferentes do fundo lexical português. A obra lexicográfica de J. Cardoso foi reeditada mais de uma dezena de vezes, até ao fim do século XVII, com algumas variações ortográficas, mas sem alterações significativas.

[6] A *Prosodia* é a obra mais representativa da dicionarística dos Jesuítas, foi publicada desde 1634, e teve sucessivas reedições até 1750. A Professora Maria Helena Serras Reis Silva Freire, do Instituto Politécnico de Portalegre, procedeu ao registo informático e prepara uma leitura crítica e um estudo filológico, lexicográfico e linguístico deste dicionário amplíssimo de latim-português.

[7] A leitura, o registo e a preparação deste "corpus" lexicográfico está a ser efectuado no âmbito de um projecto de investigação financiado pela F.C.T.. Entre outros, conta com os colaboradores João Paulo Silvestre, Helena Freire, Manuel Carvalho. A obra lexicográfica de Rafael Bluteau será em breve objecto de uma dissertação de doutoramento, a apresentar na Universidade de Aveiro, por João Paulo Martins Silvestre. A leitura e o registo informático do texto do *Vocabulario* devem ficar concluídos durante o ano de 2004.

mente com base na leitura dos dicionários que propomos uma reflexão sobre a componente lexical da língua portuguesa e particularmente sobre a formação de palavras que se manifesta num fluxo produtivo, sempre em expansão, ao longo do seu percurso diacrónico.

3. A ciência dicionarística tem dois princípios essenciais: o da acumulação e o da hierarquização.

A hierarquização é o princípio ordenador do dicionário e a chave da sua funcionalidade. Trata-se de indexar as unidades lexicais de modo a corresponder a uma procura rápida e a oferecer um acesso fácil. Pode recorrer-se, para esse efeito, a um ou a vários critérios de ordenação (alfabéticos, semânticos, gramaticais, ou ainda pelo universo de referência). A eficácia desses critérios avalia-se, não só pela sua coerência, mas também pela possibilidade de distinguir e reconhecer todas as unidades diferentes, pela facilidade da sua utilização e ainda pela transparência informativa. Na história dos dicionários, têm sido exercitados diferentes princípios ordenadores e até a simples acumulação ocasional ou aleatória, mas, em quase todos, a ordenação alfabética aparece de modo preponderante, não obstante a sua relativa dependência da uniformização ortográfica. O princípio da hierarquização dos dicionários suscitou uma inesperada valorização do alfabeto, descobriu-lhe uma espécie de subsistência autónoma em relação à escrita e em relação à própria língua.

O alfabeto transformou-se no mais importante instrumento de indexação da informação e do conhecimento científico e técnico, podendo dizer-se que se apresenta actualmente como o grande organizador do mundo, uma espécie de chave de acesso a todo tipo de informação. Trata-se de um desvio da sua primeira função, que era simplesmente servir de instrumento para o registo de actos de língua, e este desvio foi paulatinamente aproveitado a partir da experiência dos dicionários. Foi a exercitação dos dicionários que levou à funcionalização do alfabeto como o mais eficaz instrumento para a ampliação, armazenamento e catalogação ou indexação do saber. Hoje a indexação alfabética executa-se fora dos dicionários e fora dos sistemas linguísticos verbais. O alfabeto é um instrumento translinguístico, que organiza quase toda a actividade humana para além do exercício verbal, apoia a elaboração científica e sustenta a acumulação do conhecimento.

Além do princípio da hierarquização, não menos importante nos dicionários é o princípio da acumulação. Este manifesta-se pelo tamanho dos dicionários. Corresponde à componente paradigmática da língua e defronta-se com um dilema insolúvel da ciência humana, que se institui entre a obsessão do exaustivo e a

contrariedade do ilimitado. Os dicionaristas têm elaborado teorias sobre a interpretação sensata da exaustividade. Um dicionário não é bom por ter muitas palavras, mas é bom por ter todas as palavras que podem servir a um objectivo. Esta formulação não consegue, todavia, superar o confronto com o ilimitado. De facto, nunca nenhuma língua terá um dicionário completo, nunca nenhuma língua terá o dicionário ideal, no entanto, os dicionaristas vão continuar a querer fazer um dicionário sempre mais próximo do ideal da plenitude.

4. O princípio da acumulação torna os dicionários documentos particularmente interessantes para o estudo da diacronia das formas linguísticas. São uma instância privilegiada de fixação do universo verbal. A tradição dicionarística assumiu a tarefa de recolher, registar e disponibilizar as palavras conhecidas ou testemunhadas que afloraram ao discurso. Partindo geralmente de uma concepção de pecúlio ou de tesouro verbal, os dicionários foram documentando a emergência e a actualização linguística em cada momento da sua realização. Transformaram-se naturalmente numa espécie de marcos sincrónicos que assinalam uma sequência de estações, no percurso diacrónico da língua. Comparando os dicionários sucessivamente editados e reeditados ao longo dos anos, podemos observar o registo da chegada à língua das formas que vão sendo integradas em usos documentados no texto escrito ou na memória oral, e podemos também avaliar o fluxo de criação e de inovação lexical. Este exercício foi-nos parcialmente facilitado pela obra do Prof. Dieter Messner, Dicionário dos dicionários portugueses, que confronta uma série de 29 textos lexicográficos, desde 1554 até 1858 [8].

Um modo fácil de observar e confrontar a herança dicionarística, é-nos fornecido pelos próprios editores que foram tomando a iniciativa de assinalar com um asterisco, uma cruzinha, ou outra qualquer sinalefa, os termos acrescentados e as inovações introduzidas em cada actualização editorial. É muito informativo o roteiro dessas palavras assinaladas. Podemos tomar para exemplo a 4ª edição do Dicionário da Língua Portuguesa de António de Morais Silva, publicada em 1831[9]. Entre muitos outros termos assinalados como entradas

[8] Dieter MESSNER, *Dicionário dos dicionários portugueses*. Salzburg: Institut fur Romanistik der Universitat, 1994-2001 (Bibliotheca Hispano-Lusa, 3, Vol. 1 ABA-ABC, 1994; 4, Vol. 2 ABD-ABU, 1994; 6, Vol. 5 AGA-AJU, 1995; 7, Vol. 3 AC, 1996; 8, Vol. 4 ADA-AFU, 1996; 9, Vol. 45 U, 1997; 10, Vol. 6 ALA-ALG, 1997; 11, Vol. 7 ALH-ALZ, 1998; 12, Vol. 8 AM, 1998; 13, Vol. NA-NI, 1999, 18, Vol. 37 NO-NU, 2001.

[9] Cf. Telmo Verdelho, "O Dicionário de Morais Silva e o Início da Lexicografia Moderna", Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, Braga, 2002, sep. de *História da Língua e História da Gramática*, Actas do Encontro, p.473-490.

novas, notamos as formas "completivo", "complexidade" e "Comprimentár". Três novidades que poderiam bem ser objecto de uma reflexão metalinguística, sobre a elaboração gramatical, ou sobre a sociologia da língua:

"Completivo, adj. t. de Gram. Que serve de completar, ou caracterisar um complemento: *caso, frase* -." (p.422);

"Complexidáde, s.f. t. novo. Qualidade do que é complexo: "- de ideas" (χ como ks) (p.422);

"Comprimentár v. at. t novo Fazer comprimentos, dizer palavras ou expressões cortezes; felicitar". (p425) (hoje ortografado *cumprimentar*);

Podemos também lembrar a 6ª edição do mesmo *Dicionário da Língua Portuguesa* de António de Morais Silva, publicada em 1858 [10]. Nela encontramos registados com o sinal de novas entradas, um conjunto de termos - como "biologia", "fonética (phonetica)" "fotografia (photografia)", "frenologia (phrenologia)", - que repercutem certamente o impulso tecnolectal que a língua sofreu pelos meados do século XIX.

5. Os dicionários acompanham o percurso diacrónico da língua, dão conta da evolução e cristalização das formas das palavras, e constituem, por isso, fontes privilegiadas para o estudo da variação e fixação fonética, e podem eventualmente fundamentar observações de âmbito sociolinguístico. Os dicionários portugueses documentam, por exemplo a progressiva alternância e concorrência entre formas como "cousa / coisa", "dous / dois", "louro / loiro".

Também a evolução e as vicissitudes semânticas de muitas formas podem ser esclarecidas percorrendo os itinerários dicionarísticos. Lembro formas como: "chacota", "desporto", "discreto, discrição", "fado", "metro", "ministro", "polícia", "propaganda", "secretário", "seminário", "tratante" e milhares de outros termos, menos visíveis. Procurando na lista breve do Português Fundamental (que tem apenas 2217 palavras), e sem incluir os termos novos, encontramos, só nas entradas da letra A, uma dúzia de palavras que sofreram alguma ressemantização: "acidente", "actual", "adubo", "agência", "almoço", "ambulância", "anúncio", "árbitro", "aspirar (aspirador)", "assistência, assistir", "aterrar (avião)"[11].

---

[10] Id., p.488.

[11] *Português Fundamental*, vol. 1: *Vocabulário e Gramática*, t. 1: *Vocabulário*, 1984; vol. 2. *Métodos e Documentos*, t. 1: *Inquérito de Frequência* (Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Lúcia Garcia Marques, Maria Luísa Segura da Cruz), t. 2: *Inquérito de Disponibilidade* (Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Paul Rivenc, Maria Luísa Segura da Cruz), 1987, Lisboa, INIC/Centro de Linguística, 1984-1987.

Os dicionários são um instrumento imprescindível para a história das ideologias e das mentalidades e de um modo geral para o reconhecimento da memória que nos identifica. Sob este ponto de vista, um indicador sensível é o tratamento dado ao vocabulário marcado pela moralidade pública, às palavras dos interditos linguísticos, aos chamados palavrões da obscenidade e da blasfémia. Alguns dicionaristas justificam mesmo, em textos introdutórios, a omissão deste vocabulário. Para além da moralidade da língua, os redactores dos dicionários repercutem naturalmente nas suas definições a inércia acrítica do pensamento comum,[12] mas, por outro lado dão acolhimento à notícia das grandes transformações históricas, do progresso e da evolução social, porque recolhem das terminologias da técnica e da ciência muitas palavras que transbordam para o léxico comum e são usadas na comunicação quotidiana.

6. A leitura dos dicionários coloca-nos perante o princípio da acumulação e torna evidente um problema que parece hoje crucial na história das línguas, justamente o que se exprime por essa palavra "complexidade" que foi dicionarizada em 1831. A complexidade e adaptabilidade ganham progressiva importância na caracterização dos sistemas linguísticos, na sua estruturação sintagmática, na actualização semântica, e também na sobreposição paradigmática. As pesquisas sobre a tradução mecânica e sobre a inteligência artificial têm confirmado esta visão da língua como um "pensamento complexo"[13]. Mesmo a componente lexical, que tomaríamos simplesmente, como um sistema linear de acumulação, oferece uma recursividade semântico-referencial, e uma adequação à selectividade morfo-sintáctica, próprias de um saber auto-recursivo, em adaptação contínua.

Correspondendo a esta produtividade, os dicionários das línguas surgem mais e mais copiosos em cada nova edição, revelando um processo de inovação imparável, e tornando o saber linguístico mais pesado e mais complexo. Os

---

[12] Exemplo muitas vezes citado é o artigo correspondente à entrada "Mulher". Nos dicionários de português, a partir dos meados do século XIX, além da acepção de "pessoa do sexo feminino", ou "fêmea da espécie humana", regista-se uma segunda acepção com valor depreciativo, a que corresponde a qualificação de "fraco" (Roquete, José Inácio. *Diccionario da Lingua Portugueza de José da Fonseca, feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado por José Inácio Roquete*, Paris/Lisboa, Guillard/Aillaud, 1848.); ou de "classe inferior". O Dicionário de Português da Porto Editora modificou a redacção e eliminou esta acepção, em edição recente. O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (dito da) Academia das Ciências de Lisboa, recorre a uma formulação eufemística para registar a mesma acepção: "pessoa do sexo feminino pertencente a um nível social desfavorecido (SENHORA).

[13] Cf. Edgar MORIN, *Introduction à la pensée complexe,* ESF Editeur, 1990.

Transcrição da sequência de entradas *EX*—
do Tesouro de Bento Pereira (1638/1647)

+Exacção, +Exacta cousa, +Exactamente, +Exageração, +Exagerada cousa, +Exagerador, +Exagerar, +Exalação, +Exalçada cousa, +Exalçar, +Exaltação, +Exaltar, Exame, +Examinaçaõ, +Examinada cousa, Examinador, +Examinador de costumes, Examinar, Examinarse, +Exasperação, +Exasperada cousa, +Exasperar, Exceder, Exceição, Exceituada cousa, +Exceituador, Exceituar, Excellencia, Excellente cousa, Excellentemente , +Excessiva cousa, +Excessivamente, +Excesso, +Excitação, +Excitada cousa, +Excitador, +Excitamento, +Excitar, Exclamação, Exclamar, +Excluida cousa, +Excluir, +Excrementos, +Execraçaõ, +Execranda cousa, +Execrar, +Execução, +Execução de algum officio, Executar, Executor, +Exemplar, +Exemplar homem, +Exemplificar, Exemplo, Exequias, Exercitada cousa, +Exercitador, Exercitar, Exercitarse, Exercicio, Exercito, +Eximida cousa, +Eximir, +Existência, +Exorbitante cousa, +Exorbitantemente, +Exordio, +Exortação, +Exortador, +Exortadora, +Exortar, +Exortativa cousa, +Expectação, +Expedição, +Expedita cousa, +Expelida cousa, +Expellir, Experiência, Experimentada cousa, Experimentar, +Explicação, +Explicado, +Explicador, +Explicar, Expirar, +Expor, Exposição, +Expositor, +Exposto, +Expressada cousa, +Expressa cousa, +Expressamente, +Expressão, +Expressar, +Exprimir, +Expugnável cousa, +Exquisita cousa, +Exquisitamente, +Extensão, +Extensa cousa, +Extincta cousa, +Extinguida cousa, +Extinguir, +Extraordinário, +Extravagante, +Extremidade

Destas 107 entradas apenas 28 tinham já sido registadas no dicionário de Agostinho Barbosa[19]. São um bom testemunho da transfusão latinizante e também da adequação às solicitações da escrita, que se torna mais quotidiana e que necessita de mais ampla memória lexical.

Para além deste primeiro período da lexicografia portuguesa, o horizonte de análise deverá prolongar-se em direcção ao nosso tempo. As entradas começadas pelo prefixo *EX-* vão aumentar às centenas em cada momento de renovação dicionarística. A formação de palavras com o prefixo EX- integra-se na criação lexical como um sistema aberto. Poderemos agenciar muitos milhares de palavras da língua portuguesas formadas com este prefixo. De facto, no

[19] Não será necessário atribuir a esta contabilidade (baseada na informação de Bento Pereira) uma estrita precisão. De facto, algumas formas assinaladas encontram-se já nos dicionários de Agostinho Barbosa e de Jerónimo Cardoso. Trata-se, todavia, de uma pequena margem de inexactidão que não afecta a dimensão desproporcionada de palavras acrescentadas.

planturoso dicionário de António Houaiss [20] encontramos a notícia de que estarão dicionarizadas no *Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras* cerca de 1.500 palavras com esse prefixo [21].

Uma outra perspectiva deste mesmo problema do incremento do léxico podemos observá-la na dicionarização do vocabulário criado com recurso aos radicais **—metro/a—** e suas variantes morfológicas.

No *Tesouro* de Bento Pereira ocorrem quatro entradas em que se encontra o radical **metr—**. São elas:

+ **Metrificar**. *Carmina pangere, cõponere, modulari.*
+ **metro**. *Mensura, ae. Metrum,i*
+ **metropoli**. *metropolis, is*
+ **metropolitano**. *metropolitanus, i.*[22]

A dicionarização deste radical no *Dicionário de Houaiss* propõe-nos uma realidade já um tanto distanciada, e dificilmente articulável com a documentação lexicográfica dos séculos XVII e XVIII. As quatro formas remetem para duas origens etimológicas diferentes que se encontram nesta "família de palavras". As duas bases etimológicas vão actualizar-se e convergir, por vezes sem distinção formal, na criação de um abundante vocabulário que se distribui por vários âmbitos terminológicos, com várias centenas de entradas.

Entradas correspondentes à nomenclatura do Dicionário Houaiss da língua portuguesa

—metra, elemento de composição pospositivo, do gr. *-métrés* 'o que mede (o que é indicado no antepositivo)', der. do v. *metréó* 'medir', em comp. já clássicos, já formados (em geral) do sXIX em diante em conexão com os nomes de *-metro* e *-metria* relativos à idéia de 'medida', segundo o padrão ideal

---

[20] *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* / [dir.] Antônio Houaiss, Mauro de Salles Villar, Francisco Manoel de Mello Franco, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

[21] **Ex-** prefixo **1)** da prep.lat. *ex/e* 'movimento para fora, tirado de, acabamento', em port. tb. apenas *e-*, às vezes criando oponencialidades do tipo *exportar/importar* 'movimento para fora'/ 'movimento para dentro' ou do tipo *exumar/inumar* 'tirar (da terra)'/'pôr dentro (da terra)', *excluir/ incluir, egresso/ingresso*; desde os começos do sXIX, este pref. tem sido empregado, com hífen sempre, para indicar que uma pessoa deixou de ser algo (função, cargo etc.) - **ex-amigo, ex-presidente, ex-deputado, ex-noiva, ex-marido** etc. **2)** do pref.prep.gr. *eks-* 'fora de', conexo com *ec-*, ver, em geral com os sentidos coincidentes em lat. e em gr. (e, em ambos os casos, em pal. em que a consciência da prefixação é nula para o comum dos usuários); sem distinção de orig., o V.O. registra cerca de 1.500 pal. com esses pref., numa proporção de 3:1 entre latinas e gregas; notar, por fim, que, em f. muito popularizadas lat., há *es-* (*escusar*, p.ex.); ver 1*exo-*.

[22] *Op. cit.*, 1647, fol.67r.

higrômetro:higrometria:higrômetra; na prática, essa relação é incompleta, isto é, não há sempre o terceiro elemento, que tem existência verb. virtual: p. ex., se na organização social se desenvolver um tipo de profissão que consistia em usar de *aerômetros* ou *batímetros* ou *dipsômetros* de forma sistemática tal que o seu setor de *aerometria* ou *batimetria* ou *dipsometria* tenham profissionais próprios, estes serão "naturalmente" designados como *aerômetras* ou *batímetras* ou *dipsômetras* (ou, sob influxo de form. ing. modernas, paralelas, *aerometrista* ou *batimetrista* ou *dipsometrista*); o exemplário a seguir limita-se aos registros existentes: *aerômetra, astrômetra, biômetra, equinômetra, estereômetra, geômetra, hematômetra, hidrômetra, higrômetra, micrômetra, zoômetra*; ver ***-metrista***

metragem, metralgia 1877 MS7, **metrálgico** 1877 MS7, (metralh-), **metranemia** sXX cf. AGC, **metranêmico** s.XX, **metratonia** sXX cf. AGC, **metratônico, metrectasia, metrectásico, metrectomia, metrectômico, metrectopia** sXX cf. AGC, **metrectópico** sXX,

—metria, elemento de composição pospositivo, de *-metro* 'medida' ou *-metra* 'o que mede' + o suf. *-ia* formador de subst. abstratos de condição ou situação ou função ou qualidade, numa relação do tipo decímetro 'um décimo do metro': *decimetria* 'o que está dentro da situação do mensurável por decímetro' ou *geômetra* 'o que mede (a Terra)': geometria 'o que é do campo da mensuração'; virtualmente, todos os subst. em *-metro*, em *-metra* e em *-métrio* (conexo com a noção de 'matriz, útero') virtualizam subst. em *-metria: acidimetria, acumetria, assimetria, astrometria, basimetria, biometria, calorimetria, cronometria, densimetria, dinometria, econometria, estereometria, fluorometria, fonometria, fotogrametria, fotometria, geometria, gravimetria, halometria, heterometria, higrometria, hipermetria, isometria, longimetria, loquiometria, metageometria, micrometria, nefelometria, oncometria, optometria, osteometria, pelvimetria, perimetria, pluviometria, radiometria, sacarimetria, salinometria, simetria, telemetria, termometria, tonometria, toracometria, velocimetria, viscosimetria, volumetria*, entre outros; ver 2***metr(o)-***

métrica 1899 cf. CF1, **metricista,**

—métrico, elemento de composição, pospositivo, conexo com **-metria**, formador com o suf. *-ico*, específico de adjetivos, de derivados de **1)** *-métrio* com a noção de 'matriz, útero' (*endométrico, paramétrico, miométrico*) ou **2)** de subst., numerosos, em *-metro* e *-metra* com a noção básica de 'mensuração', todos os quais têm adj. em *-métrico* ainda quando não (eventualmente) vocabularizados ou dicionarizados; ver 1***metr(o)-*** e 2***metr(o)-***,

métrico sXVII cf. APoet, **metrificação** 1784 cf. AGC, **metrificado** 1634 cf. BPPro, **metrificador** 1611 cf. MQAf, **metrificar** 1634 cf. BPPro,

—métrio, elemento de composição, pospositivo, do gr. *mêtra*,as 'matriz, útero', em um número muito reduzido de cultismos da área da medicina, que, em lugar de assumirem a f. -metra (em *endometra, miometra, parametra*, paroxítona, na base da orig., atendida a qualidade da vogal penúltima), assumem, desde o início (sXIX) em port., na terminologia médica, a f. alongada, prosodicamente inequívoca, de *-métrio*; é que aquelas, mesmo que tivessem existido, tenderiam a unificar-se, por sua insignificante representação, ao padrão de ***-metra*** (proparoxítono), ver; assim, os poucos casos com este pospositivo e seus der. (*-metria*, com o suf. *-ia* formador de subst. abstratos de situação, condição ou qualidade; *-métrico*, com o suf. *-ico* formador de adjetivos conexos com o referido *-metria* e *-métrio*) são os seguintes: *endométrio* (*endometria, endométrico*), *paramétrio* (*parametria, paramétrico*) e *miométrio* (*miometria, miométrico*); ver tb. 1***metr(o)-***,

metriperemia,

—metrismo, —metrista, —metrístico,

metrite, metr(o),

—metro, elemento de composição, pospositivo, do subst. de orig. gr. *metro* 'unidade de medida', do gr. *métron*; segundo as finalidades do conceito de 'medida' (versificação, mensuração em geral, mensuração do sistema métrico decimal), seus comp. ora remontam ao gr.cl., ora vão até form. recentes: *acetímetro, acúmetro, aerômetro, amperímetro, amperômetro, barômetro, basímetro, batímetro, batômetro, calorímetro, centímetro, clinômetro, condutímetro, cronômetro, decâmetro, decímetro, densímetro, diâmetro, dinamômetro, ebuliômetro, epímetro, esferômetro, fluorímetro, fotômetro, freqüenciômetro, gasômetro, gaussímetro, grafômetro, gravímetro, hectômetro, hematímetro, hidrômetro, indutômetro, isômetro, linômetro, lisímetro, lucímetro, manômetro, marêmetro, megâmetro, milímetro, multímetro, nefelômetro, numímetro, odorímetro, ohmímetro, oleômetro, paquímetro, parâmetro, pentâmetro, perímetro, pluviômetro, potenciômetro, quilogrâmetro, quilômetro, radiômetro, rotâmetro, sacarímetro, salinômetro, tacômetro, taquímetro, termômetro, terrâmetro, uranômetro, vacuômetro, velocímetro, voltâmetro, wattímetro, xilômetro*; ver ***-metra*** e ***-métrico***,

metro 1603 cf. FBReis, **metrô** *d1920*, **metrocele** 1858 cf. MS6, **metrocorde, metrodinia** 1858 cf. MS6, **metrodínico, metrodórea, metrografia** 1899 cf. CF1, **metrográfico, metrógrafo** 1899 cf. CF1, **metrologia** 1858 cf. MS6, **metrológico** 1899 cf. CF1, **metrologista** 1899 cf. CF1, **metrólogo, metromania**

1858 cf. MS6, **metromaníaca, metromaníaco, metrômano** 1899 cf. CF1, **metronidazol** *d1962*, **metronômico** *d1962*, **metrônomo** 1858 cf. MS6, **metropatia** *sXX* cf. AGC, **metropático** *sXX*, **metrópole** 1552 cf. JBarD, **metropolita** 1766 cf. MS1 (sic - gralha por 1789), **metropolitano** 1716 cf. RB, **metroptose** 1899 cf. CF1, **metrorragia** 1840 cf. CompPat, **metrorrágico, metrorréia** 1858 cf. MS6, **metrorréico, metroscópio** 1858 cf. MS6, **metrossidero, metrotomia** 1899 cf. CF1, **metrotômico, metroviário** *c1985*, **metrôxilo**.

Este registo lexicográfico patenteia um sistema complicado de criação lexical que nos pode levar a milhares de formas diferentes. É um sistema bastante criativo e, no entanto, é oportuno lembrar que está muito longe de ser um dos mais produtivos da língua portuguesa.

Nele convergem, como já notámos, dois radicais de origem grega: "métron", a que corresponde o latim "metrum, i", e "mêtêr" do mesmo radical indo-europeu que está representado em latim por "mater, ris"

Relacionados com estes dois radicais, além das formas da família de "metro", e "metria", encontram-se na língua portuguesa centenas de outras palavras que se multiplicam desde as formas ligadas a *mãe, madre, madrasta, madrinha e madrigal, materno, matrícula, matéria, material e materialismo, madeira, madeireiro*, até às formas ligadas a *medir, medida, medição, médico, medicina, mezinha, mesura, mês, mesada, menstrual, menisco, menopausa dimensão, redimensionar, imenso, imensidade, imensidão, imensurabilidade.*[23]

8. A lexicalização das línguas parece ser um processo que se desenvolve num sistema de complexificação progressiva. Perante este facto, poderemos ser levados a pensar que as línguas progridem e se aperfeiçoam, ou que, pelo contrário, se aproximam de uma crise exponencial que poderá ser de ruptura. O aperfeiçoamento das línguas parece contrastar com a teoria de que não há línguas perfeitas ou imperfeitas. No estado actual do nosso conhecimento, é sustentável que todas as línguas são igualmente perfeitas, a única diferença estará na dinâmica da sua actualização. Além disso, as línguas também se podem distinguir pela acumulação patrimonial, pela memória escrita, e pela capacidade de interacção dessa memória. Mas esta perspectiva pode ser invalidada pelo exemplo das grandes línguas clássicas, que elaboraram um património riquíssimo, mas foram vítimas da maior das imperfeições - deixaram de ser faladas.

---

[23] Ver Emile Benveniste, *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, II, p. 123 -**med-* et la notion de mesure.

Deveremos antes questionar-nos, se podem as línguas funcionar com estas inundações de palavras, sem sofrerem uma espécie de saturação ou de entropia? Podem os seres humanos continuar a lidar com a crescente complexificação do sistema, sobretudo se considerarmos que são extremamente limitadas as capacidades humanas de memória e de instrumentação do próprio corpo?

Não podemos desconsiderar a impressão de que os sistemas linguísticos se complicam ou se complexificam, num processo que nos ultrapassa como todo o conhecimento do mundo... Poderemos talvez distinguir entre a memória e as virtualidades do sistema, entre as ilimitadas disponibilidades de uso e a competência dos falantes que é limitada e modesta. Mas é justamente essa competência dos falantes feita à medida da mediania humana, naturalmente limitada e modesta, que actualiza e configura a língua, e que põe em questão a sua progressiva complexidade. O comum dos humanos mobiliza hoje, para além da palavra, muitos outros recursos que promovem o encontro das vontades de modo muito eficaz. Vamos tendo mais palavras, e parece que as palavras fazem agora menos falta para a vida em cidade. Esperamos que a sociolinguística e a estatística esclareçam essa opinião impressionista, que frequentemente proclama a erosão do discurso e da coloquialidade quotidiana e sobretudo lamenta que os saberes linguísticos se manifestem cada vez mais numa experiência comunicacional verbalmente empobrecida, não obstante a existência de novas gramáticas e de novos dicionários sempre mais volumosos.

A desregulação do espaço de circulação da palavra; a perda definitiva da reciprocidade e da equidade no encontro e na relação verbal; a soberania do visual, do icónico e do ruído na vida em cidade; e finalmente a complexificação do sistema parecem indicar que nos aproximamos de limites de ruptura que poderão modificar consideravelmente o funcionamento das línguas e o modo de comunicar entre os humanos.

Execução Gráfica
Tipografia Nunes, Lda
sede: r. d. joão IV, 590 • 4000-299 porto
filial: r. novo horizonte, 313 • frejufe • 4475-839 maia